O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

VOLUME 75.º

4.ª SÉRIE VOLUME 4.º

COIMBRA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

1928

O INSTITUTO

VOLUME 75.º

SOCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Conde de Felgueiras — Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBRO HONORÁRIO

Prof. F. Gomes Teixeira, Reitor Honorário da Univ. do Pôrto antigo Prof. da Univ. de Coimbra.

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário.* — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário.* — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente.* — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. A. Augusto Gonçalves, da U. C., D. M. M. C. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente.* — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Fortunato de Almeida, do L. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão, A. D. B. N. L. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral.* — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, D. F. L. U. L., D. G. E. S. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L., D. G. S. — Prof. M. de Sousa da Câmara, D. I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, D. da Secção de Sciências Físico-Químicas da U. C.

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

ÍNDICE POR AUTORES

Pág.

Azevedo (Pedro de) — Linhas gerais da história da diplomática em Portugal 43

Barbosa (António) — O Almanach perpetuum de Abraham Zacuto e as tábuas náuticas portuguesas 541

Bjerknes (J.) — Les bases scientifiques et techniques de la prévision du temps et le rôle du Portugal à ce rapport 90

Cardoso (José Augusto) — Aditamento à teoria dos números primos 153

Carvalho (Joaquim de) — Desenvolvimento da filosofia em Portugal durante a idade-média... 68

—— Goësiana..... 376

—— Pedro A. de Azevedo 218

Correia (Vergílio) — Escavações realizadas na necrópole pré-romana de Alcácer do Sal em 1926 e 1927 190

Cunha Gonçalves (Luís da) — Camões não esteve em Macau 14-161-318

Figueiredo da Guerra (Luís de) — Dois bispos notáveis 139

Gersão Ventura (Augusta Faria) — As flores hiacintinas de Camões 397

Gomes (Rui Luís) — O acaso nos nascimentos dos sexos..... 343

Gomes Saraiva (Evaristo) — Um grande poema da alma de um santo..... 563

Gummá y Martí (Alfredo) — Reparos al informe de la Real Sociedad Geográfica de Madrid relativo á los primeros circunnavegantes..... 251

Jesus (Júlio) — Pintura portuguesa do século xviii 628

Landa (Ruben) — La enseñanza secundaria en Portugal 202-437

Laranjo Coelho (P. M.) — Os portugueses na obra do Conde Henry de Castries 287

Lúcio de Azevedo (J.) — Da moeda nacional e suas variações mais notáveis até ao tempo de D. João V 409

Peixoto (Afranio) — Camões humorista..... 115

Pág.

Pessoa (Alberto) — Ideas médicas de Eça de Queiroz 469
Pieris (P. E.) — Os portugueses em Ceilão desde 1505 a 1658 1
Santana (Rodrigues) — O crime e a responsabilidade 608
Silva Correia (Fernando da) — Um balneário português do fim do século XV 498
Silva Gaio (Manuel da) — Eugénio de Castro 352
Silva Ribeiro (Luís da) — Alguns santos advogados 588
Sousa Viterbo — Subsídios para a história da música em Portugal 178-510
Teixeira Bastos — Dr. Júlio Henriques..... 522
Vieira de Almeida — A obra de Guerra Junqueiro 145-455

ÍNDICE POR ARTIGOS

Pág.

Acaso (O) nos nascimentos dos sexos por Rui Luís Gomes 343
Aditamento à teoria dos números primos por José Augusto Cardoso 133
Almanach (O) perpetuum de Abraham Zacuto e as tábuas náuticas portuguesas por António Barbosa 541
Balneário (Um) português do fim do século xv por Fernando da Silva Correia 498
Bases (Les) scientifiques et techniques de la prévision du temps et le rôle du Portugal à ce rapport por J. Bjerknes 90
Bibliografia..... 112–233–524–642
Boletim do Instituto 231–379
Camões humorista por Afranio Peixoto..... 115
Camões não esteve em Macau por Luís da Cunha Gonçalves 14–161–318
Crime (O) e a responsabilidade por Santana Rodrigues 608
Desenvolvimento da filosofia em Portugal durante a idade mèdia por Joaquim de Carvalho..... 68
Dois bispos notáveis por Luís de Figueiredo da Guerra 139
Dr. Júlio Henriques por Teixeira Bastos..... 522
Enseñanza (La) secundaria en Portugal por Ruben Landa.... 202–437
Escavações realizadas na necrópole pré-romana de Alcácer do Sal em 1926 e 1927 por Vergílio Correia 190
Eugénio de Castro por Manuel da Silva Gaio..... 352
Flores (As) hiacintinas de Camões por Augusta Faria Gersão Ventura 397
Goësiana por Joaquim de Carvalho..... 376
Grande (Um) poema da alma de um santo por Evaristo Gomes Saraiva 563
Ideas médicas de Eça de Queiroz por Alberto Pessoa 469
Linhas gerais da história da diplomática em portugal por Pedro de Azevedo..... 43

Pág.

Livros recebidos 659
Moeda (Da) nacional e suas variações mais notáveis até ao tempo de D. João V por J. Lúcio de Azevedo 309
Obra (A) de Guerra Junqueiro por Vieira de Almeida 145-455
Pedro A. de Azevedo por Joaquim de Carvalho 218
Pintura portuguesa do século xviii por Júlio Jesus 628
Portugueses (Os) em Ceilão desde 1505 a 1658 por P. E. Pieris ... 1
Portugueses (Os) na obra do Conde Henry de Castries por P. M. Laranjo Coelho 287
Reparos al informe de la Real Sociedad Geografica de Madrid relativo á los primeros circunnavegantes por Alfredo Gummá y Martí 251
Santos (Alguns) advogados por Luís da Silva Ribeiro 588
Subsídios para a história da música em Portugal por Sousa Viterbo 178-510
Vária:
Juizos críticos sôbre a edição do livro de J. Valdés 239-387-531-635
O Santo Poema de Manuel da Silva Gaio 249
Portugal e o Japão 382

AOS SENHORES ASSINANTES

No próximo ano de 1928, **O Instituto** publicará 10 números, formando cada série de 5 números um volume independente. A assinatura de cada volume continuará sendo de 25$00, para Portugal, Colónias e Espanha; e 35$00 para o Estrangeiro. Cada número terá 100 páginas.

Nos 10 números do próximo ano **O Instituto** publicará, dentre outros, os artigos seguintes:

Afrânio Peixoto — *Camões humorista.*

J. Lúcio de Azevedo — *Da moeda nacional e suas variações mais notáveis até ao tempo de João V.*

Luís da Cunha Gonçalves — *Camões não esteve em Macau.*

P. E. Pieris — *Os portugueses em Ceilão.*

Vergílio Correia — *Escavações realizadas na necrópole pré-romana de Alcácer do Sal em 1926 e 1927.*

Sant'Ana Rodrigues — *O crime e a responsabilidade. (Estudo psico-social).*

Joaquim de Carvalho — *Desenvolvimento da filosofia em Portugal durante a idade-média.*

Almirante Degoug — *Les grands portugais des 15ème et 16ème siècles.*

M. Thorleif Schgelderup-Ebbe — *Des nouvelles recherches sur la Sociologie des animaux.*

Rui Luis Gomes — *O acaso nos nascimentos dos sexos.*

E. Cartan — *La théorie des groups et les recherches récentes de geométrie différentielle.*

F. de Llanos y Torriglia — *Portugal en el Museo del Prado.*

Luís de Figueiredo da Guerra — *Dois Bispos notáveis.*

A. Gomes da Rocha Madahil — *O original inédito da Crónica dos Agostinhos descalços. Registo Bibliográfico.*

Bernardino Gracias — *Do teatro na literatura indo-árica.*

Grace Chisholm Young — *A time-honoured mystery from the Menon of Plato.*

J. Bjerknes — *Les Bases scientifiques et techniques de la prévision du temps et le rôle du Portugal à ce rapport.*

Acha-se já à venda, na Imprensa da Universidade de Coimbra, e nas principais livrarias de Lisboa, Pôrto e Coimbra, o 1.º volume das **Memórias de Castilho,** 2.ª ed. refundida por Júlio de Castilho, ao preço de 20$00.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

VOLUME 75.º

4.ª SÉRIE — VOLUME 4.º

NÚMERO 1

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1928

OS PORTUGUESES EM CEILÃO
DESDE 1505 a 1658

Foi em Novembro de 1505 que a onda dos descobrimentos, que havia partido do promontório de Sagres, atingiu as praias de Ceilão, e que a marinhagem de D. Lourenço, filho do primeiro vice-rei, surpreendida pelo que via, formulou no seu espírito aquele pensamento que, cento e setenta e cinco anos mais tarde, o capitão João Ribeiro exprimiu dizendo: que se sôbre a Terra existisse o Paraíso era ali que se encontrava.

DR. PIERIS

Ao fundo, distante, majestoso e grave como o zimbório da Igreja da Estrela, eleva-se o gracioso pico, sôbre o qual, como era crença dos Árabes, o Pai Adão deixara impressa uma pégada.

Mais baixas corriam as nuvens prateadas sôbre a extensa verdura das palmeiras e dos coqueiros, tão cerrados que enco-

briam as modestas construções das aldeias, emquanto dentre os recortes das montanhas despontava radiante a luz da manhã como se resplandecesse de algum velho relicário.

Pois fôra ali o berço da doutrina de Buda, fôra ali que durante mais de 2.000 anos, sob a sua influência, se desenvolveu uma civilização singular, a par de uma requintada cultura. A praia parecia exalar, não aquele ar doentio que corre tantas vezes ao longo das costas, mas um sôpro odorífero de canela, como se Deus, tendo deixado as mais belas terras sob aquela maldição, sòmente aqui permitisse que crescessem aquelas especiarias que atraíram a estas paragens o chinês, o árabe, o romano, o veneziano, o português e o holandês.

Os portugueses foram bemvindos: o padrão que se levantou em memória da sua primeira visita pode ainda hoje ser visto no lugar onde agora existe o magnifico pôrto de Colombo, bem como ainda se podem examinar os preparativos que então se fizeram para preservar a costa contra o regresso dos párias anuais, que vinham em busca da canela, dos elefantes, das pedras preciosas, e ainda contra o desenvolvimento de um comércio desleal.

É interessante notar que entre as memórias dos descobrimentos que foram ordenados por El-Rei D. Manuel, em terras do Oriente, existia uma colecção de gravuras em que se descreviam todos os incidentes do primeiro desembarque. Não posso afirmar que estas gravuras estejam completas.

Uma feitoria e uma fortaleza atestavam a existência das obras que ali se fizeram, em tôrno das quais se estabeleceu uma colónia de gente escolhida, que constituíu o núcleo de uma vigorosa actividade na propaganda do cristianismo.

A história dos esforços empregados para destruir o comércio maometano e a sua influência no Oriente — porque todo o comércio de Ceilão estava nas mãos dos mouros — é de todos bem conhecida. Sem dúvida, nesse esfôrço, entre

os mais sublimes feitos praticaram-se bastantes coisas que hoje são encaradas com lástima ou tristeza. As comunicações eram apenas mantidas por uma frota anual, de sorte que, por mais elevados que pudessem ter sido os ideais que prevaleciam em Lisboa, não seria fácil fiscalizar o que se passava entre uns colonos tão distantes. Entretanto parece que a reduzida população do Reino de-pressa compreendeu o esfôrço que teria de dispender para suprir as fracas forças dos homens.

Aproveitando-se hàbilmente de umas questões de ordem interna, os portugueses, não obstante o seu reduzido número, em breve impuseram a sua vontade nos negócios de Ceilão.

Poucas coisas poderá haver que com mais clareza demonstrassem aos súbditos de João III a grandeza da tarefa que a sua raça tinha levado a cabo como o que se passou em Lisboa num dia do mês de Agôsto de 1541.

Havia uma grande procissão: um côche real era seguido de altos dignitários. Êste côche conduzia uma esbelta figura, de tez pardacenta, ataviada com uma cabaia carmesim e empunhando reverentemente nas mãos elevadas um pequeno objecto: era o ministro brâmane, enviado do Rei de Ceilão, que trazia uma efígie de marfim e ouro do pequenino príncipe, que o Rei escolhera para seu herdeiro, e desejava que fôsse coroada pelas mãos do grande potentado europeu: — *o muito alto e muito excelente e sobre todos poderoso D. João Rei de Portugal, meu Senhor* — conforme a fórmula pela qual se lhe dirigia.

O ministro regressou ao seu país bastante satisfeito com a sua missão, e levando consigo os alvarás que lhe eram necessários para o exercício da autoridade entre os irrequietos moradores e partiram também com êle alguns padres franciscanos, que ràpidamente se espalharam por tôdas as regiões do pais.

A atitude dos singaleses para com os missionários foi

tudo o que pode desejar-se de mais hospitaleira, porque a sua religião bemvinda se esforçava tanto quanto era preciso para levantar o género humano. O auxílio financeiro foi-lhes dado pelo próprio Rei, embora êste desde o princípio afirmasse, com grande desapontamento dos missionários, que aquele a quem fôra confiada a guarda da mais venerável relíquia existente sôbre a Terra, o dente de Buda que fôra recolhido da sua própria pira fúnebre, não podia desviar-se da sua religião.

O zêlo dos missionários foi surpreendente na sua inesgotável energia, embora hoje nem todos os que aproveitaram dêsse zêlo o reconheçam e lhe tributem a merecida homenagem.

Sendo sacerdotes de Deus, não esqueceram nunca que eram os súbditos do Rei de Portugal. Eis o que deu lugar a um dos mais desagradáveis capítulos da história dos portugueses em Ceilão. O pelouro de um vil traidor matou o confiado monarca junto da janela do seu palácio e a desamparada criança que D. João III tomara sob a sua protecção foi cingida com a Espada do Estado, conforme os costumes daquele reino.

O Vice-Rei apressou-se a sair da Índia com muito armamento, saqueou o palácio e, depois de torturar os criados régios, tratou a cidade como qualquer povoação conquistada, retirando-se depois de uma tentativa feita em vão para que o Rei fôsse baptizado.

Simão Botelho, o honrado vèdor do Rei de Portugal, relatou o caso nos termos mais severos ao seu Senhor:

« Ácerqua da ida de Ceilão e do socedimento della e da morte de ElRey me nom alargarei porque o Viso Rei o faz miudamente mas parece que o preposito foi sobre o Tesouro e a Cristandade, cousas tão diferentes hũa da outra que nom quiz Nosso Senhor que se fizesse nem houvesse nenhuma delas ».

Os pretendentes rivais defenderam os seus direitos com tal vigor que se seguiu uma terrível guerra civil, e os portugueses viram-se forçados a construir um poderoso forte em Colombo, com aqueles que seguiam os destinos do novo Rei, que fôra baptizado com o nome de D. João.

Uma bula do Papa concedendo a bênção apostólica não compensou a perda da popularidade resultante da conversão do Príncipe, de tal sorte que, passado pouco tempo, êste teve de abandonar a sua capital e acolher-se à protecção da fortaleza dos portugueses. Foi êste o seu último recurso e dêle resultou uma guerra desesperada, principalmente dirigida contra os portugueses, em que houve as mais sangrentas batalhas conduzidas por guerrilhas ferozes, e cercos trágicos.

« Ceilão des que descubrimos aquela ilha foi sempre ao Estado da India outra Cartago a Roma. Porque pouco e pouco foi consumindo em despezas gente e artilheria tanto, que ela só tem gastado com suas guerras mais que todas as outras conquistas deste Oriente » — diz Couto.

A razão porque o poder foi tomado pelos portugueses resultou do Acto de 12 de Agôsto de 1580, pelo qual o Rei de Ceilão, por sua morte, legava todos os seus direitos ao Rei de Portugal. Foi por isso que, em seguida à sua morte em Maio de 1597, Filipe I de Portugal, que era casado com a Raínha Maria de Inglaterra, foi proclamado Rei de Ceilão. Infelizmente para Portugal as conseqüências desta herança tornaram-na verdadeiramente uma *damnosa hereditas*.

É talvez conveniente referir aqui em que consistia a herança que tinha a receber o rei D. Filipe:

Era a soberania sôbre um país sensìvelmente tão grande como Portugal, com notáveis riquezas naturais.

As pérolas que se encontravam nas suas costas eram reconhecidas em tôda a Ásia por um brilho que não tinha rival em todo o mundo. As grandes florestas mantinham

aqueles elefantes que foram mencionados por Ptolomeu, e que eram utilizados para o trabalho, por serem tão inteligentes como os sêres humanos. Nesta época da história da Ásia desempenhavam na guerra o papel de uma autêntica artelharia pesada, ou o serviço de comboios de camiões.

Tudo isto constituía propriedade da fazenda como o eram também as pedras preciosas, os rubis, as safiras, os topázios, que se encontravam em abundância, em covas pouco profundas, em terrenos de aluvião.

As grandes florestas que em tantos casos cobriam as ruínas das maravilhosas indústrias singalesas, produziam uma quantidade inestimável de madeiras e de resinas, tão preciosas e apreciadas na « Ribeira de Goa ».

Havia, mesmo, bom ferro e em quantidade.

No entanto era admirável a organização do regimen de propriedade pelo qual as terras eram cultivadas.

Em poucas palavras pode afirmar-se que o sistema era tal que permitia suprir tôdas as necessidades do país, quando disso havia precisão, com pouca ou nenhuma despesa para a fazenda real.

Os principais instrumentos de guerra eram os arcos, as frechas e as lanças. As espingardas foram introduzidas pelos portugueses e em breve eram tão bem feitas em Ceilão como em Lisboa.

Tudo isto, bem como o pessoal para o seu manejo, era fornecido pelos donos das terras. Havia ainda milhares de homens que se ocupavam no transporte de bagagens ou mercadorias, ou em abrir estradas através das florestas. A guarda e conservação do Palácio, a limpeza do chão, e a cozinha da casa real, os preparativos para o banho do Rei o pessoal de remo do seu barco de recreio, ou o que era encarregado de lhe cingir a espada do Estado — todos estes cargos eram providos à custa dos proprietários das terras.

Porque a civilização de Ceilão não tinha por base a

moeda, mas ùnicamente os serviços prestados ou a prestar.

Era a canela que constituía a principal receita da fazenda pública.

Havia uma casta que se entregava exclusivamente à colheita desta especiaria, que é extraída da casca de um arbusto, sob a fiscalização de certo número de chefes ou proprietários.

Uma outra casta ocupava-se do tratamento dos elefantes — utilizados por tôda a parte — desde a sua captura até ao corte da erva para a sua alimentação.

Este sistema, que durou 20 séculos, é talvez a origem dêsse importantíssimo trabalho de organização municipal realizado no tempo do Rei D. Filipe I que se encontra no tombo de Ceilão, contendo toda a particularização das ocupações dos diversos cargos, e que actualmente se conserva na Biblioteca de Ajuda.

Em mãos cuidadosas o sistema teria dado os melhores resultados, mesmo com pouca fiscalização. Os tempos, porém, eram difíceis e, como não houvesse os devidos cuidados, daí o desastre.

A substituïção pela bandeira de Portugal do Leão Dourado do rei singalês produziu notável influência na guerra que se seguiu, mas maior ainda foi causada pela crecção da cruz de Cristo.

O budismo era para os naturais do país a verdadeira razão da sua existência. A sua influência e doutrinas guiavam-nos em muitos actos da sua vida.

Em cada grupo de aldeias se levantava o pagode, pequeno e isolado, ou grande com a sua tôrre branca de neve.

Os singaleses tinham amor profundo e admiração pelas belezas da natureza, e todos os seus poetas assim o exprimem nas suas canções.

Todos os lugares elevados eram utilizados para um fim honroso.

Abaixo havia uma grande lagoa, a verdadeira fonte da vida para a aldeia — uma centena de acres de lotus — côr de rosa e branco, e por vezes azuis — enchendo o ar com as suas agradáveis e saudáveis fragrancias, que se espalharam por milhas em volta.

Patos espanejavam-se preguiçosamente pelo fresco da tarde, confiados em que ninguém os perturbaria no seu sossêgo. E quando a lua cheia despontava no céu espalhando a sua luz etérea por tôda a parte, os aldeões apareciam alegremente com as suas ofertas de flores aromáticas — homens, mulheres e crianças, todos vestidos de um branco imaculado, para renovar os seus votos. Era um ropouso inocente das fadigas da vida daqueles camponeses: porque êles não tomavam bebidas que os embriagassem, nem tampouco tinham tabernas onde se encontrassem com os amigos à tarde.

Tôdas as manhãs as crianças corriam à Pansala onde residia o sacerdote budista, para que lhes ensinasse a ler; porque o amor pelo saber foi sempre uma qualidade inerente aos orientais. Ali ensinava-se-lhes sem remuneração alguma a traçar os caracteres do alfabeto sôbre a areia, até que soubessem o suficiente para serem industriados a escrever, com um estilete de ferro, frases, encadeadas como cordões de pérolas, nos limbos das fôlhas de palmeira.

E, à medida que avançavam na idade, aprendiam a compor versos, com aquele meticuloso cuidado com que outrora os jovens poetas cantavam as suas odes às tricanas do Mondego.

Grandes instituïções mantinham esta tradição, oriunda das Universidades da Índia; e um século mais tarde, a-pesar-destas instituïções terem deixado de existir, o ensino era ainda mantido pelos portugueses na Índia, como se encontrava em Ceilão.

Tudo isto estava condenado a desaparecer à medida que o govêrno português se fôsse apoderando do território, e

por isso a população, que não estava disposta a perder o que sempre lhe haviam ensinado, levou a sua resistência ao máximo.

O centro desta resistência deslocou-se para a região montanhosa no meio da ilha, e durante os 60 anos de guerra que se seguiu, levada a cabo com a mais terrível ferocidade, o país ficou totalmente devastado.

D. Jerónimo de Azevedo, general cujas grandes qualidades o elevaram a Vice-Rei da Índia, foi o primeiro que se colocou à frente desta luta.

Nos primeiros 18 anos poucos foram os progressos no sentido de submeter o país, e pouco a pouco os seus exércitos tiveram de retirar em desordem.

Mesmo a terrível política de incendiar tôdas as habitações, cortar as árvores de fruto, matar os rapazes de mais de 14 anos, tinha dado poucos resultados.

Assim como em Portugal tinham aparecido vários impostores alegando cada um ser o próprio D. Sebastião, assim também por lá apareceram vários pretendentes às honrarias reais, apresentando-se em várias partes e com vários nomes, no intuito de prosseguir a luta.

Vinte anos de combate desde 1590 tinham ceifado, *grosso modo,* cêrca de 12.000 vidas e meio milhão de cruzados, tirados do tesouro do Rei D. Filipe e sem que se previsse sequer o final dêste estado de coisas.

O aparecimento dos holandeses nas águas do Oriente veio agravar esta desoladora situação.

Um holandês que fizera uma viagem à costa de Ceilão e que voltara à Europa para obter auxílio para os singaleses, regressou com uma armada de dinamarqueses, que todavia não lograram ter qualquer influência na situação.

O país chegara à maior desgraça e já nem mesmo será possível garantir a segurança das vidas humanas.

Em 1630, Constantino de Sá dirigiu-se com um forte

exército às montanhas, mas tanto êle como 700 portugueses foram totalmente trucidados! Oito anos depois um outro exército, sob as ordens de D. Diogo de Melo, sofreu um desastre semelhante. Os holandeses tiveram neste época, uma parte bastante activa na luta.

Durante mais 20 anos os portugueses, embora pouco auxiliados, quer por Portugal, quer pela Índia, foram mantendo aquela luta desesperada.

Um a um os seus fortes foram ocupados e por fim, em Outubro de 1655, os singaleses apareciam dentro dos muros de Colombo, e iniciaram o último grande cêrco daquele poderoso reduto.

Os horrores dêste cêrco foram descritos por uma testemunha que ali se encontrou desde o princípio — João Ribeiro.

A fome, a peste, o canibalismo, a doença e a perda completa de qualquer esperança de socorro, que nunca chegava, deram origem a um tal insuflamento de coragem, e excitaram uma vontade férrea de tal ordem que fazia lembrar os soberbos dias de luta contra os mouros.

Mas afinal tiveram de render-se. A guarnição reduzida a 73 esqueletos vivos que dificilmente se agüentavam a si próprios, empunhando as suas bandeiras, abriram finalmente as portas da fortaleza que tão valentemente defenderam.

É triste pensar como depois de tantos esforços se perdeu a oportunidade de estabelecer ali uma florescente colónia.

Tinha-se encontrado em Ceilão uma raça de gente alegre e um país próspero, com um sistema de govêrno meticulosamente organizado.

Ficou pouco mais do que o caos.

Dentre os fidalgos de alta jerarquia que foram para Ceilão poucos se poderá dizer que fôssem homens de estado ou bons administradores.

Poucos dêles deram a atenção devida, como lhes cumpria,

ao país que iam governar e que as mais das vezes consideraram apenas como um meio de fazer fortuna rápida.

Dispunham de um enorme poder sem a mais pequena fiscalização, e isto conduziu-os bastantes vezes a cometer abusos graves.

A-pesar-de não serem considerados cruéis naquela época os castigos físicos, a verdade é que se aplicavam com requintada crueldade.

O serviço público estava em plena corrupção; eram cometidas faltas graves no erário real.

As nomeações eram compradas.

O próprio clero não escapou a tamanha degeneração de costumes, já por que intervinha nos negócios civis, já pelos cargos que desempenhava em Goa; e não poucos foram os atritos com os oficiais do rei.

Os princípios da administração pública eram, indubitàvelmente, sãos:

« Tratai os naturais com justiça e bondade » dizia numa carta o Rei ao seu Vice-Rei em 1607, porque o trabalho da conquista progride mais por « tal processo do que pela fôrça das armas ». Esta recomendação, porém, não era seguida.

Justo é referir que os naturais sempre reconheciam que os princípios do govêrno eram justos.

Debaixo do ponto de vista social a influência dos portugueses em Ceilão foi extraordinária. Sem dúvida, pode dtzer-se que Portugal havia entrado em scena no momento mais favorável para produzir tão profunda impressão: era o contacto de uma energia viril com uma placidez indolente.

É singular a forma como os nomes portugueses se foram fixando por tôda a parte, ao longo da costa, substituindo quási totalmente os nomes indígenas.

O domínio de Portugal terminou em 1658 e foi substituído pelo dos holandeses até 1796, em que lhe sucedeu a suserania inglêsa.

Todavia, quando um cidadão tinha de dar o nome a seu filho, chamava-lhe Pedro ou Francisco, e os sobrenomes usados são ainda actualmente os que se adoptaram há 400 anos quando se fizeram as primeiras conversões. Silva, Pereira, Dias, são tão vulgares na costa de Ceilão como em Lisboa, mas as famílias singalesas conservavam não menos orgulhosamente os seus apelidos indígenas de geração em geração.

É de estranhar que no povo se não vulgarizassem os nomes holandeses nem os inglêses.

É curiosíssima a maneira como os termos portugueses se introduziram na linguagem trivial dos singaleses ao ponto de ainda hoje ser corrente ouvir-se que um telhado termina em «*cumieira*»; um quarto é arejado por uma «*janela*»; o seu «*almôço*» está na «*mesa*»; vossemecê pode comer «*pão*» com «*doce*»; quando está calor pode tirar a sua «*cabaia*» e pôr-se em mangas de «*camisa*» e abanar-se com o seu «*abano*»; ou despejar a água do «*balde*»; e limpar-se com uma «*toalha*».

Julgo que isto basta para mostrar quão profunda foi a influência dos portugueses na vida das famílias.

As pessoas de mais elevada categoria usavam o título de Dom. Houve um príncipe que se chamou D. João de Áustria e um outro D. Duarte de Bragança.

Algumas damas singalesas casaram com fidalgos e herdaram as propriedades e títulos dos seus antepassados.

As dignidades das casas nobres portuguesas transmitiram-se assim à alta nobreza de Ceilão e a língua portuguesa foi usada na conversação entre as pessoas educadas e assim se manteve por mais de uma geração.

A explicação parece clara: com todos os seus erros, que foram numerosos, os portugueses haviam encontrado em todo o Oriente maior lhaneza e maior amizade do que qualquer dos povos que apareceram mais tarde.

Orgulho-me de citar que ainda hoje há em Lisboa uma igreja construída por um principe singalês que foi «*grande*» de Espanha e teve o privilégio de se conservar de cabeça coberta na presença do Rei; mas tenho maior orgulho ainda em poder afirmar que um outro príncipe de Ceilão freqüentou em 1608 a venerável Universidade de Coimbra de tão célebre nomeada.

P. Pieris

CAMÕES NÃO ESTEVE EM MACAU

A POSIÇÃO DO PROBLEMA

Os biógrafos do imortal Épico lusitano, desde Manuel Correia, Pedro Mariz, Manuel de Faria e Sousa, Tomás José de Aquino e outros, dos séculos XVI a XVIII, até aos contemporâneos, entre os quais salientarei o alemão Wilhelm Storck, o Visconde de Juromenha e o dr. Teófilo Braga, descrevendo a acidentada existência do mesmo Poeta, mencionam, como um facto averiguado e incontestável, uns que que «o governador da Índia, Francisco Barreto, estimulado por queixas de alguns indivíduos, ofendidos por sátiras com que Luís de Camões os beliscara, fêz prender êste e o degradou para a China, onde êle serviu o cargo de Provedor de defuntos e ausentes, — alguns até dizem *Provedor-mór,* — na cidade de Macau, e ali estivera até 1560, ano em que regressou a Goa, sendo já Vice-Rei da Índia D. Constantino de Bragança»; — emquanto que outros, contestando o destêrro, por inconciliável com a dita nomeação de Provedor, afirmam ter sido Camões prêso em

Dr. LUÍS DA CUNHA GONÇALVES

Macau, pelo capitão-mór da *nau da prata,* em torna-viajem para Gôa, por suspeitas de prevaricação no exercício do aludido seu cargo e por ordem do mesmo Francisco Barreto, — ou, segundo outros, por exclusivo arbítrio daquele capitão-mór, — chegando à Índia ainda durante o govêrno do dito Barreto, ou, conforme a fantasia de outros, já depois de haver cessado êste govêrno, e até, segundo outros, estando já a findar o do seu sucessor D. Constantino de Bragança.

Esta última versão foi apoiada pelo sr. Jordão de Freitas, nos seus eruditos opúsculos intitulados *Camões em Macau* e *Naufrágio de Camões e dos Lusíadas*, nos quais invoca vários documentos inéditos da Biblioteca da Ajuda. Mas, forçoso é dizer que tais documentos não fornecem prova alguma do facto principal, pois são quási todos concernentes a circunstâncias, que nenhuma ligação lógica e histórica têm com aquêle, circunstâncias em que se pretende basear conjecturas e suposições inteiramente secundárias, tais como: qual teria sido o navio em que o Poeta, *porventura*, havia partido, naufragado ou regressado, — se êle teria sido *Provedor-mór* ou *provedor pequeno,* etc.

Tôdas estas afadigadas lucubrações são baseadas no falso postulado de haver Camões residido e exercido um cargo público, supostamente rendoso e importante, na cidade de Macau. Ora, êste facto basilar é que não está ainda demonstrado. E, desde que se prove que a estada de Camões em Macau, como Provedor de defuntos, naquela época, não podia ter-se realizado, por ser històricamente impossível, tudo o mais se desmorona, como um castelo de cartas laboriosamente arquitectado.

Advertirei, antes de mais, que uma negativa não pode, nem tem de ser directamente provada. Daí o brocardo jurídico: *probare debet qui dicit, non qui negat*. Pode, porém, a negativa basear-se em presunções precisas, graves e concordantes; e são tais as que vou formular, começando por

examinar, prèviamente, o valor das provas afirmativas da passagem do Poeta por Macau.

II

OS REFORÇOS DA LENDA

Que Luís de Camões esteve no Extremo-Oriente e navegou nos mares vizinhos da China é indubitável, porque êle próprio no-lo diz nos *Lusíadas,* referindo-se ao seu naufrágio nos *procelosos baixos* próximos do delta do rio Mekong ou Mecom, do reino de Camboja. Mas, isto não é suficiente para se afirmar que êle esteve residindo e exercendo um cargo público *em Macau,* onde, como vou provar, não tinham os portugueses, nessa época, residência estável e efectiva, e muito menos magistrados e burocratas.

É certo que o sr. Jordão de Freitas argumenta com a circunstância de, numa descrição dos bens de raiz do *Colégio de Macau* da Companhia de Jesus, do ano 1747, se fazer referência aos *Penedos de Camões,* mais tarde chamados *Gruta de Camões.* Mas, também isto não é uma prova da estada de Camões *em Macau,* pois essa denominação, consignada num documento do século XVIII, é, manifestamente, um reflexo da lenda espalhada pelos biógrafos do Poeta, desde os fins do século XVI. Sendo os Penedos um sítio de certa poesia, natural é que, nos séculos XVII ou XVIII, algum dos membros da edilidade macaense, ou mesmo algum dos padres da Companhia de Jesus, perante uma tal asserção dos biógrafos, aventasse a hipótese de o Poeta freqüentar aquele local, ou, simplesmente, quisesse perpetuar-lhe a memória dando aos rochedos o nome de *Penedos de Camões.*

Com similhante argumento, porém, seria também lícito afirmar que Hércules habitou em Espanha e Marrocos, exercendo o ofício de *sportman* e campeão do mundo dos *boxeurs,*

porque, dos dois lados do estreito de Gibraltar, há montes que os antigos designavam por *Columas de Hércules,* comemorando uma lendária e impossível façanha do lendário semi-deus, à qual se refere Camões no início do Canto VI dos *Lusíadas.*

Além disto, em tôda a parte, e principalmente nas colónias, há ruas, praças, sítios e até povoações e ilhas (1) com nomes de pessoas notáveis da metrópole ou do mundo, que nunca lá estiveram, assim como de Santos e Santas, que não podiam ter lá estado!

Doutro lado, pelo chamado argumento *a contrario sensu,* seria lícito sustentar que o Épico nunca esteve em Goa, pois não há lá nem penedos, nem gruta, rua, praça, estátua ou liceu de Camões!

Direi de passagem que êsses *Penedos de Camões,* compostos de dois pedregulhos verticais sobrepostos por um horizontal, formando uma espécie de pórtico e fazendo lembrar os *dolmen,* não constituem uma gruta. Parecem até uma obra artificial, como quási tudo quanto os cerca e como as que existem em alguns jardins da Europa.

E bem assim não hesito em afirmar que é inteiramente gratuita e excessivamente fantasiosa a lenda, inventada por algum imaginoso e moderno *cicerone,* de que o Poeta compusera nessa suposta gruta os primeiros cantos dos *Lusíadas,* lenda a que os biógrafos deram fácil acolhida, como se o poderoso estro de Camões precisasse, para se inspirar, de uma tal tóca, em que mal caberia um urso, e como se essa composição não pudesse ter sido feita, muito mais còmodamente, num quarto e sôbre uma mesa, como o foram, de-certo, os Cantos escritos em Goa e Portugal, onde não há *grutas*

---

(1) Cfr. Fontesvilla, Ressano Garcia, Pôrto Amélia, Pôrto Elisabeth, etc. em África; Luisiana, Carolina, etc., na América; Victoria, na Austrália; etc., etc.

de Camões, tanto mais que os *Lusíadas* são um poema de grande erudição, e que não podia ser feito sôbre o joelho.

Essa lenda, porém, está cabalmente desmentida pelos mesmos *Lusiadas;* pois logo no Canto I, estâncias VI a XVIII, o Poeta se dirige ao rei D. Sebastião, em termos tais, que é fácil fixar a época em que êste Canto foi composto.

Na verdade, em 1.º lugar, foi certamente depois da morte de D. João III, ocorrida em 11 de Junho de 1557. Esta notícia só podia ser levada para a Índia pelas naus saídas de Lisboa na monção (Março) de 1558; e, chegando estas à Índia depois de terem partido as naus da China, ela só podia constar em Macau em 1560, isto é, quando, segundo os biógrafos, Camões já lá não estava e, de facto, se encontrava em Goa (1).

Em 2.º lugar, foi também depois de 1558, pois o Poeta, na estância XVIII, dizendo ao Rei-infante que da Olímpica morada o vêem

> Dos dous Avôs as almas cá famosas,
> Uma na paz angelica dourada,
> Outra pelas batalhas sanguinosas,

certamente se refere aos avós paterno e materno,—D. João III e Carlos V, êste último autor de seis sangrentas guerras europeias e falecido em 1558, falecimento que só em 1560 ou 1561 poderia constar em Macau.

Mas, em 3.º lugar, o Poeta, dizendo que o rei é «certís-

---

(1) A notícia da morte do príncipe D. João, pai de D. Sebastião, ocorrida em Janeiro de 1554, chegou a Malaca em Março de 1556, como se vê dum documento publicado pelo sr. Jordão de Freitas, no *Arquivo Histórico Português*, vol. VIII, pág. 210. E a notícia da batalha de Alcácer-Kibir só foi conhecida em Macau *quatro anos depois*, em 1582!

sima esperança do aumento da pequena cristandade» e «maravilha fatal da nossa idade» e «*novo temor da maura lança*»; e que «nos seus *tenros gestos já se mostra qual na inteira idade*»; e, por fim, formulando a lisongeira apóstrofe

> Sublime Rei, que não me atrevo a tanto,
> *Tomai as rédeas vós do Reino vosso,*
> *Dareis matéria a nunca ouvido canto,*

— evidentemente mostra ter já conhecimento da rara precocidade, dos ímpetos guerreiros, dos arroubos místicos e furor prosselítico de D. Sebastião, manifestados desde os 10 anos ao seu aio D. Aleixo de Menezes e, sobretudo, ao seu preceptor, o jesuíta Luís da Câmara (1) e, talvez, por via dêste conhecidos pelos jesuítas de Goa e Malaca, isto quando o reisinho estava em vésperas de ser emancipado e assumir a realeza, e, portanto, pelos anos 1564 a 1567, pois não é de crer que o Poeta se dirigisse por tal forma a um *bébé* de 3 anos, como o rei era na data do falecimento de D. João III; nem uma criança de tal idade pode ter gestos que manifestem *qual será na inteira idade...*

Ora, nessa época (1560–1569), Camões estava em Goa; e, porisso, foi, provàvelmente, nesta cidade que êle compôs ou escreveu o Canto I dos *Lusíadas*. E não na gruta de Macau!

Sem embargo disto, que qualquer pessoa pode inferir sem esfôrço, o dr. Teófilo Braga, agarrando-se, sem maduro exame, a êsse suposto vestígio histórico dos *Penedos de Camões,* pretendeu corroborá-lo com as palavras «*entranhas dos penedos*», que se lêem no Soneto CLXXXI, cujos termos descritivos o mesmo sr. Jordão de Freitas julga adaptáveis tanto à gruta de Macau, como a uns penedos que existiam

---

(1) Cfr. *D. Sebastião,* por Antero de Figueiredo, pág. 97.

na próxima ilha de Lampacau, segundo a descrição desta feita em 1556 pelo jesuíta Belchior Nunes Barreto.

Ora, salvo o devido respeito, isto é uma pequena amostra de quanto uma idéa preconcebida pode obcecar os mais ilustres entendimentos; pois, de um lado, penedos, e muito mais poéticos, há-os em tôda a parte do mundo; e Camões, de-certo, os viu na Europa, na África, na Índia e na Oceania; — e, doutro lado, basta ler com trivial atenção o aludido soneto, para se concluir que o Poeta não se refere nêle a quaisquer penedos reais, mas sim a uns penedos imaginários.

Com o espírito conturbado por profunda tristeza, farto de sofrer os homens e os adversos fados, cheio de tédio e misantropia, o Poeta aspira, ardentemente, viver num lugar absolutamente isolado; e pregunta:

Onde acharei lugar tão apartado
E tão isento em tudo da ventura,
Que, não digo eu de humana criatura,
Mas *nem de féras seja freqüentado?*

Algum bosque medonho e carregado,
Ou *selva solitária*, triste e escura,
Sem fonte clara ou plácida verdura,
Emfim, lugar conforme a meu cuidado?

Por que ali, nas entranhas dos penedos,
Em vida morto, sepultado em vida,
Me queixe copiosa e livremente,

Que, pois a minha pena é sem medida,
Ali não serei triste em dias ledos,
E dias tristes me farão contente.

Como é que êste soneto dá a impressão da lendária gruta? Onde está ou existiu em Macau o *bosque medonho, a*

selva solidária e escura, em volta dos Penedos? Há, de-certo, uma luxuriante vegetação; mas é ela obra dos portugueses, dos sucessivos proprietários que, em épocas muito posteriores à de Camões, ali plantaram aquelas variegadas árvores, levadas da Índia, das Molucas, do Japão, etc., e construíram jardins e fontes, tanques e mirantes, da bela quinta de que os ditos Penedos fazem parte, quinta mais tarde adquirida pelo Estado. Porisso é também inexacto não haver em tôrno dêsses Penedos *fonte clara, nem plácida verdura*. E quem pode afirmar que o sítio dos Penedos, sendo Macau outrora um covil de piratas, não era então freqüentado, nem de homens, nem de feras?

E se o Poeta achara ali o *lugar conforme a seu cuidado,* como se explica que êle o queira ainda descobrir? E como se concilia um soneto tão cheio de desalento e desespêro com a mirífica invenção de ter Camões adquirido em Macau *uma enchente de bens?*

Finalmente, o sr. Jordão de Freitas, como confessa a pág. 15 do seu opúsculo *Camões em Macau,* a-pesar-de ter explorado as bibliotecas e arquivos, não conseguiu apurar: nem qual o ano em que Luís de Camões partira para Macau, nem qual o navio em que embarcara, nem se teria desembarcado em Malaca e partido para as Molucas, antes de seguir para a China. Em suma, *não provou que o Poeta estivera em Macau* ou na China, limitando-se a ter como axiomáticas as asserções gratuitas do Visconde de Juromenha e outros biógrafos.

Poderão, talvez, objectar-me: que dois dêsses biógrafos, Manuel Correia e Pedro Mariz, eram contemporâneos de Camões e deviam estar informados acêrca da vida dêste. É uma objecção que teria fôrça, se não vissemos a cada passo, em nossos dias, em que os meios de averiguação e crítica estão aperfeiçoados, havendo o livro, a revista e o jornal, registos e arquivos bem organizados, etc., serem publicadas

as mais inverossímeis falsidades sôbre factos públicos e particulares.

Como é possível, pois, dar inteira fé a um *contemporâneo de Camões,* se os nossos contemporâneos são o que são?... Como admitir a exactidão de um facto que a história documentada e também contemporânea de Camões torna inteiramente inadmissível?

Poderão, ainda, invocar a *tradição local* de Macau? Mas, de um lado, ninguém ignora como se formam essas tradições, que são outras tantas invenções; e, doutro lado, essa tradição local, longe de atribuir a Camões um cargo público, aponta-o como «*ébrio,* cortejador de beldades, à saída da igreja, e por elas repelido, hóspede dos dominicanos, de cujo convento partia, tôdas as manhãs e tardes, a versejar na famosa gruta e recolhendo só ao anoutecer».

Esta tradição, já recolhida e combatida por um distinto macaista (1), é tão falsa como a outra; pois que, no tempo de Camões, em Macau, nem havia bebidas alcoólicas, que os chineses e mesmo os portugueses não usavam, nem havia igreja, nem belezas femininas, nem existia o convento dos dominicanos, os quais só em 1599 ali apareceram pela primeira vez, representados por três frades espanhóis, idos das Molucas, — Fr. António Arcediano, Fr. Alonso e Fr. Bertolameo, os quais construíram uma pequena ermidinha e *uns pobres aposentos de madeira,* na frase do seu cronista Fr. Luís de Sousa (2).

Só isto seria bastante para se concluir que a estada de Camões em Macau é um boato falso, uma lenda, que tomou consistência à fôrça de repetida por quem desconhecia, como quási todos ainda desconhecem a exacta história dos primeiros tempos da fundação de Macau e do seu estado no

---

(1) Marques Pereira — *Ta ssi yang Kuo,* 1899, pág. 575.

(2) *História de S. Domingos,* vol. III.

tempo de Camões na Índia, história que tem de ser escrita, baseada em documentos coévos e só em narrativas dignas de crédito por devidamente contraprovadas.

Mas, emquanto não o faça quem o pudér e soubér, direi aqui, apenas, o essencial para o meu fim, tomando por base, principalmente, uma assás elucidativa e interessante *Relação do princípio que teve a cidade de Macao e de como se sustenta até ao presente ano de 1629*(1), documento êste que é uma representação que os cidadãos de Macau enviaram a el-rei D. Felipe III solicitando diversas providências em benefício dessa remota colónia.

III

ESBOÇO DA HISTÓRIA DE MACAU NO SÉCULO XVI

Macau é uma colónia adquirida à Nação por mera iniciativa particular de comerciantes portugueses e por êles fundada sem auxílio, nem intervenção do Estado ou da Corôa.

Por muito estranho que isto pareça, não é um facto esporádico na história das colónias. Às companhias comerciais deveram a Inglaterra, a Holanda e a França algumas das suas mais importantes colónias. E o eminente professor americano Paul Reinsch, no seu substancioso livro *Colonial Government,* mencionando, entre as causas originais da aquisição das colónias, a actividade dos missionários, o espírito guerreiro e a ambição dos *conquistadores* antigos e dos aventureiros, exploradores ou patriotas modernos do tipo de Cecil Rhodes e Jameson, do *rajah* Brooke, do Conde de Brazza e do general de Faidherbe, salienta o papel dos co-

---

(1) Códice $\frac{CV}{2-7}$ fls. 65 da Biblioteca Pública de Évora.

merciantes, cuja pacífica penetração e iniciativa, em grande parte, contribuíu para a expansão colonial das metrópoles, por vezes sem apoio algum dos governos, que tarde apareceram a colher os resultados daquêles ou a título de seus protectores.

De tal sorte, que o adágio inglês «*trade follows the flag*» nem sempre foi històricamente certo, porque algumas vezes *a bandeira seguiu ao comércio*, convertendo em ocupação política um estabelecimento comercial resultante de *concessão voluntária* do soberano territorial. Tal é o caso de Macau, e certamente o mais antigo dêste género.

Conquistada a cidade de Malaca pelo grande Afonso de Albuquerque em 1511, logo os portugueses tiveram conhecimento de ser ali perto o famoso império da China, pelos antigos chamados *Sérica* ou *Reino da Seda;* e, feitas as necessárias explorações marítimas até encontrarem os primeiros portos daquêle grande país, sete anos depois, ou seja, em 1518, em virtude de uma ordem de D. Manuel I, o governador da Índia, Lopo Soares de Albergaria, enviou a primeira embaixada ao Celeste Império; e como esta não fôsse bem sucedida, outras negociações foram ordenadas por D. João III, até que em 1530 foram iniciadas as relações comerciais entre os chineses e portugueses, sendo estes recebidos, embora com extrema desconfiança, como «*moradores de Malaca*» e designados pelo nome mourisco de *ferangui* (estrangeiro), corrompido em *fanguí* pela dificuldade que os chineses têm na pronúncia da letra *r,* inexistente no seu alfabeto.

Foram estas relações favorecidas pelos emigrados chineses, em grande número estabelecidos em Malaca, e que, verdadeiramente expatriados, vinham furtivamente nas naus portuguesas, e, não poucas vezes, armados em piratas saqueavam as costas da China, sòzinhos ou associados com malaios e até com lusitanos; pois que, naqueles tempos, aos

chineses era proíbido sair do seu pais, e o que saísse era «*havido por tredo e alevantado*», na frase de Leonel de Sousa, e punido com a pena de morte quando colhido pelas respectivas autoridades (1).

Não foram, porém, os portugueses admitidos em todos os portos do continente chinês. Sòmente o de Cantão lhes foi acessivel, ao principio; mas por pouco tempo, porque alguns conflitos que armaram com os naturais deram o resultado de lhes ser proïbida a entrada nesse pôrto. Fundeavam, porisso, nas enseadas de algumas das numerosas ilhas desertas existentes ao longo da costa, em frente dos portos continentais, aonde os chineses acorriam nos seus juncos, trazendo as suas fazendas para as trocar pelas especiarias indianas. E, ao findar a monção, ou seja, no fim de cada ano, as naus portuguesas retiravam para Malaca e dali para Goa.

A breve trecho, desvanecida a primitiva desconfiança, puderam os portugueses desembarcar e invernar nas ilhas de Liampó. «*E estavam nelas tanto de assento e com tanta isenção, que lhes não faltava mais que ter forca e pelourinho*», diz Fr. Gaspar da Cruz, o que significa que não tinham ali, como era natural, o exercício de soberania, por meio de tribunais e município. E, contudo, Fernão Mendes Pinto diz ter ali visto uma famosa cidade, fazendo dela uma mirabolante descrição, totalmente falsa, como oportunamente demonstrarei. Seja como fôr, foram tantos os abusos e crimes ali praticados, que, por efeito do último, cometido por um Lançarote Pereira, autêntico bandido, companheiro do pírata António de Faria e Sousa, os chineses expulsaram os portugueses de Liampó e destruíram a sua nascente povoa-

---

(1) Cfr. Carta de Leonel de Sousa de 15 Jan. 1556, no *Arquivo Hist. Port.*, VIII, pág. 210. *Sic.:* Fr. Gaspar da Cruz, *Tratado da China,* 1569-1570.

ção, erradamente identificada com a cidade chinesa de Ning-pó, que é situada no continente e não numa ilha, e já existia antes de os portugueses por lá aparecerem e continuou existindo até ao presente, sendo um dos portos abertos ao comércio europeu. Essas ilhas de Liampó eram, apenas, próximas dessa cidade chinesa. Ocorreram os apontados factos em 1542 ou 1544, sendo Vice-Rei da Índia Martim Afonso de Sousa, factos de que só Fernão Mendes Pinto deixou uma tétrica descrição, certamente falsa.

Continuaram, não obstante, os mercadores portugueses a navegar nos mares da China e a efectuar as trocas do costume, de tal arte que, dois anos depois, ou seja, em 1546, estavam instalados no lugar chamado Chincheu, 100 léguas mais ao sul de Liampó, talvez perto da povoação chinesa do continente, denominada Chang-cheu, e que também era uma ilha. Novos abusos e crimes, porém, atribuídos por Fernão Mendes Pinto a um provedor de defuntos chamado Aires Botelho de Sousa, e pelo dominicano Fr. Gaspar da Cruz a um Fernão Peres de Andrade, determinaram os chineses, em 1548, a enviar uma esquadra, que de lá expulsou os portugueses.

Também de Chincheu faz Fernão Mendes Pinto uma descrição inteiramente inverossímil, pois era impossível que, com os fracos recursos de que dispunham e com a oposição enérgica que já lhes era feita, os portugueses conseguissem erguer, no praso de 2 anos, uma nova cidade, com município, tribunais, igrejas, etc., o que é mais fácil imaginar do que realizar! Demais, como todos os escritores antigos afirmam e o reproduz Fr. José de Jesus Maria na sua *Asia Sinica e Japónica* (1), «era contra as leis do Império chinês o habitarem nêle estrangeiros em permanência» e em especial os europeus.

---

(1) Publicada na revista *Ta-ssi-yang-Kuo*, 1899, pág. 400.

Daí por deante, as costas da China passaram a ser guardadas por fortes esquadras destinadas a impedir o comércio dos portugueses. Não desanimaram, porém, estes; e logo em 1549 ali voltaram e realizaram a costumada *veniaga;* mas não sem que os chineses lhes apresassem dois juncos com valiosas mercadorias, pertencentes a Fernão Borges e ao dito Lançarote Pereira, e nêles aprisionassem 30 portugueses, entre os quais Afonso Ramires, Mateus de Brito e Amaro Pereira, que ainda estavam presos em Cantão em 1552, e o último já condenado à morte, tendo morrido os outros por efeito dos horríveis tormentos chineses.

Nos anos seguintes, a despeito destas hostilidades e dos inerentes riscos, os mercadores portugueses continuaram a freqüentar os mares da China e estabeleceram feiras na ilha deserta de Sanchoão, situada a 30 léguas de Cantão, feiras que duravam entre os meses de Julho a Novembro e a que os chineses acorreram com as suas fazendas. Para êsse efeito, construíam aqueles, na dita ilha, barracas ou choupanas feitas de rama de arvoredo e palha, quer para as exposições das mercadorias, quer para a sua efémera habitação, choupanas que, terminada a feira de cada ano, êles queimavam ou abandonavam, retirando-se para a Índia. Segundo o citado Fr. José de Jesus Maria, porém, o desembarque na ilha de Sanchoão resultára de prévio consentimento dos chineses, que haviam imposto a condição de as casas a construir serem de palha ou ramas de árvores e serem desfeitas, quando os mercadores se retirassem, «*por ser contra as leis do Império o habitarem nessa ilha os europeus com permanência*». Esta aversão dos chineses contra os estrangeiros, em geral, é comprovada pela história; pois, até aos meiados do século XIX, nenhuma nação estrangeira, além da portuguesa, obteve qualquer concessão em território da China, mesmo a título de estabelecimento comercial; e as concessões feitas, sob a ameaça de *casus belli,* à Inglaterra e à França, e mais tarde

à Alemanha e à Itália, provocaram as sangrentas revoltas dos *Taipings* em 1851 e dos *Boxers* em 1900, sendo ainda um dos objectivos bélicos do govêrno bolchevista (?) da chamada *República de Cantão* ou *República chinesa do Sul.*

Em Agôsto de 1552, numa das naus mercantes portuguesas chegou a essa ilha o grande Apóstolo das Indias, S. Francisco Xavier, que, vindo de Gôa, depois de já ter estado no Japão e nas Molucas, pretendia iniciar na China a sua missão de propaganda da religião católica; mas viu baldados todos os seus esforços para penetrar no famoso império, poisque até se prestava a mudar de trajo e a ser conduzido de olhos vendados, como lhe propusera um dos mercadores de Cantão, alvitre de que êste acabou por desistir, receoso de perder em tão perigosa tentativa a sua vida e os seus bens! Tendo adoecido sùbitamente, e não podendo suportar o balanço da nau em que estava, o Santo foi desembarcado e *deitado na areia da praia*, — por não haver ali enfermaria, nem mesmo habitação disponível, — e mais tarde recolhido numa daquelas desabrigadas cabanas de rama sêca, pertencente ao mercador Jorge Álvares, onde agonizou e morreu, em 2 de Dezembro dêsse ano.

Nêsse mesmo ano foi à China Leonel de Sousa, — velho fidalgo, natural de Tavira, casado com uma senhora de Chaúl, filha do Vedor da Fazenda da Índia António Pessoa, — a quem D. João III fizera mercê de duas viajens em nau do Estado, viajens que os governadores da Índia lhe recusaram. Partira, porisso, na embarcação dum mercador, navegando *a partes* ou fretando-a por um terço; mas não conseguiu realizar o projectado negócio, porque «achou os portos da China todos cerrados com muitas guardas e armadas, para não deixar aos portugueses *fazer fazenda*». Voltou lá em 1553, com idêntico proveito, sendo repelido pelas autoridades marítimas, que diziam ter ordens do seu rei para deixarem entrar nos portos a todos, menos os *Frangues,*

porque estes procediam *furtadamente* e eram *homens de corações sujos* e os tinha por *ladrões e alevantados*, que andam fóra da obediência do seu rei». E tão forte era a hostilidade, que até mantimentos lhe foram recusados! Em 1554, porém, o mesmo Leonel de Sousa conseguiu que um seu companheiro, por nome Simão de Almeida, «homem de muita experiência na China, onde navegava em navio seu, chegasse à fala com os mandarins de Cantão, aos quais asseverou que «êles não eram *frangues* (corruptela de *feranguis*), nem eram *da geração dos primeiros europeus,* expulsos de Cantão, Liampó e Chincheu, mas sim *portugueses,* nome êste que os chineses não tinham ainda ouvido. Isto, e algumas oportunas peitas, deram o resultado de terem os portugueses a liberdade de se aproximarem até à ilha de Lampacau, outra ilha deserta situada a 18 léguas de Cantão, e poderem ali transaccionar, pagando 20 % de direitos aduaneiros.

Alguns dos mercadores, isoladamente, puderam mesmo entrar em Cantão; mas Leonel de Sousa, com os seus navios, não passou de Sanchoão; e «*não fez pauta, nem assento, por não levar isso por regimento*». Além disto, o Aitao de Cantão recomendara-lhe que fôsse um embaixador português, para o Filho do Céu saber que gente êles eram e firmarem um acôrdo, pois era limitado o número dos portos onde seriam admitidos. E acrescenta Leonel de Sousa na aludida carta: «Arreceiam-se dos forasteiros, especialmente dos portugueses, havidos por buliçosos e mal sofridos, e a China é terra de muita justiça e crua. Os mercadores não houveram de ser portugueses, porque guardam mal a justiça, e conservam pior as terras por onde andam, que são condições contrárias à China, que são pacíficos e governados por justiça».

É inexacto, pois, que Leonel de Sousa houvesse celebrado um tratado, como alguns têm afirmado. Mas, as nego-

ciações verbais de 1554 foram suficientes para que nos anos 1555 a 1557 as feiras portuguesas fôssem transferidas para Lampacau, seis léguas mais ao norte de Sanchoão.

A-pesar-de ser *despovoada e deserta,* como a ilha de Sanchoão, — segundo as contestes afirmações dos jesuítas P.es Luís Fróes, Belchior Nunes Barreto, Fernão Mendes Pinto e outros (1), — Lampacau foi naqueles três anos o pôrto de escala normal das naus portuguesas que vinham da Índia e algumas das quais seguiam até ao Japão, país com o qual haviam as relações comerciais sido entaboladas em 1541, e onde as especiarias e pedrarias indianas e as sedas chinesas eram trocadas por barras de prata, motivo por que a nau do Estado, conhecida por «*nau das drogas*», passou a ser designada por «*nau da prata*». A maioria das naus mercantes, porém, fazia neste pôrto de Lampacau o *terminus* da sua navegação, limitando as suas operações mercantis às da respectiva feira, na qual chegavam a juntar-se, às vezes, cêrca de 300 portugueses, o que dava lugar a improvisarem um templo com os exíguos materiais de que dispunham, templo em que celebravam actos de culto os padres da Companhia de Jesus, os primeiros missionários cristãos no Extremo Oriente, e que já em 1555 ali estavam, a caminho do Japão. Mas, naquêle fervilhar de desenfreadas cobiças, eram freqüentes as violências, brigas e motins, «com perigo de se matarem uns aos outros», como diz o dito P.e Belchior, que andou dias seguidos, de navio em navio, a apaziguar os ânimos e congraçar os desavindos! Terminadas, porém, as feiras, retiravam todos para Goa, com raras excepções, pois alguns ficavam em Malaca.

Era no pôrto de Goa, pois, que se organizavam e estavam mesmo de antemão fixadas essas famosas *Viajens à China,* que ficaram sendo, na linguagem popular, o símbolo dos

---

(1) Cfr. *Arquivo Hist. Port.*, VIII, pág. 213 e 214.

grandes negócios lucrativos e suspeitos, mediante concessão régia, quando realizadas em navios do Estado, e só com licença do Vice-Rei da Índia, quando em navios particulares, visto que êste comércio com o Extrêmo-Oriente, especialmente com o Japão, era um direito realengo, e os proventos da concessão constituíam um dos melhores rendimentos da Corôa, freqüentemente dados em mercês régias ou aplicados às necessidades do Estado e às obras de utilidade pública, tais como a construção e reparação de muralhas e fortalezas da Índia, a edificação da grandiosa Sé Catedral de Goa, etc.

E, como todos os mares do Oriente eram infestados de piratas mouros, índios, chineses, malaios e até lusitanos, os mercadores portugueses só navegavam de conserva, com tripulações fortemente armadas à sua custa, às vezes em naus de alto bordo e até com artilharia, quando não eram comboiados pelos galeões de guerra do Estado da Índia.

Assim é que, no ano de 1557, segundo consta da dita Relação de 1629, tendo-se tornado extremamente temível um pirata chamado Chincheu, que, tendo por base das suas operações as ilhas vizinhas de Macau, Lapa, Taipa e Coloane, etc., normalmente desabitadas, fazia grandes devastações no pôrto de Cantão, pediram os *Colaos* ou *Aitaos* dessa cidade, e os demais mandarins, auxílio aos mercadores portugueses, que então estavam a fazer a sua feira anual na ilha de Lampacau, e os quais com as suas embarcações, entre as quais um junco grande, e alguma artilharia, que tinham e que *na China era ainda desconhecida,* vigorosamente atacaram e totalmente destruíram o temido pirata.

Segundo outra versão, porém, registada pelo citado autor da *Ásia Sinica e Japónica,* os mercadores portugueses, desse ano 1557, porque lhes convinha aproximarem-se mais de Cantão e poderem invernar nessa região, instaram com os mandarins por que lhes fôsse permitido instalarem-se em Macau; e estes, a-pesar-das leis rigorosas e irrefragáveis do

Império, concederam-lhes um terreno de uma légua de comprido e da largura de um tiro de peça, sob a condição de pagarem um foro, não construírem edifícios de alvenaria e expulsarem os piratas que lá costumavam acoutar-se. Aceitas estas condições, deu-se o ataque aos piratas; e, vencidos estes, tomaram os portugueses posse do terreno, onde encontraram um pagode com um ídolo chamado *Amangao,* e dali o nome de *Macao* por que os portugueses ficaram conhecendo a ilha e a futura cidade.

Esta versão, além de ser muito posterior, é menos verossimil do que a precedente, porque: *a*) Macau era uma *ilha deserta,* como afirma Fernão Mendes Pinto, e os piratas, embora ali entrassem por ocasião dos assaltos ao pôrto de Cantão, não a habitavam; *b*) não havendo casas de habitação, nem moradores, seria estranho que houvesse ali um pagode; *c*) *Amagao* não é nome de ídolo algum chinês, mas sim uma palavra chinesa que significa *baía* ou *bom surgidouro*. De facto, os padres jesuítas Belchior Nunes Barreto, Fernão Mendes e outros, que foram dos primeiros portugueses que entraram nessa ilha e foram até Cantão, logo após o acôrdo de 1554, ou seja, nos anos 1555 e 1556, designavam essa terra por *Amacuao, Amaquão, Amaquam* e depois *Machoam* e *Macao,* que é, portanto, uma corruptela portuguesa (1).

Mas, quer a concessão fôsse anterior à derrota dos piratas, quer posterior, certo é que os portugueses só ali começaram a firmar pé desde 1558, e ficaram pagando o fôro de 500 taéis de prata ou 900 patacas, fôro cujo pagamento só em 1849 cessou. E a razão principal por que os chineses deixaram que os portugueses ali permanecessem foi, decerto, a de evitarem que os mesmos piratas, já recom-

(1) Cfr. as cartas destes jesuítas no *Arquivo Histórico Português,* VIII, pág. 213 e 214.

postos, ou outros ali voltassem, para assaltarem o pôrto de Cantão e efectuarem as costumadas depredações. Do mal o menos, — diriam êles!

Porém, vendo a facilidade com que os portugueses haviam derrotado o mais poderoso dos piratas, ficaram os chineses tão desconfiados e receosos dos novos vizinhos, que cercaram de novas muralhas a dita cidade de Cantão, — que já em 1554 Leonel de Sousa dizia ser *murada e forte,* — e proïbiram que estes lá fôssem ou entrassem no pôrto respectivo, a não ser em barcos chineses e com prévia licença e carta de seguro; e os que fôssem de outra maneira e sem tais garantias eram logo presos e até mortos!

Esta sucessão de estabelecimentos portugueses ou locais das feiras na China, narrada na dita *Relação do princípio que teve a cidade de Macao,* é confirmada por vários documentos contemporâneos e por Fernão Mendes Pinto, que, nas suas *Peregrinações,* cap. 215, conta que, em 1552, partira, na companhia de S. Francisco Xaxier, para a ilha de Sanchoão, *onde naquele tempo se fazia o nosso trato.* E mais adeante, no cap. 221, se refere a outra viajem sua, no ano 1556, de Sanchoão à ilha de Lampacau, de caminho ao Japão, acrescentando: «*onde naquele tempo os portugueses faziam sua veniaga com os chins, e ali se fêz até o ano de 1557,* em que os mandarins de Cantão *a requerimento dos mercadores da terra* (Lampacau) *nos deram êste pôrto de Macao, onde agora se faz,* no qual, *sendo antes ilha deserta,* fizeram os nossos uma nobre povoação», etc.

E o jesuíta P.e Belchior Nunes Barreto, na sua já citada carta de 10 de Janeiro de 1558, embora já em 1556 tivesse passado por Macau a caminho de Cantão, diz que «era em Lampacau, *ilha deserta,* que os portugueses *faziam sua veniaga com os chins*»; mostrando assim não ter ainda conhecimento, nem do combate com os piratas, nem da concessão de Macau pelos mandarins de Cantão.

Não há dúvida, pois, que foi depois do ano 1557 que os portugueses entraram em Macau, sendo provável que já ali realizassem a feira de 1558, entre Agôsto e Novembro, retirando-se para a Índia nos primeiros anos; e depois se fôssem deixando ficar, ao princípio em barracas de rama e palha, mais tarde em casas de taipa cobertas de telha e casando-se com mulheres indígenas, algumas das quais eram compradas e outras raptadas do continente ou das embarcações chinesas.

Para o govêrno da nascente colónia, elegiam os moradores três dentre êles, que eram designados pelo título de *Eleitos,* sendo o principal dêles chamado, às vezes, *Capitão da terra,* os quais «corriam com as cousas do govêrno, e paz e união com os chins, e conformando-se com êles, pois disto dependia a sua duração», — refere a citação *Relação.*

Para as despesas das feiras e outras, lançava-se uma colecta, voluntàriamente paga, além de uma percentagem sôbre os cabedais e mercadorias que da Índia vinham, colectas estas que se chamavam «*ordinárias*». E, feitas as despesas, se alguma cousa sobrasse, era restituído aos contribuintes, na proporção das suas entradas para o cofre comum, designado pelo nome pitoresco e expressivo de «*caldeirão*», — «não porque houvesse depósito, nem dinheiro junto, poisque se tirava o que bastava para sustentar aquela terra e os negócios que havia». Quando se expandiu o comércio com o Japão, — já iniciado na Índia, como disse, desde 1541, — a finta lançada às fazendas que entravam em Macau era só de 3 a 4 por cento.

Nesta rudimentar república de mercadores ou cidade livre, os três *Eleitos* exerciam, a um tempo, funções administrativas e judiciais. Nenhuma outra autoridade existia; nem era precisa, pois a população era mui restricta em número e assás flutuante. Os litígios seriam só de natureza mercantil, e êsses resolvidos em face dos usos e da equidade, quando

não por arbitragem de homens bons, entre os quais os missionários jesuítas, que por ali passavam a caminho do Japão.

É certo que os navios mercantes traziam, sempre, o seu capitão-mór, o qual nêles exercia a suprema autoridade, mesmo depois de fundeados no pôrto e por todo o tempo da duração de cada viajem; mas, êsses capitães-mores não tinham intervenção alguma nos negócios da terra, cuja administração era inteiramente independente, como não podia deixar de ser, dada a pouca permanência de tais navios em Macau. Doutro lado, nos *Livros das Monções* e em outros registos da Índia, já em parte publicados (1), não se encontra registado alvará algum de nomeação de qualquer funcionário civil, judicial ou militar, para Macau, naquela época.

É uma prova dessa independência administrativa o facto de, em 1562, o govêrno da Índia ter enviado ao Império da China uma embaixada composta do rico mercador Diogo Pereira e dos jesuítas João Baptista do Monte e Luís Fróis, o qual Diogo Pereira era o mesmo que, dez anos antes, fôra incumbido de idêntica missão, juntamente com S. Francisco Xavier, pelo Vice-Rei D. Afonso de Noronha, embaixada que não pôde efectuar-se, pelos embaraços que em Malaca lhe pôs o respectivo capitão-mór Álvaro de Ataíde; e de igual sorte a segunda se não realizou, por ter sido Diogo Pereira eleito *capitão da terra* em Macau, declinando porisso tal missão.

Desde 1565, outros elementos influiram na administração de Macau: os jesuítas primeiro, e depois o respectivo bispo.

Já vimos que, logo após o acôrdo feito por Leonel de Sousa, os jesuítas, prosseguindo nos esforços de S. Francisco Xavier, haviam tentado penetrar na China, como estavam

---

(1) Cfr. *Arquivo Port. Oriental*, de Cunha Rivara, *Arquivo da Relação de Goa*, de Anthero de Sá, *Documentos remetidos da Índia*, de Bulhão Pato.

já instalados no Japão. Não foram, porém, bem sucedidos. Em 1562, o P.e João Baptista do Monte confessava: «Quanto aos homens desta terra, *id est,* chins, achamo-los mui alheios da nossa Santa fé, porque *até agora nenhum fruito fizemos neles*».

Foi, de-certo, a instâncias dos jesuítas que, a-pesar-de ser ainda recente o bispado de Malaca, — creado em 1557 pelo breve *Pro excelenti præeminentia,* e ao qual pertenciam tôdas as terras do Extremo-Oriente, diocese esta cujo 1.º bispo, D. Fr. Jorge de S.ta Luzia, da ordem dos dominicanos, chegado a Goa em 1560, só em 1565 desembarcara em Malaca, — o Papa Gregório XIII destacou dela, pela bula *Super specula militantis ecclesiæ* de 23 de Janeiro de 1575, a diocese de Macao, com jurisdição em tôda a China e o Japão e ilhas adjacentes, nomeando para ela um bispo da Companhia de Jesus, D. Belchior ou Melchior Carneiro, já sagrado em Goa, como bispo de Nicéa, o qual desde 1578 (e não desde *1568,* ano em que a diocese não existia) passou a residir em Macau. Poucos anos depois, porém, o Papa Xisto V, pela bula *Hodie Sanctissimus in Christo Pater* de 19 de Fevereiro de 1588, desmembrou de Macau a diocese de Funay ou do Japão, certamente também a instâncias da Companhia de Jesus, que tinha neste país a sua mais antiga missão extremo-oriental.

Em 1565, porém, já os jesuítas tinham erguido em Macau um pequeno templo de madeira, e junto dêste uma pequena casa conventual, destinada a «servir de hospício aos missionários que passavam a Japão e *pelo tempo adeante poderiam entrar na China*» (1). Foi nessa modesta casa que em 1568 se instalaram os P.es Ribera e Reira, espanhóis, que o Geral da Companhia de Jesus mandara com instruções para fa-

---

(1) P.e Sebastião Gonçalves — *Historia dos Religiosos da Companhia de Jesus,* citado pelo Sr. Jordão de Freitas.

zerem tôdas as diligências para entrarem na China e obterem a liberdade de propaganda, — esforços tenazes, que só em fins do século XVII foram coroados de êxito!

Mas, ao fim de poucos anos, o bispo e os missionários jesuítas adquiriam em Macau absoluta preponderância; a sua casa conventual tornava-se o melhor e mais vasto edifício da nova cidade, tendo servido de fortaleza contra os ataques dos holandeses; e eram êles a alma da oposição da cidade livre de Macau contra qualquer ingerência dos capitães-mores das naus da Índia e contra a autoridade dos Vice-Reis. E não admira que assim sucedesse a tamanha distância de Goa, sendo certo que bem perto desta cidade, na província de Salcete, eram os jesuítas senhores omnipotentes, que desobedeciam às ordens dos Vice-Reis e até às do Rei, ao extremo de o viajante Pietro della Valle, que esteve em Goa em 1623-1624, ter verificado que «*esses povos rendiam mais vassalagem aos jesuítas do que ao próprio soberano*» (1)!

Durou esta improvizada organização jesuítico-mercantil até 1585, ano em que, em virtude de uma representação enviada a El-Rei, em 1580, solicitando a mercê de elevar Macau a cidade, «*por ser já necessário govêrno político*», lhe foi concedido o Foral da cidade de Évora, foral que só em 1588 foi pôsto em execução. Êste pormenor, porém, narrado na citada *Relação,* é descrito por diverso modo nos «*Apontamentos que se mandão pedir a S. Magestade pelo Dr. Gil da Matta para o bem desta cidade e bom govêrno dela no Janeiro de 1592*» (2), em que se diz que, «vendo os moradores de Macau hir a povoação em grande crescimento, *sem nela haver nenhum modo de Camara, nem governo,* no ano de 1585 se ajuntaram, e, com o parecer do Bispo e

---

(1) *The travels of Pietro della Valle*, trad. inglesa, cujos excerptos oram publicados no *Oriente Português*, vol. I, pág. 604, por I. Gracias.

(2) *Ta-ssi-yang-kuo*, 1899, pág. 575.

Capitão da Terra, ordenaram que Macao se pusesse em ordem de governo, como as cidades do Reino e do Estado da Índia, e, conforme a Ordenação, elegêrão juizes e vereadores, Procurador da Cidade e Escrivão da Camara e tomaram por nome *Cidade do Nome de Deus,* com que até então correram». Esta eleição da Camara foi aprovada pelo Vice-Rei D. Duarte de Menezes, que lhe passou patente em nome de S. Magestade, pela qual lhe concedeu o nome de cidade, e «*tendo respeito a ela se criar por si e seus moradores,* concedeu à Camara e oficiais dela, que pudessem eleger hum dos moradores para juiz dos Orfãos e dar-lhe escrivão que fôsse vitalício, ou tribunal, e o mesmo a respeito do Escrivão dante os Juizos ordinários». Esta informação, escrita apenas 7 anos depois, é mais digna de crédito do que a concessão de Foral mencionada na dita *Relação* de 1629.

Acrescenta, porém, esta que a cidade de Macau, «teve sempre governo diferente do das cidades da Índia, pois as questões com os mandarins eram constantes, o que só se vencia com de contínuo correr um cano de prata de Macau para Cantão, que sem isso se não pode sustentar aquela, e com êle se sujeita a cobiça dos Chins, que não a consentem senão pelo interêsse que dela têm».

Esta é, de-certo, a razão por que em Macau nunca existiu uma fortaleza, como os portugueses tinham em todos os pontos ocupados por iniciativa do govêrno da Índia, inclusivè nas ilhas de Sumatra e Ternate (Molucas); e assim se explica que Macau, considerando-se como cidade livre, foi a única povoação portuguesa que nunca arvorou a bandeira espanhola no período decorrido entre 1580 e 1640; e daí o título de *Leal*, conferido por D. João IV ao respectivo Senado Municipal.

Em 1622, tendo sido a cidade atacada pelos holandeses, defenderam-se os moradores heròicamente, fortificando-se e armando-se à sua custa, recrutando mercenários japoneses,

e tendo as mulheres dado as suas jóias e tudo quanto possuíam de valioso e reduzível a dinheiro, porque a cidade não tinha recursos próprios.

Só depois disto, receosos de um novo ataque, é que os representantes da cidade de Macau pediram socorros ao Vice-Rei D. Francisco da Gama, o qual, aproveitando o ensejo, lhes enviou por Capitão geral D. Francisco de Mascarenhas, — filho do herói de Malaca D. Nuno Mascarenhas e irmão doutros heróis, D. Pedro e D. Fernando, que ali pereceram em combate naval com os holandeses, — nomeado por Alvará de 17 de Maio de 1623, o qual levou consigo alguma tropa e munições. Mas, em Goa, o Conselho do Estado deliberára que, «*não sendo Macau terra de Sua Magestade,* deviam os moradores dela pagar à sua custa estes socorros, inclusivè o sôldo do Capitão geral», — o que se cumpriu.

Todos estes dados históricos da aludida *Relação* estão suficientemente confirmados, não só pelo autor da *Ásia Sinica e Japónica,* que também diz ter sido Macau, até 1622, govêrno independente dos Vice-Reis, mas sobretudo pelos documentos oficiais que, sob o rótulo de «*Papeis de D. Francisco de Mascarenhas*», se acham arquivados na Biblioteca Pública de Évora (1), entre os quais a tradução autêntica de um interessantíssimo documento chinês.

Como atrás ficou dito, pôsto que os mandarins de Cantão houvessem, em 1557, consentido que os portugueses se estabelecessem ou feirassem na ilha de Macau, ficaram os chineses sempre receosos dos novos vizinhos, com os quais freqüentemente tinham conflitos. Esses receios aumentaram de ponto depois que, desde os fins do século XVI, nos mares da China, e em especial no pôrto de Macau, começaram a surgir os fortes galeões da Índia, comandados por André Furtado

---

(1) Códice $\frac{\text{CXVI}}{2\text{–}5}$.

de Mendonça, D. Martim Afonso de Castro, D. Diogo de Vasconcelos e Miguel de Sousa Pimentel, que andavam em cruzeiro, para defender dos holandeses as feitorias e colónias portuguesas. Já em 1614 um mandarim de Cantão, vivamente alarmado, viera intimar os portugueses a retirarem-se no praso de três anos; mas a cidade de Macau conseguira, com valiosos presentes e outros testimunhos de amizade, adormecer tais desconfianças.

Em 1624, porém, renasceram elas com mais razão; porque, para se defender de um novo assalto dos holandeses, a cidade de Macau, não só tinha um capitão geral e numerosos soldados mercenários, portugueses e japoneses, mas construira muralhas e fortificações, em que haviam ficado assestados bastantes obuzes e canhões, não só do lado do mar, mas também do lado da terra, aparato bélico êste que atemorizou grandemente os cantonenses. «Os chins são ciosos e com tantas suspeitas não querem ver em suas terras capitães gerais, soldados e estrondo de guerra», — diz a citada *Relação*.

Enviaram, porisso, êles um extenso e enérgico memorial ao *Filho do Céu,* ou seja, ao Imperador, memorial em que, entre outras cousas, e segundo a tradução oficial, diziam:

«O mal de que se pode arrecear a cidade de Cantão não há outro maior do que os estrangeiros de Macao. De poucos anos a esta parte, a sua brava natureza e agreste e indómito coração, favorecidos dos Chins, que vivem com êles naquela cidade, que vivem todos juntos como bichos, têm cometido cousas, que parece não pode chegar a mais sua maldade... Antigamente em Cantão não havia estrangeiros que nos perturbassem... Depois que vieram estes portugueses de olhos de gato, com suas drogas, *não tendo lugar num porto aonde estar*, em Lampacau compravam e vendiam. Lampacau é mais fóra destas ilhas. Não sei quem foi causa de meter a estes Tigres neste mar cá de dentro, que é Macau,

onde estão... *De principio, não usavam mais que de boticas e casas de palha, e, acabada a Monção, se tornavam para as suas terras.* Agora, têm alevantado casas grandes e altas, em que estão muito à sua vontade; alevantam Igrejas, Muros, Tôrres, Baluartes, e, no meio do Mar, na Ilha Verde, têm feito uma alta tôrre; e, quanto mais têm vivido nas terras da China, tanto mais são soberbos e desobedientes, matando os nossos naturais... andam roubando os filhos e as filhas dos nossos naturais e os levam para as suas terras, ganhando nisto dez vezes dobrado, e andam juntando muitos petrechos de guerra e monições, e criam japões soldados, alevantam armada no mar, com muitas traças e invenções contra nós, etc., etc.».

Terminava a representação pelo pedido de envio de fôrças de terra e mar para a expulsão dos portugueses daquela ilha, cessando assim essa, para êles, detestada vizinhança.

O Imperador mandou ouvir sôbre o caso os seus conselhos. O *Pimpum,* conselho de guerra, foi de parecer que «não era conveniente usar de violência, porque os portugueses, embora inimigos dos holandeses, podiam unir-se com estes, e sobretudo com os japões, e virem todos contra a China; que era preferível criar-lhes mil dificuldades e embaraços, até forçá-los a retirarem-se de Macau para Lampacau, e desta ilha para as suas terras».

Com esta solução se conformou o Imperador; e, no cumprimento dela, foram os principais de Macau convidados a comparecer perante os mandarins de Cantão, os quais, dando-lhes uma cópia da mensagem supra, a qual foi logo traduzida por dois intérpretes, ambos portugueses, exigiram, em tom de *ultimatum,* fôsse derribado o muro que defendia aquela cidade do lado do continente, suprimido o capitão geral, reduzida a guarnição, demolida a parte alta do convento dos jesuítas, etc. Os portugueses prometeram tudo, embora pouco dispostos ao integral cumprimento de tais promessas.

No entanto, o muro foi derribado; e, como o Capitão geral D. Francisco Mascarenhas a estes e outros acto se opusesse, tachando-os de *rebelião,* foi o mesmo Capitão geral deposto, por um Bando do Senado da Camara de 10 de Outubro de 1624 e obrigado a embarcar para Goa!

(Continúa).

L. de Lumbe Gonçalves

LINHAS GERAIS DA HISTÓRIA DA DIPLOMÁTICA EM PORTUGAL

(Cont. do vol. 74.º, pág. 242)

Em 8 de Outubro de 1856 oficiou o Conselho de Instrução Pública, ao Liceu Nacional de Lisboa para êste dar parecer sôbre a referida freqüência (Doc. XVI).

Finalmente em 1861 ficou estabelecido o seguinte a respeito da carta de perito (1):

«Pela portaria de 8 de junho de 1861 firmou o governo as condições necessarias para se alcançar carta de paleographia aos alumnos que se julgassem com direito a obte-la.

«Os alumnos que pretenderem cartas de paleographia passada pela secretaria do reino, devem instruir os seus requerimentos com os documentos seguintes:

«1.º Certidão do lente da aula de diplomatica da frequencia com aproveitamento da mesma aula por tempo de um anno.

«2.º Certidão de approvação da lingua latina, passada por algum dos lyceus nacionaes.

«3.º Certidão de bom comportamento moral, civil e religioso, passada pela Camara Municipal e administrador do concelho ou concelhos onde tiver residido nos ultimos trez annos.

«4.º Alvará de folha corrida.

«5.º Edade de vinte e um annos.

«Na certidão de frequencia passada pelo lente de diplomatica, de-

---

(1) Em 19 de Janeiro de 1867 foi nomeada uma comissão formada por empregados do Real Arquivo para propor a reforma da repartição da Tôrre do Tombo e do curso de diplomática.

verá declarar-se expressamente se foram satisfeitas todas as prescripções exigidas nos §§ 6.º, 7.º e 8.º do alvará de 21 de fevereiro de 1801» (1).

Em data de 29 de Dezembro de 1851 dizia o Conselho Superior da Instrução Pública, com sede em Coimbra, ao Govêrno, que a aula de diplomática anexa ao Liceu de Lisboa fôra freqüentada com aproveitamento por nove alunos, aos quais se passou a respectiva atestação de freqüência e aproveitamento (2).

Os mapas de freqüência da aula até 1861-62 são os seguintes:

Freqüência:

No período que decorre desde o ano lectivo de 1836-1837 a 1855-1856, matricularam-se 129 alunos, dos quais concluíram o curso 103, e perderam o ano 26.

Neste período, os anos em que avulta mais a freqüência foram os que constam do seguinte quadro:

Anos	Matriculados	Concluíram o curso	Perderam o ano
1852–1853.....	11	8	3
1853–1854.....	11	9	2
1854–1855.....	18	12	6
1855–1856.....	16	12	4

No ano lectivo de 1856-1857 concluíram o curso 10 alunos; 1857-1858, 13; 1858-1859, 6; 1859-1860, 5; 1860-1861, 6; 1861-1862, 2. — E finalmente, no ano lectivo de 1862-1863 matricularam-se 6 alunos, e concluíram o curso 2 (3).

---

(1) J. Silvestre Ribeiro, *Historia*, vol. XI (1882), pág. 315.

(2) Idem, *ibidem*, vol. X, (1882), pág. 312.

(3) Idem, *ibidem*, vol. VI, (1876), pág. 256.

«Retificaremos aqui as notícias estatísticas, que de passagem demos no tômo VI, sôbre o movimento escolar:

Anos lectivos	Matricularam-se	Concluíram o curso	Perderam o ano
1854 a 1855	18	12	6
1855 a 1856	16	12	4
1856 a 1857	16	10	–
1857 a 1858	16	13	–
1858 a 1859	16	6	–
1859 a 1860	16	6	–
1860 a 1861	16	6	–

N. B. — No ano lectivo de 1861-1862 apenas concluíram o curso dois alunos.

No ano lectivo imediato matricularam-se seis alunos, e concluíram o curso dois» (1).

A grande maioria dos alunos contentava-se com a atestação da freqüência e raros tiraram a carta de perito, como fizeram Gabriel Pereira e José Ramos Coelho e outros. Neste período foram alunos os académicos Sousa Monteiro e Consiglieri Pedroso.

Com a reforma dos arquivos e bibliotecas de 1887 mudou por completo a feição da aula de diplomática e esta ficou incorporada no novo Curso Superior das Bibliotecas e Arquivos em que se compreendiam cadeiras do Curso Superior de Letras, ficando o novo curso nas reformas seguintes agregado à Faculdade de Letras de Lisboa (2). Esta e as outras faculdades de letras do país não abdicaram, porém, do di-

---

(1) J. Silvestre Ribeiro, *História*, vol. X, (1882), pág. 311.

(2) Até agora apenas tiraram a carta completa do curso cinco indivíduos.

reito de terem cadeiras das sciências auxiliares de história e por isso um trimestre é consagrado nelas ao ensino de diplomática.

A-pesar-da burocratização da aula de diplomática, esta prestou alguns serviços principalmente na parte paleográfica. Assim todo o trabalho de cópia e revisão dos *Portugaliae Monumenta Historica*, vulgarmente atribuído a Herculano, é devido ao antigo professor José Manuel da Costa Basto (1832-1913), e a secção das *Inquisitiones* do mesmo *Corpus* é da iniciativa e trabalho do professor João Pedro da Costa Basto, afilhado do grande João Pedro Ribeiro. João Pedro da Costa Basto (1824-1898) publicou em 1850 *Observações diplomaticas sobre o falso documento da aparição de Ourique, por um paleographo;* e em 1896, publicou a segunda edição do vol. V das *Dissertações* (1) de João Pedro Ribeiro, correcta dos numerosos erros tipográficos, que o corrompiam.

Francisco Nunes Franklin (1778-1833), discípulo de João Pedro Ribeiro e oficial maior do Arquivo, publicou em 1816 e em 1825 a *Memoria para servir de indice dos Foraes das terras do reino de Portugal e seus dominios.*

Outro aluno da aula de diplomática e funcionário do Arquivo foi João da Cunha Taborda (2), o paleógrafo infeliz da 1.ª edição do *Cancioneiro da Ajuda.*

---

(1) Redigiu ainda o catálogo das cópias trazidas do Vaticano pelo Visconde da Carreira, depositadas no Arquivo Nacional, catálogo que se encontra hoje publicado no *Boletim da Segunda Classe*. Outros catálogos dos documentos das corporações eclesiásticas da época medieval ali recolhidos não merecem referência. A biografia, com retrato, de João Basto começou a ser publicada no *Ocidente*, não se tendo terminado em virtude do seu autor J. I. de Brito Rebelo não ter obtido cópia das verbas testamentárias de Herculano, que lhe diziam respeito. O retrato de José Basto acha-se no tom. XXI, pág. 4 do *Dicionario* de Inocencio.

(2) A seu respeito há os seguintes artigos no *Boletim da Segunda Classe da Academia*, V, 350; VII, 95; X, 515.

Como exercício da aula e sem que houvesse imitação posteriormente, publicou-se em 1815 o livro intitulado *Memorias das inquirições* devido ao trabalho de alguns alunos dirigidos por João Pedro Ribeiro. Entre êsses alunos encontram-se dois frades-bentos, amanuenses do Real Arquivo, e que no início do regímen liberal foram demitidos dos seus lugares por terem requerido o uso da *Efigie* do soberano deposto D. Miguel (1).

Em 1841 tentou-se a publicação dos índices das chancelarias reais, mas o primeiro volume, o único publicado, não passou do fim do reinado de D. Sancho II.

É a única publicação medieval da responsabilidade do Arquivo.

Actualmente é professor de diplomática o sr. Laranjo Coelho, que se tem notabilizado em estudos medievais relativos ao Alto Alentejo.

*

* *

Não foi sem certa dificuldade, que a administração do Real Arquivo se conformou em admitir a diplomática como necessária habilitação dos respectivos empregados, e dessa relutância há remoques do punho de João Pedro Ribeiro. No vol. V das *Dissertações*, pág. 397, publicado em 1836, escreveu João Pedro Ribeiro o seguinte:

«Já em outro lugar lamentei a indiscreta escola de empregados no Archivo, e mesmo na reforma de D. Manuel; acrescento agora que foi preciso que nelle entrassem os meus Discipulos, para se precaver a ruina de alguns Documentos».

---

(1) Um dêstes religiosos morreu sùbitamente na noite da demissão, por lhe terem sido negadas as economias que fizera e que depositara em casa de uma família residente na rua Nova da Piedade.

Em 1808 representou João Pedro Ribeiro ao Desembargo do Paço a lembrar-lhe as vantagens consignadas no alvará de 21 de Fevereiro de 1801 aos discípulos da aula de diplomática para serem providos nos lugares vagos do Arquivo (Docs. XII e XIII).

Em 1819, data da publicação das *Memorias do Real Archivo da Torre do Tombo,* a pág. 46 escreveu João Pedro Ribeiro o seguinte:

«O regulamento da cadeira de Diplomatica de 21 de fevereiro de 1801 determina que findo os seis primeiros annos da Cadeira de Diplomatica (que se concluirão em Maio de 1807) se não admitirião mais officiaes e Escriturarios para o Real Arquivo, que não mostrassem ter frequentado, ao menos hum ano com aproveitamento, a mesma aula de Diplomatica».

Em nota acrescenta o douto autor: «Aquella recommenção se repetio ao Desembargo do Paço por outro Aviso de 1 de Janeiro de 1816». Suspeito, porém, que para se realizar êsse *desideratum* na matrícula da aula, se tivesse abandonado a exigência do latim a alguns alunos.

Num periódico *O Astro da Lusitania,* de 13 de Setembro de 1822, algum despeitado fez publicar o seguinte: «Manda a lei que se admitão discipulos para os logares da Torre do Tombo e admitte-se quem nunca frequentou esta aula e antes de finalizar o concurso! Alem disto, como ha de passar certidões de documentos antigos quem os não sabe ler»?

No regulamento de 3 de Novembro de 1839(1) do Real Arquivo incluem-se finalmente as disposições do alvará de 1801:

«Art. 5.º — Os officiaes Diplomaticos devem ter sido habilitados, na forma do Alvará de 21 de Fevereiro de 1801, nos estudos de Diplomatica pela frequencia da respectiva Aula com aproveitamento».

---

(1) *Colecção de leis,* de 1839, pág. 525.

«Art. 6.º — Os Escripturarios ou Amanuenses devem ter boa letra e ortographia regular. Serão preferidos para estes Empregos os candidatos que tiverem conhecimento de Lingoas. E das lingoas vivas, especialmente da Castelhana, Francesa e Italiana. 1.º Terão porém preferência áqueles os que possuindo os referidos conhecimentos tiverem freqüentado a aula de diplomática: e caso não tenham este adminículo poderão ser admitidos ás lições sem por isso perderem o vencimento de Escriturarios, contanto que façam constar ao governo a assiduidade na aula e o seu aproveitamento por atestação do respectivo Lente».

Em 1887, tendo já três decénios de existência uma escola superior de história, filosofia e literatura fundada por D. Pedro V em Lisboa e havendo já numerosos liceus na capital e províncias, o curso da diplomática sofreu uma transformação que podia ser de grandes conseqüências. Em Dezembro dêsse ano fundou-se o curso superior de bibliotecário-arquivista (ou melhor de bibliotecários arquivistas) em que, além da diplomática, entravam numismática, bibliologia e algumas cadeiras do Curso Superior de Letras. Esta iniciativa foi a imitação dos cursos congéneres de França e Espanha.

Em 1901, também em Dezembro, se fêz nova reforma das bibliotecas e arquivos, pela qual se criou a cadeira de paleografia desdobrada da de diplomática. Esta aula deixou de ser freqüentada pelos funcionários dêsses estabelecimentos e em lugar dela correram a matricular-se em massa na de paleografia, que a lei exigia para serem promovidos. O regulamento dêste curso tem a data de 3 de Outubro de 1902.

Não tem deixado de haver vozes, do meado do século passado até hoje, a reclamar o engrandecimento dos estudos diplomáticos em Portugal, mas os resultados dessas exigências foram mediocres. Em 1857, nas colunas do *Instituto*, um moço de vinte anos, que havia de ser depois o Marquês de Sousa Holstein (1838-1878), proclamou que «deviamos ter uma eschola, e não uma cadeira de diplomatica», que «a sciencia mesmo da diplomática é muito complexa»; que

«ser bom diplomatico, não é somente saber letras antigas e distinguir um codice do seculo XVI de um outro do seculo XI». O artigo termina assim: «Não me canço de o repetir — o estudo da diplomatica é importantissimo, e sendo, incontestavelmente o nosso archivo um dos mais ricos, é para lastimar que se não tenha dado mais desenvolvimento aquelle ensino, e organizado de modo que preste todos os serviços que pode e deve prestar».

Em 9 de Setembro de 1859 a Academia das Sciências de Lisboa por encargo oficial formulou um projecto de lei a respeito das carreiras em que teriam ingresso os diplomados com o Curso Superior de Letras. Francisco Adolfo Coelho na memória publicada em 1900 com o título *Le Cours Supérieur de Lettres,* pag. 29 escreveu: «Le diplôme du cours donnerait la préférence, en cas d'égalité des autres conditions, aux candidats qui se destineraient aux fonctions publiques suivantes: bibliothécaires, conservateurs et aides-bibliothécaires, paléographes adjoints des archives nationales, attachés de légation etc.». Os legisladores não sabiam que esses individuos entrando no Arquivo da Nação serião ocupados em transcrever para grandes livros os diplomas de funções públicas! Só agora terminou por completo esta função do Arquivo.

Em 1905 a Academia das Sciências de Lisboa propôs-se melhorar a situação dos arquivos do país e nomeou uma comissão composta do Conde de Sabugosa, Consiglieri Pedrosa e Cristovam Aires, relator, que fizeram a representação ao Govêrno com várias aspirações. Na 5.ª encontra-se o seguinte: «Que seja reorganizado o curso de bibliotecário e arquivista por forma a dar-se-lhe os elementos de ensino indispensáveis à preparação de bons funcionários técnicos completando o quadro das suas disciplinas e evitando a matrícula de alunos sem os indispensáveis preparatórios; e ao mesmo tempo garantindo preferência nos lugares técnicos

do quadro das bibliothecas e arquivos àqueles que levarem o diploma dêsse curso».

Como se isto ainda não fôsse bastante, o próprio inspector das Bibliotecas e Arquivos Gabriel Pereira em 1910 (1) propôs que se educasse pessoal para servir nos arquivos do país, pois um arquivista «não é um simples arrumador de papéis»; que «não basta ler documentos antigos, para se ter crítica e inteligência é preciso conhecimento de português antigo e do latim-baixo, empregado nos nossos documentos medievais; e também o conhecimento das instituïções pátrias, Ordens, Tribunais, cargos públicos, elementos sociais, linhas gerais da legislação».

Em 1920 António Ferrão (2) escreveu: «Tambem são outros obstáculos a falta de conveniente preparação técnica de alguns empregados, devido a não terem entrado por concurso ou segundo os dictames legais e as conveniências de serviço».

Como era de esperar a reforma liberal das bibliotecas e arquivos de 1911 em nada tocou nos melhoramentos da instrução dos funcionários, como a Academia representou e Gabriel Pereira escreveu.

Na reforma seguinte de 5 de Outubro de 1918 criou-se a cadeira de arquivologia; e o curso superior de bibliotecário-arquivista tomou pelo número e qualidade de disciplinas representadas um aspecto vistoso.

Em 10 de Maio de 1919 foi assinada uma nova reforma da Biblioteca Nacional, ficando de pé a de 5 de Outubro de 1918 só na parte que dizia respeito ao Arquivo Nacional; e logo em 12 de Fevereiro de 1920 foi assinado um novo regulamento de curso de biblioteconomia e arquivística quási com as mesmas bases da anterior.

---

(1) *Boletim das Bibliotecas e Arquivos*, IX, 206.

(2) *Arquivos e Bibliotecas*, pág. 93.

A representação da Academia das Sciências já mencionada foi atendida na reorganização do curso só na primeira parte do pedido, mas não o foi na segunda, que era justamente a mais importante.

Na de 1918 a sofismação do valor do curso em benefício dos funcionários insuficientemente habilitados foi velada, mas na de 1920 as garantias do curso de arquivística ficaram francamente anuladas pelos artigos do próprio regulamento.

Em 27 de Maio de 1927 publicou-se um novo diploma não menos vistoso do que os anteriores, que não chegou a entrar em execução.

*
* *

A implantação em Portugal da crítica diplomática, a importância que ela tomou cá, e a escola de diplomática do Arquivo Geral da Nação estão aqui descritas muito ao de leve; outros porventura aumentarão e corregirão as notícias registadas.

A diplomática e as publicações diplomáticas são insusceptíveis de tomar a forma de belas letras, porque elas são de carácter completamente técnico e exigem larga preparação para se fazerem. Os trabalhos diplomáticos são destinados só para um meio restrito e erudito, que os pode aproveitar em estudos históricos (1). Êste meio é o que sai preparado dos

---

(1) As publicações diplomáticas não trazem aos autores nem glória, nem proventos; e sem o auxílio do Estado, das corporações administrativas e das sociedades scientificas elas nunca saïriam à luz. Só num estado intelectual muito avançado se compreendem estes publicações.

É também muito difícil fazer perder á mocidade estudiosa o verbalismo inato. Na própria Espanha o arquivista e professor auxiliar da Faculdade de Letras, Gonzalez Palencia escreve: «Los archiveros no hemos encontrado todavía el bardo que sea capaz de hacer de las papeletas de un catálogo versos que formen un poema». *Los archivos*

cursos de história das faculdades de letras e que deve manter o prestígio do Estado. Impõe-se portanto para o bom desempenho desta missão, o estudo da origem da nacionalidade e da história política e administrativa das primeiras épocas, feita em face dos documentos, de que são custódios determinados funcionários, instruídos segundo os preceitos de um curso especial, que existe em Portugal desde 1801.

Como modêlo dos estudos históricos serve a Idade-Média por ser justamente esta época a que exige maior esfôrço de inteligência, e por êle se poderem aplicar as normas aos séculos seguintes.

Um diploma recente pretende tornar profícuos os estudos das Faculdades de Letras criando campos de actividade para os seus alunos, nada portanto seria mais prático neste sentido do que abrir as portas do Arquivo Geral da Nação aos alunos da história, a exemplo do que se faz já em Coimbra. A intervenção realizar-se hia: «mantendo os conselhos escolares e os directores das Faculdades interferência pedagógica nesses estabelecimentos». Em Espanha tem essa interferência a Academia Real de História.

*
* *

Não sei dizer quando em Portugal entrou o conceito da Idade-Média, talvez na época do romantismo, ou talvez antes um pouco. Quem o introduziu na História foi o autor da *Historia antiqua*, publicada em 1685, de nome Keller, alatitinado em Cellarius.

---

españoles y las investigaciones historico-literarias, 1926 nas *Conferencias dadas en el Centro de Intercambio Intelectual Germano-Español.*

Fr. Luís de Sousa nos *Anaes de D. João III* disse o seguinte: «não posso acabar comigo tresladar escrituras inteiras, onde basta especificar a sustancia. Dar treslados de papeis he modo de encurtar trabalho, encher muyto e cansar os leitores.

Recentemente publicou a Livraria Pereira um livro dirigido por um parente de Oliveira Martins, em que se contém os pareceres de Antero do Quental, Oliveira Martins e Júlio de Vilhena sôbre a importância da Idade-Média na história da civilização.

Em Coimbra o Dr. Cerejeira professa com brilho estudos sôbre aquela época, que inspiraram os trabalhos de Manuel Luís Martins, publicados em 1918-1919, intitulados: *O que é a Edade Media,* e *Lições de Historia medieval.*

Pedro de Azevedo

DOCUMENTOS

I

1769

«§ 3. Tambem se formarão humas pequenas Collecções, e simplissimas das Regras principaes da Critica, da Arte Diplomatica, dos mais Principios geráis, certos, e seguros, para delles se fazer uso nas Aulas. Ensinará o Mestre a fazer a applicação prática dos mesmos Principios, e Regras fundamentaes, confrontando-as com a Materia para facilitar a reflexão, e segurança de deduzir consequencias destas» (1).

II

1771

«Porque a Historia Literaria dá a conhecer, e confunde o Pedantismo, a tyramnia, e o Machiavellismo Literario, o Trazonismo, a Char-

---

(1) Plano dos estudos para a Congregação dos religiosos da Ordem Terceira de S. Francisco do reino de Portugal (Impresso). Approvado pelo rei em 3 de Junho de 1769. Na *Reforma dos Estudos. De 1759 a 1777.* N.º 417 do Cartorio do Ministerio do Reino, fl. 126.

Repete-se no «Plano dos estudos para os religiosos observantes de S. Francisco da provincia dos Algarves». (Impresso). Approvado pelo rei em 11 de outubro de 1769. Idem, fl. 161 v.

latenaria dos Eruditos, os Impostores, os Plagiarios, os vãos anunciadores de Obras, os satiricos, os Obscenos, os Impios, e os Sediciosos. Manifesta tambem os Codices Manuscritos, os Diplomas, os Numismas, e as Inscripções. Descobre os Archivos, em que estam depositados os mais preciosos Manuscritos da Antiguidade, que contribuem muito para o augmento das Sciencias».

Compendio historico do estado da Universidade de Coimbra, Lisboa, p. 241.

«Ao mesmo juramento se deve tambem attribuir a total negligencia, com que as referidas Ordens dos Jesuitas tem procedido, e procedem a respeito do Estudo das principais Linguas vivas; como são por exemplo, a Portuguesa e Franceza; da Hermeneutica; da critica; da Politica; da Economica; da Fysica; da Mathematica; da Medicina: da Theologia pela grande connexão, que com ella tem a Jurisprudencia Canonica; da Geographia; da Chronologia; da Diplomatica; da Esphragistica; da Numismatica; da Lapidaria; e de alguns outros subsidios da Jurisprudencia; não só não procurando ter dellas as noções necessarias, e uteis para o fim da Jurisprudencia; mas tambem desprezando-as de todo, como superfluos, e como indifferentes, para o bom progresso das Faculdades Juridicas».

Idem, pag. 291.

III

1772

Sobre o Estabelecimento dos Estudos Menores.

Senhor — Sendo fatal o estrago causado nas Escolas Menores deste reino pela negligencia e educação positivamente má dos Jesuitas a que ellas forão confiadas e não se havendo reparado ate ao presente quanto era necessario achou esta Mesa que estava na impreterivel obrigação de fazer as mais serias conferencias sobre a forma, porque se deve restabelecer uma tão importante e consideravel parte da Litteratura e com que se repare de ruinas tão indecentes um Estado que merece a diligencia e vigilias laboriosas dos que presidem aos seus interesses pelos rarissimos talentos dos seus individuos e pelas effectivas demonstrações com que V. Mag.de se faz reconhecer e respeitar Protector das Sciencias e Artes.

. . . . . .

Quarta, e outras mais Applicações: a instituição de algumas mestras de ler e escrever meninas orfãs e pobres: a cultura de um horto bota-

nico: a instituição de um professor com aula de ensinar a ler caracteres antigos cuja noticia é necessaria quotidianamente para muitos e differentes usos: ajudas de custo para a estampa das obras compostas pelos Ministros e pelos professores sugeitos á Mesa...

Mesa 3 de agosto de 1772. — Bispo P. — Arcebispos de Lacedemonia — Bispo de Penafiel — Bispo de Bragança — Bispo de S. Paulo — Pedro Viegas de Novaes — Francisco de Atouguia Bettencourt — Fr. João Baptista de São Caetano — Fr. Joaquim de Santa Anna e Silva — Fr. Francisco Xavier de Santa Anna — Fr. Francisco de Sá — Fr. Luiz do Monte Carmelo (1).

IV

1772

«Nelles examinará, e verificará os factos historicos com as devidas luzes da *Critica* e da *Diplomatica:* Averiguando se as ditas fontes, e monumentos são verdadeiros, ou apocryfos: Se os referidos Authores coetaneos foram homens prudentes e probos; Se escreueram com critica: Se são conhecidos por Authores de boa nota; Se foram parciais de algumas seitas, Sociedade, ou Familia; cuja contemplação os fizesse desviar da verdade» (2).

V

1772

«Examinará (o Lente de Direito Patrio): Promptuarios, Elucidarios, Repertorios, Glossarios, Diccionarios e Vocabularios antigos e modernos da baixa e infima Latinidade, e da Lingua Portugueza: os Escriptores das differentes idades Historicas, Juridicas, Oradores, e Poetas Sagrados, e Profanos, impressos e manuscritos. E não contente com a lição delles procurará ver os Diplomas, não só os que se achão estampados em algumas collecções, mas tambem os que existem occultos em Archivos Publicos e Cartorios dos Mosteiros e das Cathedraes destes Reinnos; Para o que vendo, que em todos os ditos Archivos, e Cartorios se lhe dê accesso, e permittir a entrada com faculdade de ler, e copiar dentro delles os Diplomas, que lhe forem necessarios. O que assim se cumprirá inviolavelmente pelas grandes vantagens, que do uso, e exame dos Di-

---

(1) Mesa da Commissão Geral do exame e censura dos livros. De 1768 a 1779. N.º 362, fl. 109 v.; e ainda na *Reforma dos Estudos. De 1759 até 1773.* N.º 417, fl. 190 v.

(2) *Estatutos da Universidade de Coimbra*, tom. I, pág. 65.

plomas, que se encerrão nos ditos Archivos, e Cartorios, se ha de seguir para a indagação das origens, e illustração das Leis Patrias» (1).

VI

1775

Senhor. — Como as nações illuminadas da Europa tem feito vantajosos progressos no estudo diplomatico pela consideração da summa utilidade que lhes provem do conhecimento e distinctas noticias dos caracteres antigos de que se compõem infinitos Manuscriptos uteis ao publico por serem de fazendas, privilegios, jurisdicções, foros, leis, doações, noticias historicas de serviços feitos á patria e de muitas outras cousas necessarias ao decoro das nações: tem esta Mesa considerado ser assumpto digno de providencia o estabelecimento de uma Cadeira de Diplomatica, servida por um mestre habil com sufficiente numero de discípulos, que aprendam esta disciplina para interpretarem os copiosos monumentos de que abunda este reino sepultados nos cartorios das cathedraes e communidades, collegiadas e regulares, praticando-se esta cadeira pelas instrucções e debaixo da inspecção desta Mesa observando os desempenhos do mestre e os progressos dos discipulos. E constando ser José Pereira da Silva o sugeito mais proporcionado para estes fins pelos exames e provas que tem dado da sua habilidade conduzida esta Mesa pelas felicissimas experiencias que Vossa Magestade tem feito praticar em tudo quanto é relativo ao bem e credito nacional anima se a propor a Vossa Magestade a necessidade e a providencia que se faz precisa em uma materia de tão boas consequencias e a um sugeito que pode concorrer para a verificação destas propondo mais o ordenado de quatrocentos mil reis cada anno, tendo o mesmo mestre alem das lições quotidianas de manhã e tarde a outra obrigação de ler no cartorio e bibliotheca da Mesa o que se lhe determinar. Mesa a 24 de julho de 1775. — Bispo P. — Arcebispo de Lacedemonia — Pedro Viegas de Novaes — Fr. Joaquim de Santa Anna e Silva — Fr. Francisco de Sá. — Fr. Francisco Xavier de Santa Anna — Fr. Luiz de Santa Clara Povoa — Fr. José da Rocha — Fr. José Mayne — Antonio Santa Martha Lobo da Cunha — Antonio Verissimo de Larre.

Sua Magestade como parece. Oeiras 5 de agosto de 1775 (2).

---

(1) *Estatutos da Universidade,* liv. II, tit. VI, cap. III, § 5.º, tit. II, pag. 325; e J. S. Ribeiro, *Historia etc.* I, pág. 342.

(2) Mesa da Commissão Geral do exame e censura dos livros. De 1768 a 1779. N.º 362, fl. 179.

VII

1775

Dom José etc. Faço saber aos que esta Minha carta virem que tendo consideração ás letras, qualidades e merecimentos que concorrem na pessoa de José Pereira da Silva: Hei por bem fazer-lhe mercê do lugar de professor de orthographia diplomatica para esta cidade de Lisboa vencendo de ordenado em cada um anno 400$000 reis que cobrará na folha dos professores desta mesma cidade e servirá o sobredito lugar por tempo de tres annos; e quando Eu haja por bem que continue no mesmo exercicio o fará por apostilla gratuita nesta carta e jurará perante o Bispo de Beja do meu Conselho, presidente da Real Mesa Censoria de guardar em tudo o serviço de Deus e meu na observancia das instrucções determinadas para as escolas menores e no mais concernente ao dito emprego. Pelo que mando a todos os ministros, officiaes e mais pessoas a que esta Minha carta for apresentada e o conhecimento della pertencer que deixem usar ao mesmo José Pereira da Silva plena e livremente do dito exercicio de professor de orthographia diplomatica e gosar de todas as honras, privilegios, liberdades e isenções que lhe são concedidas. E por firmesa de tudo lhe Mandei dar a presente carta assignada pelo mesmo Bispo de Beja e passada pela Minha chancelaria mór da corte e reino e sellada com o sello pendente das Minhas armas, a qual se cumprira tão inteiramente como nella se contem; e não pagou novos direitos pelos não dever na conformidade do Meu Decreto de 27 de setembro de 1759 como constou por conhecimento dos officiaes delles. El Rei Nosso Senhor o mandou pelo Bispo de Beja do seu conselho, presidente da Real Mesa Censoria. Dada na cidade de Lisboa aos 9 dias do mes de Agosto de 1775. — Bispo Presidente — Alexandre Ferreira de Faria Manuel a fez escrever. Caetano José Mendes a fez — Antonio José de Afonseca Lemos. Não pagou direitos de chancellaria na forma do real decreto e aos officiaes com o meio dobro 7542 reis. Lisboa 15 de maio de 1777. D. Sebastião Maldonado (1).

---

(1) *Chancellaria de D. José*, Liv. 93, fl. 283. — «Contudo, ainda depois do fallecimento do professor, e quando se escreviam as *Instituições para as Aulas*, considerava-se fixa e permanente aquella cadeira» (Trigoso, *Elogio historico de Cenaculo*), *apud* J. Silvestre Ribeiro, *Historia etc.* I, pag. 344, nota 3.

VIII

1796

Dom Francisco Rafael de Castro, do Meu Conselho, Principal da Santa Igreja de Lisboa, e Reformador, Reitor da Universidade de Coimbra. Eu A Rainha vos envio muito Saudar. Tendo resoluto crear uma Cadeira de Diplomatica e incorpora-la nessa Universidade: Attendendo aos talentos, intelligencia, zelo, prestimo do Doutor João Pedro Ribeiro, como tem demonstrado pelos seus trabalhos que me foram presentes; Tendo-Me proposto nomea-lo como com effeito nomeio, para primeiro Mestre da dita Cadeira com ordenado de quatrocentos mil reis por anno, com o vencimento da data desta. Considerando, porem, a necessidade e utilidade que ha por ora de elle continuar por algum tempo nas suas indagações e trabalhos, que tem extraordinariamente adeantados, para sobre elles fazer mais completo o seu plano de ensinar: Sou outro sim servida que vença com effeito desde já o dito ordenado e que continue os seus trabalhos, reservando o exercicio da Cadeira para quando Eu o mandar sobre a vossa informação. O que me pareceu participar-vos para que assim o tenhaes entendido e o façais executar. Escripta no Palacio de Queluz em 6 de janeiro de 1796. — Principe (1).

IX

1801

Reverendo Bispo de Coimbra, Conde de Arganil, Reformador Reitor da Universidade de Coimbra, Amigo. Eu o Principe Regente vos envio muito saudar, como aquelle que amo Tendo resolvido que o exercicio da Cadeira de Diplomatica se verifique por ora na Corte e cidade de Lisboa: Sou servido que ao Lente actual da mesma Cadeira, o Doutor João Pedro Ribeiro, seja conservado o ordenado, propinas, honras e preeminencias, que lhe competem em razão de Lente actual e Doutor

---

(1) *Universidade* N.º 10, de 1790 até 1801. N.º 438 do *Archivo do Ministerio do Reino.* Segundo uma «Relação dos Lentes e Oppositores de todas as Faculdades» que se encontra no Maço 518 do Ministério do Reino e que chega até 1799, o Doutor João Pedro Ribeiro tem a data da sua graduação em 6 de Maio de 1781.

na faculdade de canones, como se realmente residisse na mesma Universidade e nella exercitasse o seu magesterio: E Hei outro sim por bem declarar unida e incorporada interinamente a mesma cadeira de Diplomatica na faculdade de Canones, de que o dito Lente era oppositor, sem prejuiso da antiguidade dos que a tiverem maior na mesma faculdade. O que me pareceu participar-vos, para que assim o fiqueis entendendo e façaes executar, registando se esta no Registo Geral da mesma Universidade, da Junta da Fazenda e da Faculdade de Canones. Escripta no Palacio de Queluz, em vinte de fevereiro de mil oitocentos e um. — Principe (1).

X

1801

Eu o Principe Regente etc. Faço saber aos que este Meu Aluará de Regulamento com força de Lei virem: Que tomando em consideração o interesse que resultará ao Meu serviço e ao Bem Publico e Particular de se verificar por ora na corte e cidade de Lisboa o exercicio da cadeira de Diplomatica que Fui servido crear e incorporar na Universidade de Coimbra: Sou outro sim Servido regular o mesmo estabelecimento e sua economia na maneira seguinte:

Serão reputados ouvintes obrigados da mesma aula todos aquelles que aspirarem a ser ocupados nos empregos e escrituração do meu Real Archivo da Torre do Tombo e nos offlcios de tabellião de notas da cidade de Lisboa; e não podendo ser provido ou empregado nos mesmos Officios e ministerios pessoa alguma depois de seis annos de exercicio desta cadeira sem que primeiro mostre competentemente ter frequentado com aproveitamento a mesma aula ao menos por tempo de um anno.

Com os bachareis que pretenderem entrar ou continuar no Meu serviço nos lugares de letras e com aquelles que requererem os officios de tabelliães do reino achando-se habilitados com os mesmos conhecimentos diplomaticos, Terei aquella contemplação e preferencia de que se fazem acredores pela maior aptidão com que ficam instruidos para melhor desempenho das suas obrigações.

Hey outro sim por muito recommendado aos prelados maiores das

---

(1) *Universidade*, N.º 10 de 1790 até 1801. N.º 438 do *Archivo do Ministerio do Reino*. — Publicado por J. S. Ribeiro, *Historia, etc.* III, pag. 30.

congregações regulares deste reino que tem cartorios com documentos antigos mandem habilitar com os mesmos conhecimentos aquelles de seus subditos que destinarem pelos seus particulares talentos para o emprego de cartorarios ou chronistas das suas respectivas corporações.

A admissão dos discipulos desta aula será privativa do lente da mesma cadeira com tanto que se mostrem habilitados com o conhecimento da lingua latina por certidão mandada passar pela competente repartição quando não tenhão já sido approvados para frequentar as aulas da Universidade.

Não poderá com tudo o mesmo lente passar atestação de frequencia e aprovcitamento aos ouvintes da aula sem despacho do Meu ministro e secretario de estado dos Negocios do Reino, a cuja inspecção ficará immediatamente sujeita a mesma aula dando as determinações interinas que se fizeram necessarias e consultando-lhe as mais providencias que lhes pareceram opportunas.

O lente da mesma cadeira concluirá dentro de um anno lectivo que principiará sempre no mes de outubro as prelecções elementares de diplomatica portuguesa que durarão diariamente hora e meia a saber até a paschoa da ressurreição das dez horas da manhã até as onze e meia, e dahi em diante das oito horas até as nove e meia. Reputando-se feriados sómente os dias que por taes são havidos na Universidade de Coimbra, substituidos os que são privativos da mesma pelos dias de grande gala da Minha corte.

Das mesmas prelecções empregará o respectivo lente os dias que lhe pareceram opportunas nos exercicios praticos para o que o Guarda-mór do Meu Real Archivo lhe mandará franquear dentro do mesmo Archivo os diplomas e mais documentos que o mesmo lente julgar convenientes para as suas demonstrações praticas. E como no mesmo Real Archivo se não conservam documentos de alguns seculos anteriores ao estabelecimento desta monarchia, de que abundam outros cartorios, nestes mesmos se verificará o que deixo determinado acerca do Meu Real Archivo para cujo fim lhe serão franqueados por quem delles tiver a immediata inspecção como tão bem para as averiguações que o mesmo lente julgar opportunas á maior illustração da sciencia diplomatica da nação extendendo a seu respeito a providencia dos estatutos da Univerdade de Coimbra, Livro segundo, titulo sexto, capitulo terceiro e paragrapho quinquagesimo respectivo ao lente de direito patrio.

Alem dos conhecimentos que o lente de diplomatica procurará aos seus discipulos privativos aos diplomas e mais documentos não perderá de vista as noções opportunas dos outros monumentos de antiguidade

da nação de forma que os discipulos fiquem tão bem com uma sufficiente noticia da numaria, numismatica e lapidaria.

Para melhor promover a cultura desta sciência e precaver ao mesmo tempo os inconvenientes que resultam de se passarem certidões de documentos antigos por tabelliães e escrivães destituídos até do mais leve conhecimento de paleographia sobre a fé de pretendidos peritos, que ainda quando tenham a aptidão competente, padecem o defeito de não serem juramentados e de não terem fé publica: Sou servido que depois de completarem os seis primeiros annos de exercicio desta cadeira nenhum tabellião ou escrivão possa passar certidão de documento lavrado no seculo decimo sexto ou antecedentes sem que seja conferida e assignada por hum perito, que tendo frequentado a mesma aula com aproveitamento se tenha habilitado para o mesmo fim por carta de perito em paleographia expedida pela Mesa de desembargo do paço precedendo informações da sua probidade e boa fé e tendo dado juramento na Minha chancellaria, cuja carta lhe servirá somente para o habilitar para as conferencias dos ditos documentos antigos. Pela dita conferencia vencerá de salario o dobro de que for contado ao tabellião por essa certidão; cujo dobro vencerá tambem o mesmo tabellião em logar do salario ordinario quando se achar habilitado legalmente com os respectivos conhecimentos não precisando nesse caso de servir-se de algum outro perito. E debaixo da providencia deste paragrapho se entenderão todas as provisões e ainda alvarás concedidos a corporações e particulares sobre a fé das certidões e publicas formas dos documentos dos seus cartorios.

Todos os tribunaes e ministros perante os quaes se contestar a authenticidade ou genuina intelligencia de algum documento antigo poderão ao mesmo respeito ouvir o lente desta cadeira e sobre o seu parecer decidirão o que julgarem mais justo ao mesmo respeito.

O lente e discipulos que frequentarem com assiduidade e aproveitamento a mesma aula de diplomatica gosarão de todos os privilegios que pelas Minhas leys competem aos professores publicos e seus discipulos. Sendo, porem, o mesmo lente doutor em algumas das faculdades pela Universidade de Coimbra gozara de todas as preeminencias, honras e privilegios que se achão concedidas aos lentes da mesma Universidade.

Pelo que Mando à Mesa do Desembargo do Paço, presidente do Meu Real Erario, regedor da Casa da Supplicação, reformador reitor da Universidade de Coimbra, conselhos da Minha Real Fazenda e do Ultramar, Mesa da Consciencia e Ordens e mais tribunaes e pessoas ás quaes o conhecimento deste Meu alvará houver de pertencer o cumpram,

guardem e façam cumprir e guardar tão inviolavelmente como nelle se contem, sem duvida ou embargo algum, qualquer que elle seja.

E ao Doutor José Alberto Leitão do Meu conselho, desembargador do Paço e Chanceller-Mór destes reinos Ordeno que a faça publicar na Chancellaria; registando-se em todos os logares aonde se costuma registar semelhantes alvarás e guardando-se o original deste no Meu Real Archivo da Torre do Tombo. Dado no Palacio de Queluz em vinte e hum de Fevereiro de mil oitocentos e um. — Principe — Dom Rodrigo de Sousa Coutinho — Antonio Pereira de Figueiredo a fez — José Alberto Leitão — Foi publicado este alvará com força de lei na Chancellaria-Mór da Corte e Reino — Lisboa dois de julho de mil oitocentos e um annos — Jeronymo José Correia de Moura (1).

XI

1801

Reverendo Bispo de Coimbra, Conde de Arganil, Reformador, Reitor da Universidade de Coimbra, Amigo. Eu o Principe Regente vos envio muito saudar, como aquelle que amo Attendendo a intelligencia prestimo e mais circunstancias que concorrem em José Anastasio de Figueiredo, Official da secretaria de estado dos Negocios do Reino: Hei por bem nomea-lo Lente substituto da Cadeira de Diplomatica, com o ordenado de duzentos mil reis por anno, pago aos quarteis pelo Meu Real Erario, com o vencimento da data desta. O que me pareceu participar-vos para que o tenhaes entendido e o façaes executar pela parte que vos toca. Escripta no Palacio de Queluz em 11 de Julho de 1801. — O Principe (2).

XII

1808

«Em data de 11 de outubro de 1808 foi dirigido um aviso ao Desembargo da Paço, tendente a fazer dar execução ao alvará de 21 de fevereiro de 1801, na parte que respeita ás vantagens nelle concedidas aos discipulos approvados da Aula da Diplomatica.

---

(1) Livro 15 de Leis, fl. 163 v.

(2) *Universidade*, N.º 10, de 1790 até 1801. N.º 438 do Archivo do Ministerio do Reino. — Extractado por J. S. Ribeiro, *Historia, etc.*, III, pag. 33.

«N. B. — Na mesma conformidade foi expedido um aviso ao Conselho da Fazenda.

«Tanto estes avisos, como o de 12 de maio de 1812, endereçado ao guarda-mor do real archivo, e o de 5 de janeiro de 1816, repetido ao Desembargo do Paço, tinham por fim animar o estudo da diplomatica, fazendo sentir as vantagens que o alvará de 21 de fevereiro de 1801 concedeu aos discipulos approvados da aula da mesma disciplina».

XIII

1808

Copia — Senhor — Representa a V. A. R. o Lente da Cadeira de Diplomatica que achando-se já findos os seis primeiros annos de exercicio da mesma Cadeira para se verificarem aos Discipulos daquella Aula as vantagens que se lhe facultão no Alvará de 21 de Fevereiro de 1801, parece fazer-se necessario que V. A. R. se digne mandar declarar á Meza do Desembargo do Paço que na forma do mesmo Alvará ficão privativos dos Discipulos aprovados da Aula de Diplomatica os Officios de Tabeliaens de Nottas da Cidade de Lisboa, e a conferencia das Certidoens de Documentos antigos para os que tiverem Carta espedida pelo mesmo Tribunal de Peritos Paleografos: como tambem ao Conselho da Fazenda a cujo Conselheiro mais antigo em actual exercicio se acha cometida a Serventia de Guarda Mór do Real Archivo da Torre do Tombo, que na forma do mesmo, Alvará não podem ser providos os Lugares de Officiaes e Escripturarios daquelle Archivo se não em os Discipulos aprovados de Diplomatica — De V. A. R. — Reverente Vassalo — João Pedro Ribeiro — Lente de Diplomatica:

Avizo — Ill.^{mo} Ex.^{mo} Snr. — Os Governadores destes Reynos mandão Remetter ao Conselho da Fazenda a Copia inclusa da Representação feita pelo Lente da Cadeira de Diplomatica João Pedro Ribeiro: E ordenão que o Conselho vendo o seu conteudo defira na conformidade do Alvará de 21 de Fevereiro de 1801. O que V. Ex.^{a} fará presente no Conselho da Fazenda para que assim o execute pela parte que lhe toca — Deos Guarde V. Ex.^{a} Secretaria de Estado dos Negocios do Reyno em 11 de Outubro de 1808 — João Antonio Salter de Mendonça — Snr. Conde de Peniche — Antonio Xavier da Gama Lobo.

O Conselheiro Guarda Mór da Torre do Tombo dê cumprimento ao Artigo que se lhe remete por Copia Lisboa. 17 de Outubro de 1808 — Com cinco rubricas.

Cumpre-se e se Registe. Lisboa 21 de Outubro de 1808 — Mesquita (1).

XIV

1819

No reinado do Senhor D. José se publicaram no anno de 1772 os Novos Estatutos da Universidade de Coimbra, dos quaes no Livro 2.º, tit. 6.º, Cap. 3.º, § 50 se mandarão franquear ao Lente de Direito Patrio todos os Archivos Publicos, e por tanto o mesmo Real Archivo, facultando-lhe ler, examinar, e copiar dentro delles os Diplomas que lhe fossem necessarios. Esta mesma disposição se fez transcendente ao Lente de Diplomatica Portugueza pelo Alvará do Regulamento da mesma cadeira de 21 de Fevereiro de 1801, estendendo-a neste Alvará a que o mesmo Lente podesse mostrar qualquer Diploma ou outro qualquer Documento daquelle Arquivo aos seus Discipulos, para os exercitar praticamente em Principios da Diplomatica Portugueza.

Naquelle mesmo Alvará se determina, que findos os seis primeiros annos de exercicio da Cadeira de Diplomatica, (que se concluirão em Maio de 1807), se não admitirião mais Officiaes e Escriturarios para o Real Archivo, que não mostrassem ter frequentado ao menos hum anno com aproveitamento, a mesma Aula de Diplomatica (2).

Por Aviso de 18 de Abril de 1803 (3) se mandárão contar como prontos os mesmos E2cripturarios do Real Archivo, que frequentassem a Aula de Diplomatica, nos dias em que fossem com o respectivo Lente a exercicios praticos em qualquer outro Archivo existente em Lisboa (4).

---

(1) Archivo Nacional — Maço 6 de avisos e Ordens, n.º 91.

(2) Por avizos dirigidos ao Desembargo do Paço e Conselho da Fazenda, em data de 11 de Outubro de 1808, se mandou executar esta disposição, e as outras vantagens no mesmo Alvará concedidas aos Discipulos aprovados da Aula de Diplomatica. Aquella recomendação se repetio ao Desembargo do Paço por outro Aviso de 5 de Janeiro de 1816 (Livro de Registo da Secretaria d'Estado dos Negocios do Reino)

(3) Maço 6 de Avisos e Ordens — Real Archivo n.º 4.

(4) João Pedro Ribeiro, *Memorias authenticas para a historia do Real Archivo*, Lisboa, 1819, pag. 47.

XV

1836 (1)

Sua Magestade a Rainha Tomando em consideração a urgente necessidade de se abrir no proximo anno lectivo a Aula de Diplomatica que se acha fechada há mais de cinco annos com gravissimo prejuizo publico e dos individuos que na conformidade do Alvará de 21 de fevereiro de 1801 não podem ser providos em certos empregos publicos sem as habilitações daquelle estudo; E conformando-se a mesma Augusta Senhora com a Proposta e representação que a este respeito dirigiu a este Ministerio o Guarda-Mor do Real Archivo da Torre do Tombo: Ha por bem Ordenar que o official maior do referido Archivo José Manuel Severo Aureliano Basto sob a inspecção do dito Guarda-Mor leia em Curso de Diplomatica nos termos do citado Alvará, sem que dahi resulte prejuizo ou atrasamento ao serviço ordinario do Real Archivo vencendo por este trabalho, em quanto bem servir a gratificação annual de duzentos mil reis em logar dos quatrocentos mil reis concedidos aos professores da cadeira de Diplomatica, paga aos quarteis pela folha competente. O que se participa ao sobredito Guarda-Mor para sua intelligencia, execução e mais effeitos convenientes. Palacio das Necessidades em 14 de outubro de 1836. — Manuel da Silva Passos.

Cumpra-se, registe-se e guarde-se. Real Arquivo da Torre do Tombo, em 17 de outubro de 1836. Doutor Antonio Nunes de Carvalho, Guarda-Mor Interino (2).

XVI

1856

Copia — Conselho Superior de Instrução Publica — Segunda Secção

---

(1) «A João Pedro Ribeiro succedeu, na regencia da cadeira, o Sr. Francisco Ribeiro Dosguimarães; como, porem, fosse este promovido a conselheiro da mesa da consciencia e ordens, no anno de 1831, ficou sem exercicio o respectivo ensino, durando este interregno até ao anno de 1836, no qual o governo tomou a providencia que deixamos indicada no texto, constante da portaria de 24 de outubro de 1836». J. S. Ribeiro. *Historia*, VI, pag. 254.

(2) Maço 17 de Ordens, n.º 145.

— Numero cento sessenta e tres — Liuro Primeiro — Numero quatro (*sic*) noventa e seis — Agitando-se duvida acerca do tempo necessario de estudos na Aula de Diplomatica, existente no Real Archivo da Torre do Tombo, que dê direito aos alumnos que os houverem cursado para obter Carta de Perito em Paleographia, visto que o Alvará com força de Lei de 21 de fevereiro de 1801, determinando que o curso da referida aula seja de um anno, não marca todavia o tempo, ou annos de frequencia necessarios para a concessão da Carta de Perito; Manda Sua Magestade El-Rei, pelo Conselho Superior de Instrucção Publica, que o Conselho do Lyceu Nacional de Lisboa, em vista do Art. 53 do Decreto de 20 de setembro de 1844, formule as instrucções e proponha o Regulamento já para o curso e exercicio da Aula de Diplomatica, já para a habilitação dos que pretenderem Carta de Perito e outros empregos do Estado para os quaes a Lei exige a frequencia dos estudos diplomaticos; devendo para aquelle fim ser ouvido o respectivo professor destes estudos. Coimbra 8 de outubro de 1856 — José Ernesto de Carvalho e Rego, Vice Presidente — Basilio Alberto de Sousa Pinto, Director — O Secretario Geral José Antonio d'Amorim.

Esta conforme. Secretaria do Lyceu Nacional de Lisboa 2 de novembro de 1856. — M. José Maria da Silveira Almendro, Secretario (1).

FIM.

(1) A copia é acompanhada de um officio do Reitor do Liceu de Lisboa ao professor da Aula. Maço 26 de Ordens n.º 186.

DESENVOLVIMENTO DA FILOSOFIA EM PORTUGAL DURANTE A IDADE-MÉDIA (1)

O estudo histórico da evolução das ideas em Portugal está, por assim dizer, na sua fase preliminar. Êle reclama actualmente o inventário analítico e seguro dos factos bio-bibliográficos e o exame parcial dos problemas e inquietações intelectuais, tanto nas suas origens e relações, como na sua coloração nacional. É esta atitude transitória e modesta, da qual nos desprendemos sempre sem nostalgia, que presentemente se impõe, pois, sem a caça paciente e lúcida dos factos, tôdas as construções serão frágeis e precárias; mas assumindo o honroso encargo de inaugurar os trabalhos da nossa secção, não resisti à tentação de apresentar, a simples título de introdução e como balanço dos estudos realizados, uma visão panorâmica da cultura filosófica em Portugal durante a idade-média (1).

JOAQUIM DE CARVALHO

---

(1) Discurso inaugural da Secção de Sciências Históricas, Filosóficas e Filológicas, do Congresso das Associações Portuguesa e Espanhola para o Progresso das Sciências, realizado em Cadis, (1927).

Servir-me hão de limites o século XII, e o final do século XV, ou antes o primeiro quartel do século XVI.

No século XII começa a autonomia política de Portugal, e com ela se desenvolve o anelo duma cultura de tendência nacional; no primeiro quartel do século XVI surge entre nós a visão renascente da vida, trazendo consigo uma nova estimativa de valores e inéditas direcções e preocupações intelectuais. Nesta excursão de três séculos o viandante encontra uma variada païsagem espiritual; mas detendo-nos apenas sôbre os aspectos que implìcita- ou explìcitamente envolvem uma concepção do mundo ou da vida, ou simplesmente exprimem uma atitude de reflexão, reconhecemos como que quatro planos fundamentais, sôbre os quais se inserem tôdas as inquietações do espírito lusitano. Estes planos são dados pelo predomínio dos problemas teológico, filosófico, no sentido didáctico ou técnico, moral e político.

*

* *

A filosofia medieval nasceu e, em grande parte, gravitou em tôrno das religiões, ou, melhor, das teologias, das quais era solidária, quando não subordinada. Esta relação, verdadeira para tôda a idade-média, é-o duma forma muito particular para Portugal, pois é quási exclusivamente na esfera dos problemas patrísticos e da teologia cristã que se move o vago e ténue espírito filosófico. Êste espírito, em Portugal, como alhures, nem sempre é ortodoxo, e é até interessante notar que as suas manifestações mais vivas assumiram por vezes uma feição heterodoxa.

O primeiro sintoma desta heterodoxia encontramo-lo no que pode chamar-se o ascetismo anticlerical. As suas raízes mergulham no movimento franciscano, alimentando-se principalmente com a idea mística da pobreza.

Referindo-me ao movimento franciscano, quero deter-me um momento sôbre o companheiro de S. Francisco de Assis, S.to António de Lisboa, no século Fernando de Bulhões. *Martelo das heresias* lhe chamaram os contemporâneos, e em verdade porque nas páginas espêssas dos seus sermões sente-se ainda o eco da sua voz colérica e apaixonada contra os desvarios do século e desvios morais do clero. Foram sem dúvida os dissídios religiosos da Itália e do sul da França que fomentaram a combatividade a êste doce Amadis do Céu, na delicada expressão do poeta Afonso Lopes Vieira; ¿mas não derivaria o ardor ascético do seu temperamento lusitano?

Não é pelos raciocínios e construções teológicas que os seus sermões merecem ser recordados; mas pelo método incisivo, de comentário breve e rápido às citações da Escritura. Êste método e o seu extenso saber escriturário — *Arca do Testamento* o intitulou Gregório IX, — é possível que fôssem adquiridos em Portugal, na escola do convento de Santa Cruz de Coimbra, segundo a tradição e a *Legenda* da sua vida, publicada nos *Portugaliae monumenta historica* (2).

Não é só pela formação intelectual que S.to António se integra na vida medieval portuguesa: é ainda pela sua atitude na ordem dos frades menores. Nas pugnas que dilaceraram a ordem franciscana após a morte do seu fundador, S.to António tomou francamente o partido dos *zelanti* e contra Fr. Elias foi o eloqüente defensor do ideal da pobreza, *summum* da perfeição cristã (3). Eu não quero examinar agora o sedutor heroísmo moral desta atitude, nem tampouco a contradição íntima em que ela se resolvia, pois o cristão para regenerar o mundo tinha de lhe fugir; basta-me apenas notar que os parcos elementos até agora conhecidos nos habilitam a supor fundadamente ter sido esta doutrina a inspiradora do primitivo movimento franciscano em Portugal. Do Santo reza Tomás de Celano que «*amabat ut omnia peregrinationem,*

omnia cantarent exilium», e só a prática fremente deste sentimento de renúncia pode explicar a enérgica oposição de certa parte do clero. A voz dos interêsses consolidados parece ter sido clamorosa ousando dizer, em 1233, o deão do Pôrto, que os frades menores eram ladrões, gente prejudicial ao mundo, não eram católicos, senão herejes, falsos profetas e enganadores dos povos (4).

Não chegou talvez a Portugal a ressonância do *Evangelho Eterno,* de Joaquim de Flora; mas houve sem dúvida *fraticelli* e begüinos (5). No próprio episcopado uma voz se ergueu, a do Bispo de Lisboa D. Estêvão, que na resposta à consulta do papa João XXII não receou exprimir a sua opinião àcêrca da pobreza de Cristo e dos apóstolos, — o que lhe valeu a transferência para a diocese de Cuenca (6), por ordem dêste mesmo papa, que não teve dúvida em proclamar ser herética a negação de Cristo ter possuído alguma coisa como pessoal ou comum.

Com a exaltação dos espirituais entramos nas fronteiras da heresia; mas no século XIV ela aparece-nos com uma multiplicidade de formas, revelando a existência dum meio intelectual agitado, onde ecoam algumas das dissidências que dividiam a cristandade e as escolas de Paris. É o Bispo de Silves, Álvaro Pais, de nacionalidade espanhola porventura, que nos guia neste emmaranhado dédalo de dissídios doutrinais com as obras *De Planctu Eclesiae* e sobretudo o *Colyrium fidei adversus haereses*.

Eu creio que Álvaro Pais ou Pelágio não foi discípulo de Duns Scoto; mas se não freqüentou a Universidade de Paris e tão sòmente assistiu às lições do canonista de Bolonha Guido de Baysio, a ilustração do seu espírito foi grande, embora a atenuasse uma irresistível e depressiva tendência para o exagêro (7).

No *De Planctu Eclesiae,* escrito entre 1330 e 1332, a sua obra mais conhecida, pois teve a fortuna de três edições,

há duas partes nìtidamente distintas. Na primeira versa o então candente problema das relações da cúria com o império. É um verdadeiro libelo contra o anti-papa Pedro Corbaria e contra o seu mantenedor Luís o Bávaro. Para o bispo silvense, então alto funcionário da Penitenciaria, o papa tem a plenitude do poder espiritual e temporal; mas o poder temporal deve relegar-se ao reis, que o exercem por delegação. Dir-se há pouco original esta tese, recentemente analizada com muito brilho e saber pelo prof. Cláudio Galindo no discurso de abertura do corrente ano académico da Universidade de Oviedo; mas no seu pensamento ela é uma conseqüência da unidade de Deus, a qual reflectindo-se na unidade da criação, e portanto da humanidade, lògicamente estabelece uma autoridade una (8). A segunda parte é verdadeiramente o *planctus,* em que a sua sensibilidade, bastante refractária à serenidade crítica, se inunda de amargura pelos defeitos e vícios da sociedade, da cúria, do clero, dos reis, das magistraturas, emfim de tôdas as classes e profissões. É um quadro sombrio da vida medieval; mas através dos negrumes da sua visão pessimista surpreendem-se, por vezes na intimidade, os sentimentos da época. É no *Colyrium fidei adversus haereses* (9), porém, que Álvaro Pais, desejoso de medicar o mal, ao diagnosticá-lo nos deu notícias sôbre as heresias em Portugal.

Êste assunto, mormente depois da *História de los heterodoxos españoles,* de Menéndez y Pelayo (10), é conhecido de todos os estudiosos da cultura peninsular; mas é de elementar justiça citar o estudo do sr. P.e Alejandro Amaro (11), que dilatou consideràvelmente o quadro herético que o polígrafo insigne apresentara, embora em nada lhe alterasse o valor interpretativo. Destas heresias interessam-nos principalmente as que gravitam em tôrno de Tomás Scoto, que Álvaro Pais nos apresenta como emigrado das ordens franciscana e dominicana, e «*seductor publice in scholis decretalium Ulixbone*».

Com êle disputou Álvaro Pais, mas só a prisão nos cárceres de Lisboa parece ter feito calar êste heresiarca. O seu espírito audaciosamente crítico não se detinha perante as mais temerárias conseqüências, que simultâneamente atacavam a economia teológica e as construções filosóficas então dominantes. As teses anti-teológicas dêste «*summus hereticus hereticorum*» eram essencialmente negativas. Negava a ressureição, a imortalidade, a filiação divina de Jesus, a virgindade de Maria, etc. e como síntese destas negações condensava numa blasfémia inaudita tôda a sua irreverência de desesperado da teologia: as religiões judaica, cristã e maometana eram obra de três impostores (12).

Estas negações são o corolário duma concepção filosófica radicalmente racionalista; e na verdade Álvaro Pais diz-nos que Tomás Scoto julgava Aristóteles mais sábio que Cristo e sustentava que a fé encontrava na razão, que não nas Escrituras, o seu melhor fundamento. Êste racionalismo é um eco da influência de Averróis; ¿e quere-se melhor prova do que a tese da eternidade do mundo, isto é, a negação da criação *ex-nihilo,* que Tomás Scoto defendia? O conceito aristotélico da matéria primeira, eterna, substracto lógico do devir e idea-limite da máxima indeterminação, é a fonte remota desta atitude; mas a sua origem próxima deve filiar-se nos *Comentários* de Averróis, o mais audacioso e retumbante intérprete medieval do Estagirita.

Segundo o Comentador, a geração, sendo apenas movimento, supõe um sujeito. Êste sujeito (*substractum*), de infinitas possibilidades, ingerado e incorruptível, não possuindo nenhuma qualidade positiva mas apto a sofrer as mais opostas modificações, é a matéria primeira. Esta interpretação, que com as teorias da unidade do intelecto activo, eternidade do tempo e do mundo, constituíu a essência do averroísmo, foi um verdadeiro *schibbolett* entre crentes e espíritos fortes; e a-pesar-de refutada, perseguida e odiada, gerou duma forma

mais ou menos inconsciente e subterrânea as tendências libertinas e racionalistas da idade-média e da renascença. Êste espírito herético, que se reflecte na própria literatura, como nas canções do trovador João de Guilhade (13), e segundo o testemunho de Álvaro Pais, nas poesias, hoje perdidas, de Afonso Geraldes, de Montemor-o-Velho (14), foi uma ligeira varíola que não afectou a integridade ortodoxa da nação. Alimentado com o entusiasmo, ou porventura com uma crise de momento, atenua-se completamente no século xv.

D. João I, o rei de boa memória, numa das *Ordenações* alude ainda a pessoas «que caíram e caem em mui grave pecado de heresias, dizendo e crendo e afirmando coisas que são contra o nosso Senhor Deus e a Santa Madre Igreja» (15); porém estes desvios são episódios obscuros, sem significação geral. Pelo contrário, êste século conheceu um entusiasmo religioso, que se manifesta desde as formas externas, como a multiplicação de fundações religiosas, até ao desenvolvimento da cultura teológica. Os prègadores desta época são acima de tudo teólogos, e os seus sermões o desenvolvimento dum ponto de doutrina. É o que flagrantemente nos prova a prègação de Mestre Francisco, à qual D. Duarte alude no *Leal Conselheiro*. Nela desenvolveu o ignorado prègador um raciocínio idêntico ao famoso *pari* de Pascal, porém, superficialmente, sem as dimensões metafísicas que o génio do apologeta lhe atribuíu: o homem tudo tem a ganhar com a prática dos mandamentos da igreja, porque ou há uma vida futura, ou não há. Se há, perderia «por sua descrença a maior perda que poderia perder»; se não há, não perdia coisa nenhuma (16). Esta coincidência, que julgo corroborar a hipótese dos antecedentes muçulmanos do *pari,* tão erudita e penetrantemente elucidados pelo Prof. Miguel Asín Palácios (17), revela uma larga cultura teológica, e ao mesmo tempo uma tendência apologética. Havia ainda então em Portugal mesquitas e sina-

gogas, protegidas por uma discreta tolerância religiosa. Êste facto explica-nos, de certo modo, essa tendência apologética, que encontrou a sua mais perfeita concretização no livro chamado *Côrte Imperial* (18). É êste livro um verdadeiro tratado, no qual o seu desconhecido autor faz uma breve *Summa* teológica, versando a existência de Deus, o dogma da Trindade, o pecado original, a ressurreição etc. e incidentalmente alguns assuntos filosóficos, como o problema dos universais. Ditou-o sem dúvida o veemente desejo de defender a fé católica contra a filosofia pagã e as teologias rabínica e do Islam; mas a cultura e o tom elevado e raramente depreciativo das suas páginas emprestam-lhe uma profunda significação moral. A agilidade intelectual que patenteia é grande, e não menor a erudição das Escrituras e teólogos cristãos, árabes e judeus, citando expressamente, dentre estes Maimónides. A própria forma literária, de ossatura dialógica, merece um momento de atenção. O autor imagina umas côrtes celestiais, na presença do celestial imperador, isto é Jesus Cristo, da igreja triunfante e de tôda «a cavalaria dos céus». A igreja militante, raínha das partes do oriente, aproxima-se, acompanhada de grande multidão de pessoas, das quais a maioria «eram os que vinham arredados dela», isto é, judeus, mouros, gregos e gentios; e osculada pelo celestial imperador começa a exposição da teologia católica, e discussão e crítica das crenças destas variadas gentes e religiões. Esta ficção recorda a lenda dos Santos Barlaam e Josafat, o *Cúzari*, de Jehuda Halevi, o *Libre del Gentil e los tres savis,* de Raimundo Lulo, e o *Libro de los Estados,* de D. Juan Manuel, e embora não possamos determinar qual dêstes livros a sugeriu, sem dúvida se deve integrar no género literário que êles exprimem.

É ainda neste século xv que a comunidade israelita de Lisboa assume uma significação cultural apreciável, embora nunca atingisse o brilho de certas comunidades de Espanha,

Isac Abarbanel, o pai de Leão Hebreu, é a personalidade de maior relêvo. Os seus numerosos escritos exegéticos traduzem acima de tudo a formação rabínica e uma atitude de comentador, cujo guia é Maimónides, embora não desconheça S. Tomás de Aquino e Séneca. Na ordem pròpriamente filosófica é tradicionalista, divergindo da concepção do judaísmo segundo Maimónides e criticando o racionalismo de Levi ben Gerson, em especial a negação da criação *ex-nihilo* e a tese averroísta da imortalidade como mera união com o intelecto activo uno (19).

*
* *

Tôdas estas atitudes teológicas supõem uma interferência filosófica, pelo menos no sentido propedêutico que a idade-média atribuíu à filosofia. A filosofia não foi para todos os verdadeiros pensadores medievais a *ancilla theologiae;* mas na cultura portuguesa só na aurora da renascença se descri-crimina a separação nítida e progressiva dos dois conceitos. Antes do século XIII são tenuíssimos os vestígios da cultura filosófica em Portugal; mas depois dêste século, com a criação da Universidade de Lisboa-Coimbra, com o desenvolvimento das escolas monacais e sobretudo com a larga emigração de estudantes para as Universidades de além-fronteiras, observamos um progresso apreciável. A actividade destas escolas exercer-se-hia obscuramente na repetição incansável dos mesmos textos, e do quadro dos seus estudos só a dialéctica, ou como hoje diríamos a lógica, estimularia a cultura filosófica. Não foi, assim, por mera casualidade, que o mais afamado dialéctico medieval, Pedro Hispano, o pontífice João XXI, viu a luz em Portugal, talvez em Lisboa (20). As suas *Summulae Logicales* tiveram uma extraordinária fortuna escolar, constituindo o texto do ensino da lógica em todos os países desde

o século XIV até princípios do século XVI (21), a tal ponto que quando os humanistas, especialmente Luís Vives, combatiam as argúcias escolásticas e a bárbara terminologia lógica, tinham em mira êste livro e os seus comentários (22). Eu não quero examinar agora o problema que a erudição do século passado formulou e vàriamente resolveu àcêrca das relações dêste livro com as *Sumulas* (*Sinopse*) do bisantino Miguel Pselo, ainda que esteja convencido que se não pode negar a autoria de Pedro Hispano (23); nem tam pouco expor o seu conteúdo, tão árido e frio para as exigências intelectuais da nossa época (24). Bastará dizer que é um compêndio elaborado sôbre o *Organon* de Aristóteles e seus comentários medievais, principalmente o de Boécio, versando empìricamente, didàcticamente, as doutrinas meramente formais dos cinco universais, das categorias, das proposições e do silogismo, tópicos e elencos sofisticos, e no tratado *De parvis logicalibus* as propriedades dos termos. Mera compilação de fins escolares, não se lhe deve pedir o que êle não tem: originalidade de pensamento; mas a-pesar-de ser uma obra intelectualmente obscura, que as interpolações de variados comentadores em pouco enriqueceram, a sua importância histórica é enorme. Sôbre as suas páginas se curvaram numerosas gerações de estudantes, e êste facto torna-o, pelo menos, digno da nossa atenção sentimental; mas a impô-lo objectivamente está a circunstância de a actual notação simbólica das proposições e as mnemónicas da teoria dos modos e das figuras do silogismo remontarem em grande parte a êste tratado, que Dante recordou na *Divina Comedia* (canto XII do *Paraíso*)

> ... e Pietro Hispano
> le qual giá luce in dodeci libelli.

É muito provável, senão certo, que as *Súmulas Lógicas* não tivessem sido escritas em Portugal; mas pela autoria e pela sua utilização nas nossas escolas até meados do século XVI,

isto é, até ao aparecimento do compêndio de *Dialectica* do Aristóteles conimbricense, Pedro da Fonseca, a tal ponto que na Universidade houve oficialmente uma cadeira de Súmulas, integram-se adequadamente na cultura nacional. Demais, a especulação puramente metafísica não seduziu os mais cultos espíritos do Portugal da idade-média.

É nos problemas práticos, como a dialéctica, a ética e a política, que a sua atenção se concentra; mas a despeito da ausência de escritos metafísicos, algumas divergências doutrinais da escolástica ecoaram em Portugal. Os místicos de S. Víctor, especialmente Hugo de S. Víctor, foram conhecidos; porém a atitude fideísta pura, se acaso sugeriu confidências ou diálogos na intimidade dos claustros, não deixou de si um claro testemunho. Os dois grandes filósofos do século XIII, Tomás de Aquino e Duns Escoto, teriam, presumìvelmente, os seus mais fervorosos sequazes entre os dominicanos e franciscanos, mas só o tomismo impregnou a cultura nacional. A obra do Aquinatense é largamente representada nas bibliotecas medievais portuguesas, guardando ainda hoje o núcleo alcobacense da Biblioteca Nacional de Lisboa sete códices da *Summa Theologica* (25); e é na síntese tomista que mais ou menos fielmente se filiam as ideas gerais, quer nas questões pròpriamente teológicas, quer filosóficas ou práticas. Ainda nos fins do século XV, o rei D. João II recomendava a Cataldo Sículo que ensinasse a D. Jorge, duque de Aveiro, a *Ética* de Aristóteles, mas com os comentários de S.to Tomás (26).

Um momento houve, no segundo quartel do século XV, em que Raimundo Lulo teve certa aura entre nós (27).

D. Duarte, no *Leal Conselheiro,* cita, ao que parece, a *Ars Magna* e fala nos «Reymonistas», isto é, sequazes de Lulo; e na capital, em 1431, havia um mestre Adrião, que ensinava, talvez numa escola privada, a arte do famigerado malhorquino. D. Duarte censura em Lulo o excesso de de-

monstração em matérias de fé, pensando que basta a crença para as prescrições da doutrina católica, e que a «continuada experiência» é o critério da verdade racional; ¿mas não se encontrará no lulismo uma sugestão intelectual à cruzada contra o mouro, a qual animou o Portugal do século XV (28)?

Nem só dentro das fronteiras se deve procurar a virtualidade filosófica dos portugueses medievais: há que examiná-la também nalguns centros do estrangeiro. Na Inglaterra, João Sobrinho escreve o *De Justitia Commutativa*, dissertando com espírito tomista sôbre a usura (29). Em Paris, o lisbonense Álvaro Tomás, professor no colégio de Coqueret, redige o *De triplice motu* (30), raríssimo livro que preludia os trabalhos matemáticos de Pedro Ciruelo, Gaspar Lax, Martín Poblacion e João Fernel e àcêrca do qual o eminente Pierre Duhem afirma que «entrevê a solução dos dois grandes problemas da integração das funções e da soma das séries, e é talvez o criador da teoria do movimento dos corpos pesados» (31).

Em Pádua, o franciscano Gomes de Lisboa escreve contra o averroísta Nicoleto Vernia, à volta de 1495, um opúsculo sôbre o objecto e conceito de filosofia natural, no qual acusa uma pronunciada influência de Duns Escoto (32). E finalmente, nos princípios do século XVI, em Salamanca, Pedro Margalho com a *Margallea Logices* ilustra notàvelmente o nominalismo e no *Phisices Compendium* faz um ensaio crítico sôbre a cosmografia e a filosofia natural, do mais alto interêsse para a história da sciência peninsular (33).

*
* *

Nestas atitudes surpreendem-se, clara ou veladamente, a repercussão ideológica das correntes da escolástica, que se formulou sempre com um carácter universal, e cuja irradiação o uso do latim tornava fácil. Só nas questões práticas, espe-

cialmente políticas, as condições da vida portuguesa suscintaram problemas que, pela sua origem, assumiram de certo modo uma feição nacional.

A sociedade medieval era uma sociedade hierarquizada. Os homens eram socialmente desiguais e portanto a aproximação dum indivíduo de classe inferior junto dum privilegiado constituía sempre uma benesse. A forma orgânica desta aproximação foi o *benefício*. Se o inferior servia, o privilegiado beneficiava, e esta relação envolvia necessàriamente vínculos morais. Distribuir ignaramente os benefícios seria corromper a própria estrutura social, e, portanto, tornava-se necessário fixar-lhes a natureza, condições e fins. É o que vemos no século XV. Portugal, no início dêste século, gerou a mais profunda revolução da sua vida histórica. Destruíram-se interêsses fortemente enraïzados, renovou-se a vida pública da Nação, a começar pela própria dinastia, e ascenderam aos postos dirigentes pessoas até então obscuras. Esta transformação impunha à consciência esclarecida os mais delicados problemas morais e políticos. Na turbação momentânea não faltaram as guias, dos mais nobres que a Nação tem conhecido; mas os intérpretes mais intelectuais foram o infante D. Pedro e o rei D. Duarte.

O infante escreve o tratado *Da virtuosa bemfeitoria* (34), no qual desenvolveu duma forma exaustiva, mas de carácter geral e portanto filosófica, o problema do benefício; e no *Leal Conselheiro,* D. Duarte, mais descoordenadamente, deixando-se abandonar pelo curso das reflexões e estímulos de momento, acusa esta mesma preocupação moral. Eram os dois irmãos eruditos, sem dúvida; mas Séneca, Cícero, a Ética de Aristóteles e os livros *De regimine principum* de S. Tomás de Aquino e de Egídio Romano, para só referir estes dentre a multidão das suas leituras (35), não lhes fizeram secar a frescura de espírito, antes lhes robusteceram a ingénita pureza e sinceridade de ânimo.

Com a dinastia de Avis surgiu ainda o problema do fundamento do poder político, a que alguns atribuíram uma tímida origem democrática, isto é o consenso dos povos, e outros uma procedência divina e à qual, o aio de D. Manuel, Diogo Lopes Rebêlo, dera no *Liber de republica* (1497?), com a teoria geral dos deveres do rei, a mais sábia exposição (36).

Mais ardente, e vivo que êste problema foi o conceito da guerra justa, ou na sua tradução popular, a legitimidade da expansão nacional. O território português fôra conquistado palmo a palmo aos moiros, e esta conquista tinha perante a consciência moral da nação uma defesa absoluta: era uma guerra defensiva. O problema prático não se formulara então, e os raros que o examinam como Álvaro Pais, no *De Planctu eclesiae* (37), fazem-no duma forma abstracta. Não assim no século xv. Com as expedições marroquinas de Ceuta e Tânger, Portugal já não defendia o seu território, mas ia atacar o muçulmano no próprio lar. Era isto legítimo? Eis o problema que a política do dia colocava perante a consciência moral e religiosa. As crónicas de Azurara e Rui de Pina relatam sêcamente as fórmulas e as vicissitudes das várias opiniões, que giravam, na sua maioria, em tôrno de dois polos opostos. Esta divergência dilacerava a unidade da acção nacional e, para a solucionar, a alma tão escrupulosamente delicada do rei D. Duarte viu como último recurso a decisão do Pontífice.

Roma falou; mas o problema persistiu latente, encontrando-se ainda no século xvi, em Gil Vicente e Camões, um eco do dissídio quatrocentista, e como então era o sentimento duma missão colectiva que exaltava a consciência profunda da nação, no ardor de unir espiritualmente, pelos laços da religião, os homens e os povos. O processo era a violência; mas esta finalidade espiritual como que o absolve, emprestando às aspirações portuguesas do século xv um valor humano e uma significação idealista.

*
* *

Tais são na simplicidade da nossa visão actual as linhas gerais do desenvolvimento da filosofia em Portugal durante a idade-média. Não se veja nesta singela construção, para a qual o talento e o saber de Marcelino Menéndez y Pelayo e Adolfo Bonilla y San Martín concorreram com as pedras mais afeiçoadas e polidas, a expressão dum espírito puramente autónomo. Nela se divisam, com transparência, os modelos que os grandes escolásticos e os mestres da colina de Santa Genoveva impuseram a tôda a cristandade; mas, na sua pronúncia e aceitação, surpreendem-se algumas das preocupações permanentes do espírito português.

Nunca, como na idade-média, foi tão íntima a compenetração das culturas peninsulares, ao ponto de as podermos dominar desde um plano hispânico, no sentido universal do conceito. Desde êste plano, a despeito da diversidade que a história tem cada vez mais acentuado, irradiam as mais largas conseqüências, assim na ordem intelectual, como moral, pois pelo estudo das comuns tradições intelectuais se esclarecem e afervoram os laços de concórdia entre os dois Estados independentes da Península.

Joaquim de Carvalho

NOTAS AO DISCURSO

Como complemento ao presente discurso, breve como as circunstâncias impunham, aditamos algumas notas bibliográficas, não com o carácter de exaustão, mas como simples indículo.

(1) Não existe ainda uma história da filosofia em Portugal. O esbôço de J. J. Lopes Praça — *Historia da philosophia em Portugal nas suas relações com o movimento geral da philosophia*, vol. I (e único), Coimbra 1868, o qual foi seguido dum fascículo (I) de *Documentos comprovativos* (Coimbra, 1868) tem muitíssimas omissões, sendo empírica a exposição das ideas. A parte medieval é por demais sumária. Sem embargo, constituíu para a sua época um esfôrço meritório. Fidelino de Figueiredo com a *Bibliographia portuguesa de philosophia* (*Revista de Historia*, vol. XI, Lisboa, 1922 e *Estudos de Litteratura*. Quarta série. Lisboa, 1924, pág. 109 e segs.), a-pesar-de omissões, sobretudo pelo que respeita à bibliografia estrangeira, concorreu com um valioso subsídio para o progresso dêstes estudos.

Pelo que ao período medieval respeita, embora só incidentalmente versem assuntos histórico-filosóficos, não devem esquecer-se os eruditíssimos livros do Bispo de Beja, Manuel do Cenáculo Vilas-Boas — *Memorias historicas do ministerio do pulpito*, (Lisboa, 1776) e *Cuidados Literarios*, (Lisboa, 1791); e de Teófilo Braga, especialmente a *Historia da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução publica portuguesa*, (vol. I, Lisboa, 1892) e *Historia da Literatura portuguesa. I. Edade-media.* (Pôrto, 1909). Da bibliografia estrangeira destaca-se a espanhola, com os trabalhos de Adolfo Bonilla y San Martín (*História de la filosofia española*, da qual o eminente poligrafo só publicou 2 vols. (Madrid, 1908 e 1911) e de M. Menéndez y Pelayo, a *Historia de las ideas esteticas en España* e a *Historia de los heterodoxos españoles*. Madrid. 1880-82. Esta está em via de reedição, refundida, achando-se ao presente publicados 3 vols.

(2) Da extensa bibliografia sôbre S.to António veja-se especialmente: Manoel de Azevedo — *Vita del glorioso taumaturgo portoghese S. Antonio*. Veneza, 1788; Carlos das Neves — *O grande thaumaturgo de Portugal*. Pôrto. 1895-99; Enrico Salvagnini — *S. Antonio di Padova e i suoi tempi*. (1195-1231). Turim. 1887; Émile Gebhart — *L'Italie mystique. Histoire de la renaissance religieuse au moyen-âge*. Paris, 1899

(3.ª ed.) e Léon de Kerval — *L'évolution du merveilleux dans les légendes de S. Antoine de Padoue.* Paris. 1906.

(3) É um assunto largamente discutido, mas afigura-se-nos incontroverso em face da crítica. Vid., especialmente, as lúcidas págs. do P. Réné de Nantes — *Histoire des Spirituels dans l'Ordre de Saint François.* Paris. 1909, p. 63 e segs.

(4) Vid. H. da Gama Barros, *Historia da administração publica em Portugal, nos séculos XII a XV.* T. I, (Lisboa, 1885), p. 256.

(5) Na lei das sesmarias, diz-se: «e alguuns filham avitos de Religiam, e viven apartadamente... e sob fegura de Religiosos e da santa vida andam pelas terras pedindo, e ajuntando algo, e induzindo muitos, que se ajuntem a elles, e per seu induzimento leixam os mesteres e obras, de que usam, e vaão estar e andar com elles, nom fazendo outro serviço, nem outra obra de proveito...» (*Ordenações Afonsinas,* IV, t. 81, § 5. Cf. § 10). Esta atitude religiosa, anti-clerical e com aspecto de vagabundagem, tem uma raiz espiritual idêntica aos *fraticelli* e irmãos da pobreza. O laicismo é evidente, assim como relativamente às begüinas, cuja existência é acusada nos fins do século XV (1481): «fazem conventículos de fora, e não querem tomar ordem aprovada, praticando obras a Deus pouco agradáveis e contra seu serviço e injuria sua». Vid. Gama Barros, *ob. cit.*, I, 292 e o *Elucidario* de Santa Rosa de Viterbo s. v.

(6) Vid. Felice Tocco — *La quistione della povertà nel secolo XIV secondo nuovi documenti.* Nápoles. 1910, pp. 19 e 58.

(7) Vid. em especial Heinrich Baylaender — *Alvaro Pelayo. Studien zu seinem Leben und seinen Schriften. Ein Beitrag zur Kirchenpolitischen Traktaten-Literatur des XIV Iahrhunderts*, Aschaffenburg. 1910.

(8) Vid. Francesco Scaduto — *Stato e Chiesa negli Scritti politici dalla fine della lotta per le investiture sino alla morte di Ludovico il Bavaro* (1122-1347). Firenze, 1882 e sobretudo Claudio Galindo Guijarro *Discurso* [sobre Álvaro Pelayo] *leido en la solemne apertura del curso academico de 1926-27, de la Universidad de Oviedo.* Oviedo, 1926.

(9) Só em parte publicado por R. Scholz — *Unbekannte Kirchenpolitische Streitschriften aus der Zeit Ludwigs des Bayern* (1327-1354). Bibl. des Kgl. preussischen hist. Instituts in Rom, tomo X, Roma. 1911.

(10) *Historia de los heterod. españ.* 2.ª ed. (Madrid, 1918), vol, III, p. 244 e segs. e apêndice, p. CXXX e segs.

(11) *Fr. Alvaro Pelagio. Su vida, sus obras, su posición respecto de la cuestión de la pobreza teórica en la Orden Franciscana, bajo Juan XXII* (1316-1334). Madrid. 1916. (Separata do *Archivo Ibero-americano*, año III, (Madrid. 1916).

(12) As origens, autores e expressão bibliográfica desta blasfêmia foram últimamente estudadas por L. Massignon — *La légende «de tribus impostoribus» et ses origines islamiques.* in-Rev. de l'histoire des religions, t. LXXXII, (Paris, 1920) e Dr. J. Presser — *Das Buch «de tribus impostoribus»*. Amsterdam, 1926. Êste livro tão erudito dedica a T. Escato sumaríssimas observações.

(13) Gama Barros, *Hist. cit.* I, 298. A João de Guilhade pode emparceirar-se o poeta do *Cancioneiro da Ajuda,* Rodrigo Eanes de Vasconcelos, na canção 429: «... *ca guerr'ei contra Jesus eno coraçon meu*».

(14) De Afonso Geraldes pouco se sabe, e das suas obras apenas chegaram até nós fragmentos dum poemeto sôbre a batalha do Salado, à qual assistiu. O testemunho de A. Pais constitue um apreciável subsídio. Eis segundo o crítico as opiniões do poeta-soldado e feiticeiro: «Alii sunt heretici, qui dicunt quod Trinitas fuit creata et incarnata in utero virginali; sicut dixit in sua cantilena, quam composuit de Beata Maria, Alfonsus Giraldi de Montemaiori, qui dicitur homo virtutis; sed hec est pessima heresia...» «Alia tenet heresis, quod gracia curacionis quam habet pater curandi de aliqua infirmitate potest eam relinquere filio... Vel quod virtus curativa naturaliter transit ad posteros, sicut tenet Thomas Auriano et Alfonsus Giraldi de Montemaiori hereticus, qui manum ad osculum porrigit, ne osculans percussus a cane rabido moriatur... Nec dicat hereticus quod reges Francie et Anglie graciam curacionis habere consueverunt, quia aprocrisium, vel sompnium, vel ostendat a quo aut quomodo eam habeat...» «Conticescat ergo Geraldus Portugalensis, qui se bachalarium in theologia nominat, qui de me Colimbrie murmuravit pro eo quod ibi predicarem Christum ante Mariam fuisse, et semper sicut plenissime superius est probatum, cum dixi quod si asserendo negabat in Paulinianorum heresis incidebat...». Apud Al. Amaro, cit. (*Archivo ib. am.* III, n.º XIV 206-7) Tomás Auriano é-nos desconhecido. Sobre a *virtus* ou *gratia curativa* dos reis de França e Inglaterra vid. Marc Bloch — *Les rois thaumaturges, Étude sur le caractère surnaturel attribué à la puissance royale, particulièrement en France et en Angleterre*. Paris.

(15) *Ordenações Afonsinas,* l. V, t. I, § 4.

(16) O texto merece ser transcrito na íntegra: «E sobre os proveitos que se recrecem de avermos, segundo pela santa Igreja nos he mandado, ouvy a Meestre Francisco meu confessor, em hũa preegaçom, como em desputando huũ xpaão com huũ hereje, que da outra vyda cousa lhe nom prazia creer, disse, que seendo verdade o que dizia o hereje, el cousa nom perdia, porque a boa sperança da vyda eterna, e a deleyta-

çom das virtudes, que por ella mais seguya, lhe dava mais prazer, sem alguũ contrairo que a folgança dos pecados e do mal fazer; e se verdade era o que nos afirmamos da vyda pera sempre, que perderia por sua descreença a maior perda que poderia perder; e pois da creença nossa alguũ mal nem desprazer em esta vyda, nem na outra se nom recebe que mais bem e folgança nom ajom por as razoões suso dictas, e de a leixar de creer, seendo verdade o que afirmamos, averiam tal mal, perdendo o maior dos beẽs, a razom bem demostra que grande siso he nunca tal duvyda tardar em nossos coraçoões. E porque me pareceo muyto proveitosa ensynança me prouve de volla screver». *Leal conselheiro*, cap. XXXIII *Da fé*, p. 198. (Paris 1842).

(17) *Los precedentes musulmanes del Pari de Pascal.* Santander. 1920. (Separata do *Boletín de la Biblioteca Menéndez y Pelayo*, vol. II (1920).

(18) Publicado por José Pereira de Sampaio (Bruno), como vol. I da colecção de ms. inéditos dados à estampa pela Biblioteca Pública Municipal do Pôrto. Pôrto, 1910.

(19) Vid. *Jewish Encyclopaedia*, I, s. v. Abravanel; S. Munk — *Mélanges de philosophie juive et arabe.* 2.ª ed. Paris, 1927; Israel Isaac Efros — *The problems of space in Jewish mediaeval philosophy*. New York. 1917, além das traduções e notas do hebraïzante João Buxtorf (filho) — *Dissertationes philologico-theologicae*, Basilea, 1662, e *Dissertatio de sponsabilus et divortiis, cui accessit Isaac Abarbenelis Diatriba de excidii poena...* Basilea, 1652. Breves notas em Isaac Husik — *A history of mediaeval jewish philosophy*. New York. 1916.

(20) Vid. Fr. Fortunato de S. Boaventura — *Litteratos portugueses em Italia.* Pub. integralmente pelo sr. António Portugal de Faria, como vol. IV da série *Portugal e Italia*, Leorne, 1905 e reproduzido, na parte respeitante a P. H., por A. A. da Fonseca Pinto in-*O Instituto*, vol. XXIV. A bibliografia estrangeira é dada por M. de Wulf — *Histoire de la philosophie médiévale*, 5.ª edição Louvain, 1924-25.

(21) Carl Prantl *Geschichte der Logik im Abendlande*, III, (Leipzig, 1867) 35_{143} dá notícia de 48 ed. até 1516. Há nos séculos XV e XVI edições, mais ou menos alteradas pelos respectivos editores ou comentadores, de Leipzig, Colónia, Nuremberg, Veneza, Paris, Lyon, Friburgo i. B, Basilea, Estrasburgo, Reutlinger, Viena, Nápoles, Mailand, Ruão, Antuérpia, Zwoll, Deventer, Cracovia, Florença, Salamanca, afora ed. sem indicação de logar.

(22) Na invectiva *In pseudo-dialecticos* (1520) e *De causis corruptarum artium* (1531). Vid. A. Bonilla y San Martín — *Luis Vives y la filo-*

sofia del renacimiento. (Madrid, 1903) e — *Un antiaristotélico del renacimiento. Hernando Alonso de Herrera y su «Breve disputa de ocho levadas contra Aristotel y sus secuaces»*. New York. Paris, 1920. (Separata do t. L da *Revue Hispanique*).

(23) O problema formulado por Ehinger, sustentado por Prantl (*Geschichte*, cit. e *Michael Psellus und Petrus Hispanus*, Leipzig, 1868) discutido por Thurot (*Rev. Archéologique*, n. s. X, p. 267-281), foi resumido nos seus aspectos fundamentais por Chr. Zervos — *Un philosophe néoplatonicien du XIe s. Michel Psellos, sa vie, son oeuvre, ses luttes philosophiques, son influence.* Paris, 1920, p. 39 e segs. A crítica de R. Stapper — *Die Summulae logicales des Petrus Hispanus und ihr Verhältniss zu Michael Psellus* in-*Festschrift zum Elfhundertjährigen Jubiläum des deutschen Campo Santo in Rom*... Herausgeg. von Dr. Stephan Ehses. Friburgo in B. 1897, p. 130 e segs., — resolveu definitivamente o problema, mostrando pelo exame dos códices que as *Sumulas* são original de P. H. e que a *Sinopse* de M. P. existente num códice da Bibl. de Munich é uma tradução grega ulterior.

(24) C. Prantl, *Geschichte* cit., faz uma larga exposição, III, p. 32-74.

(25) Vid. Ferreira Deusdado — *La philosophie thomiste en Portugal.* Louvain, 1898, p. 9-12. Este estudo breve foi publicado na *Revue néo-scolastique.*

(26) «Ante tuam istinc profectionem praecipisti mihi ut Georgio dilectissimo filio tuo Aristotelis Ethica exponeremus ... Nunc autem inter quaedam alia scribis ut in exponendo illo divum Thomam omnino sequamur quod nos et studiose fecimus semper a primis lectionibus et accurate». Vid. a epístola *Cataldus Ioanni serenissimo regi suo domino S.* in-*Epistolæ et orationes quædam Cataldi Siculi*, fls. 51. Citamos pela ed. dêste raro livro, impresso por Valentim Fernandes em 1500, existente na Bibl. da Universidade de Coimbra. Gonçalves Cerejeira transcreveu-a integralmente in-*O Renascimento em Portugal. Clenardo.* Vol. II (Coimbra, 1918), p. 63-9.

(27) Vid. *Leal Conselheiro*, p. 11, 205-6 etc. e Sousa Viterbo — *Raymundo Lullo.* Nota apresentada à Academia das Sciências de Lisboa, em sessão de 24-2-1898 in-*Boletim da Segunda Classe*, I, (Lx. 1903) p. 50. No séc. 18, em tôrno da polémica do *Verdadeiro Metodo de Estudar*, de Verney, a vida e obras de Lull foram objecto de incidentais observações.

(28) Pedro de Azevedo, na *introdução* (p. XI) aos *Documentos das chancelarias reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos publicados por ordem da Academia das Sciencias de Lisboa* (Coimbra, 1915), citando Speck (*Die Gegen den Lateiner mit der Saracenen gerichteten Kirchli-*

chen und Staatlichen Verbote. Ziltau, 1880, p. 28), foi quem em Portugal pela primeira vez lançou esta sugestão: «Em 1306, Raimundo Lull propõe no seu tratado *De fine*, escrito em Montpellier, a conquista da Andaluzia, Ceuta e das cidades da Barbaria até Tunis para depois ameaçar o sultão do Egito. Parece ser êste posteriormente o plano do Infante D. Henrique acomodado às circunstâncias de Portugal». Jaime Cortesão, anos depois, não receia afirmar que «o proprio pensamento de suscitar com a tomada de Ceuta um ataque colectivo da cristandade contra os muçulmanos, deve filiar-se no plano de Lullo e Sanuto...». Cf. *A tomada e ocupação de Ceuta*. Lisboa, 1925, p. 27. (É separata do n.º 5 do *Boletim da Agencia Geral das Colónias*).

(29) Iohannes Consobrinus portugalensis — *Tractatus perutilinans de iusticia commutativa et arte campsoria seu cambiis ac alearum ludo.* Na Biblioteca Nacional de Lisboa existe um ex. da ed. de Paris, 1496.

(30) *Liber de triplici motu proportionibus annexis magistri Aluari Thome. Ulixboneñ philosophicas Suiseth calculationes ex parte declarans.* Paris, 1 vol. de 168 fls. inum. s. d. porêm da primeira década do séc. XVI.

Existe um ex. na Biblioteca Columbina de Sevilha.

Rey Pastor, *Los matematicos españoles del siglo XVI.* 1926, p. 82-89. exprime o voto «que alguien lo analice, tan minuciosamente como merece, y para que alguna corporación ibérica emprenda su traducción. De los eruditos portugueses esperamos que indaguen en sus archivos datos bastantes para trazar la biografia deste sutil ingenio, digno precursor de Pedro Nũnez».

(31) Pierre Duhem — *Études sur Leonard de Vinci*, Paris, 1913.

(32) *Cometii ordinis minorum Artium doctoris et Sacre Theologiae magistri Questio perutilis de cuiuscumque scientie subiecto principaliter tum naturalis philosophie fœliciter incipit.* S. l. n. d., porém dos fins do séc. XV. Responde ao livro: *Nicoletus vernia theatinus Philosoph. Mag. in studio Patav. Perutilis et subtilis questio de Philosophie naturalis subiecto.* S. l. n. d. Sôbre a biografia de Gomes de Lisboa vid. Fr. Fort. de S. Boaventura, *ob. cit.* 91-92; e sobre Vernia, P. Ragnisco — *Nicoletto Vernia. Studi storici sulla filosofia padovana nella 2.ª metà del sec. XV*, in-*Atti del R. Istituto veneto.* S. 7.ª t. II (1891).

(33) *Margallea logices vtriusque Scolia ī diui Thome subtilisque duns doctrīa ac noīaliū.* Salamanca, 1520. Não existe em Portugal, que saibamos, um exemplar dêste raríssimo livro, que Barbosa Machado (*Bibliotheca Lusitana* s. v. P. M.) não cita e de cuja existência Leitão Ferreira o mais erudito biógrafo de Margalho, duvidou (*Noticias chronologicas*

da Universidade de Coimbra, I, p. Lisboa, 1729 § 1032). Existe um ex. na Biblioteca Columbina de Sevilha, cuja fotocópia obtivemos.

Phisices Compendium (Salamanca, 1520), é livro igualmente raro, existindo um ex. incompleto na Biblioteca Nacional de Lisboa. É um livro precioso para a história da cultura portuguesa do 1.º quartel do sec. XVI, pois constitue, *more metaphisicorum*, como êle próprio diz, uma síntese da física, cosmografia, e disciplinas afins. Foi invocado por Fernando Colombo na Junta de Badajoz, convocada para decidir o pleito das Molucas. Possuímos fotocópia do exemplar columbino.

(34) Pub. por J. Pereira de Sampaio (Bruno) como vol. II da Colecção de ms. inéditos dados à estampa pela Biblioteca Pública Municipal do Pôrto. Pôrto, 1910.

Vide: Manuel Paulo Merêa — *As teorias politicas medievais no tratado da Virtuosa Bemfeitoria* in-*Estudos de historia do direito*. Coimbra, 1923, p. 183 e segs.; e Martins de Carvalho — *O Livro da Virtuosa Bemfeitoria* (Esbôço de Estudo). Coimbra, 1925. (Separata do *Arquivo de Historia e Bibliografia*, vol. I).

(35) A estas fontes de ideas políticas deve acrescentar-se o *Policraticus*, de João de Salisbury, desfigurado sob a citação de *Policrato*.

(36) *Liber de republica magna doctrina et eruditione refertus necessarius cuilibet homini volenti virtute uti, in qua graves sententiae, necnon praeclarissima dicta a visceribus moralis Philosophiae deprompta plenissime digesta sunt*. Paris? 1497? 1500? Barbosa Machado assevera que Diogo Lopes (Jacobus Lupus) escrevera êste livro para doutrinar politicamente D. Manuel, o Venturoso, de quem fôra capelão e aio. Sobre as doutrinas económicas de Diogo Lopes vid. Bento Carqueja — *Economia politica*, t. I (Pôrto, 1926) p. 616-20.

(37) Vid. Manuel Paulo Merêa — *A Guerra Justa segundo Álvaro Pais*, in-*O Instituto*, vol. 64. (Coimbra, 1917) p. 351-3.

LES BASES SCIENTIFIQUES ET TECHNIQUES DE LA PRÉVISION DU TEMPS ET LE RÔLE DU PORTUGAL À CE RAPPORT

La prévision du temps est une question qui s'impose dans beaucoup de situations de la vie des peuples. Dans les pays maritimes comme le Portugal et la Norvège, il est naturel de penser en première ligne à ceux qui gagnent leur vie sur mer. Une tempête imprévue est toujours une catastrophe pour les pêcheurs: les pertes de matériel dans une seule tempête peuvent atteindre de grandes sommes, pour ne pas parler des vies perdues en mer, qu'on ne peut pas évaluer en argent. Dernièrement, la prévision du temps pour les routes aériennes a gagné une importance qui croît de jour en jour: les graves dangers que les aviateurs et leurs passagers rencontrent sous forme d'orages ou brouillard au sol, peuvent être considérablement réduits par la protection que leur offre une correcte prévision du temps.

J. BJERKNES

Tout en faisant ressortir l'utilité du travail des météoro-

logistes, il faut cependant avouer que l'exactitude de nos prévisions est encore lointaine. Ainsi, une comparaison avec les admirables prédictions des astronomes sur l'heure exacte d'une éclipse qui se produira plusieurs siècles après, place le pauvre météorologiste dans une lumière peu flatteuse: lui, il ne peut pas même dire avec certitude à quelle heure commencera la pluie de demain.

Évidemment, les prédictions astronomiques et météorologiques ne sont pas directement comparables. L'astronome ne porte ses calculs que sur un nombre limité de corps matériels qui s'attirent mutuellement d'une manière bien connue, à travers l'espace vide. Le météorologiste s'occupe de l'atmosphère, masse gazeuse qui enveloppe la Terre tournoyante vers laquelle elle est attirée par la gravitation, exposée à la fois aux radiations solaire et terrestre et rayonnant à son tour vers l'espace et vers la Terre. Continuellement l'atmosphère échange de la chaleur et de l'humidité avec le sol, l'océan et la glace polaire, et les diverses couches de l'atmosphère échangent entre elles ce qu'elles recoivent de l'extérieur: de toutes ces influences résulte ce que nous appelons le temps. On ne doit pas s'étonner que la prévision de phénomènes tellement complexes ait présenté de si grandes difficultés aux météorologistes, et qu'on soit encore loin de la solution complète.

Mais il ne faut pas désespérer en vue de ces difficultés: la physique connait déjà depuis longtemps les lois des gaz et il y a des formules d'hydrodynamique qui montrent comment se meut un milieu tel que l'atmosphère sous l'action des forces externes et internes. Il faut donc essayer une application sur l'atmosphère des lois expérimentales de la physique en les adaptant aux grandes dimensions géographiques. Cette coopération entre la physique et la géographie s'est montrée d'une grande utilité pour la météorologie; elle forme maintenant la base scientifique de la prévision du temps.

*

Il est impossible de présenter toute une science dans une seule conférence: je me contenterai donc d'indiquer les idées directrices et quelques applications sur des cas réels.

Pour obtenir une idée générale de l'atmosphère il faut s'imaginer une mince enveloppe d'air autour du globe. Les premiers dix kilomètres au-dessus du sol contiennent 80 % de la masse totale de l'atmosphère; c'est dans cette couche relativement mince que se passent les processus qui créent le temps. Les nuages se trouvent confinés dans cette partie inférieure de l'atmosphère et atteignent rarement au-dessus de dix kilomètres; évidemment, la pluie, la neige, les orages etc., doivent trouver leur explication aux procéssus physiques ayant lieu dans cette même couche inférieure à dix kilomètres.

Les observations sur les montagnes et celles faites en ballon montrent que la température jusqu'à dix kilomètres décroît avec l'altitude. Il peut se trouver des cas où ces conditions soient renversées, surtout dans les couches près du sol, mais en considérant les températures moyennes pour des couches plus épaisses, on reconnaît leur décroissement régulier avec l'altitude. On sait que l'air froid est plus lourd que l'air chaud, et on pourrait par conséquent craindre que l'atmosphère ne soit pas stable, l'air froid étant audessus de l'air chaud. Seulement si l'on se rend compte aussi de la décroissance de la pression avec l'altitude, on trouvera facilement que l'air froid en altitude devient quand même plus léger que l'air chaud sur lequel il est superposé.

Mais les calculs montrent aussi qu'une décroissance trop rapide de la température avec l'altitude — plus d'un degré sur cent mètres — représente une condition instable, les moindres perturbations pouvant alors déclancher de grandes révolutions atmosphériques. Nous examinerons tout à l'heure les conditions qui tendent à provoquer de telles révolutions.

En parlant de causes et d'effets en météorologie il faut toujours penser à la grande mobilité de l'air: l'air qui se trouve a Lisbonne pour le moment, se trouvait loin d'ici hier. Un vent modéré fait transporter l'air à 500 kilomètres par jour, et une tempête peut déplacer l'air de 2000 kilomètres par jour. L'état présent de l'air, sa température, son humidité, ses nuages, sont les résultats des influences physiques qu'a subi l'air pendant les derniers jours. C'est à dire, le temps que nous observons aujourd'hui a été *fabriqué* pendant le voyage de l'air qui vient d'arriver: donc, le temps n'est pas *fabriqué* sur place, il est *fabriqué* en route. C'est pourquoi le type de temps dépend toujours du caractère du courant atmosphérique qui nous fournit l'air, et une étude approfondie des différents courants d'air est indispensable pour la prévision du temps.

Le tableau que nous voyons là contient une classification grossière des courants possibles et leurs liaisons avec le type de temps.

Régime anticyclonique	Courant d'air descendant, faible		Ciel sans nuages	Beau temps
Régime d'un seul courant d'air	Courant polaire		Cumulus	Beau temps
			Éventuellement cumulo-nimbus	Temps à averses
	Courant tropical		Stratus, éventuellement bruine	Temps humide
Lutte entre deux courants d'air	Courant froid au-dessus d'un courant chaud		Cumulo-nimbus	Temps orageux
	Courant froid formant coin au-dessus d'un courant chaud	Front froid	Nimbus	Mauvais temps des cyclones
		Front chaud		

Prenons d'abord le type de temps le plus fréquent en Portugal, le *régime anticyclonique de beau temps.* Il y a très peu à dire sur la cause physique du beau temps: Il fait beau quand rien ne se passe qui pourrait donner l'impulsion à quelque chose de mauvais. C'est le bonheur des «pays du soleil» que cette impulsion manque le plus souvent, et l'atmosphère reste dans un état de mouvement faible et avec peu de nuages.

Les nuages sont causés en général par le refroidissement de l'air jusqu'au point de rosée, ce processus faisant condenser l'humidité sous forme de nuages. Le refroidissemeni le plus efficace est celui que subit l'air qui monte, de sorte que chaque mouvement en haut de quelque importance aboutit à la formation de nuages. Le beau temps au contraire se caractérise par l'absence de courants ascendants, ou même par un mouvement descendant qui ferait évaporer les nuages s'ils existaient auparavant.

Voyons ensuite les cas où il y a un transport perceptible de l'air atmosphérique. Ce courant d'air peut venir, soit d'une partie froide du Globe, soit d'une partie chaude, ce qui définit grossièrement deux types de courants: le *courant polaire* et le courant tropical.

Un courant polaire; ces mots donnent probablement l'impression de quelque chose de bien éloigné qui ne peut pas être observé en Portugal. Mais, en effet, si l'on se rend compte de la grande mobilité de l'air, on verra qu'une masse d'air polaire peut parcourir la distance qui sépare le Portugal de la glace polaire dans peu de temps. La distance directe Portugal-Groenland est d'environ 3ooo kilomètres. Si l'air suit le chemin le plus court et s'il se meut avec la vitesse d'une tempête, la traversée sera faite en un jour et demi; il est vrai que cet exemple représente un cas bien extrême, mais un transport d'air en trois ou quatre jours, du Groenland au Portugal, n'a rien d'extraordinaire.

Sous le régime d'un courant d'origine polaire, la température sera évidemment assez basse, bien, qu'elle ne tombe pas naturellement au niveau où se tient la température au pôle même: en effet, l'air qui sort de la région vraiment polaire passe à travers des régions océaniques dont la surface a des températures plus elevées. Grâce à sa petite capacité calorifique par rapport à celle de l'eau, l'air polaire s'échauffe rapidement et arrive dans la zone tempérée 20 ou même 30 degrés plus chaud qu'il était au début. En hiver, par exemple, un courant polaire peut sortir de la région du Groenland à une température de -20° C et, après avoir passé sur l'eau chaude du Gulf-Stream, arriver en Portugal ayant une température disons de $+8^{\circ}$ C, ce qui est frais dans ce pays; mais, heureusement pour les portugais, cet air est 28° plus chaud qu'il n'était quelques jours avant quand il sortit de la région polaire.

Une telle température de $+8^{\circ}$ est probablement la plus froide qu'on puisse avoir en Portugal par un vent du Nord-Ouest qui ait passé à travers la mer, mais elle n'est pas du tout extrême pour l'hiver portugais en général. Les températures les plus basses s'établissent quand l'air polaire trouve l'occasion d'atteindre le Portugal par le chemin continental, c'est-à-dire, en passant de la Russie arctique à travers l'Europe centrale vers la Péninsule Ibérique. De telles trajectoires qui s'observent peu de fois par an peuvent abaisser la température en Portugal vers zéro, et alors on peut sentir même ici ce que c'est que l'air polaire. La neige qui est tombée l'hiver passé a été produite par un tel courant polaire de nord-Est.

On voit ainsi que ce que nous appelons *l'air polaire* peut avoir suivant les conditions des températures bien différentes. Très froid à son origine, -30° en hiver, 0° en été, il s'échauffe à mesure qu'il avance vers le tropique, pouvant atteindre pendant l'été une température de 25°. Il faut donc prendre

le qualificatif *polaire* comme indication de l'origine de l'air, non pas de sa température actuelle, laquelle est le résulat de son échauffement en route.

Cet échauffement que subit chaque particule de l'air polaire a un effet bien caractérisé sur l'humidité. Les lois physiques nous disent qu'une masse d'air qui s'échauffe devient plus sèche; en d'autres mots, l'humidité relative de l'air polaire devient assez faible. Il est vrai que l'air polaire

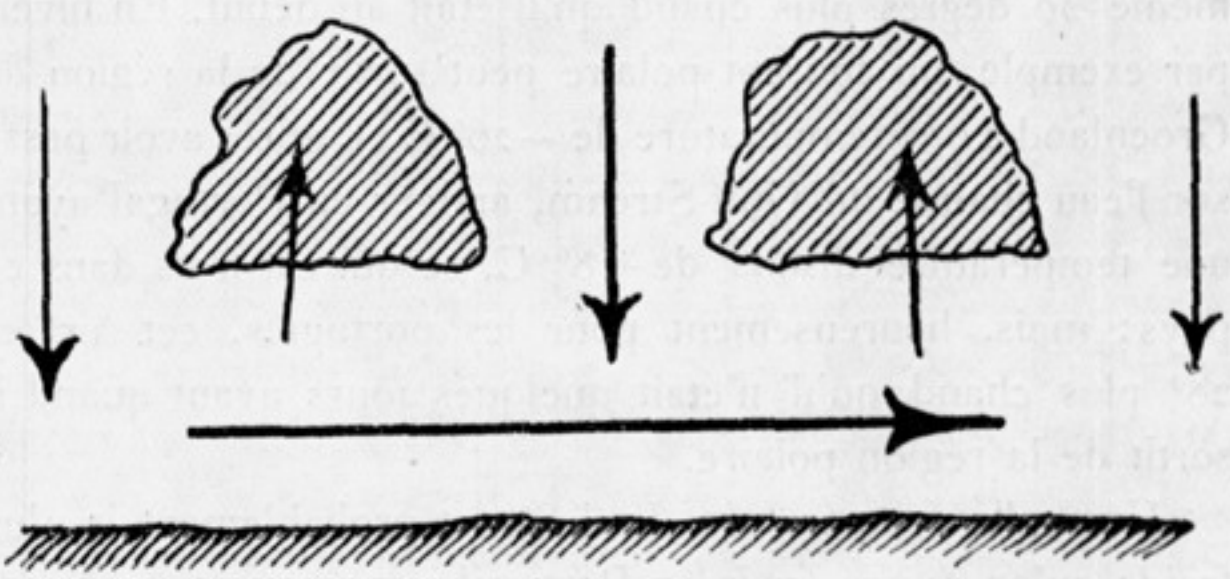


Fig. 1

a une bonne chance d'absorber de l'eau quand il passe sur l'océan, de sorte que son humidité absolue croît; mais en même temps sa température monte encore plus vite, et l'air polaire reste relativement sec, même après un parcours sur mer.

On pourrait par conséquent s'attendre à ce que l'air polaire amenât un ciel sans nuages. En effet, cela arrive, mais ce n'est pas la règle à cause de la façon dont se réalise l'échauffement systématique de l'air polaire qui s'est ecarté du pôle. Cet échauffement étant causé par contact avec le sol ou la surface de la mer, il devient en tout cas plus intense dans les couches inférieures que dans les couches supérieures de l'atmosphère. L'air polaire qui avait commencé par être stable grâce à la moindre densité des couches supérieures, devient moins stable à mèsure que les couches inférieures

sont successivement chauffées, et il atteint finalement une limite où se déclanche la révolution verticale dont nous avons déjà parlé (fig. 1).

Une telle révolution atmosphérique se manifeste le plus souvent par la formation de nuages. Les masses qui montent se refroidissent rapidement et dès le moment où le point de rosée est atteint, l'humidité de l'air devient visible sous forme d'un nuage. Les nuages formés de cette manière ne constituent pas des couches continues: l'air descendant du haut en bas occupe un espace équivalent à celui qui est occupé par les courants ascendants, et cet espace d'air descendant est sans nuages. On obtient ainsi un ciel variable, les nuages étant séparés entre eux par des intervalles de ciel bleu. Ces nuages dont le nom latin est *cumulus* sont encore des nuages de beau temps.

Mais la révolution atmosphérique dont nous avons parlé peut, suivant les conditions, avoir une telle intensité que les *cumulus* croîssent aux *cumulo-nimbus,* les nuages à averses. On obtient alors une autre variété de temps caractéristique pour les courants polaires — le *temps variable à averses.*

Ce type de temps s'observe surtout sur l'océan par des vents du nord, mais les continents voisins sont aussi envahis par les averses quand le vent souffle du côté de la mer. En Portugal, ce sont surtout les vents de Nord-Ouest qui amènent ces *averses d'instabilité,* un type de temps bien connu ici en hiver.

Comme les types de temps observés dans les courants polaires offrent toujours un assez grand nombre d'heures de soleil, les journées sont souvent assez chaudes, mais la température reste toujours basse en altitude, et sitôt que le soleil disparaît le soir, on sent le froid du courant polaire.

Voyons maintenant les types de temps des courants tropicaux: un courant tropical vient toujours d'une partie chaude du Globe. En voyageant vers les latitudes plus élevées, il

est mis en contact avec des surfaces océaniques ou continentales dont les températures sont plus basses que celle de l'air. Il en résulte un refroidissement des couches inférieures du courant tropical, justement l'opposé de ce qui arrive avec les courants polaires dont les couches inférieures sont constamment échauffées par le sol ou la mer.

Ce refroidissement systématique des courants tropicaux empêche l'éxistence de températures vraiment tropicales dans les zones tempérées: par exemple, l'air affluant de l'intérieur de l'Afrique et atteignant le Portugal, comme vent du Sud-Est ou de l'Est, est responsable des plus hautes températures observées dans ce pays; mais tout de même, ces températures sont assez inférieures à celles des régions de l'Afrique d'où vient le courant tropical.

En continuant vers le nord, le refroidissement continue aussi. Cependant, sur les continents le refroidissement est relativement faible en été. C'est pourquoi le nord de la Russie et de la Sibérie peuvent en été avoir une chaleur de 30°, vraiment surprenante pour des latitudes si elevées. En effet, les courants tropicaux peuvent atteindre ces régions sans avoir passé sur aucun océan.

Si le courant tropical passe vers le nord en suivant le chemin maritime, les conditions sont essentiellement différentes. La grande capacité calorifique de l'eau par rapport à celle de l'air fait abaisser la température de la mer. De cette manière les courants tropicaux arrivent aux côtes occidentales de l'Europe du nord fortement refroidis.

Quel est l'effet physique d'un tel refroidissement? Évidemment l'humidité relative doit augmenter et, si le refroidissement subsiste, la vapeur d'eau se condense. Puisque le refroidissement s'effectue surtout dans les couches inférieures, la condensation forme des nuages très bas ou du brouillard. Au-dessus du brouillard on a souvent de l'air plus chaud et plus sec qui a été beaucoup moins influencé par

le refroidissement. Une telle superposition de deux couches, l'inférieure refroidie et humide, la supérieure plus chaude et plus sèche — s'observe fréquemment et peut subsister pendant une période quelconque. En effet, une superposition d'air chaud et par conséquent léger, au-dessus d'une couche froide et lourde, forme un système bien stable. Il n'y a pas de tendance à une révolution verticale quand l'air lourd se trouve en bas et l'air léger au-dessus (fig. 2).

C'est pourquoi les averses sont peu probables sous le régime d'un courant tropical bien établi. La seule forme de

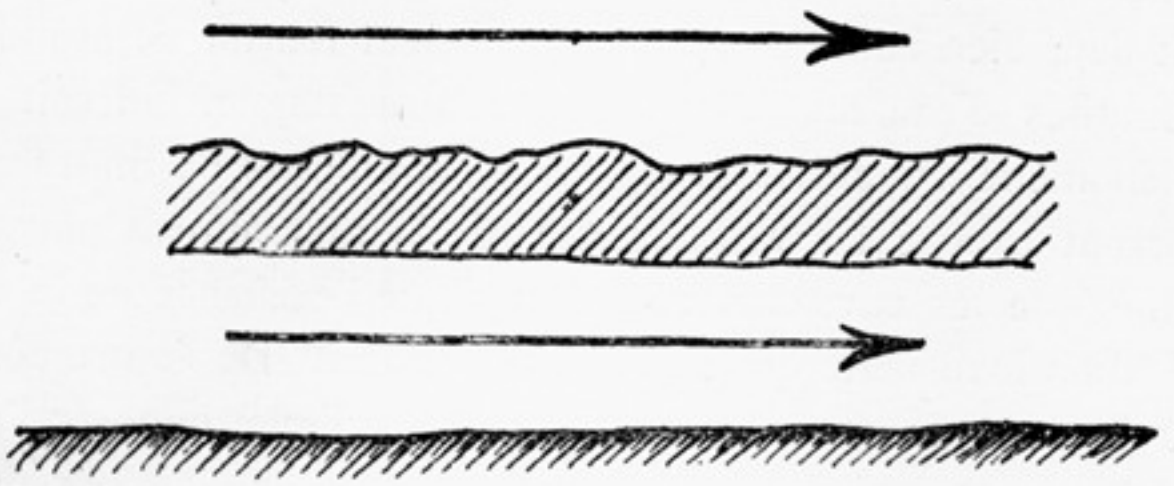


Fig. 2

précipitation qui se produit en plein courant tropical est la *bruine* — la pluie à gouttes nombreuses mais très petites. Cette forme de précipitation n'est pas fréquente en Portugal parce que le dégré de refroidissement de l'air tropical, nécessaire pour qu'elle se produise, n'est atteint en général qu'à une latitude plus elevée; mais sur les Iles Britanniques, par exemple, le ciel monotone à nuages bas avec du brouillard et de la bruine sont bien connus. C'est vraiment une ironie de la Nature que ce soit l'air originaire des *pays du soleil* qui nous apporte les tristes jours de brouillard dans le nord.

Il faut remarquer qu'il y a beaucoup de types de temps hybrides entre les types du courant polaire et du courant tropical, bien caractérisés. Par exemple, un courant polaire après un détour vers les basses latitudes peut montrer des

propriétes semblables à celles des courants tropicaux, et également un courant tropical qui retoune après une excursion vers le nord peut avoir perdu beaucoup de ses proprietés originelles. Mais en connaissant les types extrêmes on peut dans chaque cas de prévision conclure quel stade de transition va se produire.

En outre, il faut toujours tenir compte de l'influence du relief sur les courants d'air: un courant qui rencontre des obstacles en forme de chaîne de montagnes est forcé de monter, ce qui lui donne le refroidissement suffisant pour la formation de nuages et de pluie. Surtout quand le courant est dejà bien humide et instable, il peut fournir de grandes quantités d'eau sur le versant de la montagne. On voit ce phénomène en petite échelle sur les collines de Sintra: le versant exposé au vent humide de la mer obtient plus de pluie que les environs, ce qui explique l'existence de la végétation luxuriante qui embellit cet endroit De l'autre côté, où le vent descend la montagne, on a l'effet opposé: l'air s'échauffe et devient plus sec et la quantité de pluie se réduit considérablement.

Dans un pays montagneux on doit toujours tenir compte, d'un côté de l'origine et de la nature du courant d'air, d'autre côté de l'effet de la topographie, ce qui complique souvent le problème. Il faut des études spéciales pour connaître l'effet des montagnes dans les différentes situations.

Nous passons maintenant à ces cas où il y a une lutte entre des courants d'origine différente. Ce groupe contient tout ce qu'on peut caractériser comme mauvais temps.

Entre deux courants d'air d'origine différente il y a toujours une différence de densité, l'air du courant froid étant toujours, au même niveau, plus lourd que celui du courant chaud. C'est pourquoi un courant d'origine froide au-dessus d'un courant d'origine chaude constitue un système instable au point de vue physique. L'atmosphère ne réussit jamais à

établir une chose tellement instable: le premier essai dans cette direction suffit à faire écrouler le système pour créer quelque chose qui soit stable, c'est-à-dire, pour mettre l'air léger au-dessus. L'écroulement du système instable se fait toujours avec des manifestations d'énergie soit sous forme de violents coups de vent, soit sous forme de décharges

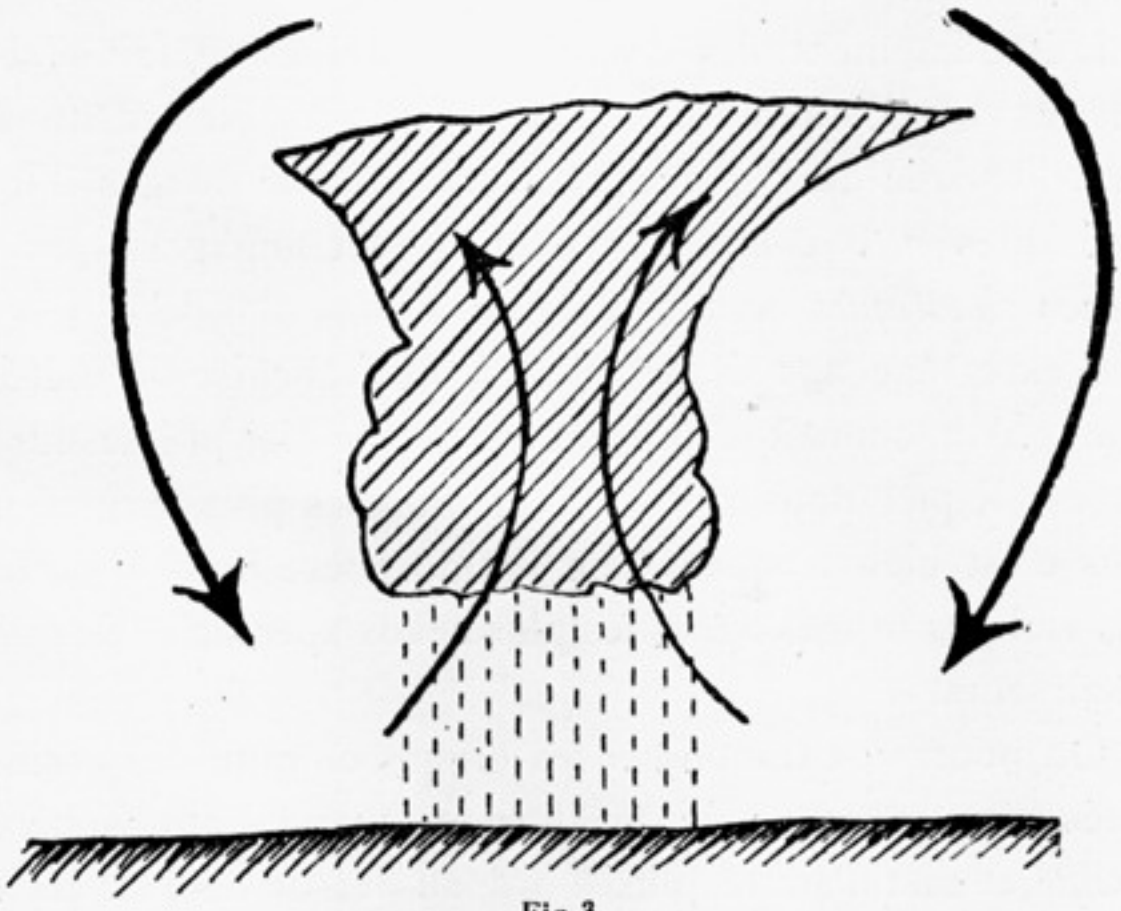


Fig 3

électriques. En effet, on a ici le mécanisme des orages, lesquels se produisent quand il y a un système instable qui s'écroule (fig. 3).

Aussi les orages dépendent beaucoup de la topographie. En même temps que l'instabilité en altitude est créée par un système de courants approprié, l'échauffement des couches d'en bas contribue à ce même but. Les collines présentant les meilleures conditions d'échauffement, on voit souvent les nuages d'orage se former au-dessus des collines et des montagnes avant qu'on les ait au-dessus des vallées. Les régions les plus exposées sont par conséquent celles près des montagnes, le litoral de même que l'océan subissant bien moins

d'orages d'été à cause de l'absence de l'échauffement d'en bas.

Il est bien connu que les orages viennent préférablement après une période de chaleur excessive et qu'ils sont suivis par un temps plus frais. On se trouvait avant l'orage dans un courant chaud et on se trouve après l'orage dans un courant froid.

L'établissement des conditions instables se fait d'abord dans les couches supérieures, ce qu'on peut bien reconnaître avant l'arrivée de l'orage, par l'existence de nuages d'instabilité dites *alto cumulus castelatus*, accompagnés par des masses *chaotiques* de *cirrus* denses.

C'est grâce aux études de l'école française de météorologie qu'on connaît à présent si bien le ciel précurseur des orages, lequel nous présente les vues les plus magnifiques. Mais c'est bien fréquent que l'atmosphère nous apporte les plus violents orages après les plus beaux spectacles de nuages précurseurs.

On pourrait caractériser les orages comme des accidents météorologiques: ils se produisent quand l'atmosphère *se trompe* et met l'air le plus lourd au-dessus de l'air plus léger. Il est bien plus naturel pour l'air froid de former coin au-dessus de l'air chaud, ce qui est en effet le plus fréquent. On peut montrer par des méthodes mathématiques qu'une sorte d'équilibre peut dans ce cas se produire entre la gravité et la force déviatrice de la rotation de la Terre, ce qui rend possible d'avoir des surfaces de discontinuité en position inclinée entre les deux courants. Les inclinaisons possibles varient suivant les conditions, mais elles sont en général de l'ordre de grandeur de $^1/_{100}$, les surfaces de discontinuité étant tracées sur les figures avec une inclinaison fortement exagérée.

Prenons comme exemple une surface de discontinuité qui s'élève exactement 1 mètre sur 100^m: à 100 kilomètres de

distance de l'endroit où cette surface rencontre le sol, elle se trouve à l'altitude d'un kilomètre, et pour la trouver à l'altitude de 5 kilomètres il nous faut nous écarter de cet endroit-là 500 kilomètres. Sur cette pente peu inclinée l'air chaud glisse lentement en haut; mais cette ascension suffit pour qu'il se refroidisse et forme par condensation une couche continue de nuages. Évidemment la base de la couche nuageuse a la même inclinaison que la surface de séparation entre les deux courants, et on obtient par conséquent des nuages bas près de la ligne où cette surface rencontre le sol, et des nuages graduellement plus elevés à mesure qu'on s'écarte de cette zone. Ainsi, les nuages jusqu'à 5 kilomètres d'altitude (*nimbus* et *alto-stratus*) peuvent couvrir ensemble une zone de 500 kilomètres de largeur. En général il pleut ou bien il neige de toute cette nappe nuageuse, mais la précipitation de la partie la plus haute s'évapore avant d'atteindre le sol. C'est pourquoi la zone de pluie au sol n'a qu'une largeur plus petite, disons 300 km. Si la zone de pluie se déplace avec une vitesse de 30 km à l'heure, on aura ainsi une pluie continue de dix heures de durée.

Ces données numériques ne représentent qu'un seul exemple: suivant les conditions, on peut avoir d'autres inclinaisons de la surface de discontinuité, d'autres vitesses de propagation et par conséquent d'autres durées de pluie. Mais on peut constater comme résultat général que toutes les pluies de grande étendue et de longue durée sont dûes à un courant chaud qui glisse en haut sur un coin peu incliné d'air froid.

Selon la direction de propagation on peut distinguer deux cas, à savoir:

a) le cas où le coin d'air froid avance en déplaçant l'air chaud (fig. 4);

b) le cas où l'air froid est en retraite, poursuivi par le courant chaud (fig. 5).

Le premier cas s'appelle un *front froid,* l'autre un *front*

chaud. Il va sans dire qu'un front froid qui change le sens de propagation devient un front chaud et vice-versa.

On trouve un ensemble de fronts froids et fronts chauds

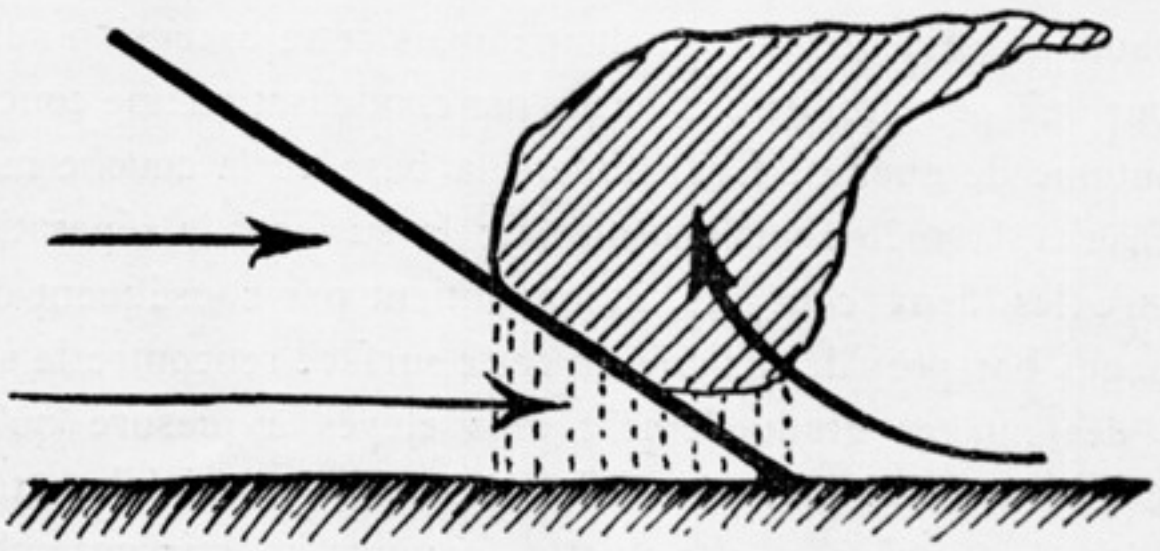


Fig. 4

dans les dépressions barométriques, dont les pluies sont toujours en rapport avec ces fronts. On peut montrer aussi

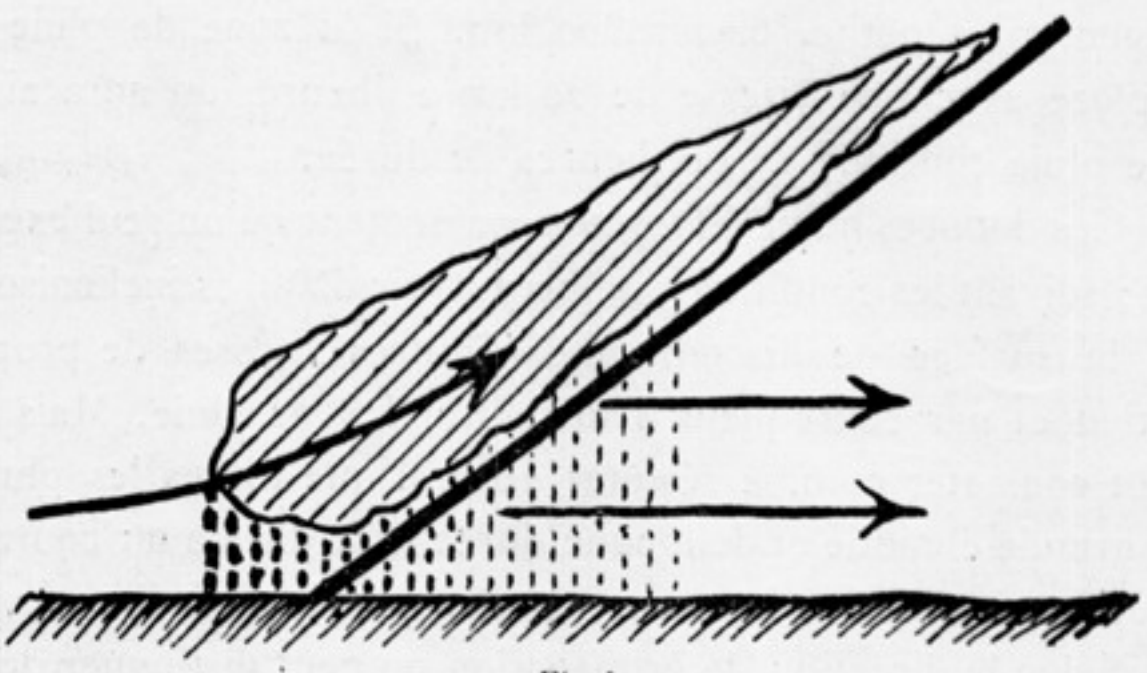


Fig 5

comment l'emplacement des fronts dans les cyclones détermine la quantité d'énergie potentielle disponible pour faire marcher une telle machine. Cette étude de l'energie dans l'atmosphère qui est trop longue et compliquée pour une exposition dans cette conférence, nous conduirait aux lois

générales des vents qui répresentent une partie très importante de la base scientifique de la prévision du temps.

Selon les principes indiqués on peut analyser n'importe quelle situation, on peut trouver les courants polaires tropicaux, on en peut déduire la direction dans laquelle se meuvent les cyclones et s'ils vont s'intensifier ou s'atténuer, etc. Il serait en dehors du cadre de ma conférence d'entrer davantage dans les détails de la prévision du temps: je me contenterai d'en donner le principe fondamental qui peut être formulé comme il suit:

Le temps de demain dépend de la nature et de la force du courant d'air qui va arriver, éventuellement de la lutte entre deux ou plusieurs courants. Ce n'est qu'un problème de *distance* et de *vitesse* de déterminer quel courant ou système de courants nous atteindra demain.

Voilà toute la prévision du temps en deux mots. Mais, bien que les principes fondamentaux soient très simples, on rencontre dans leur application beaucoup de difficultés dûes surtout à l'intervention des couches supérieures de l'atmosphère. Mais on apprend peu à peu à vaincre ces difficultés par des méthodes indirectes, parmi lesquelles je dois surtout mentionner la méthode ingénieuse des météorologistes français, dite la *méthode des noyaux de variation.*

La théorie scientifique de la prévision est un domaine ou il reste encore beaucoup à étudier, mais les progrès des dernières années ne laissent aucun doute qu'on réussira sur ce point. C'est la coopération avec une science exacte comme la physique qui justifie cet optimisme.

*

Mais malheureusement la prévision du temps dépend aussi des bases techniques qui ont encore beaucoup de points faibles.

Pour faire la prévision du temps il faut d'abord connaître l'état présent. Une application exacte des méthodes physiques exigerait la connaissance de l'état présent de la température, humidité, pression, etc., dans chaque point de l'atmosphère, depuis l'équateur jusqu'aux pôles et depuis le sol jusqu'à sa limite supérieure Évidemment un tel système idéal de renseignements sur l'état présent de l'atmosphère n'est pas réalisable: mais on peut se contenter de bien moins de données.

Le réseau de stations qui travaillent maintenant dans le service international des renseignements météorologiques comprend près de 3oo stations réparties sur tout l'hémisphère nord. Chaque pays a en outre un plus grand nombre de stations pour le service national, mais il n'y a que ces 3oo stations qui soient utilisées pour le service international. Les stations qui ont des moyens pour observer l'état de l'atmosphére libre par avion, cerf-volant ou ballons-sondes sont bien moins nombreuses, de sorte qu'on est encore loin de connaître l'état présent dans chaque point de l'atmosphère. Mais tout de même le système des stations est en évolution rapide, et la situation est beaucoup plus favorable qu'elle n'était quelques années auparavant.

Le Portugal a maintenant dans ce service 4 stations: Porto, Coimbra, Lisbonne et Faro; mais on espère bientôt y ajouter les stations de Berlenga et Cap S. Vicente. Avec cela, le Portugal remplira d'une manière excellente ses obligations internationales.

Un perfectionement important de l'année passée a été l'établissement de 4 stations de T. S. F. au Groenland, ce qui a donne des avant-gardes vers la région d'où vient l'air polaire. Une autre assez récente station entre le Groenland et la Norvège est remarquable dans son genre et mérite une mention spéciale. Elle est établie sur une île déserte appelée Jan Mayen, laquelle se trouve justement au bord de la glace polaire. Les trois hommes qui servent comme observateurs

de T. S. F. restent sur l'île pendant toute une année avant d'être remplacés. Malgrè la monotonie de la vie solitaire à Jan Mayen, il y a toujours assez de gens qui désirent y aller comme des observateurs, et même ceux qui ont passé un hiver sur l'île désirent souvent y retourner. Cette station est indispensable comme avant-garde contre les tempêtes du Nord-Ouest qui étaient auparavant très dangereuses pour les pêcheurs sur la côte de Norvège. La sécurité qui a été établie par ce moyen justifie bien les dépenses de la station.

La transmission des observations du réseau mondial de stations commence par une concentration des dépêches dans la capitale de chaque pays où elles sont contrôlées par le respectif Institut Central de Météorologie. Tout de suite les dépêches sont mises ensemble dans un radiogramme qui est expédié aux Instituts étrangers par une station de T. S. F. de grande puissance. Pour éviter que ces radiogrammes soient transmis en même temps, on a fixé par convention internationale des heures d'émission pour chaque pays. Les Instituts de prévision n'ont alors qu'à écouter dans leurs stations réceptrices les émissions étrangères, l'une après l'autre. Deux heures après les observations on peut déjà dresser une carte du temps assez complète pour servir de base pour la prévision du temps.

Puisque le temps se déplace généralement de l'ouest à l'est, chaque pays est spécialement interéssé à connaître le temps qu'il fait chez le voisin à l'ouest. Cela fait ressortir l'importance des pays occidentaux de l'Europe pour la prévision du temps européenne. L'Islande, les Iles Britanniques et le Portugal sont les principales avant-gardes de L'Europe contre les tempêtes qui s'approchent, du côté de l'ouest. Mais, pour l'Europe occidentale, le voisin à l'ouest c'est l'Océan. Comment peut-on se garder contre le temps qui vient de l'Océan?

Ce problème resta insoluble jusqu'à l'introduction de T. S. F. à bord des bataux transatlantiques. Maintenant, un certain nombre de paquebots transmettent régulièrement quatre fois par jour de temps qu'il fait pendant leur traversée de l'océan. Ce service s'est montré extrêmement utile et, pendant les périodes où il y a assez de paquebots en route, la prévision du temps en Europe devient beaucoup plus sûre. Mais le sytème a encore de grandes lacunes. Le nombre de paquebots avec T. S. F. de longue portée est très restreint et il arrive quelquefois qu'aucun de ces paquebots ne se trouve sur mer, les tempêtes pouvant alors atteindre les côtes européennes sans que les météorologistes avertissent les pêcheurs, les marins et les aviateurs du danger qui les menace.

Et même s'il y a quelques paquebots sur mer ils suivent des routes rigoureusements fixes, surtout celle de la Manche à Terre-Neuve et, pour les paquebots scandinaves, la route par le nord de l'Ecosse vers Terre-Neuve. En dehors de ces routes l'Océan reste vide de renseignements et on ne sait pas ce qui peut survenir de ces parties non controlées de l'Océan.

Il y a donc grand besoin d'un perfectionnement sur ce point. C'est pourquoi, à la dernière réunion internationale des météorologistes on a résolu de créer, à l'initiative de la France, un système plus complet de renseignements de l'Atlantique en utilisant aussi les *cargo-boats:* ils sont beaucoup plus nombreux que les paquebots, se répartissent en outre sur un plus grand nombre de routes et se trouvent ainsi presque partout sur l'Océan. On peut sans doute compter sur une coopération bénévole des *cargo* de toutes les nationalités.

Le travail qu'on exige de chaque bateau n'est pas grand: c'est seulement de télégraphier les observations sur le vent, le ciel et la pression barométrique, c'est-à-dire, des observa-

tions qui sont deja faites comme routine régulière pour remplir les journaux de bord.

Seulement la difficulté c'est la faible portée des émetteurs de T. S. F. à bord de ces bateaux: il faut donc bien choisir les stations réceptrices sur terre pour qu'on puisse communiquer avec le plus grand nombre possible de cargo-boats. La carte ci-joint nous montre le système qu'on envisage pour l'Atlantique du Nord: On voit d'abord les lignes transatlantiques de paquebots, du nord de l'Ecosse et de la Manche vers la Terre-Neuve. Les émetteurs T. S. F. à bord de ces grands paquebots sont en général assez puissants pour atteindre l'Europe directement; il arrive même qu'on peut les entendre jusqu'à l'arrivée à New-York. Les cargo-boats ne peuvent en général être entendus que dans un rayon inférieur a 600 km et on a donc besoin des stations de retransmission qui sont marquées sur notre carte.

Pour commencer dans le nord, on a Reykjavik à L'Islande, Julianehaab à la pointe sud du Groenland, une station pas encore choisie près de Terre-Neuve, une autre aux îles Bermuda et finalement une station sur les Açores et une autre à Madeira. Les stations mentionées recevront deux, trois ou quatre fois par jour les observations météorologiques des cargo-boats qui se trouveront sur les zones limitées par les cercles tracés autour de chaque station. Les données ainsi rassemblées seront retransmises le plus vite possible aux services météorologiques de l'Europe pour servir de base pour la prévision du temps.

On voit qu'il restera encore des vides parceque chaque cercle ne touche pas partout aux cercles voisins, mais la situation sera tout de même bien meilleure qu'elle ne l'est à présent. Et, avec les progrès successifs de la radiotélégraphie, on verra bientôt croître la portée des stations à bord et, avec cela, aussi la grandeur des cercles de la carte. Même avec les lacunes qui existent sur cette carte, un cy-

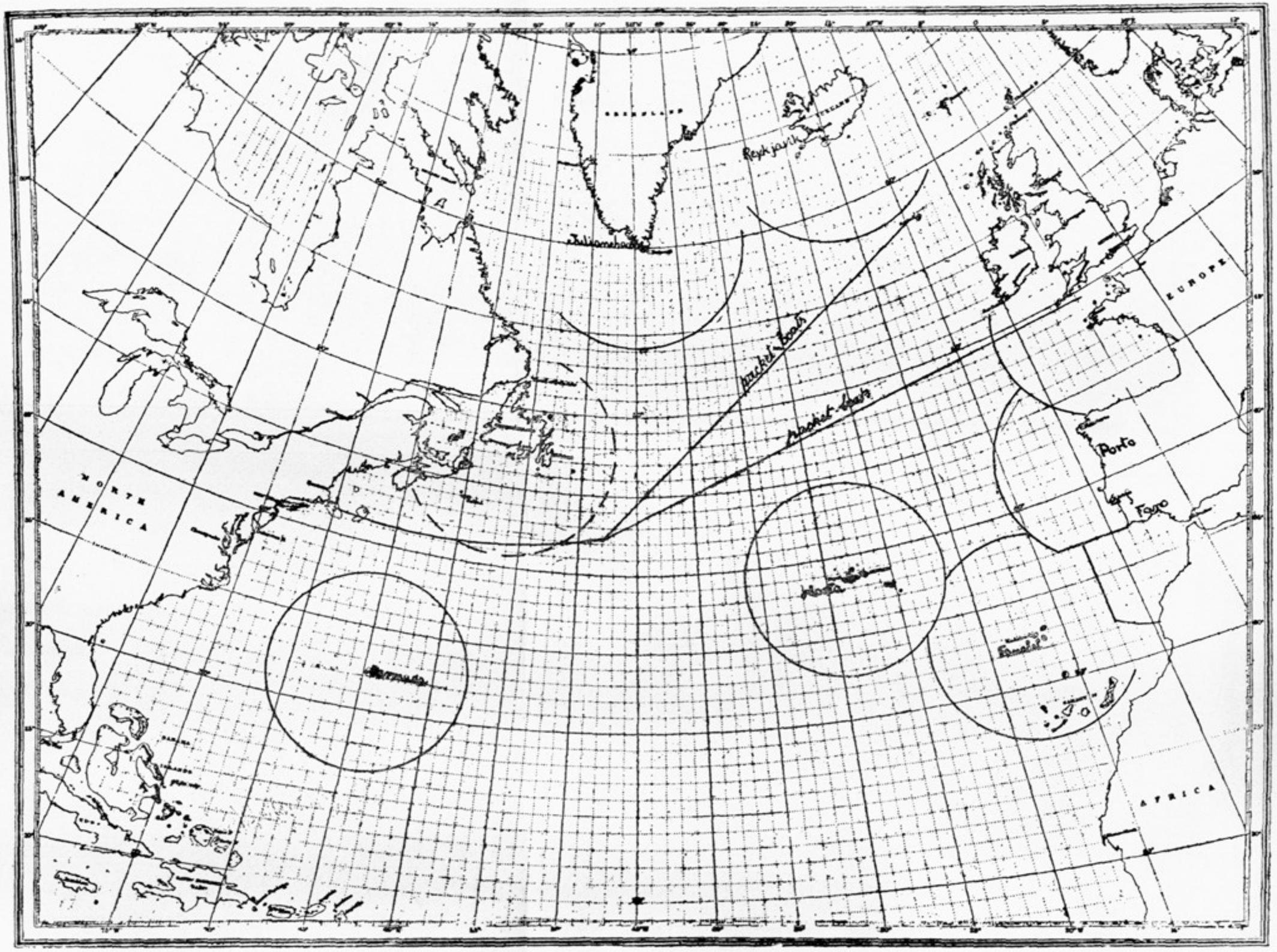
clone dangereux ne pourrait pas se cacher a l'oeil du météorologiste, sauf peut-être entre Bermuda et les Açores, ce qui est encore loin des côtes européennes.

Et maintenant, la réalisation de ce plan international: naturellement il faut procéder peu a peu, en prenant d'abor ce qui est le plus urgent. Je peux annoncer en passant que le commencement a déjà été fait par l'Islande qui a mis la station T. S. F. de Reykjavik à disposition pour la concentration des observations météorogiques sur les routes les plus septentrionales qui sont fréquentés surtout par les bateaux norvégiens.

Mais le point le plus important sera toujours les Açores: là se trouve la plus grande lacune dans les observations atlantiques, et de cette même région viennent souvent les surprises les plus fatales pour la prévision du temps en Europe. Heureusement, à ce que j'ai entendu pendant ma visite au Portugal, une station T. S. F. appartenant à la marine portugaise pourra prochainement assurer à Horta le service de concentration et de retransmission des observations météo rologiques. Avec cela, le pas le plus important sera fait vers la réalisation de ce grand plan international.

On voit sans explication ultérieure la grande importance du rôle que le Portugal joue dans cette conquête scientifique de l'Océan: les régions controlées par les stations T. S. F. du Portugal, à savoir — la région des Açores, celle de Madeira et celle de la côte même du Portugal — couvrent ensemble une grande superficie de l'Océan. Aucun autre pays ne peut faire des contribuitions d'une si grande importance que le Portugal.

Les bases techniques de la prévision du temps, comme elles se trouvent aujourd'hui, sont le résultat du perfectionnement de la T. S. F. et aussi d'une coopération intime entre les météorologistes de tous les pays civilisés du monde. Tout le système étendu et compliqué pour l'échange des messages,


Reykjavik
Julianehaab
Bermuda
Porto
Faye
Funchal
NORTH AMERICA
EUROPE
AFRICA

que je viens de vous expliquer, est une oeuvre d'après guerre, et elle constitue une des manifestations les plus magnifiques de collaboration internationale. Espérons que ce qui reste à faire — l'extension de ce même système sur l'Océan — sera réalisé avec le même esprit d'enthousiasme et de collaboration amicale.

J. Bjerknes

BIBLIOGRAFIA

Historia del Derecho español, pelo prof. Minguijón Adrián, da Universidade de Saragoça, 2 vols. Barcelona, 1927. Biblioteca, *Labor*.

Eis mais um livro precioso pela sua grande utilidade, recentemente editado pela casa *Labor*, de Barcelona. Ninguém há já hoje entre nós que ignore o que é a casa *Labor* e que desconheça o valor das suas publicações de vulgarização scientífica e iniciação cultural em todos os ramos do saber humano, pondo ao alcance de todos os espíritos e de tôdas as bôlsas os tesouros dêsse saber recentemente acumulado pelo trabalho de muitos dos maiores sábios modernos. A *Biblioteca Labor*, pela natureza dos seus fins de propaganda scientífica, pela escolha sempre acertada das obras até ao presente editadas e ainda pela grande perfeição tipográfica e esmerada elegância das suas edições, faz neste domínio, sem dúvida, a maior honra à nação vizinha e está-nos mostrando como êste nobre país consegue hoje acompanhar sem dificuldade os melhores progressos da cultura scientífica nos outros dos mais adiantados países europeus.

A *Historia del Derecho español* do Sr. Minguijón Adrián é mais uma brilhante prova do que fica dito.

Esta obra vem, com efeito, preencher uma importante lacuna até agora existente nos domínios da historiografia peninsular. É que, pondo de parte as obras com idêntico título de Sempere e de Hinojosa (a do primeiro já antiquada e extranha ao direito privado; e a do segundo infelizmente apenas começada e não indo além da época visigótica), pode dizer-se que não existia até hoje uma história do direito espanhol, isto é, alguma coisa que fôsse uma obra de conjunto, abrangendo simultâneamente as chamadas história externa e história interna dêsse direito, desde os mais antigos tempos até aos nossos dias, e compreendendo ao mesmo tempo o estudo dos diferentes ramos do direito público e do direito privado. Tudo que até ao presente existia escrito sôbre estas matérias constava apenas, pode também dizer-se, ou de numerosas

e sábias monografias, ou de artigos dispersos em revistas, ou ainda de fragmentos de estudos e conclusões disseminados através de alguns capítulos e parágrafos de certas Histórias gerais da Espanha e da sua civilização, como, por exemplo, as obras de Lembke, de Lafuente, de Altamira, etc.

Ora o preenchimento desta lacuna foi precisamente o fim que teve em vista o sr. Minguijón Adrián ao organizar esta sua tão interessante *Historia del Derecho español* (em dois volumes).

Muito sumàriamente, diremos aqui apenas que o primeiro dos dois volumes da sua obra se ocupa do direito dos mais antigos povos da Península, desde os celtiberos, bem como da constituïção social, organização política, fontes de direito e sistema das instituïções de direito privado dos reinos de Leão e Castela durante a Idade-Média. O segundo volume ocupa-se também dos mesmos assuntos, mas mais resumidamente, e a respeito dos restantes estados da Península que pouco a pouco se foram absorvendo na unidade castelhana, como o Aragão, a Catalunha, a Navarra, o reino de Valência, as Baleares e as Províncias vascongadas. De resto, compreendem-se ainda neste segundo volume dois capítulos finais em que o autor faz um rápido resumo da história jurídica da Espanha, depois da sua unificação política, na época moderna e na contemporânea, e ainda uma secção bibliográfica relativa a todos os assuntos versados nos dois volumes.

Mas o que para nós marca o particular merecimento da presente publicação no seu conjunto, e de um modo muito geral, é ainda, não a grande extensão do período histórico e a vastidão das matérias que toma em consideração, como e principalmente a aplicação que faz do melhor critério scientífico da historiografia moderna no estudo e exposição dos assuntos, isto é, relacionando sempre cautelosamente o estudo da evolução jurídica com o estudo do restante movimento social das diferentes épocas, que lhe serve como que de causa e a determina; ou, por outras palavras ainda, procurando sempre enquadrar com rigor tôdas as formas e transformações do factor jurídico no mecanismo complexo dos outros factores da evolução social da Península.

¿Será esta obra do sr. Minguijón uma obra profunda e verdadeiramente original que venha projectar uma nova luz sôbre muitos pontos obscuros da história jurídica da Península, de tantos que há e continua a haver? ¿Será uma história definitiva do direito espanhol? Certamente, não. Mas, como já fica dito, não só não foi êsse o fim que se propôs o autor, como também não é essa a índole dos trabalhos scientificos que a casa *Labor* se propõe vulgarizar.

Repetimos: como obra de conjunto e de vulgarização scientífica, como Manual elementar de uma história jurídica completa da Península, no estado actual dos trabalhos de investigação histórica do direito, e ainda como livro de uma leitura fácil, agradável e altamente instrutiva sôbre tão interessantes assuntos, de uma manifesta utilidade para todos, especialmente espanhóis e portugueses, a presente *Historia del Derecho español* ficará ocupando um lugar de tanto maior destaque, quanto é certo que nenhum outro trabalho ou publicação dêste género surge aí a disputar-lho.

Parece nos que, dizendo isto, não poderíamos fazer mais inteira justiça, nem ao merecimento do autor, nem às beneméritas intenções do editor, a quem agradecemos a oferta do exemplar que se dignou enviar ao Instituto.

C. M.

EDIÇÕES
DA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
(Coimbra — Portugal)

SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DA ARTE PORTUGUESA

(Colecção louvada pelo Ministério da Instrução Pública)

Publicados:

I. — VERGÍLIO CORREIA. — Um túmulo Renascença. A Sepultura de D. Luís da Silveira em Gois. Com um prefácio do Dr. Teixeira de Carvalho. 1 vol. broch. . . . . 6$00

II. — D. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS. — Algumas palavras a respeito de púcaros de Portugal. Ed. refundida e ilustrada. 1 vol. broch. (Esgotado).

III. — INDEX DA FAZENDA DO MOSTEIRO DE CELAS. — Manuscrito de Fr. Bernardo d'Assunção, publicado e revisto pelo Dr. Teixeira de Carvalho. 1 vol. broch. (Esgotado).

IV. — JOSÉ DA CUNHA TABORDA. — Regras da arte da pintura com breves reflexões críticas sobre os caracteres distinctivos das suas escolas, vidas e quadros dos seus mais célebres professores. Escritas na língua italiana por Michael Angelo Prunetti e acrescida duma Memória dos mais famosos pintores portugueses e dos melhores quadros seus. 1 vol. broch. (Esgotado).

V. — CYRILLO VOLKMAR MACHADO. — Collecção de Memórias, relativas às vidas dos pintores, e escultores, arquitectos, e gravadores portugueses, e estrangeiros, que estiveram em Portugal. Revista e anotada pelos Drs. Teixeira de Carvalho e Vergílio Correia. 1 vol. broch. (Esgotado).

VI. — VERGÍLIO CORREIA. — Sequeira em Roma (Duas épocas). . . . . 10$00

VII. — HENRIQUE FERREIRA LIMA. — Joaquim Rafael, pintor portuense . . . . . 10$00

VIII. — ANTÓNIO AUGUSTO GONÇALVES. — Estatuária lapidar no Museu Machado de Castro, de Coimbra. Com ilustrações.
Em papel de linho. . . . . 40$00
Em papel de algodão. . . . . 16$00

IX. — PEDRO FERNANDES TOMÁS. — Canções da Beira. 15$00

X. — D. JOSÉ PESSANHA. — O Cális de Ouro do Mosteiro de Alcobaça. A Porcelana em Portugal . . . . . 12$00

XI. — VERGÍLIO CORREIA. — Artistas de Lamego . . . . 12$00

XII. — JULIETA FERRÃO. — Rafael Bordalo Pinheiro e a Crítica. . . . . 6$00

XIII. — VERGÍLIO CORREIA. — Vasco Fernandes, Mestre do Retábulo da Sé de Lamego . . . . . 15$00

XIV. — ANTÓNIO CALDEIRA PIRES. — História do Palácio Nacional de Queluz. Com ilustrações, vol. I . . . . . 30$00

Vol. II.

Em papel de linho. . . . . 35$00

Em papel de algodão. . . . . 20$00

XV. — LUÍS CHAVES. — Os Barristas Portugueses (Nas escolas e no povo). . . . . 12$00

XVI. — HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA. — Joaquim Machado de Castro, Escultor Conimbricense — Notícia biográfica e compilação dos seus escritos dispersos . . . 20$00

XVII. — HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA. — Princesas Artistas (As filhas de El-Rei D. José) . . . . . 7$00

XVIII. — PEDRO VITORINO. — José Teixeira Barreto, Artista Portuense (1763-1810) . . . . . 8$00

XIX. — J. C. RODRIGUES DA COSTA. — João Baptista, Gravador Português do século XVII (1628-1680) . . . . . 15$00

XX. — EDMUNDO CORREIA LOPES. — Cancioneirinho de Fozcôa. Contribuïção para a história e crítica da musica do povo português.

Em papel de linho. . . . . 25$00

Em papel de algodão . . . . . 15$00

XXI. — MANUEL PEREIRA CIDADE. — Memórias da Basílica da Estrêla. Publicadas e prefaciadas pelo Dr. António Baião.

Em papel de linho. . . . . 25$00

Em papel de algodão. . . . . 15$00

XXII. — VERGILIO CORREIA. — Livro dos Regimentos dos oficiais mecânicos de Lisboa. (1572) 1 vol.

Em papel de linho. . . . . 25$00

Em papel de algodão. . . . . 15$00

XXIII. — D. JOSÉ PESSANHA. — Arquitetura pré-românica em Portugal. (S. Pedro de Balsemão e S. Pedro de Lourosa) 1 vol.

Em papel de linho. . . . . 15$00

Em papel de algodão. . . . . 8$00

XXIV. — LUÍS CHAVES. — Subsídios para a história da gravura em Portugal . . . . . -$-

XXV. — EMANUEL RIBEIRO — Anatomia da Cerâmica Portuguesa . . . . . -$-

A sair:

D. JOÃO IV. — Defensa de la musica moderna contra la errada opinion del obispo Cyrillo Franco. Rev. pelo Sr. Viana da Mota.

ANTONIO CALDEIRA PIRES. — Historia do Palácio Nacional de Queluz, vol. III.

PEDRO FERNANDES TOMÁS. — Canções Portuguesas. (Do século XVIII à actualidade).

VERGÍLIO CORREIA. — Santa Cruz de Coimbra. — Artistas e obras de arte.

—— — Pintores Portugueses.

—— — O azulejo em Portugal nos séculos XV e XVI.

—— — Artistas portugueses em Itália.

SCRIPTORES RERVM LVSITANARVM

SÉRIE A)

Publicado:

FERNÃO LOPES DE CASTANHEDA. — História do descobrimento, e conquista da India. Ed. revista pelo Sr. Pedro de Azevedo, vol. I.

Em papel de linho . . . . . 90$00

Em papel de algodão. . . . . 35$00

Vol. II no prelo.

DAMIAM DE GOES. — Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanvel. Coñforme a ed. princeps. Rev. pelo Dr. David Lopes, 4 volumes. 80$00

No prelo:

DAMIÃO DE GOES. — Chronica do principe Dom Ioam. Conforme a ed. princeps.

DUARTE GALVÃO. — Crónica de D. Afonso Henriques. Revista e prefaciada por Tomás da Fonseca.

JOÃO DE BARROS e DIOGO DO COUTO. — Décadas. Ed. conforme a ed. princeps, revista pelo Dr. António Baião.

FERNÃO GUERREIRO. — Relação anual do que fizeram os padres da Companhia de Jesus nas suas missões do Oriente, da África e Brasil nos anos de 1600 a 1610. Ed. completa das cinco Relações, dirigida e prefaciada por Artur Viegas.

Em preparação:

PAPÉIS RELATIVOS Á GUERRA DA RESTAURAÇÃO E INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL.

SÉRIE B)

Publicados:

I. — HIERONYMO OSORIO. — De rebus Emmanvelis gestis. 3 vols. . . . . 60$00

II. — ITINERÁRIOS *QUINHENTISTAS* DA INDIA A PORTUGAL. — Rev. e prefaciados pelo Dr. António Baião, vol. I . . . . . 18$00

III. — COMENTÁRIOS DO GRANDE AFONSO D'ALBUQUERQUE. — Conforme a 2.ª ed. Rev. e prefaciada pelo Dr. António Baião, vol. I (Partes I e II) e II (Partes III e IV). . . . . 35$00

Em preparação:

ANTÓNIO GALVÃO. — Tratado *dos diversos* e desvairados caminhos por onde nos tempos passados a pimenta e especiaria veio da India as nossa partes, e assim de todos os descobrimentos antigos e modernos que são feitos em a era de 1550.

SÉRIE C)

No prélo:

D. FRANCISCO MANUEL DE MELO. — Epanaphoras de varia historia portugueza. Ed. dirigida pelo Dr. Edgar Prestage.

Em preparação:

História Trágico-marítima.

BIBLIOTECA DE ESCRITORES PORTUGUESES

SÉRIE A)

Publicados:

BERNARDIM RIBEIRO e CRISTÓVÃO FALCÃO. — *Obras.* Conforme a ed. de Ferrara. Edição preparada e revista por Anselmo Braamcamp Freire e prefaciada por D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos 2 vols. (Esgotado).

CANTIGAS D'AMIGO DOS TROVADORES GALEGOS-PORTUGUÊSES. Edição crítica acompanhada de introdução, comentário, variantes e glossário pelo Dr. José Joaquim Nunes, vol. II (texto).

Em papel de linho. . . . . 25$00
Em papel de algodão . . . . . 13$00

No prelo:

SILVIA DE LISARDO.

CANTIGAS D'AMIGO DOS TROVADORES GALEGOS-PORTUGUÊSES. Ed. dirigida pelo Dr. José Joaquim Nunes, vols. I e III.

SÁ DE MIRANDA. — Comédia dos Vilhalpandos. Conf. a 1.ª edição Rev. pelo Dr. A. J. Lopes da Silva.

Publicados:

FR. PANTALEÃO DE AVEIRO. — Itinerário da Terra Santa. Rev. pelo Dr. António Baião.

Em papel de linho . . . . . 35$00
Em papel de algodão . . . . . 20$00

SÉRIE B)

No prelo:

BALTAZAR ESTAÇO. — Sonetos, canções, églogas e outras rimas. Rev. e pref. pelo Dr. António Baião.

Em preparação:

GABRIEL PEREIRA DE CASTRO. — Ullyssea ou Lisboa edificada.

SÉRIE C)

Publicados:

P. ANTÓNIO VIEIRA. — CARTAS. Ed. revista e anotada pelo Sr. J. Lúcio de Azevedo.

Vol. I e II, em papel de linho . . . 50$00 cada vol.
Vol. I e II, em papel de algodão. . 30$00 » »
Vol. III. No prelo.

DISPERSOS, de Camilo Castelo Branco Compilação e notas do Dr. Júlio Dias da Costa.

Vol. I, II e III, em papel de linho. . . 50$00 cada vol.
Vol. I, II e III, em papel de algodão . 25$00 » »
Vol. IV. No prelo.

RODRIGUES LOBO. — Églogas. Ed. Revista, prefaciada e anotada pelo Dr. José Tavares. . . . . -$-

No prelo:

Fr. HEITOR PINTO. — Imagem da vida christã. Rev. e pref. pelo Dr. Joaquim de Carvalho.

JORGE FERREIRA DE VASCONCELOS. — Memorial das proezas da segunda Tavola redonda. Conforme a 1.ª ed. Rev. pelo Dr. Alberto Feio.

ELOY DE SÁ SOTO MAIOR — Ribeiras do Mondego. Rev. pelo Sr. Martinho da Fonseca.

A História dos Cavaleiros da Mesa Redonda e da Demanda do Santo Graal. — Ed. completa e crítica segundo o ms. da Biblioteca Nacional de Viena, revista pelo Dr. José M. Piel.

Em preparação:

ALMEIDA GARRET. — Discursos parlamentares.

RUY GONÇALVES. — Dos previlégios e prerogativas que o genero feminino tem por direito comũ e ordenações do reino mais que o genero masculino.

ESTEVAM RODRIGUES DE CASTRO. — Rimas

DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA DA EXPANSÃO ULTRAMARINA DOS PORTUGUESES

No prelo:

Vol. I — Cartas dos Vice-Reis da Índia. Coligidas e revistas pelo Dr. António Baião.

Vol. II — Documentos relativos ao descobrimento e colonização do Brasil durante o século XVI existentes em arquivos portugueses. Coligidos e revistos pelo Sr. Pedro de Azevedo.

BIBLIOTECA DO SÉCULO XVIII

Publicados:

I. — CAVALEIRO DE OLIVEIRA. — Discours Pathétique au sujet des calamités présentes, arrivées en Portugal. Nova ed. seguida duma notícia bibliográfica pelo Dr. Joaquim de Carvalho. 1 vol.

Em papel de linho. . . . . 12$00

Em papel de algodão. . . . . 6$00

II. — RIBEIRO SANCHES. — Cartas sôbre a educação da mocidade. Ed. prefaciada e revista pelo Dr. Maximiano Lemos.

Em papel de algodão. . . . . 12$00

A sair:

CAVALEIRO DE OLIVEIRA. — Reflexoens de Felix Vieyra Corvina de Arcos, Christan Velho Ulissyponense Sobre a Tentativa Theologica, composta pello Reverendo e douto Padre Antonio Pereyra da Congregaçam do Oratorio de Lisboa.

Em preparação:

M. MENDONÇA. — Apontamentos para a educação de hum menino nobre.
RIBEIRO SANCHES. — Metodo para aprender a estudar a medicina. ilustrado com os apontamentos para estabelecer-se huma Universidade real...

BIBLIOTECA DEMOCRÁTICA

Destinada a coligir a obra dos que, já falecidos, concorreram para o progresso das ideas democráticas em Portugal e, mais particularmente, para a proclamação da República Portuguesa.

Publicados:

JOSÉ FÉLIX HENRIQUES NOGUEIRA. — Estudos sôbre a reforma em Portugal . . . . . 5$00

A sair:

J. F. HENRIQUES NOGUEIRA. — O Municipio no século XIX.

Em preparação:

Obras de José Falcão, João de Meneses, Manuel de Arriaga, Alexandre Braga, etc.

BIBLIOTECA LUSO-BRASILEIRA DE HISTÓRIA DE MEDICINA

I. — Dr. AUGUSTO DA SILVA CARVALHO. — Prodigiosa Lagoa descuberta nas congonhas das minas do Sabará, que tem curado a varias pessoas dos achaques, que nesta relação se expõem. . . . . 5$00

No prelo:

Dr. AUGUSTO DA SILVA CARVALHO. — O culto de S. Cosme e S. Damião em Portugal e no Brasil — História das sociedades médicas portuguêsas.

ESTUDOS DE HISTÓRIA E LITERATURA PORTUGUESA

Publicados:

ANTÓNIO JOSÉ TEIXEIRA. — António Homem e a Inquisição. 20$00

—— Documentos para a história dos jesuítas. . . . . 20$00

Dr. M. E. DA MOTA VEIGA. — Esbôço histórico e literário da Faculdade de Teologia, 1872, 1 vol. . . . . 10$00

Dr. B. A. SERRA MIRABEAU — Memória histórica e comemorativa da Faculdade de Medicina, 1872, 1 vol. . . . . 10$00

Dr. FRANCISCO DE CASTRO FREIRE. — Memória histórica da Faculdade de Matemática, 1872, 1 vol. . . . . 6$00

Dr. JOAQUIM AUGUSTO SIMÕES DE CARVALHO. — Memória histórica da Faculdade de Filosofia, 1872, 1 vol . . . . . 6$00

Dr. COSTA SIMÕES. — Notícia histórica dos Hospitais da Universidade, 1882, 1 vol. . . . . 3$00

LUÍS T. DE SAMPAIO. — O Arquivo Historico do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Subsídios para o estudo da história da diplomacia portuguesa. . . . . 6$00

J. T. DA SILVA BASTOS. — História da Censura intelectual em Portugal. Ensaio sôbre a Compressão do pensamento português, 1 vol. 18$00

MARTINHO DA FONSECA — Aditamentos ao Dicionário Bibliográfico Português de Inocêncio Francisco da Silva . . . . . 20$00

CONDESTÁVEL D. PEDRO DE PORTUGAL. — Tragédia de la insigne reyna doña Ysabel. Rev. e prefaciada por D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos . . . . . 12$00

EDGARD PRESTAGE. — Portugal, Brazil e Grã-Bretanha. Trad. do inglês. . . . . 5$00

—— Fr. Domingos do Rosário, político e diplomata. 1 vol.

Em papel de linho. . . . . 12$00

Em papel de algodão . . . . . 6$00

Dr. QUEIROZ VELOSO. — O Arquivo Geral de Simancas. — Sua importância capital para a *História Portuguesa*. . . . . 4$00

Dr. TEIXEIRA BASTOS. — Iniciativas Académicas. — A sociedade filantrópica. . . . . 2$00

ANSELMO BRAAMCAMP FREIRE. — Livro 1.º e 2.º dos brasões da Sala de Sintra.

Em papel «vergé» . . . . . 120$00

D. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS. — Estudos Camonianos. — I. — O cancioneiro Fernandes Tomás. Índice, *nótulas* e textos inéditos . . . . . 12$00

—— II. — O *Cancioneiro* do P. P.e Ribeiro. 1 vol. . . . . 10$00

Causa sôbre a nulidade de matrimónio entre a raínha D. Maria Francisca Isabel de Saboya e el-rei D. Afonso VI. Publ. e revisto pelo Dr. António Baião. . . . . 10$00

D. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS. — Nótulas relativas à «Menina e Moça» na edição de Colónia. (1559).

Em papel de linho . . . . . 6$500
Em papel de algodão . . . . . 3$500

LIVRO COMEMORATIVO DA FUNDAÇÃO DA CADEIRA DE ESTUDOS CAMONIANOS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA. (Com a colaboração de Afranio Peixoto, José Maria Rodrigues, Sousa Costa, Manuel de Sousa Pinto, Pedro José da Cunha e J. M. de Queiroz Veloso. . . . . 15$500

CARTAS DE TEOFILO BRAGA E INOCENCIO FRANCISCO DA SILVA. (Anotada por Alvaro Neves com uma notícia preliminar do Prof. A. Prado Coelho . . . . . —$—

No prelo:

TRATADO DA VIDA DOS CINCO MARTIRES DE MARROCOS. Nova ed. conforme a 1.ª de 1568, revista e prefaciada por A. G. da Rocha Madahil.

AUBREY F. G. BELL. — Literatura portuguesa. Tradução do inglês.

ANSELMO BRAAMCAMP FREIRE. — Livro terceiro dos brasões da Sala de Sintra.

CAROLINA MICAËLIS DE VASCONCELOS. — Obras Completas.

LUCIANO PEREIRA DA SILVA. — Obras Completas.

JORDÃO DE FREITAS. — O Cavaleiro de Oliveira.

DR. J. M. DE QUEIROZ VELLOSO. — Estudos históricos. I — A crise da Independência. Com numerosos documentos inéditos.

HENRY THOMAS. — Romances peninsulares de Cavalaria. Trad. do inglês.

VARIA

MANUEL DA SILVA GAIO. — O Santo. . . . . 15$00

ALBERTO PESSOA. — J. J. da Gama Machado. O Homem e a obra — O legado à Universidade de Coimbra. . . . . 20$00

JERÓNIMO OSÓRIO. — Cartas portuguesas.

Em papel de algodão. . . . . 2$00

—— — Opera. 7 vols. . . . . 50$00

GUILHERME DE AZEVEDO — Alma Nova. Com prefácio de Tomás da Fonseca. . . . . 10$00

VITORINO NEMÉSIO. — Paço do Milhafre . . . . . 10$00

ANDRÉ FALCÃO DE RESENDE. — Poesias. . . . . 50$00

DR. BERNARDINO MACHADO. — Homenagens, 1903, 1 vol . 5$00

PAIS VIEGAS. — Manifesto do Reino de Portugal. . . . . 6$00

LUCIANO PEREIRA DA SILVA. — A «Regra geral das festas mudaveis», de Gonçalo Trancoso, 1 vol. . . . . 5$00

Dr. MAGALHÃES LIMA e CRUZ DE MAGALHÃES. — Rafael Bordalo Pinheiro, moralizador político e social. O Museu Rafael Bordalo Pinheiro. 1 vol. . . . . 6$00

JUAN DE VALDÉS — Dialogo de doctrina cristiana. Ed. *fac-simile* avec introduction et notes par Marcel Bataillon. 1 vol. . . . 30$00

Compendio Historico do Estado da Universidade de Coimbra. 2.ª ed. 1906 . . . . . 5$00

Discurso pronunciado pelo Reitor da Universidade de Coimbra. Julio Maximo de Oliveira Pimentel, Visconde de Vila Maior, em 16 de Outubro de 1872, por ocasião da festa comemorativa da Reforma da mesma Universidade, 1872 . . . . . 3$00

AGOSTINHO RODRIGUES DE ANDRADE. — Corografia historico-estatística do Distrito de Coimbra . . . . . 6$00

JOSÉ INÁCIO DA ROCHA PENIZ. — Da influência do foro sôbre a felicidade Pública . . . . . 3$00

Estatutos da academia dramática de coimbra, 3.ª edição, 1860 . . 2$00

HENRIQUE DE VASCONCELOS — A Mentira Vital. . . . . 3$00

MANUEL FERREIRA DE MEDEIROS BOTELHO — O que é e o que deve ser a instrução nacional, 1872. . . . . 3$00

Sociedade das sciencias médicas de lisboa. — Comemoração centenária em 1923 . . . . . 15$00

Proclamação. A junta provisional do reino aos habitantes de Lisboa, 1820 . . . . . 1$50

JOSÉ CORREIA DE MELO e BRITO DE ALVIM PINTO. — Joaneida ou a liberdade de Portugal, defendida pelo Snr. Rey D. João 1.º — Poema Epico, 1782 . . . . . 20$00

ANTONIO FELICIANO DE CASTILHO. — Epistola ao usurpador ex-infante Miguel Maria do Patrocinio, na sua saída de Portugal, 1834 folheto . . . . . 5$00

—— — Epistola ao povo nas eleições de 1834, folheto . . . . . 5$00

—— — Tributo Portuguez á Memoria do Libertador — 3.ª edição, ornada, além das outras duas lithographias, com a do quadro do Snr. Sendim, 1836 . . . . . 15$00

O Centenario do Marquez de Pombal. Numero unico, publicado em 1882, por uma comissão de estudantes de Coimbra. — Colaborado por Antonio Candido, Alexandre da Conceição, Carlos Lobo de Avila, Augusto Rocha, Luiz Osorio, Macedo Papança (Conde de Monsaraz), Eduardo de Araujo, Fraucisco Gomes do Rego Feio, Manuel da Silva Gaio, Costa Macedo, Simões Dias, Paçô Vieira . . . . . 3$00

Revista Academica. 1855, 12 numeros e um suplemento. — Colaborado entre outros por Santos e Silva, Alexandre de Meyreles, Thomaz Ribeiro, Silva Ferraz, Albino Giraldes, Barros e Cunha, Soares Franco, Antonio José Teixeira, Ernesto Marrecos, A. Filipe Simões, Teixeira de Queiroz, João de Lemos, José Joaquim de Azevedo, João de Deus, J. M. Veloso, Vicente Silveira, Sanches da Gama e J. C. A. Neill de Medeiros . . . . . 7$50

GENERAL BARREIROS. — Cartas ao rei D. Pedro V. Rev. pelo Sr. Carlos Ferreira . . . . . 18$00

M. TUDE DE SOUSA. — O Gerez . . . . . 20$00

BIOGRAFIA DA ACTRIZ DELFINA, por José Maria de Andrade Freire, ilustrada com o retrato e fac-simile, 1859. . . . . 3$00

BIOGRAFIA DO ACTOR ISIDORO, por Julio Cesar Machado, ilustrada com o retrato e fac-simile, 1859 . . . . . 3$00

A sair:

ANTÓNIO AURÉLIO DA COSTA FERREIRA. — Obras. Coligidas e revistas pelos professores Henrique Jardim de Vilhena (da Universidade de Lisboa) e Joaquim de Carvalho (da Universidade de Coimbra).

LEITE DE VASCONCELOS. — Opusculos.

ARQUIVO DE HISTÓRIA E BIBLIOGRAFIA. Revista de erudição.

MARQUÊS DE FRONTEIRA. — Memorias da sua vida. Rev. pelo Dr. Campos de Andrada.

FIRMINO MARTINS. — Folk-lore de Vinhaes.

SEMUEL DA SILVA. — Tratado da Immortalidade da alma. Rev. e prefaciado pelo Dr. Joaquim de Carvalho.

FRANCISCO SANCHES — Quod nihil scitur. Rev. e pref. pelo Dr. Joaquim de Carvalho.

J. PERPETUO DA CRUZ. — Economia Nacionalista. Principios de economia pura.

PEDRO VITORINO. — O Grito nacional em 1808.

OBRAS DE ANTERO DE QUENTAL

Publicadas:

OS SONETOS COMPLETOS. — Conforme a 1.ª edição.

Em papel de algodão. . . . . 6$00

PROSAS. — Edição revista conforme ao original, vol. I e II cada volume

Em papel de linho . . . . . 25$00

Em papel de algodão. . . . . 12$00

ODES MODERNAS.

Em papel de linho. . . . . 20$00

Em papel de algodão. . . . . 7$00

PRIMAVERAS ROMANTICAS. — 3.ª ed. . . . . 7$00

No prelo:

CARTAS. — Nova edição, aumentada.

PROSAS. — Vol. III.

OBRAS DEPOSITADAS

CASTILHO E CAMILO. — Correspondência trocada entre os dois escritores, prefaciado e anotado por João Costa.

Em papel de linho. . . . . 30$00
Em papel de algodão. . . . . 12$00

ANTÓNIO BAIÃO. — Homenagem a Camilo no seu centenário (1825-1925) I. O Sangue Israelita de Camilo. — II. O Romance de Camilo «A Freira que fazia chagas» e o respectivo Processo Inquisitorial.

Em papel de linho. . . . . 12$00
Em papel de algodão. . . . . 6$00

JÚLIO DE CASTILHO. — Memórias de Castilho, 2.ª edição, tom. I. 20$00
Tom. II e III no prelo.

OBRAS SCIENTÍFICAS, MANUAIS E LIÇÕES UNIVERSITARIAS

Publicadas:

F. GOMES TEIXEIRA. — Obras de Matematica, vols. 4.º, 5.º, 6.º e 7.º cada . . . . . 25$00
GERALDINO BRITES. — Noções de Histologia humana, 1 vol. 20$00
M. FERREIRA DE MIRA. — Lições de química fisiológica, 1 vol. . . . . 25$00
MANUEL PAULINO DE OLIVEIRA — Reptis e Anfibios . . . 3$50
—— — Tabela Dicotomica para a determinação dos mamiferos. . 2$50
J. F. DE MACEDO PINTO. — Guia do Alveitar ou vade-mecum do veterinário, memorial patologico e terapêutico e formulário, farmacologico. 1901, 4.ª ed. . . . . 4$00
A. X. LOPES VIEIRA. — Catálogo dos Peixes de Portugal em colecção no Museu de Zoologia da Universidade de Coimbra . . . . . 5$00
A. CELESTINO DA COSTA E P. R. CHAVES. — Manual de técnica histológica, 1 vol. . . . . 25$00
J. PERPETUO DA CRUZ. — Os Combustiveis. Conferências pronunciadas no Instituto Superior Técnico. . . . . -$-
M. ATHIAS e F. MIRA. — Exercícios de química fisiológica. . . -$-

No prelo:

M. PAULINO DE OLIVEIRA. — Aves da Peninsula Iberica.
ANTÓNIO MACHADO. — Lições de Zoologia.
J. VICENTE GONSALVES. — Lições teóricas de calculo integral.
ALBERTO PESSOA. — A prova testemunhal.

Código Civil Português, 8.ª edição . . . . . 15$00
Código Penal Português, 1852, anotado pelo Conselheiro A. L. de Sousa Henriques Sêco. . . . . 5$00
Código Penal de 1886. . . . . 7$00
Código Administrativo de 1842. . . . . 2$00
» » » **1870**. . . . . 2$00
» » » **1878**. . . . . 2$00
» » » **1892**. . . . . 2$00
» » » **1895**. . . . . 2$00
» » » **1896**. . . . . 10$00
Código de Processo Civil. . . . . 12$00
Código Comercial de 1888 . . . . . 8$00
Código de Processo Comercial . . . . . 4$00
Apêndice ao Código Comercial. . . . . 7$00
Novissima Reforma Judiciária . . . . . 5$00
Nova Reforma Penal de 1874: . . . . . 1$50
Regimento de 20 de Fevereiro (Administração de Justiça no Ultramar). . . . . 1$50
Tabela dos Emolumentos e Salários Judiciais . . . . . 1$00
Manual do Processo Criminal Moderno, por J. I. D. de Carvalho . 10$00
Código da Contribuição Predial . . . . . 3$00
Regulamento Consular de 24 de Junho de 1903 . . . . . 2$50
Legislação Académica, coligida pelo Dr. José Maria de Abreu. Coordenada e ampliada pelo Dr. António dos Santos Viegas, vol. 1.º (1772-1850) . . . . . 4$50
Código Civil Português, Projecto, pelo Visconde de Seabra, 1859, 1 vol. . . . . 12$00
Apostila á censura do sr. Alberto Antonio de Morais Carvalho, pelo Visconde de Seabra, 1.ª parte. . . . . 2$50
Novissima apostila, pelo Visconde de Seabra, 1859. . . . . 3$50
Resposta às reflecções do Sr. Dr. Vicente Ferreira Neto Paiva sobre os sete titulos do Projecto do Código Civil Português, por António Luís de Seabra, 1859. . . . . 2$50
Resposta do auctor do Código Civil às observações do Sr. Dr. Joaquim José Pais da Silva, 1859, 1 vol. . . . . 3$00
Código Comercial de 1883 e apêndice, 4 vols. . . . . 50$00
Colecção oficial de legislação, publicação mensal, contendo todas as leis promulgadas pelas Cortes, decretos e portarias do Governo, consultas do Conselho do Estado, acordãos do Supremo Tribunal de Justiça, etc:
Ano de 1855, n.os 1 a 12 . . . . . 8$00
» » 1856, » 1 a 12 . . . . . 8$50
» » 1857, » 1 a 12 . . . . . 7$50

Legislação Administrativa. Colecção de leis, decretos, portarias, etc., posteriores à publicação do Código Administrativo de 1886:

Volume 1.º	6$00
» 2.º	8$00
» 3.º	5$00

Collecção cronologica de leis extravagantes, posteriores á nova compilação das Ordenações do Reino publicadas em 1603, desde este ano até o de 1761, conforme as collecções Vicentinas e seu Apendix, ás quaes acresceram as compiladas por F. da C. França em suas adições e apendix, 6 vols. com o index. . . . . 20$00

EDUARDO SALDANHA. — Estudos sobre o Direito Comercial Portugues, 1896, 1 vol.. . . . . 10$00

Estatuto Universitário e demais legislação do Ensino Superior 1 vol. . . . . 2$00

Reformas do Ensino de Farmácia, 1903 . . . . . 1$00

Em preparação:

BIBLIOTECA FILOSOFICA.
BIBLIOTECA CLÁSSICA.

Todos êstes livros se encontram à venda na

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

e nas principais livrarias de Lisboa,
Porto e Coimbra

LIVROS Á VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho ..... 12$00

Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) ..... 10$00

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 15$00

Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877)..... 6$00

Idem — Suplemento 1.º (1877-1883)..... 4$50

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 4$50

Noticia sôbre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... ..... 5$00

Memória histórica e crítica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 4$00

Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 3$00

Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... ..... 3$00

Memórias de Castilho, por Júlio de Castilho. Vol. I..... 20$00

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação mensal do *Instituto de Coimbra,* sociedade scientífica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos acompanhados do retrato e fac-símile da assinatura dos autores e na língua por êles preferida; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

ASSINATURAS

Série de cinco números.....	2$500
Número avulso	1$000

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redação de *O Instituto,* Arco do Bispo n.º 1 — Coimbra — Portugal.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

VOLUME 75.º

4.ª SÉRIE — VOLUME 4.º

NÚMERO 2

COIMBRA
MPRENSA DA UNIVERSIDADE
1928

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Conde de Felgueiras — Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBRO HONORÁRIO

Prof. F. Gomes Teixeira, Reitor Honorário da Univ. do Pôrto antigo Prof. da Univ. de Coimbra.

MEMBROS EFECTIVOS

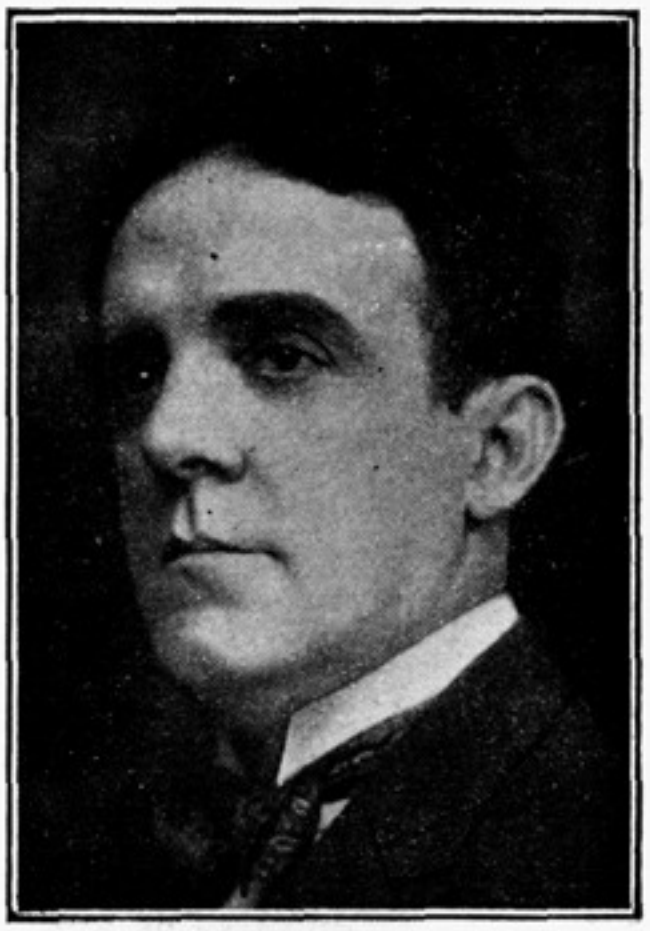
Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário.* — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário.* — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente.* — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. A. Augusto Gonçalves, da U. C., D. M. M. C. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente.* — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Fortunato de Almeida, do L. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão, A. D. B. N. L. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral.* — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, D. F. L. U. L., D. G. E. S. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L., D. G. S. — Prof. M. de Sousa da Câmara, D. I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, D. da Secção de Sciências Físico-Químicas da U. C. — Prof. L. I. Woodhouse, da U. P.

SUMÁRIO

Camões humorista, por Afrânio Peixoto 115
Aditamento à teoria dos números primos, por José Augusto Cardoso. 133
Dois Bispos notáveis, por Luís de Figueiredo da Guerra..... 139
A obra de Guerra Junqueiro, por Vieira de Almeida..... 145
Camões não esteve em Macau, por Luís da Cunha Gonçalves..... 161
Subsidios para a Historia da musica em Portugal, por Sousa Viterbo..... 178
Escavações realizadas na necrópole pré-romana de Alcácer do Sal em 1926 e 1927, por Vergílio Correia 190
La enseñanza secundaria en Portugal, por Ruben Landa..... 202
Pedro A. de Azevedo, por Joaquim de Carvalho 218
Boletim do Instituto..... 231
Bibliografia..... 233
Vária..... 239

CAMÕES HUMORISTA (1)

A tristeza e a saüdade, sua filha, não são apenas portuguesas, como êles pretendem, cultos psicólogos ou tôda a gente nacional. Somos tristes, mas não é fado lusitano: são-no todos os povos que deixam a própria terra, o seu doce, ou ainda atribulado lar, todos os que mudam... nómades, viajantes, emigrados.



AFRANIO PEIXOTO

O povo clássico do *Êxodo* era o das *Lamentações*. A poesia, núncia do coração, nasceu da tristeza do Mediterrâneo: Fenícios, Gregos, Árabes, Italianos, Iberos precederam a Lusíadas, que, expelidos da própria terra pela ambição, não podendo crescer na península pela oposição repulsiva de Espanha, só tinham por vocação a aventura marítima. Isso que seria a glória do Portugal-maior, não veiu para cada lusíada sem a inconsolável mágoa

(1) Leitura feita na Sociedade de Estudos Camonianos do Rio de Janeiro, em sessão solene de 10 de Junho 1927.

do abandono da linda terra, do doce lar, por inóspitas paragens, saüdade que a gente veiu a crer, de tão comum e tão nossa, uma especialidade portuguesa.

Grande poeta nosso no-la reivindicou precisamente num poema sôbre *Camões:*

> ..... Saüdade!
> Mavioso nome que tão meigo soa
> Nos Lusitanos lábios, não sabido
> Das orgulhosas bôcas dos Sicambros
> Dessas alheias terras...

Está aí. Os Inglêses, também viajantes, não sentiriam saüdades, ou só os Portugueses saberiam exprimi-las. Como se o homem não fôsse o mesmo por tôda a parte, o sentimento cosmopolita, e as vozes para exprimi-lo universais... É exacto que lhes emprestamos sentidos particulares.

Emílio Faguet reparou, com perspicácia, que, sobretudo certas palavras são a vaidade étnica de certas gentes: o *Gemüt* é alemão, como o *esprit* é francês, e pretendem ambos ser intraduzíveis. A *saüdade* será portuguesa, como o *humour* britânico... E nessas palavras decretam-se sentidos profundos e raros, só peculiares e sensíveis, exclusivos e inimitáveis, como produtos patenteados, tudescos, francos, lusitanos e anglo-saxónios...

A muitos dêsses obcecados será temeridade falar de um *humourista* português, invadíndo atribuïções, pois que também para Garrett os Inglêses não sabem exprimir a saüdade... Cada um que fique com o que é seu. Já nos revoltámos, porém, contra o *saüdosismo:* que nos permitam reivindicar o que é também nosso, e de todo o mundo — o *humour*.

Sim, porque se tivéssemos de designar o príncipe dos *humouristas*, não iríamos buscá-lo nas Ilhas Britânicas: seria Rabelais, ou melhor, Cervantes. O *Quijote* é a obra prima do *humourismo*. Uma antologia do *humour* devia mesmo

começar por aquela página do *Génesis,* em que Jehovah, tendo criado o mundo, no qual as plantas se parasitam, os animais se entredevoram, o homem, — a família divina, Adão, Eva, Caim, Abel, Seth, etc. — praticam a desobediência, a rebeldia, a inveja, o assassínio, o roubo, o incesto..., declara que *tudo está bem.*

Pelo menos, se não Moisés, Homero. A *Bàtracomiomaquia* é uma troça da *Ilíada*, ilíada de ratos e rãs, com a mesma intervenção dos deuses do Olimpo, como na ilíada dos homens... Por que não? E a nossa é que passa a ridícula. Se não esta, outra página *humourística* está na *Odisseia,* quando Helena, diabòlicamente graciosa, se diverte em tôrno do cavalo de Troia, em cujo bôjo estão os mais fortes chefes gregos. Ela os adivinha, contrafaz-lhes a voz das espôsas, chamando-lhes pelos nomes... Êles não o sabem, não sabem dos seus propósitos já mudados, e só atendem aos riscos de morte, de serem descobertos, até nos ímpetos de afrontarem essa mesma morte... Tal mistura, de graça e perigo, de farça e de morte, é maravilha de *humour.*

Outra página imortal, como nenhum Swift, Sterne ou Carlyle jàmais conseguiu, está em Petrónio, no *Satyricon,* sôbre aquela terra de Crotona, onde tôda a gente vive da captação de testamentos e onde um pseudo-rico e comparsas vivem largamente, à custa de todos os que pretendem um dia ser os seus herdeiros, e aos quais, ao desaparecerem, deixarão talvez apenas essa lição cruel de *humourismo,* de ladrões que roubam a ladrões...

Humour bíblico, homérico, latino... Nosso, ¿por que não? Camilo Castelo Branco pretendeu mesmo que nos sobrava espírito, à francesa, pois que o espirituoso corresponderia, em vernáculo, a «chocarreiro, trejeitador, arlequim, palhaço, proxeneta, polichinelo, maninelo, truão, jogral, goliardo, histrião, farcista, végete, bôbo, *pierrot,* momo, bufão, folião...» Todos estes, aliás, não darão um homem de espí-

pírito. Mas êle, o espírito, não nos faltará, entretanto, por isso; mais, temos até o *humour*. Não será irreverência encontrá-lo em Camões.

*
* *

Antes, porém, de procurá-lo, conviria fixar o que se entende, ou entendemos por *humour*. É a graça da gente séria ou o gracejo sôbre assunto grave. Como essa gente, ou êsses assuntos pendem para o triste, a graça ou o ridículo das coisas ou dos sucessos saïrá em ricto, às vezes de mau-gôsto, como uma tristeza grotesca, entre ironia e piedade, entre riso e lágrimas. Por isso, quando a malícia é maldade e, no riso, já não há simpatia ou piedade, os conhecedores alvitram que já não há *humour*. O psicólogo Sully não inclue Swift entre os *humouristas,* porque é mau, senão feroz; Carlyle, agressivo por vezes, era outras *bon-enfant* e, então, *humourista*. Dickens, bom de mais, quási sem maldade, estaria no outro extremo. Serão distinções entre *humour*, de qualidades diversas, mas sempre *humour;* mais ou menos água e açúcar, para diluir o *espírito* e as essências do absinto: Swift teria um laivo de doce, Dickens apenas um travo de amargo...

Como quer que seja, êsse gracejo triste é o *humour,* e quem ria da miséria humana, acaso ridícula, para mais castigá-la, raramente para distrair-se com ela, aliviando-se ou para aliviar os outros, faz *humourismo*. A ironia pode ser impessoal, inteiramente espírito ou razão: no *humour,* pois que há sentimento, estão em jôgo criaturas que sofrem, o riso é consôlo ou distracção. Alívio da tristeza, por concessão da alegria.

No nosso Poeta teremos, pois, de separar, nas jocosidades, o que é, e o que não é *humour*. É elegia saüdosa, puro

lirismo, que canta para aliviar, como quem trabalha ou pena cantando,

Porque, se quem trabalhar
Canta, por menos cansar...

aquela I Redondilha: «Sôbolos rios que vão», divino canto de tristeza e saüdade, em que a Lisboa ausente e desejada se compara a Sião:

Que se o fino pensamento
Só na tristeza consiste,
Não tenho medo ao tormento:
Que morrer de puro triste,
Que maior contentamento?
Nem na frauta cantarei
O que passo, e passei já,
Nem menos o escreverei;
Porque a pena cansará
E eu não descansarei.

Aquela XIV Redondilha dos *Disparates da Índia* é sátira, objurgatória ou invectiva moral, género sério, que não transige e condena: ela se dirige, com efeito, a êsses

Que andão emendando o mundo
E não se emendão a si;

como é aquela outra, a X Redondilha, em que fala dos

Que por hum Dom de nobreza,
Deixão dões da natureza,
Mais altos e singulares!
Hum Dom, que anda enxertado
No nome, e nas obras não.
Falo como experimentado...

Tão pouco seria *humour* o humor, o bom humor (o *humour* ¿não será um mau humor polido, de boa companhia, que por isso, não podendo ser franco, e então cruel, é apenas engra-

çado?) facêto, ou mesmo erótico. Dona Guiomar de Blasfé queima-se com uma vela no rôsto. O Poeta verseja:

Amor, que todos offende,
Teve, senhora, por gosto
Que sentisse o vosso rosto
O que nas almas accende.

Volta

Aquelle rosto que traz
O mundo todo abrasado,
Se foi da flamma tocado,
Foi porque sinta o que faz.
Bem sei que Amor se vos prende;
Porém o seu presuposto
Foi sentir o vosso rosto
O que nas almas accende.

A uma dama doente (Redondilha XVII) diz:

Da doença em que ora ardeis
Eu fora vossa mezinha
Só com vós serdes a minha.
.....
Qu'eu por ter, formosa Dama,
A doença, qu'em vós vejo,
Vos confesso que desejo
De cahir comvosco em cama.
Se consentis que me vença
Deste mal, não houve gente
De saude tão contente,
Como eu serei da doença.

A dama acharia a graça... pesada.

Finalmente, não será também *humour* a endeixa conceituosa em que se vislumbram os trocadilhos, embora sob a espuma do espírito se perceba o fundo dolorido da

alma (tornamos à tristeza ou pessimismo lírico e elegíaco). (Red. XLIX):

De que me serve fugir
De morte, dor e perigo,
Se me eu levo comigo?

Voltas

Tenho-me persuadido
Por razão conveniente
Que não posso ser contente,
Pois que pude ser nascido.
Anda sempre tão unido
O meu tormento comigo
Qu'eu mesmo sou meu perigo.

E se de mi me livrasse,
Nenhum gosto me seria.
Quem, senão eu, não teria
Mal, que esse bem me tirasse?
Força he logo que assi passe,
Ou por desgosto comigo
Ou sem gosto e sem perigo.

*
* *

Vamos ver, pois, feitas estas exclusões, o que nos parece *humourismo* no nosso Poeta. Um exemplo, para começar, é aquele *Convite que fêz na Índia a certos fidalgos* (Redond. VI). Camões também era fidalgo, porém pobre, o que não excluía as boas relações. Naturalmente recebendo serviços e favores de amizade, sentiu-se obrigado à correspondência, como é dos estilos da sociedade. ¿Como, porém, se lhe sobrava engenho para o compreender, e vergonha para o sentir, se nada tinha de seu? Valia-lhe, nesse transe, o espírito e ia ao encontro da dificuldade, rindo para não chorar.

Rir com os outros, antes que os outros se riam de nós. Os convivas não acharam iguarias,

> Que aqui não ha que comer,

mas acharam .. versos:

> Heliogabalo zombava
> Das pessoas convidadas;
> E de sorte as enganava,
> Que as iguarias que dava,
> Vinham nos pratos pintadas.
> Não temais tal travessura,
> Pois já não pode ser nova;
> Porque a ceia está segura
> De vos não vir em pintura,
> Mas ha de vir toda em trova.

E cada um, Vasco de Ataíde, Dom Francisco de Almeida, Heitor da Silveira, João Lopes Leitão, Francisco de Melo... teve a sua trova. Não podia ser de outra forma; melhor seria, disfarçando a mágua da pobreza, ou da miséria, dizer-lhes, fingindo rir:

> Pois sabei que a Poesia
> Vos dá aqui tinta por vinho
> E papeis por iguaria.

*
* *

À pobreza juntava o Poeta maior miséria ainda; o aleijão físico... Perdera um ôlho em África, num recontro com Mouros, e êsse atestado de bravura nem por isso lhe seria menos doloroso.

Conta-o na Canção X, 167-9:

> ... a furia rara
> De Marte, que nos olhos quis que logo
> Visse e tocasse o acerbo fruto seu.

Diminuído por deformidade, não acredita — ou o seu orgulho finge não acreditar — que isso lhe diminua o amor da amada e, talvez para persuadi-la, escreve aquele soneto (Son. XCI) em que pleiteia a própria causa:

Vós, que de olhos suaves e serenos
Com justa causa a vista captivais,
E que a outros cuidados condemnais
Por indevidos, baixos e pequenos,

Se de amor os domesticos venenos
Nunca provastes, quero que sintais
Que é tanto mais o amor depois que amais,
Quanto são mais as causas de ser menos.

E não presuma alguem que algum defeito,
Quando na cousa amada se apresenta,
Possa diminuir o amor perfeito.

Antes o dobra mais; e se atormenta,
Pouco a pouco desculpa o brando peito;
Que amor com seus contrairos se acrescenta.

Certamente que se iludia. E por isso talvez, à revelia dêle, nessa confissão do sub-consciente, espécie de *Ersatz* freudiano, como se diria na linguagem psico-analitica de hoje em dia, repetem-se, à saciedade, em Camões, essas imagens e alusões aos *olhos*, como em nenhum poeta. Na I Redondilha lá está (12.ª estância), e na II (est. 13.ª)... e em quási tôdas com uma insistência por demais significativa. Suas preferências são, infalìvelmente:

Para mim só quero os olhos. (Red. CXXXIV)

Para mim que de olhos vivo,
Guardai esses olhos bellos (id.)

Que vistes, meus olhos,
Meus olhos, que vistes,
Que vos vejo tristes? (Red. CXXXIV)

Dizei-me, meus olhos,
Quem vos aggravou. (id.)

Por uns olhos que fugirão
O lume dos meus perdi;
Porque nem elles me virão
Nem eu também mais os vi. (Red. CXXXVIII)

Matai, meus olhos, matai. (Red. CXXXII)

Antes cego por ter-vos visto,
Que cego por vos não ver. (Red. CXLIV)

Chega, por vezes, a esquecer-se e a crer nesses seus *olhos:*

D'alma e de quanto tiver
Quero que me despojeis,
Contanto que me deixeis
Os olhos para vos ver. (Red. XXVIII)

Pús meus olhos n'uma funda
E fiz um tiro com ella
Ás grades d'huma janella. (Red. XXXII)

Assi são os olhos
Do meu coração. (Red. CX)

Fujo da conversação,
Anoja-me a companhia
E trago os olhos no chão. (Red. CXXI)

Pús o coração nos olhos
E os olhos pús no chão,
Por vingar o coração. (Red. XXXI)

E não só nas *Redondilhas,* mas nas *Éclogas:* I 171; 318; II 55, 298, 411; III 95, 144, 184, 213, 267; IV 222; V 94, 130, 148, 159, 167; VI 275; VII 131, 396; VIII 33; XVI 45 (1).

(1) A citação das obras, em numeração romana, e a dos versos, em árabe, referem-se tôdas à edição de Juromenha.

Elegias: I 6; V 1, 47, 202, 232; VII 29, 78; IX 55, 59; X 25, 70; XI 130, 133; XIV 24; XV 16; XX 7, 34, 77, 106, 112; XXV 5; XXVI 22, 52.

Odes: II 12; V 7, 23, 32; VI 22, 31, 57, 92.

Canções: I 44, 73; II 33; III 30, 37; IV 19, 26; V 16, 62; VI 24; VII 5, 81, 92; VIII 27; X 78; XI 51, 103; XII 33, 43; XIV 28; XV 14, 45; XVIII 5, 27, 80; XIX 19; XXI 22.

Sextilhas: I 3, 12, 13, 20, 28, 35, 38; II 1, 8, 16, 23, 26, 36, 37; V 3, 12, 13, 20, 35, 38.

Sonetos: XVI; XVII; XIX; XX; XXII; XXIV; XXVIII; XXX; XXXIII; XXXIV; XXXV; XXXVI; XXXVIII; XL; XLVII; XLVIII; LI; LVI (duas vezes); LX; LXV; LXVII; LXXII; LXXXIV; XC; XCI; XCIX; CIV; CVII; CIX; CX; CXVI; CXXIII; CXXVI; CXXXI; CXXXIX; CXLIII; CXLIV; CXLV; CXLVII; CLII; CLVI; CLVIII; CLXVIII; CLXX; CLXXV; CLXXVII; CCVII; CCVIII; CCX; CCXI; CCXIII; CCXIX; CCXXII; CCXXV; CCXXXVIII; CCLIV; CCLIX; CCLX; CCLXX; CCLXIII; CCLXXII; CCLXXXV; CCXCIII; CCXCV; CCXCIII; CCXCIX; CCC; CCCIII; CCCXVII; CCCXXIV; CCCXXV; CCCXXVIII; CCCXXX; CCCXXXVI; CCCXLVII;...

Os Lusíadas: I 9, 16, 69, 88; II 34, 44, 57, 60, 99; III 102, 120, 121, 125, 131, 132; IV 68, 69, 94; V 3, 11, 19, 24, 39, 48, 49, 55, 60, 91; VI 9, 22, 34, 39; VII 47, 65, 74, 77; VIII 43, 50; IX 22, 41, 44; X 33.

E tudo isto apenas *olhos,* porque, se fôra apontar *vista, olhar, ver, vendo, cego,* etc., seria não acabar mais. Previno entretanto logo a objecção que vejo aparecer: mas a todo o mundo é lícito, tendo os dois olhos, falar nêles e dêles e, muitas destas ocasiões citadas, Camões estaria ainda no gôzo dos seus. Não há dúvida, mas atenda-se. Em 1547 (46: Juromenha; Storck: 49), quando partiu para Ceuta,— em viagem, luta com piratas (Faria e Sousa), ou em terra com outros Mouros (D. Carolina Michaëlis) — foi a sua maior desgraça: teria entre 21 e 25 anos, pois havia nascido em 1524. Evidentemente a sua obra avulta depois disso, vivendo até 1580.

Perguntar-se há se a escassez das alusões referidas, em

algumas de suas obras, não lhes marcará, precisamente, data anterior ao seu infortúnio... Talvez esta pista dê à cronologia da obra camoniana, de data indecisa, elemento de conjectura.

Um facto é irrecusável: é a abundância, a prodigalidade excessiva, a obsessa insistência, na pena de Camões, das expressões *olhos, meus olhos, vista, olhar* e outras análogas, como em nenhum poeta. É justo pensar tenha concorrido para isso o seu defeito físico, *Ersatz* ou substituïção inconsciente de sua psicologia, que revela até que intimidade a dor era profunda, ainda quando sob a aparência do consôlo, e até do alarde humorístico, como se vai ver.

À dor de lho dizerem revida o Poeta numa oitava, «*A huma dama que lhe chama cara sem olhos*»:

Sem olhos vi o mal claro,
Que dos olhos se seguiu:
Pois cara sem olhos viu
Olhos que lhe custam caro.
D'olhos não faço menção,
Pois quereis que olhos não sejão.
Vendo-vos, olhos sobejão,
Não vos vendo, olhos não são.

Há disfarce de dor na declaração. E do amor e de mulher maltratado, o recurso, se não gemido, é *humourismo*.

*
* *

Em outras ocasiões, a nota pessoal afectiva deu tradução de *humour* o Poeta. «*A huma dama vestida de dó*» diz êle:

De atormentado e perdido,
Já vos não peço senão
Que tenhais no coração
O que tendes no vestido.

Volta

Se de dó vestida andais
Por quem já vida não tem,
Porque não o haveis de quem
Vós tantas vezes matais?
Que brado sem ser ouvido,
E nunca vejo senão
Cruezas no coração,
E grande dó no vestido.

Êsse amor de luto, amor de viúva, que deseja o Poeta, embora a graça do trocado galante, soa lùgubremente. Mas há mistura de graça e de dor, ainda mais delicada, como se êsses ingredientes do *humour* se afinassem juntos, para inimitável composição lírica:

Vi chorar huns claros olhos,
Quando delles me partia,
Oh que magoa! Oh que alegria!

Volta

Pelo meu apartamento
Se arrazarão todos d'agoa.
Quem cuidou qu'em tanta magoa
Achasse contentamento?
Julgue todo entendimento
Qual mais sentir se devia:
Se esta dor, se esta alegria?

A felicidade de sentir-se amado se mistura à pena de fazer chorar aqueles lindos olhos claros. Nem sempre, porém, teria o Poeta experiências tão comovidas, sem o amargor de cruéis decepções. E estas é que lhe ditam a obra prima do seu *humourismo,* uns versos em que o caso pessoal atinge a

uma generalização, ainda *humourística*. É a décima sôbre «*O Desconcerto do mundo*» (Red. LIV):

Os bons vi sempre passar
No mundo graves tormentos;
E para mais m'espantar,
Os maus vi sempre nadar
Em mar de contentamentos.
Cuidando alcançar assi
O bem tão mal ordenado,
Fui mau; mas fui castigado.

Assim que só para mim
Anda o mundo concertado...

O mundo, que tolera os maus, felizes, e castiga os bons, desgraçados, muda-se, quando o Poeta se lhe quere adaptar. Tal contraste e esta dupla mágua, de bom e mau, sempre castigado, dá à graça dos versos um carácter de *humour* autêntico.

*
* *

Haveria na epopeia dos *Lusíadas* lugar para estas notas? Há tôdas, e, portanto, também as notas menos graves. Por exemplo, o trocadilho facêto, quando Baco vai procurar Neptuno:

... as nimphas... se estão maravilhando
De ver que, cometendo tal caminho,
Entre no reino d'agua o rei do vinho. (VI–14)

Há talvez a ironia à *humanidade,* sem compostura, dos deuses, que se portam como homens mal educados:

Porém tanto o tumulto se moveu
Súbito na divina companhia,
Que Tetis indignada lhe bradou:
Neptuno sabe bem o que mandou. (VI, 36)

Há os versos nus de pejo, quási licenciosos, se tudo em verso não fôsse permitido, como se diz que o é nas línguas clássicas... A sedução de Vénus a Júpiter é quási irresistível...

> De modo que dali, se só se achara,
> Outro novo Cupido se gerara. (I, 42)

A escusa de Tétis às pretenções de Adamastor é de conformidade:

> Respondeu: Qual será o amor bastante
> De Ninfa que sustente o dum gigante? (V, 53)

Na *Ilha dos Amores*, os quadros são ainda mais ousados, entre ninfas e aventureiros:

> Uma de industria cai, e já releva
> Com mostras mais macias que indinadas,
> Que sobre ella empecendo tambem caia
> Quem a seguiu sobre arenosa praia. (IX, 71)

Aí mesmo o episódio de Leonardo, *soldado bem disposto*, em que se encarna o Poeta,

> A quem amor não dera um só desgosto, (IX, 75)

isto é, não dera um desgôsto só, mas inúmeros, tem laivo de sensibilidade maguada:

> Pões-te da parte da desdita minha? (IX, 80)

Tudo, porém, acaba, como devia acabar, vencida a cruel, a qual

> Cair se deixa aos pés do vencedor,
> Que todo se desfáz em puro amor. (IX, 82)

Não assim no caso de Adamastor, cujo *humourismo* já é do autêntico, pela sensibilidade maguada:

> Uma noite de Doris prometida
> Me apparece de longe o gesto lindo
> Da branca Tetis, única, despida.
> Como doudo, corri de longe, abrindo
> Os braços, pera aquella que era a vida
> Deste corpo, e começo os olhos bellos
> A lhe beijar, as faces e os cabellos.
> Ó! que não sei de nojo como o conte,
> Que, crendo ter nos braços quem amava,
> Abraçado me achei c'um duro monte,
> De áspero mato e de espessura brava!
> Estando c'um penedo fronte a fronte,
> Qu'eu polo rosto angelico apertava,
> Não fiquei homem não, mas mudo e quedo
> E junto dum penedo outro penedo! (v, 55, 56)

E sobrevém então a desgraça última, transformado o Gigante em rochedo; a tentação, porém, não desaparece:

> Converte-se-me a carne em terra dura,
> Em penedos os ossos se fizeram,
> Estes membros que vês e esta figura
> Por estas longas águas se estenderam:
> Emfim, minha grandíssima estatura
> Neste remoto cabo converteram
> Os Deuses, e por mais dobradas máguas,
> Me anda Tetis cercando destas águas. (v, 59)

Novela mitológica, cujo *humourismo* nos será menos sensível que o dêste passo, bem humano — o caso de Fernão Veloso, que está em Barros, e o Poeta transpôs em verso. Era destemido, mas prolixo de bravatas recontadas: *nunca deixava de falar em valentias* (*Décadas,* I, liv. IV. cap. III). Nos *Lusíadas* é êle quem faz a narrativa heróica dos Doze de Inglaterra (VI, 42-69). Na Baía de Santa Helena teimou

em ir à terra, com os negros. E já tarde, viram-no vir *per hum teso abaixo mui apressado* (Barros, id.). Os companheiros que o esperavam num batel, para se rirem de suas façanhas, a-pesar-do perigo, perseguido pelos negros que lhe vinham ao encalço, «quando o viram sôbre a praia descer com passos a meio chouto, à cinte detiveram-se em o recolher». A dois negros que o quiseram prender, castigou a ousadia, e «saíram com os focinhos lavados em sangue, a que acudiram os outros, e foi tanta a pedrada e frechada sôbre o batel» (id.), que até Vasco da Gama teve uma perna ferida. Isto conta o Poeta, humorìsticamente

> É Veloso no braço confiado
> E de arrogante crê que vai seguro.

E vem a descrição, como na página de Barros, nas estâncias 31, 32, 33 do Canto v, que decalcam a narrativa das «Décadas». Porém há mais; sôbre o humor, de apêrto e perigo, riso e sangue, quando de Veloso mofam os companheiros, a resposta de espírito é adequada, constituindo dos passos mais deliciosos da epopeia, como um hiato de graça em tanta severa suntuosidade épica:

> Disse então a Veloso um companheiro
> (Começando-se todos a sorrir):
> Oulá, Veloso amigo, aquelle outeiro
> É melhor de descer que de subir.
> Si, é, responde o ousado aventureiro,
> Mas quando eu pera cá vi tantos vir
> Daquelles cães, de pressa um pouco vim,
> Por me lembrar que estaveis cá sem mim. (v, 35)

Aí está. Não é muito, mas nem esta nota lhe falta, a Camões. Não nos surpreende, se tem tôdas na sua divina lira. Aqueles que tomam por pretexto o espírito nacional da epopeia, para lhe preferirem o lirismo universal do *Parnaso,*

esquecem-se que nesses *Lusíadas* está tôda a Poesia, heróica sim, mas também lírica, didáctica, sentenciosa, moral, satírica, e, até, acabamos de ver, *humourismo*.

Da *Bíblia* se disse que é o *livro,* porque os resume a todos, sôbre o povo de Deus; nós temos também um «livro», o nosso livro, o que nos resume todos os outros, nossa bíblia: *Os Lusíadas*.

Afonso Lopes Vieira

ADITAMENTO
Á TEORIA DOS NÚMEROS PRIMOS

A resolução do *Problema* que adiante enunciaremos, levou-nos à convicção de que a Teoria dos Números primos, tal qual vem explanada nos livros vulgarmente em uso, não está suficientemente desenvolvida, visto os elementos que ela contém, não explicarem satisfatóriamente a marcha a seguir.

JOSÉ AUGUSTO CARDOSO

O estudo que fizemos dessa questão fornece um *Teorema* que não conheciamos e que na nossa modesta opinião deve vir a fazer parte integrante da *Teoria dos Números primos.*

Sem mais preâmbulos vamos dar os

Elementos para a resolução do seguinte

PROBLEMA. — *Achar o menor número que tem* n *divisores.*

LEMA. — *Se o produto de dois números inteiros variáveis é constante, a sua soma será tanto menor, quanto menor fôr a sua diferença.*

Sejam α e β os dois números e seja c o valor constante do seu produto, isto é,

$$\alpha \cdot \beta = c$$

Das identidades

$$(\alpha+\beta)^2 \equiv \alpha^2 + 2\,\alpha \cdot \beta + \beta^2$$
$$(\alpha-\beta)^2 \equiv \alpha^2 - 2\,\alpha \cdot \beta + \beta^2$$

tira-se fàcilmente

$$(\alpha+\beta)^2 \equiv 4\,\alpha \cdot \beta + (\alpha-\beta)^2$$

ou

$$(\alpha+\beta)^2 \equiv 4\,c + (\alpha-\beta)^2$$

Esta relação prova que $(\alpha+\beta)^2$, e por conseqüência que a soma $\alpha+\beta$, é tanto menor, quanto menor fôr a diferença $\alpha-\beta$. c. d. d.

TEOREMA. — *Se* a *e* b *são dois números primos consecutivos* (a < b) *e se os números inteiros*

$$1, \alpha_1, \alpha_2, \ldots, \alpha_i, \alpha_{p-i}, \ldots, \alpha_{p-2}, \alpha_{p-1}, n$$

ordenados crescentemente (sendo α_i e α_{p-i} equidistantes dos extremos) *são todos os divisores do número inteiro n*, será

$$a^{n-1} > a^{\alpha_{p-1}-1} \cdot b^{\alpha_1-1} > a^{\alpha_{p-2}-1} \cdot b^{\alpha_2-1} > \ldots > a^{\alpha_{p-i}-1} \cdot b^{\alpha_i-1}$$

Com efeito, sabe-se que

$$n = \alpha_{p-1} \cdot \alpha_1 = \alpha_{p-2} \cdot \alpha_2 = \ldots = \alpha_{p-i} \cdot \alpha_i$$

Portanto

$$a^n = a^{\alpha_{p-1}\cdot\alpha_1} = a^{\alpha_{p-2}\cdot\alpha_2} = \ldots = a^{\alpha_{p-i}\cdot\alpha_i}$$

Ora à igualdade

$$a^n = a^{\alpha_{p-1} \cdot \alpha_1}$$

pode dar-se a forma

$$a^n = (a^{\alpha_{p-1}})^{\alpha_1}$$

ou

$$a^n = a^{\alpha_{p-1}} \cdot (a^{\alpha_{p-1}})^{\alpha_1 - 1}$$

ou ainda

$$a^{n-1} = a^{\alpha_{p-1}-1} \cdot (a^{\alpha_{p-1}})^{\alpha_1 - 1}$$

mas

$$a^{\alpha_{p-1}} > b$$

visto a e b serem números primos consecutivos e α_{p-1} ser um número inteiro nunca inferior a 2.

Podemos pois pôr

$$\begin{aligned} a^{n-1} &> a^{\alpha_{p-2}-1} \cdot b^{\alpha_2 - 1} \\ &\cdots\cdots\cdots \\ &\cdots\cdots\cdots \\ a^{n-1} &> a^{\alpha_{p-i}-1} \cdot b^{\alpha_1 - 1} \end{aligned}$$

Resta agora provar que *o produto*

$$a^{\alpha_{p-i}-1} \cdot b^{\alpha - i 1}$$

é o menor de todos os que ficam formados.

Para isto notemos que as desigualdades anteriores se mantêm, quando substituirmos b por a.

Fazendo esta substituição resulta

$$\begin{aligned} a^{n-1} &> a^{\alpha_{p-1} + \alpha_1 - 2} \\ a^{n-1} &> a^{\alpha_{p-1} + \alpha_2 - 2} \\ &\cdots\cdots\cdots \\ &\cdots\cdots\cdots \\ a^{n-1} &> a^{\alpha_{p-i} + \alpha_i - 2} \end{aligned}$$

E manifesto que

$$n-1>\alpha_{p-1}-\alpha_1>\alpha_{p-2}-\alpha_2>\ldots>\alpha_{p-i}-\alpha_i$$

Aplicando o *Lema* atraz justificado, temos

$$n+1>\alpha_{p-1}+\alpha_1>\alpha_{p-2}+\alpha_2>\ldots>\alpha_{p-i}+\alpha_i$$

ou

$$n-1>\alpha_{p-1}+\alpha_1-2>\alpha_{p-2}+\alpha_2-2>\ldots>\alpha_{p-i}+\alpha_i-2$$

Portanto

$$a^{n-1}>a^{\alpha_{p-1}+\alpha_1-2}>a^{\alpha_{p-2}+\alpha_2-2}>\ldots>a^{\alpha_{p-i}+\alpha_i-2}$$

isto é, a potência

$$a^{\alpha_{p-i}+\alpha_i-2}$$

é de tôdas as que ficam formadas aquela que tem menor expoente. Conseqüentemente resulta

$$a^{n-1}>a^{\alpha_{p-1}-1}.b^{\alpha_1-1}>a^{\alpha_{p-2}-1}.b^{\alpha_2-1}>\ldots>a^{\alpha_{p-i}-1}.b^{\alpha_i-1}$$

c. d. d.

OBSERVAÇAO I

Atendendo a que

$$n=\alpha_{p-1}.\alpha_1=\alpha_{p-2}.\alpha_2=\ldots=\alpha_{p-i}.\alpha_i$$

resulta que os números

$$a^{n-1},\ a^{\alpha_{p-1}-1}.b^{\alpha_1-1},\ a^{\alpha_{p-2}-1}.b^{\alpha_2-1},\ \ldots,\ a^{\alpha_{p-i}-1}.b^{\alpha_i-1}$$

têm todos o mesmo número — n — de divisores.

É portanto evidente que, para a resolução do *Problema* em questão, devemos escolher o número

$$a^{\alpha_{p-i}-1} \cdot b^{\alpha_i-1}$$

em que a soma dos expoentes

$$\alpha_{p-i} + \alpha_i - 2$$

tem o menor valor possível.

OBSERVAÇAO II

Se os números α_{p-i} e α_i são primos absolutos, o menor número com n divisores é então

$$2^{\alpha_{p-i}-1} \cdot 3^{\alpha_i-1}$$

Se α_{p-i} e α_i não são primos absolutos, aplicamos sucessivamente o *Teorema* que acabamos de demonstrar até chegarmos a expoentes tais que, adicionando-se uma unidade a cada um dêles, obtenhamos números primos absolutos, mas de produto constante.

*
* *

Não queremos terminar sem aproveitar o ensejo, que se nos oferece, de fazer umas ligeiras considerações sugeridas pelo assunto que acabamos de expôr.

O ensino da Aritmética Racional nos Liceus não costuma, infelizmente, merecer aquele cuidado e aquela atenção que seriam para desejar e a que tem incontestável direito, atentos os benefícios que êste ramo das Sciências Matemáticas tem

prestado à humanidade e atenta também a circunstância de poder contribuir extraordinàriamente para o desenvolvimento intelectual de quem a estuda.

Não se depreenda do que deixamos dito que é nossa opinião ministrar-se a alunos do Liceu doutrinas de Aritmética cuja complexidade seja análoga à do assunto que fica tratado.

O nosso intento é lembrar a necessidade de numa futura reorganização das nossas Faculdades de Sciências reparar a grave injustiça de não se ter ainda incluido no quadro das disciplinas da secção de Sciências Matemáticas a *Aritmética Superior*.

José Augusto Cardoso

DOUS BISPOS NOTÁVEIS

I

D. BELCHIOR CARNEIRO

Êste piedoso e exemplar Prelado nasceu na quinta do Cidral, por debaixo do Penedo da Saüdade, junto à Cidade de Coimbra, no ano de 1519, sendo filho de Pedro Carneiro Leitão e espôsa, Maria Nunes, natural de Alpalhão, no concelho de Niza, e neto paterno de Pedro Vaz (Leitão), escudeiro de el-rei D. Manuel, Escrivão da Câmara de Coimbra desde 1483 a 1493, e administrador da Albergaria de Cernache, perto de Condeixa, de 1474 a 1503.

Com uma educação esmerada, e literato inteligente e muito sabedor, entrou em 1543 para a Companhia de Jesus, indo para Roma em 1552, e aí professou dois anos depois, em 1554.

Pelas suas virtudes mereceu ser Confessor de Santo Inácio de Loiola, gozando também a estima do Papa Pio V, que o nomeou *Bispo de Nicêa;* a sua sagração realizou-se em Goa, no dia 15 de Dezembro de 1560, obtendo poderes pontifícios para exercer o *munus* prelatício na China e no Japão (que desde 1558 estavam sujeitas ao Bispo de Malaca).

A Bula de 10 de Fevereiro de 1566 confirmou-o primeiro Bispo do Japão e da China.

D. Belchior Carneiro partiu de Goa para Malaca em 1567, resolvendo estabelecer em 1568 a sede episcopal em Macau;

a Igreja da nova Diocese compunha-se simplesmente duma barraca de madeira, com outra mais pequena para a sua residência, e, tal a pobreza, que celebrava com um cálix de chumbo!

O primeiro cuidado foi a instituïção de um hospital público com divisão para leprosos, fundando logo a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia.

Visitou durante muitos anos as terras das suas extensas dioceses, sinense e nipónica, mas, cansado e muito doente, resignou em 1580, recolhendo à sua pobre cela de Macau, achando-se já então eleito *Patriarca da Etiópia*.

Faleceu no dia 19 de Agôsto de 1583, jazendo no meio da capela-mor da Igreja de S. Paulo; a sua caveira e a cruz peitoral conservam-se religiosamente guardados num escrínio no Consistório da Misericórdia, e o seu retrato a óleo pende no logar de honra na parede do salão do Paço Episcopal.

Atesta aos vindouros a gratidão da Santa Casa para com o seu fundador o busto do venerando Bispo, que encima o pináculo do frontão do edifício.

De Martim Carneiro, irmão de D. Belchior, ficou descendência no Alvôrje, Condeixa, Coimbra e Viana.

II

D. PEDRO VIEIRA DA SILVA

Na quarta feira 22 de Setembro de 1596 baptizou-se na Igreja Catedral de Leiria, com o mais selecto acompanhamento, o primeiro filho do denodado partidário do Prior do Crato, e Juiz dos orfãos, Gaspar Rebêlo da Guerra, e de sua mulher Dona Clemência Vieira da Silva.

Comentava o povo que o menino vinha predestinado, referindo factos maravilhosos.

De génio manso, sumamente aplicado, cedo entrou no Colégio de S. Paulo de Coimbra, e, após sucessivos prémios,

tomou o grau de Doutor; e porque desejava seguir a *ministrícia*, ou magistratura, como hoje dizemos, — conseguiu imediato despacho para a Relação do Pôrto.

Nesta cidade, apaixonando-se por Dona Leonor de Noronha, viúva sem filhos, e dama do mais nobre sangue, veio a casar. De tão abençoado consórcio nasceram sete filhos que honraram o nome de seus passados.

O esclarecido engenho e reconhecido zelo do Desembargador Pedro Vieira tornaram-o merecedor de, em pouco, subir à Casa da Suplicação de Lisboa, e daí para os Agravos; dêstes cargos passou para Juiz da Coroa, e logo para o Conselho da Fazenda, que ocupava quando rebentou a revolução de 1640.

D. João IV, conhecedor das raras qualidades do seu Conselheiro, chamou-o para a Côrte, como Ministro e Secretário de Estado, em 1645, para suceder a Francisco de Lucena.

Em tão difíceis circunstâncias desempenhou cabalmente êste eminente cargo durante vinte e quatro anos de guerras e dificuldades diplomáticas e económicas, exercendo até à paz com Castela, sendo um dos Ministros Plenipotenciários que foi a Madrid assinar o *Tractado,* em nome do Rei de Portugal, a 10 de Fevereiro de 1668.

Regressando à pátria, encontrou em Lisboa sua espôsa gravemente doente, e, em breve, a 22 de Agôsto de 1668, lhe expira nos braços a fiel e estrecida companheira de tantos anos!

Tamanha dor sentiu, que desprezando tôdas as honras e mercês, decorrido o ano de viuvez, requereu à ordenação eclesiástica.

Eleito logo Bispo, foi-lhe oferecida a diocese da sua naturalidade; seu filho Luís, Cónego em Évora, recebe procuração em 22 de Abril de 1671, para ir tomar posse do Bispado, e isto com o fim de evitar a ruïdosa entrada que seus patrícios e admiradores lhe preparavam.

Governou com a maior caridade e mosdétia; com as rendas acumuladas durante a vacância, reformou em 1672 o Seminário que se achava arruïnado; emfim, empregou todo o seu tempo em obras de caridade, vindo a falecer no dia 12 de Setembro de 1676.

Foram seus seis filhos, que poucos dias antes haviam perdido o irmão Belchior, que conduziram o Venerando Pastor ao jazigo, entre as lástimas dos pobres e as lágrimas de todos os diocesanos, que afluíram às últimas honras ao seu Prelado.

Os cónegos leirienses, melindrados por D. Pedro Vieira haver escolhido a sepultura no convento de Santo António, onde jazia sua Espôsa, recusaram pegar ao caixão, o que fizeram os filhos.

Em 1650 haviam fundado o famoso Secretário de Estado e Espôsa o Convento de frades capuchos arrábidos, de Santo António, em cuja capela-mor erigiram mausoléu.

Assim foi neste moimento que descansaram por muitos anos os ossos dos generosos doadores, como ainda o atesta a lápide tumular, mas, profanado o templo, não só em 1809, mas em 1834, aberto o carneiro ficaram as cinzas ao abandono, até que um benemérito cidadão recolheu, a 28 de Abril de 1864, numa urna as relíquias, escrevendo uma pequena memória que as autenticasse aos vindouros, sendo depositado no Cemitério da Sé.

*
* *

Por iniciativa do Clero da cidade de Leiria realizou-se, no dia 20 de Abril de 1907, a trasladação solene dos restos mortais de três dos Bispos, mais notáveis desta antiga Diocese, para o arco cruzeiro, onde erigiram pequenas arcas de

mármore, com as respectivas inscrições, e adornadas de brazões em bronze, trabalho do arquitecto Ernesto Korrodi, hábil Professor suiço ao serviço de Portugal.

Os outros dois Prelados, além de D. Pedro Vieira, são: —D. Manuel de Aguiar (1790-1815), e D. João Manso (1819-1834).

Os eclesiásticos do arciprestado colipense custearam as despesas das trasladações e dos artísticos arquins.

As ossadas do nosso parente achavam-se juntas com as da Espôsa, e ambas bastante deterioradas.

As Dioceses de Leiria, Miranda e Portalegre devem-se ao pedido que o Rei D. João III fêz ao Papa Paulo III, e creadas pela Bula de 15 de Dezembro de 1545.

Daquele pequeno Bispado foi derradeiro Prelado D. Joaquim Pereira Ferraz, que muito doente veio para Barcelos, sua terra natal, onde faleceu em 1872, sendo pouco depois anexo, com Aveiro, ao Bispado de Coimbra.

A Diocese leiriense mereceu ser restabelecida pela Bula de 17 de Janeiro de 1918.

*
* *

Dos três antístites supracitados, D. Pedro Vieira da Silva foi o que maior fama gozou no século.

Devemos mencionar, a título de curiosidade, a legenda da porta principal do Seminário, aberta debaixo do seu escudo, e que atesta esta fundação:

DVM VIXIT, RENVIT, PONI HIC HAEC
STEMMATA, PETRVS;
SI FAS, E TVMVLO NVNC
QVOQVE RESPVERET.

Se vivo fôsse, não consentiria D. Pedro, pela sua reconhecida modéstia, que aí colocassem o seu emblema heráldico.

Ao grande vulto histórico, que tão esquecido anda tributamos esta homenagem.

Viana, 14 de Março de 1927.

Luiz de Figueiredo da Guerra

A OBRA DE GUERRA JUNQUEIRO

(Cont. do vol. 74.º, pág. 660)

III

TÉCNICA

CAPÍTULO VI

O estilo

SUMÁRIO. — Hugo, modêlo de Junqueiro. — Uma sensata audácia. — Dificuldade de êste capítulo. — Recursos de Junqueiro. — Imagem. — Imagem e comparação; imagem-reforço; imagem-ideia. — Sugestão de imagem e pura ligação. — Verdade das imagens. — Desequilíbrio. Gradação invertida. — Contrastes. — Séries extravagantes. — Retórica. — A sátira.

Em carta ao director da *Illustração,* publicada mais tarde no livro *Notas Contemporaneas* (art. *Victor Hugo*), Eça de Queiroz, referindo-se a Guerra Junqueiro, considera-o uma excepção entre os seus [de Eça] camaradas de letras, que nunca se impregnaram de Hugo e «mantêm por êle uma respeitosa aversão».

A influência de Hugo é patente, na verdade, para os menos afeitos a descobrir semelhanças. E que a semelhança não é o encontro casual de temperamentos, identificados na aspiração, tendo um de êles precedido o outro e por isso servido de modêlo na expressão de tendências comuns, prova-o justamente o facto de a semelhança ser exterior. Há aqui deliberada imitação, porque o autor não se limita a citar Hugo, antes o apresenta como modêlo, sem querer

entretanto saber se tal modêlo é possível, dada a sua doutrina estética, supondo que doutrina pode chamar-se o aglomerado de três ou quatro opiniões sem nexo. A *Légende des siècles* é referida (Pref. da *Morte*...) como exemplo de poesia moderna; Hugo é apontado na *Marcha do Ódio* como grande criador de figuras, e em a *Nota* à *Morte* se diz que êle é maior do que Dante, «pelo lado da religião, da política e da sciência». Provàvelmente é menor... pelo outro lado. Ainda bem que Junqueiro mais uma vez preferiu uma frase obscura e desastrada, porque de forma nenhuma corresponde a qualquer pensamento exacto, plausível, ou capaz de ser analisado, à afirmação crua de que Hugo era como poeta superior a Dante; ainda bem, porque nesse caso poderia rir-se o «moço das tintas», como se diz que de Alexandre fizera, quando êste discorria de pintura em casa de Apeles.

Não vou longe do pensar de Cirilo Machado, que entendia ser Hugo o poeta ideal dos operários e estudantes sem gôsto; mas reconheço, para o que basta não ser incapaz de ler, que a fôrça lírica de Víctor Hugo e a sua opulência verbal são prodígio, se tomarmos como unidade ou têrmo de referência as de Junqueiro.

Até quando visìvelmente o imita, o ribombar do seu verso, o ímpeto da sua eloqüência, é muito mais cru, desequilibrado e ôco; falta-lhe aquela linha indefinível «que separa o distinto do vulgar», na frase de Alphonse Daudet.

Entro com êste capítulo na parte mais delicada de esta obra. Atentar contra a filosofia de Junqueiro, ou contra a sua doutrina estética pode parecer até a seus admiradores, quando prudentes, emprêsa possível e nada temerária; tanto mais quanto a defender uma e outra apenas têm aparecido pessoas de maior ou menor cotação literária, a que não devo referência (a elas ou à cotação), mas de total incompetência

para avaliar do mérito filosófico do poeta seu dilecto. Aceitar-se há pois com relativa facilidade a insuficiência de Junqueiro, em qualquer de aqueles aspectos; mas que a análise chegue irreverentemente a discutir o estilo, pelo qual o poeta alcançou a fama retumbante de que goza, parecerá menos crível, embora para quem conhece o valor das palavras a análise nunca possa, por natureza, ser irreverente ou respeitosa.

Vejamos pois:

1.º A imagem.

A imagem não é uma criação literária; é um produto espontâneo do falar comum, constitutivo da própria evolução da linguagem. A fala corrente está cheia de imagens que passam despercebidas pela sua mesma vulgaridade e freqüência; o que distingue a imagem literária (e esta fronteira não é intransponível) é o facto de pela sua intenção e intensidade expressiva se afastar do uso vulgar, não entrando por isso na fala corrente; distinção que, por não ser de essência, está longe de apresentar a mesma nitidez em tôda a extensão abrangida pelos termos. Ora, precisamente por ser comum a génese psicológica da imagem, embora se modifique um pouco a finalidade para a imagem literária, é possível reduzir esta a um pequeno número de tipos.

Tôda imagem é uma comparação; mas nem tôda comparação é uma imagem. A imagem encerra sempre uma comparação, ainda quando se limite a um refôrço, visto como nem tôda imagem é explectiva; pelo contrário, o número de estas é muito menor. O elemento comum da comparação traz como conseqüência a imagem ser muita vez apresentada como tal, mas se se tratar verdadeiramente de uma imagem é fácil ver a translacção operada, embora ela seja iniciada por um *como*. Sucede porém que, na generalidade, a imagem é tanto menos feliz quanto mais o *como* inicial influir no seu aspecto, isto é quanto mais se aproximar da

simples comparação; e tanto melhor quanto mais sugestiva, isto é, quanto menos triviais e mais rápidos forem a ligação e o paralelismo.

Há, dizia eu, imagens de simples refôrço, que podem ser admiràvelmente sugestivas:

> Un muerto, tan inmóvil *como un muerto*
> Sobre un marmol que vivo parecia.
>
> (Campoamor).

Imagem muito artísticamente vincada pelo contraste em relêvo do verso seguinte. Outro exemplo:

> E cadi, come corpo morto cade.
>
> (Dante).

Êste tipo de imagem, conquanto o mais simples, não é o mais vulgar, porque simplicidade essencial não quere dizer simplicidade, e muito menos facilidade, técnica. Ninguém o ignora. Demais, a permanência de um tipo de imagem, qualquer que fôsse, monotonizaria e tornaria frouxo e por fim insuportável o estilo, tanto mais quanto em poesia a imagem não deve ter excessivo alongamento, se se quiser dar-lhe o máximo poder sugestivo; o desenvolvimento de uma imagem-base em imagens secundárias concêntricas, feito em forma seqüente, afrouxa também a sugestibilidade, já tornando-a apenas uma série metafórica, o que a reduz a simples paralelismo inteligível, e dissolve todo elemento estético no conceituoso (caso freqüente no falar comum e em alguns ditados populares), já dando-lhe abertamente o valor discursivo, o aspecto encadeado de puro interêsse mental, que sòmente fala à inteligência do texto. Encontram-se a cada passo na prosa portuguesa, em especial na prosa seiscentista, exemplos de êste desenrolar metafórico do pen-

samento (1). E em Camões, por vezes estâncias completas servem para apresentar uma comparação extensa, dentro da qual às vezes cabe o que, com mais estrita propriedade, pode chamar-se imagem.

Êste processo porém não há-de confundir-se com o da imagem geminada ou paralelística, que consiste, achado um fundo próprio, na projecção análoga de coisas diferentes sob o plano psíquico fundamental. A escolha de êsse plano e de essa projecção é que em tal caso caracterizam a imagem e lhe dão o poder sugestivo:

> E à roda, num país de prados e barrancos,
> Se as minhas mágoas vão, *mansissimas ovelhas*,
> Correm os seus desdens, como *vitelos brancos*.
>
> (Cesário Verde).

Claro que falando de tais imagens não aludo a sua génese real, mas a sua definição formal. A génese é mais complicada, e a imagem, por complexa, presta-se a uma longa análise.

No extremo oposto ao do simples refôrço esta a translacção de impressões materiais e espirituais, não em conjunto, o que seria mais simples, mas em um aspecto sòmente, aspecto que se pretende pôr em relêvo e é, muita vez, dos mais ocultos e inesperados:

> Un regret, *ramier qu'on étouffe*
> Par instants mêle ses sanglots.
>
> (Th. Gauthier).

Em tôdas estas imagens, que são tipos nítidos entre os quais por combinação elemêntica ou gradação intensifica

---

(1) ... ingredientes... que servem de estender o *dia da formosura*, quando já vem *caindo maiores as sombras dos altos montes da annosidade* e de dizer em cara ao desengano que mente — (P.e M. Bernardes).

podem achar-se formas variadas e esbatidas, a comparação é a raiz do processo psíquico, mas não a estrutura própria ou a finalidade. O espírito, que sempre compara, nem sempre faz imagens literárias. E tão verdadeiro isto é que a expressão mesma no-lo mostra: as boas imagens, as de intuitivo brilho, as fulgurantes, dispensam a ligação comparativa do *como,* e algumas até por sua estrutura a tornam imprópria. Exceptuam-se as de reforço, na maior parte das quais, entretanto, o *como* liga o verbo em que a imagem se afirma e não o núcleo da imagem. Demais, a simples cópula por meio do verbo substantivo pode ligar imagens arrojadas e perfeitas:

> Salomé deita de comer aos peixes
> Que na piscina *são relâmpagos de jóia.*
>
> (E. de Castro).

> *És* navio, serpente e borboleta.
>
> (E. de Castro)

Bem. Vamos às imagens de Junqueiro e vemos:

a) Imprecisão tal que a imagem é freqüentemente retórica, de onde insugestiva para a impressão e para a inteligência, sem contar os casos em que é absurda.

> Cantando um hino igual aos hinos de Moisés

¿Que são os hinos de Moisés?

> *Negra como o terror, triste como* Caim.

Falar de um «terror negro» pode ser sugestivo; o contexto não é indiferente ao valor da imagem, como o estilo de um edifício não é indiferente ao dos ornatos. Comparar o negrume com o terror, e como ali se faz, é uma comparação (não uma imagem) invertida. Nem só para a eufonia

não é indiferente a ordem das palavras; há uma direcção nos elementos da imagem, que não pode ser indiferentemente percorrida em qualquer sentido. Por isso ela não dá impressão alguma; a verdade é que, posta como ali está, apenas lembra que o terror pode ser lívido, roxo, amarelado, etc., visto como a própria côr é ali apenas símbolo de uma impressão, traduzida analògicamente por uma intensidade visual. E já que falei de contexto, note-se que aquele verso adjectiva a palavra «escuridão».

Insisto um pouco, porque me parece necessário deixar bem claro êste ponto. E para isso, servir-me hei de esta imagem como exemplo.

Assim como do facto de «todo homem ser mamífero» não pode concluir-se que «todo mamífero é homem», porque a afirmação não é convertível por essa forma, assim também, na lógica das impressões, do facto de tôda impressão de negrume evocar a de terror não pode estabelecer-se que a de terror evoque a de negrume.

Ora uma imagem é uma afirmação impressiva e cortante, ao passo que uma comparação é uma aproximação discursiva e raciocinada. Fazer pois uma comparação de aquele tipo é inverter relações, tirando-lhes a precisão rutilante e do mesmo passo roubando-lhes a verdade de semelhança. Deixou de ser imagem para ser comparação, e, como tal, é falsa. Não é pois por audacioso — ao que poderia parecer a certos defensores — que eu condeno o poeta neste particular; é precisamente pelo motivo contrário: por tímido, ou melhor por frouxo; porque a audácia aparente do verbo não corresponde, não exprime (e por isso é inferior) audácia correlativa de concepção e de pensamento.

b) uma forma, com raríssimas excepções, de pura comparação, o que multiplica de modo extraordinário os *como* iniciais, passos havendo em que chegam a ennervar, tal a quantidade. Seria fácil verificar o facto por meio de uma

estatística mas aqui limitar-me hei a observar que na *Vita nuova,* páginas 98 a 106 da *Morte...* há 141 versos septissilábicos e 1 trissilábico, e 24 *como;* proporção de 1:5,9 versos.

Mas emfim, se não fôsse a abundância e a quási exclusividade, êste caso do *como* ainda poderia considerar-se exterior. Seria possível achar, a despeito de êle, algumas imagens muito aproveitáveis, embora de segunda ordem. Infelizmente, a comparação de Junqueiro, quando não incluída na alínea anterior, é de inexcedível trivialidade.

rugir como chacais (*Morte* .., p. 4) ruge como um leão (Id., p. 31)

As feras abundam. Dizia a personagem de Eça de Queiroz que para dar carácter à novela de assunto medieval era necessário fazer correr um «número suficiente de cavalariços»; parece que Junqueiro considerava a fera elemento indispensável ao coturno épico, pelo menos como fundo sonoro do quadro. Correlativamente pululam os adjectivos de engrandecimento: «fenomenais», «bestiais», «colossais», etc.

c) nulidade freqüente da imagem, entendendo-se por esta fórmula a comparação de elementos que, mesmo depois de necessária explicação, deixam a sincera impressão de indiferença a quem não vê, na esfera das comparações possíveis, o motivo de aquela ser privilegiada.

O poeta é *como* o aroma, o aroma inebriante:
enche o mar, enche a terra, enche o céu, *enche tudo* (!) (*Morte*, p. 17)

d) a repetição da imagem — quási sempre duplicação — quer por insistência na comparação primeira:

Floresta sem entrada e mundo sem saída,

quer por antítese, exemplificável nos inúmeros contrastes empregados por Junqueiro.

2.º Amplificação deformadora.

a) desequilíbrio.

Este carácter do estilo de Junqueiro foi de-certo (dentro dos caracteres intrínsecos da sua obra, porque há que contar com os entusiasmos políticos) a mais sólida coluna do seu renome; a altiloqüência vã, o estilo assoprado, fonte de gôzo artístico para os filisteus da literatura, como certa sonoridade rítmica para os filisteus da música, que julgam *s'y connaître* e são boçalmente enrolados em sua mísera e ôca erudição. A verdade é que a sonoridade junqueiriana seria tolerável e até grandiosa (em princípio e não desequilibradamente, como êle a emprega) quando em um assunto ou compreensão de êle o ouropel não desdissesse da cavalgada; mas torna-se deplorável, insuportável, aparecendo-nos a propósito de tudo, com seu ruído ensurdecedor e disparatado. Tem para a verdadeira e pura altiloqüência a relação de um bater de latas para uma explosão harmónica de Wagner. E o que torna desoladamente burguês êste pendor em Junqueiro é a prodigiosa falta de equilíbrio (já revelada nas imagens, como vimos) porque, elevando o tom quanto pode, tem deslises espantosos, face característica do ridículo e até sua base psíquica.

Nunca mantém a proporção ou a perspectiva. E — não esqueçamos — quere o poeta sábio, realista e scientífico. Por exemplo:

Na *Introdução* da «*Morte*»... quando faz um discurso à Musa sôbre o êrro em que aquela deusa labora (coitada!) quanto ao verdadeiro significado da manhã na aldeia e elucidando-a, isto é, levando o esfôrço ao cúmulo de converter a Musa ao seu credo estético, Junqueiro descreve-lhe uma madrugada (?) que merece especial aprêço.

A musa, na sua ingenuïdade, vinha ensinar o poeta a apreciar a aldeia e a manhã no campo; mas Junqueiro inverte os papéis, porque a Musa não sabe, nem tem notícia das

sciências tôdas em cujo ponto de convergência o poeta se encontra; e quando ela vem com a sediça inspiração bucólica e simplista, êle diz-lhe de cá: espera que eu te ensino; eu é que vou dizer-te o que é madrugada e campo. E diz. Diz assim:

— Cobriram-se de neve os horizontes; rompeu a madrugada. O sol vibra raios de ouro que *saltam pelo espaço,* como frechas batendo em armaduras de aço (!) [Êste fogo de vistas de raios a saltar parece-se, não direi com os raios do sol, mas com a representação bastante hábil comercialmente, mas bem cómica na realidade, dos cartazes-rèclamos da «vulcanite» e das lâmpadas Aarau]. A aldeia dorme ainda — (depois do sol alto?) — E como a aldeia dorme ainda apenas se pressente *como que a ruminar* (os bois do realista Junqueiro são *como que ruminantes;* é o raio luminoso da história natural) o boi, êsse animal antigo — (antigo? ¿é anterior ao cavalo ou à cabra?) que faz *florir a vinha* (o boi?!) e faz nascer o trigo.

Depois de isto a *esplendida alvorada* («alvorada», depois de o sol ir àquela altura!) diz coisas desagradáveis ao aldeão. E o triste «que repousa», responde *à luz da aurora* (o dia voltou atrás) que o deixe ficar porque *está a neve a cair* e o vento a soluçar. Temos pois, dentro dos escassos minutos que vão do despertar ao erguer do aldeão, sol nítido, seguido de luz de aurora e depois neve a cair. Isto a páginas 12 e 13, porque o discurso é longo, e já na página 15 o aldeão desaparece ao longe

> Na trágica mudez das nuvens pardacentas
> que levam no «seu» ventre os raios e as tormentas.

Estava descoberto o aeroplano.

E tudo para caracterizar a vida aldeã de um país, em grande parte do qual a neve é desconhecida.

Outro exemplo:

Logo na página 16 vem uma lista grandíloqua, o rol das infâmias possíveis, que a Musa aconselhou o poeta a deixar correr, com vários argumentos de pêso, entre os quais o de que as flores querem só «água, terreno bom e *muitíssima luz*. *Morte...*, p. 16(1). Quem não percebe a miséria técnica, a grossaria artística de êste hemistíquio: — *e muitíssima luz* — que chega para exautorar um artista, não é digno de lhe ser atendida uma palavra. O trecho, justificando a desproporção característica do estilo de Junqueiro, dispara nesta fífia:

> Brilham da mesma forma *(os astros)* em Londres e em Paris.
> Não tem religião, nem códigos civis. (!)

b) desproporção.

Como o desequilíbrio do pensamento se corporiza na expressão desequilibrada, e como aquele é característico de Junqueiro, pode observar-se até no pormenor, com o qual existe nítida correspondência de defeitos. No pormenor, é a disparidade, a desproporção entre coisas aproximadas (ou expressamente comparadas), os crescendos desconnexos ou invertidos, a exagerada freqüência da ennumeração, da série, geralmente por contrastes, forma de simular um pensamento inexistente ou fugidio. E note-se ainda que a-pesar-dos con-

---

(1) Embora não queira acumular aqui referências, que um leitor interessado encontra fàcilmente às dezenas, por eu ter procurado quanto é característico, não deixarei de apontar estes exemplos curiosos como prova de inferior automatismo:

> Vou *muitissima vez* às lojas dos burgueses (*Morte...* p. 96)
> Objectos mui vulgares (*Ibid.* p. 170)
> Sepulcros de muita flor (*Ibid.* p. 2 3)
> ... levanta-se mui cedo (*Ibid.* p. 11)
> E à tarde ao pôr do sol, *muitissimas crianças* (*Ibid....* p. 36)

trastes e da prática do uso abundante, as séries de Junqueiro são por vezes falhas de tôda ligação, como esta:

Falstaff, Satanás, Tartufo, Sganarello (1).

Esta falta de seqüência, típica modalidade psico-mental do poeta, é de tal forma caracterizada que se lhe foi acentuando na prosa, onde, eliminada tôda ligação, ficou apenas o aglomerado desarticulado e desconnexo, que dá às pessoas cultas a impressão do discontínuo e aos ignorantes a ilusão da profundeza, justamente pela falta de êsse elemento, que não é, na prosa de valor, simples acrescentamento supérfluo, mas cimento indispensável, a ponto de, só por êle, poderem já determinar-se atitudes psíquicas. A ligação tem de facto um significado lógico e um valor estético. A superabundância de ligação traduziria uma deficiência congénita de capacidade analítica, assim como a supressão exprime a nebulosidade de um espírito, por igual incapaz de análise, mas embriagado com a síntese ilusória, resultante do aglomerado vago e sem ligação lógica ou real (2).

A eliminação operada não é, como revela a cuidada observação do estilo do autor, um processo artificial, tido por impressionante, ou porventura imitado ainda do modêlo Hugo; ou se o autor o julgou, iludiu-se; ela corresponde, pelo contrário, a uma maneira de ser profunda, sempre manifestada; e a sua conscientificação apenas a reforçou e tornou mais grave.

---

(1) *Morte*... p. 58. Convém lembrar que aqueles homens são dos «que andam a enterrar o dente do epigrama em tudo quanto é belo» (!)

(2) Como contraprova note-se que há em Junqueiro ligações pedidas por necessidade métrica, de uma pobreza e de um prosaísmo impossíveis:

E *apenas* dito isto a sociedade *então* (*Morte*... p. 34)
De resto os hospitais fazem o seu ofício (*Id.*, *ib.*)
Mas comtudo, na doce transparência (*Id.* p. 189)

Exemplos:

1) Os monstros *incoerciveis*
Que habitam nos nossos crâneos (*Morte*... p. 194)
2) Ela nos diz que nos *adora e ama* (*Id.* p. 35)

Quanto a séries, não vale a pena exemplificar, tão abundantes e fáceis de notar elas são.

É típica a página 29 da *Morte*... e perfeito exemplo de inconseqüência:

O amor e o ódio, a luz e a treva, o bem e o mal
Eis a dupla questão.

Qual questão? A existência de aqueles contrastes? Será isso que o poeta chama questão? Não se vê que pode significar essa analogia de três grupos de contrastes, entre um sentimento, um fenómeno, um conceito e seus respectivos contrários. Porque é dupla essa questão? Pelo mesmo motivo porque D. João é «duplamente responsável»? — Mistério!

Já assim respondia à sua própria dúvida (como Junqueiro fêz com a metafísica) o *Sganarello* do *Médico à força,* quando filosofava:

Porque é que Deus não faria
Os rios de malvasia?
Pelo menos, de água-pé?

Mas o pensamento humano «andou pelo infinito»; interrogou (aí vem uma das tais séries) «a história, os ventos, o granito, tôdas as criações (!) tôdas as criaturas, vermes, religiões, abismos, sepulturas (!!) e disse-nos»...

O que o pensamento nos diz está longe de confortar-nos. Afirma-nos com certa imponência que «tudo, tudo obedece à mesma lei suprema», mas descobri-la é que é o diabo —

«eis o imortal problema»! — Ora, que é que obedece à tal lei suprema ainda por definir? É um rosário de contrastes·

bôca de tigre	coração das flores
asa de pomba	asa de condores
abismo do céu	pélagos profundos
glóbulos de sangue	glóbulos dos mundos
correntes do mar	lutas de paixões
verme	tempestade
homens	vulcões

A pesar-de ligados pelas palavras «*desde... até*», nem sequer os contrastes são em muitos casos contrastes, e muito menos podem considerar-se limites.

Mas o tal problema, que é diabólico e pouco antes fôra declarado *imortal,* vai-se resolvendo; a natureza inteira (*tôda a natureza* seria mais próprio do «raio luminoso» da lingüística) trabalha para isso; e aí vem um rosário de nomes, que serve para mostrar bem à nossa inteligência a tal «natureza inteira» que consiste em:

«Consciência, ferro, bússola, caldeira, magnetismo, luz, penas, martelo, voz da intuïção, língua do escalpelo, crítica, fé, dogmas, metais» (!!)

Poderia aqui alegar-se como desculpa — e só como tal — o entusiasmo do poeta (o preto entusiasma-se com o batuque) origem de aquele ímpeto que o leva (outro sintoma) a espalhar adjectivos amplificadores a frouxo e a apresentar feras por tôda a parte, pondo leões, tigres e condores no mesmo logar (rica sciência e óptimo realismo!) à luz da lua, abrindo os olhos «como purpúreas flores». O pior é a freqüência do deslize fechar o caminho à desculpa e às vezes o disparate ser, mais do que desconnexo, ridículo, tal a sua categoria. Exemplo:

. . os hospitais...
Ruminam noite e dia; engolem, não têm dentes.
São como as digestões pesadas das serpentes.

Viram? *Ruminam sem dentes* e... *são como* as digestões. Os hospitais *que ruminam* «são como» as digestões de um animal que não é ruminante.

Já tínhamos os bois *como que ruminantes;* agora somos informados da existência de ruminantes, que engolem por não ter dentes e, em vez de se parecerem com quem digere, se parecem com o acto de digerir.

3.º Desordem vocabular.

Não só no encadear de pensamentos, ainda dos mais simples, se revelam os caracteres apontados. O próprio vocábulo é condicionado às vezes pela exaltação retórica do momento, de onde resultam versos monstruosos:

> Trazemos dentro em nós hediondos animais
> .....
> e vampiros, reptis e *sonhos* e chacais:

outras vezes pela necessidade de uma rima, chega-se a barbaridades como esta:

> Estava negro o céu, profundamente *esqualido*

Claro se percebe logo que Junqueiro para poder rimar *pálido* não hesitou em pôr o primeiro adjectivo que lhe ocorreu. Necessitava de um certo som, foi-lhe indiferente o sentido.

Demais, o vocabulário de Junqueiro não é muito notável; e dizendo isto não quero dizer «raro», mas «abundante». E conviria a um poeta, cuja obra é tôda penetrada pela tendência exaltante, poder corresponder de alguma forma com o vocabulário ao brilho majestoso que pretendia dar-lhe; de outra forma a obra adquire certo carácter de artifício e manha literária. Quando em um livro, aliás de intuito caricatural, publicado pelo poeta António Feijó com o pseudónimo sub-burguês de Inácio de Abreu e Lima, o autor quis

fazer uma poesia de êsse tom, começou por êste verso, admirável de ritmo e sonoridade:

Auriflóreos mangins e mirtos da Jamaica!

O estilo de exaltação ôca e ressonância primitiva, berrando para entusiasmar, concentrando, para incisivamente marcar pensamentos caricaturalmente sintéticos, transbordante de falsas imagens e de séries de palavras sem nexo, dá à obra de Junqueiro aspecto de convencionalismo caricato, artificialismo ridìculamente pomposo, traduzido — no épico, pelo cómico involuntário; no lírico, pela transparente insinceridade, e impotência do autor para a nota viva da ingenuïdade ou da simplicidade, que nele soam lastimosamente a rachado; no satírico, seu verdadeiro campo de acção, pela intensidade brutal e desarrazoada, que, deturpando, calunia. É sempre a moldura verbal, com todos os defeitos apontados, que vinca para o seu publico os pseudo-pensamentos e foi por isso que tôda a parte demolidora de Junqueiro, sátira pesadona e grossa, logrou ficar como demonstração... do que não chegava a revelar sequer.

(Continua).

Vieira de Almeida

CAMÕES NÃO ESTEVE EM MACAU

(Cont. do n.º 1, pág. 42)

IV

DEMOLIÇÃO METÓDICA DA LENDA

Esboçada assim a história de Macau, desde as suas origens até aos princípios do século XVII, cumpre ponderar os seguintes factos e argumentos, que inteiramente destroem a lenda da estada de Camões em Macau:

I. — Francisco Barreto governou o Estado da Índia no triénio de 1555 a 1558; e, neste período, não podia Luís de Camões ter exercido em Macau o lugar de *Provedor dos Defuntos e Ausentes,* pela simples razão de que, nessa época, essa cidade nem sequer existia! Macau, que ainda em 1557 era *uma ilha deserta,* como as de Lampacau e Sanchoão, seria nos primeiros dois ou três anos, isto é, até 1560, pelo menos, um simples aglomerado de meia duzia de cabanas de palha e rama, de efémera construção e habitadas só durante as feiras, isto é, por uns três meses, como em Sanchoão e Lampacau sucedia e como ficou provado, especialmente pelo documento chinês: — «*De princípio, não usavam mais que de boticas e casas de palha, e, acabada a Monção, se tornavam para as suas terras*».

Não podiam, pois, existir *defuntos e ausentes* onde não havia habitantes!

II. — Os governadores da Índia não exerciam em Macau autoridade alguma antes de 1585. Se até 1588, não havia

lá *nenhum modo de Câmara, nem de govêrno;* se não nomeavam para lá qualquer magistrado ou empregado; se o primeiro Capitão Geral, que o Vice-Rei da Índia para lá mandou, em 1624, *sem ninguém lho pedir,* lhe foi recambiado pouco depois; se as primeiras autoridades civis e judiciais eram *eleitas:* é absurdo supor que um governador da Índia houvesse nomeado, *ainda antes de a cidade existir*, um único funcionário, inteiramente desnecessário, — *o Provedor de Defuntos e ausentes!*

III. — Naquele período de 1555 a 1560, era desnecessário um provedor de defuntos *em terra,* porque bastava a idêntica função exercida pelos capitães das naus, em que iam da Índia os únicos e temporários habitantes daquelas ilhas, função que lhes pertencia por uma antiqüíssima regra de direito marítimo, ainda hoje mantida nas leis da marinha mercante de todos os países do mundo, função que não depende de nomeação, por ser inerente à qualidade de capitão. E a prova de que em Macau não havia outro provedor de defuntos até aos fins do século XVI, está em que, de um lado, nenhuma outra nomeação desta espécie está provada; e, doutro lado, um Alvará do Vice-Rei Matias de Albuquerque, de 1592, diz que, «a Câmara de Goa se lhe queixa de que os capitães-móres nos navios da China se apossam do dinheiro, que os casados e moradores da Goa remetem ou têm de receber por pessoas *que falecem a bordo,* isto *a título de Provedores de defuntos,* não lhes valendo terem os falecidos seus procuradores *em terra;* e, por isso, manda que achando-se dinheiro alheio em poder dos defuntos, e verificando-se por qualquer documento, carta, sinal, etc. quem é o respectivo dono ou procurador, no lugar do destino, não deverá o capitão ou provedor de defuntos, nem o Ouvidor ou outra pessoa intrometer-se do mesmo dinheiro», Alvará que, publicado em Goa, foi mandado apregoar também em Macau e registado na respectiva Camara.

IV. — Não é crível, por não ter senso comum, que Luís de Camões fôsse desterrado e, ao mesmo tempo, nomeado provedor de defuntos; e isto para a China, isto é, *para país estrangeiro,* pois que, nos anos 1556 a 1558, Lampacau e Macau, além de desabitadas fóra do tempo das feiras, não eram ainda *território português,* embora a segunda fôsse um aforamento feito a *mercadores portugueses.* É certo que Fernão Mendes Pinto se refere a provedores de defuntos que existiam em Liampó e em Chincheu, que também não eram terras portuguesas; mas é isto uma das muitas mentiras com que o famoso aventureiro recheou as suas *Peregrinações,* descrevendo cousas que não viu, como descreve a cidade de Macau. Pelas falsidades relativas a esta última cidade, e que adiante provarei, poderão ser aferidas as outras.

V. — É muito duvidoso que Francisco Barreto tivesse tido conhecimento da concessão ou aforamento de Macau, já porque êste não era feito ao govêrno, mas sim *a particulares;* já porque foi, na ocasião, um facto de tão pouca importância, que não mereceu a atenção do cronista Diogo do Couto, que chegou à Índia em 1560 e escreveu a história do govêrno de Francisco Barreto, *e nenhuma referência faz a Macau,* até ao fim da sua obra; já porque essa notícia só poderia ter chegado a Goa na primavera de 1558, isto é, quando Francisco Barreto estava já em vésperas de largar o govêrno. Já vimos atrás que o jesuíta P.e Belchior Nunes Barreto, que já em 1555 e 1556 estivera em Cantão e passara por Macau, escrevendo de Cochim para a Europa *em 1558,* afirma que os portuguesas, então, *faziam a sua veniaga* em Lampacau, *ilha deserta,* e sem se referir a Macau.

VI. — O cargo de provedor de defuntos era um cargo judicial, quando exercido em terra. Por isso, os Provedores-móres em Goa, como os Provedores da comarca, em Portugal, eram indivíduos diplomados em direito. E pôsto-que

os *provedores pequenos* ou sub provedores, como os juízes ordinários ou de paz, os actuais sub-delegados, etc. pudessem ser não diplomados, é certo que, por fôrça da Orden. liv. 1.º, tít. 92, não podiam para tais cargos ser nomeados indivíduos solteiros, ou, quando o fôssem, deveriam casar no prazo de um ano, salvo tendo mais de 40 anos de idade. E, além disto, era um cargo que exigia feitio burocrático, tino administrativo, e, sobretudo, garantia de solvabilidade. Mas, nenhuma destas circunstâncias se verificava em Luís de Camões, que nunca foi casado, só em 1564 atingiu 40 anos e sempre foi um incorrigível boémio, incapaz de exercer um cargo de tal natureza, como nenhum outro emprêgo similar exerceu, quer em Portugal, quer na Índia, onde esteve mais de 10 anos.

Camões, — *braço às armas feito* e não *afeito às mangas de alpaca*, — *mente às musas dada*, e não *dada aos números, aos autos de arrecadação e inventários*, — que no Canto VII, est. 84 e 85 dos *Lusíadas* recusa cantar os que *antepõem o interêsse próprio ao bem comum*, os *ambiciosos de subir a grandes cargos* para darem largas aos seus vícios, e bem assim os que pretendem *exercer ofício novo para melhor despir e roubar o pobre povo*, — e ofício novo seria para êle a tal provedoria, — não poderia ter solicitado, e ainda menos obtido, um tal emprêgo, cheio de graves responsabilidades e para o exercer em país tão distante, já se vê, suposto Macau fôsse terra em que tal magistratura existisse, e já vimos o contrário.

VII. — É muito singular que nenhuma das pessoas que, por êsses tempos, freqüentaram Lampacau e Macau e algumas das quais conheciam bem o Poeta, por exemplo, o jesuíta P.e Baltazar Dias, que foi seu companheiro de viajem de Portugal à Índia, faça a mínima referência à estada de Camões naquelas paragens, mencionando aliás, nas suas cartas e narrativas, muitas outras pessoas menos importan-

tes ou interessantes. Se Camões podia passar, então, despercebido como Poeta, não deixaria de chamar a atenção como Provedor de defuntos e ausentes.

E, contudo, o Visconde de Juromenha, com estranhável leviandade, igual porventura à dos outros biógrafos, insistentemente afirma que «o Poeta devia ter-se encontrado em Macau com Fernão Mendes Pinto, que vinha já de regresso à Índia, quando aquele chegara a tomar posse do seu cargo». A verdade, porém, é que Fernão Mendes Pinto, além de não se referir a Camões, aludindo aliás a todos os capitães-móres, aventureiros, jesuítas, piratas e mercadores que encontrou, *nunca esteve na cidade de Macau,* nem podia ter estado. Nas suas *Peregrinações,* êle consigna os seus últimos passos no Extremo-Oriente, a saber: em 7 de Maio de 1556, vindo de Malaca, partiu de Lampacau para o Japão, donde regressou em fins dêsse ano, chegando novamente a Lampacau em 4 de Dezembro, e logo seguiu para Goa, aonde chegou em 17 de Fevereiro de 1557, e, em princípios do ano seguinte, partiu para Portugal, onde desembarcou em 22 de Setembro de 1558, não tornando ao Oriente.

Ora, sendo certo que só em Julho ou Agôsto de 1558 os portugueses poderiam ter transferido as suas feiras para Macau, que, antes disso, era *uma ilha deserta,* como o próprio Fernão Mendes Pinto afirma, é claro que êste não presenceou tal facto, como nada soube do combate com os piratas; e ainda menos teria visto a cidade, que, depois disto, lentamente se ergueu. Na citada *Relação* de 1629, diz-se: «*Nesta ilha e pôrto de Macau viveram os portugueses muitos anos em casas de palha...*», o que é confirmado pelo documento chinês atrás transcrito. É falso, pois, que no tempo de Fernão Mendes Pinto existisse essa «nobre povoação de casas de 3 a 4 mil cruzados, com igreja matriz, em que há Vigairo e beneficiados, e tem capitão, vereadores e ouvidor, e oficiais de justiça, e onde *(os portugueses)* se

acham tão seguros e confiados, *com cuidarem que é nossa...* etc.», como êle descreve.

Não havia tais casas. Não existia ainda a *igreja matriz*, pois o primeiro templo de Macau foi a ermidinha de madeira dos jesuítas, construída em 1565; e a igreja própria da cidade, erecta pouco depois e que serviu de Sé ao Bispo de Macau, ainda em 1568 era outra pequena ermida *também de madeira*, em que se dizia missa com um cálix de chumbo, e junto da qual existia uma casinha de idêntica construção e que era o paço episcopal (1). Nessa igreja deveria haver um vigário, nomeado pelo Bispo de Malaca, talvez em 1566; mas não podiam existir *beneficiados*, por não existirem ainda os benefícios e serem êles desnecessários numa tal igreja. E, emfim, já vimos que *ouvidor, capitão da cidade, vereadores, tribunais* só apareceram em Macau muito depois de 1585!

VIII. — Finalmente, convém salientar que o imortal Épico, tendo feito no Canto X dos *Lusíadas* uma descrição tão minuciosa quão exacta de tôda a costa meridional da Ásia, que vai da Índia à Cochinchina, referindo-se às principais cidades, como Tavai, Parn (Pahang), Patane, Tenassari, Quedá, Malaca, Singapura, não fala em Saigon, Hué, Hanói e especialmente em Cantão, já então cidade muito importante do Celeste Império e por onde se fazia o comércio com os portugueses; e, sobretudo, nenhuma referência faz às ilhas de Lampacau e Macau, como faria se êle as conhecesse e ali tivesse passado os mais prósperos dias da sua vida. É isto tanto mais estranhável quanto é certo que, logo em seguida, êle trata das ilhas de Molucas, de Banda e de Sonda, incluindo Timor, as quais descreve com perfeito e exacto conhecimento. Passado o reino de Camboja e a imediata costa de Champá, Camões *já não descreve;* faz apenas

---

(1) Cf. P.e Francisco de Sousa, *Oriente conquistado,* II, págs. 413-415.

vagas referências à Cochinchina *de escura fama,* e à *de Aínão incógnita enseada,* sendo certo que esta enseada, hoje gôlfo de Tonkim, não era então *incógnita,* antes bem conhecida dos navegantes portugueses, como o era a ilha de Aínão, onde já em 1540 estivera António de Faria e Sousa com Fernão Mendes Pinto; e em 1555 lá fôra também Fr. Gaspar da Cruz. E, embora Camões afirme com precisão que, em seguida a essa enseada, corre o Império da China, não só mostra desconhecer as suas grandes cidades e os seus grandes rios, mas regista um *êrro de informação:* o relativo à sucessão dos reis ou imperadores da China, que êle declara serem *electivos!* Se Camões tivesse estado em Macau em 1556-1558, fàcilmente saberia que a China fôra governada por numerosas e longas dinastias, e que o trono raras vezes deixara de passar de pais a filhos, por mero direito hereditário e sem eleição. Nessa época estava reinando Kia-Ching, da dinastia Ming ou Mim, iniciada no ano 1369 e que durou 276 anos (1)!

Camões mostra também ter poucas e obscuras informações do Japão, que diz ser *Ilha meia escondida, que responde de longe à China,* o que não escreveria ninguém que então tivesse estado dois ou três anos em Macau; pois em meados do século XVI o Japão estava já bastante conhecido dos navegantes e missionários portugueses, que passavam por Lampacau e Macau e lhe diriam que essa *ilha* se compunha de muitas ilhas, e não era nem *escondida,* nem *longe da China.* Demais, precisamente em 1557, o Japão e a China estiveram em guerra acesa, ficando vencedor aquele, como em 1895, facto que muito favoreceu os mercadores portugueses, que ficaram livres da concorrência dos chineses.

Tem-se pretendido justificar estas omissões dos *Lusíadas* com a alegação de que o Poeta, na descrição das costas da

---

(1) Cfr. *Ásia Sínica e Japónica* na *Ta-ssi-yang-Kuo* de 1899 e 1900.

Ásia, se guiara pelas *Décadas* de João de Barros, que também a Macau se não refere.

Esta explicação, porém, é inadmissível; porque se trata de costas e ilhas que, segundo se afirma, foram visitadas e habitadas pelo Poeta. Ninguém carece de se guiar por obras alheias para mencionar países que viu, cidades em que exerceu cargos públicos. Demais, Camões refere-se, tanto nos *Lusíadas* como em outras poesias, a lugares e ilhas de que não há menção alguma nas *Décadas* de Barros.

Não será mais lógico reconhecer-se que o Poeta não se refere a Macau *porque nunca a viu?*

V

O DESTÊRRO E O NAUFRÁGIO

A meu ver, o suposto *destêrro* ou *degrêdo para a China* nada mais seria do que o forçado embarque de Camões como um dos soldados que iam a bordo das naus mercantes, nas viajens à China, para a defesa destas contra os assaltos dos piratas. Para esta inglória e arriscada emprêsa eram sempre recrutados ou despachados os soldados desprotegidos, pobres ou incursos em penalidades disciplinares mais ou menos graves.

Como militar, Camões já em 1555, no início do govêrno de Francisco Barreto, tivera de embarcar para o cruzeiro na embocadura do Mar Vermelho; e de quão desagradável lhe foi esta curta estação, em frente de Áden, nos deixou êle exacta e eloqüente descrição na Canção X, que principia assim:

Junto de um sêco, duro, estéril monte,
Inútil e despido, calvo e informe,
Da Natureza em tudo aborrecido...

Regressando do Mar Vermelho, e quando contava fruir

um longo repouso em terra, daqueles *descansos que esperava* (*Lusíadas,* Canto VII, est. 81), amando e poetando, recebera, de-certo, ordens de novo embarque para mares distantes, o que foi classificado por êle de *destêrro,* como aos dias passados em frente de Áden chamara

tristes, forçados, maus, solitários,
de trabalho, de dor, de ira cheios.

Degrêdo e *destêrro* reputava Camões, aliás, o simples facto de se encontrar longe da sua pátria, afastado da mulher amada e das mulheres que o amavam, separado da sua família, por fôrça das circunstâncias. Assim, no Canto VII, est. 80 dos *Lusíadas,* diz:

Agora com pobreza aborrecida
Por hospícios alheios degradado...

No Soneto 237, repete:

Da nossa doce pátria desterrados...

Nas Estâncias I, insiste:

Sem ver-me em terra alheia degradado...

Na Canção VII, descrevendo, embora em alegres termos, o rio Mandovi e os palmares que o marginam, assim:

Rio formoso e claro,
E vós, ó arvoredos
Que os justos vencedores coroais,
E ao cultor avaro,
Continuamente ledos,
De um tronco só diversos frutos dais (1),

---

(1) Camões conhecia já muito bem o coqueiro, que dá: coco, cairo, óleo (copra), aguardente, madeira, esteiras, carvão, fermento, açúcar etc., etc.

acaba por exclamar:

Canção, neste destêrro viverás!

Acaso, não resultaria de tais frases, repetidas em conversas com amigos, o equívoco dos biógrafos do Poeta, levando-os a afirmar que êle fora *degradado* ou *desterrado para a China,* pois que êle assim classificaria a sua forçada viajem?

Como militar, Camões teve que obedecer à ordem do governador; e esta ordem *tirânica,* ou como tal havida, se pode não ter constituído uma punição, também pode ter sido inspirada pelos secretos ódios de quaisquer áulicos do mesmo governador, que outro desfôrço não poderiam tirar, sem escândalo, dos remoques sofridos nas sátiras do Poeta, pessoais ou genéricas, como nos *Disparates da Índia.* Mas, não é isto provável; porque mais satírico e ofensivo foi Bocage, e ninguém na Índia por tal motivo o perseguiu.

Teriam, de igual modo, contribuído para a mesma ordem intrigas e mexericos de *amigos de Peniche,* dúplices e desleais, que indispusessem contra o Poeta pessoas poderosas e, talvez, o próprio governador.

E, por fim, podia Camões ter provocado animosidades e até castigo disciplinar pela sua vida desregrada. Poeta-soldado, era *conquistador,* ciümento, brigão, *trinca-fortes;* e, além disto, como a maioria dos portugueses, maldizente e indisciplinado.

A maledicência de Camões revela-se, não só nos *Lusíadas* e em outras poesias, mas, em especial, quanto ao governador Barreto e seus áulicos, nas estâncias dedicadas ao seu sucessor, o Vice-Rei D. Constantino de Bragança, em que louva a êste por ter tomado a *rédea dura*

Na mão, do povo indómito que estava
Costumado à largueza e à *soltura*
Do pesado govêrno que acabava...

E quanto aos desregramentos, êle próprio os confessa em diversos sonetos, especialmente no V, dizendo:

> Em prisões baixas fui um tempo atado,
> Vergonhoso castigo de meus erros...
> .....
> Sacrifiquei a vida a meu cuidado,
> Que *amor não quer cordeiros, nem bezerros.*
> *Vi mágoas, vi misérias, vi desterros...*

Seria tudo isto, em suma, a causa de uma dessas *violências legais,* como ainda hoje se praticam, sob o hipócrita eufemismo da *conveniência do serviço público,* transferindo-se para longe funcionários militares e civis.

Ora, sabendo-se qual o grau de desgôsto e desespêro do Poeta durante o anterior embarque, à entrada do Mar Vermelho (V. a Canção X), fácil é supor o seu estado de alma em face da ordem de partir para a China, em missão belicosa *para proveito alheio* e sem a devida compensação. E, tendo essa ordem sido devida a intrigas ou mal disfarçadas perseguições, ou ao menos a tais motivos atribuída, está perfeitamente explicada a frase «*injusto mando*» na bem conhecida estância 128 do Canto X dos *Lusíadas* referente ao rio Mecom, de Camboja, e que transcreverei na íntegra

> Êste (rio) receberá, plácido e brando,
> No seu regaço os cantos, que, molhados,
> Vêem do naufrágio triste e miserando,
> Dos procelosos baixos escapados,
> Das fomes, dos perigos grandes, *quando*
> *Será o injusto mando executado*
> Naquele cuja lira sonorosa
> Será mais afamada que ditosa.

Notarei, desde logo, que estes *cantos molhados,* se são alguns dos dos *Lusíadas,* não deviam ser, já então, exacta-

mente os que foram publicados. Seriam, talvez, os primeiros esboços, dia a dia acrescentados, limados, aperfeiçoados. Pois, logo no começo dêste estudo, penso ter demonstrado que o Canto I, tal qual hoje se lê ou foi publicado na 1.ª edição dos *Lusíadas*, só pode ter sido escrito pouco antes de D. Sebastião ter assumido o govêrno da Nação, entre 1564 a 1567. As estâncias VI a XVIII dêsse Canto não podem ser anteriores ao ano de 1560, ano posterior à presumível época do naufrágio, mas não à época do conhecimento da morte de D. João III naquelas regiões do Oriente. Nem é de supor que essas estâncias fôssem posteriormente *enxertadas*, não só porque há uma perfeita ligação delas com as precedentes e as seguintes, mas também porque, sem elas, êsse Canto I ficaria muito mais curto do que qualquer dos restantes nove.

Além disto, é muito provável que, sob a designação de *cantos*, o Poeta se quisesse referir à sua pessoa, pois os *cantos* não podiam passar *fomes e perigos;* como atrás, numa canção, vimos o mesmo Poeta *falar de si* dizendo,

«*Canção,* neste destêrro viverás...»

Possível é também que os *cantos* aludidos não fôssem os dos *Lusíadas*, mas sim outros versos do Poeta, o seu *Parnaso,* ou seja, o conjunto das suas *Odes, Éclogas, Canções, Oitavas*, etc., que foram, em grande parte, fonte dos *Lusíadas,* como recentemente mostrou o ilustre homem de letras brasileiro, Dr. Afrânio Peixoto, num interessantíssimo e erudito estudo, publicado no *Instituto de Coimbra,* vol. 73.º, pág. 172 e segs., intitulado *O Parnaso de Camões, fonte dos Lusíadas.*

Claro está que esta ligação entre o *destêrro,* afirmado por muitos dos biógrafos mais antigos, e a dita frase «*injusto mando*» leva à conclusão de que o naufrágio se deu na viajem de ida. E só assim se explica o desconhecimento de Camões a respeito da Cochinchina, da costa da China, da *enseada*

de Ainão (que é aliás um extenso gôlfo), omitindo êle até a cidade de Saigon, muito próxima do rio Mekong ou Mecom, ao passo que mencionava tôdas as povoações importantes que, a caminho da China, se encontram *antes de se chegar ao mesmo rio.*

— Esta questão do naufrágio de Camões tem suscitado, como é sabido, três opiniões diversas. Uns, como o anotador da chamada edição dos *Piscos,* de 1584, Severim de Faria, Leoni e Garcez Ferreira, afirmam também que o naufrágio foi na viajem de ida, embora sem fundamentarem a sua asserção de modo convincente. Outros, como Manuel Correia e Pedro Mariz, no século XVI, e atrás dêstes Faria e Sousa, Aquino, Storck, Juromenha, etc. sustentam ter-se dado o naufrágio na viajem de volta. E, recentemente, Teófilo Braga, fundando-se em que o poeta se refere ao naufrágio em dois lugares dos *Lusíadas*, a saber: a estância 80 do Canto VII e a est. 128 do Canto X, concluíu por que o Poeta sofrera dois naufrágios, um à ida, quando era rico, e outro à volta, quando estava já pobre, com as prodigalidades de Macau!

Destas opiniões, a segunda é a que tem maior número de adeptos; mas isto não é bastante para se tê-la por verdadeira, pois só prova que foi maior a *bicha* dos que a copiaram do primeiro que a afirmou.

Os biógrafos dêste grupo, como já ficou dito, considerando inconciliáveis os factos de uma pessoa ser desterrada e, ao mesmo tempo, premiada com a nomeação para um cargo infundadamente suposto *muito rendoso,* — o de *Provedor de defuntos e ausentes,* em vez de porem de parte esta nomeação, — tão exacta como os *dois naufrágios* afirmados por Teófilo Braga! — rejeitaram só a tradição do destêrro da Índia para a China, e, para adaptarem a frase «*injusto mando*» à hipótese do naufrágio à volta de Macau, fantasiaram esta complicada lenda:

«Camões, tendo exercido em Macau, ou, — para se fugir

à dificuldade de *Macau não existir antes de 1557,* — primeiro em Lampacau e depois em Macau, o aludido cargo, foi acusado de ter desviado dinheiro pertencente a uns espólios; — Francisco Barreto, tendo-o sabido, mandou prender Camões, sendo êste o *injusto mando* a que êle se refere; ou, — para se fugir à dificuldade de *Francisco Barreto já não ser governador da Índia* na época do naufrágio, — foi a prisão de Camões ordenada pelo capitão-mor da *nau da prata,* sem ordem superior, e, portanto, sendo êste o autor do *injusto mando;* — depois, Camões foi logo obrigado a embarcar para a Índia, sob prisão, e nesta viajem sofreu o naufrágio, em que perdeu tôda a sua fortuna, resto de uma *enchente de bens,* acumulados em Macau, e do que já ali gastara *magnificentemente,* tendo também perdido os espólios que trazia...»

Esta fantasiosa narrativa pretendeu o sr. Jordão de Freitas corroborá-la nos seus aludidos opúsculos, sobretudo no intitulado «*Naufrágio de Camões e dos «Lusíadas»* e que mais exactamente se deveria intitular «*Naufrágio do autor de uma carta anónima, que parece ser de Leonel de Sousa»,* porque nesta carta, em volta da qual gira tôda a hermenêutica do aliás erudito bibliotecário da Ajuda, não há a mínima referência a Camões, nem aos *Lusíadas,* nem sequer a Macau!

Tôda a argumentação e tôdas as provas do sr. Freitas se resumem nisto: — 1.º uma carta do jesuíta P.e Baltazar Gago, escrita do Japão para Goa em 1 de Novembro de 1559, em que diz que, «tendo êle e os seus companheiros escrito no ano precedente de 1558 muitas cartas, tiveram nesse ano de 1559 novas de que a nau em que elas iam se perdera em uns baixos, *antes que passasse a costa da China;* — 2.º uma carta datada de 16 de Fevereiro de 1561, dirigida de Cochim ao secretário de Estado, Pedro de Alcáçova Carneiro, carta que não tem assinatura, mas que, pelos seus termos, confrontados com duas cartas anteriores de Leonel

de Sousa, dirigidas ao Infante D. Luís e à Raínha Regente D. Catarina, se pode atribuir ao mesmo Leonel, e em que êste narra o seu naufrágio, ocorrido *no meio do golfão da China, numa baixa,* naufrágio cuja data não indica, mas que deve ser anterior ao ano 1560 e do qual se salvara numa pequena barca, (que devia ser um escalér do navio naufragado), com mais 23 pessoas, andando depois *por partes remotas e estranhas* até chegar a Goa, onde, em vez de se condoerem da sua situação, o forçaram a pagar 1.800 cruzados, que arrecadara de fazendas de defuntos, e também alguma artelharia, que lhe haviam emprestado do respectivo Arsenal. Nada mais de importante!

É dêstes simples factos que o sr. Jordão de Freitas espreme as arrojadas conclusões de que: Luís de Camões fôra preso por Leonel de Sousa e naufragara, juntamente com êste, nos baixos das ilhas de Pracel, em frente do gôlfo de Tonkim; e que, por isso, a frase «*procelosos baixos*» da citada estância 128 do Canto X dos *Lusíadas* se deve corrigir para «*pracelosos baixos*».

A verdade, porém, é que o sr. Jordão de Freitas se esqueceu de apresentar, prèviamente, as provas dêstes três factos essenciais: 1.º que, entre os anos de 1556 a 1559, nenhum outro navio naufragou na viajem do Japão para a Índia; — 2.º que, em 1558, Camões estava em Macau, e de facto exercendo o cargo de Provedor; 3.º que o Poeta embarcara no navio naufragado de Leonel de Sousa. Estas são as premissas; e, desde que elas não foram provadas, são inteiramente infundadas as aludidas conclusões; além de serem estas desmentidas por alguns ponderosos factos e circunstâncias, provados até pelos próprios documentos acima referidos e que passo a expor:

1.º Como atrás ficou demonstrado, no triénio de 1555 a 1558, e provàvelmente até 1560, não existia na China povoação alguma portuguesa. Sanchoão, Lampacau e Macau

eram *ilhas desertas,* onde só por ocasião das feiras portuguesas, durante uns 3 meses, se aglomerava gente, tripulantes e mercadores, retirando-se todos no fim da monção, inclusivè os piratas de Macau; e onde, por isso, não podia haver *bens de defuntos,* e ainda menos *de ausentes,* sôbre que fôsse necessário prover, por meio de um funcionário em terra, *além dos provedores marítimos.*

2.º Suposto o governador Barreto tivesse conhecimento do aforamento de Macau feito aos mercadores portugueses em 1557, o que só em Março ou Abril de 1558 lhe podia constar, não havia sequer tempo para Camões ser nomeado, ir tomar posse, enriquecer, roubar espólios ou ser acusado disso, ser preso, embarcar, naufragar, — tudo nesse mesmo ano de 1558!

3.º Suposto existisse uma povoação portuguesa em Lampacau, — e já provei o contrário, — para a qual, antes de mudar para Macau, Camões partira em 1556, nomeado provedor de defuntos, como quere um dos seus biógrafos e também o sr. Jordão de Freitas, cumpre averiguar o tempo que duravam então as viajens e a transmissão das notícias entre Goa e a China. Ora, as naus só partiam de Goa em Abril ou Maio, época da monção propícia; chegavam a Malaca daí a um mês e à China em Julho ou Agôsto. No regresso, a monção favorável e a época das viajens só começava em Novembro de cada ano, e as naus chegavam a Goa em Março ou Abril do ano seguinte. Assim, se Camões partira em Abril de 1556, — pois que em Abril de 1555 estava em Áden, — deveria ter chegado a Lampacau em Julho ou Agôsto dêsse ano. Evidentemente, mal desembarcado, não começou logo a *encher-se de bens,* a *criar invejosos,* a *ser acusado de desvio* de dinheiro de defuntos, suposto, ainda, houvesse feito arrecadações de espólios jacentes, entre Agôsto e Novembro! São cousas que levam tempo. . Portanto, pelas naus saídas em Novembro e chegadas a Goa em Abril

de 1557 nenhuma queixa contra êle teria sido recebida. Portanto, Leonel de Sousa, suposto tivesse saído de Goa nesse mesmo mês de Abril, não podia ter levado ordem alguma de prisão contra Camões.

4.º Leonel de Sousa, na citada carta de 1561, assim como nas outras, não faz referência alguma a Macau, nem à derrota do pirata chinês pelos portugueses, nem à concessão do aforamento pelos mandarins de Cantão, — factos notabilíssimos para um mercador e capitão-mor dos mares da China, — o que leva à conclusão de que êle, ou não teve conhecimento de tais factos, ou não interveio nêles, *porque lá não esteve naquele ano,* ou porque *partira logo para o Japão*, devido a *tôdas as importunidades de lá* (China), como diz. De contrário, não se esqueceria de alegar êsses serviços, tão recentes, prestados na China, em vez de invocar só os de 1554, como em outras cartas suas já conhecidas.

(Continúa).

L. de Albuquerque

SUBSIDIOS PARA A HISTORIA DA MUSICA EM PORTUGAL

(Cont. do vol. 74.º, pag. 639)

CHAMA (FRANCISCO)

Cantor da rainha D. Leonor e de D. João III que lhe fez diversas mercês e o aposentou em 4 de junho de 1556 com quarenta mil reis de ordenado e 3 moios de trigo. Por seu fallecimento, el-rei concedeu a sua viuva, Catherina Barradas, por alvará de 22 de outubro de 1568, quatro mil reaes de tença por tres annos. A um seu neto, Matheus Dias, foi dado um logar de morador da Mina.

«Dom Joam &c faço saber a quamtos esta minha carta vyrem que avemdo eu respeito ao seruiço que me tem feyto e faz Francisco Chama, meu camtor, e ao que espero que me faça, queremdolhe fazer merce, tenho por bem e me praz que elle tenha e aja de mym, de janeiro que pasou deste ano presemte de b^{e}xxxiij em dyamte, em cada huũ anno tres moios de triguo de temça, em quanto minha merce for, e lhe sejam pagos nas leziras de Villa Framca; pello que mãdo aos veadores de minha fazenda... Duarte Glž a fez em Evora a seis de maio ano do nacimento de noso Senhor Ihũ X^{o} de jb^{e}xxiij anos». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III*, *Doações*, liv. 19, fol. 113).

«Eu elRey faço saber aos que este meu aluara virem que avendo respeito ao seruiços que Francisco Chama, meu cantor, fez a rainha dona Lianor, minha tya, que sancta gloria aja, e a mym, e a sua idade e indisposição, e querendolhe fazer merce ey por bem de o aposentar, e por este o ey por aposentado. E quero e me praz que ella tenha e aja de minha fazenda do primeiro dia do mes de janeiro do ano que vem

de quinhentos cinquoenta e sete em diante, quoremta mil rs em cada hum anno em sua vida, alem dos tres moyos de triguo que tem de tença per hum padrão. E elle naõ avera mais sua moradia, ceuada, vestiaria, aposentadoria nem destribuicã em minha capella, porque em satisfação de tudo iso que me devia, ey por bem que aja os ditos quoremta mil rs cadanno, os quaes quero e me praz que lhe sejã asentados... Dioguo Lopez o fez em Lixboa a quatro dias de junho de mil b^{e} cinquoenta e seis. E eu Duarte Diaz o fiz escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III,* liv. 59, fol. 113 v.).

«Eu elRei faço saber aos que este alluara virem que havemdo eu respeito aos seruiços de Francisco Chama, ja falecido, que foy meu camtor e a vaguarem per seu falecimento coremta mill rs cada anno, com que estaua apousemtado, e tres moyos de triguo de temça e hum luguar de morador da Mina, de que hera prouido, ouue por bem de fazer merce a C.^{na} (Catherina) Barradas, sua molher, pera hum seu gemro ou neto do dito Francisco Chama seu marido, que ella nomease, de hum luguar de morador da fortaleza de saõ Jorge da Mina por tempo de dous annos e com ho ordenado cada ano cõtheudo no regimento na vaguãte dos prouidos por prouisoẽs feytas amtes de vymte e dous doutubro do ano pasado de b^{e} sesemta e oyto, em que lhe fiz esta merce. E por a dita Caterina Barradas nomear o dito luguar de morador da Mina em Mateus Dias, seu neto e do dito Francisco Chama, como se vyo por hum estormento de renũciação que parecia ser sobsprito he asinado por Amtonio Vaaz de Castello Branq.^{o}, tabeliam nesta cidade de Lixboa feito a dous dias do mes de nouembro do dito ano pasado de b^{e}lxbiij, ey por bem e me praz que o dito Mateus Dias, neto da dita Caterina Barradas sirua ho dito luguar de morador pelo dito tempo e aja o dito ordenado como dito he; E portamto o noteficoo asy ao feitor e oficiaees da casa da Mina e mãdolhe que quãdo ao dito Mateus Dias por este alluara couber apresemtar no dito luguar de morador o metaõ em pose delle e lhe dem sua embarcaçaõ segundo ordenamça, e asi mamdo ao capitaõ e feitor e oficiaees da dita fortaleza da Mina que o deyxem seruir o dito tempo e hauer o dito hordenado como dito he, e o estormento de que acima faz mençaõ se rompeo ao asinar deste que valera como carta feyta em meu nome he asellada de meu sello pemdemte sem embarguo da ordenação do 2.º L.º titulo 20 que despoem o contrario, e eu fiz merce ha dita Caterina Barradas pelos ditos respeitos de quatro mil rs cada ano por tempo de tres anos nas obras pias. Balltesar Ribeiro a fez em Lixboa a xxbiij de março de jb^{e}lxix; e eu Berto-

lameu Froez a fiz escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, liv. 27, fol. 119 v.).

«Eu elRey faço saber aos que este aluara virem que avemdo eu respeito aos seruiços de Francisco Chama, ja fallecido, que foy meu camtor, e a vagarem por seu falecimento coremta mill rs cada ano, com que estaua apousemtado, e tres moios de triguo de temça e huũ lugar de morador da Mina, de que elRey meu senhor e avo, que samta gloria aja, lhe tinha feyto merce, ey por bem e me praz de fazer merce a Caterina Baradas, sua molher, de quatro mill rs cada ano por tempo de tres anos somente, paguos no recebedor do huũ por cento e obras pias, e portamto mãdo ao dito Recebedor, que ora he e ao diamte for que da feitura deste em diamte dee e pague... Balltesar Ribeiro o fez em Lixboa a xxij doutubro de ĵb^{c}lxbiij, e pelos ditos respeitos fez merce a Mateus Diaz, neto do dito Francisco Chama de hum lugar de morador da Mina por dous de que se lhe pasou outra prouisaõ, e eu Bertolameu Froez o fiz escpreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, liv. 21, fol. 230).

CHRISTOVÃO (FREI)

Por alvará, com força de carta, de 7 de maio de 1554 foi nomeado para substituir a Frei Francisco de Murça, que se finára, no cargo de tangedor dos orgãos e mestre de canto do convento de Aviz, com obrigação de ensinar de graça cantochão e canto de orgão aos freires do dito convento. Pelo desempenho d'este cargo ficou percebendo mantimento, vestiaria e calçado como tinha o mesmo Frei Francisco.

«Eu el Rey como gouernador etc perpetuo administrador que sam da ordem e caualaria do mestrado de Avis faço saber a vos Reuerendo dom Jorge dõ prior do conuento da dita hordem meu muito amado sobrinho que eu ey per bem e me praz que frey Christouam freire conventual da dita hordem tenha daqui em diante em quanto eu nõ mandar o contrario cargo de tamgedor dos orgãos e mestre de canto do dito convento como tee qui teue frej Francisco Murça que se finou e ele sera obrigado a ensinar de graça cantochão e canto dorgão aos freires do dito convento com os quaes cargos teráa e averaa o mantimento e

vestearia e calçado que com elles tinha e avia o dito frei Francisco de merçe noteficovo lo asy e vos encomendo e mando que ho metaaes em pose dos ditos cargos e lhos leixees ter e servir e aver o dito mantimento vestearia e calçado e lhe mandarees tudo pagar asy e da maneyra quo se pagaua ao dito frei Francisco por que asy o ey por bem e este aluara me praz que valha e tenha força e vigor como se fosse carta per mim asynada e passada pela chancellaria da dita ordem. Jorge da costa o fez em lixboa a bij de maio de b^{c} liiij^{o} (1554). Manuel da Costa o fez esprever». (Torre do Tombo, *Chancellaria da Ordem de Aviz*, liv. 1, fol. 79 v.).

CLARO (AUGUSTO JOAQUIM)

É natural da freguezia da Insua, concelho de Penalva do Castello, districto de Vizeu, tendo nascido em 1864. Filho de José Joaquim Claro e de Thereza de Jesus Claro, ambos da referida freguezia.

Aprendeu no paiz com Antonio José dos Santos, organeiro, de Mangualde. Não foi aperfeiçoar-se ao estrangeiro, mas teve pessoa estrangeira, (o padre Kempf, do Collegio do Espirito Santo) que lhe ensinou por livros allemães muitas coisas que desconhecia.

Estabeleceu a sua officina em Braga em 1885. Costuma empregar o numero de officiaes que o serviço exige, sendo todos portuguezes e em geral ignorantes da sua arte.

Emprega materiaes portuguezes; fabrica todas as peças e fornece elle proprio os desenhos para a parte architectonica.

Tem fabricado diversos orgãos, entre os quaes os de S. Martinho de Dume, Villar do Paraizo, Villa Real, etc.

Concorreu á exposição industrial portuense de 1887, obtendo o diploma de *menção honrosa*.

— Vimos hoje na oficina do sr. Augusto Joaquim Claro, á rua da Boa Vista, um magnifico orgão, construido por este intelligente artista. Destina-se á capella do collegio do S. Coração de Maria, da Praça do Coronel Pacheco, Porto.

É de 5 oitavas o novo orgão, que foi feito por um sistema inteiramente moderno. Os seus sons são muito harmoniosos.

Felicitamos o sr. Claro pela obra que apresentou e que muito o honra.

(Correspondencia de Braga para o *Primeiro de Janeiro,* publicada no numero correspondente a 23 de abril de 1896).

Construiu tambem o orgão do Seminario de Braga. A *Palavra,* do Porto, publicava uma correspondencia de Braga de 27 de junho de 1899 (n.º de 28), de que o *Diario de Noticias* tirou a seguinte noticia:

No domingo inaugurou-se em Braga, na egreja do Seminario, um novo orgão, obra que tem merecido os mais extraordinarios gabos ao seu auctor, o eminente artista sr. Augusto Joaquim Claro.

A este proposito escreve o correspondente de Braga pura a *Palavra,* do Porto:

«O sr. Eduardo da Fonseca, do Porto, veiu expressamente para desempenhar alguns trechos de musica no orgão, para assim experimentar a variedade dos registos e teclados do mesmo.

«Todas as pessoas presentes tiveram palavras de muito elogio para a obra do sr. Claro.

«Vem a proposito citar alguns trechos de uma importante carta, escripta por um sacerdote inglez, o rev.º Augustin Morford.

«Este sacerdote esteve ultimamente n'esta cidade, e examinou e tocou por algumas horas o mesmo orgão».

Eis alguns trechos d'essa carta, que o rev. Morford dirigiu ao respeitavel vice-reitor do Seminario:

«O admiravel trabalho do sr. Claro marca uma nova era para os orgãos em Portugal, porque já se pode comparar ás maravilhas das construcções modernas por toda a parte admiradas, em França, Allemanha, Inglaterra.

«Realmente é um orgão que se póde dizer tal, o que, n'este paiz, ainda se não encontrava.

«Submetti-o a um exame rigoroso, sentindo-me a principio des-

crente pelo que já tinha visto em Portugal em instrumentos congeneres. Mas congratulo-me deveras em afirmar que fiquei plenamente satisfeito.

«O machinismo é de uma solidez a toda a prova. Dizem attingir a 400 annos a vida dos orgãos construidos na perfeição; ora a obra do sr. Claro, bem que me não atreva a assegurar-lhe tão longa duração, tem no entanto elementos de longevidade. Não se póde exigir trabalho mais solido nem mais esmerada execução.

«Acresce haver encontrado n'elle todos os segredos (*tous les trucs*) mais recentes e engenhosos, aptos a fornecer de prompto ao organista os recursos maravilhosos do instrumento. Entre outros, é digno de notar-se uma serie de botões pneumaticos para cada teclado, que produzem combinações, sempre crescentes, harmonisadas e contrastadas com admiravel sciencia, processo que torna facil a manipulação do instrumento, ainda para aquelle que o toca pela primeira vez.

«Um transpositor geral dos teclados de mãos e de pés é um verdadeiro luxo. Geralmente, a transposição depende da sciencia do executante; o sr. Claro, porém, procurou substituir a sciencia, que falta muitas vezes, por um machinismo infallivel, incapaz de falhar».

Industria portuguesa de construcção de orgãos — Officina constructora de Augusto Joaquim Claro. Braga, Typographia de J. M. de Souza Cruz, 1899. 1 folheto em quarto de 32 paginas, tendo no fim 8 estampas, representando orgãos.

N'elle se descreve o orgão do Seminario de Braga, com as apreciações da imprensa e a carta sobremodo elogiosa do reverendo Augustin Morford, reitor da egreja catholica de Santa Maria Poole, Dorset, Inglaterra.

CONCEIÇÃO (JOAQUIM MARIA DA)

Vide *Lapinha*.

CONCEIÇÃO (FR. NUNO DA)

Religioso da Ordem da Santissima Trindade. Por provisão de 13 de outubro de 1691 foi nomeado professor da cadeira de musica da Universidade de Coimbra, cargo que

havia doze annos já estava servindo por fallecimento do proprietario frei Antonio de Jesus.

De Fr. Nuno da Conceição traz Ernesto Vieira succintos dados biographicos no seu *Diccionario*.

«Eu ElRey como Protetor que sou da Universidnde Coimbra, faço saber a vos Ruy de Moura Telles, do meu Conselho, meu sumilher da cortina, deputado da Mesa da Consciencia e Ordens e Reitor da mesma Universidade, que tendo respeito ao que me reprezentastes sobre a dificuldade de se poder reduzir a pratica a opposição da cadeira de muzica na forma que se dispoem nos estatutos dessa Universidade e frey Nuno da Conceição, religioso, da Ordem da Sanctissima Trindade, a ter substituido á mais de doze annos com grande satisfação e procedimento; hey por bem e me pras de lhe fazer merce da propriedade da mesma cadeira de muzica, da qual lhe dareis a posse para que continue no exercicio e lição della na forma que he obrigado e se dispoem nos estatutos da Universidade e com o ordenado que lhe pertencer, assim e da maneira que o tinha e a fazia ao mestre frey Antonio de Jesus, que foi o ultimo proprietario da dita cadeira, pello que vos mando e a todas as mais pessoas dessa Universidade a que tocar cumpraes e goardeis esta minha provizão como nella se contem sem duvida algua, a qual valerá como carta posto que seu efeito aja de durar mais de hum anno, sem embargo da Ordenação em contrario. Francisco Coelho a fes em Lixboa a 13 de outubro 1691, Manuel Teixeira de Carvalho a fez escrever. Rui Diogo de Mendonça Furtado, Prezidente». (Torre do Tombo, *Mesa da Consciencia e Ordens*, *registo de Provisões de 1625 a 1696*, 24 de ordem, fol. 169 v.).

CONCHA (LUIS DE)

Cantor

«Dom Felipe &c Aos que esta minha carta virem faço saber que avemdo respeyto a boa ymformação que tenho das partes e sufficiemcia e boa vos de Luis de Concha, filho de Amtonio de Concha, vezinho de Madryd, ey por bem de lhe fazer merce de trimta mil rs de temça cadanno, que pollo regimento se prometem em quanto seruir em minha capella real desta cidade de Lixboa noficio de camtor tiple, em que esta filhado, e os comesara a vemcer de vimte e hum dias do mes de outubro do anno de mil e seis centos em diamte, em que veo chamado pollo deão pera o seruiço da dita capella, e por tãto mãodo a dom Fernãodo

de Noronha, comde de Linhares, meu muito amado sobrinho, do meu conselho do estado e vedor de minha fazenda que lhe faça asemtar os ditos trimta mil rs no liuro della e despachar cadanno pera lugar omde delles aja bom pagamento, com declaração que lhe seraõ pagos com sertidaõ do deaõ da dita capella de como o dito Luis de Concha serue autualmente, e per firmesa de todo lhe maõdey dar esta carta por mym assynada e asselada com o meu sello pemdemte. Joaõ Abril o fez em Lixboa a treze dias de dezembro de mil seis centos e dous. Sebastião Perestrello o fes escreuer».

«Dom Felipe &c outra tal carta de padraõ nem mais nem menos como a que fica assima escryta e registada de Luis de Concha, filho de Amtonio de Concha, ao mesmo sobredito Luis de Concha de tres moios de trigo de temça cadanno, os quais comesara a vemcer dos ditos vimte e hum dias do dyto mes e anno, e feyto e sobescrito pollos ditos escryuães nesta cidade de Lixboa no dito dia, mes e anno». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe II, Doações*, liv. 6, fol. 325 v.).

«Eu elRei faço saber aos que este aluara virem que auendo respeito ao muito tempo que ha que Luis de Concha, cantor de minha capella real, me serue nella, e as suas indesposiçoẽs, ei por bem de o apozentar com as tenças que tem, a saber; setenta mil rs em dinheiro nas sete casas, tres moios de trigo nas juguadas de Santarem, e quatro de seuada no almoxarifado da villa de Azambuja, e nos asentos das ditas tenças, que estão nos liuros de minha fazenda, se poraõ uerbas de como os ade auer sem embargo de naõ presentar certidaõ do meu capelaõ mor de como serue na dita capela, e este ei por bem que ualha como carta sem enbargo da ordenaçaõ em contrario. Antonio da Barros o fez em Lixboa ao primeiro de março de seis centos e uinte e noue. Sebastiaõ Perestrello o fes escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe III, Doações*, liv. 26, fol. 14 v.).

«Dom Felipe &c aos que esta minha carta de padraõ virem faço saber que eu ey por bem e me praz, por justos respeitos que me a isso mouem, de fazer merce a Luis de Concha, tiple que foi de minha capella, que elle tenha e aja de tẽça cada anno de minha fazenda quatro moios de ceuada para sostẽtação de hũa caualgadura que ha de ter, os quais começara a vẽcer de xx dias digo xxbiij dias doutubro deste anno presente de bj^{c} e dez em diante, em que lhe delles fiz merce alem das mais que lhe fiz pellos ditos respeitos e lhe seraõ paguos tornãdome a

seruir em minha capella ẽquãto naõ for prouido doutra cousa que os valha com certidaõ do bispo meu capellaõ mór do meu concelho do estado e vedor da minha fazenda que em o liuro della lhe faça asẽtar os ditos quatro moios de ceuada e dos ditos vinte e oito doutubro em diante despachar cada anno em parte onde aja bom pagamento delles e por firmeza do que dito he lhe mãdei dar este, por mim asinado e asellado do meu sello pẽdente. Antaõ da Rocha o fez em Lixboa aos dous de nouembro anno de mil bj^{c} e dez. Sebastiaõ Prestrello o fez escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe II, Doações*, liv. 23, fol. 235 v.).

«Dom Felipe &c faço saber aos que esta carta de padraõ virem que eu ey por bem e me praz por yustos respeytos que me a ysso mouem de fazer merce a Luis da Concha, que foy tipre de minha capella, de quaremta mil rs de temça cadânno para que torne a seruir nella, dos quais lhe faço merce alem do que ja tem e das mais merces que lhe fis polos ditos respeitos e isto em quanto naõ for prouido doutra cousa que os ualha e que os comese a uemcer de vimte dias do mes doutubro deste anno presẽte de seis cemtos e dez em diamte, em que lhe fiz delles merce e que lhe seyaõ pagos com certidaõ do bispo meu capellaõ mor de como serue e nam he prouido e cumpre com sua obrigação conforme ao regimento da dita capella, e por tãoto mãodo a dom Esteuaõ de Faro, do meu conselho do estado e uedor de minha fazenda que lhe faça asẽtar no liuro della os ditos quaremta mil rs de temça e do dito tenpo em diante despachar cadanno em parte omde aya bom pagamento delles, e por firmesa de todo lhe mãodey dar este por mim assynado e sellado do meu sello pemdente Amtaõ da Rocha o fes en Lixboa a dous de nouembro de mil e seis centos e des. Sebastiaõ Perestrello o fes escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe II, Doações*, liv. 20, fol. 251).

CONDEIXA (LOPO DE)

Não são poucos os musicos — instrumentistas e cantores — que floresceram no reinado de D. Affonso V.

Lopo de Condeixa, cujo appellido indica porventura a sua naturalidade, hypothese até certo ponto confirmada por um documento, exerceu por algum tempo o cargo de requeredor das jugadas de Coimbra e seus termos, cargo que re-

nunciou em Pero Anes creado da infanta D. Izabel, duqueza de Borgonha, a quem D. Affonso V o concedeu e confirmou em carta de 27 de novembro de 1464.

Por outra carta, de egual data, foi dado ao mesmo Pero Anes, por tres annos, o officio de escrivão da coudelaria de Coimbra, que o dito Lopo de Condeixa acabára de servir. Como se sabe Condeixa não fica muito distante de Coimbra.

Lopo de Condeixa era tangedor d'aquele monarcha, que o tinha por certo em grande estima, a ajuizar por uma importante mercê que lhe fez concedendo-lhe, completamente isentas, as asenhas de Alpiarça, proximo de Almeirim com toda a sua terra, entradas, saidas e chãos e mais cousas e rendas, a ellas pertencentes segundo estava demarcado por Gil Pires de Resende, contador dos Almoxarifados de Santarem e Abrantes. A carta em que se lavrou esta doação é de 14 de junho de 1459.

É possivel que D. Affonso V, lhe houvesse feito ainda outras mercês, de que me falta o conhecimento, ou por não se terem registado, ou por se ter perdido o registo.

Lopo de Condeixa não figura no *Diccionario* do sr. Ernesto Vieira e quer-me parecer que o seu nome é a primeira vez que aparece em publico.

Eis agora os documentos comprovativos:

«Dom Afonso &c A quantos esta carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graça e merce a P.º Anes, morador em Coimbra, criado da Ifanta dona Isabell, teemos por bem e damollo daqui em diante por enqueredor das jugadas da dita cidade e seus termos assy e pella guisa que o atee ora foy Lopo de Condeixa, nosso tangedor, que o dito oficio tynha per nosa carta e o renũciou em nossas maãos que o dessemos a quem nosa mercee fosse segundo dello fomos certo per hum estormento feto e asynado per G.º Vaaz nosso tabaliam em a dita cidade aos xxii dias do mes de nouembro da era desta carta. E porem mandamos ao nosso contador em a dita comarqua e ao almoxarife das ditas juguadas e a quaes quer outros nossos oficiaaes e pessoas, a que o

conhecimento desto pertencer e esta nossa carta for mostrada que ajam daqui em diante o dito P.º Anes por enqueredor das jugadas, como dito he, e outro algũ nõ e lho leixeis seruir e usar delle e auer o mãtimento percalços proes e direito que a elo pertencerem ou pertencer deuã por qual quer guisa que seja, assy e tan conpridamente como tee ora foy e ouue o dito Lopo de Condeixa, e melhor se o elle com razam e direito milhor poder teer e o auer, por que nosa mercee e vontade he fazermoslhe delle tam enteiramente mercee como nos bem podemos. O quall P.º Anes jurou en a nosa chancelaria &c em forma. Dada em Estremoz xxbiij dias de nouembro. ElRey o mãdou por Lopo dAlmeida do seu conselho e veedor da sua fazenda. Aluaro Vaaz a fez anno de nosso S.or Jhuũ Xp̃o de mill iiij^{c} lxiiij». (Torre do Tombo, *Chancellaria de Affonso V*, liv. 8, fol. 27).

«Dom Af.º &c Carta de P.º Anes, morador em Coimbra por que o damos por espriuã da coudelaria em a dita cidade e seu termo a feitura desta carta os tres anos primeiros e seguintes asy e pela guisa que o foy Lopo de Condeixa, que ora acabou de seruir seu tempo por carta em forma. Dada em o Vimieiro tres dias de dezembro — el Rey o mãdou por Fernã da Silueira, seu coudel moor. P.º do Rego a fez anno de nosso Senhor Jhũ X.º de mil iiij^{c} lxiiij». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Affonso V*, liv. 8, fol. 27 v.).

«Dom Affonso &c A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que consyrando nos o seruiço que temos recebido e ao diãte esperamos receber de Llopo de Comdexa, noso tamjedor dalaude, e querendolhe ffazer graça e mercee temos por bem e queremos que elle tenha e aja de nos daqui en diante em sua vida as nossas açenhas que estã em Alpiarça, que sam acerca dAlmeirim, que elle trazia de nos aforadas, com toda sua tera, entradas e saidas e chaãos per a guissa que he demarcado per Gil Pyž de Resende noso coṇtador em os almoxarifados de Santarem e todallas as outras cousas que a ellas pertẽcem sem falecer cousa alguũa e aja a renda e direitos dellas como nos aueriamos se por nos se rrecadasem sem nos dellas pagar foro alguũ nem outro trabuto. E porem mãdamos ao dito Gill Pyz e ao almoxarife da dita villa de Santarem e a quaees quer outros nosos oficiaees e pesoas, a que o conhecimento desto pertẽcer per quall quer guisa que seja e esta nossa carta for mostrada que metã em posse das ditas acenhas o dito Lopo de Condeixa com toda sua tera emtradas e saidas como dito he, e o nom costrãgã nem mãdem costrãger que delles page o foro nem tra-

buto alguũ em sua vida, por quanto nos lhe fazemos dello mercee per a dita guisa sem outro enbargo, e mãdamos ao espriuã do dito almoxarifado de Sãtarem que registe esta carta em seu liuro pera se saber como esto teemos dado a Lopo de Condeixa e elle tenha pera sua guarda. Dada em a nosa cidade de Lixboa xiiij dias do mes de junho — Aluaro Pyz a fez — anno do nacimento de noso Senhor Jhuũ Xp̃o de mill iiii^{c}lix». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Affonso* V, liv. 36, fol. 208 v.).

ESCAVAÇÕES REALIZADAS NA NECRÓPOLE PRÈ-ROMANA DE ALCÁCER DO SAL EM 1926 E 1927

Tendo começado em 1925, por benévola e amistosa concessão do ilustre professor da Faculdade de Medecina de Lisboa, sr. Dr. Francisco Gentil, e a suas expensas, a exploração arqueológica do cemitério prè-romano existente na sua propriedade do «Olival do Senhor dos Mártires», junto da vila de Alcácer do Sal, continuo ainda, dois anos decorridos, trabalhando no descobrimento da necrópole, a mais importante de quantas se têm explorado em Portugal, e uma das mais notáveis da Península.

VERGILIO CORREIA

Iniciadas as escavações por um período de trabalhos que alcançaram de Fevereiro a Abril do referido ano de 1925, foi-me possível fazer logo em 19 de Junho, na sessão coimbrã do Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Sciências, uma conferência subordinada ao título de *A Necrópole de Alcácer*.

Nessa conferência localizei o cemitério primitivo, fiz a história da sua descoberta, procurei caracterizá-lo culturalmente, apresentei uma resenha geral do espólio encontrado

nas sepulturas, descrevi as peças típicas do armamento: — a adaga de antenas, a *falcata,* os ferros de lança e os contos respectivos, as navalhas e as empunhaduras de escudo; — especifiquei alguns adornos: — as placas de cinturão tauxiadas a prata, as fíbulas, os braceletes, o escarabéu de um sinete de prata, os aneis de ouro, — e esbocei o quadro dos tipos cerâmicos que acompanhavam as armas e as jóias.

Como porém essa primeira fase de escavações correspondera em grande parte sòmente às sondagens preliminares realizadas aqui, ali, na vasta área do «Olival do Senhor dos Mártires» — deliciosa chapada verde salpicada de árvores seculares, onde os poentes maravilhosos de Alcácer evocam païsagens magrebinas, andaluzas e provençais, — os elementos recolhidos, se bem que suficientes para a delineação aproximada da posição cronológica e cultural da necrópole, não bastavam para esclarecer todos os problemas ligados com os objectos recolhidos, e, muito especialmente, os concernentes aos próprios ritos religiosos e funerários que determinavam a forma das sepulturas e a composição dos respectivos espólios.

A seqüência das explorações, prosseguidas no outono de 1925, primavera de 1926 e primavera de 1927, — só deixei os trabalhos em meados de Abril, — acrescentou com numerosas e importantes peças de armaria, sumptuária e cerâmica o museu alcaçarense do Professor Francisco Gentil, destinado, em parte, à sua terra natal; permitiu a recolha de alguns preciosos documentos antropológicos — que o meu ilustre amigo Professor Mendes Correia estudou e tencionava comunicar ao Congresso; e, como natural e lógica conseqüência da repetição dos mesmos modêlos nos depósitos funerários, trouxe-nos um conhecimento mais perfeito dos ritos e práticas sepulcrais adoptados pelos habitantes da Alcácer prè-romana.

Largo é, porém, ainda o campo onde conjecturas e hipó-

teses se entrecruzam nas questões culturais e cronológicas levantadas pela exploração do cemitério dos Mártires. Em tanta pedra removida e tanto fragmento cerâmico joeirado e manuseado, nenhum falou ainda por linguagem própria, nenhuma patenteou caracteres conhecidos ou desconhecidos que nos consentissem uma leitura ou um agrupamento lingüístico. É o método comparativo que continuará a suprir tôdas as deficiências, a consolidar as verdades que julgamos possuir, a ministrar-nos os melhores elementos conducentes à aquisição de uma certeza histórica.

*
* *

O descobrimento do cemitério de Alcácer do Sal deveu-se à circunstância fortuita da construção de uma eira. Para se obter um espaço circular, nivelado, no pendor suave do terreno, abriu-se uma vala «de manta aberta» em trinta metros de extensão, comprimento que ficou sendo o diâmetro do círculo aproveitável. Durante êsse trabalho utilitário se recolheram, descuidosamente, armas, cerâmica e jóias que o terreno continha a pouca fundura.

Sondagens realizadas nesse mesmo local revelaram-me que por baixo da terra remexida em 1875 ficara outra camada intacta e que nessa se encontravam também sepulturas. O trabalho posterior ao Congresso de Coimbra consistiu em pôr a descoberto o estrato referido, profundo por vezes quási de 3 metros.

Houve naquela zona duas camadas de enterramentos e, por infelicidade, parece que precisamente só nessa área existiram dois andares de sepulturas.

Várias vezes me ocorreu, durante as cávas, a possibilidade da existência de uma relação entre andar superior e inferior. Mas não obtive, até agora, confirmação de tal sus-

peita. Ao contrário; as poucas vezes que deparei com vestígios intactos da nódoa de enterramentos superiores, os depósitos não deixavam presumir ligação com os subjacentes, separando os dois estratos uma grossura de terra limpa. Sôbre essa terra limpa, entremeada de pedrisco calcáreo, estende-se uma camada de terreno sujo e remexido, onde, em débil fundura do solo actual, se encontravam os depósitos funerários superiores. Tive, portanto, de admitir a existência de dois estratos de sepulturas, um mais antigo que o outro, e, como parece, subordinados a ritos sepulcrais diversos.

*
* *

Meia centena de sepulturas, confinadas na área da mencionada eira, foram escavadas nas primaveras de 1926 e 1927. Com êste contributo, que duplicou o número dos depósitos funerários descobertos anteriormente, foi-me possível reconhecer que na necrópole prè-romana do «Olival do Senhor dos Mártires» se encontravam quatro tipos de sepulturas, todos êles incluídos no sistema de cremação, único seguido no cemitério.

Tipos de sepultura:

1.º — Urna ou vaso-ossuário contendo restos de cinzas e ossos queimados, deposta a pouca fundura sôbre as armas, jóias e outros objectos pertencentes ao defunto, recolhidos após a cremação e colocados em volta do ossuário juntamente com vasos pequenos servindo de unguentários, etc.

2.º — Vaso-ossuário contendo restos de cinzas e ossos queimados, deposto isoladamente sôbre a rocha do fundo do terreno, ou em concavidade especialmente aberta nêsse fundo.

3.º — Depósito funerário composto dos restos da lenha da cremação, resíduos de ossos e cinzas, vásilhas pequenas,

armas e jóias tendo sofrido a acção do fogo, tudo deixado sem resguardo lateral no próprio terreno da combustão do corpo.

4.º — Depósito funerário composto de ossos carbonizados, carvões e cinzas, dentro do qual jazem vasilhas pequenas, armas, jóias e outros objectos (que todos sofreram a acção do fogo), resguardado superiormente por uma camada de pedras aglutinadas, e inferior e lateralmente por um verdadeiro sarcófago, caixa ou caixão cavado na rocha do fundo.

Sepulturas do 1.º tipo – Considero êste primeiro tipo de sepulturas como o mais recente. As jarras cinerárias onde se encontravam — prèviamente quebrados quando se tornava necessário, — os ossos longos e as bolas craneanas, eram depostas a pouca fundura, tapadas com uma espécie de taça de bordas cónicas, semelhante a uma *tijela de fogo* alentejana, taça que se colocava invertida sôbre a boca do vaso. Ao lado eram colocados um ou dois vasos pequenos, naturalmente utilizados como unguentários, e as duas *coçoiras* ou *fusaïolas* rituais. Por baixo da urna amontoavam-se, contorcidos pelo fogo ou pela vontade dos vivos que faziam a recolha no cinzeiro da pira abatida, as armas e adereços do defunto: — ennovelado o *soliferreum,* dobradas as laminas das falcatas e das adagas, encurvadas as fôlhas das lanças longas, deformadas as baínhas, torcidas as placas de cinturão, as fibulas, os braceletes. Só as navalhas, pelas dimensões exíguas, guardam com o esqueleto dos cabos desnudados eriçados de cravos, a rigidez rectilínea.

Tratava-se de sepulturas individuais ou colectivas?

Os elementos de que até agora disponho, não me permitem uma afirmação concreta.

Encontra-se, por vezes, mais de uma urna no depósito. Assim, na sepultura n.º 8 havia um bojudo vaso globular junto de duas cratéras de tipo *oxibaphon* tôdas contendo ossos. A mólhada do armamento: — uma falcata, lanças, 4 placas

de cinturão, 2 fibulas de arco, — estava sob o vaso maior; uma navalha jazia sôbre um dos acólitos. A um metro de distância, para o norte, havia outra vasilha globular, tendo junto, deitado, um *skiphos* grego de figuras vermelhas, do mesmo trabalho que as cratéras. Dado que a sepultura estava isolada por espessa aglomeração de pedras calcáreas parece que tudo deveria pertencer ao mesmo depósito.

Noutra sepultura, a n.º 18, a pequena distância umas das outras deparei com quatro urnas contendo ossos, uma acompanhada de dois vasos pequenos, outra pesando sôbre um monte de ferragem, duas mais a par, como gémeas.

Na sepultura n.º 71 as urnas-ossuários eram duas, uma de maiores dimensões que a outra, mas encostadas, tendo ficado o armamento deposto quer sob a maior, quer entre ela e a segunda colocada um pouco mais alta, de modo que o prato e a taça que as cobriam levantavam as bases à mesma altura.

Só o exame dos fragmentos ósseos permitiria distinguir se se tratava de um ou mais incinerados. Infelizmente, em todos a excessiva fragmentação tornava tal verificação impossível.

Nos restantes depósitos congéneres descobertos encontrou-se apenas um vaso-ossuário em cada.

Pedras calcáreas, de dimensões reduzidas, visinhavam com as urnas, depostas quer sôbre elas, quer lateralmente. Da primeira circunstância resultou que não se depara com uma taça ou prato de cobertura intactos, sendo também raras as vasilhas cuja boca resistiu a pressão das pedras e do terreno.

São interessantíssimos êsses vasos e todos dos mesmos tipos, o que indica homogeneidade de ritos e uma limitação do tempo em que foram utilizados, pois as formas cerâmicas de certa categoria evolucionam com rapidez. Assemelham-se, os mais elegantes, ao *hydrie* mais antigo, áptero

e sem prato ou suporte de base. O colo é mais ou menos alto e refegado, o bôjo mais ou menos ventrudo, mas o galbo é idêntico em todos. Êsses vasos eram pintados com largas faixas vermelhas, na boca, gorja e ventre. Sôbre o bôjo tal ornamentação transforma-se algumas vezes em outra de linhas ondeadas, horisontais, cortadas a espaços de novas linhas ondeadas, verticais. Banhadas na mesma tinta vermelha foram tôdas as taças de cobertura, que acompanham êsses vasos, e que aparecendo apenas sobre eles, têm de ser consideradas como seus típicos complementos.

Ora é com estas vasilhas que encontramos no cemitério alcacerense vasos gregos, áticos ou itálicos directamente imitados dos das oficinas atenienses, — a cratera *oxibaphon,* o *skiphos,* a *péliké,* a *pátera,* — decorados com figuras vermelhas sôbre fundo negro.

Admitido que a cerâmica grega dêste tipo se usou no século IV, desaparecendo por 250 A. C., temos de considerar que o tipo de sepulturas a que venho fazendo referência pertence ao século IV ou ainda a parte do século III A. C.

Sepulturas do 2.º tipo. — O 2.º tipo de sepulturas da necrópole alcacerense, embora sob certos aspectos se possa comparar com o primeiro descrito, visto que consta igualmente de enterramentos de despojos fúnebres em vasos, difere dêle: quanto à camada de terreno escolhida para êsses enterramentos; quanto ao tipo das urnas ou vasos-ossuários utilizados; e quanto aos objectos que aparecem conjuntamente com os recipientes cinerárias.

Nêste, os coveiros procuravam depositar o vaso contendo os resíduos da cremação no terreno firme do fundo, sôbre a própria rocha, que muitas vezes escavavam para tal efeito em escudela elíptica ou oval.

Êsse vaso era coberto não já com taças de bordos cónicos, mas com pequenas lages de schisto, ou ainda com

uma espécie de testos de *asado* coimbrão, de côvo semi-esférico e abas direitas.

Ao lado, depositavam por vezes uma candeia, do tipo das *candeias de lagar* actuais, simples malgas circulares em que se apertou uma secção do bôrdo de modo a formar bico, vulgares na região carmonense (Cruz del Negro) e que são pelos arqueólogos mediterranistas consideradas nesta feição singelíssima os mais antigos modêlos de *lucernas* punicas.

Sob os ossuários nada de armas dobradas ou de adôrnos torcidos do fogo. Excepcionalmente uma navalha, perto de uma pedra de afiar, um cravo de ferro, qualquer peça de cobre ou bronze.

A forma dos vasos é ovoide, de gola curta e estreita, com ou sem asículas de ligação, típica forma norte-africana vulgar em Carmona e com parentescos gaditanos. Alguns desses vasos são decorados, da gola à base, com uma pauta de linhas vermelhas ou castanho-escuras.

Sepulturas do 3.º tipo. — É um tipo vulgar na necrópole, aparecendo a nódoa de cinzas e restos de ossos, contendo pequenos vasos, armas e enfeites semi-calcinados, sôbre a rocha do fundo ou na terra requeimada e avermelhada pelo efeito da combustão da pira e cadáver realizada *in situ*.

Cobrem essa camada de cinzeiro pedras soltas, por vezes uma capa unida e homogénea de blocos calcáreos e de conglomerado, que é dificil romper.

O espólio está disseminado sem ordem no meio das cinzas. Contudo, por mais de uma vez tive ocasião de verificar a colocação de armas nas estremidades da nódoa negra e de braceletes no centro dela, o que revelaria lògicamente, que as lanças haviam sido depostas ao longo do corpo e que a meia altura dêste, os braços conservavam as arcaicas armilhas, pesadas de sanguessugas.

Essa desordem confirma também que a combustão do

corpo se realizou no próprio local. Pela acção do fogo muitos dos objectos que o acompanhavam estouraram ou foram projectados a distância, principalmente as peças que não possuiam homogeneidade estrutural.

Assim sucedeu, por exemplo, com alguns bovídeos de barro, cujos membros desligados se encontravam disseminados por tôda a área da mancha negra.

As pequenas vasilhas, duas, o máximo três, que eram depostas como unguentários conservam, embora profundamente atacadas do fogo, as suas formas e posições.

Entre essas vasilhas há-as de barro grosso e forma singela — como o púcaro lisbonense actual, com uma asa ligando o rebôrdo ao bôjo, — e de pasta fina e galbos elegantes.

São vulgares, como nas sepulturas do tipo n.º 2, as candeias abertas, de um só bico, acompanhando os espólios. Não faltam também as coçoiras rituais.

Encontram-se nestas sepulturas anéis e brincos de ouro formados por hastes metálicas cujas extremidades afiladas se cruzam e enrolam depois simètricamente no toro da joia.

As peças de armamento peculiares dêstes depósitos são: lanças de folha curta e larga, navalhas de vários modêlos, e placas de cinturão de *garfo*. Nenhuma espada. As fíbulas são circulares, de arco giboso, de grandes dimensões, modelos hispânicos. O único tipo de braceletes é o de toro cilíndrico ôco, donde prendem grossas sanguessugas dobradas. E nunca estas pulseiras de sanguessugas aparecem com os enterramentos do 1.º tipo.

Sepulturas do 4.º tipo. — São as mais interessantes da necrópole e diferenciadas, ao que penso, de tôdas as até agora exploradas na Península.

O enterramento fazia-se dentro de covas abertas no terreno, afundado até à rocha. Esta era depois cortada em rectângulo, a modo de tanque, no fundo do qual se cavava

nova tina rigorosamente rectangular ou trapezoidal, com as dimensões do corpo humano a que se destinava.

Tem-se, à primeira vista, a impressão de que se trata de fossas tumulares destinadas a inumações. O requeimado da rocha alisada do fundo, e o cinzeiro espêsso e gordo contido nos recipientes, indica porém que nos encontramos perante sepulturas por incineração, e que tanque e tina cavados na rocha representam o fundo, o lastro da pira em que foi queimado o cadáver.

Possivelmente esta disposição representa uma sobrevivência do sistema de inumação, ou uma adaptação de formas exóticas, aproveitadas e respeitadas mais por fórmula religiosa que por verdadeira necessidade.

Ambos os recipientes aparecem geralmente repletos de cinzas, especialmente o mais fundo. É nêste que os ossos fragmentados abundam.

Embrulhados com as cinzas surgem, jazendo sem ordenação, armas, jóias, os vasinhos rituais, as coçoiras, um ou outro objecto estranho — como restos de instrumentos musicais ou as rodas de bronze de um carro de combate.

No tôpo nascente das sepulturas, tôdas orientadas Este-Oeste, à superfície do cinzeiro, recolhem-se ossos de animais sacrificados, lançados aí sôbre o acêrvo funerário.

Protegem as jazidas grossas camadas de blocos de calcáreo, que foram extraídos durante a cava do sarcófago e depois lançados sôbre os despôjos. Quási sempre entre essas pedras calcáreas, directamente postados sôbre as cinzas, se encontram outras de substância diferente, conglomerados ou schisto, talhadas em paralelepípedo, em disco, em marco ou em lage, que se compreende terem sido propositadamente deixados á cabeceira e aos pés da caixa tumular. Entendo que devem aproximar-se destas pedras os toscos *muñecos* tumulares de Baelo.

A maior das fossas mortuárias que explorei tinha 4 me-

tros de comprimento e 1,50 de fundo. O comprimento normal é porém apenas de 2 metros.

Cronologia dos enterramentos.

Dentre os 4 tipos de sepultura descritos, o primeiro é o mais recente. Nada se pode porém dizer acêrca da sucessão cronológica dos 3 restantes tipos, que é muito possível fossem usados contemporâneamente, pois se encontram em todos objectos semelhantes.

De resto a diferença de tempo que medeia entre os enterramentos do 1.º tipo e os outros não seria grande, visto que há, no conjunto, uma grande homogeneidade de espólios.

Do século v ao século III A. C. se escalonariam os enterramentos na necrópole de Alcácer. É difícil dada a deficiência de elementos seguros (moedas ou inscrições), precisar mais.

Povo a que pertenceu o cemitério de Alcácer.

O cemitério pré-romano do «Olival do Senhor dos Mártires» deve atribuir-se a um povo indígena.

Alcácer, cuja importância os autores antigos celebraram, era o verdadeiro pôrto interior do sertão alentejano. Rica de gados e lãs, e provàvelmente, como hoje, de cereais, azeite e sal, a povoação atraíu desde longe a concorrência de marcadores estrangeiros.

Em contacto com êsses estrangeiros, que ali fundaram por certo feitorias ou entrepostos, a civilização indígena absorveu em percentagem elevada usos e costumeiras exóticas, acolheu com abundância, cerâmica e jóias finas que o comércio fluvial lhe trazia à porta.

O espólio das sepulturas revela claramente essa dualidade. Tudo o que se refere a armamento e adôrno guerreiro, é indígena. Tudo o que representa um elemento de sumptuária superfluo é de proveniência exótica.

Quem trouxe ao indígena êsses elementos estranhos?

Os anéis de ouro, os ovos de avestruz, pintados, as placas de marfim, as candeias típicas, tudo nos afirma que fossem os púnicos; inclusivamente os vasos greco-itálicos, artigo de exportação divulgado por todo o Mediterrâneo, os levariam êles às margens do Sado.

A continuação dos trabalhos de Alcácer conseguiu, além da especificação nítida dos sistemas de enterramento seguidos na necrópole, determinar que não se trata do campo-santo de uma colónia fenícia, grega ou cartaginesa, mas simplesmente do cemitério de um povo indígena em contacto directo e duradouro com os navegadores mediterrânicos (1).

Coimbra, 30 de Abril de 1927.

Vergilio Correia

---

(1) Comunicação lida no Congresso das Sciências Luso-Espanhol de Cádiz, no dia 4 de Maio de 1927 em sessão realizada no *Museo Iconográfico*, sob a presidência de D. Rafael Altamira, e assistindo os congressistas portugueses: Drs. Queiroz Veloso, Oliveira Guimarães, Gonçalves Cerejeira, Joaquim de Carvalho, Mário de Figueiredo, Ferraz de Carvalho e P.e J. Tavares.

LA ENSEÑANZA SECUNDARIA EN PORTUGAL

(Cont. do vol. 74.º pág. 225)

EL ESTADO ACTUAL DE LA SEGUNDA ENSEÑANZA

(LO QUE HE VISTO EN LOS LICEOS PORTUGUESES)

La instrucción

No trataré separadamente del estado de la instrucción en cada uno de los liceos que he visto porque es análoga en todos ellos. Las pocas diferencias que he observado, por ejemplo, en el liceo de Pedro Nunes, las indicaré en la noticia especial sobre cada establecimiento. Esta uniformidad nace, en primer lugar, de que los reglamentos y programas dejan muy poco margen á la iniciativa del rector. Quien da carácter á la clase es el profesor, no el rector. Cabe distinguir la enseñanza de un profesor de la de otro, pero no la orientación que un rector da á la de su liceo, pues apenas tiene atribuciones para eso. Su acción en la labor que se realiza dentro de las aulas es muy limitada, reduciendose de hecho á comprobar el cumplimiento de las disposiciones legales. Lo que si le está permitido es establecer enseñanzas voluntarias al lado de las exigidas oficialmente; no obstante, sucede solo por excepción y nunca adquieren gran desarrollo. A esta situación contribuyen tambien la fuerza de la tradición y el trabajo que pesa sobre el rector, el cual tiene que dedicar casi toda su actividad á cues-

tiones administrativas y á las enseñanzas de que está encargado.

Podria distribuirse á los profesores actuales en tres grupos: los de tipo antiguo, que carecen de preparación pedagógica; los que la han adquirido por si mismos durante varios años de práctica, y los más modernos, los formados en la escuela normal superior. Según lo que he podido observar los mejores pertencen al segundo grupo, pues á los alumnos de la escuela normal superior aún les falta, naturalmente, la madurez que solo se logra despues de una larga experiencia. Se advierte una gran desigualdad: ocurre que, al lado de catedráticos que conocen más ó menos su disciplinas, pero ajenos á los problemas propiamente pedagógicos, se encuentran otros familiarizados com la metodologia moderna. Esto da base para precisar el juício sobre la eficacia de la reforma de 1894-95: prueba que habiendo prescindido de las cuestiones referentes á la formación del personal, la enseñanza, confiada á los mismos profesores, continuó siendo casi la misma, y que su valor está en haber ofrecido una orientación, excelente á veces, que han conseguido realizar algunos, pocos profesores, despues de varios años de ensayos.

De lo que he visto en las clases de los liceos, la mayor parte del liceo Pedro Nunes, recogeré aqui unicamente lo que me parece de más valor pedagógico, prescindiendo de los casos que tienen menos interés.

Lengua portuguesa. — No se utiliza el libro de gramática ni se exige el aprendizaje abstracto de esta. Toda la labor se hace sobre textos y va dirigida á adquirir el uso correcto de la lengua y á familiarizar al alumno con las obras capitales de la literatura portuguesa.

Una clase del primer curso: varios niños dicen una versión libre de un cuento (1) leido en la clase anterior y despues

(1) De um escritor portugues moderno.

se hace un análisis, principalmente literario, quizás excesivo, de cada una de las versiones, comparandolas entre si y con el original y señalando las caracteristicas de cada una. Los niños se interesan. Despues un alumno recita poesias.

Dos clases del curso quinto: Una de ellas comienza por la lectura de composiciones de los alumnos acerca de «la vida en la ciudad y en el campo», tema sacado de una poesia de Sá de Miranda. Casi todas estan escritas con soltura y corrección, suelen referirse á la experiencia personal del alumno y algunas revelan gusto literario. El resto de la clase se dedica á continuar la lectura y comentario de una comedia de Gil Vicente. — En la otra clase se lee y comenta un pasaje de *los Lusiadas.* Se cuida mucho la lectura en voz alta.

Una clase del curso séptimo de letras: Se estudia la literatura nacional partiendo de las lecturas hechas por los alumnos en casa. Durante los dos años del curso complementario leen las obras principales de la literatura portuguesa antigua y moderna que no conocen de los años anteriores.

En todas estas clases hay interés y animación. Dialogo. El alumno tiene libertad para hacer preguntas al profesor. Orden.

Durante mi estancia en Lisboa tuve ocasión de oir la opinión del Dr. Leite de Vasconcelos acerca de la enseñanza del portugués en los liceos (1). Su juicio es de un valor excepcional por tratarse de la persona más competente en linguistica portuguesa y por su larga experiencia como presidente de exámenes secundarios. Según el Sr. Leite los alumnos de los liceos tienen un conocimiento muy deficiente

---

(1) El Sr. Leite es director del museo etnológico de Lisboa y profesor de la Facultad de Letras. Se ha dedicado á estudios de filologia y de etnografia. Es uno de los sabios portugueses que tienen más prestigio fuera de su país.

de la gramática. Lo atribuye á que la reacción contra el antiguo aprendizaje abstracto y memorista ha llevado al exceso contrario, de tal modo que ahora se sale del liceo sin conocer á conciencia la estructura de la lengua. Cree que para evitarlo deberia hacerse un estudio más detenido de la gramática.

Latin. — Se comienza á traducir desde luego. De gramática latina se aprende solo lo indispensable para facilitar la traducción; pero se aprovecha el estudio del latin para ampliar el de la gramática portuguesa.

En la clase del año 5.º (2.º de latin), á que asisto, un alumno traduce, sin preparación previa, una fábula de Fedro. Encuentra pocas dificultades. El profesor hace algunos comentários literarios. Asisto tambien á una clase del año 7.º (sección de letras).

Saco la impresión de que se trabaja poco y que los alumnos terminan sin poder traducir á libro abierto las obras más conocidas.

Lenguas vivas. — Es una de las enseñanzas que mejor resultados da. Todos los alumnos salen del liceo en condiciones de leer libros franceses y de entender la lengua hablada y muchos de ellos de hablarla y escribirla. En inglés y alemán no suele llegarse á tanto; pero, por supuesto, todos los alumnos que han estudiado inglés pueden manejar libros de ciencia en esta lengua. Algunos profesores han logrado que los suyos la hablen y escriban con cierta facilidad. He visto alumnos de los últimos cursos de varios establecimientos que estudian en libros franceses y a los universitarios trabajar principalmente á base de obras francesas y algunas inglesas. Uno de los libros de texto adoptados por el liceo de Pedro Nunes está escrito en francés. En el de Passos Manoel las guias de manipulaciones que utilizan los alumnos

en los ejercicios prácticos de quimica (curso complementario de ciencias) son inglesas y alemanas.

En las clases de idiomas á que he asistido he visto que se sigue casi exclusivamente el método directo. Los profesores se sirven rara vez de la lengua nacional y solo para hacer alguna aclaración.

Una clase de francés del 1.º año: Consiste en un diálogo en francés entre el profesor y los alumnos. Comienza por una conversación acerca de los objectos presentes. Despues se escriben en el encerado las frases empleadas y se hacen observaciones sobre pronunciación, ortografia y gramática. El estudio de las formas gramaticales con motivo de la conversación es muy elemental. El profesor escribe en el encerado un resumen breve de lo dicho durante la lección y los alumnos lo copian en sus cuadernos. Contiene frases usadas en el diálogo y nociones de pronunciación y gramática referentes a ellas. A las preguntas del profesor contestan los alumnos en coro. Se cuida mucho la pronunciación. En general es bastante correcta a pesar de que los alumnos llevan solo algunos meses de aprendizaje. Al final un alumno escribe al dictado y los demás intervienen para corregir. En este primer curso no se utiliza ni libro de gramatica ni de lectura. Los niños siguen la clase con interés. Disciplina.

Una clase del 2.º curso: Lectura y ejercicios de conversación y de escritura acerca de lo leido. De gramática se indica sólo lo indispensable y con ocasión de los ejercicios prácticos.

En otra de las clases de francés á que asisti, una del año 5.º (último de francés) leí composiciones de los alumnos. Estaban escritas con muy pocas faltas.

Inglés. — Presencio una clase de los primeros años, que me parece inferior á las de francés y de menos resultado, y

una del último curso. En esta los alumnos escriben al dictado, traducen y hacen retroversiones con bastante facilidad.

Alemán. — Una clase del 2.º curso (1.º de esta lengua): Pocos alumnos. Se sigue uno de los métodos corrientes. Se lee la lección en el libro (preguntas y respuestas, vocabulario y algunas reglas de gramatica) y despues el profesor dialoga con los alumnos acerca de lo leido. Casi nunca habla en portugués.

Historia. — Esta enseñanza se da en relación con la de Geografia y á base del libro de texto. No se limita á la historia politica externa. Se procura, aun desde las primeras secciones, seguir la evolución de las instituciones y el desarrollo de todas las manifestaciones de la cultura. Para la historia de Portugal se utilizan láminas murales que reproducen cuadros de un acuarelista nacional. La edición es deficiente. Tambien he visto en algunos liceos láminas hechas en Alemania. A veces el profesor lee fragmentos de obras históricas. Se cultiva mucho el sentimiento patriótico.

Geografia. — Esta enseñanza comienza por las nociones elementales de geografia fisica. Se aprenden por medio de láminas (de Vidal de la Blache). Hacen algunas, raras, excursiones, por iniciativa del profesor. El programa vigente de 1905 no las establece de una manera tan terminante como el de 1895. En las clases que he presenciado se hacia constantemente referencia á los accidentes geográficos de lugares vistos por los alumnos. Estos llevan en un cuaderno el resumen de la clase con dibujos. Más tarde hacen reproduciones de mapas, casi siempre calcandolos. Los profesores que he conocido no se daban cuenta de que es preferible copiar los mapas sin calcar.

En los cursos elementales de geografia he encontrado profesores que enseñan con mucho arte, que hacen las lecciones muy animadas, despertando vivamente el interes de los alumnos, los cuales dialogan con ellos dentro del mayor orden.

Todos los liceos que he visitado tienen buenos mapas; además de la excelente serie de los murales de Portugal editada por el Estado, las colecciones de Vidal de la Blache, Kiepert, Sidow, Levasseur, etc. En algunos vi láminas geográficas.

Los ejercicios prácticos de geografia (años 6.º y 7.º) no siempre estan bien orientados. Se limitan con frecuencia á trazar, ó lo que es peor, á reproducir mapas, gráficos, etc., generalmente bien dibujados. La ejecución técnica se cuida mucho; pero se olvida lo que es mas esencial: que deben ser resultado de un trabajo de investigación. No he tenido noticia, por ejemplo, de que se encarguen á los alumnos estudios monograficos sobre la geografia de una localidad. — En el liceo de Pedro Nunes hay una pequeña estación meteorológica. Los alumnos del curso complementario son los encargados de hacer las observaciones y de registrarlas.

Ciencias fisico quimicas y naturales. — La enseñanza de la historia natural se hace siempre partiendo de la observación de ejemplares. Los tres liceos más antiguos de Lisboa (Passos Manoel, Pedro Nunes y Camões) tienen un material bastante completo: minerales, sobre todo del país, preparaciones macroscópicas y microscópicas de zoologia y botánica, modelos clásticos de anatomia animal y vegetal, láminas, etc.

En las clases de Fisica y Quimica el profesor hace constantemente experimentos delante de los alumnos.

Una clase de ciencias del 1.º curso: Botánica. El profesor enseña dialogando con los niños y sirviendose de ejem-

plares que han traido estos. Habla de la morfologia de las hojas. Demasiados nombres cientificos y distinciones para muchachos de diez años. Escribe en el encerado el resumen de la explicación y los alumnos lo copian en sus cuadernos. Veo uno muy bien escrito, limpio y con excelentes dibujos. A veces hacen excursiones, aunque no son obligatorias en el plan del liceo.

Análoga á esta fué una clase del 2.º curso a que tambien asisti. De zoologia no pude ver ninguna porque la última parte del curso (desde el comienzo de la primavera) la dedican á la botánica.

En dos clases de quimica del curso general se trató de experimentos hechos (por el profesor) en dias anteriores.

La enseñanza de las ciencias en el curso complementario es una de las que han alcanzado una realización más perfecta. Además de las clases en que el profesor expone la doctrina, como en el curso general, á base de ejemplares ó experimentos que muestra á los alumnos, estos tienen todas las semanas hora y media de trabajos prácticos individuales en cada una de las asignaturas de Fisica, Quimica, Historia natural y Geografia (esta común con la sección de letras).

Estos ejercicios se establecieron oficialmente el año 1914, pero en algún liceo se hacian desde varios años antes. En muchos de provincia no ha sido posible introducirlos todavia por falta de instalaciones adecuadas ó de personal. En los de Lisboa funcionan con regularidad y excelente resultado. Los alumnos manifiestan tanto interés por ellos que piden con frecuencia permiso para trabajar en los laboratorios fuera de las horas reglamentarias.

Los progamas de estos trabajos prácticos que van como apendice al final de esta memoria pueden dar una idea de lo que se hace en los laboratorios de los liceos.

Matematicas. — Lo más interesante que he notado en

esta enseñanza es su superioridad con respecto á la de nuestros institutos por su estudio graduado durante todos los cursos. Eso permite prescindir en los primeros de materias mproprias de niños de 10 á 13 años (por ejemplo, demostraciones geometricas y trigonometria) é incluir en los últimos (6.° y 7.°) de la sección de ciencias cuestiones que no es posible tratar en nuestra enseñanza secundaria por la estructura del actual plan de estudios.

Filosofia. — La enseñanza de la filosofia en los liceos se resiente de la escasa vida que desde antiguo tienen en Portugal estos estudios. Pombal, con su preferencia por las disciplinas utilitarias y empiricas, la excluyó de los programas de la universidad. La fundación del Curso Superior de Letras en 1859, debida á la liberalidad del rey D. Pedro V, significa una reacción contra el espiritu pombalino; pero en el primer momento sólo comprendia cátedras de literatura y de historia, y aunque en seguida se estableció una de Filosofia tardó bastante en funcionar con regularidad. A pesar de ser la única de esta disciplina en la enseñanza superior de todo el país, hasta terminar el siglo no fué obligatoria conforme á lo dispuesto en la reforma del 94, para los que aspiraban á enseñar filosofia en los liceos. Al primer gobierno de la república se debe, entre otras importantes mejoras de los estudios universitarios, la creacción de una sección de filosofia en la Facultad de Letras. Es de esperar que la labor que se hace en las nuevas cátedras despierte por la filosofia una atención mayor de la que se le ha prestado hasta ahora; pero el poco tiempo que llevan funcionando no basta para que puedan haber elevado estas investigaciones al nivel que han alcanzado otras.

Entre las escasas personas que en Portugal han cultivado la filosofia ha predominado, durante la segunda mitad del siglo XIX, el positivismo, sobre todo la filosofia de Comte.

Wundt ha sido estudiado seriamente por algunos. Ultimamente las doctrinas de Bergson han encontrado partidarios entusiastas.

En la clase de filosofia á que asisti en un liceo de Lisboa se leía y comentaba la obra «Alma y cuerpo» de Binet.

Dibujo. — En mis visitas á los liceos pude comprobar el juicio que habia formado acerca de esta enseñanza al leer los programas. Se enseña casi exclusivamente dibujo geométrico. Lo poco que se hace de dibujo de figura está mal orientado, pues salvo algún dibujo de trozos decorativos en yeso todo lo demás se reduce á copiar láminas. Encontré á un profesor que reconoce esta dificiencia de los programas oficiales y que, en parte, trata de remediarla en su clase. En cambio el dibujo geométrico se enseña con solidez y buenos resultados. Precisamente lo censurable es su excesivo desarrollo impropio de establecimientos de educación general.

Asisti á una clase de dibujo. Se trataba, realmente, de geometria. El profesor enunciaba un problema y despues de resolverlo él mismo en el encerado lo repetian los alumnos en sus cuadernos.

Casi todos los liceos que visité tienen buen material para esta enseñanza. Colecciones de cuerpos geométricos, etc. Excelentes pupitres, algunos de modelo nacional. Pié de hierro con tablero movible en varias direcciones. Caro.

Gimnasia — Solo se hace gimnasia sueca. No he visto aparatos de gimnasia atlética tan frecuentes aún en los gimnasios de nuestros Institutos. La instalación es muy desigual: En tres liceos de Lisboa muy completa y en todos los demás que visité muy deficiente. En algunos los alumnos hacen los ejercicios con calzado y traje especial. No parece que los muchachos sigan estas clases con interés.

Los juegos y otros ejercicios fisicos se practican con gran entusiasmo; en los liceos de Lisboa el *foot-ball,* el *lawn-tennis*, la natacion (en la ria, pues ningun liceo tiene todavia piscina), la carrera, los saltos, lanzamiento de disco y de barra, equitación, etc.

EL LICEO DE PEDRO NUNES

El liceo de Pedro Nunes es sin duda lo mas completo que se ha hecho en Portugal en segunda enseñanza. Su antiguo rector, el Sr. Sá Oliveira, persona que habia consagrado su vida á la educación, y el grupo de profesores entusiastas que colaboraban con el, lograron lo que sin duda tiene gran mérito en un pais de administración centralista y mecanica: formar un espiritu corporativo, dar carácter à su liceo y mantenerlo con continuidad.

El liceo Pedro Nunes es el que mejor ha comprendido y ha sabido llevar á la práctica el sentido de las reformas de enseñanza secundaria. Pero no se ha limitado á esto: Ha abordado problemas que no entran en el plan oficial y á veces há superado al legislador en la solucion de algunos.

La actividad de los demás liceos suele reducirse á la instruccion. En este, por el contrario, es caracteristica su preocupación por las cuestiones de educación fisica y moral, lo cual le ha llevado a establecer un régimen de semi-internado. En esto, en el desarrollo que ha logrado dar á las asociaciones escolares y á los juegos, en sus procedimientos de disciplina, en la ampliación de las materias de estudio y en la poca importancia que da al libro de texto, se ha mostrado muy por encima de las leyes.

Al estudio de este liceo dediqué la mayor parte del tiempo que pasé en Portugal. Durante más de un mes lo visité diariamente, asisti á numerosas clases y á reuniones de la asociación escolar, presencié partidos de *foot-ball* y de

tennis y estuve en relación constante con el rector (1), con los profesores y con los alumnos, á todos los cuales debo una amable arcogida que me facilitó mucho mi trabajo.

La instalacion. — Cuando se llega al liceo por primera vez ya su aspecto exterior impressiona favorablemente: un edificio moderno, de grandes ventanales, rodeado de jardines, en un barrio apartado, alto y muy tranquilo. Su construccion se debe al gobierno de João Franco en los años de 1907 y 1908 y, en no pequeña parte, al Dr. Agostinho de Campos, antiguo Director General de Instrucción Pública y actualmente profesor de este liceo, persona enterada del estado de la educación en Alemania, donde ha residido algum tiempo. Es un edificio amplio, que comprende cinco pabellones, sencillo, levantado con sujeción estricta à los preceptos de la higiene y de la pedagogia, procurando cuidadosamente atender todas las necesidades y evitar, al mismo tiempo, gastos superfluos.

En el pabellón central están el guardarropa, las oficinas de secretaria, el rectorado, la sala de visitas, la biblioteca, los gimnasios, la sala donde se reunen los profesores y los alumnos en los intermedios de las clases, los museos y los laboratorios. Las aulas ocupan los dos patellones laterales, y otros dos más pequeños son los destinados para la asociación escolar y para residencia del rector.

En la parte del local destinada á las aulas hay cuatro divisiones que corresponden respectivamente á la 1.ª clase (ó curso) á la 2.ª y 3.ª, á la 4.ª y 5.ª y á la 6.ª y 7.ª. Cada división comprende de cuatro á siete aulas, un patio de recreo, una sala de dibujo y los despachos de los directores de clase y de los profesores. La comunicación se hace por medio de un amplio pasillo adornado con plantas. Las aulas son

(1) Que entonces lo era el Sr. Sá Oliveira.

espaciosas, bien ventiladas e iluminadas y con capacidad para unos cuarenta alumnos como máximo distribuidos en pupitres bipersonales.

Las instalaciones para la enseñanza de la Fisica comprenden un laboratorio, la sala de electricidad, un anfiteatro con mesa de experimentos (modelo alemán), depósitos, un pequeño taller de reparaciones, despacho del director y cuarto del mozo.

Para la enseñanza de la quimica hay dos laboratorios, un anfiteatro dispuesto tambien para hacer experiencias, despacho del director, deposito y cuarto de fotografia.

A las ciencias naturales se destinan un laboratorio, un anfiteatro y las salas donde se conservan las colecciones. A la geografia una pequeña estación meteorologica y una sala de material.

Estas instalaciones estan muy ordenadas y dispuestas para que trabajen los alumnos. No son meras *exposiciones*. Se ha procurado que los aparatos sean sencillos para que los alumnos puedan entender su funcionamiento y maneiarlos con facilidad.

La mayor parte del local está dedicada á la educación fisica. Hay tres gimnasios con cuatro vestuarios, despacho del médico y de los profesores, botiquin y cuarto del mozo; sala de duchas; campos de *foot-ball*, de *tennis* y de *croquet* y terrenos que se destinan á *skating* y piscina de natación, todavia en proyecto cuando yo visitaba el liceo.

Se nota la preocupación por someter la vida del liceo á una reglamentación minuciosa, para que dé, como efectivamente da, una impresión de orden á pesar del crecido número de sus alumnos (1). Estos al llegar pasan primero por el guardarropa que está organizado como el de un teatro. Despues entran en la parte del edificio correspondiente á

---

(1) En los últimos años ha oscilado entre 650 y 800.

su sección, en la cual deben permanecer hasta la terminación de las clases. No pueden, pues, salir á la calle durante los recreos, como sucede en los demás liceos, ni circular por todo el establecimiento. Se hace asi para evitar la comunicación entre muchachos de edades muy distintas. Con este objeto se ha dispuesto, como queda dicho, que haya un patio solo para los alumnos del primer curso, otro para los del cuarto y quinto y otro para los del sexto y séptimo. Los alumnos de estos dos últimos años tienen libertad completa para circular por todo el liceo y para salir á los jardines públicos immediatos. — A la entrada de cada aula hay un cuadro con el horario de la sección en ella instalada y los nombres de los profesores y del alumno «jefe de la turma» ó sección, el cual cuida del arreglo del aula y de mantener la disciplina entre sus compañeros.

Dentro del aula otro cuadro indica el asiento que debe ocupar cada alumno. Al comenzar la clase un empleado apunta los alumnos que no asisten y al terminar recoje la firma del profesor y toma nota de lo explicado.

La enseñanza. — En este liceo se dá poca importância al libro de texto. El trabajo que se hace en la clase misma, y la redacción de resúmenes, la resolución de problemas, los ejercicios de redacción, el trazado de mapas, la preparación de traducciones, la lectura de obras literarias, etc. constituyen la base de la enseñanza. Por lo demás seria dificil descubrir una orientación general en la enseñanza de este liceo. En las circunstancias actuales, dice el rector (1), no es posible lograrlo por la distinta formación de los profesores y por el cambio anual de los profesores temporales. Seria preciso para ello mejorar la situación económica del profeso-

(1) V. «Anuário do Liceu de Pedro Nunes», 1912-1913, pág. 83 y siguientes.

rado á fin de que los «consejos escolares» y los «directores de clase» pudieren ejercer eficazmente las funciones que en esta esfera les estan encomendadas. De los directores de clase, afirma el rector, se puede decir que se ocupan de la acción disciplinaria y de la acción moral, lo cual ya es conseguir mucho; pues todavia no se ha podido realizar la concepción del director de clase como elemento de unidad en la orientación de la enseñanza dentro de su sección, y esto es absolutamente indispensable. —Pero si no podemos marcar una orientación seguida en todas las clases del liceo, podemos indicar las tendencias que, durante una colaboración de varios años entre los profesores efectivos y algunos interinos, se han ido desarrollando en la enseñanza de las distintas disciplinas. — De una manera general puede decirse que en el liceo se acentua la tendencia á emplear los métodos activos. El procedimiento de llamar á un alumno para dar la lección mientras todos los demás permanecen en silencio como meros expectadores ha sido substituido, en todas las clases del curso general, por el trabajo colectivo, en el cual todos los alumnos colaboran simultaneamente con el profesor en una obra comun. Se va abandonando la explicación magistral, que reducia el papel del alumno al de un mero oyente y se trata de que este tome una parte activa en el trabajo, de que adquiera por si mismo los conocimientos guiados por el profesor. «En las primeras clases [cursos] toda la labor se hace en el aula bajo la dirección del profesor; el alumno no tiene que estudiar lecciones en casa, su trabajo fuera del liceo consiste en una mera revisión de lo estudiado en clase y en la ordenación de sus libros, cuadernos de ejercicios, etc. Los alumnos de los últimos cursos estudian más en casa para habituarles a un trabajo personal, con menos intervención del profesor.

El liceo Pedro Nunes ha establecido además de las enseñanzas oficialmente obligatorias otras de carácter voluntario

cuya introducción significa, sin duda, un progreso con respecto à los programas del Estado. Son, entre otras, las siguientes: canto coral, trabajos manuales, declamación y dibujo artistico, organizadas todas ellas por la asociación escolar de los alumnos del liceo.

Las de canto coral son las más concurridas. Se hacen algunos, pocos ejercicios, de lectura musical y se cantan canciones de tipo popular compuestas para las escuelas.

Los muchachos parecen muy aficionados á estas clases. Todos los alumnos de canto del liceo forman un orféon.

Las clases de trabajos manuales comenzaron el curso 1912-1913 á carga de un profesor formado en la escuela normal de Nääs. Se han hecho trabajos en madera y carton. Esta enseñanza ha tenido que luchar con las deficiencias de sus instalaciones y con la escasa estimación que le concedian las famílias por considerar-la como una preparación técnica sin interés para jóvenes que han de seguir carreras universitarias.

Es de esperar que estas dos enseñanzas, incluidas posteriormente en los programas oficiales, adquieran en adelante un gran desarrollo.

(Continua). RUBEN LANDA.

PEDRO A. DE AZEVEDO

A idade-média é, desde o romantismo, o signo dominante da nossa erudição histórica. Foi sob esta ascendência que Alexandre Herculano, Gama Barros, Sousa Costa Lobo, Anselmo Braamcamp Freire e Carolina Michaëlis de Vasconcellos viveram e João Pedro Ribeiro fundou crìticamente as chamadas disciplinas auxiliares, que por o serem, não deixam de constituir a base e o índice da extensão e segurança do espírito e criação histórica.

O esfôrço assombroso, ainda sem réplica, dêste gigantesco trabalhador, há um século que domina êste departamento da investigação, e é na sua obra que mais ou menos directamente se filia a tradição, lamentavelmente ténue, dos nossos paleógrafos e diplomatistas.

Pedro de Azevedo, Sócio efectivo da Academia das Sciências de Lisboa e Director interino da Biblioteca Nacional, victimado sùbitamente por uma congestão no dia 3 de Fevereiro, era na hora actual o mais ilustre e reputado representante desta tradição. A sua opinião em matéria de paleografia e diplomática fazia fé; e trabalhador incansável, ninguém como êle, depois de Sousa Viterbo, se devotou ao trabalho inglório, mas benemérito, da publicação de documentos. Tôdas as revistas portuguesas de erudição, de há trinta anos a esta parte, o contaram como colaborador e se o seu espírito não pendeu para a criação de sínteses, raros, como Pedro de Azevedo, tão dignamente concorreram para êste ideal do trabalho histórico, dilatando as suas possibilidades.

O seu conhecimento dos Arquivos, em especial do Arquivo da Tôrre do Tombo, do qual fora conservador, era profundo; por isso nunca ninguém recorreu debalde aos seus generosos e desinteressados conselhos ou sugestões. Duma benevolência rara nesta sorte de trabalhadores, sacrificava o seu trabalho pessoal ao prazer de guiar passos incertos, já esclarecendo, já investigando êle próprio, e de tal sorte que a sua obra deve ser procurada não apenas no que subscreveu, mas no vário que outros escreveram.

Pessoalmente, Pedro de Azevedo perdurará na minha saüdade e gratíssima memória como um dos mais ilustres e dedicados colaboradores da obra colectiva que planeei e ardidamente espero realizar na Imprensa da Universidade de Coimbra.

A comissão de redacção de O Instituto, *em cujas páginas Pedro de Azevedo publicou um dos seus últimos escritos, presta à memória do insigne erudito a mais comovida homenagem de saüdade.*

JOAQUIM DE CARVALHO.

BIBLIOGRAFIA DE PEDRO DE AZEVEDO

ENSAIO

Pedro de Azevedo dispersou a sua colaboração por numerosas revistas e publicações. A lista adiante publicada constitue a primeira tentativa bibliográfica, porém sem carácter exaustivo. Por comodidade citaremos por abreviaturas as seguintes revistas: *A. B. A.* — Anais das Bibliotecas e Arquivos; *A. B. A. P.* — Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal; *A. H.* — Arqueologia e História; *A. H. P.* — Archivo Historico Português; *A. P.* — Archeologo Português; *B. B. A. N.* — Boletim das Bibliotecas e Archivos Nacionaes; *B. C. L.* e *B. 2.ª C.* — respectivamente Boletim da Classe de Letras e Boletim da Segunda Classe da Academia das Sciências de Lisboa; *H. C. B.* — História da Colonização do Brasil; *I.* — Instituto; *L.* — Lusa; *Lus.* — Lusitânia; *R. H.* — Revista de História; *R. L.* — Revista Lusitana.

1895 — Costumes do tempo d'El rei D. Manuel. — *R. L.*
—— — O «Dicionario Geografico» do P.e Luís Cardoso — *A. P.*
1896 e seguintes — Extractos archeologicos das «Memorias Parochiaes de 1758. — *A. P.*
—— — As festas dos imperadores. — *R. L.*
—— — Receitas de Medicina popular portuguesa do século XVII — *R. L.*
—— — Superstições portuguesas do século XV. — *R. L.*
1897 e seguintes — Estudos sôbre Troia de Setubal. — *A. P.*
—— — Archeologia do século passado. — *A. P.*
—— — Alguns selos antigos do concelho de Santarem. — *A. P.*
—— — Noticias antigas sobre archeologia. — *A. P.*
—— — Noticias arqueologicas colhidas em documentos do século XVIII. — *A. P.*
—— — O territorio de «Anegia». — *A. P.*
—— — O territorio do antigo Castro de Ovile. — *A. P.*
—— — Superstições portuguesas no século XVI. — *R. L.*
—— — Consulta a um saludador no século XVIII. — *R. L.*
1898 — O trovador Martim Suárez e seu filho João Martins — *R. L.*
—— — Superstições portuguesas no século XVI. — *R. L.*
1899 — Superstições portuguesas no século XVI. — *R. L.*
1900 — Superstições portuguesas no século XVI. — *R. L.*
—— — A respeito da antiga ortografia portuguesa. — *R. L.*
—— — Do Areeiro à Mouraria. — *A. P.*
—— — Nomes de pessoas e nomes de lugares. — *R. L.*
—— — Auto d'uma posse do Castello de Noudar e inventário do que lá existia no século XVI. — *A. P.*
1901 e seguintes — Miscellanea archeologica. — *A. P.*
—— — Emprego supersticioso no Brasil da pedra de raio. — *A. P.*
—— — Erecção em 1568 da freguesia da Conceição de Lisboa, e seus primitivos limites. — *A. P.*
—— — Mertola. — *A. P.*
—— — Ruínas prováveis de uma anta, próximo de Aljezur. — *A. P.*
1902 — Reparações paleográficas. — *R. L.*
—— — Noticias archeologicas. — *A. P.*
—— — Documentos antigos da Beira. — *R. L.*
—— — Três documentos em português antigo. — *R. L.*
—— — Proverbios ou sentenças sôbre as mulheres. — *R. L.*
—— — A situação da Heraldica em Portugal. — *A. P.*
—— — Pelos jornaes. — *A. P.*

1902 — Um inventário do século XIV. — *A. P.*
1903 e seguintes — Noticias varias. — *A. P.*
—— — A «Memoria» de Fr. Joaquim de Santo Agostinho sobre as moedas. — *A. P.*
—— — O Fidei-commisso de Affonso de Albuquerque (Na Graça de Lisboa) — *A. H. P.*
—— — Os Escravos. — *A. H. P.*
—— — Culpas de David Negro. — *A. H. P.*
—— — A companhia da ilha do Corisco. — *A. H. P.*
—— — O Testamento da Excellente Senhora — *A. H. P.*
—— — Sebastião de Macedo, o Moço. — *A. H. P.*
—— — Projectos sobre Madagascar e Cabo da Boa Esperança em 1556. — *A. H. P.*
—— — Lembranças num codice do cartorio de Palmella. — *A. H. P.*
—— — Heraldica municipal. — *A. P.*
1904 — As Ilhas perdidas. — *A. H. P.*
—— — A Chancellaria do ducado de Cadaval. — *A. H. P.*
—— — A Marinha mercante do norte de Portugal em 1552. — *A. H. P.*
—— — Testamento, em português, de D. Afonso II. — *R. L.*
—— — D. Teresa, a jograressa. — *R. L.*
—— — Documentos monetarios. — *A. P.*
—— — Os archivos ecclesiasticos da Guarda. — *A. P.*
—— — As insulas nos documentos portugueses mais antigos. — *A. P.*
—— — Gilles Le Hédois du Bocage (O avô do poeta Bocage). — *A. H. P.*
—— — Os de Vasconcellos. — *A. H. P.*
1905 e seguintes — Miscellanea. — *A. P.*
—— — Urraca Machado, dona de Chellas. — *A. H. P.*
—— — Noticia de antas, junto de Lisboa, no século XVI. — *A. P.*
—— — A lei de 13 de Março de 1473 sobre as libras. — *A. P.*
—— — O antigo casamento português. — *A. H. P.*
— Os antepassados do Marquês de Pombal. — *A. H. P.*
—— — Autos de posse de castellos no século XVI. — *A. P.*
—— — Regimentos das marcas da moeda nas cidades de Miranda e e Lagos. — *A. P.*
—— — Alguns documentos para a historia da agricultura e da navegação.
—— — O Archivo da Torre do Tombo. Sua historia, corpos que o compõem e organização. Lisboa. De colaboração com o Dr. Antonio Simões Baião.
—— — Antonio de Gouveia, alchimista do século XVI. — *A. H. P.*
—— — A Inquisição e alguns seiscentistas. — *A. H. P.*

1905 — Proverbios. — *R. L.*

1906 e seguintes — Protecção dada pelos Governos, corporações officiaes e institutos scientificos á Archeologia. — *A. P.*

1906-1910 — Livro dos bens de D. João de Portel cartulário do século XIII, precedido de uma noticia historica por Anselmo Braamcamp Freire. Lisboa. (Sep. do *A. H. P.*).

1906 — As cartas do Padre Antonio Vieira offerecidas ao Archivo da Torre do Tombo. — *B. B. A. N.*

—— — Documentos da Secretaria de Guerra relativos aos Açores. Lisboa.

—— — Duas poesias populares. — *R. L.*

—— — Documentos para a historia do castello de S. Jorge. — *A. P.*

—— — Situação monetaria de Minas-Gerais em 1808. — *A. P.*

—— — O regulamento de 1392 da cidade de Leiria e o seu archivo. — *A. P.*

—— — Gavetas da Torre do Tombo, Maço I, da I Gaveta, I. — *A. H. P.*

—— — Os Livros da Chancellaria mor da Côrte e Reino. — *A. H. P.*

—— — Presentes pelas festas. — *R. L.*

—— — Apelidos italianos em Portugal. — *R. L.*

1907 — A oração do almocreve. — *R. L.*

—— — Guiomar e Catarineta. — *R. L.*

—— — Apodos politicos e Geograficos. — *R. L.*

—— — Ms. portugueses comprados pelo Brasil. — *R. L.*

—— — O Concilio de Salamanca de 1335 e as superstições de Portugal — *R. L.*

—— — Cinco adagios portugueses. — *R. L.*

—— — Textos antigos portugueses. — *R. L.*

—— — Documentos portugueses do mosteiro de Chelas. — *R. L.*

—— — Uma carta de alforria de 1228. — *A. H. P.*

—— — Os antepassados de Camillo. — *A. H P.*

—— — Nota sobre a instrução portuguesa nos seculos XV e XVI — *A. H. P.*

—— — O Castello de Braga em 1642. — *A. P.*

—— — Projecto de organização dos archivos e museus da India. — *A. P.*

1908 — Uma reunião de bruxas na Atouguia em 1699. — *R. L.*

—— — Os ciganos em Portugal no século XVI e XVII. — *A. H. P.*

—— — Defesa da navegação de Portugal contra os Franceses, em 1552. — *A. H. P.*

—— — O castello de S. Jorge. — *A. P.*

—— — O castello de Santa Eulalia. — *A. P.*

—— — Meios de defeza dos archivos. — *A. P.*

1908 — Documentos portugueses de Pendorada do seculo XIII. — *R. L.*
—— — Bibliographia. — *A. P.*
1909 — Nomes derivados do germanico-redi. — *R. L.*
—— — Inventario do livro das portarias do Reino. Vol I. 1639-1653.
1910 — Inquirição de 1336 sobre os milagres da Rainha D. Isabel. — *B. 2.ª C.*
—— — O primeiro casamento de Silvestre Pinheiro Ferreira. — *A. H. P.*
—— — Cartas de alforria. — *A. H. P.*
—— — O Bocarro Francês e os Judeus de Cochim e Hamburgo. — *A. H. P.*
—— — Documentos de Santa Maria de Aguiar (Castelo Rodrigo). — *R. L.*
—— — Uma carta de Junot datada de 1805. — *B. 2.ª C.*
—— — Carta de tocar ou de pacto com o Demonio. — *R. L.*
1911 e seguintes — Miscelanea Arqueologica. — *A. P.*
—— — Moedas romanas provenientes de Olisipo. — *A. P.*
—— — O apellido Camões do seculo XV. — *B. 2.ª C.*
—— — Discurso proferido na sessão de 9 de fevereiro á memoria do Dr. Sousa Viterbo. — *B. 2.ª C.*
—— — Algumas palavras sobre a illustração de Albuquerque. — *B. 2.ª C.*
—— — Um exemplar do codigo-visigotico em Lisboa. — *B. 2.ª C.*
—— — A cópia mais antiga do Cancioneiro da Ajuda. — *B. 2.ª C.*
—— — O cronista Bocarro. — *B. 2.ª C.*
—— — Parecer relativo á candidatura a sócio correspondente do Dr. Maximiano de Aragão. — *B. 2.ª C.*
—— — Lordelo, no concelho de Monção. — *B. 2.ª C.*
—— — O «Liber Fidei» da mitra de Braga. — *B. 2.ª C.*
—— — Documentos de Vairão (século XII). — *R. L.*
—— — Doença e morte de D. Pedro II. Porto. Separata dos Archivos da Historia da Medicina Portuguesa, nova série, ano 2.º, n.º I.
1912 — Os santos dos Diplomata et Chartae. — *B. 2.ª C.*
—— — Sobre a expedição ás Canárias em 1341. — *B. 2.ª C.*
—— — Novos documentos sôbre a aliança anglo portuguesa na Idade-Média. — *B. 2.ª C.*
—— — Gabriel Pereira. — *B. 2.ª C.*
—— — A chancelaria de D. Afonso IV. — *B. 2.ª C.*
—— — Gabriel Pereira. — *R. H.*
—— — Braz Baião no Extremo Oriente em 1540. — *R. H.*
—— — Um capitão português em Florença no século XVI (doc.). — *R. H.*

1912 — Uma esquadra de Carlos V no porto de Cascaes em 1524 (Doc.). — *R. H.*

—— — Destruição de livros. (Doc.). — *R. H.*

—— — O porto franco de Caminha no século XIV. (Doc.). — *R. H.*

—— — Um alchimista português em 1562. (Doc.). — *R. H.*

—— — Abbade de Tagilde. — *R. H.*

—— — O Dr. Felix Dalm. — *R. H.*

—— — Emprestimo de 1631 destinado á recuperação de Pernambuco. (Doc.). — *R. H.*

—— — A inquisição de Gôa contra o vice-rei Mello de Castro. (Doc.). — *R. H.*

—— — A entrega de Bombaim e o castigo do vice-rei da India. (Doc.). — *R. H.*

—— — Parecer acerca do *Diccionario biographico estatistico do Algarve*. — *R. H.*

—— — Costumes e festas populares dos seculos XV e XVI. (Doc.). — *R. L.*

—— — Documentos de Vairão. — 1 folh.

1913 — Duas traduções portuguesas do seculo XIV. — *R. L.*

—— — Indice das habilitações da ordem de Malta em Portugal. — *R. H.*

—— — Dois documentos de Riba-Côa da epoca leonesa. — *R. H.*

—— — Dois documentos de Vairão. — *R. H.*

—— — A origem do nome de Lisboa. — *R. H.*

—— — Influência francêsa em Portugal até 1100. — *B. 2.ª C.*

—— — Um Carvalho da Rua Formosa na Inquisição. — *B. 2.ª C.*

—— — O tesouro de D. Afonso III, no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. — *B. 2.ª C.*

—— — O processo inquisitorial do impressor alemão Blavio. — *B. 2.ª C.*

—— — Sobre Fr. Francisco de Santo Agostinho de Macedo. — *B. 2.ª C.*

—— — Parecer acêrca da candidatura do Sr. José Joaquim Nunes a sócio correspondente. — *B. 2.ª C.*

—— — Anedoctas de Elvas colligidas pelo corregedor Mendonça com nm prologo de Pedro de Azevedo. Elvas. 1 folh.

—— — Registos paroquiaes de Lisboa. Registo da freguezia de Santa Cruz do Castelo desde 1536 até 1628. Coimbra, ed. da Academia das Sciencias de Lisboa. De colaboração com o Dr. Edgar Prestage.

1914 e seguintes — Documentos para a história do Brasil — Thomé de Sousa e sua família. — *R. H.*

1914 — Um troeiro — *R. H.*
—— — Gonçalves Viana. — *R. H.*
—— — José Basto. — *R. H.*
—— — Contribuições para a historia do Direito Português, de Manuel Paulo Merêa (apreciação critica). — *R. H.*
—— — Noticias y documentos historicos del condado de Ribagorza hasta la muerte de Sancho Garcés III (año 1035) (apreciação critica). — *R. H.*
—— — As joias da Excellente Senhora adquiridas pela rainha D. Catarina. — *R. H.*
—— — Algumas notícias sôbre navios portugueses do século XIV. — *B. 2.ª C.*
—— — Comércio anglo-português no meado do seculo XV. — *B. 2.ª C.*
—— — Uma versão sôbre a origem da família dos Albuquerques — *B. 2.ª C.*
—— — A colecção do Visconde de Carreira. — *B. 2.ª C.*
—— — Um memorial de Duarte Nunes de Leão. — *B. 2.ª C.*
—— — Alguns nomes do departamento dos Baixos Pirineos que tem correspondência em Portugal. — *B 2.ª C.*
—— — A origem dos Bastos, funcionários da Tôrre do Tombo. — *B. 2.ª C.*
—— — A nomeação do pessoal superior da Imprensa da Academia Real da História. — *A. P.*
—— — Monumentos Nacionais. — *A. P.*
—— — Nova leitura da «Noticia de torto». — *R. L.*
—— — Em volta de Bocage. — *A. H. P.*
—— — Os familiares do Santo Oficio em Vila Rial. — *A. H. P.*
—— — D'Artagnan numa carta de D. Luís da Cunha. — *A. H. P.*
—— — Apontamentos de viagem de Herculano pelo país em 1853 e 1854. — *A. H. P.*
—— — Bibliotecas do paço episcopal e Seminário de Portalegre. — *A. B. A. P.*
—— — Capitulos do concelho de Elvas apresentados em cortes com um prologo de Pedro A. de Azevedo. — 1 vol.
1915 — Parecer acêrca da publicação do manuscrito apresentado à Academia pelo sr. Victor Ribeiro. — *B. 2.ª C.*
—— — Cristãos-novos de Lisboa que estavam ausentes da cidade em 1614. — *B. 2.ª C.*
—— — Uma certidão de casamento datada de 1538. — *B. 2.ª C.*
—— — Aplicação do rendimento da venda do assúcar da ilha da Madeira em 1517. — *B. 2.ª C.*

1915 — A inquisição em Tanger durante a ocupação inglesa. — *B. 2.ª C.*
—— — Denúncia contra os cristãos novos de Londres e contra o embaixador português naquela corte. — *B. 2.ª C.*
—— — Algumas palavras sôbre o ensino em Portugal no século XVI. *B. 2.ª C.*
—— — Correspondencia diplomatica entre España y la Santa Sede durante el pontificado de S. Pio V por D. Luciano Serrano (*apreciação critica*). — *R. H.*
—— — Historia da Misericordia de Goa, por J. P. Ferreira (apreciação critica). — *R. H.*
—— — El Consejo Supremo de Aragón en el reinado de Filipe II... por Carlos Riba y Garcia (apreciação critica). — *R. H.*
—— — Expedições e armadas nos anos de 1488 e 1489 por Anselmo Braancamp Freire (apreciação critica). — *R. H.*
—— — Historia da administração publica em Portugal nos seculos XII a XV por Henrique da Gama Barros (apreciação critica). — *R. H.*
—— — O problema das Bibliotecas em Portugal... por A. P. de Bettencourt Athayde (apreciação critica). — *R. H.*
—— — Historia do Brasil, de J. Armitage (apreciação critica). — *R. H.*
—— — Um documento de historia insulana. — *R. H.*
—— — Ano e meio de vida do Arquivo dos Feitos Findos. — *A. B. A. P.*
—— — Documentos das chancelarias reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos publicados por ordem da Academia das Sciencias de Lisboa. Tomo I. Coimbra.
1916 — A inquisição em Mazagão em 1607 e 1609. — *R. H.*
—— — Documentos sobre Fernão de Albuquerque (41.º Governador da India). — *R. H.*
—— — Historia da literatura Portuguesa, III. Os seiscentistas, por Teófilo Braga (apreciação critica). — *R. H.*
—— — O marquez de Pombal e o Santo Officio da Inquisição, por Jordão de Freitas (apreciação critica). — *R. H.*
—— — Fernão Lopes: — Um documento inédito. — *R. H.*
—— — A respeito de Manuel da Maia. — *R. H.*
—— — El cónclave de 1774 a 1775... por Enrique Pacheco y de Leyva (apreciação critica). — *R. H.*
—— — Kurs der Magellanschen Flotte durch die indische Inselwelt auf der ersten Erdumseglung 1519, por Oskar Koelliber (apreciação critica). — *R. H.*
—— — Parecer acêrca do uso do morabitino em Portugal, a fim de sa-

tisfazer uma consulta do sr. Manuel Francisco Vargas. — *B. 2.ª C.*

1916 — Irregularidades da limpeza de sangue dos familiares de Vila Rial. — *A. H. P.*

——— — Parecer acêrca da forma prática que pode tomar a iniciativa da Academia junto dos poderes públicos, para salvar os arquivos existentes na colónia portuguesa de Macau. — *B. 2.ª C.*

—— — Herculano e os «Diplomata». — *B. 2.ª C.*

—— — A ortografia na Academia das Sciências em 1782. — *B. 2.ª C.*

—— — Ténues vestigios da lingua portuguesa na colónia dos Camarões. — *B. 2.ª C.*

—— — Ainda o paleógrafo João da Cunha Taborda. — *B. 2.ª C.*

—— — Para a vida do barão de Eschwege. — *B. 2.ª C.*

—— — A propósito da antiga livraria dos Jerónimos (Lisboa). — *B. 2.ª C.*

—— — Fragmentos de um tratado de Teologia. — *R. L.*

—— — Creação de um arquivo distrital em Vila Rial. — *A. B. A. P.*

1917 e seguintes — O engenheiro Manuel da Maia e a Torre do Tombo. — *A. P.*

1917 — Um documento a respeito do copeiro de D. Affonso II. — *R. H.*

—— — O traslado da carta de D. Afonso IV ao Papa Clemente VI sôbre as Canárias, existente em Roma. — *B. 2.ª C.*

—— — Rol dos cónegos regrantes de Santo Agostinho, por D. Gabriel de S. Maria. — *B. 2.ª C.*

—— — Acêrca de Pombal. — *B. 2.ª C.*

—— — A inquisição em Ceuta e Tanger no principio do século XVII. — *B. 2.ª C.*

—— — As cartas de criação de cidade concedidas a povoações portuguesas. — (Separata do *B. 2.ª C.*).

1918 — Farça que se representou no sitio de N. S.ª do Cabo no século XVIII. — *B. 2.ª C.*

—— — Viagem á Ilha de «Solistionis» (ms. do século XIV). — *B. 2.ª C.*

—— — D. Afonso V e a Ordem da Torre e Espada. — *B. 2.ª C.*

—— — O calvinista português Ferreira de Almeida. — *B. 2.ª C.*

—— — Três procurações do abade Correia da Serra. — *B. 2.ª C.*

—— — As pedras preciosas de Lisboa (Belas) na Historia. — *A. P.*

—— — Tomé de Souza e sua familia. — *R. H.*

—— — Fanatismo administrativo. — *R. H.*

—— — Os bracaros (Ensaio historico). — *L.*

—— — O estado actual da origem do alfabeto. — *B. 2.ª C.*

1919 — Apelidos hespanhóis em Portugal. — *B. 2.ª C.*

—— — Um embaixador abissinio em Portugal em 1452. — *B. 2.ª C.*

—— — Os cartórios da Inspecção de Finanças de Lisboa destruidos pelo recente incêndio. — *B. 2.ª C.*

—— — Raça, língua e Estado. — *L.*

—— — Noticias de viagem de Mazagão e dos seus primeiros governadores. — *R. H.*

—— — Doze cartas do Cardeal-Rei D. Henrique. — *R. H.*

1920 — A Paleografia em Portugal. — *A. B. A.*

—— — Um inédito da colecção de Alcobaça. — *A. B. A.*

—— — Geoffroy Saint-Hilaire em Lisboa. — *B. 2.ª C.*

—— — Cohortes Bracaraugustanas e Lusitanas. — *B. 2.ª C.*

—— — Um alvitre prematuro. — *B. 2.ª C.*

—— — Um admirador de Bocage e do padre José Agostinho de Macedo. — *B. 2.ª C.*

—— — Correspondência diplomática de Francisco de Sousa Coutinho durante a sua embaixada em Holanda. Vol. I. 1643-46. Coimbra. De colaboração com o Dr. E. Prestage. Pub. por ordem da Academia das Sciências de Lisboa.

1921 — O Conde de Castelo Melhor envenenador. — *B. 2.ª C.*

—— — A respeito do novo escudo de Lisboa. — *B. 2.ª C.*

—— — Notas de um agente da policia do Marquês de Pombal. — *B. 2.ª C.*

—— — A sepultura de Tomé de Sousa. — *B. 2.ª C.*

—— — O nome Lusitânia em Romance. — *B. 2.ª C.*

—— — Parecer acêrca da candidatura do Sr. António Eduardo Simões Baião a sócio efectivo. — *B. 2.ª C.*

—— — Cartas de vila, de mudança de nome e do título de notável das povoações da Estremadura. Coimbra. Separata do *B. C. L.*

—— — O regulamento do Arquivo Histórico Militar (e comentário à resposta a essa crítica). — *A. B. A.*

—— — O Processo dos Távoras prefaciado e anotado por Pedro de Azevedo (o 1.º vol. dos *inéditos* das Publicações da Biblioteca Nacional. 1 vol.

1922 — Hábitos e costumes de portugueses, segundo observações de autores estrangeiros. (De colaboração com A. Reis Machado. — *R. L.*

—— — Registos paroquiais da Sé de Tanger, publicados por ordem da Academia das Sciências de Lisboa. I. (Casamentos de 1582 a 1678. Reconciliações de 1611 a 1632). Coimbra. De colaboração com o Dr. José Maria Rodrigues.

1924 — A instituïção do Govêrno Geral. — *H. C. B.*
—— — Os primeiros donatários. — *H. C. B.*
—— — «Catalogue of manuscripts and other objects of the museum of the public record office wish brief descriptive and historical notes» (crítica de história). — *Lus.*
—— — «Függer Zeitungen» (crítica de história). — *Lus.*
—— — «Os almirantes Pessanhas e sua descendência» (crítica de história). — *Lus.*
—— — Registos da freguesia da Sé de Lisboa desde 1563 até 1610, publicado por ordem da Academia das Sciências de Lisboa. Coimbra. De colaboração com o Dr. E. Prestage.
—— — Joseph Roger não é pseudónimo. — *A. B. A.*
—— — O livro 2.º da correspondência expedida e recebida pela Academia Real de História. — *A. P.*
—— — A respeito da pretendida bastarda de D. João VI. — *A. H.*
—— — Historia do descobrimento & conquista da India pelos portugueses por Fernão Lopes de Castanheda. 3.ª ed. conforme a a ed. princeps revista e anotada por P. de Azevedo. 1.º vol., livros I e II. (2.º vol. a sair, tendo ainda revisto a ultima folha). 1 vol.
1925 — Como entrou em 1842 um incunábulo na Biblioteca Nacional. — *A. B. A.*
—— — Uma versão portuguesa da historia natural das aves do séc. XIV. — *R. L.*
—— — Nosso Senhor dos Passos da Graça (de Lisboa) por P.e Ernesto Sales, prefaciado por Pedro de Azevedo. 1 vol.
1926 — Uma carta do vice-rei da India ao imperador do Japão. — *Lus.*
1927 — «Diálogo de Doctrina cristiana» (crítica de religiões). — *Lus.*
—— — Parecer acêrca da candidatura do Sr. Francisco Manuel Alves a sócio correspondente. — *B. 2.ª C.*
—— — Parecer acêrca da publicação das Instruções de D. Luís da Cunha a Marco António de Azevedo Coutinho. — *B. 2.ª C.*
—— — Novos documentos para a história da conjuração de Gomes Freire. — *B. 2.ª C.*
—— — Algumas palavras [acêrca de Luciano Pereira da Silva]. — *I.*
1927–1928 — Linhas gerais da história da diplomática em Portugal. — *I.*
1928 — Parecer acêrca da candidatura de Franz Hümmerich a sócio correspondente. — *B. 2.ª C.*
—— — O significado do «Esmeraldo de Situ Orbis». — *B. 2.ª C.*

Na Imprensa da Universidade de Coimbra tinha no prelo os seguintes trabalhos:

Documentos para a história marítima e comercial de Portugal nos reinados de D. Afonso IV a D. Duarte. No 1.º volume do *Arquivo de História e Bibliografia,* prestes a sair.

Documentos relativos ao descobrimento e colonização do Brasil durante o século XVI existentes em Arquivos Portugueses. Reviu 224 pág. Este volume faz parte da série, no prelo, editada pela Imprensa da Universidade de Coimbra — *Documentos para a História da Expansão Ultramarina dos Portugueses.*

BOLETIM DO INSTITUTO

ASSEMBLEIA GERAL DE 7 DE NOVEMBRO DE 1927

Aos 7 de Novembro de 1927 reüniu-se a Assembleia Geral do Instituto de Coimbra, sob a presidência do Prof. COSTA LÔBO.

Foram presentes os livros oferecidos e vária correspondência recebida de sociedades scientíficas, merecendo particular registo a oferta da *Sociedade Holandesa de Sciências,* de Haarlem, constituída pelas *Obras Completas* de Cristiaan Huygens, e por alguns vols. dos *Archives néerlandaises de physiologie de l'homme et des animaux.*

Pelos secretários da comissão de redacção foi submetido à Assembleia o plano e condições materiais de papel, formato e tipo das *Memórias do Instituto de Coimbra,* a entrar no prelo, tendo sido inteiramente aprovado o trabalho apresentado.

Procedeu-se, por fim, à eleição de sócios, a qual deu o seguinte resultado:

SÓCIOS CORRESPONDENTES NACIONAIS

Dr. FRANCISCO GENTIL, Prof. da Faculdade de Medicina de Lisboa.

JAIME SANCHES CÂMARA, escritor.

SÓCIOS CORRESPONDENTES ESTRANGEIROS

Frederick J. Gould, publicista, antigo secretário do *Comité* Executivo do Congresso Internacional de Educação Moral.

Francesco Orestano, publicista, Prof. da Universidade de Palermo.

Juan de Contreras, Marquês de Lozoya, publicista, Prof. da Universidade de Valência.

Conde Carton de Wiart, antigo Presidente do Ministério e Ministro da Instrução da Bélgica.

Pierre Nothomb, escritor.

De nada mais se tratou nesta sessão, da qual eu, Cabral de Moncada, lavrei a presente acta.

(aa.) F. M. da Costa Lobo.
Cabral de Moncada.

BIBLIOGRAFIA

A PROPÓSITO DE SUPER-LIBROS (1)

O crítico ilustre de *O Instituto* ao apreciar no penúltimo número o nosso modesto trabalho *Super-Libros Portugueses Inéditos*, opõe certas dúvidas no tocante a alguns que reproduzimos, dúvidas que não podemos deixar passar em julgado, a fim de colocar esta questão de *super-libros* nos seus devidos têrmos.

Ouçamos Paul Olivier: «Les superlibris: c'est par ce terme général qu'on désigne parfois toutes les marques, quelles qu'elles soient, dont les bibliophiles (e quaisquer outras entidades, ajuntaremos nós) se sont servis pour signaler à leurs contemporains oú à leurs descendants les livres qui leur ont appartenu» (2). Esta classificação, com o aditamento feito, corresponde em absoluto à nossa maneira de pensar. De facto, nós partimos do princípio de que tôda a marca de posse gravada na lombada ou nas pastas das encadernações, é um *super-libros*, quer se trate de chapas próprias ou de meros ferros de encadernador. Evidentemente que não vamos tomar tudo a àsmo como *super-libros*. Encadernações há, cujos brasões que ostentam não podem merecer tal classificação. Basta citar, por exemplo, as encadernações da obra *Memoirs of the Marquis of Pombal*, Londres, 1843, que apresentam nas pastas as armas do célebre ministro de D. José. São encadernações de Emprêsa,

---

(1) *O Instituto* é um periódico aberto a tôdas as opiniões, porém sem intuitos de polémica. Publicando as considerações do nosso prezado consócio Sr. Matias Lima, *O Instituto* não se furta nem à sua tradição nem à sua índole, mantendo-se, como é óbvio, alheio à divergência de critérios apresentados, e considerando o assunto, no seu aspecto particular, terminado. (*Nota da Redacção.*)

(2) *Essai de Répertoire des Ex-Libris et Fers de Reliure des Bibliophiles du Velay*, etc. pág. 1.

devendo os brasões que as ornamentam serem considerados como motivos apropriados, e nunca como *super-libros*. Esta aplicação de brasões é freqüente no estrangeiro, nomeadamente em França, nas encadernações das obras que tratam de vultos históricos. Lembram-nos as magníficas encadernações de Meunier e de outros artistas, feitas expressamente para as obras referentes a Napoleão — encadernações que ostentam na lombada e nas pastas os emblemas heráldicos do famoso imperador, um dos maiores génios guerreiros de todos os tempos.

Feito êste indispensável prólogo, com o qual quisemos definir com a possível clareza o nosso critério a respeito de *super-libros*, entremos pròpriamente, pois já é tempo, na defeza do nosso despretencioso trabalho *Super-Libros Portugueses Inéditos*. Parece ao ilustre crítico que o apreciou, que nêle fomos longe de mais, dando como *super-libros* «meros agrupamentos de ferros de encadernador dispostos casualmente, e simples rótulos de livros de registos onde de-certo a vontade e o gôsto das comunidades ou associações suas possuïdoras (que de ordinário tinham os seus emblemas privativos em ferros próprios) em nada intervieram». Cita-nos o ilustre crítico a soma respeitável de 27 *super-libros*, podendo até ter engrossado a cifra, pois ainda alguns outros que ficaram fora do *Index Expurgatório* sem sabermos porquê, estão precisamente nas mesmas circunstâncias dos primeiros.

Analisemos: Onde viu o ilustre crítico simples rótulos de livros dados como *super-libros*? Na primeira encadernação que reproduzimos está efectivamente um: *Acordãos do Juizo de Almotaçaria*, — mas êste rótulo não o demos (puéril será dizê-lo) como *super-libros*, mas sim o brasão que lá se vê, gravado a sêco na parte superior da pasta. Os *super-libros* Almas de Belém e o da Irmandade de Nossa Senhora da Consolação da Agoalva serão porventura menos rótulos de registos? Seriam se lá víssemos: *Livro dos irmãos das Almas de Belém*, ou quaisquer outras designações análogas. De resto, já um *super-libros* da mesma espécie foi reproduzido na *Revista de Ex-Libris Portugueses*, a pág. 157 do vol. II. Há simplesmente a destacar nesta altura um *super-libros* susceptível de certo reparo — o da M.ª Joana Teresa de S. José. Poderia ser considerado um simples rótulo se ao título da obra: *Contas da Madre Provizora*, se seguisse logo o nome da referida madre. Êste, porém, está isolado, no extremo da pasta, noutra cercadura, e daí a razão de o darmos como *super-libros*. Mas *super-libros* há, como os da Irmandade do Têrço, que não admitem dúvida alguma.

Pois serão acaso meros agrupamentos de ferros de encadernador, dispostos *ad hoc*, casualmente? Decididamente que não, pois tanto a

vontade da Irmandade interferiu nesses *super-libros*, que lá se vê em todos a sua bela legenda: *Charitas*, e no último as suas armas privativas, como ainda hoje são usadas.

Iguais comentários fazemos aos *super-libros* da Ordem Terceira do Carmo, do Pôrto, os quais, exceptuando o primeiro — e êste mesmo é uma verdadeira marca de posse — nada têm que ver com ferros de encadernador, pois além de ostentarem as armas da Ordem, são em metal aplicado. Mas a nossa estranheza sobe de ponto ao vermos também envolvido na mesma teia de dúvidas o *super-libros* do Convento de Santa Cruz de Coimbra. Evidentemente (é necessário pôr os pontos nos ii) que a jarra que está entre o S e a cruz é um ferro de encadernador, um simples motivo decorativo da lombada — motivo que figura apenas na reprodução que demos por necessidade fotográfica.

De resto, um autêntico *super-libros*. O Convento de Santa Cruz usava-o freqüentemente, ora como o reproduzimos, ora com o S entrelaçado na cruz, como se vê na obra do Dr. Joaquim Martins Teixeira de Carvalho: *A Livraria do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, a pág. 134 e 136. Usava também o mesmo motivo da cruz no seu *ex-libris*, reproduzido igualmente na citada obra e no *Archivo de Ex-Libris Portugueses*, a pág. 128 do vol. VII, pelo general Francisco Augusto Martins de Carvalho. O sr. Dr. Assis Teixeira na sua interessante (1) série de artigos que vem publicando no *Correio da Manhã*, reproduziu um belo *super-libros* do mesmo convento, usado no primeiro quartel do século dezoito. É um escudo oval, partido em pala. Na primeira, as armas do Reino, e na segunda *uma cruz arvorada com um S entrelaçado*, ladeada por dois anjos. O sr. Dr. Assis Teixeira diz a êste respeito: «Êste motivo da cruz com um S entrelaçado (2) foi muito empregado no mosteiro de Santa Cruz.

Aparece a decorar as faianças ordinárias do convento; acha-se bordado em alguns paramentos que lhe pertenceram; encontra-se, como *super-libros*, gravado, na lombada das encadernações de muitos manuscritos, e, a oiro, nas pastas de algumas encadernações de luxo», etc. Não, meu ilustre crítico; não pode haver dúvidas sôbre êste *super-libros*

---

(1) Interessante e valiosa, pois a nota heráldica e genealógica é tão sàbiamente aprofundada que só encontramos similar nos brilhantes trabalhos super-librísticos do sr. Conde de Castro e Sola.

(2) E sem ser entrelaçado, como verificamos em grande número de encadernações que nos passaram pelas mãos.

É indiscutível. E poderá havê-las também sôbre os *super-libros* dos conventos de Vilar de Frades e Santa Marinha da Costa (1), conventos que possuíam excelentes livrarias, vendo-se as suas marcas de posse em tantas encadernações que a Biblioteca Pública de Braga possui? E sôbre os *super-libros* da Madre Teresa de Jesus Maria, e de D. Joana Vitória do Nascimento (2)? Ricos nos seus ornamentos e preciosos nos seus dizeres, são de exigência completa, como diria Joaquim de Araújo. Por certo que reproduzimos na nossa desvaliosa obra alguns *super-libros* de feição mais ou menos singela, como os de Fr. Manuel de Lacerda, D. João dos Santos, P.e Francisco Pereira dos Reis (3), Manuel Ferreira Camelo (4) e vários outros que entram na lista condenatória. Não deixam, porém, de ser *super-libros* (5), tendo entrado no nosso estudo pela cercadura que os ornamentam. É tempo de finalizar. Julgamos ter provado, suficientemente, a sem razão das dúvidas lançadas sôbre vários *super-libros* reproduzidos na nossa obra. Não há nela simples rótulos de registos dados como *super-libros*. Há puramente *super-libros*, mòrmente os que são apontados como casuais ferros de encadernador, onde, de-certo, não intervieram as entidades suas possuïdoras, como parece ao ilustre crítico. Êste *parece* parece-nos temerário. Poderiam ter intervindo ou não. Seria necessário adivinhar...

---

(1) *Super-libros* desta índole acham-se reproduzidos na bela obra do sr. Conde de Castro e Sola: *Super-libros Ornamentais*, bastando citar o do Convento da Castanheira, a pág. 85. Apraz-nos estar em tão categorizada companhia.

(2) Já classificado como *super-libros* no *Catálogo de Alguns Livros Raros e Curiosos*, de Armando Tavares, a pág. 39 — catálogo impresso em Lisboa em 1926 e prefaciado pelo distinto bibliógrafo sr. Henrique Ferreira Lima. Há a notar, porém, a troca do primeiro nome da sua possuïdora, que é Joana e não Ana, como erradamente se vê no catálogo.

(3) Possuímos várias encadernações com iguais *super-libros*. Ferros casuais de encadernador? Achamos casualidade de mais...

(4) A *Revista de Ex-Libris Portugueses*, a pág. 3 do vol. 3.º, reproduz uma variante dêste *super-libros*. A sua inclusão numa revista da especialidade comprova a sua autenticidade e reforça a nossa defesa.

(5) Como os de carácter simples, com meros nomes nas pastas. Estes, porém, não nos prendem, dada a sua vulgaridade e pobreza de ornamentação.

Mas, ainda que assim fôsse, (levamos a nossa conclusão mais longe) êsses *super-libros* ficaram a atestar pelos tempos fora, uma evidente marca individual ou colectiva — uma posse. Conseqüentemente, como *super-libros* deverão ser considerados.

Janeiro de 1928.

MATIAS LIMA.

Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa (1530-1532), 2 volumes Série «Eduardo Prado» — Editor — Paulo Prado — Rio de Janeiro, Tipografia Leuzincer. 1927.

O doutor Pedro Nunes conta no seu *Tratado sobre certas dúvidas da navegação* que «falando com Martim Afonso de Sousa sôbre a navegação que fez per as partes do sul», êste lhe expôs os processos empregados na sua viagem, latitudes observadas, rotas, etc. Martim Afonso de Sousa fez ainda a Pedro Nunes preguntas sôbre dúvidas que trazia, de fenómenos observados durante a viagem.

As preguntas de Martim Afonso de Sousa tiveram o mérito de levar Pedro Nunes ao estudo da curva loxodrómica.

Martim Afonso de Sousa saiu de Lisboa em 3 de Dezembro de 1530, na armada do comando do seu irmão Pero Lopes de Sousa, principalmente com o fim de explorar o litoral brasileiro, expulsar os corsários franceses que então navegavam naquelas regiões e lançar os fundamentos da colonização das terras já conhecidas.

Regressou a Lisboa em Agôsto de 1533, depois de mais de dois anos de ausência.

Pero Lopes de Sousa escreveu então um *Diário* desta viagem, conservado em manuscrito até o ano de 1839 em que Varnhagem o publicou.

O mesmo autor publicou depois sucessivas edições da mesma obra, sendo a 4.ª edição do ano de 1867. A edição que agora aparece é a 5.ª e reproduz fielmente o texto das duas últimas de Varnhagem.

É seu autor o capitão de corveta graduado da armada brasileira, Eugénio de Castro.

O livro abre com um prefácio de Capistrano de Abreu e faz parte de uma colecção de publicações da série «Eduardo Prado», editadas por Paulo Prado, «para melhor se conhecer o Brasil».

No limitado espaço de que dispomos não podemos dar desenvolvida notícia da obra e por isso nos limitamos a uma simples referência dos assuntos tratados em cada um dos capítulos.

Eugénio de Castro inicia o seu extenso trabalho pela biografia de Martim Afonso de Sousa e de Pero Lopes de Sousa. Em seguida analisa os antecedentes históricos da expedição.

O Capítulo I compreende um desenvolvido estudo sôbre a «arte de navegar e os tipos de navios na expedição de 1530», em que o autor se mostra conhecedor das modernas obras de investigação histórica da sciência náutica dos descobrimentos.

Segue-se o texto do *Diário da navegação*, dividido em vários capítulos, que reünem também uma grande parte do trabalho de Eugénio de Castro, compreendido em sucessivas e eruditas notas e comentários ao texto do *Diário*.

Servindo-se da Cartografia antiga da costa brasileira (Reinel, Gaspar Viegas, Diogo Ribeiro, Juan de la Cosa, etc.), o autor corrige muitas conclusões dos trabalhos de Varnhagen, de d'Avezac e de outros autores.

Ao estudo das obras que tratam do assunto, Eugénio de Castro junta os conhecimentos próprios da sua profissão, auxiliados ainda pelo perfeito conhecimento do litoral brasileiro, adquirido em repetidas viagens marítimas. Tudo isto leva-o a fazer, muitas vezes, judiciosas considerações sôbre alguns passos do texto do *Diário*, sobretudo na identificação dos diferentes pontos da costa.

O volume II da obra compreende diferentes documentos, além de 14 esbôços cartográficos com os traçados aproximativos da derrota da armada de Martim Afonso de Sousa, desde a sua saída de Lisboa, e compreendendo as derrotas feitas ao longo da costa brasileira, com indicação minuciosa de tôdas as singraduras.

Finalmente, êste volume termina pela reprodução das cartas de marear de Reinel (1516?), Diogo Ribeiro (1529), e Gaspar Viegas (1534).

É mais um trabalho digno de estudo que vem enriquecer a bibliografia dos descobrimentos dos portugueses.

O *Instituto* agradece o exemplar oferecido.

A. B.

VÁRIA

Juízos críticos sôbre a edição do livro de Juan de Valdés — *Diálogo de Doctrina Cristiana. Reproduction en fac-simili de l'exemplaire de la Bibliothèque Nationale de Lisbonne (Ed. d'Alcalá de Henares, 1529), avec une introduction et des notes par Marcel Bataillon.* Coimbra, Imprensa da Universidade. 1925. 1 vol. in-8.º de 322 p. + CVIII fls. Preço 30$00.

Em 1925 a Imprensa da Universidade de Coimbra incluíu entre as suas edições êste notável e raríssimo livro, acompanhado duma sábia e penetrantíssima introdução pelo insigne hispanista e lusófilo sr. Prof. Marcel Bataillon. *O Instituto* honra-se inserindo, com a devida vénia, a colectânea dos juizos críticos que esta edição suscitou, alguns dos quais são subscritos por eminentes especialistas, de renome europeu.

I

Érasme et Juan de Valdès, d'après une publication récente

M. Marcel Bataillon a eu la bonne fortune de découvrir, à la Bibliothèque Nationale de Lisbonne, le *Diálogo de Doctrina Cristiana*, publié par Juan de Valdés, en 1529, à Alcalá de Henares. L'édition qu'il nous donne de cet exemplaire probablement unique mérite de retenir longuement l'attention des hispanisants, comme des historiens de la pensée religieuse au XVI^e^ siècle. Juan de Valdés ne saurait plus en effet, M. Bataillon l'a démontré dans un travail antérieur, — passer pour l'auteur du *Diálogo de Mercurio y Carón*, qu'on doit restituer à son frère Alonso. Le *Diálogo de Doctrina Cristiana* est, — autant que l'on sache —, le seul ouvrage qu'il ait jamais confié à un imprimeur. Ses autres livres, l'*Alphabet chrétien*, les *Cent-dix Considérations*, les com-

mentaires de saint Paul, la traduction et le commentaire de l'Évangile selon saint Mathieu et du Psautier, sont posthumes. Les deux premiers, publiées en italien, ne parurent que grâce au prosélytisme des disciples italiens du maître; les protestants espagnols de Genève divulguèrent le saint Paul; les deux derniers n'ont vu le jour qu'en 1880. Le *Diálogo de Doctrina Cristiana* contient la première expression de sa pensée. Plus tard, à Naples, lorsque Valdés devint, selon la définition de Celio Secondo Curione, docteur et pasteur de personnes nobles et illustres, elle put se préciser, se développer, s'approfondir, au contact d'âmes ardentes et choisies; mais quand il composait pour Julie de Gonzague l'*Alfabeto cristiano*, il n'oubliait pas le petit livre écrit en Espagne pour de plus humbles lecteurs. On y trouve donc, nettement affirmées les doctrines de cet érasmisme espagnol, encore si vigoureux à l'Université d'Alcalá comme à la chancellerie de Charles-Quint, et destiné pourtant, avant dix ans, à succomber. Or l'érasmisme espagnol n'est que l'une des manifestations, la plus libre et la plus hardie, de l'érasmisme européen. L'Espagne n'a connu que de loin la Réforme allemande; elle n'avait pas dépassé l'érasmisme, lorsque déjà les premiers Réformés français préféraient à Luther les sacrementaires de Bâle, de Zurich et de Strasbourg; suivies pendant vingt ans par des logiciens passionnés, les doctrines d'Érasme y ont, plus complètement qu'ailleurs, pu subir l'épreuve de la pratique religieuse, et, de la sorte, révéler leur force ou leur faiblesse. Mais l'érasmisme, qui soutient la pensée de Valdés, ne l'explique pas tout entière. Une mystique, fondée sur l'expérience intime de la grâce agissant dans la conscience, s'accorde chez lui avec la critique érasmienne. Cette mystique procède essentiellement de l'illuminisme: toutefois quelques passages de l'*Enchiridion militis christiani*, rédigés par Érasme sous l'influence probable de Pic de la Mirandole, y conduiraient aisément. Or, M. J. Baruzi nous a démontré qu'une étude sur les origines de la mystique orthodoxe ne peut négliger les illuminés ou la piété valdésienne (1)

L'auteur du *Diálogo* trouva, dans la petite ville castillane d'Escalona, son initiation religieuse. Il servait le marquis de Villena, auquel il dédia son premier ouvrage. M. Bataillon nous introduit chez ce grand seigneur, attiré par le plus haut idéal chrétien, et qui, en 1527, recevait de Francisco de Osuna la dédicace de ce *Tercer Abecedario*, où la tra-

---

(1) Baruzi (Jean): *Saint Jean de la Croix et le problème de l'expérience mystique*. Paris, 1924, in-8.°; p. 144 et 145, n.° 1; p. 253–254.

dition de la mystique franciscaine allait bientôt révéler à sainte Thérèse l'oraison de recueillement. Sa piété restait singulièrement libre : il s'affligeait, la même année, de ne pouvoir défendre personnellement les œuvres d'Érasme devant la commission théologique de Valladolid. Mais aussi bien qu'avec la mystique d'Osuna, l'érasmisme, dans sa maison, s'accordait avec la piété des *alumbrados*, qui se réunissaient autour de Pedro Ruiz de Alcaraz, pour lire les Épîtres, les Évangiles, converser de choses spirituelles, et sûrs d'un contact direct avec le divin, négligeaient les sacrements de l'Église catholique sans toutefois rompre avec elle. Ce christianisme illuminé ne contredisait pas le libre catholicisme qu'Érasme avait enseigné dans l'*Enchiridion;* il ne s'alliait à aucun sentiment de protestation antiromaine, et, par là, peut se comparer à l'évangélisme français, tel qu'il apparut autour de Lefèvre d'Étaples et de Marguerite de Navarre. Ainsi Juan de Valdés, à Escalona, développait les enseignements d'Érasme. Inscrit, peut-être avant 1527, à l'Université d'Alcalá, d'où rayonnait la pensée du maître, il apprit à lire en grec les Évangiles et saint Paul, sans renoncer pourtant à compléter la critique érasmienne par une doctrine d'abandon à la grâce divine. Cependant, en 1527, les moines mendiants, à Valladolid, s'efforçaient d'obtenir la condamnation de la théologie libérale ; le dialogue, tout érasmien, de Lactance et de l'Archidiacre, composé par Alonso de Valdés au lendemain du sac de Rome, était déféré au Saint Office. Mais l'Inquisiteur général, Manrique, archevêche de Séville, tolérait la lecture de l'*Enchiridion* et des *Colloques*. Juan de Valdés put rédiger son *Diálogo*, qui, le 14 janvier 1529, sortit, anonyme, des presses de Miguel de Eguía. Si le livre, presque aussitôt, fut dénoncé à l'Inquisition, les juges délégués par Manrique se bornèrent à demander, pour une nouvelle impression, quelques retouches, et adressèrent au Conseil suprème un rapport bienveillant. Les ordres monastiques exerçaient toutefois, du haut de la chaire et au tribunal de la pénitence, une censure assez puissante pour détourner les fidèles des ouvrages dangereux. On prêcha contre Valdés ; l'Inquisition finit par instruire contre lui un procès dont deux lignes de Llorente résument le dossier perdu. Mais, dès août 1531, il avait trouvé asile à Rome.

Le livre est essentiellement un catéchisme érasmien. Il exprime de façon sommaire «les tendances que l'Espagne érasmisante, écrit M. Bataillon, n'eut pas le temps de traduire en œuvres durables (1)». La forme

---

(1) P. 95.

en est empruntée aux *Colloques*. Juan s'y cache sous le nom significatif d'Eusèbe, que porte l'hôte évangélique du *Colloquium religiosum*. Antrone, le curé ignorant, a reçu de l'auteur un nom qu'Érasme réserve aux esprits les plus obscurs. Pour placer sa docrine sous le patronage d'une sainte mémoire, c'est à l'archevêque de Grenade, Pedro de Alba, qu'il confie le rôle de critiquer les abus et d'exposer la vrai foi. En deux chapitres particulièrement précieux de son Introduction, M. Bataillon étudie ce catéchisme; et les notes dont le texte est accompagné répandent, sur toutes les questions d'histoire intellectuelle et religieuse qu'il peut poser, la plus abondante lumière. Les chercheurs qui se plaisent à noter par quelles dégradations à peine perceptibles, avant les canons et les décrets de Trente, l'orthodoxie se distinguait de l'hérésie, ou qu'attirent les origines de la mystique espagnole du XVI^e^ siècle, liront de près les pages où M. Bataillon montre, avec tant d'exactitude et de finesse, comment Valdés s'est approprié le catholicisme évangélique d'Érasme, dont la pensée représentait alors pour l'Espagne la liberté religieuse, orthodoxe et licite, et comment, en même temps, il était emporté par un élan qui l'entraînait plus loin qu'Érasme, vers une forme de religion toute mystique, personnelle et indépendante (1).

C'est à lui qu'il doit et sa critique, d'ailleurs volontairement modérée, de la médiocrité des clercs, et son dédain mal dissimulé de la piété formelle, superstitieuse et judaïque dénoncée dans l'*Enchiridion*, et le commentaire explicatif du Credo, qu'il tire, presque littéralement, du Colloque *Inquisitio de Fide*. C'est d'après lui qu'il expose l'Oraison dominicale. Ce sont ses livres, particulièrement les *Colloques* et l'*Enchiridion*, qu'il recommande aux lecteurs chrétiens, avec les *Epistolas y Evangelios* de Montesino, la *Vita Cristi* du chartreux Ludolphe, avec l'*Imitation*, les Épîtres de saint Jérôme, les *Moralia* de saint Grégoire, et quelques petits traités de saint Augustin. Comme lui, il s'élève contre les prédicateurs qui torturent et corrompent le texte sacré de l'Écriture peur le plier à leur sens humain, prêchent de faux miracles et certains dévotions suspectes pour servir leurs intérêts maudits et diaboliques. Très hardiment, il affirme que les revenus du clergé ne se justifient que par l'obligation d'instruire et d'édifier. Conformement à la pensée d'Érasme, il affirme que nulle pratique ne peut tenir lieu de l'accomplissement de la loi divine. Trop de fidèles se croient en règle avec elle

---

(1) P. 148, 150.

parce qu'ils portent un chapelet pendu à leur dague, un livre de prières en leur manche, entendant la messe chaque jour. Mais il n'y a pas de recette pour gagner le ciel. La confession et l'abstinence ne possèdent par elles-mêmes aucune vertu sanctifiante. La véritable abstinence chrétienne est de s'abstenir du péché. La confession quotidienne de l'âme à Dieu la purifie devantage que la confession auriculaire à laquelle le fidèle est obligé une fois l'an. Sans doute Valdés reste trop érasmien pour opposer les préceptes de l'Évangile aux commandements de l'Église. Du moins, dans ces règles contingentes, il ne reconnait qu'une discipline utile à l'homme extérieur; il marque fortement le contraste de l'ordre charnel, afin que le chrétien comprenne en quoi consiste la liberté évangélique et jusqu'où elle s'étend.

Mais déjà Valdés ne se contente plus des enseignements d'Érasme. «Ce qu'il y avait d'un peu facile, dit M. Bataillon, dans la pensée du grand humaniste chrétien, devait laisser insatisfaite toute cette partie de son être qui voulait croire difficilement (1)». Tandis que, selon Érasme, la nature humaine, adhérant librement à la volonté divine, conçoit l'horreur du mal avec assez de force pour s'en détourner, et participe au bienfait de la Rédemptiom sans pourtant se sentir écrasée en présence du Médiateur divin, Juan de Valdés, moins humaniste, et qui, à Escalona, s'est pu trouver en contact avec la mystique franciscaine et l'illuminisme, ressent plus tragiquement la détresse du pécheur. «Se savoir misérable et se savoir obligé à la perfection, tel est pour Valdés le fécond paradoxe qui nourrit sans cesse la vie en Christ (2)». L'homme spirituel, du fond de sa déchéance, ne cesse de compter sur le secours divin. Ce n'est pas à tort que les adversaires d'Érasme, catholiques ou protestants, l'accusent de pélagianisme, et d'attribuer à la volonté humaine une part excessive dans la justification. Élève du spiritualisme antique et de la raison cicéronienne, il n'avait jamais véritablement approfondi la doctrine de la grâce. Mais Valdés, conduit par la critique érasmienne à la religion du pur esprit, se trouvait en accord, sur la notion fondamentale où s'appuie tout christianisme, le don gratuit de l'aide divine à la créature déchue, avec Luther dont il ne connaissait guère que le nom, et qu'il ne devait jamais suivre jusqu'au schisme. La formule de Luther dans le Commentaire de l'Épître aux Romains: — *Simul peccator et justus* —, eût assez bien traduit sa pensée (3). La

(1) P. 149.
(2) P. 133.
(3) P. 127, n. 2.

doctine de la justification par la foi, qui d'ailleurs chez lui reste génératrice d'œuvres, se dégage à demi du *Diálogo*. De même, la méditation de la grâce allait conduire Valdés à ce mysticisme de ses années napolitaines, qui ne cessa jamais de s'accorder avec l'illuminisme de ses amis d'Escalona. Déjà, dans le *Diálogo*, se définit une méthode de vie intérieure; méthode irréductible à celle que, dans les *Exercices* d'Ignace de Loyola, s'applique surtout à considérer les souffrances de Jésus. Valdés ne voit là qu'imaginations vaines et stériles. Il préfère contempler la suprême bonté, la grandeur, la miséricorde de Dieu, et venir par cette voie à la connaissance de son propre néant. Les règles qu'il dicte aux débutants pour éprouver en leur conscience la force de l'amour divin, laissent pressentir, par l'impérieuse netteté de leurs antithèses, saint Jean de la Croix. «Siempre hallareis, por muy bueno que a vuestro parescer seais, que os falta algo y aún mucho; y quando os paresciere que no os falta nada, tened por cierto que os falta todo (1)». Ainsi, dès le *Diálogo*, Valdés a pu dépasser Érasme; entre le *Diálogo* et l'*Alfabeto* il l'oubliera. Les lectures qu'il conseille à Julie de Gonzague rappellent assez bien celles que l'archevêque recommande à Antrone; mais il ne cite plus l'*Enchiridion* ni les *Colloques;* et la méditation qu'il consacre au symbole est celle d'un homme arrivé à la connaissance de Dieu par le Crist. Nulle pensée toutefois, conclut M. Bataillon, n'était moins tyrannique que celle d'Érasme; et Valdés pouvait le laisser en arrière sans renier l'impulsion libératrice qu'il avait reçue de l'*Enchiridion* et des *Colloques* (2).

---

(1) F° XXXIX 2° et p. 201, n. 2. — Ce texte rappelle les admirables versets par lesquels se termine, dans la *Subida del Monte Carmelo*, le ch. XIII du livre I; *Obras del mistico doctor San Juun de la Cruz*; Edición crítica... con introducciones y notas del Padre Gerardo de San Juan de la Cruz; Tolède 1912–1914, 3 vol. in 8.°; t. I, p. 90–91 :

Para venir á gustarlo todo,
no quieras tener gusto en nada.
Para venir á saberlo todo,
no quieras saber algo en nada.
Para venir á poseerlo todo,
no quieras poseer algo en nada.
. . . .
. . . . . .
Porque si quieres tener algo en todo
no tienes puro en Dios tu tesoro.

(2) P. 151–152.

J'ai voulu signaler simplement, en historien, l'intérêt capital de cette Introduction et de ces Notes, où l'exactitude de la méthode, la solidité du savoir, s'allient à la pénétration psychologique et à l'art délicat de l'expression. Les hispanisants loueront sans doute la technique parfaite de l'édition, et tireront profit de l'Index où M Bataillon a soigneusement catalogué les particularités propres au langage de Valdés. Cette belle publication nous permet d'attendre avec confiance le livre que l'auteur nous donnera bientôt sur la question, capitale pour les hispanisants comme pour les historiens, de l'érasmisme espagnol.

A. Renaudet.

(*Bulletin Hispanique*, t. XXIX, n.° 3 Julho-Setembro 1927).

II

Ce texte précieux, reproduit en phototypie d'après un exemplaire probablement unique, est une contribution importante à l'histoire des *hétérodoxes* espagnols, des *alumbrados* et des érasmiens de la péninsula. Les deux cento pages d'introduction dont M. Marcel Bataillon le fait précéder, à la fois pleines de pensée et d'une rare finesse psychologique, comptent parmi les études pénétrantes que l'on nous ait récemment données sur le sens réel de l'érasmianisme, sur les limites qui le séparent de la réforme protestante; les notes qui éclairent le texte (p. 219-307) achèvent la démonstration.

H. Hz. (Henri Hauser).

Revue Historique, (Mars-Avril 1927, t. CLIV, p. 278).

III

Notas Bibliográficas

Por fin sale a luz este libro, largo tiempo esperado; un libro de capital importancia en la biliografía valdesiana. El texto, bellamente reproducido, merecía las densas páginas que le ha dedicado su editor. Esta introducción es lo más completo y exacto que poseemos sobre los

primeros años de Valdés, sobre su formación, sobre el principio de su vida espiritual. Y no sólo sobre Valdés; una de las más interesantes crisis de nuestra historia religiosa, los comienzos del reinado de Carlos V, en su doble aspecto — iluminismo, erasmismo —, ofrecen a Bataillon motivo para hacer sagaces consideraciones y poner a contribución los abundantes materiales allegados en nuestros archivos, que dan a muchas páginas del libro gran novedad.

La Introducción expone los primeros datos que sobre Valdés poseemos, los años pasados en Alcalá de Henares y el género de los estudios en aquella Universidad, la aparición del *Diálogo de doctrina* y las molestias que la Inquisición deparó a su autor. La parte biográfica cesa con la marcha de Valdés a Italia. Los capítulos siguientes sitúan el *Diálogo de doctrina* en su justa perspectiva histórica, analizan los elementos erasmistas que contiene, las ideas que aquí germinan y que más tarde informarán la religión valdesiana, y el valor literario del *Diálogo* — en este capítulo hay algunos párrafos sobre el *Diálogo de la Lengua*, de que luego hablaré —. Siguen las erratas del texto facsimilado, que son bastantes — el impresor Eguía trabajó con precipitación y mucho descuido —, un índice de las particularidades lingüísticas y las notas. La anotación del texto es abundante y detallada; recoge los pasajes de la obra valdesiana que desarrollan o rectifican estas ideas germinales que el *Diálogo de doctrina* contiene, y las opiniones contemporáneas que pueden servir de contraste, o las fuentes, sobre todo erasmianas, que Valdés utilizó. Estas notas contienen infinidad de detalles interesantes y apreciabilísimos que no es posible especificar aquí.

La lectura del libro origina primeramente un movimento de protesta, no contra B., por supuesto, sino contra nuestros eruditos. Los que con cualquier motivo hemos tenido que utilizar documentos inquisitoriales publicados de antiguo, experimentamos bastantes sorpresas al encontrarlos aquí de nuevo corregidos, completados o expuestos a muy diferente luz. Aludo todo sobre a las actas del proceso de Vergara, publicadas por Serrano y Sanz hace algunos años. Es lamentable esta falta de sentido de lo interesante. Pero ¿qué más? ¿No refirió Cotarelo poco ha, con la mayor inconsciencia, al diálogo de *Lactancio* el parecer sobre el de *Mercurio y Carón*, sometido por el Dr. Vélez al Santo Oficio, censura que ha sido justamente la base documental en que apoyó B. su atribución del segundo diálogo a Alfonso de Valdés, autor del primero? (1).

---

(1) *Cuestión literaria. ¿Quién fué el autor del Diálogo de la lengua?*, en *Buletin de la Real Academia Española*, 1920, VII, 183.

Los que alejados de los archivos centrales tenemos que trabajar sobre documentos impresos, acabamos por no saber a qué atenernos.

Sólo quisiera hacer aquí una consideración breve sobre el problema del *Diálogo de la lengua,* planteado de nuevo por el Sr. B. Si bien no comparte éste la absurda opinión del P. Miguélez, que lo supuso escrito por López de Velasco, cree atrevido afirmar que tengamos en él una obra redactada por Valdés mismo. Temo que lo ocurrido con el *Diálogo de Carón* sea causa de este escepticismo, que juzgo exagerado. Cierto, siempre cabe la duda, lo inverosímil puede ser cierto, pero si Valdés no es el autor, ¿en quién pensar? Está claro que la figura central es nuestro reformista, y B. no lo discute, sería «negar la evidencia». Sin embargo, «rien ne permet de savoir si la forme écrite sous laquelle nous possédons ce *Dialogue* es: l'œuvre de Valdés lui même ou d'un autre Espagnol de son cercle» (pág. 171). Pero ¿quiénes eran los españoles de su círculo? Desde luego, se trataría de señalar uno en estrecha intimidad con Valdés («un écrivain distinct de Juan de Valdés, mais alors combien proche de sa personne et de son cœur»), no un español cualquiera con quien nuestro dialoguista pudiera tener relación. Creo que el Sr. B ha olvidado al escribir estas palabras que esos españoles eran tan pocos y tan oscuros, que apenas puede tomárseles en cuenta. En Nápoles, ciudad española, obraba también la «inquisición inmanente». «Questi spagnuoli dicono che per quest'effetto si fuggì di Spagna Valdés», escribía Nino Sernini a Ercole Gonzaga, dándole cuenta de ciertas sospechas que cundían respecto a los valdesianos reunidos en Viterbo en torno al cardenal Pole (1). No pudo ignorar este incógnito español las tendencias religiosas de Valdés; en el *Diálogo* hay alusiones que no dejan lugar a duda. ¿En quién pensar, pues? Las largas listas reunidas por Amabile, los nombres que se citan en el catálogo de Corvisieri (2), las declaraciones de Tizzano, apenas traen más que tres o cuatro nombres de españoles; y de ellos sólo cierto Villafranca, que no sabemos quién fuese, parece haber gozado de la confianza de Valdés. Las posibilidades de que un valdesiano español fuera el autor disminuyen considerablemente. Si se añaden las semezanjas de expresión señaladas por Cotarelo, tendremos que convenir en que D. Fermín Caballero tenía razón cuando decía que pocos libros habrá en nuestra literatura atri-

---

(1) *Rivista storica mantovana*, 1885, I, 39.

(2) *Compendio dei processi del Santo Uffizio di Roma*, en *Archivio della società romana di storia patria*, 1880, III.

buídos a quien pasa por ser su autor con más sólidas razones. Tampouco son decisivas las desigualdades de estilo. Parece ser que hay ahora la tendencia a hacer de Valdés un prosista adocenado y sin relieve. Me permito manifestar aquí mi disconformidad. Valdés fué buen prosista, aunque desigual, porque es la lima lo que unifica el estilo, y él no tuvo ni tiempo ni necesidad de limar sus obras, destinadas a extranjeros que nada exigían del estilista. Además el tema condiciona el estilo, y no hay paridad entre el *Diálogo de la lengua*, amable eutrapelia, y una consideración divina o un ensayo exegético. Lo único cierto es que el *Diálogo* y no sólo él, ha sido pésimamente transmitido. Pero esto es otra cuestión.

El Sr. B. cierra su estudio con la ida de Valdés a Itália. Desde que nuestro místico se establece en Nápoles los problemas relacionados con su obra se complican de modo extraordinario. Uno de los libros más urgentemente necesarios es un fino análisis de lo que Valdés inspiró a los reformistas italianos y de lo que recibió de ellos. La enorme cantidad de material allegada desde hace más de medio siglo no puede satisfacerno ya. No nos basta saber que nuestro autor conoció a Vergerio, que inspiró — ¿en qué medida? — a Ochino, a Vermigli, a Flaminio o a Priuli; que a él le debieron, directa o indirectamente, sus ideas — ¿cuáles? — Pole y Morone, y mil detalles más. Nos hemos acostumbrado a verlo en la sociedad de elegantes damas, o como un *encartado* más en procesos inquisitoriales, y hoy conocemos su actitud, mejor dicho, su gesto, más que su actividad. El análisis que echamos de menos requiere del investigador una sagacidad extraordinaria, un seguro golpe de vista; habría que intentar en un frente más vasto algo tan exquisitamente minucioso como lo que ha conseguido B. en sus notas al *Diálogo de doctrina*. Nadie como él podría hacerlo. Quisiéramos ver en este último estudio un amplio preliminar del libro que al iluminar la figura del heterodoxo conquense proyectara viva luz sobre la reforma italiana; un libro que nos hiciera saber si Valdés fué allí un hereje más — hay libros que sólo le citan de pasada o no le citan — o si hay que poner en cabeza suya todo aquel interesante movimiento, o hasta qué punto contribuyó a él.

José F. Montesinos.

Revista de Filología Española, Tomo XIV, 127, Cuad. 2.º.

(Continua).

O Santo. Poema de Manuel da Silva Gaio, Coimbra. Imprensa da Universidade. 1927.

A Imprensa da Universidade de Coimbra, em comemoração do centenário do *Poverello,* além da reedição do raríssimo *Tratado da vida e Martirio dos cinco Mártires de Marrocos* (Coimbra, 1568), que em breve verá a luz pública, editou o poema *O Santo,* de Manuel da Silva Gaio. A crítica portuguesa saudou com louvor a notável criação poética e filosófica do alto espírito que é Manuel da Silva Gaio, a qual, ultrapassando a fronteira, acaba também de ser dignamente apreciada no *Giornale Dantesco* (ano de 1927), pela pena do ilustre crítico e profundo conhecedor da literatura mística, Prof. Guido Batelli, cujo juízo, com a devida vénia, nos permitimos reproduzir. *(N. da R.).*

Le feste francescane del biennio testé chiusosi hanno avuto larga eco non solo nel nostro paese ma in tutto il mondo cattolico; e il Portogallo, il quale dette i natali al piú popolare, al piú venerato dei Santfrancescani, S. Antonio, non fu certo inferiore agli altri paesi nel tribui tare onori al Poverello. Tra le pubblicazioni portoghesi apparse in tale circostanza ci piace di segnalare ai lettori questa, che per la nobilissima forma poetica co cui è scritta, per l'edizione lussuosa e per i disegni che l'accompagnano può dirsi un vero gioiello. Manuel da Silva Gaio è un distinto poeta già noto per numerose e pregevoli pubblicazioni, ma con quest'ultima crediamo di poter affermare che ha veramente raggiunto ogni perfezione desiderabile. La nobiltà del concetto trova espressione in una forma poetica di grande semplicità e di grande bellezza. Sono versi sgorgati veramente dal cuore, sussurrati con animo caldo di passione e d'affetto.

Immagina il poeta che sopra il portale scolpito di una vecchia chiesa, fra le tante pietre logorate dalle intemperie e dagli anni, una bella e intatta immagine del Poverello colpisca il suo sguardo.

Come mai, si chiede il poeta, codesta figura si è conservata intatta, mentre le altre son logorate dal tempo? In questo, ecco che, tra un subito balenare di luce, la figura del Santo si anima, racconta la sua vita, partecipa al poeta estasiato che ascolta, il suo dolce sogno d'amore per tutte le creature di Dio, la sua ardente brama di sacrificio, i suoi patimenti, le stimate, la morte, e insieme la gloria. Per volontà del Signore

egli è tornato ancora fra noi a predicare il suo verbo d'amore, dopo tanta fiumana d'odio, dopo tanto orrore di stragi:

Direita às plagas dêsse infernal
Mundo em que o Êrro
De novo aos homens abriu fatal
Era de ferro,
Irá minha alma, resplandecente
Na escuridão,
A iluminá-los de renascente
Amor cristão.

Il poeta s'inginocchia, mentre la figura si dilegua nel crepuscolo, lasciando una striscia luminosa nell'aria della sera.

Al distinto poeta portoghese, che cosi degnamente continua le tradizioni gloriose della sua nativa Coimbra — detta per antonomasia la città dei poeti — giunga gradito il nostro plauso e il nostro fraterno saluto latino.

G. Battelli.

LIVROS Á VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho ..... 12$00

Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) ..... 10$00

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 15$00

Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877)..... 6$00

Idem — Suplemento 1.º (1877-1883)..... 4$50

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 4$50

Notícia sôbre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5$00

Memória histórica e crítica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 4$00

Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 3$00

Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 3$00

Memórias de Castilho, por Júlio de Castilho. Vol. I..... 20$00

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação mensal do *Instituto de Coimbra,* sociedade scientífica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos acompanhados do retrato e fac-símile da assinatura dos autores e na língua por êles preferida; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

ASSINATURAS

Série de cinco números..... 25$00
Número avulso ..... 10$00

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redação de *O Instituto,* Arco do Bispo n.º 1 — Coimbra — Portugal.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

VOLUME 75.º

4.ª SÉRIE — VOLUME 4.º

NÚMERO 3

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1928

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Conde de Felgueiras — Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBRO HONORÁRIO

Prof. F. Gomes Teixeira, Reitor Honorário da Univ. do Pôrto antigo Prof. da Univ. de Coimbra.

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário.* — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário.* — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente.* — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. A. Augusto Gonçalves, da U. C., D. M. M. C. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente.* — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Fortunato de Almeida, do L. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão, A. D. B. N. L. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral.* — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, D. F. L. U. L., D. G. E. S. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L., D. G. S. — Prof. M. de Sousa da Câmara, D. I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, D. da Secção de Sciências Físico-Químicas da U. C. — Prof. L. I. Woodhouse, da U. P.

SUMÁRIO

Reparos al Informe de la Real Sociedad Geográfica de Madrid relativo à los primeros circunnavegantes, por Alfredo Gummá y Martí 251
Os portugueses na obra do Conde Henry de Castries, por P. M. Laranjo Coelho 287
Camões não esteve em Macau, por Luís da Cunha Gonçalves 318
O acaso nos nascimentos dos sexos, por Rui Luís Gomes 343
Eugénio de Castro, traços biográficos e literários, por Manuel da Silva Gaio 352
Goësiana, subsídio para o estudo das relações de Damião de Góes com Pierre Nannink e Oláh Miklos, por Joaquim de Carvalho. 376
Boletim do Instituto 379
Vária 382

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

EDIÇÕES RECENTES

Nos meses de Março e Abril a Imprensa da Universidade lançou as seguintes edições:

J. Perpétuo da Cruz — *Economia Nacionalista. Princípios de Economia pura.* 1 vol. — 12$00.

Fernão Lopes de Castanheda — *História do Descobrimento e Conquista da India.* Livros III e IV. Ed. revista por Pedro de Azevedo.
1 vol. Ed. numerada, em linho — 100$00.
Em papel de algodão — 40$00.

Cartas do Padre António Vieira, coordenadas e anotadas por J. Lúcio de Azevedo.
1 vol. Ed. numerada, em papel de linho — 80$00.
Em papel de algodão — 40$00.

Francisco Rodrigues Lobo. — *Églogas.* Conforme a *ed. princeps.* Introdução e notas de José Pereira Tavares.
1 vol. Ed. numerada, em papel de linho — 40$00.
Em papel de algodão — 20$00.

Teófilo Braga e Inocêncio Francisco da Silva. Correspondência trocada entre o historiador e o bibliógrafo da literatura portuguesa, anotada por Alvaro Neves. Notícia preliminar do prof. A. Prado Coelho.
1 vol. Ed. numerada, em papel de linho — 25$00.
Em papel de algodão — 10$00.

Emanuel Ribeiro — *Anatomia da Cerâmica portuguesa.*
Ed. numerada, em papel de linho — 10$00.
Em papel de algodão — 5$00.

Edgar Prestage — *As relações diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda, de 1640 a 1668.* Trad. de Amadeu Ferraz de Carvalho.
1 vol. — 25$00.

Memórias do Marquês de Fronteira e d'Alorna, D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto, ditadas por êle próprio em 1861. Revistas e coordenadas por Ernesto de Campos de Andrada.
1 vol. — 40$00.

Pedro Vitorino — *O Grito da Independência em 1808.*
1 vol. — 15$00.

M. Ferreira de Mira — *Crónicas Scientíficas.*
1 vol. — 10$00.

Á venda na Imprensa da Universidade
e nas principais livrarias do País

REPAROS AL INFORME DE LA REAL SOCIEDAD GEOGRÁFICA DE MADRID

RELATIVO Á LOS PRIMEROS CIRCUNNAVEGANTES

I

Cuando reclamé para mí la prioridad en fijar quiénes fueron los primeros circunnavegantes (1) y la Real Sociedad Geográfica recibió del Directorio Militar el encargo de informar sobre tal materia (2), ésta creyó conveniente no darme traslado para que rotunda é indubitablemente demostrara mi pretensión (la que hubiera sido bien cumplida) y estimó como mejor conferir aquél á los señores Merino y Marqués de Seoane, quiénes emitieron el informe que con fecha 1° de Junio de 1925 elevó esta Docta Corporación à aquella superior autoridad (3), y agradeciendo á dichos se-

ALFREDO GUMMÁ Y MARTÍ

(1) *Boletin de la Real Sociedad Geográfica de Madrid*, tomo LXV, pág. 229.

(2) *Idem*, pág 232.

(3) *Idem*, pág. 241 y sigtes.

ñores la parca cita que de mí hacen voy á demostrar la exactitud mía.

Digo yo en la lista provisional de mi discurso acerca del IV Centenario del Primer Viaje alrededor del Mundo de la Semana Internacional de Geógrafos habida en Marsella en Septiembre de 1922 (1).

Dicen los señores Merino y Marqués de Sevane en el informe sobre los primeros navegantes que dieron la vuelta al Mundo.

I NÚMERO, NOMBRES Y NATURALEZA DE QUIÉNES LLEGARON EN LA NAO «VICTORIA»

1º — Juan Sebastián del Cano, capitán. En todos mis escritos en inglés y francés referentes á esta empresa procuro fijar su personalidad.

1º — Juan Sebastián del Cano, Capitán, vecino de Guetaria y probablemente nacido en ella.

2º — Francisco Albo, de Accio, su piloto. De éste hablo con más detalle y llamo la atención acerca de su mérito.

2º — Francisco Alvo, piloto, «natural de Axio», «vecino de Rodas».

3º — El contador y escribano Martín Méndez.

3º — Miguel de Rodas, maestre, de Rodas. Corresponde al nº 5 de la otra columna.

4º — El alguacil Martín de Judicibus, italiano de Génova, antiguo sobresaliente y merino de la nao Concepción.

4º — Juan de Acurio, contramaestre, natural de Bermeo. Figura con el nº 6.

---

(1) Semaine Internationale des Géographes, des Explorateurs et des Ethnologues. Marseille, 1923, pág. 57 y sigtes. Del M. S. de mi discurso hay una copia en la Real Escuela de Náutica de Barcelona.

5º — Miguel de Rodas, griego de la isla de Rodas, era el maestre.

6º — Contramaestre Juan de Acurio.

7º — Barbero, Hernando de Bustamante.

8º — El carpintero francés Ricardo de Normandia. Hablo minuciosamente de él en tal discurso y en «Les Français dans le Premier Voyage autour du Monde».

5º — Martín de Judicibus, alguacil, natural de Saona, en Italia. Figura en la otra columna con el nº 4.

6º — Antonio Pigafetta, sobresaliente, natural de Vicenza, en Italia. Está en la lista del lado con el nº 27.

7º — Hernando de Bustamante, barbero, natural de Mérida (Extremadura). Nº 7.

ENTRE LOS BOMBARDEROS

9º — El condestable de los bombarderos, el alemán Hans ó Hanse, de *Hagen.*

10º — Roldán de Argote, belga de Brujas. Hablo particularmente de él en «Participacion belge à la Première Circumnavigation».

11º — El griego de Napol de Romania (Nauplia) Nicolao de Nápoles ó Nicolás Griego, antiguo marinero de la *Victoria.*

8º — Hans, bombardero, de Alemania. Nº 9.

9º — Diego Gallego, marinero, natural de Bayona la Mayor, en Galicia 12º lugar.

10º — Antonio Hernandez Colmenero, marinero, natural de Huelva. 16º lugar.

11º — Nicolás de Nápoles, marinero, de Nápoles de Romanía, en Grecia. 11º lugar.

12º — Francisco Rodriguez, marinero, de Portugal. 15º lugar.

COMO MARINEROS

12º — Diego Gallego. (Era hijo de Francisco Carmona y María Pérez).

13º — Ocacio Alonso.

14º — Gomez Hernandez.

15º — Francisco Rodriguez.

16º — Antonio Hernandez Colmenero.

17º — Juan Rodriguez de Huelva.

18º — Miguel Sanchez de Rodas, conocido por Miguel de Rodas, natural de esta población y su compatrida.

19º — Felipe de Rodas.

GRUMETES

20º — Juan de Arratia.

21º — Vasco Gallego ó Vasco Grumete.

22º — Pedro de Tolosa (Hijo de Lazcano y María Albistur).

23º — Juan de Zubileta.

24º — Pedro Chindarça. Éste figura además con los nombres de Sindurza, Churduça, Chudurza y Chindarca.

13º — Miguel Sanchez, marinero, de Rodas. 18º lugar.

14º — Juan Rodriguez, marinero, de Huelva. 17º lugar.

15º — Vasco Gomez Gallego, grumete, portugués. 21º lugar.

16º — Juan de Arratia, grumete, de Bilbao. 20º lugar.

17º — Juan de Sant Andrés, grumete, de Cueto. Y (Era hijo de Gonzalo Debo y Catalina del Rio, como se verá).

18º — Juan de Zubileta, paje, de Bacaraldo. 23º lugar.

II NÚMERO, NOMBRES Y NATURALEZA DE QUIÉNES QUEDARON EN CABO VERDE

1º — Martín Mendéz, contador, de Sevilla. 3º lugar.

2º — Pedro de Lazcano, despensero, de Tolosa de Guipúzcoa. 22º lugar.

3º — Richard de Normandia, carpintero, de Evreux. 8º lugar.

4º — Roldán de Argote,

SOBRESALIENTES,
Ó, COMO SI DIJÉRAMOS HOY,
INFANTERIA DE MARINA

25º — Juan Martinez (pues el sobresaliente de la Trinidad, Juan Martin, sevillano, falleció el 2 de Septiembre de 1522).

26º — Simón de Burgos.

27º — y Antonio de Plegafetes (Pigafetta). Demuestro quién era y lo que era en todos mis escritos tanto en inglés como en francés relativos á tal viaje.

28º — Antonio Hernandez, proviniente del «San Antonio».

A esta lista añadia los que, supervivientes de la «Trinidad» y prisioneros de los portugueses también la dieron.

Gonzalo Gomez de Espinosa.

Ginés de Mafra y

León Pancaldo (Pancado).

bombardero, de Brujas, en Flandes. 10º lugar.

5º — Maestre Pedro, sobresaliente, de Francia.

6º — Juan Martín, sobresaliente, de Aguilar del Campo. 25º lugar.

7º — Simón de Burgos, sobresaliente, portugués. 26º lugar.

8º — Felipe de Rodas, marinero, de Rodas. 19º lugar.

9º — Gomez Hernandez, marinero, de Huelva. 15º lugar.

10º — Ocacio Alonso ó Alfonso, marinero, de Bollulos. 13º lugar.

11º — Pedro Chindurza, grumete, de Bermeo. 25 lugar.

12º — Vasquito Gallego, paje, de Portugal.

Obsérvese que al piloto llamo *Francisco Albo* y no *Alvo,* porque de aquel modo se llama y asi con suma claridad firma en todos cuantos documentos intervino y á los cuales me remito; igualmente se notará que no indico localidad alguna de los peninsulares que cito, como procedencia de

ellos, porque además de no interesar al público á quién debía dirigirme, hubiera dado demasiada extensión á tal discurso; á Martín de Judícibus designo como «italiano de Génova» y no de Saona, porque en parte alguna he visto que fuera de tal población: sólo en el rol se lee: «Martín de Judícibus, hijo de Pedro de Judícibus e de Blanca Xeres *(sic)* ginoveses, *vecinos de Saona*» y una cosa es la vecindad y otra la naturaleza; preciso el cargo que tenían al regreso de la *Victoria* y la naturaleza de Hans y Nicolao de Nápoles; á Antonio Fernandez Colmenero, los Señores Merino y Marqués de Seoane y yo llamamos mal, porque es *Fernandez* y no *Hernandez* y tal firma en su declaración de Badajoz; opté por llamar Chindarça á Sindurza ó Chindurza, porque en alguna lista de embarque y en el rol asi constaba como «natural de Bermeo, hijo de Pedro de Chindarça e Maria Sanchez» y además porque los padres del grumete Insaurraga, Martín de Insaurraga y Marina de Chindarça, eran vecinos de Bermeo, lo que parecía probar la existencia de tal apellido en dicha localidad, y á Juan Martín de Aguilar nombré Martinez, porque además de que usaban indistintamente llamarles Martín y Martinez, como al Martinez sevillano, sobresaliente de la *Trinidad,* más repetidamente se le cita y llama Martín, y en cambio á aquél en la «Relación de las cajas y costales de clavo, etc.» entregados á Diego Diaz, en la «Relación de lo que pesaron las aldas que se sacaron de la nao *Victoria,* etc.» se le nombra siempre Juan Martinez, por esto, de primer momento, me incliné por tal apellido, pero es Juan Martín, que conste. Además cito un Antonio Hernandez, que es el que había de hacer el número trece de los apresados en Cabo Verde, y á tal error me indujo el P. Pastells en sus dos obras, la de Colin y la escrita en colaboración con el P. Bayle: una preocupación que entónces tenía; el hecho de haber sido aquél aherrojado por los revoltosos de la bahía de San Julián; el renovamiento que se hizo de parte de las tripulaciones, y

el haber regresado en la *San Antonio* el sobresaliente de la *Victoria* Diego Diaz, hijo del factor del mismo nombre de Cristobal de Haro, junto con una vaga idea que creia tener de haber leido que aquél falleciera en la prisión del Limonero de Lisboa, en la misma en que murió el alemán Hans Vargue, bombardero de la Trinidad, que de consiguiente circunnavegó también por primera vez el mundo, fueron causa de tal cita, pero no hay tal. Omito en aquella lista á tres individuos de la *Victoria* y á Juan Rodriguez el Sordo de la *Trinidad,* que también circunnavegó. Respecto á dos de ellos no trato de sincerarme, porque la pueril malicia de mis compatriotas no me daría crédito, pero si respecto á Pedro de Bilbao, ó Pedro de viluao adoptando la ortografia del amanuense que escribió tambien el nombre de Albo, aquel Maestre Pedro apresado en Cabo Verde, á quién aludo en «La Participation belge au Premier Voyage de Circumnavigation» al hablar del Maese Pedro bombardero de la «Concepción» (1), quedando con ello justificado de todo cuanto apunté en aquel discurso.

Veamos ahora la de los ponentes señores Merino y Marqués de Sevane.

Paso por alto lo de Albo, Martín de Judícibus, Hans y Nicolao de Nápoles, porque ya he mentado lo que hace al caso; Hernando de Bustamente, si es que los juramentos solemnes tenían algún valor en aquella época, es natural de Alcántara, porque así lo jura y firma al deponer en 1º de Junio de 1924 ante el Tribunal de Badajoz acerca de los derechos

---

(1) Alfred Gummá y Marti.— *La Participation Belge au Premier Voyage de Circumnavigation*, Bruxelles, 1921, p. 9. — Maître Pierre, né á Bruxelles, avait pour parents Anton del Concejo (Antoine du Conseil) et Isabelle, il ne doit pas être confondu avec un autre Maître Pierre, loué au début du voyage comme calfat, et en dernier lieu, bombardier dans le vaisseau *Victoria* et fait prisonnier par les Portugais au Cap Vert (Cabo Verde).

de Su Magestad Católica al Maluco, y otro tanto sucede con el testigo Juan Rodriguez de Huelva, que confiesa el 23 de Mayo del mismo año ser de Mallorca, aun cuando en el rol conste ser de Huelva y marido de Marina Garcia, pues indudablemente era un converso. Más afortunados que yo, encontraron no sé donde ni cómo dichos señores que el grumete Vasco Gomez Gallego era portugués, miéntras que por mi desdicha hube de contentarme con saber que era hijo de Vasco Gomez Gallego e Catalina Garcia, vecinos de Bayona de Galicia; el paje á quién llaman Vasquito Gallego, y tildan también de portugués no sé con qué fundamento, nada que ver tiene con el antedicho grumete sino que es hijo del que fué piloto de la *Victoria* Basco, no Vasco, Gallego, y como tal Basco Gallego, paje, consta en la libranza que Cristóbal de Haro dió á su favor el 20 de Marzo de 1523. No sé por qué privilegio llaman de Pedro de Lazcano á Pedro de Tolosa, que en todas partes figura con este último nombre y como Pedro de Tolosa confiesa llamarse y depone en Sevilla á favor de Simón de Burgos y en Badajoz el 23 de Mayo de 1524, y en cambio niegan el apellido paterno á Diego Gallego, que es hijo de Francisco Carmona y Maria Pérez, *natural de Bayona de Minor*, si no lo toman á mal, porque asi consta en la deposición del mismo en Badajoz el 23 de Mayo de 1524, y á Juan de Santander, como bien claramente Cristóbal de Haro hace constar el 20 de Marzo de 1523, en la libranza á favor de dicho grumete y no Juan de Sant Andrés, como copian de aquel escribiente al principio aludido, que dice es de «Cueto, hijo de Gonzalo Debo e Catalina del Rio», vecinos que eran de Santander. Tan celosos en hacer constar á Evreux como cuna de Ricardo de Normandía, no reparon en señalar á Francia como la del supuesto y negado Maese Pedro sobresaliente aprisionado en Cabo Verde, sin demostrar como debieran en asunto tan delicado la razón de criterio semejante, indicando el docu-

mento fehaciente y de consiguiente auténtico que les sirviera de base, acotación del mismo y archivo de su procedencia, máxime cuando sabían que yo había dado cuenta de todos los franceses que tomaron parte en dicha expedición en mis escritos del Centenario de la Geográfica de Paris, del Boletín de la Marsella y en mi discurso aludido aqui. De Ocacio Alonso nada tengo que decir más que firma así al declarar en Badajoz el 23 de Mayo de 1524 y en cuanto al infortunado Simón de Burgos, sobre quién pesaban las acusaciones de que era portugués y causante de la prisión de él con sus compañeros en Cabo Verde, hubo de sincerarse primeramente de este extremo en Sevilla, en donde uno de los testigos hizo constar que el tal Simón era de origen caldeo, esto es, semita, y respecto á que no era tal portugués en Coria el 9 de Junio de 1523, presentando testigos que adveraron como era tal Simón natural de Burgos y que de diez años ántes de partir en la armada de Magallanes, era vecino de Ciudad Rodrigo y se había casado con Catalina Alonso. Por lo tanto de tales premisas resulta que la ponencia de los señores Merino y Marqués de Seoane es defectuosa, inexacta, imprecisa y errónea, lo que es mengua y demérito de la autoridad de un informe oficial de tanta importancia y trascendencia como el aludido, en tanto que queda firme y en pié mi pretensión como he dicho.

II

Yerros de los ponentes Señores don Abelardo Merino y Marqués de Seoane

Más deprimentes y desastrados no podían ser para la Corporación los argumentos aducidos por sus ponentes los señores Merino y Marqués de Seoane, que «cuando los tales documentos resultaban oscuros, contradictorios é incompletos

procuraron sacar de ellos el partido posible, conforme á las más sanas reglas de la crítica histórica» (1), y que á pesar de todo confiesan carecer de criterio al cimentar toda la fuerza de su argumentación en las opiniones del historiador chileno, don Toribio Medina, y del filipinólogo español y Académico de la Historia don Wenceslao E. Retana. En cambio yo, asumiendo toda la responsabilidad de mis dichos, sin importarme un ardite de si la crítica histórica es sana ó enferma, me atengo á la lógica, al sentido común y á proceder por analogías, y con esto no he hallado ni hallo tan grandes ni mayores las dificultades que dicen, á las que ofrecen y ofrecerán á la posteridad los de tiempos más próximos, como lo son los subsiguientes incluso el nuestro, y este preámbulo me basta para entrar en materia.

Comencemos por *Albo,* á quién con temeraria terquedad insisten en que debe escribirse *Alvo,* no obstante de reconocer de que aquél firmara como digo, «pero se ha de advertir (dicen) que las letras del apellido están separadas y como dibujadas y *que además se trata probablemente de la adaptación de otro apellido extranjero, según lo entiende Medina.* Fuera del autógrafo, al tal apellido los amanuenses lo transcribieron casi en todas ocasiones con *v* y Antonio de Herrera pone *Calvo,* por todo lo que hemos preferido la *v* á la *b*» (2). En primer término respecto á tal apellido les recuerdo lo dicho en mi anterior escrito y les traigo á colación lo que, tan desdichadamente para ellos, incluyeron relativo á Juan Sebastián del Cano, de quién «vemos que los documentos del Archivo de Indias y algunos de Guetaria, asi como su firma y la de su hermano, no dejan lugar á dudas de que su apellido es *del Cano*, y sin embargo, varios le indican,

---

(1) *Boletín de la Real Sociedad Geográfica de Madrid*, tomo LXVI, pág. 420.

(2) *Idem*, pág. 420.

cometiendo una substitución de nombres *El Cano,* y el estudio atento del tema hace no tenga realidad esta indebida redacción»(1); pues esto les desautoriza lógica y rotundamente lo que ellos mismos pretenden de Albo. Dibujada ó no, es escritura de Francisco Albo, y con tal letra, pluma de ave y en nuestra lengua escribió su Derrotero, la primera descripción científica de este viaje, como digo al pretender rehabilitar su memoria en la Semana Internacional de Geógrafos celebrada en Marsella el año 1922 (2). En el Libro de las paces y amistades que se hicieron con los Reyes de las Islas de Maluco, que abarca de Septiembre á Diciembre de 1521, siempre se le nombra, siempre figura y firma como tal Francisco Albo; en la Información hecha ante el Alcalde de Valladolid, el Licenciado don Santiago Diaz de Leguizamo, en 18 de Octubre de 1522, sobre varias ocurrencias de la Armada de Magallanes durante el viaje se le llama siempre Francisco Albo; en la Real Cédula dictada en Valladolid el 13 de Febrero de 1523 concediéndole á él, piloto de la nao Victoria, 50000 maravedís al año en premio de sus servicios el rey-emperador le apela Francisco Albo y así le nombra siempre, y en el albará de las Libranzas dadas por Cristóbal de Haro de las mercaderías que dejaba en su poder para la venta la gente que regresó en la Victoria, que comprende de Marzo á Junio de 1523 figura también tal nombre Francisco Albo en el de la librada á su favor el 20 de Marzo: de modo que no los más, sino los más ignorantes de los amanuenses escribieron *Alvo,* con *v* como es el autor de todas aquellas Relaciones de la Casa de Contratación á que aluden, enemigo declarado por lo visto de la letra *b*. Pásese

---

(1) *Boletín de la Real Sociedad Geográfica de Madrid*, tomo LXVI, pág. 419.

(2) *Semaine Internationale des Géographes, des Exploratéurs et des Ethnologues, 22-28 septembre 1922*, pág. 60. Marseille, 1923.

que don Toribio Medina, aunque de alcurnia hispana, ignore nuestra historia mediterránea, pero que dos miembros ilustres de nuestra Junta, uno de ellos Académico de la História además, no la sepan esto es más de doler: porque de saberla hubieran tenido presente que grande fué el prestigio de Cataluña en el Mediterráneo medioeval al cual impuso sabias leyes, y grande fué el comercio y la influencia catalana en los mares del próximo Oriente; que Albo nació en Accio ó Axio, población griega de una comarca que mucho tiempo estuvo subyugado por los catalanes y que, ántes de venir á nuestra Península, fué vecino de otra, Rodas, en la cual grande habia sido y aún entónces muy decaída se mantenía la influencia catalana; que en todo el Mediterráneo y extensiones existía entre la gente de mar una *lingua franca,* que subsiste en nuestros días aunque con intensidad en el Levante y sus recovecos, y que además de esto el apellido *Albo* era y es común y corriente en todos estos países mediterráneos de Levante á Poniente, y que en Francia y Cataluña tal apelación se pronuncia *Albó.* De modo que tenemos que sin adaptación alguna ha de ser tal nombre *Albo* y no *Alvo,* como quieren dichos ponentes; y en cuanto á la cita de don Antonio Herrera, cronista de don Felipe II, que en sus *Décadas* al relatar los que llegaron á Sevilla le llama *Francisco Alvaro* además, causa y orígen de todos los yerros y disparates que se han escrito de esta circunnavegación, les remito á lo que digo en la Semana Internacional de Geógrafos de Marsella (1). Y por último, como remate: de mantener el critério de dichos Señores resulta que yo, *Gummá,* con dos emes, porque muchísimos peninsulares, no catalanes, me escriben Gunmán, Gummam, Gumán y aún Guzmán, y otros exagerados nacionalistas de Cataluña sin encomendarse

---

(1) *Semaine Internationale des Géographes, etc.*, pág. 59. Marseille, 1923.

á Dios ni al Diablo, ni atender á si es ó no de orígen catalán mi apellido se empeñan en que sea Gumá con una *m,* deberé corregir este según el capricho de quien me escriba y no tal como lo he heredado, porque así se desprende de lo expuesto por aquellos.

Sigue en órden Martín de Judícibus diciéndome los aludidos: «Y el hecho de ser vecinos de esta población Pedro y Blanca, padres de Martín, *nos llevó á aceptar la opinión de Toribio Medina*, de que el marinero de la *Concepción* fuese «natural de Saona» (1)». Analicemos lo que del antiguo sobresaliente y merino de la *Concepción* (que no debe ser confundido con el Martín Genovés, de Sestre Ponente, marinero de la *Trinidad*) dice el rol ó nómina: «Martín de Judícibus, merino de la nao Concepción, hijo de Pedro de Judícibus e de Blanca Xeres, *ginoveses vecinos de Saona*» y tendremos que aquél procuró hacer resaltar la condición de naturales de aquella ciudad ó por lo ménos de sus aledaños á sus padres y luego la residencia actual de ellos al tiempo de su declaración, y como este pudiera ser mayor ó menor y desde luego posterior al nacimiento de aquél; de lo contrario hubiera sólo indicado «vecinos de Saona», como consta de otros enrolados, además de que genovés se le llama en la Información hecha en Sevilla el 23 de Abril de 1523 á instancias de Simón de Burgos, el buen sentido aconseja optar por declararlo genovés, ó sea natural de la Señoría de Génova si se quiere, como medio de evitar error y de consiguiente don Toribio Medina, al declararlo Saonés, obró con tanta ligereza como historiando al franciscano historiador de Chile, Fray Antonio Sors (2), lo hace natural de la ciudad de Bar-

---

(1) *Boletín de la Real Sociedad Geográfica de Madrid,* tomo LXVI, pág. 421.

(2) *Revista Chilena de História y Geografía,* tomo XXXVIII, 2.º trimestre de 1921. Santiago de Chile

celona, siendo, como le advertí en la carta que le dirigí el 14 de Noviembre de 1921, de La Ametlla, antigua Baronía de Montbuy, hoy p. j. de Granollers, en la provincia de Barcelona. Y finalmente el nombre de la madre de Martín, Blanca Xeres, ó sea, *Bianca Ceres* (nombre este último que lo es también de una población piamontesa) me lleva á demostrarles que «la transcripción de una palabra extranjera por un amanuense de mala ortografía induce á error (1)» como aluden de Hans, cuando una inteligencia cultivada no estudia con cuidado.

No son pocos los firuletes de ellos referentes á Hans para venir en último término á evidenciar lastimosamente su desconocimiento de la lengua alemana, en su afán de repudiar á Hagen como cuna del que empezó por *lombardero* de la *Victoria* y terminó por *condestable* de ellos al rendir esta viaje, lo que no supieron hacer constar, como debían, en su Informe. Más les hubiera valido consultar los archivos de Simancas y Sevilla (como pienso hacer con los de Barcelona, respecto á los catalanes) en averiguación de si los burgaleses de las Universidades de Mercaderes y de la Contratación, los del Consulado de Bilbao y los mercaderes de Sevilla que negociaban con Alemania, denominaban á Aachen, Agan, ó al citar tal nombre se referían á la industriosa ciudad (tan nombrada entónces por el apoyo dedidido de su Conde Cristóbal á Lutero), ú otras villas alemanas conocidas por Hagen, que no me duele rectificar cuando de la verdad se trata. Aparte de que, para mí, existe más posibilidad en transcribir de labios alemanes Hagen del mismo modo que lo hizo tal amanuense, que no *Aachen* pronunciado por un tudesco, que parece vá á expeler algún estorbo de la garganta.

---

(1) *Boletín de la Real Sociedad Geográfica de Madrid,* tomo LXVI, pág. 421.

Prosiguen luego: «Otra de las observaciones del Sr. Gummá no la entendemos ó no acabamos de comprender su alcance. Donde nosotros decimos «Nicolás de Nápoles, marinero de Nápoles de Romanía, en Grecia», consigna. «El griego de Nápoles de Romania (Nauplia), Nicolás de Nápoles ó Nicolás griego (1)». Cualquier lector inteligente hubiera comprendido su alcance, si se hubiera inserto en el Boletín á dos columnas, tal como yo lo escribí, el paralelo que establecía entre la lista de ellos y la mía, porque resaltaba en él la falta de órden y concierto en la enumeración de los ponentes y se apreciaba en la clasificación mía el cargo que al regreso de la *Victoria* tenían aquellos, que cuando comenzaron el viaje desempeñaron otros distintos; además de que, si se fijaran bien no resultara lo que dicen sino: «11° el griego de *Napol* de Romania (Nauplia) *Nicolao* de Nápoles ó Nicolás Griego, antiguo marinero de la *Victoria,* pues entónces era *lombardero,* y ellos en su lista lo hacen constar solo por *marinero.* Pero puesto que hemos llegado á este extremo que nunca creyera, les explicaré el por qué del *Nicolao* y de *Napol* de Romania. — Este sujeto, que tanto en el rol como en las listas de embarque figura y figura bien como Nicolao natural de Napol de Romania, y en otros documentos, como en la de testigos de Badajoz, indistintamente como Nicolao ó Nicolás, de Nápoles de Romania, era de una comarca que en la Baja edad dominaron largo tiempo é impusieron su idioma los catalanes y como éstos y en casi todo el Mediterráneo á tal población le llamaban Napol de Romania, y en catalán Nicolás es Nicolau, declararía de aquel modo en catalán corrompido, lo que ninguna extrañeza ni dificultad ofrecería al escribiente tantas veces aludido, dadas las grandes franquicias que los catalanes

---

(1) *Boletín de la Real Sociedad Geográfica de Madrid*, tomo LXVI, pág. 421.

también tenían en Sevilla, aún en tal época, en donde gozaron por muchísimo tiempo de un barrio, el *cal de los catalanes:* cosas fáciles de comprobar consultando los archivos sevillanos, y leyendo la lista de los fallecidos durante el viaje de la Armada de Magallanes, en que consta que Sebastián de Olarte, marinero de la *San Antonio,* «falleció de una *canivetada* que otro marinero le dió» ó sea, en castellano, de una cuchillada.

Ateniéndome al aforismo jurídico «á confesión de parte, relevación de prueba» y en tanto no se me demuestre lo contrario con documentos fehacientes, insistí é insisto ahora en lo tocante á la naturaleza de Hernando de Bustamente y Juan Rodriguez de Huelva, digan lo que quieran los Señores Retana y Medina, que como ariete invulnerable me citan. Y si el *Sr Retana* «considera al tal barbero hijo de Extremadura, de la ciudad de Mérida, ya que como natural y vecino de la misma se considerara en otras ocasiones. Y *Medina* añade que lo de decir en 1524 ser de Alcántara «procede de que la madre de Bustamente vivía en esta última ciudad» (1)». Yo opongo á tales opiniones no más respetable que la mía, los documentos de dicho Archivo, pues que recuerde, el único en que consta escrito natural de Mérida y aún no sabemos si él lo declaró así ó se lo pusieron, es del 10 de Agosto de 1519 por leerse en el rol: «Hernando de Fustamente (pues dicho amanuense ni ahí ni en las otras listas dice otra cosa y sin embargo dichos Señores ponentes optan por el nombre verdadero de Bustamente y no éste), baruero natural de Mérida, hijo dé Juan de Fustamente e Leonor de Caceres, *que vibe en Alcántara,* marido de María Rodriguez, criada del alcaide de Pedro Contreras», y este no es una declaración jurada como lo son la que ante el

---

(1) *Boletín de la Real Sociedad Geográfica de Madrid,* tomo LXVI, pág. 421.

Tribunal de Badajoz en 1° de Junio de 1524 el que más tarde fué por tesorero de la Armada de Loaísa, bajo la solemnidad del juramento se declara natural de Alcántara, y la que ante el alcalde de Valladolid, Díaz de Leguizamo, el 18 de Octubre de 1522 en análogas circunstancias dice tan sólo ser *vecino de Mérida,* y sepan que don Toribio Medina sólo sabe, como yo, que su madre residia en Alcántara al tiempo de enrolarse Bustamente, mas ignora si vivía ó no cuando declaró éste en Badajoz. En cuanto al Juan Rodriguez de Huelva á quién «*por de Huelva le dá también el concienzudo Toribio Medina*(1)» y en la «Nómina de sueldos se hizo constar como natural de Huelva y siempre se le llama Juan Rodriguez ó Juan Rodriguez de Huelva(2)» debo de hacerles algunas advertencias: en primer lugar, que fueron tres los marineros, *Juan Rodriguez* enrolados, uno en la *Trinidad,* que falleció en dicha nave el 5 de Octubre de 1522 y dos en la *Concepción,* por lo que uno de ellos (que también circunnavegó) tenía el aditamento de *El Sordo*. En segundo término, aunque el rol ó nómina como ellos dicen contenga estas frases: «Juan Rodriguez, marinero, natural de Huelva, marido de Marina García», no por ello puede asegurarse que él se declarara tal, sino que bien pudo decir secamente «de Huelva» para indicar su procedencia como es usual y corriente en la gente de mar el hacerlo, y no ignorará el Sr. Marqués de Seoane en su calidad de Presidente de la Sociedad Oceanográfica de Guipúzcoa, y el tal escribiente le adicionara «natural de Huelva» para distinguirlo del otro del mismo buque á quién declara vecino de Sevilla. Y en tercer lugar, asi como á Francisco Rodriguez, marinero que fué también de la *Concepción* y se enroló como

---

(1) *Boletín de la Real Sociedad Geográfica de Madrid,* tomo LXVI, pág 422.

(2) *Idem,* tomo LXVI, pág. 421.

«vecino de Sevilla y marido de Catalina Díaz», los autores le tienen por portugués, por asi declararlo él bajo juramento en Badajoz y de consiguiente, por no autorizado, debiera haber sido entredicho y no se hizo, débeseles igual crédito á estos otros que en un asunto al cual indiferente y sin transcendencia alguna para la decisión del ánimo de los jueces era la naturaleza de los declarantes (y me refiero á Juan Rodriguez y á Bustamente), pero sí y grande la tenía para la salvación de la propia alma del adverante el jurar con verdad, al declarar bajo juramento, Juan Rodriguez, ser de Mallorca debe de ser creído y tenérsele por tal: lo que no encierra ninguna extrañeza dados los numerosos catalano-baleares que constantemente desde la Edad Media se establecían en los puertos de Andalucía, y á buen seguro que cuando declaró en Badajoz el 1524 tenía de 26 á 27 años, de bastante jóven residiría en Huelva y su apellido Rourich se transformaría castellanizandose en Rodriguez, como en tal siglo á don Juan de Agramunt se le nombraba de Agromonte y en siglos posteriores, en el XVIII el oficial mallorquín de nuestra Armada don Juan Perés se convertiría en Juan Perez, el P. Fray Jerónimo Clot en Clota, los catalanes establecidos en el Virreinato del Rio de la Plata Puigrodón en Puyrredón y Pueyrredón y Putxet en Pucheta, y en Chile, al alborear el siglo XIX el aventurero Williams se llamaría despues Guillermos. Sostener, pues, el criterio de los señores ponentes, con el aditamento que en su apoyo hacen de Cervantes, como si fuera natural y corriente, es sentar la tésis de que los españoles eran perjuros, falsos y sin ley.

Queda en pié mi afirmación respecto á la naturaleza del grumete Vasco Gomez Gallego y del paje Vasco Gallego, á pesar del tremebundo documento con que me amenazaban. De esta «Relación del sueldo del personal *que regresó* en la *Victoria*», me citan: «Vasco Gomez Gallego, grumete,

que fué en la nao *Trinidad* y vino en la nao *Victoria,* y caso que se nombra gallego es portugués y no entra en el número de los que S. M. dió facultad pudiesen ir, por cuya causa los Señores del Consejo han de determinar si ha de haber el sueldo ó no; venció de sueldo tres años e ocho día (1)». Y esto, acomodándonos al lenguaje vulgar de la época, no afirma ni resuelve el que fuera portuguès, sino que encierra una duda nacida de una acusación que habían de solucionar los Señores del Consejo, y tal no sería sino gallego y bien gallego, cuando ordenaron que se le admitiera como á los demás tripulantes la parte que tenía en la quintalada de la armazon y se le diera la libranza correspondiente, lo que verificó Cristobal de Haro el 20 de Marzo de 1523, esto es, el mismo día en que se le dió al maestre Hans, y conste que los Vasco Gomez abundaban tanto en Portugal como en Galicia, y de ahí el aditamento de la localidad para distinguirse unos de otros, aunque no sería extraño que el aludido, como tantos otros gallegos, hubiera servido ó estado en Portugal. — Y luego me continúan de la misma «Relación» sobre el paje Vasco Gallego: «Basquito, paje, hijo de Vasco Gallego, piloto, que fué y vino en la nao *Victoria,* el cual se embarcó sin ser asentado en el libro ni en el alarde, y se fué con su padre Vasco Gallego, por mandado de Fernando de Magallanes, según la información que dán, diciendo que le haría pagar el sueldo: servió en la dicha nao de paje: ganó de sueldo tres años e veinte e ocho días (2)», lo que tampoco nos demuestra ni prueba de que fuera portugués. Ciertamente el hijo del piloto Vasco Gallego no figura en el rol ni en el alarde ó lista de los tripulantes con el salario que ha de tener cada uno mensualmente, destinado

---

(1) *Boletín de la Real Sociedad Geográfica de Madrid,* tomo LXVI, pág. 422.

(2) *Idem*, tomo LXVI, pág. 422.

para «la cuenta de Cristóbal de Haro», pero sí consta en la de embarque posterior á esta última; también es cierto que miéntras en ambos todas las naos tienen cubiertas sus plazas de paje, la *Victoria* no las tiene, pues constan tres en la *Trinidad,* dos en cada una de las otras *San Antonio, Concepción* y *Santiago* y una en la *Victoria,* lo cual hace suponer la intención de reservar tal plaza para su hijo el piloto de la misma, como una de la *San Antonio* la tenía Diego hijo de uno de sus pilotos, Juan Rodriguez de Mafra: Magallanes sería anuente de ello; porque dudo que sobre este extremo abusara y rebelara abiertamente contra la voluntad del rey. Ahí, de ser portugués aquél, como pretenden, surge el dilema: ó era uno de los autorizados, ó no lo era: si lo primero, en la lista de embarque tendría como los demás autorizados precediendo á su nombre la letra *p,* de la cual en ella carece; si lo segundo, tal condición se hubiera hecho constar en una forma ú otra, como de otros tildados de tal para negársele el salario, en las «Relaciones» del sueldo devengado por el personal que fué con Magallanes como del que regresó en la *Victoria,* lo que tampoco sucede y percibió de consiguiente su quintalada á la armazón, y Cristóbal de Haro, el 20 de Marzo de 1523, le libró el debido certificado que le llevó á Sevilla Diego Gallego.

Demostrado que no era portugués el paja Basco Gallego vamos á demostrar que tampoco lo era el padre; pero ántes he de hacer una retractación de lo que dije en mi anterior escrito respecto á éste, á quien suponía tronco de donde arrancaba la ilustre familia granadina de los Bascos, de la cual saldría en el siglo XVIII el Marqués de la Conquista: y es que siempre y en todas partes se firma con toda claridad y es Vasco Gallego. — No es ni puede ser portugués, porque en la Armada que salió para Maluco había entre los jefes superiores de la misma cuatro portugueses, á saber: Magallanes y Esteban Gomez en la *Trinidad*, Lopez Carvalho

en la *Concepción* y Juan Serrano en la *Santiago*, además de que en la *San Antonio* constaba Jerónimo Guerra como escribano, escogido por Magallanes: de ser portugués Vasco Gallego las fuerzas se hubieran igualado y no creo que un soberano tan sagaz como Carlos V lo permitiera después del conflicto que aquél provocó con ocasión de la varadura de las naos; los rozamientos de Magallanes con la Casa de Contratación; el informe que se les tomó á él y á Faleiro en Sevilla en virtud de su Real Cédula del 19 de Octubre de 1518 sobre el concierto que hicieron con Juan de Aranda, le coarta el número de portugueses que puede llevar consigo, nombra desde Barcelona el 30 de Marzo de 1519 á Juan de Cartagena, — servidor suyo y de su confianza, — veedor general de la Armada porque «es nuestra merced e voluntad que vos seáis nuestro veedor general de todas las naos e gentes e otras cosas de la dha armada en todo lo que vierdes que á nuestro servicio e a buen recabdo de nuestra fazienda uséis del dicho oficio» etc., y además le nombra capitán de otra nao de más porte y conjunta persona de Magallanes y como si no bastara desde esta misma ciudad el 27 de Julio destituye y separa del mando á Faleiro expresamente, aunque le consiente que vayan los despenseros de su confianza Alonso Gonzalez y Gaspar Diaz: manifestaciones todas de que el aludido portugués inspiraba poca confianza y los hechos posteriores confirmaron. En Sevilla entónces existían dos clases de pilotos: los del tráfico ordinario en la Peninsula y con los demás estados, y los de la Casa de Contratación, que indistintamente se titulaban pilotos de S. M. ó de S. A: pues bien, de aquellos era Vasco Gallego, hubiera estado ó no en Portugal, ántes de conseguir que Carlos V desde Segovia el 12 de Julio de 1514 dirigiera su «cédula» á los oficiales de la Casa de Contratación participándoles el nombramiento de piloto á favor del dicho Vasco Gallego, á quién *le señalaba 30000 maravedis al año,* y en tal documento no

se dice que sea portugués ni hay indicación de localidad, como tampoco la hay en la cédula que desde Burgos expidió el 23 de Mayo de 1512 con nombramiento análogo á favor de Juan Rodriguez de Mafra, piloto que fué después de la *San Antonio*, y más tarde de la *Concepción* en la cual murió; y en cambio, por no citar otros, cuando desde Valladolid nombró, el 10 de Febrero de 1518, piloto de la Casa de Contratación á Esteban Gomez (que lo sería de la *Trinidad* y de la *San Antonio*, y á quien no se le admitió como grumete de la *Santiago* á su hijo *Diego de Tavira*, por lusitano) en la cédula le llama portugués, y otro tanto se hace constar en la expedida desde Molíns de Rey el 13 de Noviembre de 1519, nombrando para idéntico cargo al portugués Pedro de Abreo á quien le asigna de sueldo anual 25000 maravedís. Tampoco consta como portugués, pese á los Señores ponentes, miembros de la Directiva, en ninguno de los «Asientos de los libros de cuenta y razón de la Tesorería de la Casa de la Contratación, de lo pagado desde la primera fecha á varias personas que luego intervieron en la Armada de la Especiería», y comprende del 2 de Mayo de 1515 al 25 de Septiembre de 1533, y por cierto que hay varios referentes al aludido, que nos permiten saber que en 1515 estuvo «en la armada que su alteza mandó hacer contra de los caribes», y que el 31 de Julio de 1519 se le libraron 45000 maravedís, «porque se le adelantaba un año por ir á la Armada de Magallanes y 20 ducados de oro para ayuda de costas», asi como también el 16 de Marzo de 1526 se pagaron á *Margarita Hernandez*, mujer que fué de *Vasco Gallego* «piloto de sus magestades defunto que Dios aya por sy y en boz de *francisco andero* e de *vasco gallego* sus hijos diez e seys mill e quinientos maravedis que ovieron de aver de resto de su salario que al dho vasco gallego defunto se le devia etc.». Ni en la Real Cédula del Emperador en que desde Valladolid, el 10 de Febrero de 1518, ordena á los

Oficiales de la Casa de la Contratación le paguen por años, ni en la lista de la expedición de Magallanes, en la cual se dá cuenta de que falleció el juéves, 28 de Febrero de 1521 é hizo testamento ante el escribano Sanchez Heredia, y si me prueban documentalmente de que en éste él se declara portugués, entónces me doy por vencido.

Pedro de Tolosa es *Pedro de Tolosa* y no Pedro de Lazcano, como pretenden, porque así declaró llamarse y consta, como dije y repito ahora: en la Relación de la gente que vá en las naos que Su Alteza manda enviar para el descubrimiento de la Especiería; en la de la gente que S. M. manda ir en la Armada de Magallanes y del salario que han de haber cada mes, destinada á la contabilidad de Cristóbal de Haro; en la nómina de sueldos, que dicen, al darse cuenta de que entró en lugar de Pedro Maldonado; en la Relación de los maravedíses que se han pagado á los grumetes que entraron á sueldo en las naos en lugar de los grumetes portugueses; en las Libranzas dadas por Cristóbal de Haro de las mercaderías que le dejaron en su poder, tantas veces citadas, como así consta en la del 20 de Marzo de 1523 á Pedro de Tolosa, despensero; en la comparencia del 22 de Abril de 1523 para deponer en Sevilla á instancias de Simón de Burgos, donde afirma además que iba en la *Victoria* por marinero y despensero, y esto debí de tener presente y no lo hice en mi enumeración de los supervivientes de la *Victoria,* en la cual figura y figura mal, entre los grumetes; y en Badajoz el 23 de Mayo de 1524 depone en igual forma, declara tener 25 años más ó ménos y *no firma por no saber*. De consiguiente, cuando al enrolarse en lugar de Pedro Maldonado, se le extendió la filiación como «hijo de Lazcano e María de Albistur, vecinos de Tolosa que es en la provincia de Guipúzcoa», ignoramos si tal nombre paterno es realmente un apellido, y entónces hace extrañar que no se hiciera como de otros preceder del nom-

bre de pila de su padre, ó si fué mala interpretación del amanuense que por contracción y aféresis de Blas Cano hiciera tal apellido, tan abundante como este en las Vascongadas. Sepan, pues, que de intento les he subrayado los nombres de los hijos de otros navegantes distintos de los de sus padres, para que recuerden que en aquella época de mayorazgos era costumbre bastante generalizada la de que el primogénito fuera el continuador del apellido paterno, pero no los otros y así debió de suceder con Pedro de Tolosa. Y al empeñarse en llamar á Pedro de Tolosa, *Pedro de Lazcano,* la lógica y el sentido común aconsejan, como les decía — pero parece que no quisieron entender, — que apelaran à Diego Gallego, *Diego Carmona,* por ser hijo de Francisco Carmona y María Perez, y á Juan de Santander, *Juan Debo*, por ser sus padres Gonzalo Debo y Catalina del Rio. Pero, hay más, Diego Gallego era de la misma localidad que Vasco Gomez Gallego, esto es, de Bayona de Galicia y en su consecuencia les decía que era «natural de Bayona de Minor, si no lo toman á mal», pues creía que, como geógrafos asumiendo el nombre y representación de nuestra Entidad, no lo ignorarían sino que habrian sufrido un ligero desliz al asegurar que el tal era de Bayona la Mayor; mas como lo han tomado á mal porque insisten en su falso juicio diciendo que se limitaron «á decir además del nombre y apellido con que figura en los documentos, lo que consta en alguno de ellos: *que era natural de Bayona la Mayor. en Galicia*» (1), les repito lo dicho, que es de *Bayona de Minor,* porque asi consta en los que debieran haber consultado: la nómina, como dicen, aunque en abreviatura la segunda parte; la Información hecha á instancia del Dr. Bernardino de Ribera para probar el derecho de los Reyes de Castilla à la

---

(1) *Boletín de la Real Sociedad Geográfica de Madrid*, tomo LXVI, año 1926, pág 423.

posesión del Maluco, en Badajoz el 23 de Mayo de 1524, *con todas sus letras*, como así les apunté ántes; numerosísimos documentos de Galicia, Simancas y Sevilla de los siglos medios y de aquellos referentes á dicha población, y en nuestra misma Real Sociedad Geográfica entre otros en el «Libro del conosçimiento de todos los reynos y tierras y señorios que son por el mundo — escrito por un franciscano español á mediados del siglo XVI», — dado á luz por el ínclito Marcos Jiméner de la Espada, á quien debiéramos llorar sinceramente, — leerán en la página 5 «Partí de portogal y fueme por la marisma del mar oçidental a la prouinçia de gallizia al puerto de *bayona de minor* y desi a portevedra y dende fuy a santander y a castro de vrdiales y a bilbao y a sant sebastian que es toda esta marisma del señor Rey de castilla y dende fuy a *bayona la mayor* que es en gascueña que esta asentada cabel mar de poniente y los montes pirinee el señor desta bayona a por señales un pendón blanco Con una cruz bermeja atal», y en las 182 y 183 de la misma obra, en el vocabulario geográfico del Sr Jiménez de la Espada, verán porqué á una Bayona llamaban *la Mayor* y á la otra *de ó del Minor*. — Por lo que respecta á Juan de Santander me dicen: «ni en la lista de embarque ni en la nómina de haberes se llama sino como indicamos nosotros (Juan de Sant Andrés) — *Sant Andrés puso Toribio Medina y San Andrés, Retana*» (1). Pero no dicen como se le llama en aquel documento amenazador, la «Relación del sueldo del personal *que regresó* en la *Victoria*». Parafraseándoles: «la transcripción de una palabra, *aunque no sea extranjera,* por un amanuense de mala ortografía induce á error»; pues no siempre dice lo que quiere y debe sino lo que le sale, y del mismo modo que á mí muchos me escriben tal como ántes

---

(1) *Boletín de la Real Sociedad Geográfica de Madrid*, tomo LXVI, pág. 423.

apunté, el escribiente de la Casa de la Contratación, erróneamente con seguridad, en la lista de embarque ó sea la «Relación de la gente que ba en las naos que S. A. manda ynviar para el descubrimiento de la especieria de que ba por capitán maior fernando de magallanes» á Juan de Santander tampoco le pone como dicen Juan de Sant Andrés, sino *johan de santandres,* esto es, en una sola palabra, y *juan de santandr̃s»,* en la «Relación de la gente que su magestad mandó yr en el armada de Magallanes y del salario que an de aver cada mes», miéntras que en la nómina «juan de sant andrés, natural de Cueto, hijo de Gonzalo Debo e Catalina del Rio v^{o}_{s} de *santan* etc.» — con tal abreviatura que lo mismo puede referirse á Santandrés que á Santander; — y como Cristóbal de Haro, más culto que aquel escribiente desde luego, y bien informado, al librarle el certificado de las mercaderías que le dejaba en su poder el 20 de Marzo de 1523, escribe *Juan de Santander,* además de que, como he dicho, es costumbre entre la gente de mar, marineros ó pescadores, tomar el nombre del puerto ó localidad de que proceden, el buen sentido aconseja denominarle como digo y esto debieran también haber tenido presente los aludidos por dichos Señores.

Prosiguen: «En lo que toca al Maestre Pedro, *nos sumamos á las fundadas conjeturas de Retana, quien duda de que fuese español, y de Toribio Medina, quien le dá seguramente por extranjero y se inclina á tenerle por francés*» (1). También de mí, Retana, con igual fundamento dice en «El Bibliófilo Filipino» que soy mestizo filipino y no tengo nada de lo uno ni de lo otro. ¿Y cómo no sumarse?, si tan medrosos en apuntar donde nació Hans, tuvieron aplomo bastante para señalar á Evreux, como el de Ricardo de Nor-

(1) *Boletín de la Real Sociedad Geográfica de Madrid*, tomo LXVI, 1926, pág. 423.

mandía, tal vez para sumarse al autor de tanto desacierto, como se contiene de este Viaje, en el volúmen XXXV, año 1921 y página 524 de *La Géographie*, el Miembro de la Comisión Central de la Sociedad Geográfica de Paris é historiador de la Marina francesa, don Carlos de la Roncière, que, Delegado por ella en Guetaria, supo valerse de mi labor hecha para leerla yo en las fiestas del Centenario de dicha Entidad, y que desde Barcelona, insinuado por el Secretario, envié con antelación certificada, y mucho después la misma traducida á esta Real Sociedad Geográfica. Pero, por mis estudios posteriores *Biuz* no es *Bayeux*, ni *Ebuás* es *Evreux,* como conjeturaba entónces, sino que *Biuz* es *Briouze* en el «Petit Perche», hoy departamento del Orne, y *Ebuas* la villa de *Anboy* (Amboy) — que ignoro si existe actualmente, pero sí afirmo existía aún en el siglo XVII, — en el Auge, Calvados, acerca de cuyos moradores la obra de tal época de donde tomo estos datos, contiene: «la nota que les ponen de que fácilmente se desdicen, ó niegan la palabra, no debe entenderse de las personas de calidad, pero queda este defecto, si lo hay, en el vulgacho».

Dilucidado lo precedente, veamos lo del *bombardero,* y no *sobresaliente* como dicen, Maese Pedro.

Tanto en las listas como en los documentos auténticos de este Viaje que conocemos, ó al ménos que conozco yo, no figuran, más que los apuntados por mí:

FRANCESES

En la *Trinidad:* El bombardero *Juan Bautista,* natural de Montpellier; en la travesía de Poloán á Tidore, pereció el 4 de Noviembre de 1521, á consecuencia de las quemaduras que sufrió «de cierto fuego de pólvora que le quemó la cara», al abordar un prao frente á Quipit. Bombardero igualmente, *Guillermo* Taneguy, de quién dudaba entre declararlo flamenco ó francés, pero me inclinaba por lo último,

como bretón de la isla de Groix (pues en el rol se dice «de elila de Groya), murió en la celada de Cebú el 1º de Mayo de 1521. *Petijuan,* conocido por Juan Francés, sobresaliente y criado de Magallanes, natural de Angers en el Anjou, pereció también cuando el anterior; y otro sobresaliente *Juan Colin,* de Tolosa de Francia, después de cobrar en Sevilla el anticipo de cuatro meses como los demás, desertó.

En la *San Antonio:* el capellán *Bernaldo Calmeta* (Bernard Calmette) de Laytora (Lectoure); el condestable *Maestre Jacques* de Tua Lorena (Toul, Lorraine); *Juan de Francia,* también como el de la *Trinidad* conocido por Juan Francés, de Rouen, marinero, y el grumete *Colin Baço, Colambaço* ó *Columbazo* de Bologna (Boulogne), regresan todos á La Muela (Sevilla) el 6 de Mayo de 1521.

En la *Victoria: Ximón ó Simón de la Rochela,* calafate, de la parroquia de Santa María de Ré en La Rochelle, pereció en la matanza de Cebú el 1º de Mayo de 1521. *Filiberto* ó *Feliberto,* que firma Feliberto de Feranot, lombardero, natural según el rol de Torres en Totaina (Toul, Touraine) ó de Vrienes en Turán (Brennes, Touraine), según la lista de defunciones y la liquidación de sus haberes, dejó de existir el domingo 1º de Septiembre de 1521 en Poloán, á consecuencia de las heridas recibidas en Mactan el 27 de de Abril de 1521. *Esteban Billon* ó *Villon*, llamado también *Esteban Bretón,* de Trosyc (Trossic) en Bretaña, es marinero y perece el 14 de Julio de 1522 en la isla de Santiago, pero en la liquidación de sus haberes esta fecha está transferida al 6 de Agosto. En lugar del grumete portugués Alvaro Hernandez, entró el narbonés *Cristobal Mahuri* (Maury) conocido asimismo por *Bernardo, Bernaldo* y *Bernal Mauri* ó *Mavri;* enfermo, testó; muriendo el 18 de Mayo de 1522 á la altura del Cabo de Buena Esperanza, y en su liquidación transferida al 28 del mismo mes.

En la *Santiago:* el contramaestre *Bartolomé Prior* (*Préault,*

tal vez), denominado también *Bartolomé de Samalo, Malo Francés, Malo* y *Malvo,* más antiguo que El Cano en la escuadra, natural de San Malo, pasó á la *Trinidad* y después de penosa odisea murió en Malaca á fines de Noviembre de 1524. *Ricardo de Normandía,* carpintero, que gozó de los nombres de *Raxar, Ryxart, Richart, Richarte de Normandía* y *Ruger* ó *Roger Carpintete,* en el rol figura como natural de Biuz, esto es, Briouze, y al deponer en Badajoz el 21 de Mayo de 1524, declara bajo juramento ser de la villa de Ebuas (Anboy): *fué el único de ellos,* superviviente y protorrodeador del mundo. El bombardero *Maestre Lorenzo* es el apelado *Lorenzo Corrut* ó *Corrat,* de Falesa (Falaise), trasbordó á la *San Antonio* para cubrir la baja del lombardero Roger Duprêt, y de consiguiente regresó á La Muela (Sevilla) el 6 de Mayo de 1521. También era bombardero *Juan Macia, Juan Macias* (Maciá) ó *Juan de Troya.* de quien olvidé entónces citar su naturaleza, que es Troya (Troyes, capital que fué del Condado de Campaña ó sea la Champagne, hoy departamento del Aube), pasó á la *Trinidad* con igual cargo y murió en ella el 27 de Octubre de 1522. *Pedro Gaston, Pedro Gascón* ó *Pedro Gasco,* de Burdeos, marinero, pasó á la *Victoria,* falleciendo en ella, testado el 12 de Mayo de 1522 á la altura del Rio del Infante, en las costas de Cafrería, y su liquidación consta hasta el 12 de Junio. Y los grumetes bretones *Juan Bretón* ó *Juan Blas,* de Trossic y *Pedro Arnaot* ó *Pedro Bretón* de Horray (Auray) según unas señas ó de Croy (Groix) según otras, fallecidos en la *Trinidad* el 15 de Septiembre de 1522 éste y aquél dos días después, *son todos los de esta nacióo que figuran en tal escuadra.*

FLAMENCOS

Como tales citaba en primer lugar á Guillermo Taneguy, de quien he hablado ya. El bombardero *Rogel Dupret* (Roger

Duprêt) dicho *Rojel de Upret,* de Menaino ó Monayno (Menin), murió en el Puerto de San Julián el 22 de Mayo de 1520, y *Pedro de Urrea,* dicho *Pierres,* natural de Brujas, que de criado de Antonio Coca pasó á ser escribano de tal nao y regresó á La Muela el 6 de Mayo de 1521, se hallaban en la *San Antonio.*

En la *Concepción* iban los lombarderos *Maestre Pedro,* de Bruselas, que habiendo pasado á la *Trinidad* y desembarcado de ella en Tidore, prisionero de los portugueses, murió en el trayecto á Malaca el 1523, y *Roldán de Argote* (Roldan d'Argot), llamado también *Roldán de Arbote, Arbot y Roldán de Argar,* de Brujas, en Bohol pasó á la *Victoria,* y después de apresado en la isla de Santiago del Cabo Verde, regresó á España y sirvió de testigo á Simón de Burgos.

Y en cuanto á los otros dos de la *Santiago* y naturales de Amberes ambos, el marinero *Antonio Flamenco,* también apelado *Antonio de Burgos,* que pasó á la *San Antonio* volvió á España en ella, y el paje *Juan Flamenco* que trasbordó á la *Victoria* en Agosto de 1520 y falleció el 9 de Febrero de 1521, completan la dotación de esta nacionalidad, é.

INGLESES Ó MÁS BIEN BRITANOS

El condestable de los lombarderos de la *Trinidad, Maestre Andrés* (Master Andrew), de Bristol; murió en las Marianas el 9 de Marzo de 1521, fecha pasada en la liquidación de haberes al 9 de Mayo.

Juan Jorge (John Georges), lombardero de la *San Antonio,* de Silvedrin, regresó á La Muela.

Y los de la *Concepción, Mateo de Gorfo* (Matthew) of Watford) dicho también *Mateo Griego,* marinero, de Gorfo (Watford) trasbordado á la *Victoria,* desertó en Borneo el 15 de Julio de 1521. El grumete *Guillén* ó *Guilen* (William), que murió en el Rio de Solís ó sea el Rio de la Plata, el

25 de Enero de 1520; *Guillermo de Lole* (le pone el escribiente del rol, natural de Lole (Loughrea?) denominado asimismo *Guillermo Yres,* que falleció el 13 de Septiembre de 1522, igualmente grumete, y el paje *Juanillos* (Johnny), llamado *Juan Yres* (John Eyres) y Juan Aires, fenecido el 20 de Octubre de 1522, todos ellos de Galbei (Galway), completan el cuadro de los britanos.

Como se vé, el tal Maese Pedro no es ninguno de los de estos países; ni de los otros no ibéricos que he omitido por no abusar; ni ningún polizón, porque en documento alguno se menciona que álguien de tal calaña se embarcara; ni tampoco es de los alistados en Canarias, porque como confiesa y reconoce el mismo Retana no fueron más que tres: Artiga, que murió en Cebú el 1º de Mayo de 1521; Hernán Lopez, que entró en lugar de Lázaro de Torres y falleció el 27 de Septiembre de 1522 y el portugués Blas Alfonso, que desempeñando la plaza de despensero de la *Trinidad* pereció el 24 de Octubre de 1522. Ahora bien, apunté á Pedro de Bilbao como aquel Maese Pedro, teniendo en cuenta los que en la *San Antonio* llegaron á La Muela, los acaecimientos de la Armada de Magallanes á contar desde Canarias y la circunstancia de ser la nao mandada por Juan de Cartagena, no sólo la mayor, como dije, sino la mejor dotada; pues tenía dos pilotos, Andrés de San Martín y Juan Rodrigez de Mafra y dos calafates, Pedro de Bilbao y Martín de Goitisolo, miéntras que las demás, incluso la *Trinidad,* á las órdenes de Magallanes, uno de cada clase disfrutaban. El 12 de Julio de 1520, falleció el calafate Felipe de la *Trinidad,* y de la *San Antonio,* que ya la mandaba Mezquita, pasó á cubrir su baja Pedro de Bilbao, y ántes, el 22 de Mayo de 1520, al naufragar la *Santiago,* había pasado á ella Juan García, con lo que resultaba la Almiranta, como era natural, la mejor dotada; más tarde, el 1º de Abril de 1521, murió el de la *Victoria* Simón de la Rochela, y su vacante la

suplió Pedro de Bilbao, y después cuando la *Concepción* fué incendiada en Bohol y la gente de ella distribuída entre las dos restantes, su calafate Hernando ó Antonio de Basazabal pasó á ser contramaestre de la *Trinidad,* no obstante de serlo y el más antiguo de la flota, Bartolomé Prior, aunque desempeñara en dicha nao plaza bien distinta. Por otra parte, al abandonar á Sevilla la escuadra de Magallanes, cada nao tenía tres lombarderos, de ellos uno condestable, á excepción de la *Santiago* que tenía dos; después de celebradas las paces y amistades con los reyes de las Molucas, reducidas á dos como lo estaban las naos, la *Trinidad* contaba con Hans Vargue (Bargen ó Wargen) por condestable, Maese Pedro (el de Bruselas) y Juan Maciá, y la *Victoria* con Hans, como condestable ya, Roldán de Argote y Pedro de Bilbao; y después de ser este apresado en Santiago de Cabo Verde por los portugueses, suplió su falta hasta llegar á la Península Nicolao de Napol. Y para apurar el tema de los trece aprehendidos en Cabo Verde, como para la historia de los más grandes descubrimientos geográficos

«— Os dois extremos da terrestre esfera
Dependem de Sevilha e de Lisboa»

suplico á lusitanos y españoles que con verdadera nobleza, fé y amor se dedican á estos estudios, que quieran desentrañar de los respectivos Archivos todo cuanto á ellos se refiera y comunicármelo, si les es posible.

Finalmente, resta el desdichadísimo Simón de Burgos á quién se empeñan en no darlo por español. «*Por portugués le tienen Toribio Medina y Retana, este último aún después de estudiar los documentos de Coria á que alude el señor Gummá y Martí;* pues *Retana* asegura no haber hallado «el menor dato que desmienta el que hubiera nacido en Portugal». La relación de sueldos de quiénes hubieron de volver

en la *Victoria,* documento no conocido por el señor Gummá, es terminante en sus afirmaciones: «Ximón de Burgos, sobresaliente, que fué en la nao Victoria, el cual se pone natural de Burgos, y es portugués, y fué contra el mandato de S. M. y no es de los que acá fueron señalados por portugueses, y según fama, dicen que este fué causa y hizo que se prendiesen, en el Cabo Verde, á los que allí prendieron: venció de su suelto tres años y veintiocho días» (1). Efectivamente, hay quiénes que con muy poco se contentan y, por lo visto, ya saben que no conozco este documento para mí tan tremebundo; pero para sostener lo que sostengo, tuve en cuenta además otro del Septiembre de 1522 que debe ser del conocimiento y dominio de dichos ponentes que dice así:

«Ximón de Burgos, sobresaliente, que fué en la nao *Victoria* y se puso natural de Burgos, y era portugués, fué de más de los doze que su magestad mandó fuesen, y no fué de los doze nombrados por el capitán, y según fama dizen que fué causa que prendiesen en el Cabo Verde á los de la nao *Victoria,* venció de sueldo tres años y XXVIII días, á razón de DCCC por mes monta XXIXUDXXVIII° maravedís, de los cuales se revaten IIIUCC *que se le dieron de* socorro en Sevilla, réstasele deviendo XXVI U CCC XXVIII°

mas ovo de aver III° U CCCXL de cinco meses y XVII días que estuvo en el Cabo Verde III U CCCC° XL

XXX U DCC LXVIII°

pagósele para en cuenta de lo que ovo de aver VI U DCCL los quales le dió Diego Díaz en Sevilla á cuenta de su sueldo y *se los dió de socorro para venir á la corte* VI U DCC L»

Y estos 6750 maravedís no se los pediría de socorro á Diego Díaz para ir á la corte á pasear y lucir su garbo, sino

(1) *Boletín de la Real Sociedad Geográfica de Madrid,* tomo LXVI, 1926, pág. 423 y 424.

para demandar justicia contra el desafuero que se le hacía con tales acusaciones anónimas, y puesto que ántes, á su llegada, para vivir entretanto en Sevilla había necesitado 3200 de socorro se comprende muy bien, dada su humilde condición social, que su hacienda ménos que menguada sería, y de consiguiente tanta tenacidad é insistencia en impugnar aquellas, dá lugar, para mí, á una presunción *juris tantum* á su favor; pues de ser verdad que fuera portugués, temeridad hasta la locura mostrara al oponerse, como lo hizo, malbaratando los pocos recursos con que contaba, y de creer es que en tal caso y en pleno juicio no lo hubiera realizado.

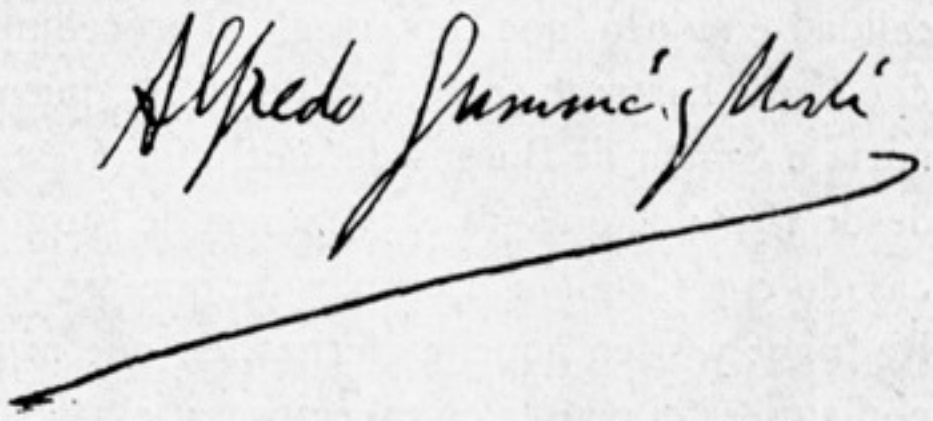
Ahora bien, judio ó no, al enrolarse y deponer sus cualidades se declara ser *Simón de Burgos*, natural de dicha ciudad é hijo de Pedro Doña, esto es, *Pedro de Oña*, población burgalesa y por lo tanto bien castellana, y de Mencia de Estrada, nombres estos últimos que tanto pueden ser portugueses como españoles; los cuales, es de creer, no los inventara sino que serían reales y efectivos, como lo eran también los que declararon los contados portugueses que sin autorización fueron, y los de aquellos á quienes se tildó de tales con ó sin razón, con la diferencia de que en tanto él por su nombre propio y por el de su padre es bien español, los otros, tanto pueden serlo como portugueses. De regreso á Sevilla, después de liberado, vése con la imputación tal, y sabe Dios los designios de los tales acusadores; y no siendo verdad, natural es que se revolviera en contra de semejantes supuestos: de ahí, la petición de socorros para acudir á la Córte, y de ahí, la información hecha en Sevilla el 23 de Abril de 1523 para demostrar su inocencia en la prisión de los trece de Cabo Verde, cuyo escrito, debido al licenciado Martin de Fuentes, comienza «Simón de Burgos vecino de Ciudad Rodrigo parezco etc.», con un interrogatorio de preguntas que adveraron contestes los testigos Pedro de Tolosa, Roldán de Argote y Gomez Fernandez, añadiendo este úl-

timo á la cuarta pregunta, de que «el dicho Simón dixo allí que era pariente de los caldeos». Por *Simón de Burgos,* y de consiguiente, por español le tenían estos testigos cautivos y libertados al mismo tiempo que él, y para acreditar más esta cualidad, el 9 de Junio de 1523 tiene lugar en Coria á su instancia la «probanza hecha para demostrar que no era portugués y sí vecino de Ciudad Rodrigo», presentando al licenciado Rodrigo de Burgos, vecino de Coria, testigo de calidad é idóneo, que con arreglo al procedimiento de aquella época era bastante en defecto de otros; quien adveró que conocía á Simón de Burgos de diez años á esta parte, esto es, desde 1513; de que era el tal Simón de Burgos; que se había casado con Catalina Alonso, y de que era vecino de Ciudad Rodrigo: y si en aquellas fechas, en que ni remotamente se podía creer ni pensar en tal empresa, el tal Simón de Burgos era creído y tenido en la localidad por tal y por español, la presunción es favorable á éste, y adquiriría mayor fuerza y fuera certeza si pudiera encontrarse en Ciudad Rodrigo su cédula de casamiento con la tal Catalina Alonso. Y por último, en «El Descubrimiento del Estrecho de Magallanes» publicado por los P. P. Pastells y Bayle de la Compañía de Jesus, se cita como existente en el Archivo de Indias una «petición presentada por Simón de Burgos para que se le pague su sueldo del tiempo que sirvió en la Armada de Magallanes», datada el 6 de Septiembre de 1523, que no he consultado, pero que puede ser consecuencia y remate de las anteriores, y he aquí cómo donde el Académico de la Historia don Wenceslao E. Retana no halló «el menor dato que desmienta el que hubiera nacido en Portugal», yo por el contrario, no he hallado «el menor dato que desmienta el que hubiera nacido en España y ménos el que me pruebe que haya nacido en Portugal».

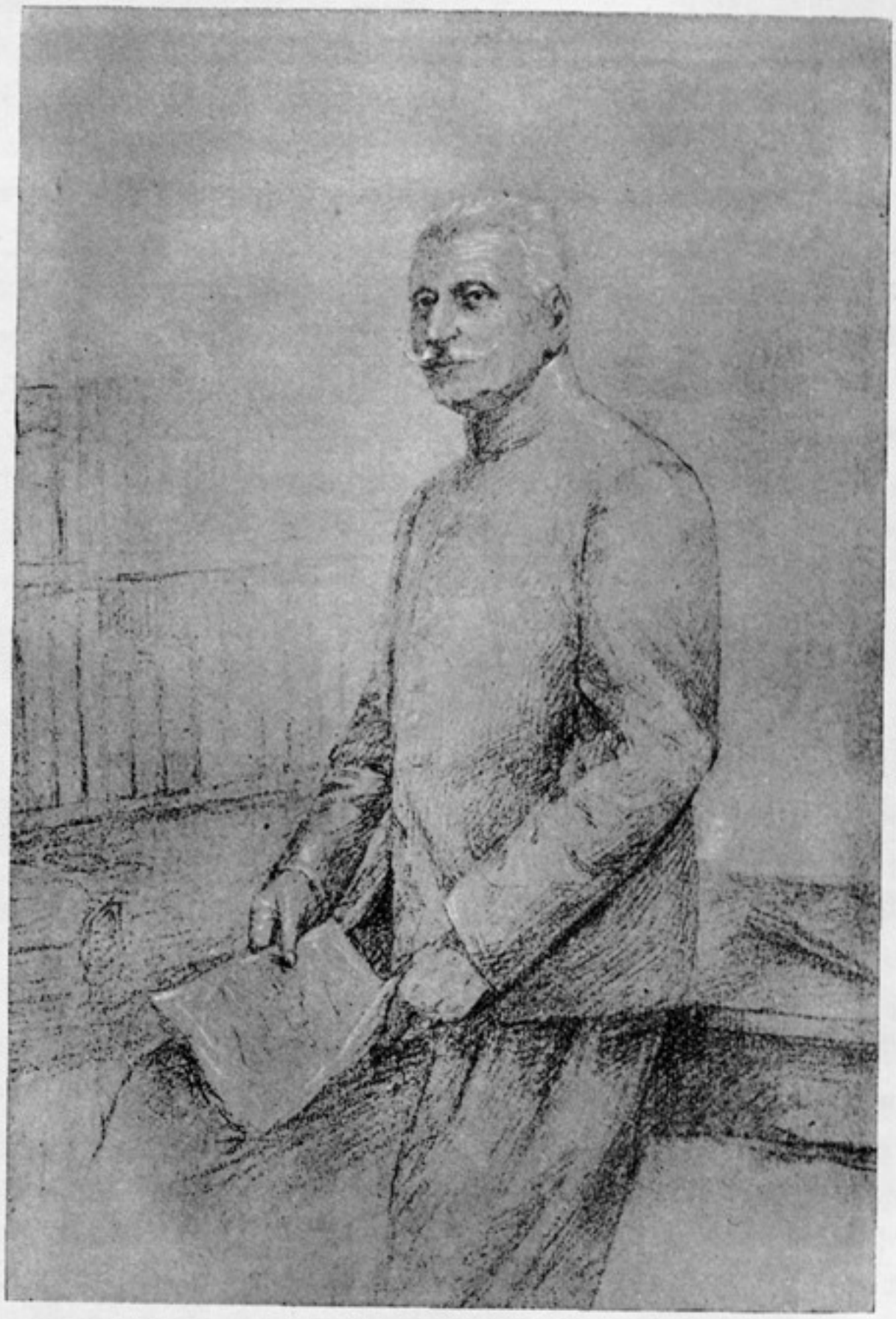
Quedan, pues, satisfechos los Señores ponentes y esta Real Sociedad Geográfica; y véase á lo que se expuso al

hacerse solidaria de ellos, por olvidar la prudente advertencia contenida en las portadas de sus Boletines y hacer caso omiso de «uno de los más antiguos socios de la Corporación», que si bien es maduro, aún le faltan algunos años para la vejez.

Blanes y Diciembre 7 de 1927.



ADVERTENCIA IMPORTANTE. — Repasando lo escrito y con referencia al piloto portugués Esteban Gomez digo: «á quién no se le admitió como grumete de la *Santiago* á su hijo *Diego de Tavira*, por lusitano», y quién no se le admitió por ser tal fué su hermano Juan Gomez; en cuanto al *Diego de Tavira,* igualmente rechazado, era natural de Tavira é hijo de Vasco Gomez é Inéz yañez, que no deben ser confundidos y ninguna relación tienen con los padres del grumete *Vasco Gomez Gallego,* quienes eran Vasco Gomez Gallego y Catalina García; todo lo cual, como se vé no influye á lo esencial del escrito ni à la afirmación que hago respecto á los mayorazgos.



CONDE HENRY DE CASTRIES

OS PORTUGUESES
NA OBRA DO CONDE HENRY DE CASTRIES

O falecimento recente do Conde Henry de Castries, em Paris, na sua velha casa da rua do Bac, sugere-nos, tanto pelo interessante e belo quadro da sua biografia, como pela importância da fecunda obra que deixou, as modestas considerações que se seguem e que, já em resumo, tivemos ensejo de fazer na Academia das Sciências de Lisboa.

Não era o Conde Henry de Castries sócio daquele ilustre grémio, se bem que muito em breve para essa distinção deveria ser proposto como era intenção do sr. Dr. David Lopes, que, de há muito, vinha mantendo relações com o Conde de Castries, cuja obra muito bem conhece, sabido como é de nós todos a competência com que o sr. Dr. David Lopes se vem dedicando, já como professor, já como académico, à história do nosso antigo domínio em Marrocos. Uma outra circunstância imperou também em nós para não deixarmos passar sem reparo e sem algumas palavras de comovida e respeitosa homenagem a morte do Director da Secção Histórica do Protectorado Francês de Marrocos, grande amigo do Marechal Lyautey, um dos seus oficiais mais brilhantes, um dos seus mais úteis e valiosos colaboradores, com êle precursor e pioneiro da admirável obra da expansão francesa no vasto império marroquino. Quero referir-me às relações que por correspondência vínhamos mantendo com o Conde Henry de Castries desde Março de 1920, data em que, após a doença, a que se seguiu a morte do erudito e prestimoso

investigador sr. general Brito Rebêlo, o meu obscuro nome foi lembrado para continuar a colaboração que Brito Rebêlo lhe vinha prestando na investigação e análise dos documentos necessários ao volume que o Conde de Castries destinava a Portugal na história das suas relações com o império cherefiano. À preparação dêsse volume se vinha o Conde de Castries dedicando com entusiasmo, acarinhando a idea de que êle seria um dos mais interessantes da sua obra, particularmente importante para nós pelo relêvo que nêle pretendia dar ao glorioso passado do nosso país.

Assim no-lo dava a conhecer em várias cartas suas, tôdas mais ou menos semelhantes aos extractos de duas dessas cartas que a seguir transcrevemos, especialmente com o propósito de mostrarmos a admiração que o Conde de Castries tinha pelas tradições da nossa história e pelos admiráveis vestígios que ela havia deixado em Marrocos:

«Paris, le 3 janvier 1925.

«Cher Monsieur. — Je suis très sensible à vos bons souhaits et je vous adresse mes meilleurs voeux pour 1925. Puisse la nouvelle année resserrer les liens créés par notre collaboration à une œuvre qui commémorera le glorieux passé de votre pays!

«Mes amitiés. — (*a.*) Conte H. de Castries».

Na outra carta, quanto à tarefa em que andava empenhado de adiantar o volume sôbre Portugal, expressava-se da seguinte forma:

«..... .....

«Je travaille sans relache avec mes adjoints à la préparation du volume «Portugal» et nous attendons vos envois come les Israélites attendaient la manne».

.....

A-pesar-da sua idade já avançada, pois faleceu com

76 anos, a sua actividade, a sua energia, as suas nunca enfraquecidas faculdades de trabalho, pressentiam-se através das suas cartas, da firmeza da mão que as escrevia, do espírito culto e metódico que as ditava, profundamente conhecedor da nossa bibliografia histórica, ìntimamente relacionado com tôda essa pléiada de governadores, com tôda essa falange de bravos e homens de prol que desempenharam um papel importante na história das nossas relações com Marrocos. As suas cartas, as suas obras são pois um vivo testemunho da privilegiada actividade do seu espírito, da riqueza e variedade de elementos que compunham a sua atraente personalidade e que reüniam nêle, na feliz e significativa expressão do seu biógrafo e sucessor no cargo, Mr. Pierre de Cénival, os dons mais diversos e na aparência mais opostos:

«À la fois homme de guerre et homme d'étude, homme d'autrefois et homme d'aujour d'hui, croyant et critique, il savait concilier du raffinement et de la simplicité, de l'autorité et du libéralisme, de l'énergie et de la douceur. De tout cela il avait composé une sorte de sagesse sereine et bienveillante, pleine d'indulgence pour les hommes, leurs intrigues, leurs ambitions. La violence qu'il avait au fond de son caractère n'apparaissait plus qu'en des rares sursauts.

«Domptée, elle alimentait une grande generosité de coeur et une vitalité puissante, qui lui permit, à lui qui avait déjà combattu en 1914, à la tête du régiment territorial qu'il commandait depuis dix-sept ans avec le grade de lieutenant-colonel de réserve.

«De soixante-quatre ans à soixante-sept ans on le vit tenir presque constamment les premières lignes. Il ne les quitta que pour être mis en disponibilité, bien malgré lui, lorsqu'on supprima en 1917 un grand nombre de régiments

territoriaux. Alors il retourna modestament à son labeur d'historien» (1).

Foi pena que o Conde de Castries, cuja figura veneranda Mr. de Cénival esboçou nas palavras que com a devida vénia acima transcrevemos, não podesse ter a íntima e bem justificada satisfação de ver publicado o volume que vinha preparando sôbre a acção de Portugal em Marrocos, quando a tarefa, em que tanto se empenhara, estava prestes a atingir o seu fim. Seria talvez o vago pressentimento da sua morte que lhe afervorava o desejo de abreviar a publicação do rico material que formaria o último volume do seu admirável *Corpus,* abundante repositório, cúpula da sua obra *Sources Inédites de L'Histoire du Maroc,* que bem pode considerar-se um monumento de erudição e de importância capital para o estudo das relações comerciais e políticas que os diversos países da Europa mantiveram com o império marroquino nos séculos passados. Ao sentir aproximar a sua última hora, a mágoa de deixar incompleta a sua obra teria sido, porém, atenuada com a doce compensação e a assegurada promessa de que tanto esfôrço dispendido, tão corajosa e persistente actividade, seria continuada, sem desfalecimentos, pelos seus dedicados colaboradores.

*
* *

Há muito de interessante e digno de atenção, tanto na biografia, como na obra do Conde Henry de Castries, e por isso nos permitimos dar aqui, de uma e de outra, ligeiros, mas expressivos traços que possam mostrar, num rápido

---

(1) Pierre de Cénival — *Le Comte Henry de Castries* (Introdução do tômo III, *Sources Inédites de L'Histoire du Maroc,* 2.ª série, *Archives et Bibliothèques de France*).

esbôço, o perfil da sua dupla personalidade a que acima fizemos referência ao transcrever as palavras do seu biógrafo. Homem de incansável actividade, um dos mais brilhantes oficiais do exército francês em África, homem de estudo, tão apaixonado pela história, tão severo e tão disciplinado no método e no rigor dos seus processos de investigação, que aos cinqüenta anos se matricula e segue com assiduïdade o curso da Escola das Cartas de Paris, centro admirável de erudição e cultura onde se educam e preparam todos os que pretendem ingressar nos selectos e escolhidos quadros do funcionalismo superior das bibliotecas e arquivos e onde se cultivam e professam as necessárias e indispensáveis sciências auxiliares da investigação e da crítica histórica. Tendo saído aos vinte e dois anos da Escola Militar de *Saint-Cyr*, já a êsse tempo, diz-nos o seu biógrafo Mr. de Cénival, a cujas informações nos reportamos, êle contava no seu activo uma campanha, pois que fôra alistado como voluntário e ferido no pôsto de sargento na guerra franco-prussiana de 1870, tendo sido promovido por distinção ao pôsto imediato.

Em 1873 a sua partida para a Algéria como oficial de um regimento africano teve, ao que parece, uma influência decisiva na orientação da sua vida. O convívio com os árabes, cuja língua aprende, a sua permanência na Algéria e depois em Marrocos, o profundo conhecimento que do vasto território marroquino adquire nas observações topográficas e na bela obra de cartografia que com sagacidade e exactidão prepara de forma a facilitar a missão do exército de penetração francesa no império marroquino, cujas campanhas segue, a sedução que no seu espírito exerce a vida árabe, os seus usos e costumes, o que o leva a recrutar bons e dedicados amigos entre os próprios chefes indígenas, tôdas estas circunstâncias, todo êste conjunto de sugestivas impressões o prendem, num interêsse cada vez mais crescente

e definido, numa vocação cada vez mais acarinhada e dominante, ao pensamento de escrever a história de Marrocos. Com êste desígnio entendeu, porém, o Conde de Castries que outro deveria ser o caminho a seguir, diferente de todos os outros seguidos pelos que até então haviam escrito sôbre Marrocos, não sòmente bordando, com mais ou menos fantasia, narrações baseadas no que alguns viajantes contavam, com muita lenda à mistura e tantas vezes com um falso e errado conceito da sua civilização, mas reünindo primeiro, para uma sólida construção histórica, os riquíssimos e indispensáveis materiais dispersos pelos arquivos das diferentes nações que com Marrocos haviam mantido, em épocas passadas, relações políticas ou comerciais.

A grande maioria dos que até então escreviam sôbre o vasto império dos cherifes, diz êle na introdução do seu primeiro tômo, eram copistas, resumidores ou remendadores de livros e por isso acontecia ver-se uma obra nascer doutras como das próprias cinzas, sob uma forma mais ou menos rejuvenescida.

A par dêstes, outros havia que, ou reproduziam as narrações das obras dos seus predecessores sem conhecimento dos lugares que descreviam, ou conhecendo e tendo visto êsses lugares os representavam, mais com as côres da sua imaginação, para melhor estimularem a curiosidade do leitor, do que com os traços e as perspectivas flagrantes da realidade.

Provada ser de pouca confiança e insuficiente a documentação pelo livro, impunha-se, pois, ao Conde de Castries, a tarefa de procurar novos elementos de informação recorrendo às fontes autênticas, aos documentos originais, em virtude do princípio que estabelecera, por êle tão expressivamente traduzido na frase do inglês Marx Pattison, que, como divisa, adoptara e fizera inscrever no frontespício de cada volume da sua obra: *History cannot be writen from manuscripts.*

Com efeito, sem manuscritos, sem a publicação metódica do rico material dos arquivos não pode haver história e, para que esta seja uma resurreição, como quer Michelet, a vida de uma nacionalidade, o eco das suas alegrias e das suas dores, das suas cóleras, dos seus defeitos e virtudes, emfim a multiplicidade de elementos que definem as suas aspirações, a sua alta finalidade, é necessária, para isso, uma tarefa igual áquela que o Conde de Castries corajosamente empreendeu quanto a Marrocos.

Para dar cumprimento ao seu vasto programa começou pois a recolher, numa activa e paciente investigação, cópia de documentos dispersos nos arquivos da França, dos Países-Baixos, da Inglaterra, da Espanha e de Portugal, relativos à história de Marrocos de 1530 a 1845, formando assim um vasto repositório de informações que ficará sendo por muitos séculos um poderoso instrumento de trabalho, a base, na frase justa e apropriada de Mr. de Cénival, de futuros estudos sôbre Marrocos e a África do Norte.

*
* *

Em tôda a obra do Conde de Castries a importância do papel que os portugueses desempenharam em Marrocos no século XVI ressalta dos documentos que consultou nos diferentes arquivos da Europa, figurando, em primeiro lugar, os elementos de investigação recolhidos nos arquivos e bibliotecas de França, rico e abundante material que lhe deu seis grossos tomos, três da primeira série e três da segunda.

Além da introdução com o vasto programa que o seu autor se propõe realizar, abre o primeiro tômo com um mapa das dinastias marroquinas de 1470 a 1570 e o seu respectivo sincronismo com a história de Espanha, de Portugal, de Inglaterra e de França.

As espécies que particularmente interessam a história portuguesa ali publicadas, são, na sua maior parte, extraídas da colecção de documentos e de cópias que formam o fundo português da Biblioteca Nacional de Paris, cujo assunto principal é a consulta feita por D. João III a vários fidalgos e prelados do reino e as suas respectivas respostas, acêrca da conveniência de abandonar as nossas praças do norte de África pela guerra que nos faziam os reis de Fez e de Marrocos e que ao país custavam pesados tributos em vidas e em dinheiro.

No mesmo tômo vem também publicado o original da memória relativa ao cêrco que o cherife Moulay Abdallah pusera a Mazagão em 1562, no intuito de fazer cessar todo o domínio cristão em Marrocos.

Nessa memória trata-se especialmente da decisão que o conselho de regência (D. Catarina e o Cardial D. Henrique na menoridade de D. Sebastião), havia tomado, de fazer sair da praça os não combatentes, do oferecimento e voluntário alistamento que a nobreza do reino fizera para a ir socorrer, seguindo-se a lista dos fidalgos que para ali haviam partido, narração dos assaltos que se fizeram contra a fortaleza e finalmente publica-se a lista dos mortos e feridos nos combates que se travaram até ao levantamento do cêrco.

De interêsse para nós é também o inquérito feito em Évora, de 26 a 30 de Setembro de 1583, pelo corregedor da côrte, documento original pertencente à colecção Simancas dos Arquivos Nacionais de Paris, contra o coronel francês Pitton, embaixador do rei de França junto do rei de Marrocos, o qual havia sido denunciado pelo capitão Baptista Auxilia, comandante do galeão São Pedro, sob a acusação de fazer contrabando de guerra vendendo aos mouros artelharia e outras armas. Há neste documento uma curiosa referência ao desenvolvimento que a indústria das plumas havia tomado em Marrocos por causa da moda dos penachos

nos chapéus, indústria que ali tinha o seu principal e mais importante centro de comércio por serem as plumas da Barbaria as mais estimadas e preferidas.

Na correspondência do diplomata espanhol Chantonay, embaixador de Filipe II em França, nas cartas que o Barão de Fourquevaux, embaixador da França em Espanha, dirige a Carlos IX e a Catarina de Médicis, como na correspondência do seu sucessor Vivonne, há também matéria interessante para a nossa história e curiosas referências à situação de hostilidade em que, por volta de 1569, Portugal se encontrava com Marrocos, ao socorro de Seuta, Tânger e Mazagão, praça que estava na contingência de sofrer rudes ataques dos mouros, e finalmente aos preparativos que em 1570 o moço e cavalheiresco rei D. Sebastião começava a fazer para a sua primeira jornada de África.

No tômo II, com elementos de investigação recolhidos, como acima dissemos, nos arquivos e bibliotecas de França, entre os quais especialmente se destacam os documentos da já citada colecção Simancas dos Arquivos Nacionais, o seu interêsse, pelo que diz respeito aos assuntos da nossa história, longe de esmorecer, antes aumenta, pela importância dessas fontes e pelas referências que ali abundam às nossas relações com Marrocos no século XVI. Logo nas suas primeiras páginas a nobre figura do Conde de Monsanto, senhor de Cascais, é posta em relêvo na carta que Catarina de Médices escreve ao Rei de França Henrique III pedindo-lhe para interceder, junto do cherife Moulay Ahmed, pela liberdade do fidalgo português, que havia sido um dos prisioneiros de categoria da batalha de Alcácer-Kibir. Liberto o Conde de Monsanto, numa carta que êste dirige ao diplomata francês Vivonne, datada de Cascais a 25 de Novembro de 1579, participa-lhe a sua chegada a Portugal, depois de longas peregrinações, oferecendo-se para servir na carreira das armas o rei de França, não sòmente com o desejo de

se vingar de tudo o que sofrera em Marrocos, como também para deixar, sem pena alguma, a sua pátria prestes a sofrer o domínio espanhol, a que, por nobres escrúpulos de patriotismo, não queria sujeitar-se. Curiosas e interessantes são também as provas que ali se reúnem sôbre a impressão que em tôda a cristandade produzira o desastre de Alcácer-Kibir e a importância e grande relêvo que a partir dessa data tomara o cherife Moulay Ahmed *El Mansour*. Foi em frente do seu túmulo, debaixo dêsses admiráveis tectos, entre essas graciosas colunas da mais bela obra prima da arquitectura hispano-mouresca que tive ensejo de admirar, na minha recente visita a Marrakech, foi aí debaixo dessa maravilha que eu pude evocar a figura brilhante do *El Mansour*, aureolada pela vitória e pelo triunfo que foi desgraçadamente para nós e para a nossa história uma página sombria tarjada do mais pungente e carregado luto.

Se foi grande o eco da derrota das armas cristãs e de receosa surpresa a impressão que ela deixou na Europa, as embaixadas dos soberanos de França e de Inglaterra e os presentes que Filipe II se deu pressa em mandar ao cherife vitorioso por intermédio do seu embaixador D. Pedro Venegas, de que o referido tômo nos dá minuciosa e interessante notícia, provam-nos, por outro lado, a subserviência e falta de solidariedade que em tais circunstâncias a cristandade deu, ofuscada pelo retumbante triunfo das armas marroquinas.

Além dêstes outros factos e sucessos se desenrolam no tomo a que nos vimos referindo, ligados intimamente às pretenções de D. António Prior do Crato ao trono português após a morte do Cardial D. Henrique. Como é sabido, D. António, refugiado em Inglaterra, para onde já havia mandado o seu agente Custódio Leitão, alcança ali a protecção da Raínha Isabel. Mouley Ahmed, por instigação desta, compromete-se a sustentar as pretenções de D. António emprestando-lhe, para êsse efeito, uma soma de 400.000 libras.

Como garantia dêste empréstimo o Prior do Crato devia enviar ao Cherife um dos seus filhos como reféns. Para cumprimento desta cláusula é designado por seu pai D. Cristóvão, que parte para Marrocos a 25 de Outubro de 1588, permanecendo na côrte de Moulay Ahmed durante três anos, onde é recebido com tôdas as honras. Em sua companhia ia o célebre frade português Matias Becudo, que já havia estado em Constantinopla encarregado da missão secreta de excitar a Turquia contra a Espanha.

Entretanto Moulay Ahmed vai faltando à sua palavra e retendo o príncipe português, que só é reenviado a seu pai depois de vivas instâncias da Raínha Isabel.

Na Holanda eram as instigações da Raínha de Inglaterra e os esforços dos agentes portugueses em Marrocos secundados por Diogo Botelho, que procurava convencer os holandeses da conveniência que tinham em sustentar as pretenções do Prior do Crato ao trono português. Por seu lado, D. Filipe punha-se ao corrente de todos estes preparativos, quer pelos avisos dos seus espiões, um dos quais de nome Sansão e um outro chamado David, escondendo o seu verdadeiro nome de Manuel de Andrada, quer pela correspondência do seu embaixador Bernardino de Mendonça.

Finalmente contém ainda o referido tômo uma interessante descrição do reino de Marrocos feita por um anónimo português que ali residira no tempo do aludido cherife Moulay Ahmed, cativo da batalha de Alcácer-Kibir, manuscrito original pertencente ao fundo de documentos portugueses da Biblioteca Nacional de Paris. O seu título é o seguinte:

Copia do Emperio e Reinos dos Xarifes na Berberia em Africa, etc. etc. de Algumas Terras de Negros, comessando da Emperial Sidade de Marrocos, Cabessa do Dito Emperio, E Sua Comarca.

É um quadro de Marrocos no fim do século XVI, no tempo do maior e mais brilhante dos príncipes saadianos,

com o itinerário da viagem através de todo o império, informações sôbre o território, suas povoações principais e distâncias, terminando pelo itinerário da viagem de Marrakech a Prahya (Agadir).

O Conde de Castries, nos comentários que faz e que precedem a referida descrição, diz, a respeito do seu autor, o seguinte:

«On ne connaît presque rien du *curriculum vitae* de l'anonyme portugais. Seul un brouillon de lettre qu'il a écrit sur un feuillet de son manuscrit, se trouvant probablement en pénurie de papier, pourra fournir à des érudits portugais quelques éléments pour son identification, et c'est à cette fin que nous la reproduisons ci dessous:

«Señor — No gosto que ressebo com as boas novas de saude de V. M. todas as vezes que mas dam, acho meresserlhe terme por seu sirvidor, e como a tal favoresser minhas cousas. E com a confiança em que com V. M. vivo, em breves palavras arezoarei nesta a necessidade de hum pobre desterado, que pera V. M. socorrer basta sua virtude e entender que cousas sam trabalhos.

«Como nesta terra pera socorro a minhas fortunas tenho as mersses de Sua S, he necessaryo V. M. por cuja mão corre êste feito, a mim socorrer tambem. O inverno chegasse e a quem tem pouco dinheiro deve de rezam faltarlhe o necessario, e pera repairar as neves de granho hi serya necessaryo milhor roupa que a prezente.

«Fassame V. M. merse de fazer este socorro, com mandar ao escrivão que fassa comigo conta da desconta do dya em que as somanas piquennas comessarão a correr, até o tempo em que se fizeram, e que em dinheiro me de o que montar, pera me prover de cousas necessarias pera passar os frios, e juntamente que corra comigo em as somanas piquennas, pera poder ter algum pequenno de maeys alivio nesta fortuna, e desta maneira corre o capitam Assueiros (?) com meu irmão.

«Espero fazerme V. M. este como he necessaryo por onde nesta serro esta materia sendo de V. M. E Nosso Señor como pode o guarde, e de o que deseya (1).

---

(1) Henry de Castries — «Sources Inédites de *L'Histoire du Maroc. 1.ª série*» — *Archives et Biblioteques de France*, tome II, pág. 234.

O 3.º tômo contém igualmente matéria digna do nosso interêsse de portugueses. Abre êste tômo por uma extensa lista dos agentes e viajantes franceses em Marrocos nos séculos XVI e XVII. Numa das suas curiosas notícias o viajante Vincent Le Blanc refere-se, aliás de uma forma extravagante, à expedição portuguesa que teve por epílogo desastroso a derrota de Alcácer-Kibir. Le Blanc diz ter visitado o exército português, pouco depois do seu desembarque, em companhia do capitão italiano Hércules de Pisa e de João Sasselo, de Marselha, notando que um dos seus grandes males era o excessivo número de mulheres e de crianças que o acompanhava; pretende o mesmo agente francês ter visto, depois da batalha, o corpo do rei de Portugal:

«qu'on portait dans une caisse remplie de *chaux* vive pour le conserver» (1).

Curiosas são também as deliberações dos conselhos convocados por D. Jorge de Marcarenhas, governador e capitão-mor de Mazagão em 1619, tratando principalmente das vantagens que se pretendia tirar da situação de hostilidade em que se encontrava o cherife Moulay Zidan, batido e derrotado em vários combates pelo rebelde Iahia ben Abdallad. Moulay Zidan refugia-se em Safim com as suas mulheres e as suas riquezas e é ali cercado pelo seu rival; D. Jorge de Mascarenhas envia-lhe emissários oferecendo-lhe auxílios, desnecessários afinal e não utilizados em virtude do levantamento do cêrco provocado por desinteligências e fundas discórdias que lavravam no exército dos adversários de Maulay Zidan, que assim tornaram inúteis os planos do nosso governador de Mazagão. Neste tômo é especialmente interessante a documentação publicada sôbre a situação política que durante

(1) H. de Castries, *ob. cit.*, tômo III, *Introduction*, pág. XII.

quási um século disfrutou Salé, graças à audácia e ao papel que desempenharam os seus terriveis piratas na navegação do Atlântico que cruzavam desde as ilhas Canárias até aos arredores de Brest com o fim de surpreenderem não sòmente os navios dos armadores e comerciantes franceses que iam negociar nas costas de Portugal e comprar vinhos da Madeira, como também e principalmente as frotas que regressavam do Brasil ao pôrto de Lisboa com ricos e importantes carregamentos. Êste insignificante burgo chegou mesmo a formar uma pequena república onde se fabricava moeda, e se praticavam inpunemente abusos de tôda a espécie. Está ainda na tradição e no velho provérbio português «anda mouro na costa» a lembrança e a idea do terror que a visita dêsses arrogantes e temidos flibusteiros provocava nas indefesas povoações da nossa costa. A-pesar-da cuidadosa vigilância que se mantinha em todo o litoral da nossa costa a sua audácia era de tal sorte, diz Mr. de Castries, que em fins de Setembro de 1676, após o regresso de uma frota do Brasil, três navios de corsários vieram ancorar na foz do Tejo, arvorando o pavilhão português, chegando os pescadores portugueses a julgar que eram navios nacionais que haviam precedido a referida frota e a introduzi-los por isso no pôrto. Além do aprisionamento de cem pescadores conseguiram os atrevidos corsários capturar ainda uma caravela que vinha da ilha Terceira (1). Salé, outrora tão afamada pela sombria ferocidade dos seus piratas, é hoje apenas um pacato e tranqüilo arrabalde da sua vizinha, a florescente cidade de Rabat, sede do protectorado francês em Marrocos. Ambas, como é sabido, na foz do rio Bou Regreg essas duas povoações estão hoje ligadas por uma ponte e por carreiras ininterruptas de barcos a vapor e de remos que lhes

---

(1) H. de Castries, — *Le Maroc d'autrefois — Les Corsaires de Salé*, in-*Revue des Deux Mondes*, 1903, vol. 13, pág. 823.

dão uma vida quási comum. Quem percorrer hoje as suas estreitas e sinuosas vielas, de uma calma quási patriarcal, de uma segurança tão tranqüilisadora, quem se fixar bem, ávido de descobrir a arrogância e o aspecto feroz dos antigos piratas, nos olhos contemplativos dos seus actuais descendentes, de atitudes tão concentradas e pacíficas, não dirá que era ali o refúgio dos audaciosos e lendários corsários barbarescos, com quem os mais poderosos soberanos da Europa chegaram a negociar tratados e alianças. Foi esta a impressão que nos deixou a velha Salé, enriquecida, noutros tempos, pela pilhagem de tantos navios, onde os escravos cristãos eram tratados como cães, ruïdosa e agitada outrora, hoje tão sossegada e recolhida que poucas pessoas se encontram ao percorrer os seus recantos pitorescos, as suas confusas e sombrias encruzilhadas.

Ali fomos numa linda tarde de Novembro de 1926, com o nosso companheiro de viagem Sr. Dr. David Lopes, acompanhados gentilmente por Mr. Colins, professor do Instituto de Rabat, com o fim de visitarmos o escritor francês Michaux Bellaire. Recebeu-nos êste na sua casa tão caracteristicamente marroquina, desde a arquitectura, o mobiliário, até ao traje do seu culto e amabilíssimo proprietário, que nos ofereceu o clássico e aromático chá mouro, apresentando-nos depois a dois notáveis do velho burgo.

*
* *

A história do cristianismo em Marrocos e a influência que para a fundação das suas igrejas ali exerceram as conquistas portuguesas do século xv encontram também no volume a que nos vimos referindo importante e curiosa documentação, sobretudo se a cotejarmos com o que, a respeito do estabelecimento da missão franciscana, se contém no tômo

que o Conde de Castries consagrou aos elementos de investigação recolhidos nos arquivos e nas bibliotecas de Espanha.

Finalmente, além da interessante correspondência de Lannier, embaixador, e de Saint-Pé, consul da França em Portugal, para o Cardial Mazarino, sôbre a cedência à França da nossa praça de Tânger, mediante a promessa de casamento de Luís XIV com a infanta D. Catarina de Bragança, existente no arquivo do nosso Ministério dos Extrangeiros, publica o mesmo volume uma relação anónima respeitante à sublevação da referida praça, em 24 de Agôsto de 1643, contra o governador espanhol D. Rodrigo da Silveira, com o fim de se proclamar ali D. João IV, vitorioso na nossa revolução de 1640.

Os três tômos da 2.ª série de documentos recolhidos também nos arquivos e bibliotecas de França, se não têm para nós o interêsse dos três últimos que analisámos, são todavia curiosos e abundantes de elementos e subsídios para bem se estudar o quadro histórico das nossas relações com Marrocos.

Interessantes são também nestes volumes as referências ao comércio de sal que os holandeses vinham buscar ao pôrto de Setúbal, disfarçados de franceses ou de escoceses para não serem presos e confiscadas as suas embarcações, em virtude da situação de hostilidade que com êles mantínhamos.

*
* *

Entre os arquivos e bibliotecas que ao Conde de Castries fornecem também valiosos subsídios, figuram os dos Países-Baixos, com seis grossos volumes, no primeiro dos quais se encontra matéria de sobejo interessante para nós, especialmente nos documentos relativos à batalha de Alcácer-Kibir e suas conseqüências, e aos preparativos de D. António,

Prior do Crato para, mediante a protecção da França, da Inglaterra e do cherife *El Mansour*, suceder no trono português à morte do Cardial D. Henrique.

Um outro Estado entra agora em scena contra o domínio da Espanha e êsse é, como sabemos, a Holanda, cujo povo havia readquirido a sua liberdade religiosa e a sua independência política, começando logo a compreender as vantagens que lhe acerretaria uma aliança com Marrocos, países ligados ambos pelo ódio comum contra aquela nação. Além dêste motivo, outros justificavam a aproximação dos dois países como eram, não sòmente os que derivavam do papel preponderante que os holandeses tinham adquirido em todos os mares e conseqüentemente na sua supremacia comercial, como também a tolerância religiosa que atraíra para a Holanda os refugiados dos países onde reinava a perseguição, como acontecera aos judeus portugueses.

Em todos estes documentos se evocam as principais figuras da história de Marrocos nas suas relações políticas e comerciais com os Países-Baixos, especialmente a do cherife Moulay Zidan, já tão nosso conhecido e ao qual acima fizemos referência ao aludirmos à sua fuga para Safim, depois da derrota que sofrera do rebelde Iáhia ben Abdallah e ao cêrco que êste aí lhe posera.

Os tomos II e III (Países-Baixos), compreendendo respectivamente os anos de 1612 a 1616 e 1617 a 1624, são formados, na sua maior parte, pelos documentos respeitantes às resoluções dos Estados Gerais e pela numerosa correspondência de Samuel Pallache, enviado e agente do rei de Marrocos junto dêles. Além das referências ao plano e à intenção do cherife Moulay Zidan acêrca da construção de uma fortaleza em Mamora e dos abonos pedidos por êste cherife aos Estados Gerais para repelir os espanhóis (tômo II), são também interessantes as provas que no tômo III se aduzem em continuação do que acêrca dos actos de pirateria

dos mouros de Salé, cada vez mais freqüentes e audaciosos, se contém nos volumes anteriores.

O tômo IV, que compreende os anos de 1624 a 1641, tem para nós de maior valor e interêsse a notícia do cruzeiro que os navios holandeses faziam nas costas de Portugal. Em um dêsses navios — o *gelderlandt* — passa à vista das costas portuguesas o artista pintor Matham, autor de um diário de viagem a Marrocos, acompanhado de belos desenhos que tão grande valor documental possuem para a história e geografia daquêle país. Entre êsses desenhos é particularmente interessante o que representa Marrakech com a larga perspectiva das suas muralhas ameiadas, entre as quais avulta o elegante minarete da célebre koutobia que tivemos ensejo de admirar esbatida na feérica luz de um lindo pôr do sol. Vale a pena visitar a interessantíssima capital do sul de Marrocos, onde, desde a porta monumental de construção árabe com o nome de *Porta dos portugueses* (Bab Portugeese), tanta coisa atrai e prende a nossa atenção. Ver, porém, o minarete da koutobia à hora em que o sol se esconde no poente, amiüdar bem o grande mercado de Marrakech, *(Souk),* do terraço da casa onde estão instalados os serviços municipais são essas as duas coisas mais dignas de recomendação aos que pela primeira vez visitam a curiosa cidade. O quadro tem, com efeito, muito de inédito e teatral, muito de estranho e imprevisto para nós europeus. Uma multidão variada e rumorosa, uma confusa amálgama de negros, de mouros tisnados e de rosto enquadrado nas suas ralas barbichas, de judeus sórdidos com o seu barretinho preto na nuca à maneira de solidéu eclesiástico envolvidos nas suas jebalas pretas, de judias de chailes escarlates, de mouras de rosto tapado deixando apenas a descoberto os olhos que brilham, em atitudes fugidias e desconfiadas, com estranho fulgor, de dançarinas e bailadores com os seus pandeiros iguais aos que ainda nos nossos tempos de rapaz

viamos tanger nos bailes da nossa terra norte-alentejana, de narradores de contos escutados por um círculo de curiosos tipos, de fanáticos explicando com gestos nervosos e místicas atitudes o Alcorão, de encantadores de serpentes, de vendedores de tâmaras, emfim um agregado humano que se move e agita formando um quadro de inolvidável pitoresco que fica, por muito tempo, gravado na memória. A dar-lhe ainda maior relêvo acresce o interêsse e o grandioso da païsagem que o cerca: ao sul o majestoso e imponente Atlas, fechando o horizonte, com os seus picos nevados de 3 a 4000 metros de altitude; a poente o minarete do koutobia; ao norte os pequenos montes Djebilet e a leste os célebres palmeirais de Marrakech por onde nos embrenhámos com o nosso companheiro de viagem, num largo passeio de alguns quilómetros em volta das muralhas da cidade, olhando menos para o terreno, árido e revôlto, ainda mais pobre e miserável no aspecto asqueroso dos burros mortos, olhando e vendo mais, numa visão retrospectiva, a figura audaz do nosso valoroso governador de Safim, Nuno Fernandes de Ataíde, que numa destemida incursão ali chegou com os seus valentes soldados.

Finalmente os últimos tomos relativos aos elementos de investigação recolhidos nos arquivos e nas bibliotecas dos Paises-Baixos, V e VI, contêm respectivamente referências às três repúblicas do Bou-Regrag: Salé, Kasba e Rabat, e, de mais interêsse para nós, à documentação relativa à esquadra holandesa que, sob as ordens do vice-almirante Ruyter, andou em cruzeiro na costa portuguesa.

*
* *

Passando agora à análise dos dois tomos em que o Conde de Castries reúne os materiais recolhidos nas ricas colecções

do *British Museum* verificaremos que há nêles subsídios valiosos para a história das relações comerciais dos inglêses com os primeiros imperadores saadianos, das suas viagens às costas de Marrocos, as quais se tornam mais freqüentes principalmente depois da tomada da nossa fortaleza de Santa Cruz do Cabo de Gué (Agadir), a 12 de Março de 1541, por Moulay Mohammed el Cheikh, príncipe que consolidou a dinastia saadiana. Como é sabido Portugal havia feito com a Espanha a partilha eventual da conquista de África, sancionada por bulas que invocávamos com o fim de impedir o tráfico dos inglêses ao sul de Marrocos, onde tínhamos o monopólio do comércio, especialmente de açúcar. É nessa costa que os inglêses começam a hostilizar-nos fazendo especialmente contrabando de guerra e escolhendo para isso o pôrto de Safim onde desembarcavam picos, lanças, morriões, cotas, malhas e outras armas de guerra. Ao comércio de armas sucedeu depois o de apetrechos e munições para a marinha, especialmente no tempo do cherife *El Mansour*, cuja preocupação principal era preparar uma boa frota de guerra. Os franceses, pouco depois, seguiram, quanto a êste tráfico, o exemplo dos inglêses, atribuindo por isso os portugueses, e muito justamente, a êste comércio ilícito de armas de guerra, a perda da sua fronteira de Santa Cruz do Cabo de Gué.

Êste facto havia tornado necessárias as medidas coercitivas que se tomaram obrigando os navios a apresentar um inventário da sua carregação antes de partirem para Marrocos, de que nos dão notícia, entre outros documentos, uma carta de Francesco Giraldi a el-rei D. Sebastião, datada de 11 de Abril de 1576 e outra dêste monarca ao seu embaixador em Castela, sôbre a necessidade e a vantagem que o país vizinho teria no pôrto de Larache, não sòmente como abrigo dos navios que cruzassem o Atlântico, como também por ser êsse um meio de cercear o progresso dos

Turcos. Estas vantagens, ligadas à importância do pôrto de Larache, encontram-se desenvolvidas na curiosa memória do referido monarca que no mesmo volume se publica.

Além do comércio ilícito do contrabando de armas, os inglêses começaram a manter com Marrocos, principalmente depois da batalha de Alcácer-Kibir, o tráfico de panos, que êles trocavam por açúcar de cana, cobre, salitre e ouro trazido pelas caravanas do Sertão.

O capitão português Melchior Vaz de Azevedo, elogiando em 1561 a Nicolas Trockmorton a riqueza de Marrocos, fala também no comércio de âmbar, cereais e cavalos, não figurando estes últimos artigos na lista dos objectos exportados, porque o espírito religioso dos mouros a isso se opunha; era por êsse motivo raramente autorizada pelos cherifes a sua saída de Marrocos.

Sobremaneira interessante para nós são também os elementos de investigação publicados nêste volume sôbre a expedição de Drake em Portugal e o papel que nesse sucesso desempenhou o cherife Moulay Ahmed. Como é sabido, no mês de Setembro de 1588, no dia seguinte à derrota da invencível armada, D. António, prior do Crato, submetia a Burghley um projecto de invasão de Portugal, projecto que foi motivo de negociações entre o cherife e os embaixadores da côrte de Londres, tendo desembarcado em Marrocos como representante de D. António, seu filho D. Cristóvão de Portugal. Organiza-se, para êsse fim, uma frota inglêsa sob o comando de Drake e Norris, a qual, depois de pilhar a Corunha, desembarca em Peniche marchando dali para Lisboa. Repelidos os inglêses, são estes obrigados a reembarcar em Cascais com grandes perdas, atribuindo-se o fracasso da expedição ao cherife Moulay Ahmed que, ao contrário do que lhes havia prometido, lhes enviou apenas um escasso auxílio e apoio.

O segundo volume respeitante aos documentos de Ingla-

terra contém a correspondência do cherife Moulay Ahmed para a raínha Isabel de Inglaterra e uma carta do Conselho do Govêrno do Reino de Portugal, sujeito então, como se sabe, ao domínio dos Filipes, sôbre as sortidas que o governador de Mazagão, Brás Teles de Meneses, fizera, a 6 de Abril de 1623, contra o cêrco que os mouros haviam pôsto àquela praça.

*
* *

Resta-nos, por último, fazer referência ao tômo 1.º, da 1.ª série que o Conde de Castries consagra à publicação das fontes recolhidas nos arquivos e bibliotecas de Espanha, especialmente no rico arquivo de Simancas, compreendendo os anos de 1531 a 1552. Tôda a matéria dêste volume é para nós portugueses de muito interêsse; devemos todavia salientar a relação do martírio de André Spoleto, religioso franciscano queimado em Fez a 9 de Janeiro de 1532, escrita em latim pelo Padre António de Olavo, franciscano português do convento de Setúbal, impressa em Tolosa em 1532.

Publicam-se depois vários documentos sôbre o comércio dos mouros no século XVI; sôbre os projectos de investida contra as nossas praças de Tânger e de Safim; correspondência de D. Isabel de Portugal para Carlos V, seu marido; sôbre o socorro de Melilla e os preparativos de aliança entre o rei dé Fez e Barbaroxa para retomar aos portugueses Arzila e Tânger; um certificado do nosso Bastião de Vargas reconhecendo o sinal do rei de Fez; uma curiosa nota sôbre a situação em que no ano de 1547 se encontrava a nossa praça de Mazagão e o socorro que Luís de Loureiro pedia para a sua defesa; uma cópia da carta que o rei de Belez d'Abou Hassoûn escreve, em 6 de Agôsto de 1549, ao fidalgo português D. Pedro Mascarenhas sôbre o projecto do aban-

dono de Arzila e uma outra do mesmo rei de Belez a D. João II sôbre êsse mesmo assunto; finalmente contém o mesmo volume subsídios valiosos a respeito das relações comerciais que mantínhamos com Marrocos.

*
* *

Para complemento da resumida notícia que elaboramos em homenagem ao Conde de Castries e à notável obra que deixou, na parte em que ela pode especialmente interessar aos portugueses, resta-nos fazer menção de alguns estudos que publicou em várias revistas, nomeadamente dos seguintes:

Le Maroc d'autrefois; les Corsaires de Salé, in-*Revue des Deux Mondes,* 15 fevrier, 1903, pp. 823-852.

Une ambassade espagnole au Maroc sous Philippe II (*ambassade de Pedro de Cordoba,* août 1579) in-*Journal des Debats,* 22 Mars 1905.

Graciosa, une ville portugaise ambliée au Maroc, in-*Comptes-rendus de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres,* pp. 417-422 (1).

*
* *

Pelas considerações acima feitas neste resumido esbôço da obra do Conde Henry de Castries julgamos pois serem

---

(1) A nota completa da bibliografia do Conde Henry de Castries e dos estudos publicados relativos à sua biografia pode ver-se na minuciosa lista que acompanha o belo trabalho de Mr. Pierre de Cénival, já acima citado, que precede como introdução o tômo III, 2ª série: *Les Sources Inédites de L'Histoire du Maroc — Archives et Bibliothèques de France.*

plenamente justificadas as homenagens que como português tributamos à sua memória, pelo mérito do seu grande trabalho, pela admirável e valiosa colecção de materiais que recolheu tão úteis não só à história do seu país, que êle com tanto denodo e galhardia serviu com a pena e com as armas, como também à história em geral e particularmente à vida histórica de Portugal nas suas relações com Marrocos.

A sua obra é, com efeito, da maior importância para bem se conhecer a acção dos nossos governadores das praças marroquinas, cujas largas vistas e admiráveis processos políticos e administrativos êle tanto admirou, finalmente para a história das nossas tradições de cavalheirismo e de bravura de que ainda hoje nos dão altivo e imorredouro testemunho os belos monumentos que ali erguemos.

No programa do protectorado francês em Marrocos tão brilhantemente iniciado pelo Marechal Lyautey de quem como dissemos, o Conde Henry de Castries foi um dos mais valiosos colaboradores, não se esqueceu a França da protecção que mereciam os nossos monumentos, da revivescência de tantas e tão belas recordações que ali deixou a civilização portuguesa. Já há tempos, quando o ilustre académico e insigne homem de letras Sr. Lopes de Mendonça iniciou no *Diário de Notícias* a sua patriótica campanha a respeito dos nossos monumentos de Marrocos, a cujo apêlo acorreram tantas pessoas com valiosos elementos de crítica e esclarecimento dêsse tão interessante assunto, tivemos ensejo de salientar os serviços que o Conde de Castries vinha prestando ao estudo das fontes da nossa história nas suas relações com o norte de África e o interêsse e solicitude que lhe mereciam os monumentos que ali deixamos. Êles são realmente dignos dessas atenções e de todos os cuidados que o Protectorado lhes dispense para a sua conservação. Mais do que nenhuns outros êsses monumentos apregoam o denodo e o valor dos portugueses, a grandeza da nossa civi-

lização, desde as baías formosíssima de Seuta até quási aos pendores setentrionais do nevado e altivo Atlas, cujos picos, dominando os palmeirais dessa tão interessante capital do sul, como é Marrakech, presenciaram as façanhas do nosso D. Nuno Fernandes de Ataíde.

É por isso, com justificada razão, que o Sr. Dr. David Lopes já algures disse — e sem desmentido algum se deve repetir — que se há país onde se pode, sem vergonha, dizer que somos portugueses, êsse país é Marrocos. Com efeito, em castelos e fortalezas nada se avantaja à obra que ali deixaram os nossos Arrudas e Castilho, ainda firme e altaneira, imponente e majestosa, respeitável na sólida e impecável estrutura da sua construção. É certo que também lá têm os mouros admiráveis fortalezas, elegantes minaretes, portas que fazem honra ao seu engenho de afamados arquitectos e construtores, mas nenhumas comparáveis em aspecto guerreiro, em imponência e relêvo de linhas às portuguesas. As construções dos mouros, feitas de taipa, de tijolos e de terra amassada que lhes dá um aspecto avermelhado e pobre estão longe de se poderem comparar à solidez das nossas feitas de pedra que, com a *patine*, o musgo amarelecido do tempo, parece terem o aspecto severo e impenetrável do ferro, contra as quais o mar se quebra indómito e violento, raivando e espadanando, como nós o vimos em Arzila, eu e o nosso companheiro de viagem Sr. Dr. David Lopes, numa noite de furiosa tempestade, à luz dos relâmpagos que sem interrupção enchiam de mágica e pavorosa claridade as frestas manuelinas da tôrre de menagem. Nada faltava a êsse quadro teatral e estranho, nem mesmo o misterioso da hora, meia noite, a hora dos duêndes e das visões trágicas, dos fantasmas e das superstições. Abrigados sob o vão de uma porta, no pequeno largo da vila, o pujante relêvo da tôrre de menagem, que lhe fica sobranceiro, desenhava-se imponente na claridade rápida e fulgu-

rante dos relâmpagos. Dois mouros recolhiam precipitadamente para as suas estreitas vielas e um outro, em frente da porta do mar, envolvido no seu branco albornoz, como que nos espiava, surpreendido e pasmado de nos ver ali, àquela hora, em tão muda e recolhida atitude. Os fantasmas apareceram-nos realmente, bem vivos na nossa imaginação; nós vimos os nossos bèsteiros com as sua armas e virotões assomar vigilantes por entre as ameias dos baluartes: ouvimos o tropel rumoroso das mesnadas agarenas e o facheiro tão celebrado soltar estridente o seu álerta à aproximação do inimigo vindo das bandas da serra de Benegorfate; D. João Coutinho e os seus homens de prol, D. Nuno Mascarenhas, todos êsses perfis que se esmaltam no belo quadro da nossa história de Arzila, todos êles nós vimos, firmes e erectos nos seus postos de comando, tão firmes como os fortes baluartes a que mestre Butaca deu uma vida imorredoura. Tenebrosa e inolvidável noite que ainda agora recordamos com emoção e que nos fêz sonhar... bem acordados!

Onde a benéfica acção do Protectorado se tem feito, porém, sentir com mais cuidadoso interêsse no que respeita aos nossos monumentos de Marrocos é, principalmente na nossa antiga praça de Mazagão, quer na revivescência dos nomes portugueses das suas ruas, quer também nos valiosos estudos feitos sôbre aquela nossa antiga fortaleza, entre os quais seja-nos lícito destacar a bela monografia de Mr. J. Goulven intitulada *La Place Mazagan sous la domination portugaise* (1502-1769).

*
* *

De lamentar é que entre nós se não tenha podido seguir o exemplo do Protectorado Francês de Marrocos na publicação das fontes respeitantes à história do vasto império dos

cherifes nas relações que ela tem com a nossa. De lamentar é que os trabalhos já iniciados pela Academia das Sciências de Lisboa neste sentido pela sua Comissão de Seuta, como na publicação dos nossos monumentos inéditos, não tenham podido prosseguir, como tanto seria para desejar, no interêsse da nossa cultura histórica, em homenagem às gloriosas tradições da nacionalidade. Pena foi, em verdade, que tivéssemos perdido no vasto império dos cherifes tôdas as vantagens de ordem material que a êsse país nos ligavam desde velha data, política preconizada, e infelizmente não seguida, nas instruções que em 1880 o govêrno da presidência de Anselmo Braamcamp dava ao Conde de Casal Ribeiro, nosso enviado extraordinário na côrte de Madrid, a propósito da primeira reünião das potências para se resolverem as questões que haviam surgido sôbre a interpretação dos tratados de Marrocos. Essas instruções eram as seguintes:

1.º Manter as tradições históricas que nos pertenciam como a uma das nações que primeiro tiveram influência em Marrocos;

2.º Não deixar perder a posição favorável que um dia nos podia dar a nossa situação geográfica e a preferente simpatia, ou quando menos, tolerância com que o nome português era acolhido pelos marroquinos;

3.º Estreitar as ligações de comércio, que, embora pouco importantes, encerravam um gérmen de possível desenvolvimento no futuro.

Rotos os laços comerciais e económicos e perdida a situação que outrora tínhamos em Marrocos, que se mantenham, ao menos, os laços espirituais e a corrente de simpatia, bem manifesta e inequívoca, como tivemos ensejo de observar em tôdas as povoações que ali percorremos, simpatia que ainda hoje prende os marroquinos às nossas tra-

dições de cavalheirismo e de bravura. Ela tem, com efeito, as mais fundas raizes nas boas relações que os portugueses souberam sempre manter, a despeito das suas lutas e hostilidades, com os mouros desde velha data (1).

A confirmá-lo oferecemos à consideração dos leitores um breve extracto das autorizadas palavras que o Dr. José Frederico Laranjo, antigo lente de Direito na Universidade de Coimbra, publicara no jornal que dirigia em Portalegre, a propósito da conferência que se reüniu em Algeciras para se ocupar de assuntos relativos a Marrocos:

«As gentes do norte de África foram sempre dadas a frequentes lutas civis; e a penetração portugueza, entre elles, pode considerar-se como de irmão que pretendesse involver-se na vida intima da familia, ora a favor d'este grupo contra aquelle e vice-versa, ora por sollicitações de uns e d'outros, ora ainda por iniciativa própria. D'ahi resultou que das guerras com Marrocos nunca ficaram fundos resentimentos ou antagonismos comnosco. Assim, em 1484, os moradores de Azamor, rebellando-se contra o seu rei, mandaram oferecer vassalagem ao rei de Portugal. No ano seguinte, uma esquadra do comando de Diogo d'Azambuja pretextava ir ajudar o rei de Fez na submissão de uma revolta, o que dispoz esse rei a favor de Portugal, a ponto que, tentando, pouco depois, os nossos soldados apossar-se da ilha Gra-

---

(1) Informou-nos benévola e amávelmente o nosso ilustre consócio Sr. Almirante Almeida d'Eça, após a sessão da Academia das Sciências em que lemos esta comunicação, que entre os portos do Algarve e alguns de Marrocos nunca se interromperam de todo as boas relações comerciais, principalmente no que respeita ao tráfico de pesca. Tivemos depois ensejo de saber também que no Algarve a importação anual de esparto que se destina ao fabrico de esteiras e produtos similares tem mantido sempre os algarvios em contacto e relações directas com os marroquinos.

ciosa, na foz do Lixus, (Lucus), e sendo mal succedidos, mandou, todavia, dispensar a estes honras militares. Ahi por 1508 o principe de Mequinez veiu pessoalmente a Portugal solicitar nos força sufficiente para poder ser reconhecído senhor de Azamor.

Os nossos melhores auxiliares na conquista da terra mauritana eram indigenas dos mais ilustres e notaveis. É de referir, por exemplo, Iáhia ben Tafufa, que nos prestou relevantíssimos serviços no reinado de D. Manuel (1). No tempo do sultão Muley Soleiman, com quem se fez a ractificação do tratado de 1798, foram-nos requisitados pedreiros, jornaleiros, um medico e um pharmaceutico, que, com effeito, tendo sido mandados, serviram muito a contento do sultão. A par d'isso, sollicitaram-nos várias encommendas de productos nossos. Por seu turno Portugal obtinha importar gados e cereaes de Morrocos com vantagens excepcionaes, sendo o porto de Safim tornado privativo do commercio portuguez. D'uma vez vieram-nos de lá 12.000 moios de trigo» (2).

Como estes outros muitos factos nos aparecem registados em diferentes autores, sendo ainda de referir, como bem significativo, o sucesso a que já anteriormente aludimos do auxílio oferecido pelo governador de Mazagão ao sultão Moulay Zidan.

Ao passo que os súbditos de el-rei de Portugal se degladiavam e recìprocamente se matavam, diz Goulven, relações de amizade eram, de tempos a tempos, entaboladas entre

---

(1) O sr. Dr. David Lopes, entre os documentos árabes que publicou e que se conservam no Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo, insere cinco do referido Iáhia ben Tafufa, dizendo àcêrca dêle que servira a nossa política com lealdade, aludindo às elogiosas palavras que Damião de Góis publica a seu respeito na *Chronica de D. Manuel*. (Vide *Textos em Aljamia Portuguesa*, pág. XXXIV.)

(2) *O Districto de Portalegre*, ano 22.º, n.º 1, 314.

aquele governador e o cherife de Marrakech. Era então governador de Mazagão D. Jorge Mascarenhas, que, como já sabemos, prestou auxílio ao cherife Moulay Zidan, contra quem o povo se havia revoltado por instigações de Iáhia bem Abdallah. Batido em vários recontros, Moulay Zidan viu-se forçado a refugiar-se em Safim com as suas mulheres e as suas riquezas. Jorge Mascarenhas, depois da deliberação do conselho da praça, enviou-lhe três ou quatro quintais de pólvora e três navios encarregados de reconduzir os cativos que haviam sido resgatados. Compreendia esta expedição, além dos soldados peões, cêrca de duzentos cavaleiros. Moulay Zidan, receando empregar fôrças cristãs para fazer entrar na ordem os seus súbditos revoltados, reenviou a Mazagão os portugueses com um magnífico presente para o filho do governador — D. Francisco Mascarenhas, — que havia assumido o comando destas tropas.

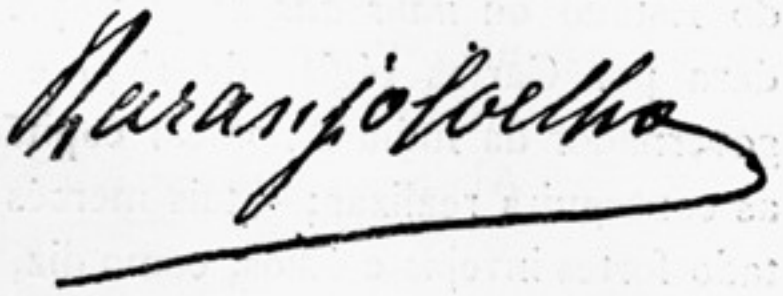
Entretanto a discórdia começava a lavrar no exército de Iáhia bem Abdallah, que em breve se via por isso obrigado a levantar o cêrco. Alguns anos depois, Moulay Zidan, em agradecimento aos auxílios que os portugueses lhe haviam oferecido, faz visita a Gonçalo Coutinho, então governador daquela praça, que o recebeu com grande brilho, não sem que tivesse prèviamente fortificado o melhor que pôde a cidadela, que tinha a honra de receber: «um monarca da Mauritânia no apogeu da sua glória e da sua grandeza» (1).

*
* *

Concluindo as modestas considerações que nos sugeriu a análise da obra do Conde Henry de Castries, tão valiosa, como vimos, para a história das nossas relações com Mar-

(1) J. Goulven, *ob. cit.*, pág. 75.

rocos, seja-nos lícito formular o desejo de que, além da publicação metódica e completa dos nossos documentos relativos ao papel que desempenhámos no norte de África, a simpatia com que o nome português ainda hoje é acolhido pelos marroquinos se reatasse e afervorasse de futuro com visitas e missões, sob o patrocínio do Estado, às nossas antigas praças e fortalezas de além mar. Essa visita aos belos vestígios e padrões que lá deixou a civilização portuguesa seria, a par de uma útil e reconfortante lição de patriotismo, uma piedosa e merecida homenagem a tantos bravos que ali perderam a vida pelo engrandecimento da Pátria, aos portugueses que com as suas obras e façanhas nos deixaram herdeiros de um nome glorioso e imortal.



CAMÕES NÃO ESTEVE EM MACAU

(Cont. do n.º 2, pág. 177)

5.º Suposto Camões estivesse, então, em Macau, Leonel de Sousa não podia tê-lo aprisionado, porque não foi à China como funcionário do Estado e por conta dêste, mas sim como simples particular. As duas viagens à China em naus do Estado ou *naus das drogas,* que D. João III lhe concedera por Cartas régias de 1546 e 1547, com ordem de o governador da Índia o nomear capitão-mor delas, nunca êle as conseguira realizar; — tais mercês só lhe haviam acarretado fortes invejas e ódios, como diz, talvez de D. Francisco Mascarenhas e António Pereira, que haviam sido os pretendentes felizes, contra os quais aquele, de-certo, protestava e se queixava em vão. Por isso, «*perdidas tôdas as esperanças de cá* (Portugal) *e de lá* (Índia)», Leonel de Sousa, assim como partira à 1.ª vez (1552–54) numa nau de mercadores, tendo afretado um têrço dela, também à 2.ª vez «determinara partir *como mercador, em navio armado à sua custa,* com *alguma artelharia emprestada e só com o nome de capitão-mór*», isto é, tendo autoridade nominal sòmente a bordo *do seu navio.*

A prova disto está em que Leonel de Sousa, segundo declara, nem sequer pôde fazer a sua própria *veniaga* na China; de-certo, pelos embaraços que lhe puseram os outros capitães-mores e pelos conflitos que com estes teve. Por isso é que êle diz: «se me quiserem tornar aos negócios

da China, *há de ser com a capitania-mor da nau das drogas»*, — o que prova que era outro, e não êle o capitão-mor desta nau naquele ano. E também por isso, êle, «determinando esquecer *tôdas as importunidades de lá* (China) e as da Índia», *partiu logo para o Japão,* onde lhe correu tudo tão bem, graças ao rompimento e à guerra entre êste país e a China, que *se enfadou de ser rico,* ganhando 50.000 cruzados, os quais perdeu no naufrágio, além do navio», como conta. Ora, um homem que não teve liberdade para fazer o seu próprio negócio na China e que não era o capitão-mor da nau do Estado ou nau das drogas, não podia ter fôrça moral, nem autoridade para tomar contas e prender o Provedor de Defuntos, — alto funcionário *da terra*, que nem sequer estava sob a sua jurisdição!

6.º O naufrágio de Leonel de Sousa deu-se *no meio do golfão da China,* como êle diz; e, *antes que passasse a costa da China*, como escreveu o P.e Baltazar Gago acêrca de um navio saído do Japão em 1558. Suposto ambos se refiram ao mesmo navio, — o que não é forçoso, pois bem possível é que outro navio tivesse naufragado na mesma ocasião, como não raro sucedia, — é manifesto que êsse naufrágio se deu *antes de o navio chegar à ilha de Ainão*, junto da qual o mesmo padre naufragou, em outro navio português, logo em Novembro de 1560.

Tanto Camões, como o P.e Gago, sabiam bem os limites da China; não confundiam com ela a *Cochinchina* de então ou os reinos de Anam e Tonquim. Mas o naufrágio de Camões deu-se, muito provàvelmente, perto da foz do Mecom, cujas margens êle alcançou, seja a nado, agarrado a uma tábua, como diz Severim de Faria, seja mesmo num bote do navio naufragado ou em qualquer barco de pesca, depois de serenada a tormenta, pois só assim o rio de Mecom poderia recebê-lo *plácido e brando*. Deve notar-se que o Poeta pa-

rece exprimir uma reminiscência dêste seu naufrágio no soneto LXXX:

> Como quando do mar tempestuoso
> O marinheiro todo trabalhado,
> De um naufrágio cruel *saindo a nado*...

E no soneto LXXXIX diz também:

> A vida pus *nas mãos de um leve lenho.*

Não era possível que um barquito, sobrecarregado com 24 pessoas, pudesse navegar, com mar tempestuoso, só à fôrça de remos, desde os baixos de Pracel até à foz do Mecom, isto é, mais de 500 quilómetros, estando os náufragos cheios de fome e frio.

Seriam fatalmente tragados pelas vagas!...

O mais natural é que Leonel de Sousa e os seus companheiros tenham procurado alcançar a costa mais próxima, que seria a de Ainão ou mesmo a da China, mas numa região desconhecida, como o teriam feito os náufragos tripulantes de outro bote, que foram reduzidos a cativeiro, por fôrça do *jus naufragii* como então era praticado na China. Assim se explica que Leonel de Sousa andasse, depois, «*por partes remotas e estranhas*», frase que não é aplicável às margens do Mecom, que estão bastante próximas de Malaca, margens cujos habitantes mantinham activas relações mercantis com esta cidade, e onde até havia alguns portugueses estabelecidos. Por seu lado, Camões limita-se a dizer que passou *fomes e perigos grandes,* como a todos os náufragos acontece, mas não mostra ter vagabundeado em seguida, nem chama ao Mecom e a Camboja «*partes remotas e estranhas*».

Os baixos de Pracel, estando situados entre 15° e 17° de latitude e 108° e 110° de longitude, e a 250 quilómetros ao

sudoeste de Ainão, perto do reino de Annam e da cidade de Hué, nem ficam *no meio do golfão da China* ou do *Mar da China meridional,* nem *antes de passar a costa da China,* para quem navega na direcção nordeste-sudoeste, ou para quem escreve do Japão. Repito: nem Leonel de Sousa, nem o P.e Gago confundiam a China com a Cochinchina ou Anam e Tonkim. Doutro lado, no mar da China não há só os baixos das ilhas de Pracel. Há muitos outros, mesmo no meio dêsse mar, na linha da navegação, e muitos bancos e restingas em tôda a sua extensão, inclusivè na costa de Camboja, em frente do delta do Mekong; e foi nestes, decerto, repito, que o naufrágio de Camões se deu. E, sendo certo que por cima de tais baixos e restingas as ondas se ennovelam e erguem alterosas logo que o vento refresque, e formam fortíssima ressaca quando haja tormenta, é bem exacta a frase «*procelosos baixos*». Se o Poeta se quisesse referir aos baixos de Pracel, sendo êste um nome geográfico, não diria *pracelosos,* mas sim *pracelenses, praceleses, pracelanos* ou *pracélicos,* pois o sufixo *oso* exprime *plenitude* ou *excesso,* como em *valoroso, medroso, idoso, caloroso,* e assim *proceloso* ou fértil produtor de procelas, de ondas encapeladas; e nunca significa pertinência ou localização. Ninguém diria *Portugaloso, Porteloso* ou *Babeloso* a um objecto situado em Portugal, Portel ou Babel!

Não há, pois, identidade alguma entre os dois naufrágios! Deram-se, seguramente, em lugares e épocas diferentes.

7.º O cargo de Provedor de Defuntos não era tão rendoso, que alguém com êle pudesse enriquecer, a não ser roubando os espólios. Mas, por causa dos emolumentos e custas da arrecadação, era sempre apetecido, além de ser inerente à qualidade de capitão de navio. Ora, Camões nunca foi capitão-mor; e nunca foi dos apaniguados dos governadores e altos funcionários da Índia ou da Côrte. Ser

poeta, se era bastante para terem dêle comiseração, não era, naquelas paragens e naqueles tempos, como ainda hoje, uma alta recomendação, um sinal de competência para cargos burocráticos, mórmente dos de responsabilidade pecuniária.

Camões bem deixa entrever, no final do Canto V dos *Lusíadas,* a pouca importância que lhe ligavam, lamentando, *não sem vergonha,*

> ..... *que a razão*
> *De algum não ser por versos excelente*
> *É não se ver prezado o verso e rima;*
> *Porque quem não sabe a arte, não a estima.*

E de igual modo se queixava de não haver entre portugueses Vergílios, nem Homeros, e de que a ventûra

> *Tão ásperos os fêz e tão austeros,*
> *Tão duros e de engenho tão remisso,*
> *Que a muitos lhes dá pouco ou nada disso!*

Doutro lado, temos eloqüentes confissões do próprio Camões de que jàmais teve um parêntesis feliz, nenhuma situação próspera durante tôda a sua existência. Basta ler com atenção o soneto LXXXIX, escrito, de-certo, muito depois do seu naufrágio:

> No Mundo quis o tempo que se achasse
> O bem que por acêrto ou sorte vinha;
> E por exprimentar que dita tinha,
> Quis que a fortuna em mi se exprimentasse;
>
> Mas, porque o meu destino me mostrasse
> Que nem ter esperanças me convinha,
> *Nunca nesta tão longa vida minha*
> *Cousa me deixou ver que desejasse.*

Mudando andei costume, terra, estado,
Por ver se mudava a sorte dura:
A vida pus nas mãos de um leve lenho.

Mas, segundo o que o Céu me tem mostrado,
Já sei que dêste meu buscar ventura,
Achado tenho já que não a tenho.

De igual modo, no Canto VII dos *Lusíadas*, est. 81, referindo-se à sua pobreza aborrecida e às suas adversidades, inclusivè o naufrágio, em que *a vida teve pendente por um fio delgado,* acrescenta:

..... não bastava
Que tamanhas misérias me cercassem,
Senão que aqueles que eu cantando andava
Tal prémio de meus versos me tornassem:
A trôco dos descansos que esperava,
Das capelas de louro que me honrassem,
Trabalhos nunca usados me inventaram,
Com que em tão duro estado me deitaram.

Bastam estes versos para se ver quanto é absurda e gratuita a afirmação de que o Poeta lograra acumular em Macau uma *enchente de bens* e até os gastava *liberalmente,* advérbio êste que, por insuficiente, o Dr. Teófilo Braga substituíu por «MAGNIFICENTEMENTE»!

Esta transformação do infeliz Camões em nababo oriental parece um escárneo, uma suprema irrisão dos pósteros, além de ser uma flagrante inexactidão!

Na verdade, Camões não é um ente lendário de quem se possa contar tudo o que à nossa imaginação aprouvér, como hoje a Bocage se atribuem, em folhetos baratos, tôdas as anedotas picarescas e obscenas. Camões deixou nos seus versos suficientemente documentada a sua vida, fortemente vincada a sua personalidade e a sua psicologia. Camões,

sempre e sob tôdas as formas, se lamenta de pobreza, de má sorte, de desditas, de perseguições; teve um azar tão constante, que *nem esperanças lhe consentia;* declara que *viu misérias* e *desterros,* mas nunca ter visto *riquezas* e *pompas;* e, se *nunca em tôda a sua vida viu cousa que desejasse,* como afirma no soneto acima transcrito, é evidente que não pôde ser nababo ou *mandarim* na China!

É eloqüentíssima e comovente, a êste respeito, a Canção XI, que é o resumo da sua vida desde que nasceu:

> Quando vim da materna sepultura
> De novo ao Mundo, logo me fizeram
> Estrêlas infelices obrigado...

Ao próprio ventre materno chama êle *sepultura!* Foi ferido por um menino estando no berço; foi criado, talvez, com leite de cabra; e, por isso, diz êle que foi sua ama

> ..... uma fera, que o destino
> Não quis que mulher fôsse a que tivesse
> Tal nome para mi, nem a haveria.

Para se guiar na vida, nasceu com má cabeça; e, imitando o latino «*video meliora proboque deteriora sequor*», diz o Poeta:

> Com ter livre alvedrio mo não deram,
> Que eu conheci mil vezes na ventura
> O melhor, e o pior segui forçado.

O amor, o seu pendor apaixonadiço, enganando mulheres que o amaram, pretendendo a outras que o repeliam ou superiores à sua condição, o seu génio irritável e ciümento, porque *amor não quer cordeiros, nem bezerros,* a sua prosápia de tão valente, que «*ninguém lhe viu as solas dos pés e êle viu as de muitos*», como diz na Epístola I, tudo

isto lhe rendeu desgostos, grandes tormentos morais e físicos, que longamente descreve. Foi isto que, — prossegue o Poeta,

> Fez-me deixar o pátrio ninho amado,
> Passando o longo mar, que ameaçando
> Tantas vezes me esteve a vida cara.
> Agora, exprimentando a fúria rara
> De Marte, que nos olhos quis logo
> Visse e tocasse o acerbo fruto seu.
> .....
> Agora, peregrino, vagó, errante,
> Vendo nações, linguagens e costumes,
> Céos vários, qualidades diferentes,
> Só por seguir com passos diligentes
> A ti, fortuna injusta, que consumes
> As idades, levando-lhes diante
> Uma esperança em vista de diamante,
> Mas, quando das mãos cai, se conhece
> Que é frágil vidro aquilo que aparece.
> A piedade humana me faltava,
> A gente amiga já contrária via
> No perigo primeiro; e, no segundo,
> Terra em que pôr os pés me falecia...
> .....
> Emfim, não houve trance de fortuna,
> Nem perigos, nem casos duvidosos,
> (Injustiças de aqueles que o confuso
> Regimento, do Mundo antigo abuso,
> Faz sôbre os outros homens poderosos!)
> Que eu não passasse.....

¿Onde se encontra aqui, ou nessa Canção inteira, uma palavra sequer que denuncie a decantada riqueza de Macau? ¿Em que se fundam, então, os biógrafos?

Por três maneiras só poderia Camões enriquecer: herdando avultados bens, exercendo comércio ou indústria com grandes lucros, ou roubando quantiosas somas. Lotarias não as havia naquele tempo; moeda falsa não era fácil fabricá-la,

e seria inútil, porque o comércio no Extremo-Oriente era todo feito por troca directa: drogas indianas por sêdas chinesas e prata japonesa. Bancos e notas falsas ninguém os sonhara!

Ora, Camões não herdou bens alguns. Os seus parentes próximos eram todos pobres. Para o Oriente embarcou como simples escudeiro, recebendo a título de soldo a bagatela de 2$400 réis!

Roubar espólios não era emprêsa fácil, nem isenta de perigos. Se Leonel de Sousa, a-pesar-de ter sofrido um naufrágio, em que perdeu tôda a sua riqueza, foi forçado a desembolsar os 1.800 cruzados de espólios arrecadados, a Camões sucederia outro tanto. Além disto, seria preciso que tais espólios fossem de grande importância: dois ou três mil cruzados, mesmo no século XVI, não davam margem para liberalidades e magnificências; e, ainda menos, para grossas economias! Seria preciso também que os defuntos não tivessem no local, nem herdeiros ou testamenteiros, nem procurador ou feitor autorizado a fazer a arrecadação da herança, nem sócio ao qual competisse a administração do respectivo quinhão, pois só as heranças inteiramente ao abandono é que eram arrecadadas pelos provedores, nos termos das Orden. Man. e dos respectivos regimentos do século XVI, codificados depois no minucioso Regim. de 10 de Dezembro de 1613.

Doutro lado, Camões não poderia jámais ter procedido de modo a suscitar sequer simples suspeitas sôbre a sua probidade. Tendo êle verberado nos *Lusiadas,* nos *Disparates da Índia* e noutros versos seus, a desonestidade dos funcionários portugueses no Oriente, pedindo aos Ministros do Rei que *pusessem um freio ao roubar, que vai sem meio,* seria bem conhecido pela sua isenção e austeridade e pelas suas poucas ambições, porque não era homem que adoptasse para si a cómoda fórmula de viver de Fr. Tomás! E não

são só as poesias que revelam a sua psicologia. Leiam as suas cartas, infelizmente poucas: não se encontra nelas, apesar de extensas, referência alguma a qualquer projecto ambicioso, a qualquer assunto seu de dinheiro, nem a emprego rendoso que exercesse. Pelo contrário, afirma encontrar-se numa terra que «só para vilões ruins é mãe e *madrasta de homens honrados;* porque *os que lá se lançam a buscar dinheiro, sempre se sustentam sôbre água como bexigas;* mas *os que sua opinião deita a las armas Mouriscote,* como maré corpos mortos á praia, antes que amadureçam, secam», — e dêstes era, decerto, êle! Confrontem-se estas cartas, que só tratam de tristezas, desilusões, versos e mulheres, com as de Leonél de Sousa, que não pensa em outra cousa senão *enriquecer,* só fala em milhares de cruzados, em viajens à China e ao Pôrto pequeno, em fazendas e veniagas!...

Forçoso é, pois, rejeitar de vez e para sempre a simples e gratuita suposição dos maus biógrafos de haver sido Camões acusado de desvio de bens de defuntos, libertando-se de tal sombra a sua honrada memória.

Finalmente, tôda a vida de Camões, anterior ou posterior à sua estada na Índia, nos mostra que êle, — *braço ás armas feito, mente ás musas dada,* — nunca teve aptidões, feitio ou vocação, nem a indispensável sorte, seja para o exercício de altas funções burocráticas, seja sobretudo para amealhar taéis ou pardaus em operações comerciais com os chinêses ou indios. Se Camões tivesse a bossa mercantil, tê-la ia posto em actividade na Índia ou em Portugal; mas ninguem nestes países o viu comerciando. Tendo *numa mão a pêna, noutra a espada,* evidentemente não lhe sobrava outra mão para empunhar o caduceu de Mercurio ou a balança do chatim!

Demais, na China só podiam negociar, então, ou os que, tendo navio seu, obtinham licença de navegar naqueles ma-

res, ou os que obtinham a concessão régia de navegar em navio do Estado. Se a licença, no primeiro caso, era um tanto fácil de alcançar, pois que Leonél de Sousa, na sua aludida carta de 1556, diz que *a dão a quantos lá querem ir* e que eram mercadores profissionais ou amadores improvisados, a concessão régia é que não era nada fácil. Só os fidalgos, que iam à Índia *para se enriquecer*, só os que tinham prestado quaisquer relevantes serviços e dispunham de poderosos protectores, tanto na Corte, como junto dos Vice-Reis, conseguiam alcançar uma tal concessão; e, mesmo assim, alguns não chegavam a desfrutá-la, por oposição de outros ambiciosos. Já vimos atrás como Leonel de Sousa, fidalgo com mais de 30 anos de serviços, negociador do acôrdo comercial com a China, ou com os mandarins de Cantão, a-pesar-de ter sido despachado, por duas Cartas régias, com duas viagens à China, só pôde lá ir em navio armado à sua custa, e *como mercador*.

¿Mas, quem alcançaria a Camões a *viagem de mercê,* que o dr. Teófilo Braga gratuitamente, por méra fantasia, afirma ter-lhe sido concedida? E *a que título*? Só por fazer versos?... ¿Quais eram, cá em Portugal, os seus poderosos protectores? ¿Acaso eram aqueles que, segundo o Poeta conta na Epístola I, tinham para êle *más línguas, piores tenções, danadas vontades, amizades mais brandas que cêra, que se acendiam em ódios, e que o obrigaram a fugir para a Índia, onde viveu mais venerado que... os touros de Merceana?...* ¿Seriam aqueles que êle procurava ao regressar da Índia, e não encontrou? Pois êle o diz na Écloga XI:

Discordias só achei e achei dureza
Em lugar de sossego e de brandura;
. . . . . .
Seguro sempre ao longe, sempre ledo,
Triste ao perto e tratado como imigo...

Quanto aos homens poderosos da Índia, êle diz também, na mesma Epístola, que aqueles, tendo de passar de palavras a obras, «se salvam com dizer que se não podem fazer tamanhas duas cousas, como é *prometer* e *dar*».

Depois, quer fosse mercador de profissão, quer improvizado, quem ia à China tinha de levar mercadorias suas, em navio próprio ou afretado, ou navegando a partes; e os transportes não estavam ao alcance de todos, por ser reduzida a marinha mercante. O citado Leonél de Sousa, na já referida carta de 1556 diz: «*e à China quem não leve cabedal não no traz, porque não tem, se não vender e comprar.*

¿Donde viria a Camões o capital inicial? A *viagem de mercê*, suposto a alcançasse, era só uma licença; não envolvia em caso nenhum doação de mercadorias do Estado. Camões não levou capitaes de Portugal; não podia tê-los economizado dos seus pequenos empregos muito mal remunerados, como êle mesmo o dá a entender no final do Canto VII dos *Lusíadas,* recusando celebrizar no seu poema «quem acha que não é justo que se pague o suor de servil gente e razões aprende

> Para taixar com mão rapace e escassa
> Os trabalhos alheios que não passa.»

Como é, pois, que Luís de Camões, *sem dinheiro e sem mercadorias,* pôde enriquecer *em dois anos,* negociando com os chinêses? Durante três anos fôra Leonel de Sousa à China, *com mercadorias suas* e *em navio seu,* e com uma longa experiência de tais negócios, em 1552 a 1555; e, contudo, escrevia em 1556 ao Infante D. Luís dizendo que «tirára pouco proveito de tais viagens e, ao fim de 30 anos de serviços, *estava prove*»!

Pobre Camões! Tão infeliz, que até os biógrafos lhe

conhecem mal a vida e o carácter!... Razão tinha êle quando de si próprio escreveu:

> Perdigão perdeu a pêna
> Não ha mal, que lhe não venha,
> Em um mal outro começa,
> Que nunca vem só nenhum;
> E o triste, que tem um,
> A sofrer outro se ofereça;
> E só pelo ver conheça,
> Que basta um só que tenha
> Para que outro lhe venha.

Finalmente, como autêntico poeta, Camões teria mesmo negação para qualquer trabalho assíduo e longo, e certamente era avesso a cálculos e negociatas, tinha um íntimo desprezo pelos que *se lançam a buscar dinheiro,* e preferia contrair empréstimos ou esmolar a exercer uma actividade imprópria e indigna de um *guerreiro* e *poeta.*

Parece que era êste, aliás, o proceder da maioria dos portugueses no Oriente. O viajante italiano Pietro Della Valle, tendo estado em Goa em 1623-1624, descrevendo os habitantes desta cidade diz: «Não são muitos os portuguêses, mas não têem muitos meios, antes estão pobres. Vivem, comtudo, com aparencia exterior de suficiente grandeza..., particularmente, porém, experimentam muitas privações; e *taes ha que, não querendo entregar-se a profissões que reputam inconvenientes á sua posição...* levam uma vida muito infeliz, suportando penurias e vendo-se obrigados a esmolar cada dia á noitinha... o que preferem ao exercício de qualquer honesto mistér das artes mecânicas. *Todos empregam-se nas armas e são militares,* embora casados; e exceptuando os padres, advogados e médicos, poucos se vêem sem uma espada, ainda os artífices e plebeus ínfimos...».

Se assim era o geral dos portugueses da Índia em 1624,

que admira que, 70 anos antes, assim fosse um escudeiro-poeta? Qual era a sua única ambição, Camões o confessa nas *Estancias 1.as:*

... se o sereno Céu me concedêra
Qualquer quieto, humilde e doce estado,
Onde com minhas Musas só vivêra
Sem ver-me em terra alheia degradado.

Êsse *quieto* e *humilde estado* concedeu-lhe, em 1561, o Vice-Rei Conde do Redondo D. Francisco Coutinho, condoendo-se da miséria do Poeta e dando-lhe um modestíssimo salário, sem outra tarefa que a de glosar motes que o mesmo Vice-Rei lhe enviava, o que lhe rendeu aquelas lisongeiras rimas, em que o agradecido Poeta, contente por encontrar uma situação que *o seu planeta* ou o seu constante azar não lhe fazia esperar, diz:

Servirdes-vos de ocupar-me,
Tanto contra meu planeta,
Não foi, senão, azas dar-me,
Com as quais vou a queimar-me,
Como o faz a borboleta
.....
Bem basta, Senhor, que agora
Vos sirvais de me ocupar,
Que assi fareis aparar
A pena com que, algum'hora,
Vós vereis ao ceu voar.
Assi vos irei louvando,
Vós a mi do chão erguendo,
Ambos o Mundo espantando,
Vós com a espada cortante,
Eu com a pena escrevendo.

Mas, escrevia *versos,* o que nunca em terra portuguesa enriqueceu ninguém! Não consta que escrevesse autos de arrecadação, ofícios, inventários, balanços, contas. As letras

que o ocupavam eram belas, mas... não eram as de câmbio, em que fôsse êle o portador... E vê-se que, nesta altura da sua vida, Camões nem já tinha *numa das mãos a espada,* pois havendo nessa época muitas expedições militares, êle não solicitou essa ocupação, pois só queria espantar o mundo *escrevendo* e não *combatendo*...

Que o Poeta fôsse várias vezes preso, ou por sortidas amorosas, ou por brigas e duelos, porque *amor não quer cordeiros, nem bezerros,* ou por dívidas, é certo e está de acôrdo com a sua vida anterior, com o seu feitio de mata-mouros, boémio e estroina; mas, que o fôsse por *suspeita de ladrão,* é inconcebível!

Doutro lado, se Camões tivesse sido acusado de extravios de espólios de defuntos na China, não tinha de vir preso para a Índia, pois era mais natural ficar ali, à ordem do respectivo Ouvidor do crime, ali onde estariam as provas da acusação e as da defesa. E em Goa não poderia alcançar a liberdade por uma simples ordem do Vice-Rei; pois ninguém deve ignorar como as leis dêsse tempo eram severas para crimes de tal natureza.

A suposta prisão de Camões em Macau é, pois, uma infundada e inverossímil fantasia dos biógrafos.

É impossível, portanto, que fosse essa inventada prisão o *injusto mando* a que o Poeta se refere nos *Lusíadas* e anterior ao seu naufrágio; nem isso era histórica e materialmente possível, por faltar a *base da lenda:* a existência de Macau ou de qualquer povoação portuguesa na China no período de 1552 a 1560.

Fica assim de pé a hipótese mais verossímil de o naufrágio se ter dado na viagem de ida.

Salvo dêsse naufrágio, Camões, naturalmente recolheu a Malaca, porque à sua situação só ali poderiam dar algum remédio. Malaca era, então, o centro da administração e do poderio português no Extremo-Oriente, empório comercial

e sede de uma capitania geral. Nada disto se verificava a respeito de Macau.

Em Malaca, cidade que já conhecia, teria Camões estado em perfeita liberdade, mas *sem eira, nem beira*, sem recursos; e, porisso, ou levado pelo seu espírito de aventura, ou na esperança de melhorar de fortuna, embarcaria várias vezes, como auxiliar das tripulações, em viagem pelas ilhas da Malasia: Sumatra, Java, Ternate, Tidore, Borneo, até às ilhas de Banda, Sonda e Timor. A esta *peregrinação,* principalmente, é que o Poeta parece referir-se na Canção XI atrás transcrita. E, para todos se convencerem de que foi assim, basta seguir a ordem e a forma por que o Poeta se refere nos *Lusíadas* aos ditos pontos geográficos. Desde a Índia, o Poeta vai descrevendo todos os portos e cidades até ao rio de Mecom. Aqui cessa de *descrever;* conta o naufrágio, e já não menciona os portos ou cidades ulteriores; aponta vagamente um país de *escura fama,* chamando *Cauchinchina* aos reinos de Annam e Tonkim, — depois uma *incógnita enseada*, aliás bem conhecida dos mareantes portugueses, e a China e o Japão, *com erros;* e em seguida, *volta a descrever,* e bem, as referidas ilhas. Não seria natural que, chegado a Malaca e Singapura, o Poeta se referisse logo a Sumatra, Java, etc. que ficam ali perto, se lá tivesse ido *antes do naufrágio?* Esta seqüência na descrição não revela, porventura, uma sucessão de passos na sua *peregrinação?*

Decerto, numa destas viagens é que êle teria aprisionado ou comprado o seu famoso escravo javanês ou jau, baptizando-o com o nome de António, talvez em recordação do seu grande amigo D. António de Noronha; viagens em que divagou até fins do ano 1560, devendo ter regressado na monção (Novembro), chegando à Índia em Março ou Abril de 1561.

E, mal chegado à cidade de Goa, disparou aquelas ultra-lisongeiras *Estancias* ao Vice-Rei D. Constantino de Bra-

gança, tratando-o por *príncipe ilustre e raro,* e nas quais, aludindo já às conquistas de Damão e Jafanapatão, e a outros actos do govêrno daquele, principalmente aos concernentes à propaganda religiosa, se queixa da *miséria injusta que padece* e *do seu tão baixo e triste estado,* mas sem que de nenhum modo os atribua ao naufrágio e às perdas neste sofridas, ao mesmo tempo que não agradece ao Vice-Rei o tê-lo libertado da prisão ou qualquer outro favor recebido, ao contrário do que os biógrafos afirmam.

Essas *Estancias* mostram bem que êsse Vice-Rei em nada melhorara as condições de vida do Poeta; e nessa altura nem pensaria nisso, pois, estando no têrmo do seu govêrno, lograra criar numerosos descontentes *entre os portugueses,* que o abocanhavam tanto, que o Poeta lhe diz:

Não vos temais, Senhor, do povo ignaro,
Tão ingrato a quem tanto faz por êle,
Mas sabei que é sinal de serdes claro
O ser agora tão malquisto dêle.

VI

LENDAS OU ÊRROS CONEXOS. AS REDONDILHAS DO MECOM E A BÁRBARA CHINESA A «ALMA MINHA GENTIL» CHINESA.

Para ficar cabalmente demonstrada a leviandade dos biógrafos de Camões e quão pouco crédito êles merecem nas suas gratuitas afirmações quanto à vida do Poeta no Oriente, bastará examinar o outro facto, conexo do naufrágio, por êles consignado: o de ter Camões composto, nas margens do Mecom, as famosas redondilhas, que principiam assim:

Sobre os rios, que vão
Por Babilonia, me achei,
Onde sentado chorei
As lembranças de Sião
E quanto nela passei.

De um lado, é absurda a suposição de que um náufrago, por muito poeta que seja, e que só pudera salvar talvez alguns dos *Cantos* dos *Lusíadas*, então apenas em esbôço, estando semi-nú, cheio de fome e aflição, encontrasse papel, tinta e pena para escrever tais versos, numa praia, que nessa época seria deserta, e sobretudo tivesse disposição de espírito para versejar e a tranqüilidade que essas redondilhas claramente revelam. Só quem nunca naufragou poderá supor tal serenidade. As margens do Mecom, em 1556 ou 1559, não eram margens do Mondego ou do Tejo!

Doutro lado, Mecom é um só rio, e não *rios;* e basta ler com atenção essa poesia e confrontá-la com os Sonetos 194, 237 a 239 e 282 (da colecção Aquino) para se concluir que ela foi *escrita em Goa* e durante uma das prisões que o Poeta ali sofreu, por dívidas ou por agressões.

Com efeito, é a cidade de Goa que êle costumava designar por *Babilonia,* — como aliás reconhece o Visconde de Juromenha, um dos autores desta lenda, — não pela corrupção dos costumes dessa cidade, como o mesmo Visconde erradamente supõe, pois êsses costumes não eram piores do que os de Lisboa, mas sim por ser uma cosmópolis, em que falavam numerosas línguas indivíduos de diversíssimas raças e procedências, e também porque *Babilonia* fôra a cidade do cativeiro dos hebreus, e êle ali cativo estava. De igual modo, chamava *Sião* e *Jerusalém* à cidade de Lisboa e a Portugal, já porque, vendo a sua decadência e pressentindo a sua catástrofe, com o dom profético dos vates, de antemão a carpia a exemplo de Jeremias, já porque tinha da sua pátria uma profunda saüdade, como os hebreus cativos em Babilonia a sentiam pela terra de Israel.

Os «*rios que vão por Babilonia*» são os rios Mandoví e Zuarí, que circundam a ilha e cidade de Goa, entre si ligados, como os rios Tigre e Eufrates junto de Babilonia, ou sòmente os diversos braços do Mandovi que, defronte da

mesma cidade, *com nomes diversos,* formam essa ilha e as vizinhas de Divar, Chorão, Jua, etc. Nas margens do Mecom não havia então, e nem hoje existe, cidade alguma; e, ainda menos, uma cidade que merecesse o pomposo nome de *Babilonia.*

Sucedeu que os inimigos ou crèdores de Camões, como que por irrisão, lhe pediam que recitasse, ali na prisão, os versos que havia feito *em Sião,* isto é, em Portugal.

Aqueles que cativos nos traziam,
Por cantigas alegres preguntavam.
Cantai (nos dizem) himnos de Sião:
Sobre tal pena, pena tal nos dão.

Essa exigência, feita por tais pessoas e em tal ocasião, como era de esperar e se verifica, tão intensamente irritou ou maguou o Poeta, que êle por mais de uma vez de tal facto se ocupa, não só nessas redondilhas, mas também nos já citados Sonetos 237, 238, 239 e 282, todos evidentemente da mesma época e feitos em Goa, como variantes da mesma ideia. Nestes sonetos reproduziu Camões, sempre, as mesmas frases do início das redondilhas:

De Babel sobre os rios nos sentámos
Da nossa doce pátria desterrados...

Sobre os rios do reino escuro, quando
Tristes, quais nossas culpas o ordenavam...

Em Babilonia sobre os rios, quando
De ti, Sião sagrada, nos lembramos...

Na ribeira do Eufrates assentado
Discorrendo me achei pela memória...

Também no soneto CXVII ao mesmo facto parece referir-se dizendo:

Fizeram-me cantar manhosamente,
Contentamentos não, mas confianças:
Cantava, mas era já ao som dos ferros.

Como resposta, porém, a tão indiscreta e impertinente exigência, o Poeta declara nas redondilhas:

Que não parece razão,
Nem seria cousa idónia,
Por abrandar a paixão,
Que cantasse em Babilónia
As cantigas de Sião.

E, porisso, mais adiante acrescenta:

Fique logo pendurada
A frauta, com que tangi,
Ó Hierusalém sagrada,
E tome a lira dourada,
Para só cantar de ti (1).
Não cativo e ferrolhado
Na Babilonia infernal,
Mas, dos vicios desatado,
E cá desta a ti levado,
Pátria minha natural.

Ora, Camões nunca esteve, nem podia estar *cativo e ferrolhado* em prisão portuguesa na praia deserta onde nau-

---

(1) O Poeta parece dizer, nestes versos, que suspende a elaboração do seu Parnaso para só se ocupar da Epopeia. A frase: «*e tome a lira dourada para só cantar de ti*» deixa supor que, até então, êle ainda não tomara a lira, isto é, *não iniciara os Lusíadas*, o que é digno de atenção, pois logo veremos a época provável destas redondilhas.

fragára, junto da foz do Mecom, onde, repito, não havia, nem há Babilónia alguma; e onde ninguém lhe poderia pedir cantigas de Portugal, porque os cambojas não as entenderiam.

Estas redondilhas foram, provàvelmente, feitas no ano 1568, como se infere confrontando-as com o citado soneto n.º 194, que principia pelo verso

Cá nesta Babilonia adonde mana

soneto êste que foi glosado nas *Estancias* 5.as, entre as quais se lê esta oitava:

Cá nesta Babilonia, onde a Nobreza
Da Lusitana gente se perdeu,
E *do grão Sebastião* tôda a grandeza
Irreparavelmente se abateu...

Ora, não sendo natural que o Poeta chamasse ao Rei *grão Sebastião* emquanto êste era uma criança tutelada, mas sim quando já assumira o govêrno da Nação, o que só se realizou no ano 1568, é mui legítima a conclusão de que só nesta época, quando o Poeta já tencionava regressar, e, de facto, regressou a *Sião* ou a Portugal, sua *pátria natural,* fossem compostas aquelas redondilhas, que a mesma saüdade intensamente traduzem.

Suposto Camões chamasse *grão Sebastião* ao rei-criança, essas redondilhas deverão ser, pelo menos, contemporâneas da prisão de Camões em Goa, em 1562 a 1564, — a única de que há prova certa, que é a poesia em que o Épico pede ao Vice-Rei Conde de Redondo que, «antes de ser êste embarcado, *seja êle desembargado*», saindo dessa *infernal cadeia da Babilonia infernal,* onde estava preso, talvez por motivos disciplinares e não por dívidas, por ordem de Miguel Rodrigues Coutinho Fios Secos, que era capitão-mór de uma

das esquadras que nessa época cruzavam a costa do Malabar, e não agiota feroz, que se pagasse de dívidas de um poeta pobre com a prisão dêste! E a época assim referida coïncide bem com a do início da elaboração dos *Lusíadas*, conforme atrás demonstrei, tendo Camões *pendurado a frauta e tomado a lira*.

*
* *

A estada de Camões em Macau é havida como um facto tão incontestável, que, ainda há pouco, um notável homem de letras não hesitou em afirmar que era macaista ou chinesa a *Bárbara escrava* por quem o Poeta esteve apaixonado.

Quem tal escreveu não leu, decerto, com a devida atenção, as *Endeixas* respectivas de Camões, em que êste celebra os *negros olhos*, a *graça viva*, a *singular formosura*, a *pretidão de amor*, a beleza do *cabêlo preto* da cativa, descrição que não pode, jámais, corresponder ao tipo chinês! A mulher chinesa, nem é formosa, nem engraçada e viva, nem farta de cabelo, nem escura de tez. Esta cativa seria, não pròpriamente negra, nem mesmo mulata, pois em tal caso não seria de *singular formosura* e teria *carapinha* e não farto cabelo preto, — mas sim morena, trigueira, e que só por não ser *branca* foi designada por *preta* ou posta em confronto com a neve. Devia ser moura (persa ou árabe), ou indiana, raças em que há, como é sabido, belos tipos femininos, de luminosos olhos e de fartas cômas luzidias e pretas; e teria sido reduzida a cativeiro em tenra idade, como presa de guerra, e logo baptizada e instruída na religião e língua portuguesas. O baptismo dos cativos ou escravos era, então, uma obrigação imposta por lei, sob pena de perdimento do escravo.

Não foi mais feliz e discreto quem se abalançou a afirmar

que fôra dedicado a uma chinesa de Macau e até feito na tal gruta, que não é gruta, o admirável e célebre soneto

Alma minha gentil que te partiste...

Se os biógrafos e os mais profundos camoneanistas não lograram identificar rigorosamente a juvenil inspiradora dêste soneto, — que faz lembrar o de Petrarca à *Laura morta*, — averiguando qual das amadas de Camões foi a que faleceu em prematura idade, é fácil, ao menos, assegurar que essa mulher não podia ser chinesa, pelas seguintes razões:

1.º O próprio soneto mostra que essa *alma gentil* era cristã; pois, só sendo ela cristã podia Camões, segundo a crença católica, afirmar que ela *repousava no céu,* junto de Deus, *que seus anos encurtou.* Ora, entre 1556 a 1559, não havia chinesas cristãs, como não existia a cidade de Macau, segundo ficou demonstrado.

2.º Pôsto que o Épico tivesse feito umas *endeixas* à Bárbara escrava, exprimindo apenas sensualidade e não verdadeiro amor, não faria, nem a uma chinesa, nem a mulher alguma oriental, um tal soneto, revelador duma infinita adoração, dum amor ideal e puríssimo. Camões, na sua *Carta* atrás citada, assevera que as mulheres portuguesas no seu tempo existentes no Oriente *caíam já de maduras,* e as indígenas, além de serem *de rala* (isto é, *côr das sémeas de trigo*), não percebiam os amores de Petrarca ou de Boscão e falavam numa lingüagem com travor de ervilhaca, de sorte que lançavam *água na fervura da mór quentura do mundo* e não satisfaziam *um estômago costumado a resistir às falsidades de um rostinho de tauxia duma dama lisbonense...* Como é possível, pois, conciliar um tal menosprezo pela mulher oriental com a sublimação da musa dêsse soneto? A *alma gentil* deve ter sido, portanto, um *rostinho de dama*

lisbonense, que falava a mesma linguagem e *entendia os amores de Petrarca ou de Boscão.*

3.º De facto, o confronto do soneto «*Alma minha gentil que te partiste*» com o soneto 229, que é uma variante (*Alma gentil que à firme eternidade,* etc.) e com o soneto 230 (*Debaixo desta pedra, sepultada,* etc.) em que o Poeta pranteia a mulher amada que foi «*do mundo a mais nobre formosura... cuja alvrura do Sol a clara luz tinha eclipsada*», autoriza a segura e incontestável conclusão de que essa mulher era uma portuguesa, de Lisboa ou Coimbra, e nunca uma chinesa. Se não foi a *Natercia (Caterina de Ataide),* a única mulher de quem êle diz (no soneto 103) que *nascera no céu e não na terra,* — e daí as expressões *angélica beleza* e *angélica figura,* — era certamente a *Dinamene,* a *Ninfa gentil,* cuja prematura morte êle também sentidamente lamenta nos sonetos 170 e 171, pois não é provável que tivessem sido duas ou mais as amadas predefuntas e ambas ou tôdas mortas em juvenil idade.

Era, sem dúvida, aquela mulher de *presença bela, angélica figura, cabelo louro, boca rubra, olhos verdes marchetados de negro, rosto e peito de neve, tendo de Minerva o saber, engenho e arte e de Diana a pureza,* que êle descreve nos sonetos 120, 131 e 138 *(Tornai essa brancura à alva assucena,* etc. — *De quantas graças tinha a natureza,* etc. — *Presença bela, Angélica figura),* todos manifestamente referidos à mesma pessoa.

EM CONCLUSÃO

Parece-me ser já tempo de se pôr têrmo à lenda da estada de Camões em Macau.

Se tal facto fosse exacto, Camões, que, tendo ido na expedição contra o *rei da Pimenta,* (Garsopa) em 1554, na Elegia I minuciosamente descreveu a ilha do rei de Porcá,

— que, tendo estado no Estreito de Bab-el-Mandeb apenas alguns meses, em 1555, na já citada Canção X fêz uma bela e exacta descrição da Arábia Feliz; e que, na Canção VI alude à ilha de Goa, ao seu rio e aos seus palmares, e em numerosas outras poesias se refere às cidades de Goa, Damão e Diu, e a tantas outras terras por êle vistas e não vistas, evidentemente não deixaria de mencionar a cidade ou ilha de Macau, uma vez ao menos, não guardaria acêrca dela o mais absoluto silêncio, mòrmente se houvesse ali desfrutado uma vantajosa situação, que nunca mais teve e lhe faria saüdades, emfim, se ela de algum modo estivera ligada aos sucessos da sua agitada e triste existência e à elaboração da Lusa Epopeia!

L. da Cunha Gonçalves

O ACASO NOS NASCIMENTOS DOS SEXOS

ASSIMILAÇÃO DUM FENÓMENO NATURAL A TIRAGENS À SORTE NUMA URNA (1)

§ 1.º — Introdução

Tendo nós de apresentar um pequeno trabalho sôbre *Cálculo das probabilidades*, julgamos interessante estudar o problema acima indicado no caso particular dos *Nascimentos dos dois sexos*.

RUI LUÍS GOMES

Na verdade, entre os problemas desta classe que se nos apresentam como complemento e extensão natural do problema fundamental em que nós somos os agentes das tiragens à sorte, parece-nos ser êste um dos que merecem mais reflexão e um estudo mais completo.

Por outro lado, a-pesar-de ser muito natural fazer a assimilação para êste caso, isto é, assentar à *priòri* que tudo se passa como se fizessemos tiragens à sorte numa urna contendo esferas

---

(1) Trabalho apresentado no exame de *Cálculo das probabilidades* na Universidade de Coimbra.

brancas e pretas figurativas de rapazes e raparigas respectivamente na percentagem média indicada pela estatística, não devemos considerá-la absolutamente legítima e desnecessária portanto uma verificação.

Considerando estes dois factores: 1.º interêsse particular do problema em si; 2.º necessidade duma verificação resolvemos, imitando bem de perto « Carvalho » no seu belo trabalho de *Cálculo das probabilidades*, reünir os materiais indispensáveis para fazer o estudo para a cidade do Pôrto.

Para melhor sistematização dividiremos o nosso pequeno trabalho em três partes principais. São elas:

a) Modo de fazer a verificação.

b) Prática do método.

c) Conclusões.

1.ª PARTE

Modo de fazer a verificação

Como nos diz a teoria, num trabalho desta natureza tomamos para valor exacto da probabilidade a média das freqüências observadas numa série dum certo número de anos. A primeira coisa a obter portanto, é uma estatística que nos dê em cada ano o número de *nado-vivos* e *nado-mortos* de ambos os sexos. Determinada depois a freqüência média pelo método indicado na 2.ª parte, notamos as diferênças entre cada uma das freqüências anuais e a média, ou sejam os desvios, e comparamos a freqüência rial dêsses desvios com a sua probabilidade obtida por uma fórmula conhecida. Se os resultados coïncidirem sensìvelmente, podemos assimilar o fenómeno natural em questão a tiragens à sorte numa urna com uma percentagem de esferas brancas (rapazes) igual à freqüência média dada pela estatística.

2.ª PARTE

Prática do método

A estatística que reproduzimos a pág. 5 e 6 é extraída daquela que se encontra na Delegação de Saúde da cidade do Pôrto e abrange um período de 20 anos de 1902-1921 inclusivè. Fazemos o estudo para os nado-vivos e nado-mortos separadamente, designando dum modo geral, as freqüências por p_i e a sua média por p.

Em face da estatística, procedemos à determinação das freqüências anuais p_i (de rapazes) dividindo o número de rapazes nascidos em cada ano pelo número total de indivíduos nascidos nesse ano. Isto tanto para os nado-vivos como para os nado-mortos. Em seguida, determinamos a freqüência média dividindo o número total de rapazes nascidos nos 20 anos pelo número total de indivíduos de ambos os sexos nascidos nesse mesmo espaço de tempo. Obtivemos assim as duas freqüências médias:

$$p_v = \frac{65:388}{127:088} = 0{,}5145 \quad \ldots \quad \text{Nado-vivos}$$

$$p_{\bar{v}} = \frac{6021}{10:366} = 0{,}5808 \quad \ldots \quad \text{Nado-mortos}$$

ESTATÍSTICA

CIDADE DO PÔRTO — ANO 1902-1921

Anos	Nascimentos					
	Nado-vivos			Nado-mortos		
	V	F	Total	V	F	Total
1902.	3.219	3.046	6.265	274	185	459
1903.	3.226	3.046	6.272	296	207	503
1904.	3.295	3.002	6.297	234	196	430
1905.	3.419	3.295	6.712	259	183	455
1906.	3.495	3.187	6.682	250	181	433
1907.	3.520	3.218	6 738	262	164	443
1908.	3.492	3.316	6.808	226	189	390
1909.	3.573	3.306	6.879	280	196	469
1910.	3.730	3.501	7.231	256	196	442
1911.	3.414	3.191	6.605	260	191	451
1912.	3.438	3.211	6.649	259	188	447
1913.	3.664	3.400	7.064	337	229	566
1914.	3.344	3.314	6.658	373	254	627
1915.	3.337	3.294	6.631	368	233	601
1916.	3.420	3.192	6.612	366	278	644
1917.	2.919	2.850	5.769	324	235	559
1918.	2.347	2.260	4.607	294	225	519
1919.	2.417	2.265	4.682	284	221	502
1920.	3.128	3.016	6.144	423	284	707
1921.	2.991	2.782	5.773	396	310	706
Total. . .	65:388	—	127:078	6:021	—	10:366

FREQUÊNCIAS E DESVIOS

Anos	Nado-vivos		Nado-mortos	
	p_i	ε	p_i	ε
1902	0,5138	0,007	0,5969	0,0161
1903	0,5143	0,0002	0,5885	0,0077
1904	0,5233	0,0088	0,5442	0,0366
1905	0,5094	0,0051	0,5692	0,0116
1906	0,5230	0,0085	0,5774	0,0034
1907	0,5224	0,0079	0,5914	0,0106
1908	0,5129	0,0016	0,5795	0,0013
1909	0,5129	0,0049	0,5970	0,0162
1910	0,5194	0,0013	0,5664	0,0144
1911	0,5158	0,0024	0,5765	0,0043
1912	0,5169	0,0026	0,5794	0,0014
1913	0,5171	0,0042	0,5954	0,0146
1914	0,5187	0,0123	0,5949	0,0141
1915	0,5032	0,0113	0,6123	0,0315
1916	0,5172	0,0027	0,5683	0,0125
1917	0,5060	0,0085	0,5796	0,0012
1918	0,5094	0,0051	0,5665	0,0143
1919	0.5162	0,0017	0,5624	0,0184
1920	0,5091	0,0054	0,5983	0,0175
1921	0,5181	0,0036	0,5609	0,0199

Em seguida determinamos os erros ε iguais às diferenças entre cada uma das freqüências p_i e as médias p_ν, p_π. São os números indicados nas colunas encimadas por ε.

Devemos agora comparar a frequência dêstes desvios ε, com a sua probabilidade dada pela formula:

$$\theta(h\varepsilon) = \frac{2h}{\sqrt{\pi}} \int_0^{\varepsilon} e^{-h^2 \varepsilon^2} d\varepsilon = \frac{2}{\sqrt{\pi}} \int_0^{\lambda} e^{-\lambda^2} d\lambda.$$

Para isso tendo notado que o maior desvio ε, para os nado-vivos, por *ex*,, é ε = 0,0123 teremos uma classificação criteriosa, considerando o intervalo de variação do ε dividido em 7 intervalos de 0,002 em 0,002 até 0,004. Determinamos depois o número de desvios ε no máximo a 0,002, a 0,004, etc. até 0,014.

Obtemos assim um número de distribuïção que chamaremos $\varphi(\varepsilon)$. Dividindo em seguida os diferentes valores dêste número pelo número 20 dos anos obtemos a freqüência dum desvio no máximo igual a ε ou seja o número $\psi(\varepsilon)$. Para os nado-mortos os intervalos vão também de 0,002 em 0,002 mas saltamos de 0,008 para 0,012, de 0,018 para 0,028 e para 0,038 por fôrça dos intervalos menores não compreenderem nenhum desvio ε.

O número $\psi(\varepsilon)$ é que deve ser comparado com a probabilidade de obter um desvio no máximo igual a ε ou seja

$$\theta(h\varepsilon)$$

Para isso temos que determinar a precisão h servindo-nos das fórmulas

$$h = \sqrt{\frac{m}{2p\gamma}} \qquad h = \frac{K}{\sqrt{\pi}\,\Sigma\,|\varepsilon|}$$

em que K = número de anos.

m = número de indivíduos em média nascidos em cada ano; p = freqüência média; ε desvio anual.

No nosso caso temos

Nado-vivos

$m = 63541$
$p_v = 0{,}5145$
$g_v = 0{,}4855$
$h = \sqrt{\frac{m}{2pg}} = 112{,}72$ ou 113
$h = \frac{K}{\sqrt{\pi}\,\Sigma\,|\varepsilon|} = 112{,}99$ ou 113
$\Sigma\,\varepsilon| = 0{,}0988$

Nado-mortos

$m = 518$
$p\pi = 0{,}5808$
$g\pi = 0{,}4192$
$h = \sqrt{\frac{m}{2pg}} = 32{,}84$ ou 33
$h = \frac{K}{\sqrt{\pi}\,\Sigma\,|\varepsilon|} = 43{,}46$ ou 43
$\Sigma\,|\varepsilon| = 0{,}2676$

Multiplicando êstes valores de *h* pelos limites dos intervalos de distribuïção obtemos os desvios relativos λ com que entramos na tabelas de Gauss.

As colunas 4.ª e 7.ª indicam os valores de λ para os nado-vivos e nado-mortos respectivamente, tomando para *h* o valor dado pela formula $h = \sqrt{\frac{m}{2\,pg}}$; a coluna 8.ª, os valores de λ cálculados tomando para *h* o valor dado pela segunda fórmula.

NÚMEROS DE DISTRIBUIÇÃO E DESVIOS RELATIVOS

Intervalos de distribuïção	Nado-vivos			Nado-mortos			
	φ(ε)	ψ(ε)	λ	φ(ε)	(ψε)	λ	λ
0,002	5	0,25	0,225	3	0.15	0,066	0,086
0,004	9	0,45	0,452	4	0,2	0,132	0,172
0,006	14	0,7	0,678	5	0,25	0,198	0,258
0,008	15	0,75	0,904	6	0,3	0,264	0,344
0,010	18	0,9	1,13	–	–	–	–
0,012	19	0 95	1,36	8	0,4	0,396	0,516
0,014	20	1	1,59	9	0,45	0,462	0,602
0,016	–	–	–	13	0,65	0,528	0,688
0,018	–	–	–	16	0,8	0,594	0,774
0,028	–	–	–	18	0,9	0,924	1,204
0,037	–	–	–	20	1	1,254	1,634

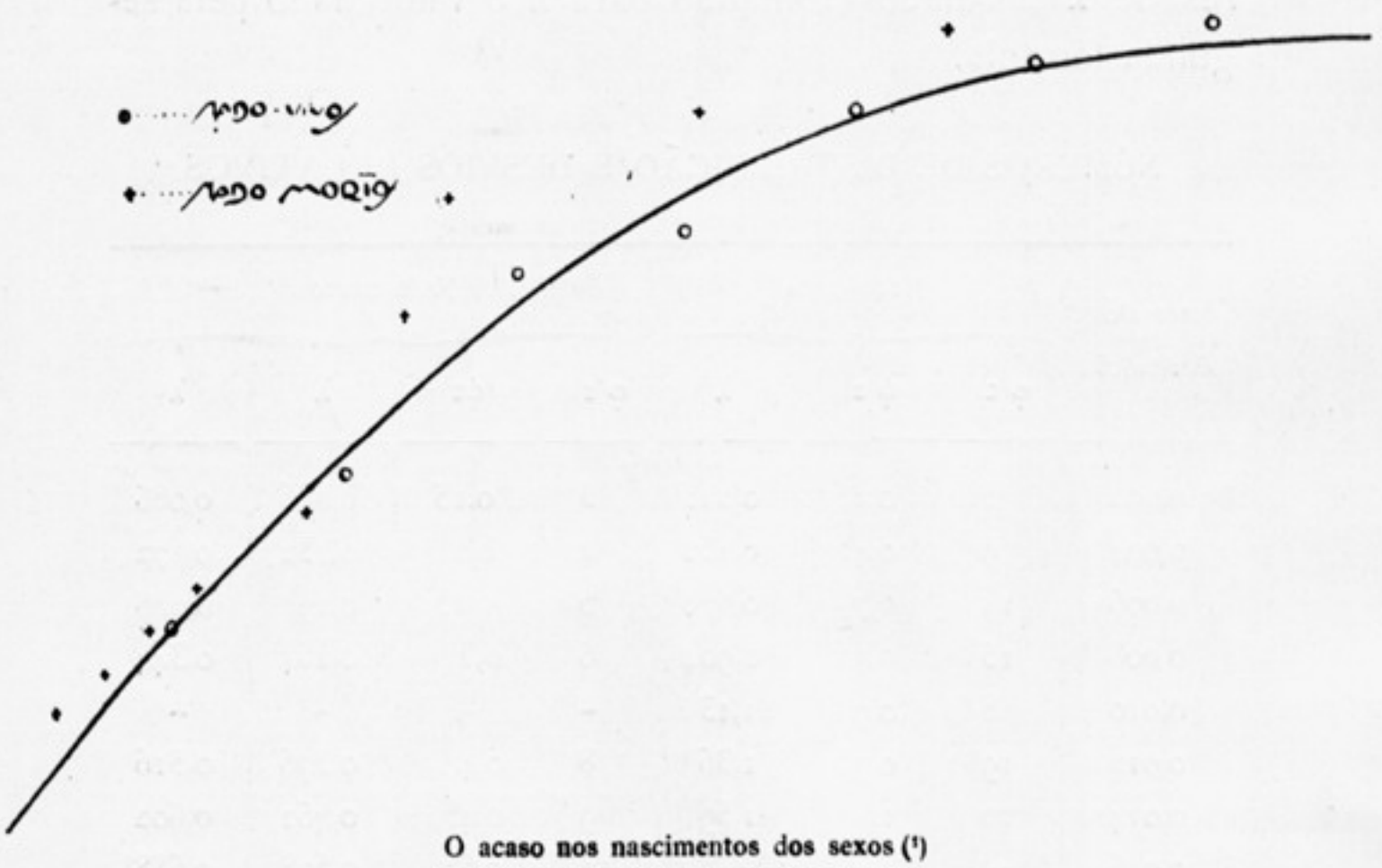
Marcando agora numa linha horizontal, eixo dos desvios os valores de λ e num eixo vertical os correspondentes valores de ψ(ε) obtemos pontos no plano, cuja distribuïção vamos estudar atendendo à sua posição em relação à curva $\theta(\lambda)$.

Para comodidade representamos cada centésima por um milímetro. Tôdas as outras indicações relativas ao gráfico vão juntas ao mesmo.

3.ª Parte

Conclusões

Em face do gráfico junto concluímos que a assimilação é perfeita para os nado-vivos. Na verdade, para estes os pontos distribuem-se para um e outro lado da curva $\theta(\lambda)$ mas



O acaso nos nascimentos dos sexos (1)

quási igualmente como convém a uma distribuïção do acaso. Portanto os nascimentos vivos dão-se ao acaso como se fizessemos as tiragens numa urna de composição invariável, que desse para a saída duma esfera branca [um rapaz] uma probabilidade.

$$\varphi_v = 3{,}5145$$

A urna tinha portanto mais esferas brancas que pretas.

---

(1) O gráfico foi desenhado pelo meu amigo e condiscípulo Armando Rego Falcão, distinto aluno da Universidade de Coimbra.

Para os nado-mortos não podemos fazer a assimilação pois os pontos distribuem se acentuadamente para o lado de cima da curva θ havendo grandes desvios. O gráfico dá-nos a entender, que morrem muitos rapazes para o que devem concorrer factores constantes que vem destruir a distribuïção equitativa característica do acaso.

Nem mesmo com o valor de h calculado pela segunda fórmula nós conseguimos o ajustamento da curva média desenhada por êsses pontos e a curva $\theta(\lambda)$.

Mais uma vez se verifica o facto, conhecido já do século XVIII, de que nascem mais rapazes de que raparigas mas também morrem mais dos primeiros que dos segundos.

Rui Luís Gomes

EUGÉNIO DE CASTRO

TRAÇOS BIOGRÁFICOS E LITERÁRIOS

Como digo no texto a seguir, as páginas que o constituem correspondem, em grande parte, às folhas duma carta

MANUEL DA SILVA GAIO

enviada ao escritor espanhol D. Juan de Olmedilla, por sugestão do próprio destinatário.

Retocada nalguns pontos e ampliada noutros — deu-me assunto para uma leitura promovida pela Associação dos Estudantes de Letras *da Universidade de Coimbra e que realizei na noite de 10 de Dezembro de 1927.*

Foi essa leitura feita sob a presidência do Reitor da Universidade, Doutor Domingos Fèzás Vital, ocupando, a seu convite, os lugares de secretários da mesa presidencial Mr. Alfred Jeanroy, do Instituto de França, e o professor da Faculdade de Letras Doutor Joaquim de Carvalho.

Coimbra, 26 de Fevereiro de 1928.

M. S. G.

Distinguiu-me a Direcção da *Associação dos Estudantes de Letras* com o convite para tomar parte na série das conferências por ela promovidas.

Já no ano anterior eu recebera igual convite seu, que — devido a absorventes ocupações oficiais — me não foi possível aceitar.

Pensara porém, desde logo, em preparar uma ou mais conferências, com o propósito de — nos estreitos limites das minhas possibilidades — me desempenhar, oportunamente, de encargo tão honroso.

Não mo permitiu, até hoje, o mesmo motivo que então me havia impedido de corresponder à amabilidade desta simpática associação.

Querendo, contudo, cumprir de certo modo — emquanto não tento cumpri-lo melhor — êsse grato e nobilitante encargo, lembrei-me de vir ler aqui algumas páginas que há tempo escrevera e cujo assunto, em si, nos deve interessar a todos, pois foram dedicadas a Eugénio de Castro.

Não se trata dum estudo crítico acêrca da vasta e clara Obra do admirável Poeta, mas de simples notas e impressões sôbre a sua personalidade — de homem e de artista.

Sugeriu-mas o escritor D. Juan de Oldemilla. Quando se empenhava em dar início à edição das produções do nosso Poeta, vertidas a espanhol, escreveu-me pedindo que lhe mandasse algumas impressões minhas a respeito do Autor do *Anel de Polycrates* e de tantas outras obras notáveis.

É a resposta a D. Juan de Olmedilla, datada de 9 de Dezembro de 1921, o que venho ler, na sua forma epistolar e embora retocada ou ampliada num ou noutro ponto.

Ex.mo Sr. Dom Juan Olmedilla. — Foi-me impossível responder imediatamente à carta de V. Ex.ª, datada de 16 de Novembro findo, em razão dos meus múltiplos trabalhos e ocupações.

Conto com a bondade de V. Ex.ª para ser perdoado desta demora.

Gostosamente respondo a essa carta, não só pela distinta consideração que o seu signatário me merece, mas por ter, mais uma vez, favorável ensejo de referir-me a Eugénio de Castro, a quem muito admiro como magnífico Artista, a quem muito quero como a um dos meus mais antigos e mais provados amigos.

Responderei de harmonia com a indicação da própria carta — de *uma maneira emocional, não crítica* — transmitindo a V. Ex.ª notas e impressões directas, relativamente ao nosso grande Poeta — sobre o seu aspecto físico, o seu trato pessoal, as especiais razões do seu triunfo, certos factos significativos da sua vida, as suas lutas literárias, o seu modo de ver e sentir em face do meio social, o teor da sua existência de hoje.

EUGÉNIO DE CASTRO

Tentarei emfim ser aqui, junto do Poeta — na frase pitoresca da carta recebida — *los ojos y los oidos* de V. Ex.ª.

ASPECTO FÍSICO

É de estatura meã, normal para um português, e de regular arcaboiço. Tendo sido, na primeira mocidade, delgado de corpo e magro de rôsto — todo rapado sempre — nutriu nos últimos vinte anos, o que lhe deu à cara enxuta de adolescente moreno (modêlo de esbelto pagem, em tempo aproveitado por Columbano para um *fresco* decorativo) o aspecto duma forte e cheia máscara de Actor, como actualmente apresenta.

O retrato que acompanha a 1.ª edição da *Sylva* representa-o entre os vinte e três e os vinte e cinco anos. Por êsse retrato pode ainda fazer-se ideia do rapaz que êle foi.

É dessa mesma época, de 1893, o que lhe tirou a óleo aquele grande pintor.

Conserva Eugénio de Castro a antiga viveza, penetradora e vigilante, dos olhos castanhos, tudonada bugalhudos, que em certas ocasiões lhe luzem maliciosos pela fisga das pálpebras meio cerradas.

A feição do nariz, correcto de talho, sôbre o longo, abrindo largas narículas sensíveis, parece dizer com uma singular susceptibilidade olfactica, pela qual teria direito a apropriar-se a frase de Beaudelaire: *mon âme voltige sur les parfums comme l'âme des autres hommes voltige sur la musique* e que, em domínios mais práticos, concorreu para lhe apurar o gôsto de requintado *gourmet*. Em poucos, para tal efeito e com tanto resultado, concorrerão conjuntamente palato, língua e pituitária (1).

---

(1) Não é apenas um delicado apreciador, em culinária sábia. É um ***expert***.

Entre outras provas, recordarei a dum jantar no campo, em honra

Não pode queixar-se, na madura robustez dos seus cinqüenta e dois, de apreciáveis perdas no corredio cabelo negro, que muito discretamente lhe vai branqueando. Já o não usa, porém, crescido e acamado em longa melena *garretteana,* qual na quadra dos vinte anos, embora o traga sempre, à maneira de outrora, penteado de risca ao lado.

No sorriso — que não será, como era, um pouco petulante, freqüentemente afiado de ironia — ainda, hoje, alguma coisa transparece de irónico, por vezes; e, como o sorriso, é significativo, também por vezes, o descair das comissuras da sua boca rasgada e vigorosa. Devido ao corte desta, às linhas gerais do rôsto, à agudeza maliciosa do olhar e a tôda a inteligente expressão fisionómica, houve uma época, quando magro, por volta dos trinta, em que a *sua* faria talvez lembrar a máscara de Voltaire; semelhança desvanecida mais tarde.

Mas se ainda, às vezes, se lhe entreabre em sorrisos de ironia ou lhe descai desdenhosa, também como outrora a sua expressiva bôca se enche de pronto e regalado riso, ao cabo duma anedota que êle oiça, à vista dum caso cómico, ou sôbre uma boa saída. Poucas pessoas conheço que riam com tanto prazer; é freqüente *chorar de riso.* Nunca, todavia, se desmanchará rindo às gargalhadas, por melhor vontade com que ria, nem a hilaridade lhe provocará gestos e atitudes de exagêro.

Íntegro de sentidos como na juventude, acusa no entanto uma leve dureza de ouvido, sem que isto o salve de ir sempre ouvindo muita tolice do próximo, sem que, em compensação, o iniba de apreciar qualquer nobre criação musical, sobre-

---

do Poeta brasileiro Filinto de Almeida, por ocasião da sua primeira visita a Coimbra. Foi êsse jantar preparado e cosinhado por Eugénio de Castro e pelo pintor Leopoldo Battistini. Posso atestar, como convivaˀ que estava excelente.

tudo quando se trate de composições de carácter sacro — as suas preferidas.

Se, nos domínios da forma e da côr, nada escapava nem escapa aos seus olhos; se, dos frescos arômas da natureza e da escala preciosa dos perfumes artificiais até aos aliciantes odôres das aperfeiçoadas culinárias, tudo o seu faro agudo colherá subtilmente, êste Poeta, ao contrário do que sucede com outros poetas — dotados de especial aptidão para apenas apreciarem e obterem harmonias prosódicas — não só não será refractário aos encantos da melodia, mas conseguirá fixar e reproduzir um trecho com justeza e afinação (1).

Para que nêle reconheçâmos a persistente posse de todos os cinco sentidos — só falta verificar como se nos revela e manifesta quanto ao do *tacto*. Ora, quem o tenha lido e recorde várias descrições suas, reconhecerá que possui tal sentido num grau de extrema delicadeza; e essa impressão também de certo modo a reforça a habitual maneira de gesticular das suas mãos aristocráticas, escrupulosamente tratadas. Ainda mais sóbrio e medido no gesto do que na palavra, sugére-nos ao movê-las a idêa de que as move como se palpasse cautelosamente sedas leves ou temêsse molestar franzinas flôres de estufa (2).

Ao vê-lo caminhar no seu passo igual, sereno, pouco le-

---

(1) Provou particularmente esta aptidão quando, há anos (num pequeno grupo em que ambos entrávamos, com os seus dois irmãos mais novos) nos distraíamos e repousávamos dos nossos trabalhos cantando a sêco alguns motivos de música religiosa.

(2) Manifestou desde sempre Eugénio de Castro, a par das outras, uma notável disposição para as artes do desenho. Não nos explicará ela, numa grande parte, juntamente com a nítida e forte visão pictural das coisas, as características plásticas da sua arte, o realce dos seus descritivos, a vida das suas imagens, e ainda o acêrto dos arranjos decorativos em que intervenha e que no seu *home* logo revelam a mão do Esteta?

vantado do chão, e nem preguiçoso nem apressado, acompanhando êsse andamento, certo, dum leve baloiço de hombros — o perfeito andar do Pai (ilustre catedrático de Matemática, falecido há poucos anos) — imediatamente nos ocorre o que tem sido e continua a ser para êle a própria marcha na vida: a daquêles para quem se não torna necessário correr, poisque sabem como se chega a tempo, e a quem cumpre não se detêrem pois que os conduz uma missão (1).

Adquiriu o costume, a que freqüentemente cede (e ainda nisto é o Pai), de ir com as mãos cruzadas ou sobrepostas uma à outra, como tranqüilo frade aconchegando à frente o hábito da Ordem. Nem a bengala o estorvará, pois a leva debaixo do braço.

Curva-se um pouco, da demorada posição a que o têem forçado os labores e estudos de escritor e de professor.

Poderia corrigir esta tendência, pondo em prática certos preceitos de exercício físico.

Segundo, porém, é vulgar entre os que se gabam de robusta organização e duradoira saúde, não julga necessário recorrer a expedientes auxiliares, para as manter e apurar.

Mal conserva, hoje, os seus antigos hábitos de resistente *marcheur*, que faziam dêle um óptimo companheiro de excursões; e jámais se resolveu a adoptar as salutares normas *sportivas* observadas pela forte raça inglêsa e já adoptadas por muitos entre nós. Infatigável no trabalho, com paciente coragem para tôda a ordem de tarefas a que o obriga a sua actividade pluriprofessoral — confessa-se incapaz, por falta de pachorra, de se entregar a tais exercícios.

---

(1) Coxeia actualmente, como sabemos, devido a um desastre sofrido em Toulouse quando, no mês de Abril de 1923, foi a cumprir a alta missão de nosso embaixador intelectual, encarregado de conferências junto de algumas Universidades francesas.

Quando nos cumprimente e acôlha — quer nalgum fortuito encontro quer ao receber-nos na sua casa ou na Faculdade de Letras — será o acolhimento tão amável como discreto, tão cortez e atraênte como isento de excessivas demonstrações exteriores. Nunca, nem ao sentir o mais sincero prazer com o aparecimento e presença dum amigo querido ou sob a impressão dum acontecimento, que vivamente o interesse, se nos manifestará desmedido e exuberante.

A verdadeira revelação das suas emoções tê-la-hemos antes — se soubermos ver e ouvir — nas modalidades de expressão daquela fisionomia inteligente, nas tonalidades da voz — voz de barítono grave, cheia e forte de substância mas suave de modulação — própria para lhe traduzir afirmativa, vigorosamente, ideas assentes, convicções amuderecidas, e para lhe traïr, atenuando-se de sonoridade em surdinas de macia gradação, tôdas as fugidías cambiantes do sentimento.

A essa voz média — dôce e forte — que, acompanhada dos outros recursos, lhe permitiria declamar e discursar dominadoramente (se o tentasse a Oratória, que, na verdade, não preza muito); a essa voz deve o nosso Poeta, numa proporção considerável, o seu excepcional poder de atracção e sedução pessoais. Vale como factor importante na rápida conquista da simpatia em que nos prende; não falando na vantagem dum tal órgão para a sua missão de prelector.

Até nesta particularidade se revela a feliz coerência de condições manifestadas em tudo o que lhe respeita. Devia realmente possuir uma voz com semelhantes qualidades quem nasceu para tão belas coisas dizer...

É hoje apagada, discreta a sua maneira de vestir, sem que deixe de nos aparecer sempre correctamente trajado e escanhoado a rigor.

Não dá na vista pela *toilette*.

Vai longe o tempo em que — não falhando, aliás, ao natural bom gôsto — o moço poeta Eugénio de Castro parecia

querer acentuar, como *dandy,* a nota ousada de revolucionário da Arte.

Ficaram lembrados os seus *plastrons* sumptuosos, a rodada sobrecasaca trintista, a aba direita do seu *haut de forme* espelhante, aquelas calças amplas que se batiam em prodigalidade com as botas de tromba larga — por todos designadas à *nefelibata,* como beneficiando da voga adquirida pelo estranho vocábulo.

A caricatura fixou-lhe, como a pintura, as curiosas linhas de então e não sei se algum *barrista* o teria modelado.

Dêsses hábitos e gostos de elegância e garridice apenas lhe resta o amor pelos belos anéis, entre os quais notaremos sempre um de puro oiro, com o seu brasão de armas — antiga oferta do poeta inglês Cranmer Bing.

Tal o aspecto físico do nosso grande Poeta, cujo busto representa um apreciável exemplar da raça, por certo igualmente interessante — como característico de superioridade e eloqüente de expressão — para o antropólogo, para o escultor e para o pintor.

TRATO PESSOAL

De quanto acima fica dito sôbre a maneira amável e composta por que a todos recebe, logo se depreende como Eugénio de Castro deverá ser também no seu seguido trato. Não sofrerá desilusões quem, animado pela primeira acolhida, o torne a procurar e freqüente a sua roda. Poderão a princípio julgá-lo *um pouco frio* os que estejam habituados a demonstrações expansivas e as prefiram. Todavia, os que melhor o conheçam, sabem que, sob aquela aparência de afabilidade discreta, pode abrigar-se um sentimento de real estima por algum dos que êle acolha com o mesmo e igual sorriso dado a todos.

São fáceis, como o acesso a um hospitaleiro *palácio,* a

aproximação e entrada no círculo das suas relações; e ninguém lhe notará diferenças que susceptibilizem qualquer dos advindos, admitidos sem excepção no pórtico e nas primeiras salas. A poucos se entreabrem, contudo, os aposentos, ciosamente guardados, da sua intimidade afectiva, da sua eleita convivência de alma e de espírito. Torna assim mais cativante, para os que lha mereçam, essa vedada intimidade.

Como, no entanto, todos foram recebidos, de sorte alguém lhe negará uma desvanecida gratidão pela gentileza do acolhimento.

Depois, o grande Artista, a quem não é indiferente a economia das horas — que tão cerceadas lhe ficam pelas suas ocupações professorais; a quem tão pouco podem ser indiferentes as fadigas em que dispenda energia nervosa e em que os seus ouvidos vejam e oiçam coisas de modo algum utilizáveis no campo da criação poética — o grande Artista nunca se furtará a obsequiar todos quantos dêle solicitem um favor, embora a satisfação do pedido o obrigue a deslocar-se e a interromper trabalhos. Capaz de verdadeira dedicação quando se trate dum amigo, não negará serviços e auxílios aos que mal conheça e venham recomendados à sua protecção benévola.

É proverbial a paciência com que atende e aconselha os neófitos da Arte, não se iludindo jàmais, claro está, sôbre o mérito ou inferioridade dêsses moços, mas usando, como *príncipe magnânimo* das letras, das mais brandas formas de dizer — ao dar-lhes a sua opinião.

Esta generosa disposição, revelada para com os novos, não o impede, pois, de fazer justiça severa. É, porém, acêrca de certas figuras consagradas que êle tem pronunciado inolvidáveis sentenças — tão valiosas na essência como pitorescas na forma —. Há nesta corda, e noutras, ditos e observações suas de vivo sabor e consumado espírito.

Tão numerosas são, nêste campo, os seus *bons mots,* as

suas imagens ilustrativas, as suas apropriadas comparações, os seus *achados* de palavra e de frase, e tão espontânea e naturalmente vêm, que por isso mesmo seria difícil ou impossível escolher entre êles, para repetir e citar. E a valorizar ainda tudo quanto diga, nada diz com ênfase ou sinal de maior importância ligada às suas palavras, nem sugere — segundo é vulgar — o aplauso com que hajam de festejar-lhe no fim o conceito e os termos da anedota contada, do comentário aplicado, da .. frechada despedida... É sempre, nêste capítulo como em tudo, o mesmo homem educado, primoroso, que nunca fórça a entrada numa conversação, que nunca fala alto e que – maravilha entre nós, portuguêses! — nunca discute...

Dado êste feitio, não é para estranhar que, a par da admiração, êle inspire a tôda a gente a fundamentada estima de ordinário inspirada por quantos compreendem e praticam os preceitos da melhor sociabilidade.

ESPECIAIS RAZÕES DO SEU TRIUNFO

Considerêmo-lo agora em face da sua Obra e em face do meio, vendo quais as faculdades que especialmente lhe valeram a incontestável glória.

Por pouco que o tenha observado e escutado, quem algum dia atentamente o escutou e observou surpreendeu-lhe de-certo, entre as características da sua inconfundível personalidade, o saliente predomínio de três faculdades.

Reconheceu de-certo que êle era dotado — sem prejuízo do resto: — duma clara consciência do próprio valor; dum seguro sentido das possibilidades, no que de si próprio ou dos outros dependêsse; — duma firme energia de vontade, nunca desmentida.

Ora, tais faculdades haviam de conferir-lhe e conferiram-lhe, com efeito, decididas e evidentes vantagens, tanto

sob o ponto de vista *artístico* como sob o ponto de vista *social*.

Sob o ponto de vista *artístico* foi, realmente, da combinada acção daquelas duas primeiras faculdades que sobretudo resultou a excelência da sua Obra.

Só, na verdade, lograra havê-la realizado um artista que — desde as alvejantes anunciações até à hora radiosa do triunfo alcançado — tivesse ouvido vibrar dentro de si a voz da fé viva no próprio *valor*, na sua *vis* criadora; só um artista que do mesmo modo — para maior beleza e mais intenso significado dos produtos dessa *vis* criadora — tivesse, como êle, um tão apurado *sentido das possibilidades*.

A ponto mesmo de — dentro dum mais vasto perímetro, de cujo torrão sempre, querendo, conseguiria tirar frutos viçosos — haver propositada, severamente circunscrito a área destinada às suas culturas dilectas.

Ocorrendo-nos, nesta altura, preguntar se teria tido direito a um tal rigor de abstenção, a restringir-se voluntàriamente dentro dessas barreiras, quando, para fora delas, ainda sem dúvida se lhe contariam as vitórias pelas tentativas...

Igualmente deveremos atribuir à combinada actividade dessas duas faculdades o *sucesso* da sua Obra, como lídimo produto de arte lançado no meio social, e o seu ascendente — de artista e de homem — em frente dos outros homens. Só quem as possua e as desenvolva no grau em que Eugénio de Castro as possue e as desenvolveu logrará vencer da maneira por que êle venceu, debaixo dêste duplo aspecto.

Jàmais teria, porém, triunfado plenamente — sob o ponto de *vista* artístico e sob o ponto de vista social — se, possuindo essas duas faculdades, não fôsse e se não sentisse armado duma tão firme *vontade*.

No campo da Arte — desde cedo ela o serviria eficientemente, sem quebras, concentrando-lhe, impulsionando-lhe o jôgo das primeiras.

Desde cedo partiu e marchou vencendo ou arredando todos os obstáculos não apenas porque o solicitasse a consciência do que valia, como portador duma *idea* nova e dum *verbo* novo; não apenas porque houvesse previsto e traçado o caminho por onde e até onde de preferência devia avançar; mas também porque a *vontade forte* lhe deu apoio de afirmação à consciente confiança no próprio valor e o manteve persistente na orientação uma vez tomada, evitando-lhe desfalecimentos ou desvios da rota a seguir.

E, exercendo-se-lhe de maneira especial no *auto-domínio,* de igual modo o investiria de superioridade no campo social — essa firme energia de vontade; pois, salvando-o das precipitações inoportunas, que os outros acaso poderiam aproveitar contra êle, habilita-lo hia a esperar o ensejo de melhor fazer vingar qualquer determinação sua. Defendendo-o dos perigos da impulsividade já, daí, lhe favorecia a convergência das actividades interiores no sentido e no veio dêste ou daquele propósito em vista.

Contando, assim, no número dos que podem louvar-se da segura *posse de si* próprios, Eugénio de Castro teria dado, além de grande Poeta, um impecável diplomata ou um hábil político, no significado *decente* da palavra, se também o tivesse tentado esta última espécie de actividade pública. Medindo o que *valia*, com a justa noção do que *podia* e sabendo *querer* a direito e a tempo, não lhe seria difícil *chegar*.

Não o tentou, contudo — para glória da nossa Literatura e para bem de nós todos — nem uma nem outra dessas carreiras: a primeira, que mal iniciou, porque o desviaria da sua missão de artista; a segunda, pelo mesmo motivo e ainda porque lhe havia despertado compreensível antipatia.

Essencialmente, a sua vida — no que dela, afinal, nos interessa — foi, sem que as exigências materiais a prejudicassem, votada ao cumprimente dessa superior missão, à

satisfação do constante, desperto desejo de criar Beleza. Merece, por isso, ser lembrada nalguns factos, menos pelo que se lhes encontre de anedòticamente curioso do que por ter ela sido — a contar dos inícios, e graças à consciência, tino crítico e energia volitiva do Poeta — moldada de natureza a permitir-lhe a execução da sua vasta e preciosa Obra.

ALGUNS FACTOS SIGNIFICATIVOS DA SUA VIDA

A primeira infância do Artista, cuja data de nascimento — 4 de Março de 1869 — deverá ficar iluminada a esmaltes no calendário nacional, a sua primeira infância desmentiu a opinião vulgar e corrente de que são as crianças vivamente buliçosas e travêssas aquelas que mais prometem para o futuro.

Nunca houve menino mais sossegado, mais pacato, de maior juízo — até à altura dos oito ou nove anos.

Duas particularidades se lhe notariam, entanto, a contar dessa época: *pela mansa,* ficava sempre na sua; e revelava já um *delicado gôsto* por todo e qualquer objecto digno de atenção, na forma ou na côr. Coisas, que outros mais velhos inconscientemente desprezariam ou destruïriam, guardava-as com especial cuidado; e algumas ainda as conserva. Entre estas uma antiga taça de Saxe. Mandara-lha, cheia de saboroso doce, sendo êle muito pequeno, uma sua tia freira. Pois tão namorado da linda peça ficou e se confessou, que, devorada a lambarice, conseguiu obtê-la.

¿Não eram para registar estes dois traços?

O rapazinho que dali saïria, entre os nove e os catorze anos, havia de surpreender um pouco quem o tivesse conhecido antes.

Sem quebra da sua educação de família, tradicional, e dos seus créditos de estudantinho dotado — entrava num pe-

ríodo em que parecia querer desforrar-se da pacatez, da silenciosa mansidão dos primeiros anos.

Não que desse em folias ruïdosas e armasse diabruras aos seus semelhantes. Só mais tarde, homem feito, tomaria parte — em Lisboa, em Coimbra — numa ou noutra partida ou estúrdia, com gente da sua roda escolhida e alguns adventícios aceitáveis, durante os intervalos da fácil e feliz produção literária: a espairecer e a retomar contacto com a vida exterior, de que, no meio de tudo, ia sempre colhendo impressões e dados a aproveitar para a Arte.

Naquela altura eram outras as tendências manifestadas. Entre os nove e os doze anos *saïa-se a escrever,* redigindo um jornal manuscrito, que lia e fazia ler em sociedade, nos serões de parentes e amigos — e no qual se permitia visar ridículos de várias pessoas conhecidas ou punha impiedosamente a descoberto melindrosos segredos dos companheiros — certas fraquezas de amores precoces... de temporãs aventuras de coração...

E não tardou que, conquistada a investidura da calça comprida, cedesse a veleidades de *petit élégant,* puxando o figurino imoderadamente.

É, contudo, dos doze aos catorze que para nós maior interêsse começa a ter a sua vida.

Lê já o que muitos só pensarão em ler à volta dos dezoitos ou vinte anos, e tenta os primeiros vôos na poesia.

Aos quinze anos, em 1884, a perda do irmão dilecto inspira-lhe as *Cristalizações da morte* — pequena colecção de cinco sonetos que, através a sua forma ingénua, pela sinceridade do sentimento e pela nota da expressiva, deixavam adivinhar no autor um real temperamento de poeta. Anuncía na capa dêsse livrinho um volume de poesias — *Rythmicas* — que devia sair com apreciação de João de Deus e com o retrato do autor, mas que não chegou a publicar-se. Publica todavia, nesse mesmo ano de 1884, as suas *Canções*

de Abril e colabora na revista ilustrada *Panorama Contemporâneo.*

Daí por diante, — salvos os períodos em que as viagens e a sociedade o atraíssem e afastassem do trabalho literário — o seu tempo seria sempre, ou quási, tomado, absorvido pela fecunda produção de obras belas.

Dar-se-hia entretanto — dos seus quinze para os seus dezasseis anos — um facto eminentemente significativo, e revelador, logo, da influência e actividade conjunta das três faculdades dominantes que lhe apontei.

Prova-nos que o Poeta, desde então:

Já tinha a consciência ou a presciência do quanto valia e havia de valer;

Já media o que poderia realizar;

Já sabia o que queria, e sabia querer.

Terminara o curso secundário. Estava chegada a hora de escolher o curso de ensino superior que deveria tirar.

Vivendo em Coimbra, professando na Universidade, onde haviam exercido o professorado nobres ascendentes seus e ilustres aliados da família — era natural que o Pai desejasse vê-lo honrar a tradição da casa, matriculando-se numa das Faculdades universitárias.

Respeitosa, mas firmemente, o moço Poeta resiste à vontade paterna, declarando que só seguiria um curso de Letras — porque só êsse podia convir-lhe, aproveitar à sua Arte.

«Eram pouco práticas tais vistas» objectava o Pai; «pelas letras, raros fariam vida em Portugal»;

«Seria um dêles».

Vence. No mês de Outubro de 1885, visto em Coimbra não existir ainda uma Faculdade de Letras, matricula-se no Curso Superior de Letras de Lisboa, que segue e termina com pouca fadiga e lisongeira reputação escolar.

Como êsse facto (denunciativo, desde tão cedo, duma consciente energia de vontade) — é especialmente digna de

nota a determinação que o levou a assumir o papel de revolucionário da Arte, de introdutor de novas ideas estéticas, de novas formas, de nova técnica poética, pois podia contar com seguro êxito se continuasse pelo veio até ali seguido, dentro das formas líricas das suas estreias.

Escasseiam-me o espaço e o tempo para vir acompanhando, passo a passo, data a data, a sua nobre existência de Apóstolo da Beleza, desde os inícios, que acabo de evocar, até ao momento presente, em que, já consagrado, pode registar-lhe o decurso como se registasse as *étapes* duma contínua marcha de Vitória. Quem queira seguir-lhe o rasto luminoso, da prometedora infância à gloriosa idade viril, poderá recorrer, para uma parte considerável do caminho andado — na falta de mais completo e melhor guia — ao Prefácio das suas *Poesias* escolhidas — 1902» (1).

LUTAS LITERÁRIAS

A alegada e real falta de tempo e de espaço obriga-me a apreciar aqui o nosso Poeta sòmente debaixo do ponto de vista da sua *atitude* durante as horas de bom combate pelas novas ideas. Acêrca das suas lutas literárias e dos resultados destas, ser-me hia necessário escrever largos períodos em que, além dos gestos e passos do inovador, fôsse apontando e comentando as inovações, através as fôlhas dos seus livros-manifestos e das obras imediatas.

Durante as horas e dias de luta, a sua *atitude* — explicável pela coerente e vigorosa organização mental e moral

---

(1) Ainda dêsse *Prefácio* mantenho o que nêle escrevi com relação à Biografia e Bibliografia do Poeta. Já quanto à parte crítica me não satisfaz. Sob êste aspecto — embora demandem outro desenvolvimento — permito-me antes indicar ao leitor as páginas em que prefaciei a 2.ª edição das *Horas*.

que tentei pôr em evidência — correspondeu admiràvelmente a tão sólida e resistente organização, a tão feliz temperamento.

Fêz o espanto de todos, na verdade, a sua serena, como que indiferente e risonha compostura; porque, se da parte de alguns camaradas e admiradores foram cordeais as investidas e as demonstrações de hostilidade literária, as críticas e os comentários — por parte de certa imprensa, de certos intelectuais e até de certos elementos em turba (1) — a recepção feita ao novo apóstolo e à sua obra era para intimidar e aniqüilar os mais aguerridos e apetrechados.

Não o intimidou nem o aniqüilou a êle, graças ao seu priviligiado modo de ser; e maior glória lhe adveio do triunfo alcançado.

Como Garrett — o voluntarioso autor dos *Oaristos* e das *Horas* fazia afinal vingar, devido à fé em si próprio e na oportuna razão da sua causa, a nova arte de que era partidário professo e paladino. E não era menos importante, no seu campo, o resultado da directa intervenção a favor do Ideal implantado, o resultado da actividade posta em jôgo pelo segundo dos dois inovadores. Se Garrett lhe levou vantagem quanto à extensão do domínio literário e no poder e segrêdo de evocar o que da história, da língua, da poesia do povo português havia a recordar, a reerguer vivo; se exerceu *sugestão* de maior alcance — muito Eugénio de Castro o excede como inventor, ao pôr em prática as teorias adoptadas, ao dar-lhes, nas criações que as exemplificam, alma e corpo de ideal Beleza.

---

(1) Em Coimbra, por exemplo, tentaram por mais de uma vez perturbá-lo, sem resultado, numerosos grupos de estudantes, que nos teatros, nos jardins, nas ruas — onde o avistassem — lhe repetiam em côro, quási agressivamente, as poesias de mais irritante molde e atrevida intenção.

Sempre a mais eloqüente defesa e apologia duma teoria — estética ou outra — consistirá no real mérito das obras por ela inspiradas; e será lícito dizer-se, a respeito da Obra de Eugénio de Castro, que o grande valor desta lhe veiu ainda mais das excepcionais faculdades do Autor do que dos princípios estéticos por êle adoptados e importados...

Com um inovador que não possuisse as suas qualidades de espírito e temperamento, os seus recursos, nativos e desenvolvidos, sempre se teriam feito sentir, ainda assim, os efeitos da revolução operada.

Mas apenas na parte formal e de pura técnica; não se produziriam além do domínio exterior, meramente literário.

Natural era também que apenas reconhecêssemos tais efeitos nas obras de determinado carácter, nas que, pela factura e pela intenção, mais de perto correspondêssem à nova Estética introduzida.

E o que verificamos?

Restringindo-nos à obra do nosso Poeta e abstraindo daquelas, alheias, cujos autores — seus sequazes ou não — lhe sofreram logo ou vieram a sofrer-lhe a influência — verificamos que êsses efeitos se fizeram realmente sentir não só na *técnica* mas na *inspiração* das produções características do período de luta. E verificamos mais — caso de maior importância — que as próprias criações subseqüentes, de límpida beleza clássica, acusam em muito, tanto na forma como na essência, a acção da *estética* vitalizante, caprichosa e estranha embora, do insubmisso revolucionário de 1890.

Errará quem acaso sentenciar de incoerente e contraditório o seu *regresso* a essa inspiração e a essas formas clássicas.

Estas participam do *élan* de vida nova daquela campanha brava.

Êrro não menor será o daqueles que — comparando com anteriores criações suas o poema *Constança* e outros livros de posterior data — considerem como resultantes duma imprevista e radical transformação moral, duma catastrófica mutação de ordem ética numerosas notas de mais larga, profunda e humana emoção, reconhecíveis nalguns dêstes livros da época iniciada à volta de 1900. Se o houvessem lido atentamente desde a própria época da campanha literária ou desde os anos próximos, e se, por outro lado, conhecessem o meio em que êle fôra educado — teriam evitado tal êrro.

O Poeta não experimentara uma transformação intelectual e moral em virtude da qual aparecesse outro. Não se tratava duma sobreposição de personalidades. Simplesmente se completava — integrando num total de superioridade tudo quanto nêle só *esperava* o momento de revelar-se.

Há, na sua vida e na sua Obra, *fio de unidade,* transparecível através das suas mais opostas e imprevistas transfigurações.

Mais duma vez me referi já ao elevado grau de consciência no próprio valor e ao raro calor de fé com que Eugénio de Castro empreendeu a sua intrépida campanha literária, contando vinte anos de idade.

Nada eu podia, pois, escolher de melhor para fecho dêste capítulo do que uma frase sua, afirmativa dessa fé militante.

Aludindo-lhe um dia, no momento agudo da luta, às inovações por êle introduzidas — Guerra Junqueiro concluía:

— «Simples sarampo literário, o seu *simbolismo!*»

— «Será — respondia o autor dos *Oaristos* — mas vai pegar-se a todos...»

SEUS MODOS DE VER E SENTIR EM FACE DO MEIO SOCIAL

Se Eugénio de Castro não tivesse tão vivo o senso da realidade, seria de esperar — com o seu espírito, o seu temperamento, a sua educação — que, socialmente, sonhasse e quizesse ver estabelecida uma ordem de coisas, na qual os dirigentes revestissem todos os prestígios e na qual — por parte dos governados, da colectividade inteira, houvesse equilibrado teor de vida comum, sob a garantia das administrações honradas e do respeito ao estatuído. E ainda assim, com tão utópico ideal convertido em facto — êle continuaria a considerar o mundo da política, na mais larga acepção, um mundo àparte e muito distante do seu mundo de artista... único para que, em verdade, nasceu e vive!

Como poderiam interessá-lo então, directamente, *as coisas públicas* — tais quais vão, perto ou longe?

Não quere perder tempo a apreciar as contingências nem a formular opinião sôbre o possível e o impossível das diferentes situações e modalidades do existente social. — Difícil se tornaria, assim, apurar-lhe ideas gerais ou conceitos concretos acêrca dessa categoria de actividades.

Pelo pouco que, na matéria, ocasional e indiferentemente deixe acaso perceber sôbre o seu modo de pensar e sentir, acertarei talvez atribuindo-lhe o justificado parecer de que a Política — como tôdas as categorias de actividade — deveria ser para profissionais, para especializados; e atribuindo-lhe o legítimo e prático desejo de que a entidade *político,* não podendo satisfazer-nos outro fim, representasse pelo menos — e de louvar seria — o papel duma espécie de *feitor gerente,* esperto e cuidadoso, em cujas mãos a fazenda de nós todos estivesse fora do grave risco da hipoteca e da ruína...

Já então os que trabalham e criam, com mais tranqüilidade haviam de criar e trabalhar...

E adiante! — pois me não interessa mais do que ao Poeta ilustre a vida tumultuosa dessa feira aberta...

Lamento — ainda à falta de tempo — não poder apreciá-lo aqui sob um outro aspecto: sob o aspecto da sua religiosidade.

Teria ocasião para explicar como nêle se combinam os ideais da Arte, as altas aspirações da consciência religiosa, o acatamento dos preceitos; e também como, sem quebra da sua unidade interior, êste homem mental e visceralmente são, de tão feliz e normal actividade subjectiva, concilia a visão *pessimista* do contigente, do *limitado humano*, com o conceito harmónico do *destino universal* e com o *sentimento grato da Vida*.

Talvez um dia tente êsse estudo, procure dar essa explicação; procurando igualmente pôr em relêvo todo o *sentido* e tôda a realizada *intenção* da sua Obra magnífica — Obra resultante, no que de melhor contém, do concurso e confluência da mais *rica imaginação plástica*, do mais extenso poder de *projecção objectiva*, do mais afinado condão de *musicalidade verbal*.

TEOR DA SUA EXISTÊNCIA DE HOJE

Como vai longe a época na qual Eugénio de Castro dava a nota dum petulante *dandysm*, assim vão longe também os anos em que pagava à larga os seus tributos de rapaz: no estrangeiro, na França, durante o noviciado da carreira diplomática, abandonada cedo; por Lisboa, estudante, jornalista, ao freqüentar a grande roda, sempre à porfia acolhido; por Coimbra, nas longas estadas e, definitivamente, a partir de 1894.

Longe correram êsse tempos, cuja recordação lhe não inspira saüdades mas lhe não provoca palavras de reprovação severa.

Ao relembrá-los, ainda com indulgência simpática sorri àquele que êle próprio foi e que de quando em quando volta a contar-lhe as coisas do Passado; será como se as ouvisse doutro, como se as ouvisse dum filho sempre recém-vindo de divagada viagem, pronto sempre a falar dos seus errores de outrora, a narrar de novo os curiosos casos acontecidos... naquela quadra longínqua da mocidade vivida...

Poucos levarão tão igual e tranqüila vida como hoje leva o grande Poeta, tão conforme à mais perfeita *sagesse*. Tirando um ou outro jantar de amigos, em que mostra conservarem-se-lhe eternamente moços o florido espírito, o apetite delicado e o estômago de diamante, os dias, os mêses decorrem-lhe de ano para ano — inteiramente absorvidos pelas três razões de ser da sua nobre e cheia existência: pelos deveres de professor, pelos trabalhos de Artista, pelos afectos de família.

De há muito exercia o professorado no ensino particular e na Escola Industrial de Coimbra.

Era-lhe devido mais alto lugar nessa profissão entre tôdas compatível com o labor literário. A superior cultura, o conhecimento das línguas latinas, em particular da língua francesa, especialmente o recomendavam e o impunham. Reconheceram-lhe direito a tal situação.

Por decreto de 10 de Outubro de 1914 foi nomeado, sem concurso, professor extraordinário da Faculdade de Letras e, por decreto de 13 de Junho de 1916, professor ordinário, catedrático dessa Faculdade da nossa velha Universidade de Coimbra.

É nela doutor de capelo, rege cadeiras de filologia românica, sem prejuízo das que — mercê da sua elástica adaptabilidade mental e graças a uma saúde inquebrantável — rege na Escola Normal Superior e do ensino que continua ministrando aos cursos da Escola Industrial...

Obedecendo à consideração de quanto o seu ensino seria

proveitoso na Faculdade de Letras — a nomeação de Eugénio de Castro para esta Faculdade representou sobretudo uma justa homenagem ao seu valor e ao prestígio do seu nome literário.

Constituíu uma verdadeira consagração, que nenhum português deixou de aplaudir.

Não foi a primeira nem há-de ser a última.

Na impossibilidade de me referir agora a outras homenagens prestadas a Eugénio de Castro e à sua obra, no país e no estrangeiro — entre elas às traduções de alguns dos seus livros — apraz-me registar, para têrmo da minha leitura, que o nosso vigoroso compositor e maëstro Rui Coelho, tendo há tempo alcançado um autêntico triunfo com a *Belkiss* — interpretação dêste belo poema dramático em prosa — deveu ao *Cavaleiro das Mãos irresistíveis* a inspiração dum recente drama musical.

Eis as notas e impressões que, a propósito do nosso Poeta, precipitadamente reüni e imperfeitamente ordenei.

Manuel da Silva Gaio

GOËSIANA

SUBSÍDIO PARA O ESTUDO DAS RELAÇÕES DE DAMIÃO DE GÓES COM PIERRE NANNINK E OLÁH MIKLOS

Há títulos, simultâneamente tão compreensivos e elegantes, que alcançam uma fortuna impessoal, nêles se registando as novas aquisições, como fundação que se conserva e dilata. Criado pelo sr. Joaquim de Vasconcellos e consagrado pelos seus sábios estudos, *Goësiana* é um dêsses títulos, que hoje aproveitamos para nêle incorporar duas notas remetidas pelo Prof. Edgar Prestage, as quais ilustram notàvelmente as relações de Damião de Góes com Pierre Nannink (Petrus Nannius), de Alkmaar (1500-1557), prof. do Trilingüe e da Universidade de Lovaina.

Consultando o *Codex epistolaris* do arcebispo e humanista húngaro, N. Oláh, publicado com uma introdução em língua magiar por Arnold Ipolyi (Oláh Miklos. *Levelezére.* Közli Ipolyi Arnold. Budapest, 1875, in-série *Monumenta Hungariae Historica, Diplomataria,* vol. XXV), o sábio lusófilo e nosso prezado amigo encontrou as seguintes referências, que cremos não terem sido aproveitadas por nenhum biógrafo português de Damião de Góes:

[*Petrus*] *Nannius Domino Nicolao Olaho S. S. P.*

Qui tibi meas litteras perfert Damianus a Goes, est eques Lusitanus non minus claritudine generis, quam humanitate

morum, et litteris et litteratotum moribus insignis. Si patientur tuae occupationes, velim illum in colloquium admittas. Senties illum morum sinceritate, candore, fide, humanitate, modestia tibi simillimum. Saepius de te mecum loquitur; tuae consuetudinis cupidissimus est. Bene vale optime patrone. Pridie nonas Maias raptim.

*

Deditissimus cliens Petrus Nannius Nicolao Olao

.....

Litteris scriptis rediit Damianus a Goes, qui te Antuerpiae non inueuit, quare et litteras per ilum ad te missas, eos per eundem monachum, virum doctum et probum, de quo supra memini, ad te remitto. Iterum vale, optime et eruditissime patrone (1).

Estas cartas não estão datadas; mas o seu editor, no índice, indica o ano de 1538, respectivamente 6 e 12 de Maio. É inteiramente plausível esta cronologia, porque é neste ano que Damião de Góes regressa de Itália, casando em Lovaina com Joana de Hargen (2). Esta correspondência, corroborando inteiramente a intimidade de relações do historiador com o humanista Petrus Nannius, contribue, por outro lado, para esclarecer o período do seu regresso aos Países-Baixos. A falta de elementos, porém, não nos permite determinar se Damião de Góes chegou a conhecer Oláh Miklos, e se com êle privou ao ponto de o podermos incluir no cír-

---

(1) *Op. cit.*, p. 616.

(2) Vid. Joaquim de Vasconcellos — *Damião de Goes, novos Estudos.* Pôrto, 1897, p. 18; e Maximiano Lemos — *Damião de Goes*, in-*Revista de História*, X, p. 58.

culo numeroso e honroso dos seus amigos e correspondentes.

N. Oláh (1493–1562) natural de Hermannstadt, foi conselheiro da raínha Maria da Hungria, filha de Filipe o Belo, acompanhando-a para a Bélgica em 1531, quando Carlos V, seu irmão, a nomeou regente das Províncias. Neste país demorou até 1538. Para a sua biografia e relações com humanistas belgas, como P. Nannius e Rutger Rescius, ambos amigos de Góes, merecem ser lidos os estudos do Prof. da Universidade de Gand, sr. Alphonse Roersch: *La correspondance de N. Olahus,* in-*Bulletin de la Societé d'Histoire et d'Archéologie de Gand,* 1903, n.º 7; *Biographie Nationale publiée par l'Académie Royale de Belgique,* t. XV, 415-25 e *L'Humanisme belge à l'époque de la Renaissance. Études et Portraits.* Bruxelas, 1910.

JOAQUIM DE CARVALHO.

BOLETIM DO INSTITUTO

ASSEMBLEIA GERAL DE 15 DE FEVEREIRO DE 1928

Aos 15 de Fevereiro de 1928 reüniu-se a Assembleia Geral do Instituto de Coimbra, sob a presidência do Prof. COSTA LÔBO.

Após a leitura da correspondência, em que avultava uma comunicação do sr. J. GOULVEN confirmando a sua colaboração na obra iniciada pelo Instituto, *Monumentos portugueses em Marrocos,* e que foi motivo de congratulação da parte de todos os presentes, tomou-se conhecimento do donativo feito a esta Sociedade pelo sr. MARQUÊS DE FARIA, resolvendo testemunhar-lhe o reconhecimento colectivo.

Tendo-se recebido comunicação de em 24 de Maio do corrente ano se comemorar em Berlim o centenário da Sociedade de Geografia da mesma cidade, deliberou-se pedir ao consócio sr. BARÃO OTTFRID VON HANSTEIN que representasse o Instituto nas solenidades e que fôsse portador das nossas saüdações. O Dr. AMADEU FERRAZ DE CARVALHO comunica achar-se quási concluída a impressão do 2.º vol. das *Memórias de Castilho,* de Júlio de Castilho.

Tomou-se ainda a deliberação de publicar no corrente ano o índice do Instituto e alguns documentos de interêsse para a história da Sociedade; procedeu-se, em seguida, à eleição de novos sócios, cujo resultado foi o seguinte:

SÓCIO BENEMÉRITO

MARQUÊS DE FARIA.

SÓCIO HONORÁRIO

M.r ALFRED BAUDRILLART, reitor do Instituto Católico de Paris.

SÓCIO CORRESPONDENTE NACIONAL

ALBERTO SOUTO, advogado, publicista e Director do Museu de Aveiro.

SÓCIOS CORRESPONDENTES ESTRANGEIROS

VISCONDE DE GUICHEN, diplomata e publicista.

DOUTOR DON BALTAZAR BRUM, ex-presidente da República do Uruguai.

E de nada mais se tratando na presente assembleia, foi encerrada a sessão, da qual eu, ROCHA MADAHIL, bibliotecário servindo de secretário, lavrei esta acta.

(aa.) F. M. DA COSTA LÔBO.
A. G. DA ROCHA MADAHIL

SESSÃO DA DIRECÇÃO DE 20 DE MARÇO DE 1928

Tendo-se reünido a Direcção do Instituto em 20 de Março de 1928, tomou várias deliberações relativas à vida interna da Sociedade, autorizando o plano de obras a realizar na Biblioteca, por proposta do Dr. ALBERTO PESSOA; e resolveu solicitar do sócio correspondente sr. LUIS KEIL que representasse o Instituto nas festas comemorativas do IV Centenário de ALBERTO DÜRER, em Nuremberg. Foi convidado o Dr. CARLOS SIMÕES VENTURA a redigir a epístola em latim, na qual se anunciasse ao Burgomestre de Nuremberg esta deliberação.

O Dr. Carlos Simões Ventura desobrigou-se dêste encargo, escrevendo o seguinte documento:

PRAESTANTISSIMO PRAEFECTO CIVITATIS NORIMBERGAE

S · P

Cognitum nobis est civitatem istam, cui tanta animi amplitudine praees, celebraturam esse laudes Alberti Dürer quarto saeculo exacto postquam e vita is excessit cuius mirabile ingenium non solum patriae sed etiam generi hominum honori fuit; etiam nobis, Lusitanis, recordatio eius maxime grata est. Itaque Institutum Conimbrigense statuit Ludovicum Keil, clarissimum socium, deligere, qui vicarius suus intersit sollemni commemorationi et particeps sit meriti extollendi viri tanti atque talis.

Reliquum est ut exoptemus veterem illam amicitiam quae patrias duas coniungit, nostram tuamque, in dies firmiorem fieri. Vale.

Conimbrigae, a. d. VIII Kal. April. anno M·DCCCC·XXVIII.

Instituti a secretis

VÁRIA

PORTUGAL E O JAPAO

O actual Ministro de Portugal em Toquio, Sr. José da Costa Carneiro, tem exercido uma notável acção, gratíssima a todos os portugueses, no sentido de estreitar as relações entre os dois paizes. Como testemunho desta acção, e até como documento histórico, transcrevemos com a devida vénia da revista de Toquio, *The Tourist* (vol. XVI, n.º 2.º, fev. de 1928) o artigo seguinte, reproduzindo apenas uma das 5 gravuras que o ilustram:

EARLY PORTUGUESE NAVIGATORS COMMEMORATED AT TANEGASHIMA

Members of the Portuguese-Japanese Society of Tokio gathered on Nov. 27 on the Island of Tanega-shima in Kagoshima Prefecture and at noon unveiled a monument to commemorate the inauguration of relations between the two countries. All those attending the ceremony were conveyed by the Imperial Japanese destroyer «Kaya», which had been sent from Saseho by the courtesy of the Japanese Admiralty. The Portuguese Minister, Mr. José da Costa Carneiro, delivered an address in which he traced the long and amicable history of relations between Japan and Portugal, while messages were read from Premier Giichi Tanaka and the Portuguese Minister of Foreign Affairs.

The tablet, designed and executed by Mr. Fumio Asakura, bears the following inscription in Japanese and Portuguese:

In Memory of the
Portuguese Navigators
Who in 1542
Disembarked at Tanegashima,
Introducing Fire-Arms to Japan
and Establishing the First Relations of Friendship and of Cnmmerce

Um grupo de Portugueses. Ilustração duma caixa de laca, presumivelmente do século XVII, pertencente ao Ministro de Portugal em Toquio, Ex.mo Sr. J. Costa Carneiro

Between the Empire of the Rising Sun
and the Nations of Europe.
This Monument Was Caused to Be Erected
in 1927
by the Japanese-Portuguese Society in Commemoration of Traditional
Friendship Which Links the Two Lands.

The Portuguese side of the tablet is decorated with a reproduction of an ancient cannon, such as that which armed the ship of the early navigators. The monument itself is in the shape of a great shell of black granite.

The Tanegashima ceremonies were conducted by the Portuguese Minister and Count Matsuura.

Baron Giichi Tanaka, Premier and Minister of Foreign Affairs, sent the following message to be read ad the inauguration ceremony: «One of the most important and most noteworthy epochs in our national history is the period of one century between the twelfth year of Tembun, when for the first time the Portuguese landed in Japan, and the sixteenth year of Kwan-ei when their further sojourn was forbidden.

«During that century the Japanese people, adopting many of the principles of western European civilization, corrected their erroneous spirit of immeasurable self-conceit and rid themselves of old feelings of ethnophobia. Emerging from their seclusion and putting aside inveterate habits of indifference, the Japanese people were able to realize, with success, the work of international development in intimate contact with different countries of western Europe.

«The rapid progress, above all along international lines, that Japan initiated during the reign of Meiji and has been able to carry on in this short 5o years, is undoubtedly due to the powerful effort of its people and to the intimate union of this very same people with the Government of the Empire. It is also true that the progress of Japan appeals to us as being one of the results of the contact of our country with the civilization of western Europe introduced into Japan, for the first time, during the remote era of Tembun. Portuguese civilization was the vanguard of this movement of renovation.

«We also owe to the Portuguese the introduction of firearms into our country still known by the name of «Tanegashima.» Judged by such acts the relations between Portugal and Japan attain the aspect of considerable importance.

«It was with great pleasure that I learned that the members of the Portuguese-Japanese Society had taken in hand the erection, in the Island of Tanegashima, of a monument commemorating the origin of the relations between Portugal and Japan and I, therefore, offer to them my very best congratulation».

The Minister for Foreign Affairs of Portugal sent the following message: «The commemoration at Tanegashima of the first Portuguese navigators in Japan, will find in Portugal an echo of hearty sympathy. The relations of intimate friendship which, more than three centuries ago, were established between both countries, were never forgotten by Portugal.

«This feeling of traditional friendship is, even to-day, the sound foundation on which stand the actual relations which the Portuguese Government is desirous to bring closer and to develop increasingly, as the years go on.»

The Minister for Portugal, Mr. José da Costa Carneiro, who attended the ceremony in person, presented the following address:

«The historical event which we are now commemorating, thanks to the kind initiative of the Portuguese-Japanese Society, has a trivial appearance wich explains neither the beauty of the monument now unveiled nor the friendly attendance at this ceremony of so many and so distinguished personages.

«About four centuries ago to escape a ragind storm, a small dismasted junk took refuge in the hospitable bay of the Island of Tanegashima. Three of the crew of that tiny boat, which was forced to seek haven in an unknown land, were, however, Portuguese born in far-off Europe, coming from the remotest coasts of the West Those three ship-wrecked men landing for the very first time on welcoming Japanese soil, established contact between two worlds till then separated and unknown to one another. They took the first step on the road which, very soon, was to join two different civilizations and, creating new common interests, prepare for the close approach of two different societies. That event, so trivial in its external aspects was to have in a short time the most far-reaching and unexpected consequences and was to mark forever in the long and glorious history of Japan the beginning of a new epoch of renovation and progress and one of the most important and remarkable evolutions of the Japanese people.

«The contact thus established was destined to last for about a century. Unexpected events, jealousies and intrigues dissimilar and divergent interests, human passions and the invincible forces of occurren-

ces were to terminate, abruptly, this long period of understanding and friendship.

«But in the memory of both peoples and in the impartial pages of their history a reciprocal feeling of esteem and respect was only to prevail, because the relations which, during a long century, were to unite those two distant countries were based, not on material and ephemeral advantages, but on the solid foundation of enduring interests of culture and of ideals.

«The first Portuguese who sighted the grassy hills of Tanegashima and who travelled over this island were merchants. But if it is true, as so many believe, that one of them was the famous and discussed Fernão Mendes Pinto, this fact would in itself permit us to foretell the intellectual character which, later on, was to distinguish the activities of the Portuguese in Japan Fernão Mendes Pinto was not an ordinary merchant or adventurer. His book titled «Pilgrimage,» translated so often into different languages, contained the most information concerning oriental regions that had up to that time been known in Europe. This book very much discussed and very often harshly criticised during his life, is nowadays read with interest and favorably commented upon by renowned orientalists. Mendes Pinto is, among our authors of the sixteenth century, the one who wrote with most color the rich Portuguese language. Luís de Almeida was another merchant who, a few years later, settled in Japan. Luis de Almeida had studied medicine in the school of Portugal and had, for some years, practised as a doctor in Portuguese India. The first public hospitals were estahlished in Japan nearly four centuries ago, thanks not only to his initiative and technical competency but also to his generosity and to his broad and benevolent attitude. His name is indissolubly attached to the introduction into this country of the first notions of medical and surgical technique of the West. The initial period of the development of Japanese medicine is still known by the specialist as the «Namban School», but might, however, with evident justice and propriety be called the «Portuguese School.»

«This cultural character of the first relations between Portuguese and Japanese increased and developed by degrees. Portuguese people came to Japan more frequently and in greater number, many of them settled and married in this country.

«The extension and intimacy that existed among these two peoples is eloquently testified to in the language of both countries. The long list of Portuguese words adopted by the Japanese people is clear evidence, not only of the deep influence exercised by my compatriots in

that remote epoch, but also of the wide range of tha' influence extending from intimate and everyday life, food, clothing, objects of domestic use, to the highest form of intellectual activity in sciences, in philosophy and in religion.

«We are reviewing events that took place 400 years ago. I must acknoœledge frankly that I think is qaite remarkable not only that the Portuguese, considering the remote epoch, were able to introduce into this country so many and such a wide range of ideas up to that time unknown in Japan, but also that they carried them out on such a wide scale of systematic organization. In the schools that the Portuguese missionaries established in this Empire and more especially in rhis region of Kyushu, hundreds of young Japanese were educated and taught, adopting and adapting with the aptitude for which they are proverbial, many of the ideas, the feelings and the principles of western civilization.

«Many of them travelled. The world was opened wide to them and the international and diplomatic life in Japan began to be established. Those that came back, either from the schools of Portuguese India where they had studied, or from the embassies to the distant countries in Europe, contributed further elements to the progressive development.

«If it be true that the Portuguese were the ones who initiated Japan into all the famous novelties of that unknown West, it was also reserved to them to play the enviable «rôle» of initiating the not less surprised Europeans into all the novelties of these islands, quite mysterious then, and only just beginning tho be known in Europe through the random and imaginative reports by Marco Polo. One has only to turn over rapidly the pages of any of the bulky Japanese bibliographies to admit without question, that the first and most voluminous knowledge that Europe had regarding this Empire, concerning its geography, its inhabtants, its political and social organization, its religion, its moral principles, its old civilization, the glory of its history and the refinement of its art, was supplied by Portuguese authors.

«This twofold situation gave to the Portuguese in Japan during a century a special position, one of the greatest importance not to be forgotten by either of the two countries.

«Such strong and manifold ties as those that united these two peoples can never be completely severed. New interests and new necessities may arise to giva a new direction to the tumultuous life o nations. There is, however, a great force of tradition, with its deepf roots in the sentiment of the popular soul, which brings again to life old feelings and old affections.

«Both Japan and Portugal treasure, preciously, in the pages of their history and in their mutual traditions the most solid foundation and the most secure guaranty of their reciprocal friendship.»

Baron Tanaka in his capacity as Premier sent the following telegraphic message of congratulation, worded in Japanese, to the Committee on the Erection of the Monument: —

«On the occasion of the unveiling of the monument commemorative of Japan's relations of friendship with Portugal at Tanegashima, historic as the point of Japan's first contact with European civilization, I wish to express my sincere congratulations with my best wishes that Japan's relations with Portugal may be more and more intensified in cordiality.»

Juízos críticos sôbre a reedição do — *Diálogo de Doctrina Cristiana de* Juan de Valdés (1).

IV

Études historiques

Juan de Valdès

(à propos d'une publication récente)

L'histoire du protestantisme doit à M. Marcel Bataillon, actuellement professeur au lycée de Bordeaux, de nombreux et de précieux enrichissements. Dans ses longues et patientes études dans les archives de l'Inquisition d'Espagne, il a trouvé des documents qui font mieux connaître les deux frères Alonso et Juan de Valdés, et il a publié une œuvre de Juan qui jusqu'à présent était restée inconnue à tous ceux qui s'étaient occupés des origines de la réforme espagnole et de l'histoire des deux frères. Ce livre rarissime, signalé par plusieurs érudits qui en avaient trouvé mention dans les archives inquisitoriales, porte le titre suivant: *Dialogo de Doctrina christiana, nuevamente compuesto por un Religioso. Dirigido al muy illustre senor don Diego Lopes Pacheco Marques de Villena.*

Avec une patience inlassable, M. B. a cherché ce précieux opuscule dans toutes les bibliothèques importantes de l'Espagne, mais il ne l'a trouvé ni à Madrid, ni à Séville, ni à Salamanque, ni à Valladolid. Ce

---

(1) Cont. do n.º 2, pág. 248.

n'est qu'à Lisbonne qu'on mit entre les mains de l'infatigable chercheur le volume désiré, prohibé en Portugal dès le premier Index de 1547, qu'a publié M. Antonio Baião, mais conservé par le plus heureux des hasards à la bibliothèque du monastère royal de Saint-Vincent de Fora, d'où il est passé à la Bibliothèque Nationale. C'est cet exemplaire, sans doute unique, que M. B. a jugé avec raison digne d'une reproduction en fac-similè (Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925), l'enrichissant d'un Index de particularités linguistiques et d'une fort savante introduction qui ouvre l'intelligence de cette œuvre et répand sur la vie des deux frères de Valdés des lumières toutes nouvelles. De plus il a ajouté 93 notes qui donnent de précieux éclaircissements sur les principales questions historiques, linguistiques et littéraires que pose le *Dialogo*. Déjà l'année précédente, 1924, M. B. avait fait paraître dans les *Mélanges* dédiés au savant espagnol M. Menéndez Pidal une notice, dans laquelle il fournissait la preuve irrécusable, tirée des documents des archives inquisitoriales, que c'était Alonso de Valdés, secrétaire de Charles-Quint, qui était l'auteur du dialogue de *Mercure et Charon*, communément attribué à Juan. Ces documents révèlent que, quand en 1529 Alonso quitta l'Espagne, il laissa entre les mains de son frère, Diego, chanoine de Carthagène, un exemplaire du dialogue de *Mercure et Charon*. En 1531, Alonso étant toujours absent, l'Inquisition commença à instruire son procés dont le dossier est perdu, et c'est alors que le chanoine de Carthagène fut invité par le Dr Velez, inquisiteur de Murcie, à livrer tous les papiers de son frère qu'il détenait. C'est le 6 mars 1531 que le Dr Velez envoie ao Conseil suprême le dialogue en y joignant un long examen de tous les passages suspects d'hérésie ou irrévérencieux. Quant au dialogue sur le sac de Rome, dont l'attribution à Alonso est depuis longtemps établie sans conteste, il fait l'objet d'une censure que Pedro Olivar envoie à l'évêque de Mondoñedo, membre du Conseil suprême, plusieurs mois après la lettre du Dr Velez et sans lien avec les confiscations opérées chez Diego de Valdés.

N'est-il pas réjouissant de voir qu'il faut que la lumière se fasse partout, même au sein des recherches scientifiques et historiques? La parenté évidente des deux dialogues, toujours unis, jointe à l'absence des idées particulières à Juan, aurait pu être une preuve suffisante pour attribuer les deux œuvres à Alonso de Valdés. Cela n'a pas été le cas. Par les études de M. B. et la découverte du dialogue de la *Doctrine chrétienne*, le chemin a été trouvé pour édifier la vie des deux frères sur des bases entièrement nouvelles.

*
* *

Nés à Cuenca, en Nouvelle-Castille, ils étaient frères jumeaux. Dans son commentaire de l'épître aux Romains (*Reformistas antiguos*, x. p. 250), Juan le dite clairement, corroborant de façon décisive la preuve trouvée par M. B. dans une lettre d'Alonso. Mais dès leurs jeunes années leurs destinées furent absolument différentes. Alonso, faisant sa fortune à la cour, devient secrétaire de l'empereur Charles Quint, assiste au sacre impérial, est témoin de la diète de Worms et se trouve mêlé aux grands débats qui agitent la politique européenne. Juan reste dans une province d'Espagne, au service d'un grand seigneur pieux, le Marquis de Villena, mêlé aux *alumbrados* du royaume de Tolède et aux érasmisants d'Alcala. Est-ce que M. B. a réussi à démêler tous les fils compliqués dont se compose le mouvement des Illuminés ? Nous ne voudrions pas absolument le prétendre, malgré les nombreux extraits qu'il a donnés des procès inquisitoriaux. Par contre il a esquissé un portrait instructif du marquis de Villena. Il nous le montre ardent protecteur des franciscains observants, depuis 1523 s'édifiant des prédications de l'illuminé Pedro Ruiz de Alcaraz, acceptan la dédicace du *Tercer Abecedario* de Francisco de Osuna et du *Dialogo de doctrina christiana* de Valdés et en même temps si fougueux adhérent d'Erasme, qu'il regrette que la maladie et les infirmités de la vieillesse l'empêchent de prendre une part active à la lutte aiguë qui a éclaté entre les moines mendiants et le savant de Rotterdam. On sait que le mouvement des Illuminés fut condamné par un édit de l'Inquisition du 23 septembre 1525.

Dans les nombreux extraits que M. B. a fait des dossiers des procès de l'Inquisition, il a trouvé des quantités de fils d'or avec lesquels il a pu broder un tissu assez solide pour en garnir les années du séjour en Espagne de Juan, qui jusqu'à présent étaient restées absolument inconnues. Ainsi dans une déposition relative à l'examen auquel fut soumise sa *Doctrina cristiana* se trouve un trait qui éclaire toute cette période d'une vive lumière. Juan de Valdés fut étudiant à Alcalá, non pas de la faculté de droit, comme le veut Firmin Caballero (car elle n'existait pas), mais évidemment comme élève de la faculté des arts et de théologie, particulièrement attiré par les langues. De plus M. B. a eu la bonne fortune de pouvoir utiliser un dossier des plus curieux et des plus intéressants, ce sont des lettres d'un érasmien de la cour, Diego Gracian de Alderete. Passé du service de D. Juan Manuel à celui de l'évêque de

Zamora, il réside à Madrid, est lié d'amitié avec Francisco de Vergara, professeur de grec à Alcalá, ainsi qu'avec son frère Juan, qui avait pris part aux travaux de la Bible Polyglotte, et son demi-frère Bernardino Tovar; ces deux derniers devaient être bientôt prisonniers de l'Inquisition. Nous apprenons par ailleurs que l'esprit d'Erasme pénétrait jusque dans les cours de la chaire de Saint Thomas d'Aquin, ce qui confirme l'opinion de quelques savants qui disent qu'à cette époque la scolastique prenait en Espagne un nouvel essor. Quant à Juan de Valdés il suivait sans doute les cours d'hébreu de Alonso de Zamora qui avait publié en 1526 une grammaire hébraïque; mais surtout il se familiarisait avec le texte grec du Nouveau Testament. Gracian l'appelle « juvenis divi Pauli studiosissimus » et nonobstant il nous le montre fort avide de petites historiettes *(fabulas)* sur le compte de la vie si peu édifiantes des moines mendiants. Un trait de caractère qui rejoint la confession que Juan de Valdés fit plus tard à ses amis dans le *Dialogo de la lengua*, d'avoir été pendant dix ans de sa vie un lecteur assidu, même passionné, des romans de chevalerie, comme l'avait été Sainte Thérèse avant sa conversion (*Reformistas antiguos*, IV. a, p. 180).

C'est dans ce milieu que fut composé le *Dialogue de la doctrine chrétienne*. Mais à peine paru, et l'on a tout lieu de s'en étonner, ce dialogue devint suspect à l'Inquisition et fut soumis par elle à l'examen d'une commission de théologiens d'Alcalá. Les meilleures recommandations ne lui avaient pourtant pas manqué. N'apprenons-nous pas que l'inquisiteur de Navarre, le Dr Miranda achète de nombreux exemplaires pour les répandre partout, que l'archevêque de Tolède s'intéresse à la cause du livre, que la commission envoie au Conseil suprême un rapport des plus indulgents? Le Dr Juan de Medina, pour en avoir le cœur net, s'adresse directement à lauteur et reçoit de lui l'assurance qu'il entend toutes les propositions qu'il a avancées dans le sens de la plus stricte orthodoxie et que le sens luthérien lui est absolument étranger. Et sa valonté d'orthodoxie n'apparaît-elle pas dans le fait qu'il place son *Dialogo* sous le patronage de la mémoire de l'archevêque de Grenade Fray Pedro de Alba, moine d'une sainteté éprouvée, mort récemment, peu d'années après avoir été élevé par Charles-Quint lui même à cette haute dignité. C'est lui qui expose la doctrine chrétienne du cathéchisme. Et malgré tout, le livre parut suspect. Llorente qui disposait encore des archives complèles de l'Inquisition, caractérise le procès intenté contre Juan de Valdés, en disant que les œuvres de Juan de Valdés furent qualifiées de luthériennes et que luimême passa pour un hérétique (hereje formal) mais, qu'ayant quitté le royaume, il ne fut pas emprisonnè.

Qu'était-ce donc que l'Inquisition persécutait ? N'était-ce pas la religion de l'Esprit dans toutes ses formes, qu'il s'agit des illuminés, des érasmiens, ou des luthériens ! Ne se rendait-elle pas compte qu'en persécutant à outrance la religion de l'Esprit, elle combattait Celui qui était venu initier l'humanité à ses précepts et chercher au Père les adorateurs qu'il voulait avoir, ceux qui l'adorent en esprit et en vérité ? M. B. a trouvé dans l'ouvrage récent de M. le professeur Will sur le principe de la liberté chrétienne selon Luther (*Liberté chrétienne*, Strasb., 1922, p. 630), l'assurance qu'elle n'est pas l'acte par lequel l'homme se rend compte de sa justification, mais qu'elle est le résultat immédiat de l'accord intervenu entre Dieu et l'âme, et fait partie elle-même de l'expérience religieuse. Ainsi par deux voies tout à fait différentes l'une de l'autre, Valdés et Luther sont arrivés au même résultat.

*
* *

Passons maintenant au Dialogue et glanons dans les touffes serrées pleines d'une érudition sûre d'elle-même et riche en précieux détails de tous genres, les traits qui nous paraissent les mieux faits pour illustrer cette œuvre unique, tirée d'un oubli séculaire et cependant pleine de vie et de science divines.

M. B. a caractérisé ce catéchisme comme érasmien et comme révélant déjà l'essentiel de la religion valdésienne. Suivons-le dans cette double voie. Le mouvement érasmien a pris toute son ampleur en Espagne par la diffusion de l'*Enchiridion* d'Erasme, traduit en castillan par l'Arcidiano de Alcor. Pour le moment nous voyons les deux frères combattre sous le même drapeau. Dans la chancellerie impériale, Alonso, plus érasmien qu'Erasme lui-même, met sa puissante influence au service du grand savant. Il est obligé pour ce qui le concerne de défendre son dialogue sur le sac de Rome contre les vives attaques du nonce du pape en Espagne, Balthasar Castiglione. Quant à Juan, suivant l'exemple d'Alonso, il imprime à son dialogue le cachet des *Colloques* de leur maître commun. Deux des interlocuteurs qu'il met en jeu portent des noms qu'Erasme lui-même à donnés à ses personnages. Antronio est un curé ignorant, mais plein de zèle et de bonne volonté. Eusèbe, le religieux sous les traits de qui se dissimule Valdés, tient le fil de l'entretien. Mais il faut dire que la composition de l'œuvre, comme le style sont fort inférieurs à ceux des dialogues de son frère. La marche de la conversation est retardée par des formules monotones telles que : «c'est

bien», «tu as bien parlé», «je suis satisfait», «il reste que tu nous dises», etc. Et c'est une nouvelle preuve que Juan ne peut pas être l'auteur de ces deux dialogues d'Alonso, si parfaits dans l'expression, si classiques dans la forme, qu'un connaisseur comme Menéndes y Pelayo n'hésite pas à les placer au premier rang de la littérature espagnole. Par contre le cadre donné au dialogue est poétique et gracieux. Eusèbe assiste à une leçon de catéchisme donnée par le brave curé Antronio. Quand il a fini, il le conduit chez l'excellent archevêque de Grenade, qui les reçoit avec la plus grande affabilité. On était alors aux environs de la Saint-Jean. Leur hôte les conduit au jardin du couvent et c'est là, sous les ombrages touffus des arbres, près du murmure d'une fontaine, que se déroule l'entretien sur les vérités du christianisme. Dans la marche des idées, dans la définition du caractère du chrétien, qui consiste dans la foi au Christ et dans l'imitation du maître, on reconnaît l'empreinte d'Erasme; de même quand il réclame pour tous, pour les jeunes surtout, l'enseignement de la religion, quand il dit que les prêtres et les évêques n'ont le droit de toucher les dîmes et les revenus qui leur sont accordés, que s'ils s'acquittent de leur tâche d'instruire le peuple, on reconnaît la voix de son devancier, qu'il cite dans le corps de l'ouvrage, comme «un excellent docteur, véritablement théologien». De même, quand il réprouve les prélats qui dépensent les revenus de l'Eglise pour leur maison et pour des satisfactions de vanité. Après l'exposition de la foi chrétienne qu'il emprunte au colloque érasmien *Inquisitio de fide*, allégé seulement de certaines surcharges scientifiques, Valdés passe aux dix commandements, auxquels il joint les sept péchés capitaux. Après cela il développe les vertus cardinales et les vertus théologales: la foi, l'espérance et la charité. Suivent les sept dons du Saint-Esprit et les cinq commandements de l'Eglise, qui précèdent l'explication de l'Oraison dominicale. Puis, comme il l'a fait, plus tard, dans son «*Lac Spiritual*», son instruction pour les commençants, il donne un exposé succinct de l'histoire biblique, des saintes écritures, et clôt son œuvre par une belle traduction en langue espagnole des 5e, 6e et 7e chapitres de saint Mathieu.

Mais, comme vers le matin les étoiles pâlissent et la lune perd son éclat, ainsi nous voyons dans le catéchisme de Valdés l'autorité d'Erasme céder le pas à une autorité plus haute. Saint Paul et Jésus-Christ viennent prendre sa place. Dans un passage vraiment éloquent l'archevêque fait comprendre à ses auditeurs le sens intime de son exposé de la doctrine chrétienne (f° 49 v°), «Voyez, père curé, dit-il, dans tous mes discours je n'ai eu d'autre prétention que de vous enseigner à devenir

de vrais chrétiens. J'ai voulu vous enseigner un christianisme réel et non feint, rempli de l'esprit de l'Évangile et nom astreint à de vaines cérémonies, portant le caractère d'une haute spiritualité et exempt de toute superstition, rendant les âmes libres et généreuses et les affranchissant de scrupules. Nous plaçons l'expérience du divin dans la sincérité de l'âme et nullement dans les apparences extérieures». La liberté chrétienne se manifeste chez nous, quand Jésus-Christ établit sa souveraineté sur nos âmes et que nous devenons des hommes perfaits. Pour Eusèbe, c'est un trait de lumière quand l'archevêque leur explique la puissance du péché, quand il leur dit qu'on peut pécher par faiblesse, comme David et saint Pierre, ou par inclination naturelle et par malice, et quand Eusèbe s'informe pourquoi tous les commandements non revêtu la forme négative, l'archevêque fait intervenir l'autorité de saint Paul qui nous enseigne que par la loi nous arrivons à la connaissance du péché, qui est le commencement de notre justification. C'est comme si la loi parlait à nos âmes et disait : « Sachez, ô hommes pécheurs, que ni par vos propres forces ni par vos exercices vous ne parviendrez à la perfection, à l'amour de Dieu et des hommes. Pour accomplir la loi, il nous faut une grâce spéciale de Dieu; ce n'est qu'en nous défiant de nos propres forces et en nous remettant entièrement en la faveur et grâce divines qui en Jésus-Christ nous pardonne nos péchés, que nous accomplirons vraiment la loi divine qui consiste à aimer Dieu, et lui seul en tout premier lieu au-dessus de toutes créatures et notre prochain comme nous-mêmes »

Le *Dialogo de Doctrina christiana* sortit des presses de Miquel de Eguia à Alcalá de 14 janvier 1529, et dès le 21 mars de la même année une lettre d'Erasme félicite Juan de Valdès d'avoir échappé à de grands dangers qui le menaçaient. Qu'est-ce que cela pouvait être ? Évidemment il s'agit de la dénonciation du *Dialogo* et de son examen par les théologiens d'Alcalá. Une instruction inquisitoriale allait bientôt être ouverte contre l'auteur; il n'attendit pas la dénonciation du Procureur fiscal et quitta l'Espagne. Le 26 août 1531 il est à Rome, où l'ami d'Alonso, Sepúlveda, l'a accueilli avec la plus grande amabilité. Les documents utilisés par M. B. montrent d'ailleurs que l'Inquisition espagnole ne se désintéressa pas de Juan après son départ pour l'Italie.

Nous apprenons que Juan occupa un poste à la cour papale. Il devint cameriere du pape Clément VII, s'occupa avec Sepúlveda de questions astronomiques et physiques et en même temps il collectionna des proverbes espagnols; mais déjà était réalisée dans son âme une profonde transformation, dont Pierre Carnesecchi, qui eut alors grand plaisir à le

rencontrer à Rome et à s'entretenir avec ce chevalier si modeste et si cultivé sur des sujets littéraires, ne se douta même pas; il devait découvrir plus tard seulement chez cet homme, si versé dans les sciences mondaines, un profond connaisseur des saintes écritures, à l'étude desquelles il consacrait ses jours et ses nuits.

C'est ici que la découverte de M. Bataillon nous apparaît dans toute son ampleur. Le cathéchisme qu'il a trouvé, œuvre authentique de la jeunesse de Juan de Valdès, permet de mieux interpréter la deuxième période de sa vie et de son œuvre, en montrant que de cette jeunesse à cette maturité il y a continuité parfaite. Quelques-uns ont pensé que de l'école d'Erasme il a passé, une fois en Italie, à celle de Luther. Il n'en est rien. Nous savons qu'il a protesté avec serment devant les théologiens d'Alcalá contre le soupçon de suivre Luther. Il est vrai qu'Erasme disparaît entièrement de son horizon. Dans les lectures qu'il conseille à ses élèves, son nom ne paraît plus, et chose digne de remarque, de la retentissante controverse entre Erasme et Luther sur le libre arbitre il ne dit pas un mot. Le terme même de libre arbitre ne paraît pas dans ses œuvres; et cela est d'autant plus remarquable, qu'à la même époque il paraissait un dialogue de fray Juan de Cazalla, intitulé: « *Libro llamado lumbre del alma* », que M. B. a eu la bonne fortune de retrouver aussi et dont le contenu est à l'antipode des préoccupations et des études valdésiennes. C'est un éloge du libre arbitre, que l'auteur, érasmisant comme Valdès, célèbre comme le don le plus excellent que Dieu ait fait aux hommes. Quant à Valdès, il ne connaît plus de maîtres humains. C'est l'Ecriture sainte qui est son unique guide, et l'expérience religieuse qui est sa seule lumière. Comme saint Paul (Philipp, 3, 7), il est prêt à dire : « Ce qui était pour moi un gain, je l'ai considéré comme une perte à cause du Christ. Certainement je considère toutes choses (même la science et toutes les connaissances humaines) comme une perte à cause de la connaissance infiniment plus précieuse de Jésus-Christ, mon Sauveur, pour qui je me suis privé de tous ces avantages. Oui, je les considère comme des balayures, afin de gagner Christ et d'être trouvé en lui ayant nom pas ma justice qui vient de la loi, mais celle qui provient de la foi en Christ, la justice qui vient de Dieu et qui est fondée dans la foi ». C'est là le mysticisme de Valdès, la grande règle qui désormais gouvernera sa vie.

De Rome, Juan de Valdès se rendit à Naples et ici se groupa autour de sa personne un cercle de disciples enthousiastes, hommes distingués, savants illustres et nobles dames, et Valdès réalisa au milieu d'eux ce que Celio Secundo Curione dit de lui dans la préface des *Cent dix Con-*

sidérations: «que Dieu semblait l'avoir donné pour devenir un maitre et pasteur de personnes nobles et illustres», ou ce que Juan Perez de Pineda, l'éditeur du commentaire de l'épitre aux Romains et de la 1er aux Corinthiens assure: «Juan de Valdès était un chevalier noble et riche, mais il a renoncé à la noblesse charnelle pour gagner la noblesse spirituelle des enfants de Dieu. Il semble que la bonté de Dieu ait voulu donner aux gens nobles dans ce fidèle serviteur un miroir, pour y contempler et apprendre à connaitre la vraie noblesse qui ne cesse pas avec cette vie terrestre, mais qui dure jusqu'à la vie éternelle».

Le souvenir de sa personne s'est profondément gravé dans le cœur de ceux qui avaient le privilège de le rencontrer et de le consulter. Quelques traits de son image neus apparaissent dans le *Dialogo de la lengua:* aimant tant à écrire qu'on le voyait toujours dans sa chambre comme un sait Jean, l'évangéliste, la plume à la main, plongé sans cesse dans saint Paul, ennemi de l'hypocrisie monacale et aimant à entendre dire que l'habit ne fait pas le moine. Et Jacques Bonfadio, dans la lettre émue qu'il écrivit à Pierre Carnesecchi peu de temps après sa mort survenue ao commencement de 1541, s'écrie: «Plût à Dieu que nous retournions à Naples. Bien que d'autre part, quand j'y pense, où irions-nous depuis, que Valdès est mort? Ah! quelle grande perte pour nous et pour le monde. Valdès était l'un des hommes les plus extraordinaires de l'Europe, comme en font foi ses écrits sur saint Paul et les psaumes de David. Dans ses paroles, ses actes, et ses conseils, il était un homme accompli. Avec une petite parcelle d'âme il gouvernait son corps maigre et faible, et avec la plus grande partie de son ême et de son esprit il était comme hors du corps toujours porté en haut vers la contemplation de la vérité et des choses divines».

*
* *

Les écrits de cette période, le *Dialogue de la langue,* le dialogue intitulé l'*Alphabet chrétien* et son ouvrage capitale, les *Cent dix Considérations* en font foi. C'est dans la campagne de Marcio, dans un beau jardin avec la vue sur la mer que fut tenu le dialogue de la langue. Mais que de ruses il a fallu pour extorquer à l'auteur, au lieu des mystères chrétiens, ses idées sur l'origine de la langue castillane, sur sa grammaire, sur l'orthographe, le style, la littérature, ses rapports de parenté avec la langue latine, grecque, hébraïque et arabe, toutes choses qui aux yeux de Valdès avaient si peu d'importance; et cependant ce petit

écrit est un véritable monument dans l'histoire de la littérature espagnole. Les interlocuteurs sont des personnes vivantes singulièrement bien caractérisées, Pacheco avec sa rudesse soldatesque, Marcio avec sa politesse italienne, Coriolan avec ses connaissances plus approfondies du sujet et Valdés avec toute sa finesse et son ironie; tout fait de certaines parties du dialogue, ainsi qu'on l'a dit, de vraies scènes de comédie. Fort amusante est l'animosité de l'auteur contre le grammairien Lébrija ou Nébrija. Partout le dialogue conserve la souplesse d'articulation d'une libre causerie. Aussi d'après M. B., qui pourtant s'abstient par scrupule critique de décider si le *Dialogo de la Lengua* a été redigé par Valdés lui-même ou par un de ses intimes,—ce petit livre conservera place à côte des écrits valdésiens, car «il transmet de Juan et comme reflété sur des visages amis, un rayonnement de courtoise ironie et d'intelligence critique» qui complète la physionomie de ce parfait gentilhomme. Le *Diálogo de la lengua* fut publié pour la première fois en 1737 par Gregorio Mayans (qui ne connaissait pas le nom de l'auteur) dans son livre sur les *Origines de la langue espagnole.* Récemment une longue controverse, que M. B. nous résume, a été soulevée par ce dialogue que le P. Miguélez, savant augustin de l'Escorial, voudrait attribuer à Juan Lopez de Velasco, secrétaire du Philippe II. Mais cette thèse a été amplement et victorieusement réfutée par M. E. Cotarelo, secrétaire perpétuel de l'Académie espagnole.

EUGÉNE STERN.

(*Bulletin de la Societé de l'histoire du Protestantisme français*, ano 76. 1927).

(Continua).

LIVROS Á VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho ..... 12$00

Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) ..... 10$00

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 15$00

Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877)..... 6$00

Idem — Suplemento 1.º (1877-1883)..... 4$50

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 4$50

Noticia sôbre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5$00

Memória histórica e crítica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 4$00

Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 3$00

Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 3$00

Memórias de Castilho, por Júlio de Castilho. Vol. I..... 20$00

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação mensal do *Instituto de Coimbra,* sociedade scientífica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos acompanhados do retrato e fac-símile da assinatura dos autores e na lingua por êles preferida; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

ASSINATURAS

Série de cinco números..... 2$00
Número avulso ..... 1$00

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto,* Arco do Bispo n.º 1 — Coimbra — Portugal.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

VOLUME 75.º

4.ª SÉRIE — VOLUME 4.º

NÚMERO 4

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1928

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Conde de Felgueiras — Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBRO HONORÁRIO

Prof. F. Gomes Teixeira, Reitor Honorário da Univ. do Pôrto antigo Prof. da Univ. de Coimbra.

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário.* — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário.* — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente.* — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. A. Augusto Gonçalves, da U. C., D. M. M. C. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente.* — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Fortunato de Almeida, do L. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão, A. D. B. N. L. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral.* — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, D. F. L. U. L., D. G. E. S. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L., D. G. S. — Prof. M. de Sousa da Câmara, D. I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, D. da Secção de Sciências Físico-Químicas da U. C. — Prof. L. I. Woodhouse, da U. P.

SUMÁRIO

As flores Hiacintinas de Camões, por Augusta Faria Gersão Ventura . 397
Da moeda nacional e suas variações mais notáveis até ao tempo de João V, por J. Lúcio d'Azevedo 409
La enseñanza secundaria en Portugal, por Ruben Landa..... 437
A obra de Guerra Junqueiro, por Vieira de Almeida... 455
Ideas médicas de Eça de Queiroz, por Alberto Pessoa 469
Um balneário português do fim do século XV, (Caldas da Raínha), por Fernando da Silva Correia 498
Subsidios para a Historia da musica em Portugal, por Sousa Viterbo..... 510
Dr. Júlio Henriques, por Teixeira Bastos..... 522
Bibliografia..... 524
Vária..... 531

AS FLORES HIACINTINAS DE CAMÕES

À saüdosa memória da grande mestra e amiga D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos.

Da leitura da *Flora dos Lusíadas*(1) uma dúvida ficou no meu espírito: se as plantas de que Camões vestiu a Ilha dos Amores são, como afirma Ficalho, citadas através de reminiscências de vastas leituras, sem que o Poeta as identificasse, por vezes, a espécies reais, sem mesmo saber se existiam no seu país, ou se — pelo contrário — são plantas portuguesas e bem conhecidas do poeta que as descreveu à maneira clássica. Neste caso a Ilha dos Amores que segundo o modo de ver do autor da *Flora* é uma ilha mitológica pela imaginação do Poeta transportada «das temperadas regiões do Mediterrâneo — da pátria da velha poesia — para os mares do Oriente», seria

AUGUSTA FARIA GERSÃO VENTURA

(1) Lisboa, 1880.

um pedaço da terra portuguesa que «o muito amor da pátria» levaria a escolher para uma terra de amores e que as suas saüdades arrastariam aos mares orientais.

Êste pequeno trabalho tem por fim mostrar que as flores Hiacintinas (1), a-pesar-de citadas por uma forma puramente clássica:

Ven-se as letras nas flores Hyacinthinas,
Tão queridas do filho de Latona (2)

são bem portuguesas, correspondem a uma espécie real que o Poeta poderia ter *visto* até junto do Mondego e que, no que a elas toca, a afirmação de Ficalho provém duma errada identificação.

*
* *

No comentário aos referidos versos diz Epifânio Dias (3):

«... Apollo estando a jogar o disco — a barra dos antigos — com o espartano Hyacintho, a quem muito queria, matou-o involuntariamente. Do sangue do mancebo fez Apollo brotar uma flor em cujos veios os antigos imaginavam ver a letra Y, inicial do nome Hyacintho em grego, ou as letras *ai* interpretadas já como interjeição quando referidas a

---

(1) O têrmo ocorre ainda na *Elegia* VI, v. 15 (ed. de Hamburgo). Cf. *Catulo*, 61, 88:

Talis in vario solet
Divitis domini hortulo
Stare flos hyacinthĭnus.

(2) *Lusiadas* c. IX-62. Cf. *Canção* XVI (ed. de Hamburgo) vv. 87-90:

O formoso jacintho alli não falta,
Lembrado dos antiguos seus amores.
Inda na flor se mostrão esculpidos
Os gemidos:

(3) *Os Lusiadas*, commentados por Augusto Epiphanio da Silva Dias, Porto, 1910.

Hyacintho, já como iniciais do nome «Aiax», de cujo sangue brotou a mesma flor (v. Ov., *Met.* X 162-219 e XIII 394-398; em Plinio: *Hyacinthum comitatur fabula duplex luctum praeferens, ejus quem Apollo dilexerat aut ex Aiacis cruore editi, ita discurrentibus venis ut Graecarum litterarum figura AI legatur inscriptum;* XXI § 66). Mas a flor a que os antigos se referem não é a que entre nós é conhecida com o nome de «jacintho» mas sim o *Gladiolus segetum* (v. a tradução de Littré da *N. H.* de Plinio, XXI § 65).

Desta vez E. Dias concorda com Ficalho, que escrevera na *Flora* (1): «— A flor Hiacinthina, na qual se liam as lettras αι, que são uma exclamação sentida pela morte de Hiacintho ou as duas primeiras do nome de Ajax; suppõe-se ser o *Gladiolus segetum* Gawl., muito vulgar entre nós».

É que os dois autores concordaram afinal com Littré (2), que assim traduziu o citado passo de Plínio:

«L'hyacinthe *(gladiolus segetum)* est l'object de deux fables: d'après l'une elle porte le deuil de celui qu'avait aimé Apollon, d'après l'autre elle est née du sang d'Ajax, les veinures de la fleur étant disposées de manière à figurer les lettres grecques AI (AIAS, Ajax)» (3).

Littré devia ter uma poderosa imaginação para ler tais letras no *Gladiolus segetum;* e Ficalho, que certamente conhecia a planta, ao escrever «na qual se viam» (note-se o imperfeito do verbo) e «suppõe-se ser», devia estar bem persuadido de que Camões citava a flor através de reminiscências clássicas mas sem nunca a ter observado, sem nunca a ter identificado a uma planta real.

De facto o *Gladiolus segetum*, de grandes espigas de flores avermelhadas, conhecido vulgarmente pelo nome de

---

(1) Pág. 43.

(2) A tradução de Littré é citada também na bibliografia da *Flora*.

(3) París, Firmin Didot, 1860, II vol., pág. 53.

«espadana das searas», não apresenta coisa alguma que a letras se assemelhe; nunca devia, pois, ter sido identificado à planta que, no referido logar, Plínio designa pelo nome de *Hyacinthus.*

*
* *

Antes de E. Dias ter divulgado, com a publicação do referido comentário, a afirmação de Littré, a planta era identificada ao «jacinto».

Ainda hoje tal asserção se encontra expressa em duas edições escolares de *Os Lusíadas* — a de Campos Monteiro e a de José Agostinho — e igualmente se encontra no interessante livrinho *Fairy Tales from Flowerland* (Books for the Bairns XLI, London), acompanhada de ilustrações que com tôda a probabilidade representam a planta que no norte da França — como na Inglaterra — é conhecida pelo nome de «jacinto dos bosques», *o Endymion nutans,* Dumort(1).

Entre nós, com os nomes de «jacinto de Paris» e «jacintos da Holanda», são cultivadas várias espécies do género *Hyacinthus*. À nossa flora pertence apenas o *Hyacinthus dubius* Guss., do Alentejo e Algarve, que está bem longe de poder rivalizar em beleza com os seus congéneres dos jardins. Pertencem-lhe todavia outras plantas que noutros tempos foram classificadas de *Hyacinthus* e que teem ainda o nome vulgar de «jacintos»: o «jacinto da tarde», de flores amareladas, que se encontra nos pinhais e charnecas e que Linneu classificou de *Hyacinthus serotinus* (*Dipcadi serotinum,* Med.); o «jacinto das searas» ou *Hyacinthus comosus* de Linneu (*Muscari comosum,* Mill.), com uma coma de flores violáceas estéreis, companheiro dos gladíolos nas searas; e o «jacinto dos cam-

---

(1) Vid. *Flore complète de la France*, par Gaston Bonnier, 3ª ed., pág. 300.

pos», de flores azuis claras ou brancas, que Brotero classificou de *Hyacinthus cernuus* (*Scilla hispanica,* Mill) e que aparece nos campos, sebes ou lugares sombrios (1).

Nenhuma destas plantas que são ou foram classificadas de *Hyacinthus* tem flores com letras. A nenhuma, portanto, podia referir-se Camões.

*
* *

Armengaud comenta (2):

«La fleur résultant de la métamorphose d'Hyacinthe n'est pas bien déterminée: on ignore si c'est la jacinthe, l'iris ou le pied d'alouette».

Já vimos que não é o jacinto; também não será o íris. De facto, se AI AI estiver escrito numa flor, esta não pode ser simétrica em relação a mais dum plano; e assim mesmo é preciso que a disposição das letras seja AI IA (o que é pouco provável) ou que haja uma quinta letra e seja AIAIA. O plano de simetria da flor passará neste caso pelo meio da terceira letra, que por essa razão é, ela mesma, simétrica em relação ao mesmo plano (3). Quanto às letras extremas, simétricas em relação ao referido plano, podem ser tais que a primeira, tendo uma forma parecida com um α, dê para a última uma forma semelhante a um x, o que permitiria, com supressão da penúltima letra, ler na flor o nome de Ajax.

Tais hipóteses são impossíveis, porém, de formular, se a

---

(1) Vid. *Flora de Portugal,* do professor D. António Xavier Pereira Coutinho, Lisboa, 1913.

(2) Ovide, *Morceaux Choisis des Métamorphoses*, par M. L. Armengaud. Paris, Hachette, 18.ª éd., pág. 150.

(3) Esta letra, em determinada posição, terá sido comparada ao Y (a inicial do nome «Hyacintho» em grego, de que fala E. Dias).

flor fôr regular; a existência de mais de um plano de simetria é absolutamente incompatível com a existência de tais letras. Em vão, pois, procuraremos a flor entre os íris — lírios —, como entre os jacintos, porque as flores são regulares. A verificação levar-nos-ia à mesma conclusão: nenhum íris tem letras; nenhum é, pois, a flor resultante da metamorfose de Jacinto.

*
* *

Vejamos então se será a flor que felizes comparações fizeram denominar «pied d'alouette» em França e «esporas (1)» em Portugal. Para isso teremos de sair do grande grupo das Monocotiledóneas onde a temos procurado e onde nos ficam os *lilia* (qualquer liliácea) a que Ovidio compara a flor (2).

As esporas (*Delphinium Ajacis,* L.) são de côr azul escura ou rosada (por vezes brancas), côr que lhe é dada pelo cálice, petalóide, de cinco sépalas aderentes na base. A superior é prolongada em esporão, que tem incluso o esporão da corola, esbranquiçada e formada de uma só peça. Tal dis-

---

(1) Na tradução do *Diccionario da Fabula* de Mr. Chompré (Lisboa, 1789), no vocábulo *Ajax*, diz-se: *O seu sangue foi mudado em jacyntho, flor, em que já se tinha convertido hum mancebo deste nome morto por Apollo. Alguns dizem que pela flor do jacyntho convem entender o pé de calhandra onde parece que se veem estas duas letras AI...*

Pé de calhandra é certamente uma tradução de *pied d'alouette.*

(2) *Met.* X. 212-213:

Flos oritur, formamque capit quam lilia, si non
Purpureus color his, argenteus esset in illis.

Se *forma* não tem o significado de beleza, o poeta pode ter sido impressionado pela semelhança que resulta principalmente da coloração das sépalas.

posição é aproveitada pelas crianças, que enfiam flores umas nas outras pelos esporões, fazendo pequeninas coroas, que utilizam como marcas de livros. Umas vezes fazem-nas de flores completas, outras vezes extraem as corolas, juntamente com as sépalas esporoadas e só destas as confeccionam (1).

Em cada uma destas corolas, sôbre um fundo branco, vêem-se as letras que recordam o menino e o herói (2). São, pois, as esporas a flor que uma dupla fábula lutuosa acompanha; são elas as *flores Hyacinthinas* de Camões.

*
* *

Fàcilmente poderemos comprovar a afirmativa que deixamos expressa. Vários autores célebres em estudos botânicos desde os tempos de Camões até quási aos nossos dias o afirmam e até, pouco mais ou menos, pelas mesmas palavras. Custa acreditar que Ficalho, lente de Botânica, nunca tivesse folheado um dêsses autores, entre os quais figura Brotero, que ainda em 1913 é citado a cada passo na *Flora da Bacia do Mondego,* pelo professor Dr. Júlio Henriques. Foi até uma referência à obra de Brotero que aí acompanha o nome do *Delphinium Ajacis* o ponto de partida das nossas investigações, que, se não foram mais longe, foi sòmente pela dificuldade que resulta da falta de obras hoje raras como a de Cesalpino (3). O que encontrámos é, porém,

---

(1) Uma destas coroas figura no livro *Jogos e Canções Infantis* do prof. Augusto César Pires de Lima (Pôrto, 1916), onde é indicado o seu emprêgo.

(2) Vid a gravura. Tivemos, para a obter, de fazer fotografar flores de plantas cultivadas. Nas espontâneas, que só muito mais tarde obteríamos, são as letras ainda mais nítidas.

(3) *De Plantis,* 1583.

mais que suficiente para a demonstração da nossa afirmativa, que se só agora é feita, é principalmente devido a só agora termos encontrado a confirmação duma hipótese que de há muito aceitáramos: a de Plínio designar duas plantas muito diferentes pelo nome de *Hyacinthus,* sendo uma o *Delphinium Ajacis* e outra (1) uma planta bulbácea de propriedades medicinais. Tal confirmação encontrámo-la numa edição da *Historia Plantarum* de Teofrasto (2), onde se faz a distinção entre o *Hyacinthus medicus,* planta bulbácea, e o *Hyacinthus Poeticus,* largamente descrito, acompanhado de citações de poetas e identificado às esporas. Por ser demasiadamente extenso, não é transcrito o que da planta aí se diz, tanto mais que nada adianta ao que repetem os sucessivos autores que serão mencionados; sòmente faremos notar que o que todos os autores afirmam pertencer ao Idílio 19 de Teócrito aparece aí como pertencente a Moscho no epitáfio de Bion, onde efectivamente se encontra. No mesmo lugar se afirma também que a fábula aparece pela primeira vez nos *Theriaga* de Nicandro, de que são citados cinco versos; e que *tam gratus hic flos semper Apolline fuit, ut eo coronari voluerit.*

A seguir se fazem as transcrições de diferentes autores.

Brotero, *Flora Lusitanica* (3), II, pág. 302:

Delphinium Aiacis, Linn.

....

Lusit. *Consolda Real, ou Esporas dos jardins.*

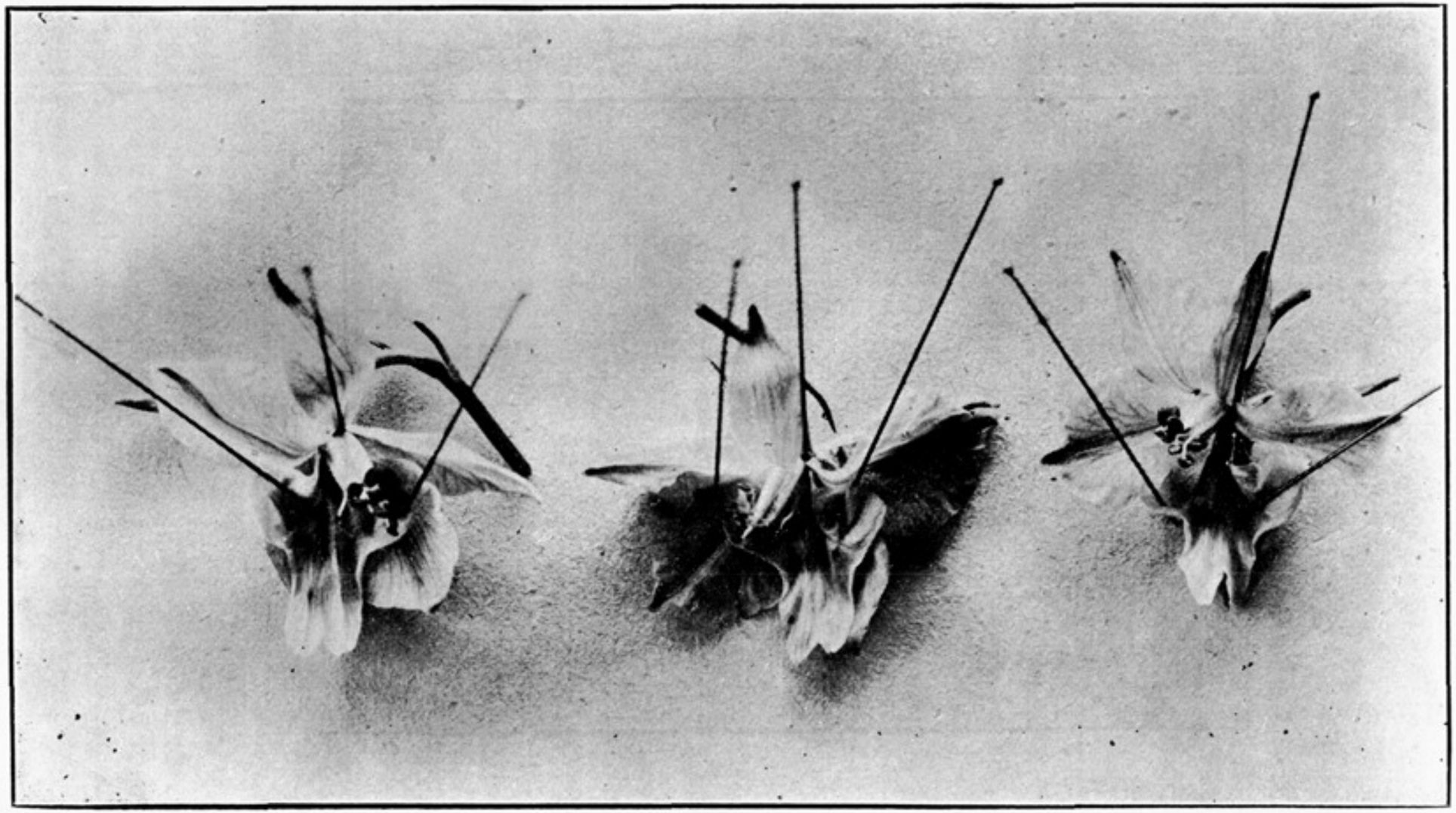
....

---

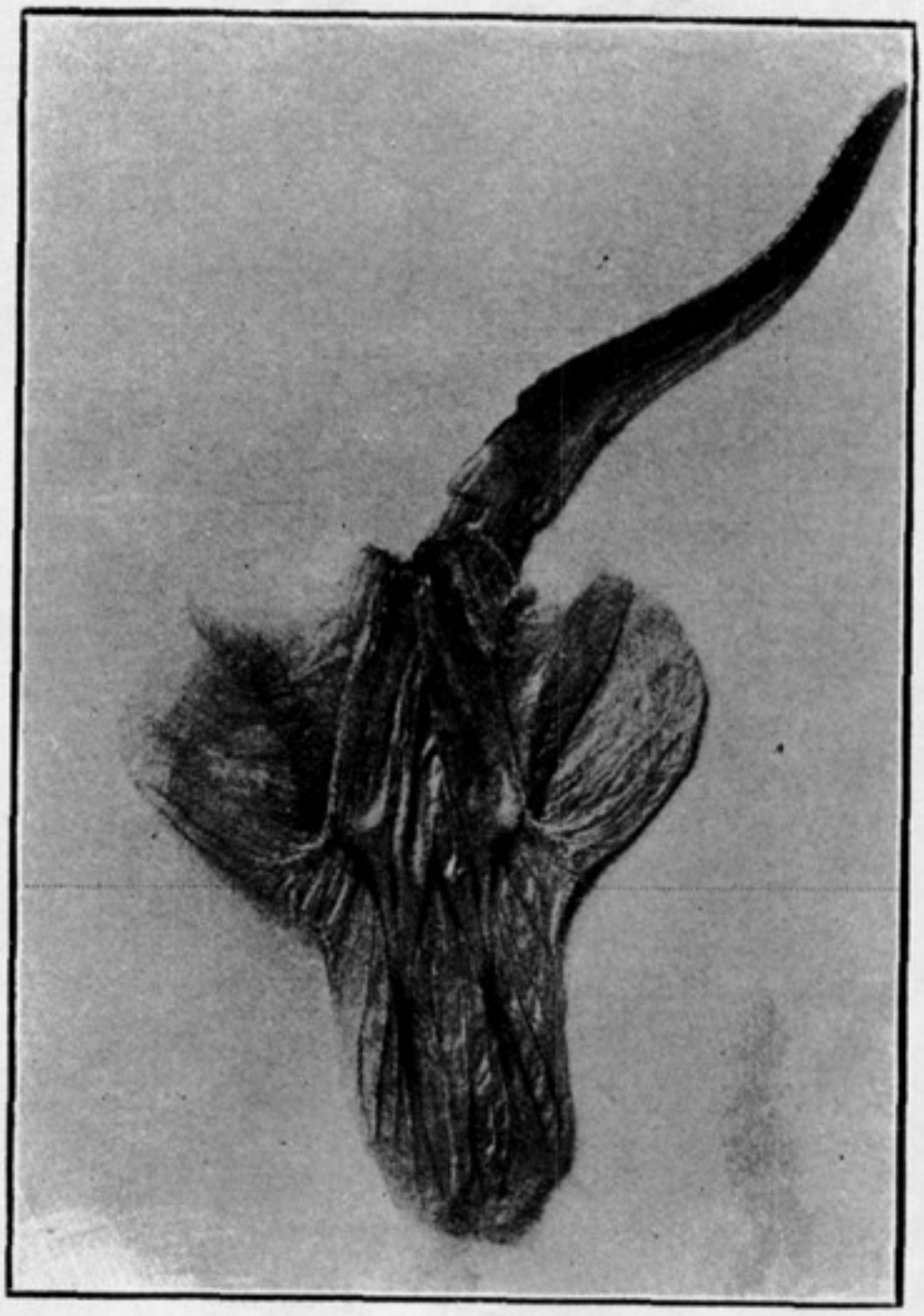
(1) XXI-26 (97) § 170: *Hyacinthus in Gallia maxume provenit... radix est bulbacea...*

(2) Theophrasti Eresii, *De Historia Plantarum.* Illustravit I. Bodaeus à Stapel. Accesserunt Julii Caesaris Scaligeri animadversiones et Roberti Constantini annotationes. Amstelodami, 1644, págs. 710 e seg.

(3) Ullissipone, 1804.



Delphinium Ajacis (esporas) mostrando as letras da corola



Corola espalmada, muito aumentada, do Delphinium Ajacis onde se veem as letras A I A I A na linha indicada na figura

Ex Caesalpino flores... inter coronarios habiti apud antiquos sub nomime Hyacinthi, quem Poetae fabulantur ex cruore Aiacis ortum. Fabulandi fuere in causa litterae duae AI, seu tres AIA, quae virgulis caeruleis inscriptae in parte albida florum conspiciuntur. Ideo Poetae:

> Dic, quibus in terris inscripti nomine regum
> Nascantur flores: et Phyllida solus habeto.
>
> *Virgil. Ecl.* 3 v. 106.

> Ipse suos gemitus foliis inscribit, et αἴ αἴ
> Flos habet inscriptum, funestaque littera ducta est.
>
> *Ovid. Met.* 10 v. 215.

> Nunc, Hyacinthe, sonet tua littera, scilicet AI, AI,
> Nec tamen satis est, AI, AI, plus ergo loquatur.
>
> *Ex Theocr. Edyll.* 19.

Lineu, *Systema Plantarum Europae* (1), T. III, pág. 583.

Delphinium Aiacis.

.....

Consolida regalis hortensis... *Bauh.*

.....

Flos regius *Dod.*

.....

> Dic quibus in terris inscripti nomine Regum
> Nascantur flores, & phyllida solus habeto.
>
> Virg. *Eclog.*

> Ecce suos gemitus foliis inscripsit & Aia.

Bauhino, *Historia Plantarum* (2), T. III, 1.ª parte pág. 210 e 211:

Delphinium (ut Dioscorides prodidisse fertur) ramos ab una radice

---

(1) Coloniae-Allobrogum, 1785.

(2) Ebroduni, 1650. Foi publicada, só depois da morte do autor, com

duorum dodrantum longitudine et aliquando maiores profert: circa quos folia sunt tenuia, candida (carent hoc vocabulo quaedam exemplaria), prelonga, incisuris divisa, Delphinorum figura, unde et nomen invenit.

....

Est et alterum Delphinium quod Hyacinthum aliqui, Romani vero Buccinum pariter vocant, iam dicto simile, foliis tamen, ramulisque multo gracilioribus:

.....

DE CONSOLIDA REGALIS eiusque speciebus Cap. XC.

Consolidam regalem videntur Veteres inter flores coronarios habuisse, & quidem sub Hyacinthi nomine, siquidem Plinius lib. 21. cap. 11 ita discurrentes notas inesse dicat, ut, graecarum literarum figura A. I. legatur *inscripta; quod sane in Consolida Regali hortensi observare licet*, quippe quod in floribus sit folium quoddam implicatum, quod in albo characteres habet occultatos, ex virgulis caeruleis duas literas A I aut tres A I A exprimentes.

....

Germ. Rittersporn... *Belg.* Ridderspoorn, *Gall.* Pied d'alouette,... *It.* Sperone di cavaliero, .. consolida regale, *Angl.* larckes spurre.

.....

CONSOLIDA REGALIS erectior purpureo, sive violaceo flore maiore

.....

... flores circa summas virgulas initio antequam dehiscant, effigie Delphinorum virides: procedente tempore explicati, colorem purpureum elegantem contrahunt, tendentem ad caeruleum, à tergo caudati...

....

... *ipse non dubito hunc florem inter coronarios habitum* apud Antiquos sub nomine Hyacinthi, quem Poetae fabulantur ex Aiacis cruore ortum. Consolida regalis sive Flos regius maior flore purpureo... hoc habet peculiare, quod folium corniculo annexum si pan-

---

acrescentamentos de D. Chabreo. João Bauhino, duma família de notáveis médicos e botânicos, favorecidos por grandes senhores, era cognominado pelos contemporâneos «o pai da Botânica». Nasceu em Basileia, em 1541, e morreu em Montbeliard, onde era primeiro médico do Duque Ulric, desde 1570, no ano de 1613. Devem-se-lhe as escavações das ruínas de Mandarum (Vid. *Grande Enciclopédia*).

datur A. I. A. I. A. literas inscriptas ostendat, unde Caesalpino Hyacinthus poëtarum habetur de quo Ovidius in Metamorphosi:

Ipse suos gemitus foliis inscribit et AI AI
Flos habet inscriptū, ſunestaque littera ducta est.

Itemque Theocritus *Idyll.* 19.

Nunc Hyacinthe sonet tua litêra, scilicet AI AI
Nec tamen hoc satis est, AI AI plus ergo loquatur.
Literulasque velis foliis inscribere plures.

Camerario, *Hortus Medicus et Philosophicus* (1) pág. 46:

Consolida regalis, sive Flos Regius flore albo, incarnato, purpureo, caeruleo, minore et maiore. Item utraque tam maior quam minor flore pleno. Caeterum maior praesertim purpureus flos hoc habet peculiare, quod folium corniculo annexum si pandatur literas A I A I A inscriptas ostendat, unde Caesalpino Hyacinthus poëtarum habetur, de quo Ovidius in Metamorphosi:

Ipse suos gemitus foliis inscribit et AI AI
Flos habet inscriptum, funestaque litera ducta est.

Itemque Theocritus, *Idyll.* 19.

Νῦν ὑάκινθε λάλει τὰ σὰ γράμματα καὶ πλέον AI AI
Λάμβανε τοῖς πέταλοισι.

Nunc hyacinthe sonet tua litera scilicet AI AI,
Nec tamen satis est, AI AI plus ergo loquatur,
Literulasque velis foliis inscribere plures.
Ut Eobanus Hessus vertit.

E assim chegámos ao século XVI, o século de Camões, encontrando sempre a mesma tradição durante três séculos,

(1) Francofurti, 1588.

Nos tempos modernos a lenda deixou, porém, de acompanhar a flor a que Lineu ligou o nome de *Ajax* e daí as erradas identificações das *flores Hyacinthinas*.

Coimbra, Abril de 1928.

Augusto Fontes Gerardo Ventura

DA MOEDA NACIONAL
E SUAS VARIAÇÕES MAIS NOTÁVEIS
ATÉ AO TEMPO DE D. JOÃO V

Ao findar o século XIII, no reinado de D. Denis, achava-se definitivamente constituída a nacionalidade portuguesa. Como em tôda a Europa, nessa época, dois elementos de categoria dessemelhante e condições de existência diversas compunham a população: a gente nobre, dona dos privilégios, as classes inferiores, na servidão mais ou menos positiva de que pouco a pouco se emancipavam. Não raro o contraste da origem étnica acentuava a distinção. Em Portugal os nobres, oriundos de fora, hispanos ou de procedência estranha, entroncavam nos bárbaros invasores do império romano; a massa popular tinha as raízes na terra; de tempos imemoriais vivera nela; e, dando o desconto às migrações, voluntárias ou forçadas, por ocasião da conquista aos mouros, nos próprios lugares que habitava.

J. LÚCIO D'AZEVEDO

Esta parte da população, que formava o fundo social, desde a fundação da monarquia, como nos séculos anteriores

do seu obscuro passado, tinha vivido, quanto lho permitiam as invasões e as guerras, no labutar quotidiano, que é o modo de existir normal das nações. A outra parte, os ádvenas, que tinham demarcado o território, permaneciam em outra zona social, continuando na faina belicosa, entretidos nas contendas internas ou nas rixas pessoais, quando não havia inimigo de fora a combater. Alheios à tarefa construtiva, mantinham-se dos proventos do trabalho alheio: pensões, rendas, foros, tributos, serviços; já as que fruíam pelo direito da conquista, já os que arrancavam à munificência do Rei. Nem os populares, emancipados pelos forais, lhes queriam a vizinhança. Freqüentes vezes, quando o fidalgo baixava do seu ninho acastelado, para instalar-se nos limites do concelho, soavam protestos. Assim, por exemplo, nas Côrtes de 1459, os procuradores do Pôrto lembravam que os reis antigos não tinham consentido que fidalgos e pessoas poderosas vivessem lá, nem nos arredores; isto, como alegavam os habitantes, «para os criar, amparar suas casas e não causar sua despovoação» (1). Foi D. Manuel quem quebrou o privilégio da cidade, determinando em 1503 que nela pudessem ter residência os fidalgos (2). A presença da casta militar entre a gente de trabalho prometia sòmente opressões e violências. O encargo de aposentar os grandes, seculares e eclesiásticos, em jornada ou no séquito do soberano, era um dos que mais pesavam às populações. Aos gastos normais da hospedagem acresciam as extorsões do magnate e gente da comitiva, não faltando as insolências para com o hospedeiro. A fim de impedir tais vexames dispôs a coroa em 1439 o estabelecimento de estaus ou estalagens, à custa dos concelhos. Mas nem assim se tolheram os abusos. Passados

---

(1) Capítulos, em Costa Lôbo, *Hist. da Sociedade em Portugal no século XV*, pág. 573.

(2) Góis, *Crónica de D. Manuel*, parte 4.ª, cap. 86.º

vinte anos representavam os povos em Côrtes contra o ónus da aposentadoria aos fidalgos, nas habitações particulares, que ainda em muitas ocasiões se lhes impunha. E, onde a hospedagem era dada nos estaus, da mesma sorte, pôsto-que de modo menos sensível, existia a opressão do povo, responsável pelos gastos (1).

Terminada a função primitiva, de conquistadores, a nobreza formava o arcabouço do edifício social: os senhores nas suas terras, os ricos-homens, tenentes do rei, nas que a êste pertenciam. No fecho da estrutura e dependente dêles, a coroa, até que pôde, amparada no povo, emancipar-se, e entreter-lhes a turbulência em aventuras distantes.

Realizada a conquista, o solo adquirido constituía propriedade do soberano; de igual maneira os homens, casas, animais, produtos e tôda a espécie de bens, de que repartia uns em doações aos companheiros de armas, e reservava outros para usufruto pessoal. Todavia certos direitos, inexpressos algumas vezes, mas arreigados na tradição e fundados na origem divina do poder real, pairavam sôbre os homens e as cousas, e eram posse inalienável da coroa. Soberano e guerreiros tinham vindo à conquista, conduzidos não pelo idealismo mas pela ambição. O ódio de crença e raça era pretexto que estimulava a expropriar o agareno, não porém o motivo fundamental. Também o desejo de formar uma nação não era o móvel. Êsse havia de fazê-lo desabrochar mais tarde a necessidade da união de fôrças, para defesa própria, nas classes inferiores. Até então o existente era uma liga de interêsses que os laços do sistema feudal, entre nós atenuado, fracamente mantinham. Cada um dos conquistadores buscava o proveito material e só êsse: ganhar terras e fazê-las produzir. Com o mesmo intuito o

---

(1) Gama Barros, *Hist. da administração pública em Portugal*, 2.º, 224 e seg.

donatário, havendo ensejo, alargava o seu domínio para o do vizinho, que às vezes era o rei, e êste outro tanto fazia quando empreendia as guerras com os soberanos lindantes.

Explorar o adquirido, fazendo rendesse o mais possível, era a tarefa indicada ao soberano e senhores. A êsse propósito obedece a introdução dos forais. É da experiência de tôdas as épocas que o trabalho livre, onde aparece, rende mais que o servil. Leis sóbrias, distribuïção da justiça, protecção da propriedade e pessoas, providências económicas, tudo mira a fazer do território ganho pelas armas exploração próspera. Nem se julgariam a mais obrigados os detentores do poder absoluto. Séculos haviam de passar antes que um dêles tomasse por emblema a ave, dilacerando o peito para alimentar a grei; metáfora heráldica, destinada a encobrir as violências, com que se firmava a soberania. Possível seria que alguma vez um obscuro instinto de condutor de povos, o desejo de praticar o bem pela missão divina de reinar, animasse os dominadores; mas naquelas convulsas épocas —e o conceito se deve retrair a tempos muito anteriores aos da monarquia — o fragor das batalhas não dava logar ao sonho. O idealista tinha o seu abrigo no claustro; o conquistador, trabalhado pela ambição, sòmente a ela servia. Das excepções abata-se o muito de que a lenda enfeita a realidade.

A conquista deixou por fim de ser para o reinante uma lavoura, de que as armas iam alargando gradualmente a área; mas a terra continuou a manter do mesmo modo o possuïdor. Pelas jugadas e foros que como senhorio dela arrecadava; pelas multas (feita e calúnia), pelo tributo após a morte (lutuosa), e mais imposições que, recaindo nas pessoas, se fundavam no direito inicial que ao solo e gentes adscritas se atribuíra o proprietário. Segundo o mesmo conceito, também certas obrigações de serviços, a anúduva, o

fossado, convertidos no correr do tempo em prestações de géneros ou pecuniárias.

Das receitas importantes da coroa era o quinto dos despojos, na época em que a vizinhança incitava ás correrias por território inimigo; mas o manancial perdeu a pujança, quando o sarraceno deixou de habitar o país. Compensando a diminuição tornou-se fonte considerável de renda o fabrico de numerário, de que a coroa mantinha o privilégio com ciume, impondo a pena do fogo aos falsificadores. Ao lucro da primitiva cunhagem, pela differença módica entre o valor do custo e aquele porque se designava a moeda, acrescia o de alterações arbitrárias, na qualidade e quantidade do metal, a cada nova emissão. Nos primeiros séculos o soberano arrogava-se o direito de periòdicamente executar a alteração, ou como se dizia *quebrar a moeda*, resgatando-se os povos dos danos decorrentes por meio de um tributo especial, também por essa origem denominado *da moeda* (1). Ao diante desapareceu o tributo, continuando os reis a usar largamente da faculdade cada vez, e eram muitas, que os recursos ordinários não bastavam às necessidades suas e do Estado.

O encargo de aceitar a moeda com o cunho do monarca fazia parte das doações, umas vezes subentendido, outras expresso nas cartas, sempre todavia implícito nessa forma de relação de vassalo a soberano. No alvorecer da nacionalidade, até perto de 1100, devia ser escasso o numerário na região conquistada. Como em todas as sociedades em via de formação, o dinheiro não era instrumento das permutas, senão meio de acumular riqueza. Quando em um escrito de venda daqueles tempos, parte do preço é representado em bens diversos, produtos da terra, animais, alfaias, e o resto em moeda, podemos crer que, para completar o pagamento, o comprador lançou mão de economias, postas de banda

(1) Gama Barros, 1.º, 81.

como tesouro. Basta para testificar da raridade do numerário o considerar-se que, em semelhantes documentos, a unidade do valor era o módio, medida de capacidade para cereais, o que também confirma um estado social derivado da agricultura. Mais tarde o padrão expresso era o soldo de prata, e, por excepção o morabitino ou maravedi, moeda de ouro, de origem árabe, e cuja designação mourisca os soberanos da Península adoptaram. Esta espécie de dinheiro de maior raridade, e certamente recolhida, tanto que aparecia, para entesourar.

Ainda que já no tempo de D. Afonso Henriques se lavraram morabitinos, o metal branco, de menos preço, era o que regularmente se aplicava à cunhagem, e foi nêle que os monarcas do primeiro período, exercitaram a prerrogativa da valorização fictícia. A isso obrigavam os gastos, sempre em acréscimo, da coroa, e a escassez das rendas, de que ela pròdigamente alienava as nascentes, pelas doações à nobreza e à Igreja. A guerra, indústria rendosa quando em território estranho, pesava nas despesas da paz, com o encargo permanente das contias ou soldos. Se a gente do povo era em geral obrigada ao serviço gratuito, ao fidalgo tocava a paga na guerra e na paz. Isso além do estipêndio que representavam as terras doadas, os govêrnos e postos remunerados. Em nascendo um fidalgo filho legítimo, logo se inscrevia entre a gente de guerra, e desde o berço vencia o soldo (1). Seria esta uma das verbas por onde mais largamente o dinheiro do rei se divertia.

---

(1) «E a todos os filhos lídimos dos fidalgos, como lhe nasciam logo o Escrivão das contias, que chamavam dos maravedis... lhe mandava carta da contia, etc». Fernão Lopes, *Crónica de D. João I,* citada por Gama Barros, 1 °, 195.

*
* *

Parece que, nas monarquias da Península, o direito consuetudinário autorizava já a prática de serem as moedas periòdicamente alteradas pelo soberano. A cunhagem, por êste ordenada, não tinha por objecto dar aplicação a qualquer quantidade de metal, que as minas existentes no território produzissem, nem satisfazer a necessidades económicas de comunidade. O fim era puramente criar receitas á coroa, e procurar o ganho, originado da differença entre o preço do metal e o valor atribuído à moeda. Ás vezes alienava o monarca temporàriamente o privilégio em proveito de certos vassalos, do mesmo modo que definitivamente lhes doava terras e rendas, ou a trôco de serviços e sob condições estabelecidas. Assim, por exemplo, D. Afonso Henriques à Sé de Braga, em proveito das obras no templo; o Mestre de Avis ao concelho de Lisboa, a João das Regras e outros seus partidários (1). Não devia porém ser freqüente esta rendosa dádiva.

A operação com que a espaços o poder desfalcava o numerário em curso chamava-se, como vimos, a quebra. Até ao tempo de Afonso III os intervalos que a praxe tradicional ou o direito assente determinava eram de sete anos. Para obviar ao dano, que afectava a todas as classes, manifestando-se a desordem nos preços das cousas, os povos resgatavam-se por meio de uma contribuïção, ajustada em Côrtes. Era o tributo já mencionado da moeda.

Anteriormente a Afonso III não possuímos informações do modo por que procediam os soberanos. Dêste rei sabemos

---

(1) Viterbo, *Elucidário,* citado por Teixeira de Aragão; Fernão Lopes, *Cron. de D. João I*, cap. 5o.º

não perdeu oportunidade de se valer da prerrogativa, e até parece haver pretendido excedê-la. O certo é que em 1261 tinha já começado a lavrar moeda nova, com a quebra de um quarto, quando o clamor geral o forçou a suspender a cunhagem e atender às reclamações das Côrtes. Em virtude delas, e mediante um subsídio, renunciou Afonso ao direito para o resto do tempo de sua vida, e para o futuro aceitou a substituïção definitiva da quebra pelo tributo, êste porém exigido uma só vez em cada reinado. Pelo acôrdo, o valor expresso então na cunhagem seria perpétuo, e garantido por três padrões, de que um ficava em poder do monarca, e os dois à guarda dos mosteiros de Santa Cruz de Coimbra e Alcobaça, para a verificação, quando preciso. Não deixou por isso Afonso III de alcançar o lucro pretendido, porque de feito a moeda nova se reduziu a três quartos do valor intrínseco da antiga, e como esta continuasse a correr, não sendo refundida, pela concessão lhe votaram as Côrtes uma substanciosa derrama (1).

Como todos os ajustes dos súbditos com a coroa, não vigorou êste longo espaço. É possível que o rei Denís o respeitasse ainda, mas de Afonso IV sabemos ter também negociado um pacto para nunca mais haver alterações. O Marco de prata taxado em 12 Libras no tempo de Afonso III passou a 18 no reinado de Afonso IV, a 19 no de Pedro I (2). Conta Fernão Lopes ter dito de Afonso IV, depois do ajuste que seria êle um dos ricos soberanos do mundo, se os povos lhe têm consentido mudar mais uma vez a moeda (3). O que provàvelmente não pronunciou; mas a tradição corresponde ao sentir geral, perante operações de igual género, nos govêrnos do seu sucessor e do Mestre de Aviz. Fôssem quais

---

(1) Gama Barros, 1.º, 545, que tem como fonte a Herculano.

(2) Costa Lobo, 281.

(3) *Crónica de D. Fernando*, cap. 55.º

fôssem as circunstâncias, o povo reconhecia que sempre as suas privações redundavam em benefício do dinasta. Por êste meio os soberanos dotados da virtude da economia puderam acumular no castelo de Lisboa o tesouro que depois o rei Fernando desbaratou.

Dêste último diz o cronista que — «danou muito a sua terra com as mudanças da moeda» (1) —. A primeira alteração assumiu logo o carácter de rapina, e, da maneira que foi executada, se revela a fraude sem pejo. O Marco de prata, do valor de 18 Libras e pelo qual pagava a coroa 27, comprado aos particulares, desdobrou-se em 195 Libras. Com a mira no ganho de cincoenta por cento, segundo imaginavam, concorriam à Moeda para o trôco as gentes ávidas. Não só o povo ignorante, também os mercadores; e, o que pasmo causou a Fernão Lopes, até privados do Rei e homens do seu conselho, que deviam saber mais (2).

Todavia a D. João I nenhum monarca excedeu neste processo fácil de grangear recursos. Das 195 Libras da extorsão de D. Fernando, o Marco de prata chegou, no tempo do seu sucessor, a 29 mil Libras. Imagine-se o desvairo dos preços, o efeito nas dívidas, a confusão no avaliar das cousas! A diferença era de 1173 vezes para menos, no poder aquisitivo do dinheiro, segundo Fernão Lopes (3). Não foi de salto, mas pelas cunhagens e recunhagens sucessivas que a isto se chegou. — «Tantas mudanças de liga e talha que seriam longas de contar» —, o cronista refere (4). Para tais mudanças concorriam principalmente as necessidades da guerra com Castela, pensando os governantes que — «mais

---

(1) *Crónica*, cap. 55.º

(2) Ibid. cap. 55.º

(3) «Assim que porquanto achavam no tempo de El-rei D. Fernando 1173 Dobras, não achavam depois mais de uma dobra». *Crónica de D. João I*, parte 1.ª, cap. 49.º

(4) Ibid.

vale terra padecer que terra padecer», comenta Fernão Lopes (1) —, e é crível que a frase a tivesse proferido o Mestre de Avis. Mas, tratada a paz, embrenhou-se o Estado em novas aventuras, as quais, se bem que gloriosas, não remediavam a situação económica, deplorável.

Entretanto foi necessário acudir com providências aos transtornos mais flagrantes. Com a depreciação progressiva da unidade monetária os crèdores espoliados faziam soar seus clamores. A isso se devem atribuir várias disposições, de data posterior a 1386, mediante as quais se acertavam os pagamentos com a nova moeda, reduzida no seu conteúdo metálico e poder de aquisição (2). Em 1399 ordenou D. João I que por cada Libra de dinheiro antigo, isto é, de antes de 1386 se pagassem 10 Libras; em 1469 passou a soma a 50; em 1417 a 250. Não melhorou a proporção na desvalia pelo facto de se transferirem as acções de guerra do território nacional para o alheio, em África. O despôjo considerável de Seuta, se aproveitou a muitos particulares, não enriqueceu a nação. Nem êsse, nem o que continuou a entrar, de diferentes partes. Em 1422 mandou a lei pagar 500 vezes a soma de 1386 aos crèdores daquele tempo; com perda para êles, porque para os tributos se marcou o multiplicador 700. Na desordem dos valores adoptou-se por defesa consignar nos contratos serem as obrigações na moeda antiga, significando a de 1385.

Setecentas vezes a quantia de 1385 foi o designado por D. Duarte para os compromissos dêsse tempo; quinhentas vezes para os que datassem de 1395. A última determinação abrangia os foros e prestações devidas pela terra, suscitando as queixas da fidalguia interessada e dos eclesiásticos: à frente dos que reclamavam os irmãos do Rei e os herdeiros

---

(1) *Crónica de D. João I*, parte 1.ª, cap. 49.º

(2) Costa Lôbo, 295.

do Condestável, certamente os mais aptos para obterem a equiparação (1). Acedeu o monarca em modificar a disposição, mas sòmente para os foros de procedência anterior a 1395, arbitrando-lhes o valor de três quintas partes da quantidade metálica, que representavam no tempo de D. Fernando. Mas afirmou o seu desinterêsse, mantendo no regímen impugnado os foros da coroa.

O propósito de regular de vez a circulação deu lugar à mudança de unidade monetária, no govêrno de D. Duarte. A Libra, reduzida ao ínfimo, desapareceu, para surgir como medida dos valores o Real, criação de D. Fernando. Desde o comêço da monarquia que a variação dos termos em que aqueles se exprimem manifesta o declínio do padrão monetário. Dos Soldos, em tempos do condado portucalense e anteriores, passa-se, no reinado de Sancho I, ao Maravedi, igual a 10 Soldos; mas já Afonso III introduz por moeda de conta a Libra de 20 Soldos, a qual por seu turno foi rejeitada, passados duzentos anos, por não corresponder a unidade a qualquer valor com visível representação material. ¡A que fracção imponderável de metal se achava convertido o Sôldo do ouro — o *numus solidus* —, que também por motivo igual tinha afastado o Dinheiro — o antigo *denarius* envilecido! E tenhamos em lembrança que, em linguagem monetária, a Libra representava na origem o pêso correspondente em prata, que era o metal de aplicação constante na cunhagem.

*
* *

As vicissitudes do Real não destoam das que tinham experimentado as precedentes criações da fantasia monetária entre nós. Moeda de ouro em Flandres, de prata em Castela,

---

(1) Costa Lôbo, 312, 313.

onde Pedro I a introduziu, começando no tempo de D. Fernando por 56 peças no Marco, e prata do toque de 10 dinheiros, e assim inferior ao padrão legal estabelecido, que era de 11, em breve diminui o pêso, talhando-se no Marco 64 peças, e valendo cada uma os mesmos 10 Soldos da instituïção(1). A primeira moeda que mandou lavrar o Mestre de Avis, quando o aclamaram Regedor da nação, foi o Real, também de 64 em Marco, mas iniciando logo o sistema de envilecer os cunhos, com parte maior de liga, e toque de 9 dinheiros. A correspondência dos 10 Soldos foi mantida e continuou; ao passo que, em sucessivas manipulações, e toque de cada vez inferior, baixou êste a um dinheiro, isto é, 10 partes de cobre por uma de prata fina, enfraquecendo proporcionalmente a moeda de conta, representada na Libra.

Assim reduzido o valor do Real, e restrito o seu emprêgo ao de moeda menor, tentou D. João restituir-lhe de alguma forma o prestígio, e, quando foi da jornada de Seuta, mandou lavrar peças novas, de igual nome: o Real de 10 Reais, do título de 3 dinheiros, e 72 peças no Marco, com o valor legal de 35 Libras ou 700 Soldos. ¡Quão longe estamos do Real primitivo, de D. Fernando, de 56 no Marco e título de 10 dinheiros, portanto quatro vezes e uma fracção mais rico em prata fina, e que valia sòmente 10 Soldos! A diferença era como de trezentos para um, e havia de crescer na sucessão dos anos, conforme vimos atrás. Esta nova moeda, a que a prata, na proporção de cêrca de um quarto, e a liga de estanho, prestavam brilho passageiro, ficou a denominar-se, pela aparência, o Real branco. Ao outro, ennegrecido pelo tempo e sórdido pelo uso, já por fim sem partícula do metal nobre, chamaram Real preto: e ambas as designações se

---

(1) Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, parte 1.ª, cap. 49. Representação ao Rei D. Duarte, em Teixeira de Aragão, 1.º, 374.

conservaram para os distinguir. Não foi esta porém a só tentativa de restabelecer na dignidade de moeda acreditada o Real. Mais tarde, em ano que se não pode determinar, tornou D. João aos Reais de 10 dinheiros, como os de D. Fernando, agora porém diferentes no pêso: 72 no Marco por 56, número primitivo. Cada um no valor de 10 Reais brancos, ou 100 Pretos como por abreviação se dizia, e perfazendo 350 Libras. Aos Reais de 1384, de 9 dinheiros, emitidos quando era Regedor, e que ainda corriam, mandou contar por 250 Libras. A estes novos, de 350 Libras, que eram um ensaio de regresso à moeda sã, deu o vulgo o nome de Leais (1), designação adoptada por D. Duarte, quando repetiu a cunhagem.

Além dos Reais de prata de pêso e toque diversos, de 10 dinheiros a 1 e até 1/2 dinheiro, porque se chegou no fabrico a baixar o título legal da moeda inferior, outras formas de numerário igualmente corriam: os Reais castelhanos, a Barbuda, o Grave, o Pilarte, nomes postos em memória das guerras de D. Fernando (2); as de ouro estrangeiras, quais o Franco, os Nobres de Inglaterra e Flandres, a Dobra mourisca e a cruzada de Castela, assim como outras mais (3); com a confusão resultante, as fraudes (4), e a prosperidade dos

---

(1) Teixeira de Aragão, 1.º, 213.

(2) Fernão Lopes, *Crónica*, cap. 49.º

(3) Veja-se a lista em Teixeira de Aragão, 1.º, doc. 25.

(4) Fernão Lopes, *Crónica*, cap. 49.º — «E a razão porque então foram tais nomes postos a estas moedas queremos aqui dizer. Quando El-rei D. Fernando começou a guerra com El-rei D. Henrique, como ouvistes, vieram a Castela com êle muita gente de franceses, a que chamavam companha branca, e vinham armados a esta guisa: traziam bacinetes com estofos, e camal de malha com cara posta, e chamavam-lhe barbudas; e o cunho de que era cunhada aquela moeda tinha de uma parte uma cruz em aspa, e em meio dela um escudo com cinco pontos de quinas, e da outra parte a *barbuda* com sua cara. E esta gente de armas traziam *graves* com pendões pequenos em cima, a que ora cha-

cambistas, provàvelmente judeus, e vários estrangeiros, como genoveses e florentinos.

O propósito de regular de vez a circulação deu lugar a mudar-se no reinado de D. Duarte a unidade monetária, passando a usar-se por moeda de conta, em substituïção da Libra, o Real branco. Da relação entre êste e o Marco de prata de 11 dinheiros podemos induzir, desta época por diante, o estado das finanças régias. Estabelecida a equivalência de 700 Reais para o Marco, provàvelmente na ocasião da mudança (1), era ela de 1050 Reais em 1445, no período da regência de D. Pedro, de 1100 em 1451, até chegar em 1473, pela administração desastrosa de D. Afonso V, a 1896. É certo que para o enfraquecimento da moeda teria contribuído em parte a subida de preço dos metais, que se deu por êsse tempo, mas a prodigalidade do monarca não podia deixar de ser o predominante motivo. Já no tempo de D. Duarte havia cópia demasiada dos Reais pretos, de cobre, e até dos Reais brancos, e uma consulta da época aconselhava que dêstes se lavrassem poucos e dos outros mais poucos (2); e os seitis, moeda vil, de cobre, de que a tomada de Seuta inspirara a criação por D. João I, eram fabricados em abundância tal que, não há muitos anos, se encontravam com freqüência nas excavações, em povoados antigos (3). Êles constituíam recurso habitual do erário, nas ocasiões de apêrto.

O mesmo D. Duarte que ordenara o padrão dos 700 Reais foi o primeiro a desprezá-lo, mandando, logo no seguinte ano, cunhar 80 peças de 10 Reais no Marco, o que

---

mamos lanças de armas, e os moços que traziam as barbudas em cima dos chibaus chamavam *pilartes*, e depois lhe chamaram porta-grave, e nós chamamos agora pagens».

(1) 16 de Outubro de 1436. Teixeira de Aragão, 1.º, doc. 28.

(2) Idem, doc. 32, n.º 10.

(3) Idem, 1.º, 236.

elevava aquele a 800 Reais (1). E mais longe iria na imitação dos antecessores se a morte o não impedisse.

Na menoridade de D. Afonso V o Leal abdica a fama de valor intacto, a que devia o nome. Esta espécie de cunho tendia a desaparecer da circulação, segundo o conhecido aforismo que a moeda ruim expulsa a melhor. Uns dos que a podiam haver a fundiam; outros, principalmente estrangeiros, a levavam para fora do Reino. Queixavam-se os povos nas Côrtes de que, em países estranhos, corria mais moeda portuguesa de oiro e prata do que em Portugal (2). Para obstar a isso o Regente decretou passassem os Leais a valer 12 Reais brancos. Acompanhando a mudança, e é provável que na mesma ocasião, entraram a contar-se 12 Pretos no Real Branco, e ainda por fim 14 (3).

No fim da regência o Marco de prata subia a 1050 Reais. A política desastrada de D. Afonso V não podia melhorar a situação da moeda, que os seus actos pessoais, de insensata dissipação, agravaram. Para grangear as somas de que necessitava, recorreu ao meio de todos os tempos: fabricar moeda; e na variedade dos tipos não ficou àquém de D. Fer-

---

(1) 30 de Novembro de 1436. Teixeira de Aragão, 1.º, doc. n.º 28.

(2) Gama Barros, 4.º, 400.

(3) Teixeira de Aragão, 1.º, 232. Veja-se por exemplo o documento publicado por Sousa Viterbo na revista *Instituto,* tôm. 65.º, pág. 423. Escritura de aforamento feita em 1482, de duas casas no Porto, uma em cima do muro da cidade, a outra fora dêle. — «As de fora do dito muro por 3 coroas de ouro, de 120 reais a coroa... e as outras casas do dito muro por 7 leais de prata um ano, de 12 reais leal em que ora monta, por as ditas coroas, a razão de 12 pretas por real, 144 reais coroa, que são 432 reais brancos; e por os 7 leais das casas de sobre o dito muro a razão de 12 reais porem que monta 14 pretos por real, 117 brancos e 8 pretos, que são assim por todos 549 reais e 8 pretos» —. A redacção confusa e algum provável êrro no cálculo não deixarão acertar com facilidade a conta, mas nas divisões da moeda não há sôbre que duvidar.

nando nem de D. João I. Adverte Costa Lôbo ter êle adoptado por sistema lançar na circulação moeda nova e de melhor toque, quando estava a antiga desconceituada em demasia; depois enfraquecer aquela, introduzir outra e repetir a frutuosa manipulação (1). Em 1473, antes da insensata aventura de Castela, já a moeda então cunhada, os Meio-grossos, estava na razão de 1896 Reais para o Marco. Dêste modo se ia obliterando para o Real branco, o segundo Real, a noção da origem, e perdendo êste a qualidade a que devia o nome, passava de moeda efectiva, com seu valor intrínseco, à condição de unidade teórica para as contas.

Tudo isto dava aso ao contrabando e à especulação nos metais, que as providências, de vez em quando renovadas, não tolhiam, e de que tôda a vida económica do país experimentava os efeitos nocivos. O ouro, ainda raro e de uso mais restrito, oferecendo por isso menos oportunidade à fraude, escapava às manipulações dolosas da Casa da Moeda, e foi o soberano falsificador da prata o que mandou cunhar o famoso Cruzado, de ouro fino e pêso superior ao das moedas semelhantes de outros países.

O afluxo do ouro da Mina não obstou a que a moeda de prata de D. João II fôsse de 2280 Reais no Marco. O Leal de D. Duarte, ou Real de prata, igual a 12 Reais brancos em 1485, toma o valor de 20 por onde lhe veio o nome de vintém. No reinado seguinte o preço da prata continua a elevar-se, sendo de 2310 Reais no princípio, de 2340 mais tarde. Os tostões, criação de Saboia *(testones)*, introduzidos por D. Manuel, experimentaram na cunhagem correspondente alteração do pêso.

D. João III, cujos apertos financeiros entre os deslumbramentos da Índia são conhecidos, fabrica vinténs de prata, de 125 em Marco, quando antes, no tempo de D. Manoel, a divisão

---

(1) Costa Lôbo, 325.

era por 117. E assim se eleva a 2500 reais o valor do metal, não contando 100 que se cobravam de senhoriagem (1). Neste reinado se cunha igualmente o Real de prata de 40 Reais.

Na menoridade de D. Sebastião lavraram-se tostões de 24 em Marco, com que baixava a prata a 2400 Reais. Ao que parece por ajuste com Castela, cujos Reais de prata corriam em Portugal. O intuito era impedir que o Real português, mais fraco, fôsse de lá arrancar o castelhano. Mas os tostões antigos continuaram a ter curso legal, conservando o seu valor (2), de sorte que necessàriamente ou êles emigravam para Espanha, ao que se pretendia obstar, ou os modernos desapareciam da circulação. Já por qualquer dêsses efeitos que se verificasse, já por necessidades do tesouro régio, não durou muito esta defesa da moeda peregrina. Ao findar o reinado de D. Sebastião, e no curto govêrno de D. Henrique, a taxa para a cunhagem era 2700 Reais no Marco. Por êste padrão se lavraram, no ano de Alcacerquibir, tostões, meios tostões e Reais.

A efémera realeza do Prior do Crato não podia deixar intacta uma fonte de receita, de que podia determinar a seu arbítrio o rendimento. De certo lembrado do Mestre de Aviz, cuja personalidade pretendia reviver, teve tempo ainda para mandar cunhar em Lisboa tostões de 4000 Reais no Marco, e moedas de ouro de pêso reduzido. Mas nem estas espécies nem as que na Ilha Terceira se fabricaram, foram em quantidade que afectasse de modo sensível a circulação. No domínio espanhol o primeiro Filipe manteve o padrão do reinado antecedente, que os seus sucessores não alteraram de modo considerável, e a dinastia de Bragança encontrou o Marco a 2800 réis na moeda de prata, a 30 mil réis na de ouro. Nesta época já a denominação de Reais fôra substi-

---

(1) Teixeira de Aragão, 1.º, 129.

(2) Idem, 1.º, 283.

tuída pela forma irregular de Reis, em que ficou. Por transições sucessivas: provàvelmente, reais, reeis (?), res, reis; a princípio na bôca do povo; depois em geral, na linguagem falada; ocasionalmente na escrita; por fim nos documentos públicos e na imprensa. Porventura a corruptela data de quando o Real branco deixou de existir como moeda efectiva, e só para as contas serviu. E assim se destinguiram no falar corrente dos Reais de muitos Reais. No reinado de D. Sebastião, a letra impressa defendia ainda a forma gramatical exacta, pôsto que fracamente; e é de crer que muitas vezes, na composição, a pronúncia do tipógrafo, pelo hábito, se sobrepusesse ao que, obediente às regras, tinha escrito o autor. Assim, na *Crónica de D. Manuel,* por Gois, publicada em 1566 e 67, encontramos as variantes Reais, Res e Réis, em lugares diferentes. O preço por que se taxavam os livros dá-nos a conhecer o terreno que o plural corrupto ia ganhando. Em 1578 já se lê na Bula da Ceia, impressa, que o seu custo são 20 Reis. Outras obras estampadas dêsse ano em diante têm o preço marcado em *Rẽs.* É evidente que ambas as escritas correspondiam a uma só pronunciação, acabando afinal por prevalecer a que melhor representava a emissão vocal (1).

*
* *

Temos visto como no decurso dos dois séculos, em que a dinastia de Aviz foi detentora do poder, o índice da riqueza pública representada em moeda, passou por numerosas e consideráveis transformações. É difícil, ainda na presença dos números, abranger o efeito que o fenómeno teria

---

(1) Quanto aos preços veja-se o artigo — Bibliografia de obras impressas em Portugal no século XVI — por António Anselmo e Raul Proença, nos *Anais das Bibliotecas e Arquivos,* tom. 4.º e 5.º

na vida geral da nação. O Real de D. Fernando, que na primeira entrada continha três gramas e quási meio de prata fina, como que se pulverizara, enfraquecido nas reduções contínuas, até ficar em Real preto, e se extinguir por fim, destituído de valor apreciável. O Real branco, moeda de conta desde o tempo de D. Duarte, baixara de proporção de 700 no Marco para 2700, em que o encontrámos, quando D. Sebastião acabou o reinado. A Libra, por que antes do Real se media a riqueza, e de cujo valor excedia o dôbro, perdera todo o significado económico, e não era mais que uma recordação do passado.

Esta degradação da moeda tornou-se fenómeno comum na Europa durante o agitado período da constituïção dos Estados modernos. Verificamo-lo em França, na Alemanha, na Inglaterra, onde a Libra, o Florim, o Dinheiro ou *penny* perderam muito do seu valor. Em parte alguma porém com tanta intensidade como nos reinos cristãos da Península. Assim, em Castela, o Marco de prata, de que em 1312 se cunhavam 130 Maravedís, produzia dêles 2310 em 1474 (1). Êste era o mesmo maravedi ou morabitino de ouro, naturalizado pelos nossos primeiros reis, e que documentos a êles anteriores mencionam. Se de então por diante a depreciação foi a passo mais lento, para isso de certo contribuiram as riquezas trazidas da América. Em Portugal o período agudo da crise monetária foi de 1384 a 1397, e tal era a penúria de metais preciosos que disseram depois haver-se feito em Lisboa, durante o cêrco pelos castelhanos, moeda de sola, o que todavia nenhum documento abona (2).

Em regime capitalista as alterações do numerário a que recorreu, para suas necessidades, o Mestre de Avis, conduziriam à catástrofe económica, de que só a muito custo logra-

---

(1) Cf. W. A. Shaw, *Hist. de la monnaie*, trad., pág. 11.

(2) Teixeira de Aragão, 1.º, 214.

ria a nação restabelecer-se. No estado social existente, a perturbação redundou em vantagem de parte numerosa da população, sem prejuízo notável da fortuna pública. Lembremo-nos de que no país a maioria da gente era de agricultores, rendeiros ou enfiteutas que faziam produzir terras alheias. Para êsses o aviltamento da moeda representava diminuïção dos encargos, ao mesmo passo que lucros inesperados na venda dos produtos. Na verdade o pão devia encarecer, e subiam por isso os salários; mas os estrangeiros, biscainhos, italianos, flamengos, pagariam melhor os vinhos, os azeites, a cera, os diversos géneros que pessoalmente ou por agentes seus compravam aos lavradores. A destruïção de valores, que é o onus da guerra e a que correspondia a inflação, afectava principalmente as classes parasitas, a Igreja e a casta militar, que da guerra e seus despojos auferira as propriedades. Não deixaram elas de reclamar compensações, e a coroa, igualmente prejudicada, por vezes tentou, como vimos, adequar os pagamentos em dívida ao valor da moeda. De 5 Libras por uma, a 10, a 50, a 500, se alçou por disposições sucessivas o que tocava aos senhorios; sem que alguma vez a compensação atingisse a perda efectiva. Como sempre em casos semelhantes, a riqueza deslocava-se para a banda mais fraca, e as providências adoptadas não produziam efeito, porque a sucessão delas não podia acompanhar a velocidade da depreciação. Nos intervalos certa era a vantagem do devedor; e, pôsto que da outra parte houvesse resistência e protestos, não se corrigia em seu favor completamente a situação.

Nas Côrtes de 1395 representaram os povos qne os mosteiros, igrejas e senhores exigiam pelos foros e rendas 11 e 12 Libras por uma, quando a lei marcava 5; e a decisão régia, em resposta, foi que aquela se cumprisse (1). Vimos

(1) Teixeira de Aragão, 1.º, 207.

como, no tempo de D. Duarte, os irmãos do Rei e fidalgos protestaram contra a obrigação de receberem as rendas na proporção de 500 vezes sôbre o valor dos contratos, quando a depreciação verdadeira, reconhecida pela coroa, era de 700 vezes. Não admira portanto que a nação, considerada no conjunto das classes que trabalhavam e produziam, sem custo se acomodasse ás variantes de um numerário em deterioração permanente. À parte mais insofrida da minoria atingida em seus réditos, proporcionavam compensação as presas de guerra, e os despojos dos parciais de Castela. Entretanto contribuía tudo isto para se ir formando, no seio da sociedade guerreira, numa classe média possidente, que iria ser o nervo robusto da nação.

*
* *

O numerário de ouro, custoso, e como tal em diminuta quantidade; desviado da circulação para o tesouro doméstico; por ambas as razões tinha aplicação limitada, e se prestava por isso menos às manipulações fraudulentas da coroa. Pelo contrário era o público que por operações de cerceio o falseava, O *Justo* de ouro, de D. João II, pretenderia, como o *Leal* de D. Duarte, certificar pelo nome o direito à confiança que as outras espécies em geral não mereciam. Mas não logrou a popularidade desta moeda simbólica sobrepôr-se à do Cruzado, que D. Afonso V introduziu, e de que o nome até hoje permanece no modo de contar e na fala comum. Lavrado com o intuito de ocorrer aos gastos de uma expedição contra o Turco – e daí lhe veio a designação — devia exceder na pureza o Ducado, que então era a moeda excelente da Europa.

253 Reais valiam os primeiros, chegando por alterações sucessivas a 400 Reais, em 1517, no reinado de D. Manuel.

Com o mesmo e diferente nome, êste Rei e o seu sucessor continuaram a cunhagem, mas é evidente que o sistema monetário, com a base na prata, acabaria por transtornar-lhe a feição. Já no tempo de D. Sebastião a moeda corria por 500 Reis; os Cruzados de 400 Reis de D. João IV passam a ser de prata; e foi preciso que as riquezas minerais do Brasil afluíssem, no reinado de D. João V, para o Cruzado ressuscitar, reduzido porém a menos de uma terça parte do pêso: 21 grãos por uma oitava que tinham na época da sua criação.

*
* *

A crise da Restauração e as complicações subseqüentes não podiam deixar de ter a costumada repercussão no meio circulante. Logo em Fevereiro de 1641 D. João IV mandou cunhar tostões à razão de 2800 Reis no Marco, o que se não executou, elevando-se em Julho a tabela a 3400 Reis. O decreto respectivo determina que a denominação desta nova moeda represente vinte por cento mais que o seu pêso real (1). No ano seguinte estes mesmos tostões e meios tostões foram contramarcados para valerem 120 e 60 Reis; e passaram as moedas de 4 e 2 Vintens a correr por 100 e 50 Reis (2). Ao Cruzado antigo de ouro fixa-se a equivalência de 750 Reis com o que, tirando-se do Marco setenta e cinco, se elevava o prêço dêle de 30$000 a 56$250 Reis; e já vimos como aparecera então o Cruzado de prata, conservando o valor estabelecido de 400 Reis.

D. Pedro II levantou um quinto o valor de todo o numerário: e assim o Cruzado de prata subiu a 480 Reis; as moedas de 500 Reis a 600; as peças de ouro de 4000 a 4800

---

(1) 1.º Julho 1741 — Sousa, *Hist Geneal.*, 4.º, 18.
(2) 29 Março 1542. *Hist. Geneal.*, 4.º 19.

Reis. — «E tôda esta maioria cedo em proveito e utilidade dos meus vassalos» — diz êle, no decreto, celebrando a própria abenegação (1). Na mesma ocasião determina as obrigações antecedentes à data se solvam na moeda enfraquecida, para que, diz ainda, seja a mudança em utilidade dos devedores.

O ouro do Brasil dispensou a D. João V de acudir às deficiências da sua fazenda com o processo clássico de alterar a moeda. Como na época de D. Manuel a pimenta, as Dobras e Dobrões do rei magnífico inundaram a Europa, e singularizaram em terras estranhas o país. A cunhagem do ouro obedeceu ao padrão de 1600 Reis a oitava (Rs. 102$400 o Marco) do Reinado anterior. Mas, copioso o metal rico, faltava a moeda baixa para os trocos. Desde 1702 tinham curso legal às patacas espanholas. A abundância do ouro havia feito que a proporção de 15 para um, em que antes estava para com a prata, baixasse para 13 ½. O metal branco escasseava, e foi necessário alçar na cunhagem o padrão antigo de seis mil reis no Marco a sete, para evitar prejuízo à coroa.

*
* *

Ao cobre, dinheiro humilde, tocou também a sua crise, com influxo na vida económica, mas, desta feita, principalmente nociva à gente de poucos teres. A moeda falsa, introduzida de fora, tornou-se um dos flagelos da Península nos séculos XVI e XVII. Em Flandres, as mesmas oficinas, que trabalhavam para certos soberanos, fabricavam moeda para os particulares, e os judeus passavam por muito dados a êsse género de indústria. Em 1564, Filipe II, que se achava em

---

(1) Decreto de 4 de Agôsto de 1688. Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 4ª, 389.

Bruxelas, atendendo às representações de Rui Mendes, Consul da nação portuguesa de Antuérpia, fez uma ordenação pela qual proïbia o fabrico de moeda por pessoas particulares, mandava inutilizar a existente, e impunha aos desobedientes as penas da moeda falsa (1). É duvidoso que esta demonstração amigável do soberano tivesse na prática estreita aplicação, e o negócio oferecia tal vantagem que bem valia correrem-se-lhe os riscos. Espanha foi vítima por longos anos desta espécie de indústria, principalmente desde que, nos Países Baixos revoltados, a fraude era meio de guerra e significado de patriotismo.

Em Portugal a defesa adoptada foi reduzir o nominativo à moeda de cobre, de que havia muita falsificada. Os 10 Reais minguaram para 3 Reais; os 3 Reais para um só; a moeda de um Real para metade (2). Era a total inversão do que se tinha sempre praticado. Até aí, e periòdicamente, quem possuia o numerário tornava-se na aparência mais rico, pelo valor atribuído àquele, em relação primeiramente à Libra depois ao Real. Agora era a diminuïção efectiva do que tinha cada um, e, como os preços das cousas a adquirir por essa moeda mesquinha de certo não declinavam com ela, sendo a gente de poucos meios a mais ferida, sentiu-se no reino a miséria, e rompeu de tôda a parte o alarido. Entenderam os governantes acudir ao dano estabelecendo a compensação nas sisas, de que deviam abater-se 30 mil cruzados anualmente, a dividir pelas estações de cobrança, na proporção das somas a receber. O arbítrio, todavia, pôsto que renúncia

---

(1) 1.º de Junho de 1564. (Teixeira de Aragão, 2.º, 415). O Consul da nação portuguesa não era de nomeação régia, mas eleito pelos mercadores da colónia, e, segundo os privilégios, tinha atribuïções de polícia, e jurisdição de primeira instância nos pleitos entre os seus nacionais. (Cf. J. A. Goris, *Étude sur les colonies marchandes méridionales à Anvers*. Louvania, 1925, págs. 40, 41.

(2) Decreto de 3 de Março de 1568. Teixeira de Aragão, 2.º, 286.

da coroa a lucros indébitos, não melhorava a condição dos pobres, directamente prejudicados. A vantagem das sisas anuladas ficava ao comerciante, e não alcançava nas camadas ínfimas o consumidor.

Nesta perpétua instabilidade, desde o Morabitino e o Soldo dos tempos anteriores à monarquia, até ao Escudo e centavos de agora, as variações da moeda ora produzem ora seguem as oscilações do estado económico, acabando por se estabelecer entre aquelas e êste o justo equilíbrio. As alterações que temos considerado não são mais que a parte ínfima das que realmente ocorreram, em um período de cinco a seis séculos de vida nacional. E rara delas a que não teve por objecto suprir pela fraude as deficiências do tesouro régio.

*
* *

Quando no vocabulário usual a denominação de Reis para a moeda foi definitivamente adoptada, tempo havia já que se não contava por milhões de Reais. Para as maiores somas a medida dos valores era o milhão de cruzados. A equivalência ao Ducado dava a esta unidade uma feição internacional favorável ao comércio, e foi sem dúvida por isso que, no reinado de D. Manuel, ao iniciar-se o negócio da Índia, o preço da pimenta se estabeleceu em Cruzados. A prática permaneceu, sem se estender aos demais produtos das Conquistas, sempre cotados em Reais. A distinção era como que diploma de nobreza, outorgado ao género, pela ambição do qual se tinham dilatado os descobrimentos, e em cuja abundância se pretendia assentar a riqueza da nação.

A era do capitalismo não tinha despontado ainda; e a opulência não se achava representada em valores mobiliários, senão quási exclusivamente em terras, casas, senhorios e

direitos, sendo cobrada em produtos considerável parte das rendas individuais. As fortunas particulares avaliavam-se em números modestos, o que podemos inferir daqueles em que se expressavam as contas do Estado. Um milhão ou conto de Cruzados é, na primeira metade do século XVI, quantia enorme, quando tôdas as receitas da coroa importam em 279 contos e quinhentos mil Reais, como em 1534, e o total das dívidas em 808 contos e seiscentos mil Reais (1). Nove anos depois, em 1543, deviam-se, em Flandres sòmente, 2 contos e 169.252 Cruzados (2). Em contraste, diz-nos Garcia de Rezende que as rendas do Estado, em épocas anteriores, quando não havia ainda os lucros da Índia e Mina, não passavam de sessenta contos (de Reais) por ano (3). No relatório da Fazenda Pública, que faz em 1607 a Filipe III o Secretário de Estado Luís de Figueiredo Falcão, são as parcelas de cada um dos capítulos expressas em Reis, como já nesse tempo se designava a unidade, e os totais convertidos em Cruzados: cêrca de quatro milhões duzentos mil de receitas, três milhões trezentos mil de despesas (4).

O têrmo conto, introduzido na numeração, era o nome de um utensílio da contabilidade, em forma de tento ou moeda, empregado para ajudar aos cálculos, que a numeração romana fazia dificultosos. Provàvelmente haveria dêles de valores diversos. Um documento do século XVI menciona a compra

---

(1) Sousa, *Anais de D. João III*, pág. 385. *Reis*, no tempo do autor, em que, como sabemos, já era esta a forma do plural.

(2) Idem, 409.

(3) O reino vimos valer
Sessenta contos, não mais;
As rendas tanto crescer
Que agora o vemos render
Duzentos milhões de Reais.

(4) Na realidade e respectivamente 1.672.270$030 e 1.350.382$212 Réis.

de *dinheiros de contas*, *e bólsas e tinteiros e bocetas*, para uso dos funcionários. *Conto de latão* vem definido por *nummus calculatorius* em um dicionário latino da época (1). *Arte do conto* se denominava na idade média a aritmética; e *Casa dos Contos* era a repartição central das finanças do Estado, onde os *contadores* pagavam e recebiam e verificavam as contas. É de presumir prestassem estes atenção especial à colocação e guarda dos tentos correspondentes ao milhão, e daí viessem o dizerem por brevidade *conto,* quando queriam significar o milhão de Reais (2). Não será fácil averiguar se a aplicação do têrmo passou das contas do Estado às dos particulares, ou recìprocamente; mas não parece impossível determinar a época em que da forma oral, por onde certamente se introduziu, penetrou na escrita, tornando-se com o tempo obrigatória e comum. Segundo a maior probabilidade, seria da aplicação à moeda que a palavra se transferiu aos números abstractos, por algum tempo excluindo o milhão (3).

Desde o período dos Filipes que o Real, plural Réis, foi a unidade de conta do sistema monetário, até com o

---

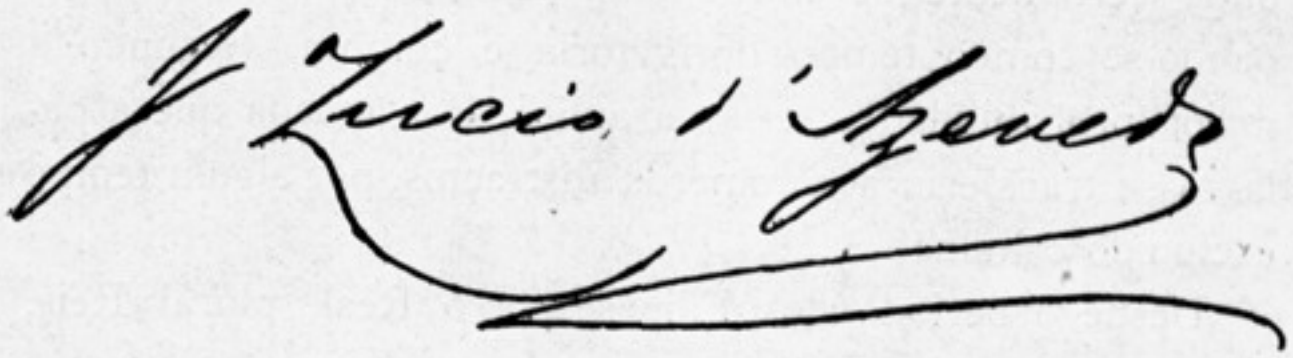
(1) Cf. J. Leite de Vasconcelos, *Da Numismática em Portugal*, pág. 328.

Uma tábua ou pano preto, com um ábaco desenhado em xadrez, servia para os cálculos, correspondendo as colunas verticais ás unidades, dezenas, centenas, etc.; as transversais ás verbas de que se queria obter o conjunto. Em cada uma se colocavam tentos, ou se tiravam, segundo se tratava de adições ou subtracções. A contagem final dava o resultado. Da forma de xadrez do instrumento proveio o nome de *Exchequer* à Tesouraria britânica.

(2) Na *Miscelanea*, trecho citado, pág. 26, nota 2.ª, sucessivamente *sessenta contos* e *duzentos milhões de Reais*.

(3) Assim, por exemplo, na *Aritmética* de Gaspar Cardoso de Sequeira, publicada em 1612, onde na página que ensina a ler os números o milhão e seus múltiplos desaparecem substituídos pelo conto, e sucessivamente até ao conto de contos.

advento da República se estabelecer no Escudo. Mas no uso introduziram-se de tempo em tempo unidades auxiliares, que pela abundância e larga circulação dominavam as transacções comerciais e outras, e determinavam os cálculos. Assim, em diferentes épocas foi prática referir as somas de dinheiro do Cruzado à Moeda (de 4800 réis), à Libra esterlina (4500 réis), inscrevendo-as todavia pelo valor correspondente em Réis. A denominação de Cruzado persistiu até ao século XIX, para designar as fortunas por milhares e milhões. O conto (de Réis) não foi ainda preterido no uso corrente pelos mil Escudos, nem a lei o privou da categoria antiga na designação monetária dos valores.



LA ENSENANZA SECUNDARIA EN PORTUGAL

(Cont. do vol. 75.º pág. 217)

La asociación escolar. — La asociación escolar es sin duda lo más notable del liceo. Desde luego puede afirmarse que es unica en la peninsula y aún fuera de ella, no seria fácil encontrar una sociedad de estudiantes secundarios que haya logrado el mismo grado de desarrollo y madurez.

«La asociación escolar del liceo Pedro Nunes tiene por fin promover la educación general de sus asociados».

«Nosotros nos educaremos» es su lema. Comprende varias secciones que tienen por objeto:

La 1.ª, de *excursiones:* organizar visitas y excursiones de estudio. Aneja á ella existe una agrupación de fotografia que ha formado una pequeña cooperativa.

2.ª, de *Sports:* fomentar los ejercicios corporales teniendo en cuenta los fines de la «educación de la voluntad y de la formación del carácter».

3.ª, *literaria y cientifica:* organizar «lecturas, conferencias, discusiones cientificas y publicaciones».

4.ª, de *arte:* «facilitar el aprendizaje de la música, el baile, la declamación, el dibujo artistico y la pintura, la audición y ejecución de música vocal é instrumental, la representación de pequeñas obras dramáticas y otros medios de cultura artistica».

5.ª, *caja de ahorros* (caixa económica): formar hábitos de economia.

6.ª, *cooperativa:* venta de material de estudios y de artículos para la cantina.

7.ª, de *jardineria:* «desenvolver el gusto por las flores y por los árboles».

8.ª, a *trabajos manuales:* establecer su enseñanza.

Cada socio contribuye á los gastos comunes con cincuenta céntimos mensuales (excepto en Julio, Agosto y Setiembre), además de las cuotas que deba pagar en cada sección conforme á la participación que tenga en ellas.

La asociación es un conjunto de otras asociaciones más pequeñas: las formadas por las ocho secciones enumeradas y las constituidas por los alumnos de una misma «turma», las llamadas «solidarias».

Está administrada por uma «junta de delegados» elegidos por las «solidarias» al comienzo de cada curso. Las solidarias de las clases superiores tienen en la junta mayor número de representantes que las de las inferiores. Se reune ordinariamente una vez por mes presidida por el rector. Compete á la junta, entre otras funciones, nombrar y despedir á los profesores y empleados de la asociación, conceder subsidios á los alumnos pobres (pensiones, préstamo de libros y exención del pago de cuotas) y elegir los cinco miembros que forman la «direccion»: el presidente, el secretario, el tesorero y dos vocales, los cuales estan encargados de la gestión diaria de los asuntos de la asociación y de «velar por el mantenimiento de la disciplina en los locales de esta». Los socios pueden presenciar las reuniones de la junta y someter sus decisiones á *referendum*.

Las pequeñas asociaciones llamadas «solidarias» tienen por fin organizar excursiones que se hacen bajo la dirección de un profesor; adminístran las cantidades que para este objeto reciben de la asociación; disponen en sus aulas respectivas de un armario donde conservan las colecciones reu-

nídas por sus socios (minerales, láminas, libros, ejemplares de botánica y zoologia, etc.) y organizan reuniones donde los muchachos leen ó recitan trozos literarios en portugués ó en francés.

La asociación se ha encargado de administrar las cantidades que recibe el liceo para pensionar á los alumnos pobres, de los servicios de duchas y de la cantina. Al frente de esta habia una alumna cuando yo frecuentaba el liceo.

La sección literaria publica la revista «Os novos». De ella depende tambien la pequeña biblioteca de la asociación, formada, principalmente, por obras de literatura portuguesa, y en la cual se reciben periódicos y revistas portugueses y extranjeros. Funciona como circulante.

En los ultimos cursos la asociación ha sostenido un orfeon y clases de canto coral, de trabajos manuales, de baile, declamación, dibujo artistico, taquigrafia, esgrima, equitación y fotografia.

Tambien se encarga de hacer matriculas en el liceo mediante el pago de una pequeña cantidad.

La asociación dispone de varias dependencias del liceo: de un pabellon independiente donde estan instaladas las oficinas y la biblioteca, de los campos de juegos, de la cantina y de la sala de duchas.

He aqui algunos datos estadisticos referentes á los cursos de 1912-13, 1913-14 y 1914-15:

Años	Socios	Balance en ptas.	Excursiones
1912-13	396	7.397'35	107
1913-14	399	6.545'75	81
1914-15	585	7.144'95	104

Además de las visitas y excursiones á los museos, monu-

mentos y fabricas de Lisboa y sus alredores se hacen algunas de varios dias por las distintas regiones del pais.

El rector no interviene directamente en el mantenimiento de la disciplina dentro de los locales de la asociación. Responde de ella el director de la sección respectiva.

Durante la primera visita que hice al liceo dedicada á ver el local me acompañaba el rector ó alguno de los profesores; pero al llegar al pabellon de la asociación el rector me presentó á dos alumnos miembros de la «directiva» y me dejó solo con ellos. Fueron alli mis guias y me informaron de una manera completa del funcionamiento de su sociedad. Revelaban mucho entusiasmo, un conocimiento perfecto de los asuntos que dirigian y gran seriedad en su gestión.

Un dato, externo, pero que da idea del desarrollo de la asociación: Sus oficinas ocupan dos habitaciones, estan á cargo de dos empleados y tienen máquina de escribir.

En las reuniones de la «junta de delegados», a una de las cuales asisti, el rector se limita á dirigir la discusión. Nunca expone sus opiniones. Cuando más, decide las votaciones en caso de empate.

Exposiciones escolares. — El liceo hace al final de cada curso una exposición de los trabajos de los alumnos. Dejando á un lado el problema de si deben hacerse exposiciones escolares, tan discutidas, como es sabido, no haré más que indicar las ventajas que, unidas á los inconvenientes propios de estas exposiciones, tienen las del liceo de Pedro Nunes.

a) Dan ocasión para fomentar las relaciones del liceo con las familias, con los antiguos alumnos y con todas las demás personas interesadas en su obra.

b) Es un medio, sin duda no el más estimable, para que los alumnos hagan sus trabajos con cuidado.

c) No todos los años se prescinde de los premios, pero si siempre de los individuales, con lo cual se evitan muchos de sus peligros. No se premia á alumnos aislados, sino á la *turma* que presenta un conjunto mejor de trabajos y arregla con más gusto su aula, que es donde se exponen.

d) La exposición se hace, como queda dicho, en el local del liceo, en sus aulas y laboratorios, y en ellos permanecen los alumnos, que son los encargados de enseñarla. Una de las deficiencias más graves que se ven en las exposiciones escolares como tales exposiciones: la de presentar un producto muerto de la escuela, no esta en actividad y su resultado vivo, los alumnos, se aminora de este modo, pues el visitante está en continua comunicación con ellos. A mi me enseñó un alumno en el laboratorio de quimica algunos de los experimentos hechos durante el curso y repetidos el dia de la exposición.

Los amigos del liceo. — Se ha constituido una sociedad de «amigos del liceo Pedro Nunes» formada por antiguos alumnos y otras personas que simpatizan con su obra, cuyo fin es auxiliar al liceo, sobre todo apoyandole en las gestiones que á veces necesita hacer cerca de otras entidades (corporaciones oficiales, etc.).

Quiero recoger, por último, una nota que es, sin duda, interesante para formar juicio acerca del liceo de Pedro Nunes. ¿En qué disposición estan con respecto al liceo sus antiguos alumnos? La estrecha relación que tengo con algunos de ellos me permite contestar á esta pregunta. Los años pasados en aquella casa son para ellos un recuerdo lleno de respeto y cordialidad. Muchos mantienen con los profesores relaciones de amistad iniciadas en el liceo. Sé, por ejemplo, de un profesor que estimula las lecturas de algunos de estos amigos, antiguos discipulos suyos, con regalos y préstamos de libros. No poco contribuye á este resultado la

consideración con que se trata á los muchachos y los procedimientos que se emplean para mantener la disciplina, muy superiores, sin duda, á los que establecen las disposiciones legales.

Los otros liceos de Lisboa

El liceo de Passos Manuel. — De los tres edificios modernos para liceos con que cuenta Lisboa este es el que se empezó primero y el más lujoso. Es una construcción cara, excesivamente cara. No obstante, la instalación es peor que la de los liceos de Pedro Nunes y Camões, los cuales, aunque hechos con materiales más baratos, son superiores pedagogicamente. Está situado en un barrio populoso, rodeado de casas y no tiene la amplitud que estos. Consta de un gran cuerpo de edificio y de un campo de juegos inmediato. Sus gimnasios, gabinetes y laboratorios son análogos á los del liceo de Pedro Nunes. Hay una colección de minerales de Portugal formada por los alumnos. Es el único liceo que tiene *skating*.

Dispone de una sala de estudio para los alumnos los cuales estan en ella bajo la vigilancia de un empleado especial.

Existe una asociación de alumnos llamada «caja escolar del liceo Passos Manuel» que tiene por fin auxiliar á los estudiantes pobres y organizar excursiones y conferencias.

Desde el año 1917 tiene servicio de duchas.

El liceo de Camões. — El edificio es del mismo tipo que el del liceo de Pedro Nunes. Se construyeron á la vez. Está bien situado, entre calles anchas, un jardin y viñedos, en un barrio alto y apartado, tranquilo y con pocas casas. En el interior orden y mucha limpieza. Biblioteca bien instalada. Gabinete de historia natural con material excelente y abundante. En el laboratorio de ciencias naturales asisti á los

trabajos prácticos de alumnos del curso complementario: unos clasificaban plantas, otros estudiaban y dibujaban preparaciones histológicas de zoologia y de botánica, algunos disecaban animales. Tambien hacen preparaciones de histologia vegetal y preparaciones macroscópicas de zoologia. Me enseñaron dos de estas (de una paloma y de una rata) al lado de otras adquiridas en casas francesas y alemanas y que no son muy superiores. Ví las memorias radactadas por los alumnos acerca de una excursión de geologia hecha en los alrededores de Lisboa. Contenian numerosos mapas, dibujos y fotografias. El profesor de ciencias naturales de este liceo parece que enseña con gran entusiasmo y mucho éxito.

Los laboratorios de quimica, fisica y geografia son semejantes á los del liceo de Pedro Nunes. El de geografia tiene una colección de fotograbados sobre geografia fisica. Los trabajos practicos que se hacen en este liceo me producen excelente impresión. En una aula hay dibujos y pinturas, de los alumnos, copiados de láminas.

Liceo de Gil Vicente. — Se abrió el año 1915 para reducir la población excesiva de los otros liceos. Satisface las necesidades de un populoso barrio alejado de estos. Está instalado en el antiguo convento de San Vicente de Fora, residencia del Patriarca hasta la instauración de la República. Esta instalación se hará definitiva adaptando el local a su actual empleo. Ofrece para ello buenas condiciones. Es un esplendido edificio de piedra del siglo XVI, amplio, superior á los otros liceos por la riqueza y solidez de la construcción y sobre todo esteticamente. Tiene además la ventaja de disponer de extensos terrenos que pueden utilizarse para campos de juegos y nuevas edificaciones. Existen todavia dos jardines del siglo XVIII, obra de un patriarca, que conservan el carácter de la época con sus mirtos recortados, sus estatuas y jarrones de marmol y sus azulejos.

La instalación de este liceo es todavia muy deficiente. Cuando lo visité, el laboratorio de quimica, que acababa de construirse, era el único completo.

El liceo femenino de Maria Pia. — La instalación de este liceo tambien es provisional y muy incompleta. Aunque ha sido elevado á la categoria de liceo central, aun no dispone de los laboratorios necesarios para ejecutar todos los trabajos prácticos del curso complementario. Por lo demás el nivel de sus enseñanzas me pareció, en las clases á que asisti, igual á de los liceos masculinos.

Como el local es insuficiente para el número de alumnas matriculadas (911 en el curso de 1913-14), el liceo funciona como dos: una parte de las alumnas asisten á las clases por la mañana y otras por la tarde.

Los liceos de provincia

Los liceos de provincia, incluso los de Oporto y Coimbra, son inferiores á los de Lisboa. No se puede, por consiguiente, extender á todos los del pais los juícios formados acerca de estos. Aqui me referiré unicamente á la instalación, pues mis rapidas visitas á los de Coimbra, Evora, Santarem y Leíria no me permitieron conocerlos más á fondo.

En casi todas las poblaciones los liceos estan instalados en edificios viejos, generalmente conventos. Son excepcionales los de construcción moderna.

El de Coimbra ocupa un antiguo monasterio, espacioso, pero no en todo adecuado. — El de Evora está instalado en parte de la antigua universidad fundada por los jesuitas. Es un hermoso edificio del siglo XVII que conserva intactos hasta el interior de las aulas y algunos de sus muebles. Para adaptarlo á las exigencias actuales serian necesarias algunas ampliaciones. El número de aulas no corresponde al de

alumnos y la iluminación y ventilación de algunas de ellas es insuficiente. El gimnasio no tiene un local adecuado. — El liceo de Santarem ocupa igualmente parte de un antiguo edificio que pertenció á los jesuitas. Cuando lo visité estaban haciendo obras de ampliación que revelan un cuidado grande por conservar el estilo arquitectónico del local á la vez que mejoran las condiciones higienicas y pedagogicas. — El de Leiria cuenta con un edificio *ad hoc,* pequeño, pero suficiente para la localidad. Parece construido con gran economia. Ninguno de estos liceos tiene campo de juegos. No obstante, la buena situación de todos ellos á la salida de las poblaciones permite que los alumnos dispongan de mucho espacio abierto.

El material de enseñanza no es tan completo como en Lisboa. En algunas aulas no hay pupitres modernos ni existen gimnasios tan bien instalados como los de la capital. Los laboratorios para los ejercicios prácticos de ciencias son raros todavia. La colección de mapas suele ser buena.

El Colegio Militar

Es un establecimiento de segunda enseñanza fundado á principios del siglo XIX para los hijos de oficiales del ejército. Ahora admite algunos alumnos de padres no militares. Se dan en él la instrucción del ciclo secundario conforme á los programas del Estado. Tiene la categoria de liceo con facultad para expedir titulos. Se diferencia de los liceos propiamente dichos porque casi todos sus alumnos son internos y por su carácter militar: depende del ministerio de la guerra, sus profesores son oficiales del ejercito y su régimen interior es análogo al de una escuela militar.

Tiene una situación excelente, en el campo, á varios kilómetros de Lisboa, en una antigua quinta. Dispone de extensos terrenos y de un grupo de edificaciones de várias épocas,

desde la antigua casa de la posesion, llevantada en el siglo XVIII, hasta los pabellones construidos en estos últimos años.

No obstante las buenas condiciones del sitio y los medios de que dispone el colegio, su instalación es inferior á la de los liceos modernos de Lisboa. En general parece resentirse de la falta de una dirección propiamente pedagogica. Cuenta, no obstante, con algunos profesores que son de los que mejor han sabido comprender el espiritu de las reformas de la enseñanza secundaria.

El internado ofrece escaso interés desde el punto de vista educativo pues se adapta á las normas corrientes en los establecimientos militares. En cambio la clase de trabajos manuales merece una mención especial, pues en ningun centro docente portugués de educación general se ha desarrolado tanto esta enseñanza. A la experiencia realizada por el colegio militar se debe en gran parte la introducción de los trabajos manuales en el programa de los liceos ordenada por la reforma de julio de 1918.

Los «trabajos manuales educativos» comenzaron en el colegio el curso 1909-1910 comprendiendo trabajos en carton, madera y hierro. Se confió la enseñanza de cada especialidad á tres técnicos conocedores del *slöjd* nacionalizado, antiguos alumnos de la Escuela industrial del Marquês de Pombal de Lisboa, bajo la dirección de un profesor del colegio militar.

En el primer año tomaron parte en los trabajos manuales solo los alumnos de los dos primeros cursos. En los años sucesivos esta enseñanza fué extendiendose gradualmente á los demás cursos de modo que en el año de 1914-1915 se estableció para todos los del colegio. Pero ya antes muchos alumnos de las clases más adelantadas tomaban parte voluntariamente en estos trabajos. Y era frecuente que los muchachos les dedicasen más tiempo del señalado.

Los trabajos manuales se hacen en una dependencia es-

pecial que comprende tres habitaciones muy amplias y bien iluminadas ocupadas por bancos de carpintero, tornos para trabajos en metal, fogones de gas, máquina de cortar carton, armarios para herramientas, etc.

El método adoptado se inspira en el *slöjd* sueco.

La falta de tiempo ha impedido hasta ahora que se destine más de una sesión por semana á estos ejercicios.

Los alumnos del primer curso hacen solo trabajos en papel y carton; los del 2.°, 3.°, 4.° y 5.° en carton, madera y hierro y los del 6.° y 7.° en madera y hierro; pero los profesores, despues de la experiencia realizada, creen más conveniente prescindir de los trabajos en carton desde el cuarto año.

Casi todos los objetos que se fabrican se destinan a las clases de fisica, de geometria, de geografia ó de dibujo.

La Escuela Nacional de Agricultura de Coimbra

Es una escuela secundaria, aunque con caracter profesional, y la única en donde el Estado trata de realizar un régimen de internado conforme á las normas generalmente adoptadas hoy por los pedagogos.

Esta escuela fué reorganizada por el gobierno provisional de la Republica (Decreto con fuerza de ley de 26 de Mayo de 1912)(1). Tiene, entre otros, los fines seguientes: 1.° Proporcionar á los hijos de los agricultores una educación intelectual, moral, fisica y civica sin que pierdan el contacto con la vida del campo; 2.° formar verdaderos profesionales de la agricultura, orientados por una instrucción técnica recibida según los procedimientos modernos.

---

(1) Tambien se refiren á esta escuela el decreto de 18 de Noviembre 1911, el reglamento de 27 Octubre 1912, la ley de 6 Febrero 1915 y el decreto de 10 de Mayo de 1919.

El curso agricola medio comprende siete años. Los cuatro primeros son principalmente de cultura general y en los tres últimos predomina la preparación profesional. Consta de las materias siguientes:

a — (curso de preparación general): Portugués, francés, inglés, latin, matemáticas, geografia, historia y sociologia, dibujo y modelado, ciencias fisico-quimicas y naturales, trabajos manuales educativos, higiene humana y primeros socorros médicos;

b — (grupo técnico): Agrologia y meteorologia; mecánica, máquinas agricolas y motores; topografia; operaciones generales de cultivo; cultivos arvenses, horticultura y jardineria; cultivos de arboles y arbustos; silvicultura y aquicultura; tecnologia agricola; patologia vegetal; morfologia externa de los animales domésticos: zootecnia, higiene pecuaria y primeros socorros veterinarios en caso de accidente: construcciones rurales; hidraulica agricola; economia rural y contabilidad.

La aprobación del curso medio agricola equivale á la del año séptimo de los liceos (ciencias).

La escuela da el titulo de «agricultor» que habilita para ocupar los puestos de «regentes» agricolas de los ministerios de Fomento y de Colonias y los de «técnicos» de las escuelas de agricultura dependientes del ministerio de Instrucción.

Para ingresar en la escuela se exige tener más de once años y menos de quince. Si el número de aspirantes es superior al de plazas de la escuela son preferidos los hijos de labradores.

Toda la enseñanza es teórica y práctica, dandose á esta gran desarrollo en los laboratorios, en los talleres y en el campo.

Los alumnos pueden dedicar más tiempo del reglamentario á los trabajos de su predilección y para los que tengan

más aptitud, haciendolo compatible con el horario de la escuela y las exigencias de su educación general.

Los alumnos del último año toman parte activa en la administración de la empresa agricola de la escuela ejerciendo funciones de tecnicos auxiliares en las distintas secciones de servicios.

Los jueves se dedican á juegos, visitas y pequeñas excursiones.

Los trabajos prácticos duran como minimo dos horas, pudiendo prolongar-se cuando sea necesario para la enseñanza.

Como complemento de la preparación general y profesional se hacen, durante el curso, visitas y excursiones á explotaciones rurales y talleres con objeto de conoçer la agricultura del pais.

Las clases comienzan el 15 de Octubre y terminan el 30 de Junio. Los alumnos del año quinto y del sexto no podran ausentarse de la escuela para comenzar las vacaciones de verano sin que hayan terminado la trilla y limpieza de los cereales y los del año sexto y del séptimo deberan presentarse antes de la apertura del curso para tomar parte en los trabajos de vendimia y de vinificación.

El «Consejo escolar», formado por todos los profesores, clasifica á los alumnos, atendiendo á su aprovechamiento global en cada año con las notas de *suficiente* é *insuficiente*.

No se hacen exámenes por disciplinas sino unicamente tres durante todo el periodo de los estudios, dos acerca de la preparación general, al terminar el segundo año y el quinto, y otro al final del septimo año y que abarca las materias de la preparación profesional y la preparación general complementaria.

La nota de *suficiente* habilita para matricularse en el año siguiente ó para la admisión en los exámenes.

Las pruebas prácticas preceden siempre á las teóricas y son eliminatorias.

Los alumnos que han obtenido la nota de muy bueno pueden ser pensionados para seguir en el extranjero cursos de perfeccionamiento.

La escuela está instalada en uma antigua granja, á tres kilómetros de Coimbra, en un pinturesco valle próximo al Mondego. Comprende 136 hectáres de viñedos, olivares, pomares, bosques, jardines y tierras de sembradura.

Su posición en el centro de Portugal y las condiciones del clima le permiten ensayar casi todos los cultivos del pais. De los más importantes sólo el del arroz es el que no puede hacerse en la escuela.

Cuenta esta con varios edificios, bien situados y construidos: la casa donde viven los alumnos y algunos profesores, aulas, laboratorios, gimnasio, secretaria, talleres de mecánica, depósitos de material agricola, establos, averia, picadero, lagar de aceite, herreria, lecheria, colmenar, etc. Los dormitorios de los alumnos son individuales.

Traduzco á continuación algunos párrafos de una conferencia del Sr. Lima Basto, jefe del negociado de instrución agricola y profesor del Instituto Superior de Agronomia de Lisboa, que dan idea de la orientación pedagógica de la escuela:

«El fin principal de la enseñanza agricola secundaria debe ser educar á los hijos de los agricultores que no quieran limitarse á ser simples obreros y deseen tener conocimientos agricolas que les consientan administrar con provecho sus propriedades, continuando asi las tradiciones de la familia y fijandose en la tierra y, a la vez, una educación general e integral que les permita ser buenos ciudadanos.

«Es preciso alejar à los hijos de los agricultores de los liceos que por su falta de utilidad inmediata, por su enseñanza teórica, los apartan del campo y los lanzan á los cursos superiores, á las carreras liberales, transformando á veces un muchacho que podria ser un agricultor acomodado, útil

para si, para los suyos y para el pais, en un pretendiente de empleos públicos, candidato perpetuo á una plaza de amanuense».

«Para conseguirlo es necesario recojer esos muchachos en la edad que abandonan la escuela primaria, de modo que reciban una enseñanza que sea la continuación de la anterior sin que haya lagunas y sin que acudan á los liceos de los que dificilmente saldrian despues.

«La educación que se les dé debe ser integral: fisica, intelectual y moral, proporcionandoles al mismo tiempo todos los conocimientos de la profesión agricola que estan llamados á ejercer. Se les debe preparar para la vida práctica en todas sus modalidades.

«Para que la educación sea provechosa debe adoptarse, en lo posible, el internado, pues solo asi se podrá atender á todas las necesidades de esta enseñanza y recibir á los alumnos de las regiones distantes de la escuela».

. . . . . .

Despues de exponer el sistema de educación de las «escuelas nuevas», dice: «La escuela de Coimbra procura aproximarse al plan de estas escuelas aprovechando las magnificas condiciones de su situación. En la escuela, en convivencia constante con los alumnos, haciendo las comidas con ellos, residen un profesor portugués, un profesor francés y un profesor inglés que enseña, además de su lengua, *sports*».

«Una censura se hace á las «escuelas nuevas»: que sólo son accesibles para los ricos. Efectivamente, por término medio el precio de la pensión oscila entre 2.000 y 3.000 francos. En la escuela de Coimbra, en cambio, cuesta sólo 180 escudos» (aproximadamente 900 pesetas)(1).

---

(1) En 1922, 600 escudos. Véase el folleto «Escola Nacional de Agricultura de Coimbra» (Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922) de donde tomo estos datos.

Si acaso no por otra cosa, por la belleza de su situación y de los campos que la rodean (de lo cual cuidan mucho las escuelas nuevas) esta de Coimbra es superior á su modelo francés, l'École des Roches, y quizás no inferior á sus modelos ingleses, las escuelas de Bedales y de Abbotsholme. Es, que yo sepa, la unica escuela secundaria portuguesa con piscina de natación.

La escuela de agricultura de Coimbra, al proponerse seguir en Portugal el ideal de las escuelas nuevas, asume una grave responsabilidad. Esperemos que no pierda nunca la conciencia de ella. Mas ha de luchar con circunstancias poco favorables. Algunas nacen de su carácter profesional. Por una parte, es de temer que muchas familias manden sus hijos á ella no porque simpaticen con sus metodos de educación, sino por la enseñanza técnica que proporciona. Por otra, viendose obligada á buscar su profesorado entre especialistas en agricultura ¿será fácil que estos reunan á la vez la preparación pedagógica que exige una otra tan delicada como es la educación á que aspiran las «escuelas nuevas»? En nuestras visitas á esta escuela hemos tenido ocasión de conocer algunos profesores entusiastas y bien orientados en cuestiones de educación; pero dada su organización ¿podrá contar siempre con hombres asi? El origen de la escuela agricola de Coimbra ha sido muy distinto al corriente en las escuelas nuevas. Estas se deben á *educadores* y á familias que coinciden en un mismo ideal y que tratan de realizarlo *por si mismos* en la labor diaria de la escuela. La de Coimbra ha sido fundada por el Estado y se debe, al parecer, á la iniciativa generosa de algun *pedagogo* alto funcionario que ha formulado su ideal en un proyecto. Los que simpatizamos con la orientación de la escuela nacional de agricultura de Coimbra deseamos vivamente que no le falten nunca las condiciones tan complejas que son necesarias para llevar á cabo una misión tan dificil y de tanta trascendencia como la suya.

La «Casa Pia» de Lisboa

Las «casas pias» son fundaciones de beneficencia que tienen gran importancia en la historia de la educación portuguesa. He visitado las de Evora y Lisboa. Aunque no son propiamente establecimientos de enseñanza secundaria, el influjo que han ejercido y ejercen en el movimiento pedagógico del pais hace que deban mencionarse aqui. Sin tenerlos en cuenta no podrian explicarse algunos de los progresos realizados por los liceos. — Señalo unicamente las notas que tienen más interés para el asunto de esta memoria.

Dirigia la casa Pia de Lisboa cuando la visité el malogrado ex-ministro Dr. Costa Ferreira, médico y pedagogo, gran entusiasta de la educación, á la cual se habia dedicado desde muy joven. Era uno de los hombres más despiertos y activos de Portugal y habia viajado mucho por el extranjero, principalmente por Inglaterra.

La autonomia de que goza la Casa Pia le permite ensayar y adoptar nuevos procedimientos de enseñanza con más facilidad que otros centros docentes. Ninguno con más derecho que este á ser considerado como un laboratorio de educación. Ahora, que comienzan á ensayarse en España nuevas orientaciones de la segunda enseñanza, puede tener interés para nosotros conocer el procedimiento que se sigue en la Casa Pia de Lisboa para reclutar el profesorado. Para resolver este problema luchaba con las mismas dificultades que algunos de nuestros recientes establecimientos de enseñanza. Por una parte estaba obligada, por su carácter oficial, á nombrar profesores que figurasen de un modo permanente en los escalafones del Estado; por otra necesitaba tener libertad para prescindir de aquellos cuya actuación no respondiese al sentido que se pretendiera dar á la enseñanza. De no ser asi careceria de la flexibilidad necesaria para hacer ensayos.

La solución que se ha adoptado en la Casa Pia consiste en eligir á los profesores mediante concurso entre los que ya enseñan en los establecimientos oficiales. Los nombramientos se hacen con carácter temporal, por dos años, al cabo de los cuales los profesores pasan á otro establecimiento sigen en sus puestos si el resultado de su actuación ha sido favorable. Pero aún en este caso el nombramiento se hace tambien con caracter temporal y es preciso confirmarlo cada dos años.

La Casa Pia realiza en su esfera un ideal cuyo cumplimiento constituye en la actualidad una de las cuestiones más candentes de la politica pedagogica: la igualdad ante la instrucción, ante todos los grados de la instrucción. Procura preparar lo mismo para las profesiones que tradicionalmente se han considerado más humildes, que para el ejercicío de las más elevadas. En la elección se atiende unicamente á la aptitud de los muchachos. Unos aprenden las labores del campo u oficios manuales en la granja agricola ó en los talleres de la escuela; otros practican en casas de comercio de Lisboa; algunos siguen los cursos de los liceos y de la Universidad. Asi sucede que entre los antiguos alumnos hay obreros, médicos, abogados, altos dignatarios del clero, catedráticos de Universidad, etc., todos ellos nacidos en las clases más modestas.

La educación fisica es uno de los ordenes en que más ha influido la Casa Pia. Baste decir que puede considerarse como la introductora de los ejercicios corporales en la escuela portuguesa. Durante una gran parte del siglo XIX ya se cultivaban alli con éxito cuando todavia eran desconocidos en los demás establecimientos oficiales. En esto aun conservan la supremacia, siendo sus alumnos los que obtienen triunfos más frecuentes en los concursos de *foot-ball,* de natación, etc.

(Continua). RUBEN LANDA.

A OBRA DE GUERRA JUNQUEIRO

(Cont. do n.º 2, pág. 160)

CAPÍTULO VII

O verso

SUMÁRIO. — Métrica de Junqueiro. — Metro e ritmo. — O alexandrino. — O hemistíquio. — O septissílabo de Junqueiro e sua analogia com o hemistíquio. — Ritmo e batuque. — Processo intersticial — Rima.

Junqueiro é bom metrificador. Nem águia, nem reptil. Não encerra a sua obra qualquer maravilha de técnica e é despida de todo requinte, demonstrativo de sua consciência de superioridade realizadora; mas os versos errados são pouquíssimos, e a-pezar-de um ou outro defeito, a excessiva dureza não anda aos encontrões. Cito o facto, porque poetas de maior talento — como Gomes Leal — podem neste ponto ser-lhe inferiores, apresentando obra de contrastes que fazem calafrios, desde o sublime de *A Duqueza de Brabante,* até o rasteiro de muitos poemas, incríveis de inferioridade. Junqueiro é mais igual, e outrotanto lhe succede como metrificador; mais igual, mas sempre em nível pouco elevado.

Convém lembrar que é fácil fazer versos quando uma língua atinge alto grau de flexibilidade, conseqüência de alguns séculos de labor literário. Outra não é a explicação de grande quantidade de poetas e poetizas que há anos inundam o mostruário de livraria; notaram uns e outras que é fácil

dizer em verso enxabida galantaria ou ensossa trivialidade, ordinàriamente ditas em prosa de igual valor. Tudo se resume em medir, e pôr no fim um som semelhante; o resultado é realmente verso, por análoga razão à do «Comissário de polícia», de Gervasio Lobato (cite-se autoridade à altura do objecto): «é certo que ela não pode chamar-se, com propriedade, do belo sexo; mas, gramaticalmente, pertence ao sexo feminino». Assim se referia êle à D. Vicencia Carneiro, com quem aspirava a casar.

A irregularidade freqüente do ritmo de Sá de Miranda, resulta em grande parte da rebeldia (de origem subjectiva? talvez, mas pouco importa) à adaptação plástica de certos ritmos. Não da língua considerada em seus elementos — as palavras — mas da língua tomada no conjunto de seus ritmos de expressão corrente, determinante dos ritmos artísticos e rebelde a outros muitos diversos. Há diferença ritmica notável não só entre casos extremos e muito acentuados, como a imprecação e o devaneio, mas até entre aspectos muito mais fugidios: há o ritmo da sentença, da síntese retórica e normativa, por exemplo; e creio que um estudo profundo mostraria na tendência retórica e sentenciosa de nossa psicologia, revelada — parece-me — em longa documentação aqui deslocada, a origem principal de nossa constância no septissílabo. Formulo uma hipótese; verificada ou invalidada, a alguma conclusão levaria em todo caso; porque muito problema estético da nossa literatura e sua evolução espera a vinda de trabalhadores capazes de estudo sério e profundo, árduo e metódico, em vez de certos «catalogadores de impressões», de má redacção, pensamento desconexo e volume grosso, que têm sido alguns de nossos trabalhadores neste campo.

Os versos de Junqueiro estão quási sempre certos, isto é, têm, ou com leve perdão podem contar-se-lhes, as sílabas requeridas; a musicalidade do metro é que é pobre; no

ritmo — que dentro de cada metro pode ser variado, e em alguns metros muito variado — é que Junqueiro fraqueja; e a tal ponto que, seja qual fôr o metro adoptado, o autor procura sempre nele (ou antes, acha sem ter procurado, pois se tivesse possibilidade de escolha não escolheria assim) o ritmo do batuque, a sacudida ritmia do tambor. Facto cuja constância permite afirmar que Junqueiro devia ser insensível à música, de qualquer escola, expressão ou autor (1).

O ritmo total de um verso, a sua musicalidade, pode ser decomposto em três elementos:

1.º A cadência psíquica, fundamento geral do ritmo de qualquer natureza, quando considerada em abstracto, e que no caso do verso, nele exprime e representa a geral tonalidade de que êle faz parte. Da mesma forma, em um trecho musical, as frases integram-se no conjunto e de êle participam, embora cada uma tenha expressão própria. É sem dúvida êste elemento o mais vago, mas não o menos determinante; e alguma atenção basta para se concluir que estes caracteres não são proporcionais.

2.º O ritmo lógico, (que adquire na arte literária excepcional valor, mas não lhe é exclusivo, porque existe por igual na música, embora de «tipo» diverso) dependente dos pontos de apoio do pensamento normalmente expresso, e pelo qual o ritmo, dentro do mesmo metro, pode variar por vezes entre limites afastados. O bom poeta, quando pretende essa variação, faz coincidir o que exprime com o ritmo que deseja obter. Outra é a questão de saber se êsse trabalho foi plenamente consciente, se derivou em grande parte (ou no todo)

---

(1) Relendo esta conclusão, decidi verificá-la a-pezar-de lógica, e de nessa feição me satisfazer plenamente. Consultei alguém que de perto conheceu o poeta. Esse alguém contou-me que um dia Junqueiro não conseguira reconhecer o hino académico, tocado propositadamente por uma senhora que lhe conhecia a incapacidade musical.

de grandes dotes de sensibilidade, ingénita e requintadamente estética.

3.º O ritmo métrico, próprio do verso escolhido, e de todos o menos importante. Prova-o a simples observação de dois factos:

a) O poeta procura em certos casos descobrir a máxima expressão dos ritmos primeiro e segundo; com o terceiro não se preocupa, visto êle ser espontâneo, pela facilidade muito maior da apreensão; e ainda se dá mais: que a perfeição dos dois primeiros arrasta a do terceiro.

b) Para obter o máximo dos dois primeiros, é que a poesia acabou por em certos casos se afastar da unidade métrica, adoptando a variedade de metro e disposição em muitos poemas.

Postos estes marcos de referência, vamos ao verso de Junqueiro.

O poeta usa largamente do alexandrino, verso fácil, contra o que supõem admiradores da pujança do estro poético, avaliado em função do comprimento dos versos que êle produz. O alexandrino admite vários rítmos, devido à sua fácil subdivisão por 2, 3, 4 e 6, quanto ao número de sílabas; a variante mais usada é a do tripartido [—4—4—4] que Junqueiro usou, mas com pouca freqüência. Na generalidade, os alexandrinos de Junqueiro não são um pensamento desenvolvido em forma rítmica (e isto é o que pròpriamente se chama «verso») são aglomerados de «fatias» do mesmo todo. Parte-se do verso, em que a ideia tem de acomodar-se, e para isso é batida e rebatida, em vez de partir da ideia, sem esfôrço aparente, para a sua expressão métrica. É a negação do processus poético e a apoteose da retórica, obrigada a fingir de poesia. Foi para tais casos que Filinto Elísio, metrificador de versos coriáceos mas de onde a onde bom sentenciador (porque às vezes bom saber em certo limite substitue o bom gosto) aconselhou os poetas a falar claro e

simples, ligando as ideias por justo vocábulo, dizendo sobrio o que convém, exprimindo ideias

> E não meandros de torcidos tropos,
> Que resvalam do ouvido e da memória,
> Antes que o fio da vindoura frase
> Se ate co'o fio bambo da já lida (1).

Esta deficiência técnica do poeta é apenas a projecção de sua tendência retórica e toma diversos aspectos; darei conta dos principais:

1) — Falta de fluïdez e aspecto sacudido do verso — que pode lisonjear o sentido grosseiro do ouvido ineducado, dando-lhe pelo ruído contínuo — caracter exterior — falsa impressão de vigor interno. Assim se acumulam as parelhas de imagens, no mesmo verso, formando cada uma um hemistíquio:

> Negra como o terror, triste como Caim (*Morte*... p. 1)
> Forte como um juiz, fria como uma espada (*Id.*, p. 32)
> O dogma feito carne e o Deus feito soldado (*Id.*, p. 38)

Outras vezes o verso é constituído pelo repisar do hemistíquio:

> Os mártires da fé, os santos do trabalho (*Morte*... p. 8)
> Foi um Deus sempre velho, um Deus sem mocidade (*Id.*, p. 38)
> O Jupiter cruel, o Cesar das alturas (*Id.*, *ibid.*)
> É justiça final, justiça rectilínea (*Id.*, p. 43)

ou ainda por adjectivos em série, novo documento da oca retórica exuberante do autor:

> Tudo que é puro e nobre e fugitivo e suave...
> As linhas imortaes, aveludadas, puras...
> E com voz musical, translúcida, impoluta...
> Que pensamentos maus, fantasticos, insanos...

---

(1) *Obras*, 1817, I, 59.

quatro versos que se encontram em um grupo de nove (!) alexandrinos a páginas 7 da *Morte...;* mas, como se não bastasse, há versos formados só por adjectivos, com uma freqüência que lhes tira todo valor de intenção e capacidade expressiva,

— Grotescas, joviais, doidas, alucinadas —

mostrando-os como de facto são, explosões de retórica destituída de todo valor estético e até de significado lógico, tanto mais quanto alguns de esses adjectivos são de manifesta impropriedade:

Despótico, cruel, *sanguineo,* «intransigente» (!) (*Morte* p. 39)

Refere-se a Jehovah (1); se o verso não bastasse, o contexto provaria que o poeta quis dizer *sanguinário.* A páginas 32 apareçe também:

Implacáveis, brutais, coléricos, *sanguineos* [o ódio, o incendio etc.]

e, para citar um exemplo sem ser em série:

Estava negro o céu, profundamente *esquálido* (*Morte...* p. 255)

Não sucede isto porém só com os adjectivos. Versos há

---

(1) Êste Jehovah, que é o das «*Santas Escrituras*» (*Morte,* p. 38) é acusado pelo poeta de «agrilhoar Prometeu», *queimar* Voltaire, crucificar Jesus — além de outros malefícios. Verdade é que já lhe chamara Júpiter e Cesar. Mas *Júpiter* não era uma imagem? Ou pretenderia identificá-los como princípio? No primeiro caso, que fantasia no dislate! No segundo, que formidável... concepção! Quanto à queima de Voltaire, é uma afirmação de tal ordem que me abstenho de comentar. Notarei apenas, com certo espanto, que ela se encontra duas vezes (p. 15 e 39) sempre associada à da morte de Jesus, como factos da mesma categoria.

só de substantivos e apresentam exactamente os mesmos defeitos.

> Forçados, histriões, vadios, concubinas (*Morte*, p. 31)
> Falstaff, Satanaz, Tartufo, Sganarello (*Morte*... p. 58)

Que significa esta última série? Pois é a dos que andam *a enterrar o dente do epigrama* (!) em tudo quanto é belo! A lista pode figurar pela seqüência e pelo significado junto de muitas outras do autor, entre as quais a das *oito* constelações do zodíaco da consciência, anteriormente referida.

> Trazemos dentro em nós hediondos animais:
> As pombas (!) da luxuria, as rábidas panteras
> — E vampiros, reptis e *sonhos* e chacais —
> Brilhantes como a luz, tenazes como as heras. (*Morte*... p. 186)

Um modêlo, como se vê, de expressão e seqüência. Entre os «animais» que trazemos dentro de nós figuram as «hediondas» *pombas da luxuria,* os *sonhos* e tôda esta fauna é *brilhante como a luz*.

Claro que por tais processos de erupção literária se dispensa o que chamei cadência psíquica e ritmo lógico; fica apenas o ritmo métrico, e esse mesmo reduzido, em Junqueiro, desmúsico a um ponto extraordinário, à mais grosseira e asselvajada forma: a do batuque, resultante da exclusividade da cadência métrica, com a qual se fazem coincidir as repetições necessárias, desarticuladas, muitas vezes visivelmente encaixadas para preencher o verso; quando, pelo contrário, conforme a cadência psíquica da composição é conveniente que o verso, sem deixar de marcar o ritmo métrico de certo modo, o articule pelo ritmo lógico (desenvolvimento da ideia expressa não sujeita estritamente ao ritmo) o que constitue no conjunto a «harmonia» do verso; a «melodia» é formada essencialmente pelos sons vocálicos e, cir-

cunstancialmente, pelas modificações neles produzidas pelas consoantes.

No verso estruturalmente superior fundem-se aqueles três ritmos, difíceis até de distinguir directamente. Colho em um encantador poema de Cesário Verde — *Manhãs brumosas* — os dois primeiros versos:

> Aquella cujo amor me causa alguma pena,
> Põe o chapéu ao lado, abre o cabello à banda

Veja-se como o rigor do hemistíquio talhado clàssicamente parece diluir-se na fluïdez do verso. Nenhuma contorsão. Cadência, ritmo lógico, ritmo métrico fundiram-se na impressão una, integral, ao passo que em Junqueiro os hemistíquios coincidem em percentagem elevadíssima com elementos de série em paralelo ou contraste, formando assim um duplo batuque simultâneo: lógico e métrico. É música primitiva para ouvido boçal; e para mais vincar o defeito, é notável na sua obra a frequência de alexandrinos com o hemistíquio agudo, que passariam despercebidos em um poeta com qualidades apreciáveis de musicalidade.

Mas não só nos alexandrinos, preferidos pelo instinto retórico, se revela quanto acabo de mostrar.

O verso septissilábico só excepcionalmente prova a capacidade técnica de um artista, quer dizer, quanto à pura versificação, por ser produto quási espontâneo da fala portuguesa; compensa êle talvez esta inferior condição com a espontaneidade e a singeleza, quando na mão de bom lapidário, que não pretenda afectar a singeleza popular. Pois até neste vamos encontrar defeito semelhante; porque Junqueiro, não podendo bater hemistíquios, sua muleta na técnica, bate versos sucessivos, o que vem a dar o mesmo. Verdadeiramente, êste carácter encontra-se em tôda a obra e até na prosa é de facílima verificação (o que demonstra quanto

é significativo da sua personalidade literária); mas em casos como os que aponto ressalta mais ainda.

Série:

> Alma, astro, pensamento (*Morte*.. p. 136)

Cópula da imagem:

> Como a ave busca o ninho
> Como Ophelia na corrente (*Morte*... p. 106)

Forma correspondente ao hemistíquio batido e com impropriedade de expressão:

> De Deus ao cântico eterno
> «Abrem-se as portas do inferno
> *Abre-se o mar* da harmonia». (*Morte*... p. 136)

> É dia que não tem sol
> É ninho sem rouxinol
> É rouxinol sem amores. (*Morte*... p. 118)

Acidentalmente, nas suas poesias sinistras, a tressuar pragas judaicas e profetismos agoirentos, Junqueiro usou por vezes do verso de oito sílabas; não muito, mas usou. Esse metro foi injustamente desprezado ou posto de parte; chegaram alguns, como Castilho, a supô-lo menos próprio da língua portuguesa, e o vulgarizador da filologia, Cândido de Figueiredo, disse que êle *teria de ser* acentuado na quarta sílaba! Pois é um verso de alta plasticidade. Êste último autor traz na sua gramática um exemplo de tal modo ridículo que não ouso transcrevê-lo. Esqueceram-se, todos que assim falaram, dos trovadores portugueses que tanto souberam usá-lo. Seja como for, é um metro que per-

mite ampla modalidade rítmica, e exemplificarei com um quarteto admirável de Gautier:

De leur col blanc courbant les lignes
On voit dans les contes du nord
Sur le vieux Rhin des femmes-cygnes
Nager en chantant près du bord.

cuja estrutura rítmica é:

⏑ ⏓ | ⏑ — || ⏑ — | ⏑ — (⏑)
⏑ — | ⏑ ⏑ — || ⏑ ⏑ —
⏓ ⏑ | ⏑ — || ⏑ — | ⏑ — (⏑)
⏑ — | ⏑ ⏑ — || ⏑ ⏑ —

Nas poucas vezes em que Junqueiro usou o octossílabo, com o seu processo, inconsciente de-certo, de versificação, tornou-o um batuque verdadeiramente brutal, embora metrificando bem:

E emquanto Deus lhe frita os untos
E o coração numa panela
Que vida airada os bons defuntos
Passam no céu! Que vida aquela! (*Velhice*)

Escreveu Junqueiro *(Musa em férias)* uns versos pentassilábicos — *Morena* —, hoje muito conhecidos, sabidos de cor por grande número de principiantes e meninas, reproduzidos (a intuïção estético-pedagógica portuguesa é coisa de assombro) em livros de leitura escolar. António Feliciano de Castilho traduziu em pentassílabos certa lírica de Anacreonte, também conhecida em livros de leitura. Temos pois duas poesias líricas, do mesmo metro, singelas, ambas vulgarizadas, quere dizer, análogas em muitas condições. Comparemos o rítmo respectivo:

Castilho:

Foi-se a quadra fria!	— ∪ ∪ | ∪ — (∪)
Os bons dias tornam!	∪ ∪ — | ∪ — (∪)
Olha como adornam	— ∪ ∪ | ∪ — (∪)
Graças os rosais!	— ∪ ∪ | ∪ —
Olha o mar! Que espelho!	∪ ∪ — | ∪ — (∪)
Como nadam mansos	∪ ∪ — | ∪ — (∪)
Mergulhando, os gansos	∪ ∪ — | ∪ — (∪)
Pelos seus cristais!	∪ ∪ ∪ | ∪ —

Junqueiro:

Não negues, confessa	∪ — ∪ | ∪ — (∪)
Que tens certa pena	∪ — ∪ | ∪ — (∪)
Que as mais raparigas	∪ — ∪ | ∪ — (∪)
Te chamem morena.	∪ — ∪ | ∪ — (∪)
Pois eu não gostava	∪ — ∪ | ∪ — (∪)
Parece-me a mim	∪ — ∪ | ∪ —
.....	.....

De onde se vê que não há só «tamborileiros revolucionários»; há por igual «tamborileiros líricos»; e não são muito melhores; falta esse acrescento à definição do Junqueiro, anteriormente citada.

2) — Seqüência retardada e processo intersticial de versificação —

Dá-se o que chamo «seqüência retardada» quando o poeta repete uma ideia simples, ou até se serve de simples sinonimia — neste caso triviais uma e outra — até encontrar, dentro do seu ritmo-batuque, maneira fácil de transitar para outra, com freqüência repetida também.

> E volver para trás o nosso olhar plangente.
> *Para trás, para trás,* para os tempos remotos
> *Tão cheios* de canções, *tão cheios* de contriaguês
> (*Musa em férias*, Dedicatória).

O «processo intersticial» consiste em preencher o verso

com palavras que o distendam à medida necessária. Em *A Moleirinha* de *Os Simples*(1), os «toc... toc», excepção feita da primeira estrofe, são distribuídos segundo as necessidades do metro. Em tôda a obra de Junqueiro pululam os «emfim», os «então», os «*mas comtudo*» do processo intersticial. O verso seguinte aos três que acabo de citar é exemplo de suspensão forçada do ritmo, por ser necessário fabricar-lhe uma sílaba:

— Porque *ai!* a juventude é como a flor do lotus —

Em *O Melro* de *A Velhice:*

Hei-de comer-vos todos um a um
Lambendo os beiços, com tal gana, *emfim*
Que comendo-vos todos, *mesmo assim*
Eu fico ainda quási *que* em jejum.

Quatro versos que constituem até pela rima [*um — im — im — um*] a prova eliminatória de um poeta. Demais, as séries frequentíssimas já aludidas são ao mesmo tempo uma forma monótona de seqüência retardada e de processo intersticial.

3) — Versos-prosa em abundância —

Bastam as séries do género das que citei, o processo intersticial, a trivialidade da comparação, a abundância dos «como», a enfase forçada, o ritmo de batuque, para dar versos prosáicos; a colheita seria abundantíssima, se procurada nos passos em que o poeta desce à chocarrice nele freqüente, e resvaladiça aqui e além em dignidade dúbia; abundantíssima, porém fácil. Prefiro por isso colher exemplos

---

(1) Até nestes poemas de intenção ingénua, falsamente realizada, se encontram expressões sem nexo. A Moleirinha e o jumento vão *ambos a reboque,* a-pesar-de o burro ir «sem cabeçada, em liberdade franca». Vão a reboque... um do outro

nas páginas em que êle pretende dar uma feição acentuada e nobre de grandeza, de entusiasmo ou de lirismo.

— E nisto o céu *tornou se aberto* e transparente —
— Enche o mar, enche a terra, enche o céu enche tudo —
— Vós sois, *no fim de tudo* as rijas alavancas —
— E por isso o cristal
— É um verdadeiro santo mineral —
— «Pegai» na vossa fé, «pegai» nos vossos brios —

Não findaria a transcrição se quizesse reüni los. Basta dizer que em *A Morte...*, há trechos inteiros, como o V e o VI da Primeira Parte *(Vita Nuova* e *Scena de Balcão)* e o III (Imperia) que não são mais do que má prosa rimada.

4) — Rima pobre —

Para cúmulo de infelicidade, a rima dêste amador da pompa, da grandeza, inimigo do academismo, e da burguesia, indisciplinado e inchado, declamador e túrgido, impetuoso e gascão, é pobre; é muita vez pobríssima; é muita vez imprópria e em luta com o sentido; e raro poderão encontrar-se lhe de essas rimas de rutilante sonoridade, que têm a elegância, a cristalina beleza de um salto sem esfôrço aparente sôbre um obstáculo que parecia insuperável.

Lembro que não se trata de rima rica no sentido de rima extravagante. A riqueza de uma rima depende, por um lado, da preparação que o verso para ela constitue, pela forma do seu desenvolvimento, que a rima final mais acentúa; da mesma maneira que o valor de um acorde final é acentuado e aumentado pela beleza da sua preparação; e por outro, de não serem trivialmente adivinháveis as rimas empregadas e constantemente repetidas ou exageradamente fáceis. As palavras empregadas podem ser vulgares; impossível até seria o contrário em poemas de alguns milhares de versos; é o encontro de elas e a sua preparação que lhes confere o valor estético.

É isso que leva a dizer com verdade (prática e restrita como tôdas as regras de explicação) que são preferíveis as rimas cujas palavras diferem na categoria gramatical; são preferíveis, não por motivo gramatical, mas porque exigem preparação melhor. É essa preparação, essa facilidade, que não se encontram normalmente nas rimas de Junqueiro.

(Continua).

Vieira de Almeida

IDEAS MÉDICAS DE EÇA DE QUEIROZ

I

A MORTE DE AMÉLIA E A MORTE DE LUÍSA

Rara será, pode dizer-se sem receio, a obra de autor dramático ou de romancista que, para o médico, não tenha grande interêsse, porque raro será o romance ou a peça de teatro onde não haja referências, mais ou menos demoradas, à doença ou à morte de alguém.

E, seriando os sintomas descritos, tomando nota dos tratamentos apontados, registando os conceitos emitidos sôbre patogenia, bem curiosas são as coisas que, por vezes, se descobrem.

No fundo são dois os processos que, ao pretender descrever casos clínicos, um romancista pode usar — ou referir aquilo que, em algum doente de seu conhecimento, julgou ter observado, ou «pôr em arte», melhor ou pior, passagens dum livro de patologia.

Por esta última forma os resultados obtidos nem sempre são brilhantes, como se poderá verificar, por exemplo, na descrição tão ingénua da tabes do *Barão de Lavos,* onde aparecem manifestos os vestígios do compêndio consultado.

Da outra maneira, se o romancista não é médico, são em regra os casos entrando nos domínios da psiquiatria os melhor descritos.

Não é afinal de estranhar, pois que as doenças mentais,

traduzindo-se por atitudes, gestos, palavras, ideas, são indubitàvelmente duma observação mais fácil para um espírito arguto, mas sem educação profissional, do que uma febre tifóide ou uma pneumonia.

E assim acontece, embora haja excepções — Paul Bourget, por exemplo, é autor duma descrição muito gabada do cancro do pâncreas — que, no campo da clínica geral, as opiniões dos romancistas não médicos nem sempre são dum grande rigor.

As duas *histórias clínicas* que vão ler-se, dos casos da Amélia e da Luísa, feitas serzindo bocados apanhados por aqui e por ali através de *O crime do padre Amaro* e de *O primo Bazilio,* embora levando a conclusões diferentes, penso que poderão servir para demonstrar o assêrto.

Mas, antes de começar, convém advertir — tôdas as páginas citadas, bem como as transcrições feitas, são das últimas edições dos romances publicadas em vida do autor, isto é, da 3.ª, de 1887, de *O primo Bazilio;* da 3.ª também, de 1889, de *O crime do padre Amaro.*

O CASO DA AMÉLIA

A Amélia morreu manifestamente com eclâmpsia.

O parto correra bem; o doutor Gouveia «*estava satisfeito; durante as oito horas de dôres a rapariga mostrára-se corajosa... e sahira um rapagão que fazia muita honra ao papá*». (Pág. 624).

Tudo parecia ir sossegando; a rapariga adormecera.

E, na sala de jantar da Ricoça, o médico ceava tranqüilamente um frango assado, discutindo com o bom abade Ferrão, quando tìmidamente, por duas vezes, a Dionísia o veio avisar de que a pequena queria o filho e entrara a choramingar.

O doutor não gostou, mas limitou a fazer umas reco-

mendações à matrona, que, passados poucos instantes, voltava dizendo:

«— *A menina está-se a queixar d'um peso na cabeça. Diz que sente faiscas diante dos olhos...*» (pág. 632).

Então o doutor foi com ela e o abade ficou à espera, sòzinho, a passear pela casa; não se ouvia nada porque o quarto da doente era afastado; e mais de hora e meia se passou sem que o doutor voltasse.

O abade foi então nos bicos dos pés até ao meio do corredor e, aterrado, sentiu «*no quarto d'Amelia, um ruido confuso e surdo de pés movendo-se vivamente no soalho, como n'uma lucta. Mas nem um ai nem um grito.*» (Pág. 633).

Quando emfim o doutor apareceu «*a sua figura fez empallidecer o abbade: vinha sem gravata, com o collarinho espedaçado; os botões do collete tinham saltado; e os punhos da camisa, voltados para traz, estavam manchados de sangue.*

«— *Alguma coisa, doutor?*

«*O doutor não respondeu, procurando rapidamente pela sala o seu estojo... Ia já sahir... mas lembrando-lhe a pergunta anciosa do abbade:*

«— *Tem convulsões, disse*» (pág. 633).

E «*o abbade tornou a ficar só, esperando... bateu a meia noite, depois uma hora. O abbade a cada momento ia até ao meio do corredor: era o mesmo rumor de pés n'uma lucta; outras vezes um silencio tenebroso*» (pág. 634).

E assim ia correndo o tempo até que de novo «*o doutor entrou... vinha buscar outro frasco...*

«— *Como vai ella? perguntou o abbade.*

«— *Mal, disse o doutor saindo.*

«*O abbade, então, ajoelhou... E alli ficou, com a face nas mãos, apoiado á beira da mesa.*

«*A um rumor de passos na sala ergueu a cabeça. Era a Dionysia, que suspirava, recolhendo todos os guardanapos que encontrava nas gavetas do aparador.*

«— *Então, senhora, então?* perguntou-lhe o abbade.

«— *Ai, senhor abbade, está perdidinha... Depois das convulsões que foram d'arripiar, cahiu n'aquelle somno, que é o somno da morte...*

«*E olhando para todos os cantos como para se assegurar da solidão, disse muita excitada:*

«— *Eu não quiz dizer nada... Que o senhor doutor tem um génio!.. Mas sangrar a rapariga n'aquelle estado é querer matál-a... Que ella tinha perdido pouco sangue, é verdade... Mas nunca se sangra ninguem em semelhante momento. Nunca, nunca!*

«— *O senhor doutor é homem de muita sciencia...*

«— *Pode ter a sciencia que quizer... Eu tambem não sou nenhuma tola... Tenho vinte annos d'experiencia... Nunca me morreu nenhuma nas mãos, senhor abbade... Sangrar em convulsões! Até causa horror!...*

«*Estava indignada. O senhor doutor tinha torturado a creaturinha, até lhe quizera administrar chloroformio...*

«*Mas a voz do doutor Gouvêa berrou por ella do fundo do corredor — e a matrona abalou, com o seu molho de guardanapos*». (Págs. 635 e 636).

Pouco depois, o doutor, reconhecendo que já nada mais podia fazer, descia para ver se estava pronto o *cabriolet*, a que mandara pôr a égua, e, quando voltou ao quarto, foi encontrar a Amélia «*immovel, com os braços hirtos, as mãos crispadas d'uma côr de pupura escura — e a mesma côr mais arroxeada cobria-lhe a face rigida*». (Pág. 638).

Tinha morrido.

No dia seguinte, em Leiria, a Dionísia contava ao padre Amaro «*a historia da noite — as convulsões de repente, tão fortes que ella, a Gertrudes e o senhor doutor mal a podiam segurar! o sangue, as prostrações em que cahia! depois a anciedade da asphyxia que a fazia tão rôxa como a tunica d'uma imagem...*» (Pág. 645).

*
* *

Mostram claramente estes recortes que o autor quis pintar um caso de eclâmpsia de prognóstico fatal, como tanta vez acontece.

Parece-me que não poderá haver dúvidas.

Lá se fala, com efeito, no romance, do sintoma característico, dominante — «*nas convulsões que foram d'arripiar*».

Lá se refere também o período comatoso, consecutivo aos ataques, em que a mulher fica insensível a tudo o que a cerca — «*aquelle somno que é o somno da morte*».

Lá se nota ainda a asfixia que punha a doente «*tão roxa como a tunica d'uma imagem*».

Lá se indicam mais, como fenómenos prodrómicos, o «*peso na cabeça*» e as perturbações visuais — «*faiscas diante dos olhos*».

Lá se aponta, por último, o tratamento ainda hoje mais ou menos usados neste casos — o clorofórmio e a sangria.

E houve mesmo o cuidado de contar, algumas páginas antes, que, já em época adiantada da sua gravidez, Amélia aparecera ao padre Amaro «*um pouco inchada das faces*». (Pág. 560).

Só esqueceu mencionar a respiração estertorosa, apavorante, ouvindo-se a distância, que, no final dos ataques ou nos intervalos, a doente deveria ter.

De facto, diz o romance que o abade Ferrão, quando ia ao corredor escutar o que se passava no quarto da Amélia, só ouvia «*um ruido confuso e surdo de pés movendo-se vivamente no soalho... mas nem um ai, nem um grito*», havendo doutras vezes «*um silencio tenebroso*».

Ressalvemos ainda, se se quiser, o desalinho dramático

da roupa do doutor que mais parece dum homem que saíu duma desordem.

*
* *

Ora, como acontece que a eclâmpsia se manifesta essencialmente por acessos convulsivos impressionantes, acompanhados de esgares horrorosos, não é de estranhar que a doença tivesse sido considerada como uma nevrose comparável à histeria ou à epilepsia, com as quais foi durante muito tempo mais ou menos confundida, ou então como o resultado das alterações dos centros nervosos provocadas pela anemia resultante de grandes perdas sangüíneas, ou, ao contrário, pela congestão determinada pelo afluxo ao cérebro de uma grande quantidade de sangue aquecido em extremo pela agitação do trabalho do parto, ou ainda por quaisquer outras causas.

Mas, desde que em 1843 Lever e Simpson mostraram a coincidência quási constante da albuminúria com a eclâmpsia, começou-se pouco a pouco a constituir uma doutrina nova, atribuindo a doença à retenção no sangue dos materiais da urina, fôssem êles quais fôssem porque os autores discordavam quanto à variedade dos elementos retidos, até se estabelecer o conceito da auto-intoxicação devida à insuficiência do rim e dos outros órgãos eliminadores.

*
* *

E dito isto, é interessante notar que, embora tal afirmação se não faça expressamente, tudo no romance é conduzido para levar o leitor à convicção de que os ataques da Amélia deveriam ter resultado dos profundos incómodos morais sofridos durante a gravidez e, por último, do grande

desgôsto que ela teve por não encontrar junto de si o filho, tanto mais que se tratava duma mulher tendo apresentado sempre, durante tôda a vida, uma grande sensibilidade nervosa, duma «*beata hysterica, toda nervos, toda medo, toda exaltação*» (pág. 510), como lá de si para si, um pouco enjoado, dizia duma vez o padre Amaro.

Era mesmo essencial levar o leitor a essa conclusão, porque a moral do romance exigia evidentemente que a Amélia morresse e exigia mais que a morte se podesse filiar nos amores dela com o padre.

De facto, se a Amélia tivesse morrido atropelada por um carro ou porque uma telha lhe caísse na cabeça, do romance nada se concluía.

Mesmo se tivesse morrido de parto, devido a um apêrto da bacia ou à hemorragia duma placenta prévia, nada se concluía também.

Mas assim não.

Matando a rapariga com eclâmpsia e deixando transparecer que a doença poderia ter a origem apontada, o autor tira todo o efeito do seu livro.

Acontece porém, como já foi dito, que ninguém hoje admite para tais convulsões das grávidas, das parturientes ou das puérperas essa origem nervosa.

O nosso conceito actual sôbre a patogenia da doença faz portanto ruir tôda a construção.

Mas seria a doutrina da eclâmpsia-nevrose ainda aceite aí por 1870 e tal.

É um ponto que importa elucidar porque, como é sabido, *O crime do padre Amaro* foi escrito em 1871, lido a alguns amigos em 1872, publicado na sua forma primitiva em 1874 e refundido em 1878-79.

Ora por essa data, com quanto houvesse já quem afirmasse, com Wilson, ser a eclâmpsia devida à presença no sangue dum excesso de ureia, ou, com Frerichs e Treitz,

dum produto da sua oxidação, sustentava-se ainda que tal doença era uma nevrose, como se poderá ler, por exemplo, na *Dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas* do Dr. Daniel de Mattos, intitulada *Estudo da eclampsia puerperal,* impressa em 1876, onde se diz, a páginas 79:

«Na invasão toma a eclampsia a forma geral das nevroses. Surge rapidamente, e muitas vezes em organismos em que não podia, sequer, presumir-se estado anterior, que lhe preparasse a evolução dos sintomas que a constituem.

«Os phenomenos que depois se desenham nas differentes repartições na motilidade, sensibilidade e intelligencia, bem claramente significam modalidades anormaes do funccionalismo do eixo encephalo-medular e suas dependencias.

«Tudo isto melhor se casa com a idêa de nevrose.

«A marcha das nevroses é, em geral, irregular e intermittente. É esta também a marcha da eclampsia puerperal».

E no mesmo livro, algumas páginas antes, ao tratar das *causas ocasionais:*

«O sentimento de terror, de pesar, emfim todos os abalos moraes, e em especial os depressores, podem ser causa ocasional.

«Estes factos muito se harmonisam com a maior frequencia da eclampsia puerperal nas mulheres innuptas» (pág. 42).

Eça de Queiroz estava pois dentro das ideas do seu tempo escrevendo o que escreveu.

Sirva isto de lição aos romancistas que queiram meter patologia nos seus livros. A extrema variabilidade das doutrinas médicas, que os pragmáticos invocam como argumento favorável às suas opiniões, pode fazer caducar em poucos anos as obras que tenham concebido.

*
* *

E agora, para liquidar êste caso da Amélia, resta, rebuscando os *antecedentes pessoais,* mostrar, como se disse, ser tudo no romance conduzido para levar o leitor à convicção de que os acessos convulsivos teriam sido possíveis porque a rapariga «*beata hysterica, toda nervos, toda mêdo, toda exaltação*» sofrera profundos abalos morais durante a gravidez.

Novita ainda, teve Amélia uma crise menstrual.

Andava ela então a dar lições de música com o *tio Cegonha.*

Um dia apareceu «*muito amarella e triste*», queixava-se «*desde a vespera... de mal-estar*» (pág. 90) e, como o velho lhe contasse a triste aventura dum rapaz que, por um desgraçado amor, fôra para um convento, ela «*todo o dia pensou n'aquella historia. De noite veio-lhe uma grande febre, com sonhos espessos, em que dominava a figura do frade franciscano*» (pág. 91).

«*Ao outro dia a febre acalmou, o doutor Gouvêa tranquillisou a S. Joanneira com uma simples palavra:*

«*— Nada de sustos, minha rica senhora, são os quinze annos da rapariga. Hão de vir ámanhã as vertigens e os enjôos... Depois acabou-se. Temol-a mulher*» (pág. 92).

Com o andar do tempo «*Amelia mudára muito; crescera: fizera-se uma bella moça de vinte e dois annos d'olhar avelludado, beiços muito frescos... Mas em certos dias, como dizia a mãi, «murchava»: voltavam então os abatimentos d'outr'ora, que a amarellavam, lhe punham duas rugas velhas ao canto dos labios: tinha n'essas occasiões horas d'uma vaga saudade parva e morbida, em que só a consolava cantar pela casa o Santissimo ou as notas lugubres do toque da Agonia*» (pág. 102 e 103).

Quando o padre Amaro resolveu deixar a casa da S. Joaneira para ir viver sòzinho na rua das Sousas, Amélia tinha por vezes uma melancolia «*tão pungente que se lhe entumecia a garganta com soluços*» (pág. 176).

«*As suas noites eram sacudidas de sonhos lubricos; de dia vivia n'uma inquietação de ciumes, com melancolias lugubres, que tornavam, como dizia a mãi, «uma môna, que até enraivece».*

«*O genio azedava-se-lhe.*

«*— Credo, rapariga! que tens tu? exclamava a mãi.*

«*— Não me sinto boa. Estou para ter alguma!*

«*Andava, com effeito, amarella, perdera o appetite. E enfim uma manhã ficou de cama com febre. A mãi, assustada, chamou o doutor Gouvêa. O velho pratico, depois de vêr Amelia, veio á sala de jantar sorvendo com satisfação a sua pitada.*

«*— Então, senhor doutor? disse a S. Joanneira.*

«*— Case-me esta rapariga, S. Joanneira, case-me esta rapariga. Tenho-lh'o dito tantas vezes, creatura!*

«*— Mas, senhor doutor...*

«*— Mas case-a por uma vez, S. Joanneira, case-a por uma vez! repetia elle pelas escadas, arrastando um pouco a perna direita que um rheumatismo teimoso encolhia*» (pág. 179 e 180).

Maiores se tornaram porém ainda os transtornos nervosos depois que começaram as entrevistas com o padre Amaro em caso do sineiro, do *tio Esguelhas*.

«*Amelia tremia, toda branca*», caindo «*sobre o catre, quasi desmaiada de terror*», quando sentia a voz da Tótó berrar do fundo da alcova em que a paralisia a tolhia — «*Lá vão os cães! lá vão os cães!*» (pág. 452).

E uma madrugada mesmo, segundo a mãe contava ao cónego Dias, «*Amelia acordára de repente aos gritos, que Nossa Senhora lhe estava a pousar o pé no pescoço! que suffocava! que a Tótó a queimava por detraz! e que as labaredas*

do inferno subiam mais alto que as torres da Sé!... Emfim um horror!... Viera encontrál-a em camisa a correr pelo quarto, como doida. D'ahi a pouco cahira para o lado com um ataque de nervos. Toda a casa estivera em alvoroço... A pobre pequena lá estava de cama, e em toda a manhã apenas tocára n'uma colher de caldo.

«— *Pesadêlos, disse o conego. Indisgestão!*» (pág. 458).

Mas a mãe não concordava, eram «*aquellas desgraçadas visitas á filha do sineiro! .. desde que aquillo começára, a rapariga parecia transtornada. Ultimamente, então, andava de todo. Ora alegrias sem razão, ora umas trombas de dar melancolia aos moveis. De noite sentia-a passear pela casa até tarde, abrir as janellas... Ás vezes tinha até medo de lhe vêr o olhar tão exquisito: quando vinha de casa do sineiro era sempre branca como a cal, a cahir de fraqueza. Tinha de tomar logo um caldo...*» (pág. 458).

Mas um dia a Tótó adoeceu de repente, a deitar golfadas de sangue pela bôca, e «*as manhãs na casa do tio Esguelhas*» passaram a ser mas «*tranquillas*» (pág. 475).

No entanto Amélia tinha «*pieguices frequentes que impacientavam o padre Amaro. Em certos dias apparecia muito murcha; trazia sempre algum sonho lugubre a contar, que a torturára toda a noite... Perguntava-lhe ás vezes:*

«— *Se eu morresse, tinhas muita pena?*» (pág. 476).

«*As amigas... extranhavam-na. Ás vezes durante serões inteiros não descerrava os labios*» (pág. 476).

E «*a mãi, vendo-a sempre tão pallida, pensára em chamar o doutor Gouvêa.*

«— *Não é nada, minha mãe, é nervoso, passa...*

.«*O que provava a todos que era nervoso eram os sustos subitos que a tomavam — a ponto de dar um grito, quasi desmaiar, se de repente uma porta batia. Certas noites mesmo, exigia que a mãi viesse dormir ao pé d'ella, com medo de pesadêlos e de visões.*

«— *É o que diz sempre o senhor doutor Gouvêa, observava a mãi ao conego, é uma rapariga que necessita casar...*» (pág. 476 e 477).

E o padre-mestre, que sabia dos amores de Amélia com o páraco, «*pigarreava grosso*» (pág. 477).

Depois uma série de desastres veio amarfanhar a pobre alma da Amélia.

Descobre que está grávida.

Aceita, como uma irremediável necessidade, depois duma crise de indignação, a idea de se casar com João Eduardo, o escrevente que, cheio de boas intenções, a namorara em tempo.

Mas recebe um dia de chofre a notícia de que o homem fora para o Brasil.

Começaram então para Amélia «*as semanas peores da sua vida. Ia para o parocho, banhada em lágrimas, perguntando-lhe todos os dias o que havia de fazer*». (pág. 509).

Assentou-se por fim em que a rapariga fôsse para a quinta da Ricoça, nos Poiais, a propósito de servir de enfermeira à mana do cónego, à D. Josefa, convalescente duma pneumonia, emquanto a mãe iria mais o padre mestre passar a temporada de banhos à Vieira.

Amélia quando «*se viu n'aquelle casarão, n'um quarto regelado... chorou toda a noite com a cabeça enterrada no travesseiro*» (pág. 537).

Lá na quinta a vida era monótona.

Tôdas as noites «*antes de se deitarem, iam trancar todas as portas, n'um medo constante de ladrões; e então começava para Amelia a hora dos terrores supersticiosos. Não podia adormecer, sentindo ao pé a negrura d'aquellas antigas salas deshabitadas e em redor o tenebroso silencio dos campos. Ouvia ruidos inexplicaveis; era o soalho do corredor que estalava, sob passadas multiplicadas; era a luz da vela que de repente se dobrava como sob um halito invisivel;*

ou a distancia, para os lados da cozinha, o baque surdo d'um corpo..., se adormecia, as visões do pesadêlo continuavam-lhe os terrores da vigilia. Uma vez acordára de repente, a uma voz que dizia, gemendo, por traz da alta barra da cama: — Amelia, prepara-te o teu fim chegou! *Espavorida, em camisa, atravessou correndo a casa, foi refugiar-se na cama da Gertrudes.*

«*Mas na noite seguinte a voz sepulchral voltou quando ella ia adormecer:* Amélia, lembra-te dos teus pecados! Prepara-te Amélia! *Deu um grito, desmaiou. Felizmente a Gertrudes, que ainda se não deitára, correu áquelle ai agudo que cortára o silencio do casarão. Achou-a estirada ao través do leito, com os cabellos soltos da rede rojando no chão, as mãos geladas e como mortas. Desceu a acordar a mulher do caseiro, e até de madrugada foi uma azafama para a chamar á vida. Desde esse dia a Gertrudes dormia ao pé d'ella — e a voz não tornou a ameaça-la por traz da barra.*

«*Mas, de noite e dia, não a deixou mais a ideia da morte e o pavor do inferno*» (pág. 540 e 541).

«*Cahiu então n'uma melancolia hysterica que a envelhecia; passava os dias suja e desarranjada, não querendo dar cuidado ao seu corpo pecador*» (pág. 542).

Era tal o seu estado que, um dia, ao ouvir o «*chilrear glorioso d'um passaro contente, subitamente, sem razão, n'um d'estes abalos nervosos que vem ás mulheres hystericas, rompeu a chorar*» (pág. 552).

À medida que se aproximava o têrmo da gravidez, Amélia «*começava a andar assustada. De dia e de noite só pensava n'aquellas horas, que se avisinhavam, em que devia sentir chegarem as dôres. Soffria mais que durante os primeiros mezes; tinha tonturas, perversões de gosto — que o doutor Gouvêa, observava, franzindo a testa descontente. As noites eram más, n'uma turbação de pesadêlos. Já não eram as alucinações religiosas: isso cessara... Eram outros medos,*

sonhos em que o parto se lhe representava de modos monstruosos: ora era um sêr medonho que lhe saltava das entranhas, metade mulher e metade cabra; ora era uma cobra infindavel que lhe sahia de dentro, durante horas, como uma fita de leguas, enrolando-se no quarto em roscas successivas que ganhava a altura do tecto: e acordava em termuras nervosas que a deixavam prostrada» (pág. 607).

*
* *

Que finalmente o romancista queria convencer mais ainda o leitor de que fôra a grande dor, sofrida pela mãe por não encontrar junto de si o filho, que provocara os ataques, prova-o a seguinte passagem:

«*Mas a porta da sala abriu-se, e appareceu a Dionysia...*

«*— Senhor doutor, disse ella no silencio que se fez, a menina acordou e diz que quer o filho.*

«*— E então? a criança levaram-n'a, não?*

«*— A criança levaram-n'a... disse a Dionysia.*

«*— Bem, acabou-se.*

«*Dyonisia ia fechar a porta, mas o doutor chamou-a.*

«*— Ouça lá, diga-lhe que a criança vem ámanhã... Que ámanhã sem falta que lh'a trazem. Minta. Minta como um cão; aqui o senhor abbade dá licença... Que durma, que socegue»* (pág. 627).

Passado algum tempo porém «*a porta abriu-se*» de novo *timidamente; era ainda a Dyonisia:*

«*— A pequena está a choramingar, diz que quer a criança.*

«*— Mau, mau! disse o doutor.*

E depois d'um momento:

«*— Que tal aspecto tem ella? Está córada? Está inquieta?*

«— *Não senhor, está bem. Só a choramingar, a fallar no pequeno.. Diz que o quer hoje por força.* .

«— *Converse com ella, distraia-a... Veja se ella adormece...*

«*A Dyonisia retirou-se; e o abbade logo com cuidado:*

«— *Ó doutor, suppõe que lhe possa fazer mal o affligir-se?*

«— *Pode-lhe fazer mal, abbade, pode — disse o doutor que rebuscava na sua pharmacia portatil. Mas eu vou-a fazer dormir*» (pág. 630 e 631).

O CASO DA LUÍSA

Esmiüçando agora a forma como o romancista descreve a doença e a morte da Luísa, chega-se a uma conclusão bem diversa da do caso da Amélia, mas que nem por isso deixa de ser interessante.

A história é complicada.

Para conseguir apanhar umas cartas comprometedoras de que uma criada, chamada Juliana, se apossara, Luísa resolveu pedir o auxílio do bom Sebastião, velho amigo da casa.

Assentaram os dois no plano a seguir — ela iria, nessa noite, ao teatro com o marido; e êle, à hora em que Juliana estivesse sòzinha em casa, lá procuraria de qualquer forma arranjar as coisas.

E conseguiu, de facto, apanhar as cartas à mulher, metendo-lhe mêdo com um polícia.

Mas depois duma scena violenta, de repente, Juliana caíu redonda no chão.

Estava morta, tinha-lhe rebentado o aneurisma.

Recebendo esta notícia ao voltar do teatro, Luísa, que já lá se sentia doente, com os pés a arrefecerem-lhe e uma vaga febre a tornar-lhe a cabeça pesada, não quis entrar e foi com o marido para casa de Sebastião.

Mas «*passou a noite ás voltas com febre*» e «*de madru-*

gada» Jorge, o marido, «*ficou assustado da frequencia do... pulso e do calor sêcco da pelle*» (pág. 545).

E «*pela manhã, Luiza não se pôde levantar*» (pág. 546).

«*No dia seguinte*», porém, «*estava melhor*» (pág. 551) e, de aí a dois dias mesmo, voltava, muito bem disposta, para casa com o marido.

«*Mas n'essa noite a febre voltou*» (pág. 552) e no outro dia Luísa esteve sempre «*muito abafada na roupa*» com «*as faces escarlates*» e os olhos a cerrarem-se-lhe «*n'uma somnolencia pesada*» (pág. 553 e 554).

De noite, lá para a madrugada, piorou, «*a febre recrudescera. Jorge, inquieto, vestiu-se á pressa*» (pág. 554) e foi chamar Julião, médico muito das relações dêles, que já por mais duma vez vira a mulher depois que ela adoecera.

Quando chegaram «*Luiza dormitava, amodorrada*» (pág. 554).

Depois do almôço «*Jorge voltou á alcova: Luiza ainda dormitava*» (pág. 555), mas a criada Mariana, sentada ao lado da cama numa cadeirinha baixa, disse:

«— *Tem estado muito inquieta*» (pág. 555).

«*Jorge apalpou a mão de Luiza que ardia*» (pág. 556) e começou, preocupado, a andar fora e dentro, da alcova para o escritório e do escritório para a alcova — «*Luiza permanecia na sua modorra...; a face escarlate reluzia; as pestanas longas pousavam pesadamente, no adormecimento das palpebras finas*» (pág. 556).

Afinal «*a doença, depois d'uma marcha incerta durante tres dias, definiu-se; eram crescimentos; enfraquecia muito, mas Julião estava tranquillo*» (pág. 565).

E Luísa começou a melhorar, «*já dormia tranquillamente. Ao fim de uma semana os crescimentos desappareceram. Mas estava muito fraca: no dia em que primeira vez se levantou, desmaiou duas vezes*» (pág. 566 e 567).

Entrara em franca convalescença, «*tinha appetite, sabo-*

reava muito o calix de vinho do Porto, que Julião recomendára» (pág. 567), andava alegre, bem disposta, fazia planos de vida futura.

Mas como achasse o marido «*macambuzio*» um dia preguntou-lhe:

«— *Que tens tu? Tu tens alguma coisa. Estranho-te tanto ha dias!... Que é? Dize...*» (pág. 576).

E como Luísa insistisse — «*Dize, que tens?*» (pág. 576) — Jorge estendeu-lhe uma carta vinda de França, estava ela já doente, e que êle abrira e lera.

Luísa «*abriu-a devagar, viu a letra de Bazilio*» (pág. 576) e num relance adivinhou que a carta devia conter a revelação da sua infidelidade. «*Fixou Jorge um momento d'um modo desvairado, estendeu os braços sem poder fallar, levou as mãos á cabeça com um gesto ancioso como se se sentisse ferida, e oscilando, com um grito rouco, cahiu sobre os joelhos, ficou estirada no tapete*».

«*Jorge gritou. As criadas acudiram. Estenderam-na na cama... Felizmente havia ether, fizeram-lh'o respirar*» mas, ao ouvir a voz de Jorge, Luísa «*desmaiou outra vez. Movimentos convulsivos sacudiam-lhe o corpo* (pág. 576 e 577).

Depois ficou que «*parecia adormecida.. immovel, branca como cera, as duas mãos pousadas sobre a colcha*» (pág. 577).

Foram à pressa chamar Julião que «*appareceu esbaforido*».

«— *Achou-se mal de repente... Vê, Julião. Está muito mal! — disse Jorge.*

«*Fizeram-lhe respirar mais ether; despertou outra vez*» (pág. 577).

E como o marido lhe preguntasse:

«— *Dize, que sentes?*

«— *Aqui — disse ella; e levava as mãos á cabeça. — Doe-me!* (pág. 578).

«*As fontes latejavam-lhe, e uma côr ardente, sécca, esbraseava-lhe o rosto.*

«*Como era habituada a enxaquecas, Julião tranquillisou-os; recommendou um socego immovel e sinapismos de mostarda aos pés, — até que elle voltasse.*

«*Jorge ficou junto do leito, taciturno, cortado de presentimentos, de sustos, suspirando ás vezes*» (pág. 578).

«*Luiza agitava-se..., apertando as mãos na cabeça, torturada pela dôr crescente, cheia de sêde.*

«*Mariana acabava d'arrumar em pontas de pés... mas só o pousar subtil dos seus passos fazia soffrer Luiza, como se fossem martelladas sobre o craneo.*

«*Julião não tardou; logo da porta do quarto, o aspecto d'ella inquietou-o. Accendeu um phosphoro, aproximou-lh'o do rosto: e aquella luz fez-lhe dar um grito como se um ferro frio lhe trespassasse a cabeça.*

«*Os olhos dilatados tinham um reluzir metallico. Conservava-se muito quieta, porque o gesto mais lento lhe dava na nuca dôres penetrantes que a dilaceravam...*

«*Julião fez logo pôr três travesseiros, para lhe conservar a cabeça alta... Ella começava agora a murmurar sons cançados, e a voltar-se com movimentos bruscos que lhe arrancavam gritos; ou immovel gemia d'um modo continuo e angustioso. Tinham-lhe envolvido as pernas n'um longo sinapismo; mas não o sentia. Pelas nove horas começou a delirar; a lingua tornára-se-lhe branca e dura, como de gesso sujo* (pág. 579).

«*Julião fez applicar na cabeça compressas d'agua fria. Mas o delirio exacerbava-se.*

«*Ora tinha um murmurio espesso, um vago rosnar modorrento...; depois debatia-se, esgaçava a camisa com as mãos; e arqueando-se, os seus olhos rolavam, como largos bugalhos prateados onde a pupilla se sumia.*

«*Socegava mais; dava risadinhas d'uma doçura idiota; tinha gestos lentos sobre o lençol, que aconchegavam e acariciavam, como n'um goso tepido: depois começava a respirar*

anciosamente, vinham-lhe expressões torturadas de terror, queria enterrar-se nos travesseiros e nos colchões, fugindo a aspectos pavorosos: punha-se então a apertar a cabeça phreneticamente, pedia que lh'a abrissem, que a tinha cheia de pedras, que tivessem piedade d'ella! — e fios de lagrimas corriam-lhe pelo rosto. Não sentia os sinapismos: expunham-lhe agora os pés nús ao vapor d'agua a ferver, carregada de mostarda...; mas de repente ella desesperava-se, gritava pela carta, maldizia Juliana — ou então dizia palavras de amor, enumerava sommas de dinheiro... e... num momento, julgando-se no Paraiso *e nas exaltações do adulterio, chamou Bazilio, pediu champagne, teve palavras libertinas...* (pág. 580 e 581).

«*— Está em perigo? — perguntou Sebastião.*

«*— Está — disse Julião — Se sentisse os sinapismos ao menos!* (pág. 581).

E tomando Jorge pelo braço:

«*— Ouve lá, é necessario cortar-lhe o cabello; e rapar-lhe a cabeça*» ... (pág. 581).

«*... Aquella massa de cabello era o diabo, impedia a acção da água*» (pág. 581).

Mas o marido pediu que se esperasse até ao dia seguinte.

«*Julião consentiu, contrariado. Fazia então humedecer constante as compressas da cabeça, e como Marianna tremula, desgeitosa, molhava muito o travesseiro, foi Sebastião que se collocou á cabeceira da cama, toda a noite, espremendo sem cessar uma esponja, d'onde a agua gotejava lentamente; tinham jarros fóra da varanda, na sala para dar á agua uma frialdade gelada. O delirio alta noite acalmára um pouco. Mas o seu olhar injectado tinha um aspecto selvagem; as pupilas pareciam apenas um ponto negro*» (pág. 581 e 582).

Jorge, que tôda a noite passara sentado aos pés da cama, de madrugada ergueu-se e foi à janela olhar para a rua.

«*Quando entrou na alcova Luiza fallava com uma voz extincta; sentia muito vagamente os sinapismos, mas a dôr de cabeça não cessava. Começou a agitar-se — e o delirio d'ahi a pouco voltou. Julião, então, determinou que se lhe rapasse o cabello*» (pág. 582 e 583).

«*O delirio... d'ahi a uma hora acalmou; — e Luiza caiu n'uma somnolencia prostrada com gemidos fracos, que sahiam dos labios como a lamentação interior da vida vencida*».

«*Jorge tinha então dito... que desejava chamar o doutor Caminha... Julião condescendeu logo. Até estimava*» (pág. 584).

«*Luiza, que sahira um momento do seu torpôr, sentiu-os fallar baixo. A sua voz extincta chamou Jorge:*

«*— Cortaram-me o cabello – murmurou tristemente*» e «*duas lagrimas silenciosas correram-lhe pelos cantos dos olhos*».

«*Devia ser a sua ultima sensação; a prostação comatosa ia-a immobilisando, apenas a sua cabeça rolava n'um movimento dôce e vagaroso sobre o travesseiro, gemendo sempre com um cansaço triste; a pelle empallidecia como um vidro de janella, por traz do qual lentamente uma luz se apaga; e mesmo os ruidos da rua que começavam não a impressionavam, como se fossem muito distantes e abafados em algodão*» (pág. 584 e 585).

Depois do meio dia «*uma carruagem parou á porta. Era o doutor Caminha*» (pág. 585).

«*Julião e elle ficaram sós na alcova.*

«*No quarto os outros esperavam calados...*

«*— Vai-se-lhe pôr um caustico na nuca — veio dizer Julião*» (pág. 585).

«*O caustico foi inutil. Não o sentia, immovel e branca, com as feições crispadas; e tremuras passaram-lhe de repente nos nervos da face como vibrações fugitivas.*

«— *Está perdida — disse Julião baixo a Sebastião*» (pág. 586).

Entretanto «*Julião ordenára outro caustico*» (pág. 587), depois de ter pensado em lhe mandar pôr ventosas.

E Luísa continuava «*immovel; uma côr macilenta ia-lhe dando ás faces tons cavados e rigidos*» (pág. 587).

Não falava, parecia não perceber já o que se lhe dizia.

Jorge «*poz-lhe então a mão na testa, hesitando, com medo; parecendo-lhe que estava fria!...*

«— *Doutor! Está morta! Veja. Não falla, está fria*» (pág. 588) disse êle ao Doutor Caminha que entrava.

E o médico tomando «*o pulso de Luiza, sentiu-o fugir sob os dedos, como a vibração expirante d'uma corda.*

«*Julião veio logo. E concordou com o doutor Caminha que as ventosas eram inuteis.*

«— *Já as não sente — disse o doutor sacudindo o tabaco dos dedos.*

«— *Se se lhe désse um copo de cognac?...— lembrou de repente Julião. E vendo o olhar espantado do doutor: — Ás vezes estes symptomas de coma não querem dizer que o cerebro esteja desorganisado: podem ser apenas a inacção da força nervosa exhausta. Se a morte é irremediavel não se perde nada; se é apenas uma depressão do systema nervoso, pode-se salvar.*

O doutor Caminha, com o beiço descahido, oscillava incredulamente a cabeça» (pág. 588 e 589).

E tinha razão.

No entanto «*levantaram Luiza; Julião fez-lhe engolir o cognac: quando a deitaram ficou na mesma immobilidade comatosa*» (pág. 589),

E pouco depois «*Luiza morria: os seus braços... estavam já paralysados: os seus olhos... embaciavam-se como sob a camada ligeira d'uma pulverisação muito fina*» (pág. 590).

*
* *

Vamos a ver se será possível pôr alguma ordem nesta confusa história.

No último período da doença, os sintomas apontados fazem pensar numa meningite.

Havia, com efeito, uma cefaleia intensa, que o mais ligeiro ruído exacerbava — só o pousar subtil dos passos da Mariana *«fazia soffrer Luiza, como se fossem martelladas sobre o craneo»*.

E ela levava repetidas vezes as mãos à cabeça, quando não estava muito quieta porque então o *«gesto mais lento lhe dava na nuca dôres penetrantes que a dilaceravam»*.

Havia fotofobia — a aproximação dum fósforo aceso provocou *«um grito como se um ferro frio lhe trespassasse a cabeça»* — e, além disso, a princípio midríase — *«os olhos dilatados tinham um reluzir metalico»* — e, mais tarde, miose — os olhos pareciam *«largos bugalhos prateados onde a pupilla se sumia»*, não se falando no romance em estrabismo.

A temperatura era elevada e a doente delirava — ora baixinho *«num vago rosnar modorrento»*; ora ruïdosamente numa grande agitação, cheia de alucinações, querendo então *«enterrar-se nos travesseiros e nos colchões, fugindo a aspectos pavorosos»*.

É de presumir a rigidez da nuca — *«e arqueando-se, os seus olhos...»* — falando-se também no romance em paralisias que teriam começado pelos braços.

De vómitos não há notícia.

Numa dada altura a respiração tornou irregular; havia já então movimentos crafológicos, *«gestos lentos sobre o lençol que aconchegavam e acariciavam, como num gozo tepido»* —

e, depois dumas ligeiras contrações da face, o coma sucedeu ao delírio.

A terapêutica indicada no romance — revulsivos nas extremidades inferiores; água fria na cabeça mantida elevada com umas travesseiras; cáustico na nuca e ventosas em que se falou, mas não se chegaram a aplicar — é também a que, para as meningites, se recomenda nos livros do tempo, por exemplo no *Traité élémentaire et pratique de pathologie interne* de Grisolle, só faltando as sangrias, gerais ou locais, sanguessugas atrás das orelhas, que então muito se usavam.

Mas a forma como a doença se instalou é que é extraordinária.

Houve primeiro, em casa de Sebastião, uma noite de agitação e febre, tendo a Luísa passado o dia seguinte na cama.

As melhoras foram rápidas, de aí a dois dias ela podia ir para sua casa, mas nessa noite a febre voltou.

E a doente passou uns dias num estado de torpor e de sonolência entrecortado por breves períodos de agitação, ora pior ora melhor, até que a febre veio a tomar o tipo intermitente — os tais «*crescimentos*», que Julião dizia enfraquecerem muito.

Ao fim de uma semana a temperatura desapareceu de todo e Luísa entrou a convalescer, fraca, mas bem disposta, até que um dia o marido lhe mostrou a carta de Basílio.

Levou então «*as mãos à cabeça*» deu «*um grito rouco*» e caiu no chão sem sentidos.

Foi a seguir que se declararam os sintomas que nos levaram a pensar na hipótese duma meningite.

Esta marcha insólita da doença poder-se-ia talvez considerar, com alguma boa vontade, como traduzindo o desenrolar dum processo tuberculoso, tanto mais que já anteriormente houvera uns ligeiros movimentos febris.

De facto, desde que Juliana se apossara das cartas que

ela escrevera a Basílio, Luísa, farta de aturar as exigências da criada, andava mal disposta.

Uma tarde sentiu-se «*exquisita... fraca, e com uma pontinha de febre.*

«*E nos dias seguintes não se achou melhor. Queixava-se vagamente de peso na cabeça, mal estar... Uma manhã mesmo ficou de cama*» (pág. 458).

O marido inquieto quiz mandar chamar o médico mas ela disse-lhe que «*não era nada, um bocadito de fraqueza talvez...*» (pág. 458).

«*Luiza, no entanto, passava peor: tinha de repente, sem razão, febres ephemeras; emmagrecia, e as suas melancolias torturavam Jorge.*

«*Ella explicava tudo pelo nervoso*» (pág. 460 e 461).

«*Um dia... de repente, sem razão, desmaiou; e quando voltou a si ficou muito fraca, com o pulso sumido, os olhos cavados. Jorge foi logo buscar Julião*» que, «*depois de ter examinado Luiza*» disse:

«*— Não tem nada! E vaes-me buscar para isto! Tem anemia, o que todos temos. Que passeie, que se distraia. Distracções e ferro, muito ferro... E agua fria, agua fria p'ra cima d'aquella espinha!*» (pág. 461 e 462).

Mas Luísa não melhorava.

*
* *

No entanto, descrever um caso de meningite tuberculosa, não deve ter sido essa a intenção do autor.

No fundo o que o romancista queria era, sem piedade, matar mais uma pecadora, arranjando, como no caso da Amélia, um género de morte que mais ou menos se podesse relacionar com o pecado.

Eça de Queiroz parece pois mais uma vez querer con-

vencer-nos de que neste mundo — que eu do outro não sei nada — o vício é castigado e a virtude premiada.

Idea afinal ingénua, porque tudo na vida a desmente, concebível num romântico, mas de causar surpresa num autor que, seguindo os preceitos da sua escola, deveria procurar reduzir o romance à estricta narração impessoal dos factos observados.

Mas Eça de Queiroz não pôde realizar, e ainda bem, o impossível programa da escola realista que, levado a extremos, implicaria a ruína de tôda a concepção artística.

E, no ponto de vista médico, o caso da Luísa é bem demonstrativo.

Porque ela, como qualquer pálida heroína de novela romantica, veiu a morrer, a-pesar-da sintomatologia apontada, não duma meningite, mas duma inverosímil febre causada por um desgosto.

É mesmo esta a opinião que o romancista põe na boca do médico que a tratava.

De facto, quando Luísa adoeceu, Julião, chamado à pressa, disse logo:

«— *É uma febresita nervosa. Quer socégo, não vale nada. Foi o médosinho d'hontem...*» (pág. 546).

Mais tarde, quando ela peorou da primeira vez, respondendo ao marido, que lhe preguntava a que se poderia atribuir tão extraordinária febre, Julião explicava o seu modo de pensar pela seguinte curiosa maneira:

«— *Estas febres vêm por tudo... Ás vezes por uma corrente d'ar, ás vezes por um desgosto. Tenho eu, por exemplo, um caso curioso: um sujeito, um Alves, que esteve para falir, e que viveu, coitado, durante dois mezes em torturas. Há duas semanas, por um golpe de fortuna... arranjou todos os seus negócios, viu-se livre. Pois senhor, desde então tem uma febre assim, tortuosa, complexa, com symptomas dispa-*

ratados... O que é? É que a excitação nervosa abateu, e a felicidade trouxe-lhe uma revolução no sangue...

«*Ergueu-se, e accendendo o cigarro:*

«*— Em todo o caso um repouso absoluto. É necessário ter-lhe o espírito em algodão em rama. Nada de palestra, nada de phrases, e se tiver sede, limonada...*» (pág. 555).

Por isso ao encontrar, pouco depois, Jorge de joelhos a soluçar com as mãos de Luísa agarradas, Julião exclamava da porta da alcova:

«*— Que é isto... Tu estás doido? Tu sabes que ella está n'um estado d'aquelles, e vaes-te pòr a fazer-lhe scenas de lagrimas?... Estoura. Eu a cortar-lhe a febre por um lado, e tu a dar-lh'a por outro? Estás doido!*» (pág. 560).

É certo que ao próprio marido pareciam extraordinárias estas opiniões do amigo, quando sòsinho, lá no escritório, pensava nas «*palavras de Julião: são febres que vem por um desgosto!... Ora tolices! Desgosto de quê?... De resto acreditava pouco nas febres de desgosto*» e convinha que «*Julião tinha uma medicina litteraria*» (pág. 556).

E não se enganava...

Mais tarde ainda, quando Luísa se encontrava já muito mal, depois da última recaída, Julião declara que ela sofre duma destas «*malditas febres cerebraes*» (pág. 581), ficando sem se saber ao certo se o autor considerava ou não as expressões febre nervosa e febre cerebral como equivalentes.

*
* *

A êste propósito não me parece descabido fazer notar que, se a palavra *febre* serve hoje apenas para designar um sintoma, ou, falando com mais propriedade, um sindroma, aparecendo em variadíssimas doenças, nem sempre assim foi.

Ainda não há muito tempo, com efeito, que os patologistas englobavam na designação genérica de *febres* tôdas as doenças em que aparecia, como carácter predominante, uma elevação de temperatura que eles julgavam não estar ligada a qualquer alteração local primitiva.

A febre era então a doença.

As expressões, ainda hoje usadas, de *febre tifoide,* de *febre palustre,* etc., são manifestos vestígios desta concepção.

Ora, aí pelos anos de 1870 e tal — e, como é sabido, *O primo Bazilio* foi escrito em 1876-77 e publicado em 1878 — conquanto muito se consultasse já em Portugal o livro de Jaccoud, então em plena voga, ainda havia quem lesse o velho Tratado, já aqui referido, de Grisolle, que logo nas primeiras páginas se ocupa largamente das *febres,* que constituem a primeira classe das doenças no quadro do autor.

No entanto, é bom notar, mesmo neste livro de Grisolle — e a edição que pude folhear era de 1857 — já não se faz menção nem da febre nervosa, nem da febre cerebral.

A patologia de Eça de Queiroz estava neste ponto muito antiquada, pois só em livros de medicina muito mais remotos se encontram referências a tais doenças e mesmo assim o conceito que os autores faziam destas febres não se coaduna bem com a opinião que ressalta das passagens transcritas do romance.

Assim num venerando *Dictionaire des Sciences médicales,* em muitos volumes, publicado em Paris nos comêços do século passado por uma *Société de Médecins et de Chirurgiens,* diz-se da *febre cerebral* (vol. 15.º, pág. 265):

«Muitos autores modernos, particularmente os médicos alemães, chamaram *febre cerebral* a uma variedade de tifo atáxico, cujos principais sintomas são uma dor de cabeça extremamente violenta, acompanhada de rubor da face, de «*strangulation*», de vertigens; em seguida uma prostração profunda, aproximando-se do estado apoplético, paralisias

das diversas partes do corpo. Muitas vezes toma-se também por febre cerebral uma *encefalite* ou uma *meningite*».

E da *febre nervosa* (mesmo volume, pág. 408):

«Antigamente dava-se com freqüência êste nome às diversas febres complicadas de sintomas atáxicos. Os médicos alemães empregam-no hoje para designar a *febre tifoide*. Entende-se também vulgarmente «*dans le monde*» pela denominação de febre nervosa um movimento febril sintomático, que acompanhe uma agitação qualquer do aparelho nervoso, uma afecção viva da alma, movimentos convulsivos ou espasmódicos».

Razão tinha eu pois para dizer que a Luísa, como qualquer pálida heroína de novela romântica, viera a morrer duma inverosímil febre causada por um desgosto, entidade mórbida afinal já desacreditada ao tempo em que o autor escrevia.

*
* *

E agora, ao terminar, convém advertir — estas ligeiras notas sobre as ideas médicas de Eça de Queiroz não são de molde a aumentar nem a diminuir a glória do escritor.

As obras de arte não são para ver à lupa.

E descobrir inconseqüências, incorreções, contradições, leviandades nas grandes obras duma literatura tem sido em todos os tempos a inglória façanha largamente praticada pelos críticos mesquinhos, sempre grandes conhecedores das boas regras.

Mas uma obra sem erros pode ser duma mediocridade desoladora.

Não está mesmo em escrever sem erros a receita e o segrêdo do génio.

No entanto tôda a gente dirá que eu nestas páginas só tenho feito dessa crítica mesquinha.

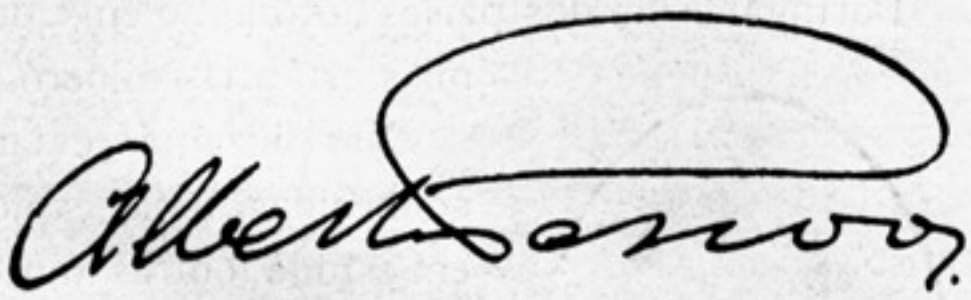
Mas as minhas intenções não são maliciosas.

Compôr as *historias clinicas* da Amélia e da Luísa, rebuscando passagens dos romances foi, devo confessar, apenas um *puzzle* que fêz a minha felicidade durante algumas noites.

Trata-se, no fim de contas, dum divertimento tão inofensivo e honesto como decifrar palavras cruzadas.

É certo que podia guardar estas coisas para mim porque os outros não tem culpa de que eu goste de adivinhas.

Mas espero que não levarão a mal.



UM BALNEÁRIO PORTUGUÊS DO FIM DO SÉCULO XV

(CALDAS DA RAÍNHA)

Portugal é um dos países do mundo em que se conhecem mais estâncias minero-medicinais.

FERNANDO DA SILVA CORREIA

Nas duzentas e tantas estâncias conhecidas, umas exploradas, outras em estudo, outras injustamente abandonadas, encontram-se quási todos os tipos de águas. Se a riqueza é maior em estâncias sulfurosas, não nos faltam importantes e caudalosas fontes alcalinas, cloretadas, férreas, sulfatadas e de fraca mineralização, algumas altamente ràdio-activas, chegando a atingir 9,48 miligramas-minutos a de S.to Amaro no concelho do Sabugal, que tem sais de rádio dissolvidos. As instalações, adequando-se dia a dia aos progressos da técnica hidro-medicinal, os alojamentos nada devendo em confôrto a muitas das boas têrmas estrangeiras, as diversões, o clima e a païsagem colocam algumas delas em lugar proeminente.

As águas do *Gerez*, verdadeiras rivais de Karlsbad, as da *Curia* que são a nossa Contrexéville, o *Luso* que é a nossa Evian, *Caldelas* que é a nossa Chatel-Guyon, *Mel-*

gaço anti-diabética, *Vidago, Pedras Salgadas* e *Salus,* que realizam a gama da alcalinidade da famosa Vichy, o notável grupo açoriano das *Furnas*, as sulfurosas *Entre-os-Rios, Felgueira, Molêdo, S. Pedro do Sul*, *Vizela* e *Caldas da Rainha* estão nesses casos, entre muitas outras bem instaladas. A ennumeração detalhada das águas portuguesas com instalações cuidadas e águas preciosas levaria muito tempo.

Têm sido encontrados em certas delas, vestígios de explorações muito antigas. As de *S. Paulo* em Lisboa e as de *Cabeço de Vide* foram exploradas respectivamente 50 e 118 anos antes de Cristo; As das *Alcaçarias, Caldelas, Chaves, Monchique, Monte Real, Pedras Salgadas, S. Pedro do Sul*, *Taipas, Vidago* e *Vizela,* foram usadas pelos romanos; *Arêgos* foi fundada no século XII pela raínha D. Mafalda; as Taipas por D. João I; D. Afonso Henriques freqüentou S. Pedro do Sul; D. Dinís, Monte Real; Monchique era conhecido no tempo de D. João II que para lá foi mandado para se tratar; Entre-os-Rios já era conhecida em 1551 e Aljustrel foi explorada no tempo de D. Manuel, como S. Pedro do Sul.

Vou ocupar-me do balneário das Caldas, fundado em 1485 pela Raínha D. Leonor de Lancastre, mulher de D. João II.

Quando essa notável soberana resolveu a edificação do balneário não existiam naquele sítio mais do que umas ruínas que segundo alguns autores seriam de origem romana. Não se encontraram até agora nenhuns monumentos ou inscrições que possam esclarecer tal assunto. Mas a existência de tais ruínas, a vizinhança do litoral que tornou habitada tôda aquela zona desde as épocas prè históricas e o enorme caudal das nascentes de água sulfurosa, que se tem mantido sem alteração através de quatro séculos, levam-nos à suposição lógica de que as águas termais das Caldas da Raínha foram exploradas desde épocas remotas.

A Raínha D. Leonor, que visitava a sua vila de Óbidos

com frequência, passou por aquele lugar, a 5 quilómetros dessa vila, no verão de 1484. Não há acôrdo entre as versões que referem os detalhes dessa viagem. Dizem uns que a Raínha estava em Óbidos a convalescer depois do *mau sucesso* que tivera em Almeirim e após o qual ficou *entrevada*. Tivera a Raínha um abôrto seguido de infecção puerperal e nevralgias consecutivas dos nervos pélvicos? É um ponto histórico que não tenho competência para resolver. O que é facto é que tendo sido «desenganada dos médicos» estes a aconselharam a tomar os banhos termais do têrmo da vila de Óbidos e que, por ter melhorado, resolveu fundar um Hospital-Balneário naquele lugar; outros dizem que passando de Obidos para a Batalha vira gente vária a tomar banhos nuns charcos e que lavara, por conselho de alguns do seu séquito, com aquela água um *cancro* de que sofria e que breve curou milagrosamente; outros referem-se às consequências do abôrto e a um tumor no peito, tendo melhorado de ambos os males com os banhos; havendo finalmente outra versão segundo a qual a idea da Raínha edificar o balneário se tinha formado apenas por ver a pobreza e desconfôrto com que aquela gente tomava os banhos.

Fôsse como fôsse, qualquer que seja a significação que dêmos à doença que deixou a Raínha *entrevada* e ao têrmo *cancro,* que ainda hoje é dado impròpriamente a certas úlceras atónicas e supuradas, o que é certo é que D. Leonor desde logo resolveu fazer o edifício e começou a estudar o assunto. É digno de nota o cuidado com que atendeu a todos os detalhes e a consciência e inteligência que a guiou.

Encarregou o seu médico, Mestre António de Lucena, de escolher o local para edificação do balneário, visto haver três grupos de fontes no espaço de quatro quilómetros. O físico escolheu as fontes das actuais Caldas da Raínha, depois de fazer experiências em tôdas elas, mandando tomar banhos a doentes pobres sofrendo de *frieldades,* que melhoraram igual-

mente em qualquer das fontes, sendo escolhida por isso a que tinha maior caudal.

Começaram as obras, que se prolongaram até depois da morte de D. João II. Mas já em vida dêste rei se faziam tratamentos no Balneário e observavam os detalhes de curas e funcionamento dos diversos serviços, que permitiram mais tarde à Raínha organizar o regulamento do estabelecimento, — o chamado «Compromisso» — que se pode ver no arquivo do actual balneário.

A construção foi orientada de modo ao edifício funcionar como Hospital ou internato para doentes que precisavam do tratamento termal. Em volta construíram-se as primeiras casas da vila, destinadas aos doentes não internados.

Nenhum doente podia ser tratado sem prévio exame do médico do balneário que seleccionava os que podiam ou não ser admitidos.

A consulta era acompanhada dum cerimonial que, se agora seria inadmissível, era então de molde a dar prestígio ao *físico*.

*
* *

Vejamos o que foi o primitivo Hospital.

A Raínha D. Leonor, sempre preocupada com a realização das obras de Misericórdia, se principalmente construíu um Hospital-Balneário, único no seu género em todo o mundo, visto que nêle podiam tratar-se gratuitamente (como ainda agora) doentes pobres de todo o país, tendo mantimentos durante o tempo da cura à custa do Hospital, ao lado do balneário construíu uma casa para os peregrinos que passavam pelo lugar, fez enfermarias de doenças gerais e não esqueceu os males do espírito construindo também uma Igreja.

O Hospital era formado por um grupo de construções feitas sôbre as nascentes de água termal, a oeste da igreja,

que ainda actualmente se conserva, com algumas modificações.

A entrada principal era do lado da Praça da Vila, correspondente ao actual Largo D. Leonor. A porta era rendilhada em estilo manuelino, com as armas da Raínha. Junto da porta e à esquerda de quem olhava o Hospital, havia uma sineta, a «campa», que servia para chamar os empregados do Hospital ao seu serviço. Uma arcaria aguentava uma varanda, que dominava a frontaria do edifício de um e outro lado da porta. O corpo central das edificações era ocupado por enfermarias. À esquerda havia um edifício mais alto terminado por um alpendre com colunas, donde se avistava todo o balneário e o resto da vila. Esse alpendre ligava com a rouparia do Hospital e era continuado por aposentos de enfermeiro, médico, boticário, etc. À direita da porta de entrada, no extremo da fachada, era o Hospital dos peregrinos.

O interior do edifício era bastante complicado, devendo a sua irregularidade às várias casas que formavam o todo.

Logo depois de atravessar a porta principal entrava-se numa sala ampla, a copa, onde havia uma grande mesa que servia para distribuir as refeições aos doentes na presença da própria Raínha e, depois, dos seus provedores. Os enfermeiros levavam a comida às enfermarias, quando os doentes não podiam ir à copa.

Para a copa abriam duas portas ao fundo, a da esquerda com grades como as dos conventos e correspondendo à enfermaria das mulheres *entrevadas,* a da direita à dos homens nas mesmas condições. Ambas elas eram contíguas à igreja, podendo os doentes assistir aos ofícios divinos através dumas portas com rótulas.

Do lado norte da copa, junto da enfermaria das mulheres, ficava a piscina destas e do lado correspondente, ao sul, a dos homens. Para o lado do norte da piscina das mulheres

era o *Banho da Raínha,* onde a fundadora tomava os seus banhos.

À esquerda da porta de entrada era a Botica do Hospital e junto dela a cozinha e suas dependências. A Botica era das mais bem fornecidas do país.

As piscinas dos banhos eram cobertas de abóbadas, entrando-lhes a luz por claraboias abertas na pedra. As dimensões dos tanques eram de 56 palmos × 24 a dos homens e de 46 palmos por 13 a das mulheres. Na primeira podiam tomar banho 30 pessoas ao mesmo tempo, na segunda 24.

As enfermarias dos entrevados tinham, a dos homens 21 camas, a das mulheres 19 e eram iluminadas por claraboias com vidraças, como as piscinas.

No andar superior estavam as outras enfermarias. À frente, do lado do sul, a dos religiosos, com 21 camas, com janela para a Praça, e tendo um oratório do lado oposto à janela. A seguir a dos leigos com 12 camas e a dos clérigos com 6. As enfermarias tinham anexos «cubiculos para os dias de purga». Ao norte e para o lado de trás estava a enfermaria das mulheres não entrevadas, com uma janela para o norte, gradeada como as dos conventos, assim como a porta de entrada. Esta enfermaria, com 16 camas, tinha camarotes especiais para religiosos e era assente sobre as abóbadas de tijolo da cozinha.

Do lado do sul, no extremo do edifício, ficava a casa dos peregrinos, com 6 camas, destinada a abrigar os doentes antes de serem admitidos no Hospital e, no inverno, os peregrinos de passagem, a quem se fornecia cama, água, luz e sal e se tratavam quando adoeciam.

No tempo da Raínha a enfermaria junto da dos clérigos era para febricitantes e convalescentes, sendo mais tarde dali mudada por estar muito perto dos banhos, o que prejudicava os doentes febris.

Tinha o Hospital além desta enfermaria, onde ao todo

havia 110 camas, dependências para habitação dos provedores, médicos e mais empregados nos seus serviços. O paço real era acanhado e foi ocupado depois pelos provedores.

O pessoal era formado por 27 empregados.

Na igreja havia 1 vigário, 3 capelões e o tesoureiro, responsável pelos valores e encarregado de olhar pela conservação da igreja e ajudar à missa. No Hospital, além de 9 escravos para os serviços modestos havia o provedor, com atribuïções e poderes quási reais nos limites do Hospital, o almoxarife que era quem o substituía nos seus impedimentos, 1 escrivão, 1 físico e cirurgião, 1 boticário, 1 hospitaleiro, 1 hospitaleira, 2 enfermeiros, 1 enfermeira, 1 barbeiro e sangrador, 1 «crystaleira» e 1 *servidor* do almoxarife, que tinha de saber ler e escrever.

*
* *

A maneira como funcionava o Hospital-Balneário era curiosa e mostra bem o cuidado com que a fundadora previu tôdas as dificuldades.

Das 110 camas do Hospital 70 eram destinadas a homens e mulheres leigos, vinte a religiosos e «pessoas honradas» e as restantes aos peregrinos e a alguns empregados da casa.

A Raínha dirigiu pessoalmente o Hospital durante o primeiro ano do seu funcionamento, desempenhando as funções de Provedor, sendo nomeado só depois de tudo organizado o primeiro Provedor, Jerónimo Aires.

O regulamento ou «*Compromisso*» foi só feito em 1512 depois de bem ponderadas tôdas as necessidades do Hospital e é um documento notável cuja execução vamos analisar.

O Provedor do Hospital, com prerrogativos quási reais, como dissemos, representava a Raínha a dentro do estabelecimento.

Tinha de ser escolhido entre clérigos ou leigos, determi-

nando a Fundadora que não pudesse ser «frade nem comendador, nem pessoa poderosa que passe de cavaleiro para cima», pondo nesta sua vontade um grande interêsse, cuja causa não explica, mas que a faz rogar aos papas futuros e aos arcebispos de Lisboa que não cedam a rogos de reis nem de provedores ou oficiais do Hospital para que tal determinação seja alterada.

O Provedor superintendia em todos os serviços do Hospital e zelava pelo cumprimento do «*Compromisso*»; acompanhava o médico nas visitas aos doentes, não deixava que nenhum doente entrasse sem se confessar e comungar, assinava com o médico as receitas destinadas aos pobres e com o dispenseiro a lista dos géneros para cada dia, visitava todos os doentes à chegada, acompanhando o médico no exame das suas enfermidades e prescrição de medicamentos adjuvantes da cura e dietas.

A época balnear começava todos os anos em 1 de Abril, sendo adiada a abertura do Hospital por vezes, devido ao mau tempo.

Durava até fim de Setembro.

Os doentes que vinham de terras longínquas, alguns depois de longas viagens feitas a cavalo ou a pé, por vezes metidos em canastras por não se poderem mexer, eram recebidos no Hospital, confessavam-se e comungavam e iam à consulta.

A consulta de entrada era às 3 da tarde. Tangia a sineta que havia à porta do Hospital e juntavam-se na casa de fora o físico, o boticário, o cirurgião (quando o médico não acumulava as funções, como determinava o Compromisso) o enfermeiro-mor e o escrivão. Chegava o Provedor, empunhando uma bengala de cana da Índia que fôra primeiro usada pela Raínha como insígnia da autoridade. Todos se descobriam excepto o Provedor, que se sentava numa cadeira de espaldas. O físico examinava os doentes e fazia a selecção dos que se

podiam curar no Hospital. Os incuráveis, os sarnosos, os leprosos e os chaguentos não eram admitidos. Iam, despedidos mas esperançosos, banhar-se na vala que levava os restos das águas do Hospital e muitos melhoravam, o que fez que se destinasse depois um banho para êles dentro do balneário.

O Físico receitava purgas a todos os enfermos antes de começarem os banhos e prescrevia-lhes xaropes para ajudar o efeito da cura. E só depois de uns 3 a 5 dias começavam os banhos. O escrivão tomava nota das indicações do médico, o boticário ouvia-o sôbre as drogas a manipular e o cirurgião e enfermeiro-mor sôbre o mais que respeitasse à cura.

Os doentes vestiam fatos do Hospital e instalavam-se nas enfermarias, de graça os pobres, pagando os que tinham meios.

Todos porém eram obrigados a tomar um banho antes de vestir os fatos do Hospital, que não mais deixariam até final da cura.

A visita às enfermarias era feita às 6 da manhã. Ao toque da sineta juntava-se o Físico e mais oficiais à espera do Provedor, seguindo todos, logo que êste chegava, a visitar a enfermaria dos homens, depois a das mulheres e a dos religiosos e clérigos, até verem todos os internados.

Vamos transcrever o que indicava o «*Compromisso*»:

«Cedo pela manhã às horas que o Provedor com o Fisico ordenar se ajuntarão os oficiaes na casa da Copa e começarão de visitar em o dormitorio dos homens e depois em o dormitorio das mulheres e vizitando um a um enfermo de leito em leito por ordem tentando e perguntando-lhe por suas enfermidades, por pulsos aguas e sinais e em tal maneira que sem nenhum erro se conheça e acerte a fizica e mézinhas para a sua saude, detendo-se um pouco com cada um enfermo por os esforçar. E os enfermeiros lhe mostrarão as urinas e bacios e lhe darão certa informação de como passaram de noite. E os que tomaram xaropes e quantos banhos teem

tomados e quantos teem para tomar. Dando o dito fisico regimento do que a cada um se ha-de fazer para sua saude».

O enfermeiro-mor tomava nota numa tábua das prescrições médicas indo à farmácia buscar os medicamentos e apontando as horas de os administrar, assim como os clisteres, unturas, ventosas, sangrias, etc.

O médico indicava o número de banhos, demora dos doentes nos mesmos e se os doentes podiam ir por seu pé ou tinham de ser transportados às costas pelos enfermeiros. As camas eram feitas e mudadas emquanto os doentes estavam no banho, para «que quando sairem achem suas camas limpas e para seus suadoiros».

O dispenseiro tomava nota das dietas para cada doente.

Às 9 horas reüniam-se na copa para o almôço. O dispenseiro punha a mesa com uma toalha, tendo duas bacias com água e duas toalhas, para os doentes lavarem as mãos, deitando-lhes água os enfermeiros e enfermeiras respectivas. Os capelães benziam as mesas e os enfermeiros distribuíam as refeições pelas suas enfermarias.

Sempre que havia doentes em estado grave eram os enfermeiros obrigados a fazer a ronda de noite, uma até à meia noite, outra da meia noite até de manhã.

Os provedores por determinação da Raínha, e a própria Fundadora quando dirigiu o Hospital, visitavam todos os doentes de surpresa, de noite, para verificarem como era mantida a disciplina nas enfermarias, distribuindo nessa ocasião confeitos, marmelada, abóbora coberta e bolos, preguntando a cada um pelo seu estado e informando-se do modo como os enfermeiros cumpriam com as suas obrigações.

A disciplina era rigorosa e os Provedores obrigados a vigiá-la com o maior zêlo. Os jogos eram proïbidos. As mulheres não podiam falar com nenhum homem senão à grade e em presença das enfermeiras, passando uma vida conventual enquanto durava a cura.

Uma cerimónia que contribuía para essa disciplina e é um dos exemplos dela, era a da abertura do Hospital. Todos os anos, no dia 1 de Abril, se reüniam na Sala dos Provedores, às 2 horas da tarde, todos os oficiais do Hospital, com a gente da terra e forasteiros, indo em procissão para a Igreja que estava enfeitada com flores, tendo uma cadeira de espaldar ao meio junto duma mesa. O Provedor levava a Bengala da Raínha e chegando à Igreja era-lhe apresentado o Hissope pelo vigário, lançando água benta a todos os presentes.

A seguir fazia uma prédica prestando homenagem à Raínha e rogando a todos que respeitassem a sua vontade, depois do que mandava ler o «*Compromisso*» em voz clara «*alta e inteligivel*» para que cada um soubesse bem e não esquecesse as suas obrigações.

A cura normal demorava cêrca de três semanas. Não há documentos da época da Raínha que nos indiquem com precisão os detalhes da cura. Pelo cuidado com que foram mantidas as tradições do Hospital é de presumir que as regras seguidas em 1656 não se afastassem muito das seguidas no tempo da Raínha.

Ora em 1656 uma cura demorava 24 dias assim distribuídos:

Um dia para confissão e comunhão	1
5 dias de xaropes e 1 de purga	6
3 ternos de banhos	9
4 dias de folga entremeados à purga e banho.	4
4 dias de convalescença	4
	24

Ao sair do Hospital cada doente tinha que guardar o chamado *regimento* da cura, durante 30 a 40 dias, durante os quais não se devia molhar, nem apanhar frio, fazer trabalhos violentos ou expor-se a intémperies.

Em cada ano curavam-se umas 6 camadas de doentes, ou sejam uns 600 e tal.

*
* *

Eis em poucas palavras a descrição do que foi o primeiro balneário das Caldas da Raínha — o *Hospital* — fundado por D. Leonor de Lancastre.

Quem quiser conhecer detalhes e curiosidades referentes à vida das Caldas e a tudo o que se ligue com êsse *Hospital* até meados do século XVII, deverá ler um interessantíssimo manuscrito ali existente e que de muito me valeu para escrever estas linhas. É seu autor Fr. Jorge de S. Paulo, da Congregação de S. João Evangelista, que foi Provedor do Hospital das Caldas.

Hoje apenas quis trazer um modesto subsídio para a história da Medicina em Portugal e para um capítulo apenas dessa história — o da hidrologia médica portuguesa, riqueza imensa que tanto ainda há a explorar (1).

Caldas da Raínha, Maio de 1925.

Fernando da Silva Correia

(1) Comunicação feita no Congresso Luso-Espanhol para o Avanço das Sciências de Coimbra.

SUBSIDIOS PARA A HISTORIA DA MUSICA EM PORTUGAL

(Cont. do n.º 2, pag. 189)

COPIM

Rei dos Charamellas

Vide *João de Reste.*

CORDEIRO (ESTEVÃO)

Cantor

«Dom Felipe &c Aos que esta minha carta vyrem faço saber que avemdo respeito a boa informação que tenho do talemto e voz de Esteuão Cordeiro, typle camtor de minha capella, ey por bem de lhe fazer merce de tres moyos de triguo de temça em cada huũ ano em dias de sua vyda, ẽquamto seruir na dita capella e lhe seraõ paguos com certydaõ do meu capellaõ moor ou deaõ da capella de como serue actuallmente, os quaees comecaraa a vemcer do primeyro do mes de mayo pasado deste ano preſẽte b^{e}lRiiij em dyamte, que he ho tempo, em que per minha ordem foy aceitado e começou de seruir, e mando ao vedor de minha fazenda... Dada na cidade de Lixboa a bij dias de dezembro — João Alluẽz a fez — ano de jb^{e}lRiiij. Sebastiaõ Perestrello o fez escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe I, Doações*, liv. 28, fol. 201).

CORINTHO (JOÃO DE)

Cantor

«Dom Afonso &c A uos nosso poussentador e ao da Rainha minha molher e aos dos ifantes meus tyos e ao poussentador da villa de Santarem e a outros quaees quer que esto pertencer, saude, mandamosuos

que daquy em diante nom dees nem consentaaes dar a nenhuũa pessoa que seja de poussadia as cassas de morada de Briatriz Leo, morador na dita villa de Santarem, ssogra de Joham de Corintho, cantor da capella do ifante dom Anrrique meu tyo, nem lhe tomar dellas roupa de cama nem outra nenhuũa coussa do sseu contra ssua vontade por quanto nossa mercee he seer dello escussada pollo do dito Ifante. E porem mandamos a uos sobre ditos poussentadores e aos que esto ouuerem de ueer que lhe comprees e guardees e façaaes conprir e guardar esta nossa carta asy e pella guissa que em ella he contheudo ssem outro embargo que huũs e outros a ello ponhaaes, unde al nom façades. Dante em a nosa cidade de Lixboa xxiiij dias doutubro — *Lopo Fernandez a fez* — anno do Senhor Ihu X.º de mil iiii°Rbiij annos». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Affonso V*, liv. 34, fol. 183).

CORNO (PERO)

Trombeta

«Dom Joham &c Saude, sabede que Britiz Memdez, mulher sollteira, nos emuiou dizer que pasara de seis meses que ella fora presa na prisam da nossa corte por huuã querella que della dera P.º Barzoneyro, homem do noso meirinho da corte, dizendo que esteuera por manceba theuda e mantheuda de P.º Corno (ou Corvo?), nosso tronbeta, contra nosa hordenaçam feita acerca dos cortesaãos, pello quall ora fora degradada por huũ anno fora da cidade de Lisboa e da nosa corte, e que pagasse a penna em a dita nossa hordenaçam comtheuda, segumdo ho veer poderiamos per a sentença do dito liuramẽto, a quall perante nos foy apresemtada, sellada do nosso sello pemdemte, aquall penna ella pagara e fora seruir o dito degredo e tinha seruidos do dito anno de degredo seis meses, emvyamdonos pedir por mercee que lhe perdoasemos e a relauassemos da seruentya dos ditos seis meses que ainda tynha por seruir do dito anno de degredo, nos veemdo o que nos ella sopricamte dizer e pedir emuiou, se asy he como diz e hy mais nom ha, e se ja tem seruidos os seis meses como diz, e queremdolhe fazer graça e mercee, temos por bem e avemolla por relleuada de seruir os outros seis meses com tamto que ella pagasse pera as despesas da nosa Rellaçom quynhemtos rs, e per quamto ella pagou os ditos dinheiros a Aluaro Roiz recebedor. segumdo dello fomos certo per huũ seu asignado e per outro de Joham do Porto escprivam em a nosa corte, que os sobre elle asemtou em recepta, porem vos mandamos que daquy em diamte a

nam prendaaes nem mandees premder &c em forma. Dada em dita cidade de Lixboa aos xxxj dias do mes dagosto — ellRei o mamdou pera os doutores Fernam Roiz, dayam de Coymbra e Ruy Boto, ambos do seu Comselho e seus desembargadores do paaço. Ruy Fernandez a fez anno do nascymento de nosso Snñor Ihuũ Xp̃o de mill e iiij^{c}lRij annos». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João II*, liv. 7, fol. 60).

COROADO (FERNAM)

Trombeta

Fernam Coroado, trombeta de guerra, morador em a dita villa (Torres Novas) por quanto está prestes para nos servir na guerra com suas bestas e armas — Carta de privilegio de 27 de julho de 1446.

Segue-se outra identica, em resumo, de Alvaro Anes Coroado e Alvaro Pires, trombetas de guerra, moradores na mesma villa. (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Affonso V*, liv. 5, fol. 66).

CORREA (PERO)

Cantor

«Dom Felipe &c faço saber aos que esta carta virem que avendo respeito a como Pero Correa, meu moço da capella, serue na estamte e camta destro, e a ẽformaçaõ que se deu e ouue pello bispo adayaõ de sua vyda he custumes e a ter boa voz e ser orfaão e pobre e a naõ ter com que se posa ordenar de misa, ey por bem e me praz de lhe fazer merce que elle tenha e aja de minha fazenda, em cada hum ano, hum moyo de triguo de temça pera com iso se hordenar de misa conforme ao samto comsylyo, o qual começara a vemcer de 6 dias do mes de junho deste ano presemte de b.^{c}lxxxiiij em diamte, em que lhe fiz esta merce, pello que mamdo aos vedores de minha fazemda que lho fação hasemtar no liuro della e despachar cada ano em hum dos allmoxarifados das lyzyras ou nas rendas das juguadas, homde delle aja milhor paguamento e por firmesa dello lhe mãdey pasar esta carta por mim hasynada e asellada do meu sello pemdemte. Joaõ de Torres ho fez em Lixboa a xix de junho, ano do nacimento de noso Senhor Ihuũ de jb^{c}lxxxiiij, e eu Dioguo Uelho a fiz espreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe I, Doações*, liv. 9, fol. 362 v.).

CORREA DE CARVALHO (JOÃO)

Clerigo de ordens menores e thesoureiro da egreja matriz de Benavente. Por fallecimento de José Monteiro da Trindade, foi nomeado definitivamente para o seu logar de organista, por Provisão de 17 de dezembro de 1783.

Antes de vir para Benavente, Correa de Carvalho estivera em Aviz, no Convento da Ordem, onde fôra moço das hospedarias e do côro, substituindo por vezes o organista do mesmo frei Diogo Felix de Valois.

«Dona Maria etc. Faço saber, que tendo consideração a estar vaga a ocupação de organista da Igreja Matriz da villa de Benavente, da ditta ordem, por fallecimento de Joseph Monteiro da Trindade, e eu João Correa de Carvalho, clerigo in Minoribu, e Thesoureiro da mesma Igreja concorrerem os requisitos necessarios para bem exercer a dita ocupação, havendo tido o mesmo exercicio no meu Real Convento de Aviz nos impedimentos do organista delle Fr. Diogo Feliz de Valois, sendo moço das hospedarias e coro do mesmo convento; e na ditta Igreja nos impedimentos das graves molestias do mesmo Joseph Monteiro da Trindade por muitos annos: E visto o que ao dito respeito constou por informação do Juiz da Ordem da Comarca de Benavente, e o mais que em resposta disse o meu Procurador Geral das Ordens, sendo de tudo ouvido; Hey por bem fazer Mercê ao ditto João Correa de Carvalho da propriedade e ocupação de organista da referida Igreja Matriz da Villa de Benavente para que a exercite em dias de sua vida, vencendo com ella o ordenado, se o tiver, e mais proes e precalços que direitamente lhe pertencem, e como o venciaõ e haviaõ o ditto Joseph Monteiro da Trindade mais seus antecessores. Pelo que mando ao ditto Juiz da Ordem lhe faça dar posse do referido organistado, e lho deixe servir e exercitar, e com elle haver o que lhe tocar, como dito hé; e lhe cumpra e faça cumprir e guardar esta Provisão sendo passada pela Chancelaria da Ordem; e posto que seu effeito haja de durar mais de hum anno, sem embargo de qualquer outro ou Regimento em contrario. A Rainha Nossa Senhora o mandou pelos Deputados do Despacho do Tribunal da Meza da Consciencia e Ordens. Luis de Mello e Sá e Domingos Antonio de Araujo e Silva. Januario Antonio da Silva Castro a fez

em Lixboa a 17 de Dezembro de 1783. Desta 800 reis e da assignatura 1200 reis. Joseph Joaquim Oldemberg a fez escrever. Assignou o Deputado Manoel Ignacio de Moura do seu conselho. Manoel Ignacio de Moura. Luis de Mello e Sá. João de Oliveira Leite de Barros. Por despacho da Meza da Consciencia e Ordens de 16 de Dezembro de 1783. Pagou trezentos reis e aos officiaes 910 reis. Lisboa 20 de Dezembro de 1783. Januario Antonio da Silva Castro». (Torre do Tombo, *Chancellaria da Ordem de Aviz, de D. Maria I*, liv. 5, fol. 179).

CORREIA (ANDRÉ)

Cantor

«Dom Fellipe &c Aos que esta minha carta virem faço saber que avendo respeito aos seruiços de Amdre Correa capellaõ e cantor, ei por bem e me praz de lhe fazer merce de tres moyos de trigo de tença cada anno em dias de sua vida, os quaes começara a vencer do primeiro de janeiro deste anno presẽte de b^{c}lxxxij em diante... Dada na cidade de Lixboa ao primeiro de feuereiro — Antão da Rocha a fez — ano de jb^{c}lxxxij, e eu Alluaro Pirez a fiz escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, liv. 45, fol. 339 v.).

CORREIA (ESTEVÃO)

Vide *Manuel Alvarez*.

CORRELLI

Vide *Milcent*.

CORTESINOS (LIBERTO)

Cantor

«Dom Felipe &c Aos que esta minha carta virem faço saber que avẽdo eu respeito a íformação que tiue dos seruiços e suficiẽcia de Liberto Cortesinos, baixam de minha capella, e a lhe ter feito merce por estes respeitos em dous dias de julho do anno pasado de nouẽta e seis de hum moio de trigo que elle naõ aceitou, ey por bem fazerlhe ora merce de dous moios de trigo mais pera que ao todo aja tres moios em cada hum anno e os vença do primeiro de janeiro deste anno presente em diante com certidaõ do adaiam de minha capella de como serue autualmente nella; pello que mando aos vedores de minha fazenda que

lhe façam asentar os ditos tres moios de triguo no liuro delle e do dito janeiro deste dito anno em diante leuar cadanno nas folhas do asẽtamento em parte onde lhe sejaõ bem pagos com a dita certidaõ de como serue autualmẽte em minha capella e por firmeza de todo lhe mãdei dar esta minha carta por mym asinada e asellada de meu sello pẽdente. Dada em Lixboa aos xb dias do mes de julho. Francisco Moutinho a fez anno do nascimẽto de nosso Senhor Ihũ Xp̃o de ĵb^{e}lRbij. Sebastiaõ Prestello o fez escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe II, Doações*, liv. 2, fol. 115).

«Dom Felipe &c faço saber aos que esta carta vyrem que auemdo eu respeyto ao bom seruiço de Liberto Cortesimo, baxaõ da minha capella e aos muytos annos que ha que serue, comtinuação e boa deligemcia tamgendo só em defeyto doutro baxaõ que comfforme o regimento auia daver, ey por bem e me praz de lhe fazer merce de vimte mil r^{s} de temça em cada hum anno, auendo outrossi respeito o serviço que o dito Liberto Cortesimos em emsinar de graça a Paulo Rois, moço da estamte, que apremde a tamger o dito instromento, os quais vimte mil r^{s} de temça começara a vemcer de vimte oito dias de janeiro deste anno presente de seis cemtos e hum, em que lhe fis esta merce, e por tãoto mãodo aos vedores de minha fazenda que lhe façaõ assemtar os ditos vimte mil r^{s} de temça nos liuros della e dos ditos vinte oito de janeiro em diamte leuar cadanno em parte em que delles aja bom pagamento com certidaõ do diaõ de minha capella de como serue autualmente nella, e por firmeza do que dito he lhe mãodey dar esta carta por mim assinada e asellada do sello pemdemte. Baltesar de Sousa o fez em Lixboa a vimte quatro de feuereiro de mil seis cẽtos e hum. Sebastiaõ Perestrello o fez escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe II, Doações*, liv. 6, fol. 241 v.).

COSTA (FR. ANDRÉ DA)

Musico

Tomado por tangedor de harpa da capella real por fallecimento de Antonio Gonçalves dos Martyres. Ordenado trinta mil reis e mais 7300 reis para o moço que lhe hade trazer a harpa. Alvará de 30 de setembro de 1677. (Torre do Tombo, *Matriculas*, liv. 3, fol. 24).

COSTA (BASTIAM DA)

Cantor

No Cancioneiro de Resende (vol. 3.º, pags. 539) vem d'elle a seguinte Copla:

Andais ledo, em gram guisa,
como quem veo da Mina,
galante, cheo de frysa,
com vossa gentil devisa
de cruz vermelha, mui fina;
& pois ja se determina
que percais este colar,
não vos deve de lembrar.

Vide o meu estudo *Mestres da capella real*.

COSTA (CATHERINA DA)

Vide *Maria de Parma*.
Ambas cantadas por P. de Andrade Caminha.

COSTA (FILIPE DA)

Natural do Almargem do Bispo, filho de Domingos da Costa. Tomado por trombeta no logar que vagou por fallecimento de Domingos da Costa. Alvará de 26 de maio de 1672. (Torre do Tombo, *Matriculas*, liv. 3, fol. 427 v.).

COSTA (FRANCISCO DA)

Trombeta

Natural do Paço do Lumiar, filho de Manuel Rodrigues. Tomado por trombeta no logar que vagou por fallecimento de Adão Domingos, seu avô. Alvará de 26 de maio de 1672. (Torre do Tombo, *Matriculas*, liv. 3, fol. 426).

COSTA (GIL DA)

Cantor

«Dom Joham &c a uos juizes, vereadores procuradores e omeẽs boõs da nosa villa de Barcelos, saude, sabede que nos querendo fazer graça e mercee a P.º da Costa, irmaõ de Gill da Costa, nosso cãtor, teemos por bem e damollo por escpriuam da camara e almotaçaria desa villa asy e pella guisa que o era Gill Leitõ que se finou e esto sem embarguo da carta que primeiro pasou sobre estes oficios por quãto ouuemos por bem e mais noso seruiço que o aja o dito P.º da Costa que aquele que primeiro ẽpetrou a dita carta e porem vos mandamos &c. Dada em Santarem xbiij de março por o doutor J.º Teixeira chanceler mor J.º Velho (?) a fez anno de lxxxb.». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João II*, liv. 4, fol. 88, v.).

COSTA (JORGE DA)

Cantor

«Dom Joham &c Aquantos esta minha carta virem faço saber que avemdo eu respeito aos seruiços que tenho recebido e ao diamte espero receber de Jorge da Costa, camtor em minha capela, tenho por bem e me apraz que ele tenha e aja de mym de temça de janeiro que pasou deste ano presemte de bᶜRj em diamte tres moyos de triguo em dias de sua vida e mãdo a dom Rodrigo Lobo, veedor de minha fazemda, que lhos faça asemtar nos liuros della do dito janeiro em diamte em lugar homde delles aja boo paguamento. E por firmeza dello lhe mãdey dar esta carta. Domỹguos de Paiua a fez em Lixboa a xxbiij de mayo de mill bᶜRj anos». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III*, liv. 31, fol. 60).

COSTA (LEONOR DA)

É ainda de Caminha a seguinte preciosa oitava:

Á sr.ª Leonor da Costa, mandando-lhe umas trovas para cantar.

Estas palavras, Senhora,
Forão nascidas em vão
Do que a triste Alma chora,
Do que chora o coração.

Foram de mim bem choradas,
Nunca moveram branduras,
Se fôssem de vós cantadas,
Teriam grande ventura.

COSTA (LOURENÇO DA)

Charamella

Lourenço da Costa, morador em Lisboa, filho de Francisco Corvo, charamella na vaga por fallecimento de Matheus Jaque — 12 de julho de 1645. (Torre do Tombo, *Matriculas,* liv. 6, fol. 158).

O alvará de 16 de maio de 1667 authorisou a sua viuva Joanna Nunes a nomear a praça de charamella vaga pela morte de seu marido na pessoa que casasse com uma de suas filhas e fosse apto e sufficiente. (Torre do Tombo, *Matriculas,* liv. 3, fol. 420 v.).

COSTA (MANUEL DA)

Natural do Paço do Lumiar. Tomado por trombeta no logar que vagou por fallecimento de Francisco da Costa, seu pae. Alvará de 5 de maio de 1670. (Torre do Tombo, *Matriculas,* liv. 3, fol. 426).

COSTA (MANUEL DA)

Natural do Paço do Lumiar, filho de Domingos Carrasco. Tomado por trombeta no logar que vagou por fallecimento do dito seu pae. Alvará de 7 de maio de 1672. (Torre do Tombo, *Matriculas,* liv. 3, fol. 426 v.).

COSTA (MANUEL DA)

Natural de Lisboa, filho de Antonio da Costa. Tomado

por moço de aprender architectura. Alvará de 5 de fevereiro de 1680. Nomeado charamella por alvará de 25 de janeiro de 1681. (Torre do Tombo, *Matriculas,* liv. 3, fol. 424 e 425 v.).

COSTA (PASCOAL DA)

Nomeado tiple da capella real com o ordenado de 20 mil réis por anno. Alvará de 5 de janeiro de 1669. (Torre do Tombo, *Matriculas,* liv. 3, fol. 22 v.).

COSTA (RAFAEL DA)

Rafael da Costa, estudante, natural da villa de Peniche, filho e neto de negociantes de panno com loja aberta, fora escolhido para exercer o cargo de harpista no convento de S. Bento d'Aviz, vago por promoção de frei Silvestre Correa de Mendanha.

Não podendo ser admitido á ordem por falta de nobreza, requereu dispensa, o que se lhe concedeu por alvará de 23 de fevereiro de 1719, fundado na Consulta da Mesa da Consciencia e Ordens do primeiro do referido mes e anno.

«Senhor — Fez petição a Vossa Magestade por este Conselho Rafael da Costa, estudante, natural da villa de Peniche, dizendo que o Reverendo Prior mor do Convento de Aviz o proveo de hum lugar de Freire do dito Convento que vagou por promoção de Frey Silvestre Correa de Mendanha, arpista que foi do mesmo Convento por concorrerem nelle supplicante os requisitos de bom tangedor do dito instromento e sufficiencia no latim com capacidade para servir o convento e porque, tirando-se-lhe suas inquirições por ordem do dito Prelado, assim da limpeza de sangue como da sua qualidade, se achou faltar-lhe a nobreza, que requerem os estatutos da Ordem, por seo Pay e Avô maternos terem exercido a mecanica de pannos com loja aberta, o que Vossa Magestade costumava suprir, dispensando nesta parte, principalmente com os sugeitos que entrão no dito Convento por parte necessaria ao culto divino, como fora com o dito Frey Silvestre, a quem elle suppli-

cante pretende succeder e o tinha feito com outros muitos por serem uteis ao serviço da casa e em augmento do divino culto.

Pedia a V. Magestade fosse servido fazer-lhe merce de o dispensar na falta de nobreza que tem, para poder occupar o dito lugar de Freire, em razão do prestimo e parte de arpista e pelo mais allegado.

Tomando-se informação e parecer do Prior mor de Avis, refirio que procurando arpista para o convento, em falta delle, não achára outro mais capas que o supplicante e mandando-lhe tirar inquirições e sendo estas lidas em capitulo como era costume, e como constava por certidão que inviou, lhe acharão o impedimento de ser mecanico por seo Pay e Avô paterno terem sido mercadores de panno de loja aberta, e o dito seo Pay se achar hoje escrivão dos direitos reaes de pescaria da Villa de Peniche donde o supplicante he natural, e não se lhe pôr outro algum impedimento, nem o ter, como se via de hua certidão que inviou e Vossa Magestade costuma dispensar nestes lugares de tangedores e musicos.

O que visto Parece á Mensa se sirva Vossa Magestade de dispensar com o supplicante Rafael da Costa na falta de qualidade que lhe resultou de suas habilitações para que possa entrar no lugar de arpista do Convento de Avis, para o qual fez delle elleição o Prior mor do dito Convento e Ordem, visto o que consta da sua informação e Vossa Magestade costumar dispensar em similhante falta com as pessoas que tem prestimo no serviço do coro. Lisboa Occidental o 1.º de Fevereiro de 1719. — *D. Lazaro, conego da Santa Igreja Patriarchal = Miguel Barbosa Carneiro = Pedro Sanches Farinha de Baena.*

Como parece. Lisboa Occidental 23 de Fevereiro de 1719. — *Uma rubrica.* (Torre do Tombo, *Mesa da Consciencia e Ordens*, liv. 103.

COSTA (RUY DA)

Frei Antonio de Araujo, ajudador na igreja matriz da villa de Serpa, era tambem seu organista, e como neste cargo, assim como nas outras funcções ecclesiasticas, commettesse muitas faltas, por este motivo foi destituido de organista, sendo nomeado para lhe succeder Ruy da Costa, morador na dita villa, por alvará, com força de carta, de 17 de dezembro de 1573. (Torre do Tombo, *Chancellaria da Ordem d'Aviz*, liv. 4, fol. 161 v.).

COSTA (SEBASTIÃO DA)

Vide *Mestres da capella real desde o dominio filippino (inclusivé) até D. José I*, separata do *Archivo Historico Portuguez* — 1908.

COSTA (SILVESTRE DA)

Natural do Almargem do Bispo, filho de Filipe da Costa. Tomado por trombeta no logar que vagou por morte de seu pae. Alvará de 15 de julho de 1679. (Torre do Tombo, *Matriculas*, liv. 3, fol. 428).

(Continúa).

Sousa Viterbo

Dr. JÚLIO HENRIQUES

Está de luto a Universidade de Coimbra pelo falecimento do eminente professor Dr. Júlio Henriques — o saudosíssimo decano dos mestres portugueses. Com êste bom velhinho de 90 anos, tão alegre e acolhedor, desaparece uma das mais nobres figuras da nossa terra, que em si parecia encarnar tôdas as velhas virtudes da boa gente portuguesa.

Conservou até tarde a frescura e viveza dum rapaz; e, quer em viagens por mar ou por terra, quer em excursões botânicas, a sua resistência física, em idade já avançada, era a maravilha de todos. Só muito recentemente a doença o empolgou e imobilizou.

Foi uma existência fecunda a sua.

É bem conhecida a sua obra. Amou apaixonadamente a sua profissão, que exerceu durante mais de meio século; foi o grande propulsor do Instituto Botânico, *em que admiràvelmente continuou a obra de Brotero; foi o criador e animador da* Sociedade Broteriana *e seu* Boletim, *a que deu a mais rica e variada colaboração.*

E ainda lhe sobejou tempo para prestar à Associação Filantrópica-Académica, *de que era presidente honorário, a mais desvelada e eficaz das protecções.*

Dotado de fina sensibilidade, consagrava os seus poucos momentos livres aos interêsses da Arte, como membro do Conselho de Arte e Arqueologia de Coimbra, *e aos íntimos afectos da família.*

A sua vida constituiu um verdadeiro apostolado, todo

feito de inteligente labor, de inexcedível zêlo, de inquebrantável fé, de constante bondade.

Foi, sem dúvida, um homem feliz.

Trabalhou sempre em coisas queridas, formou discípulos a que deu direcção e exemplo, e teve a grande ventura de ver coroados os seus esforços.

A festa, em sua honra, de 29 de Maio de 1918, minuciosamente relatada no vol. 7.º da Revista da Universidade de Coimbra, *foi uma verdadeira consagração.*

E não menor homenagem representa o número e qualidade das condolências dirigidas à Universidade e à Faculdade de Sciéncias. Veneremos a sua memória, e inspiremo-nos no seu exemplo.

TEIXEIRA BASTOS.

BIBLIOGRAFIA

O Panteom dos Lemos, por Aarão de Lacerda.

O mês de Maio de 1928 trouxe ao mercado do livro português duas monografias de arte: — *O Panteom dos Lemos*, do professor Aarão de Lacerda, da Faculdade de Letras do Pôrto, e *Inês de Castro*, do professor António de Vasconcelos, da Faculdade de Letras de Coimbra; e ainda uma colectânea de conceitos e alegorias, *Sylva de Arte*, do professor João Barreira da Faculdade de Letras de Lisboa.

Mais uma vez, com uma regularidade desusada noutros ramos do saber, os Mestres de Letras comunicam com o público por obras de arqueologia, história e arte, demonstrando que no isolamento das suas funções docentes, longe das gloríolas dos bandos e academias, e da louvaminha dos amigos dos periódicos, eles sabem e podem elaborar, cada qual segundo as directrizes a que subordinam o seu labôr, trabalhos marcantes de investigação e de crítica.

Dificilmente voltarão a reunir-se, enleados na mesma fita do tempo, uma monografia de arte, uma monografia de história artística, e um volume de literatura de arte, mais dignos de pressurosa e proveitosa acolhida.

Aumenta o valor das obras a sua apresentação gráfica e a documentação ilustrativa. Sob êste aspecto *O Panteom dos Lemos* e *Inês de Castro*, em especial a última, superam quanto até hoje, no mesmo campo literário, se fez em Portugal.

* * *

O panteão agora monografado por Aarão de Lacerda é a capela funerária que Duarte de Lemos, da frondosa árvore dos Lemos de Góes, senhor da Trofa (perto de Águeda) e domínios paternos desde 1514 por

confirmação de D. Manuel, mandou erguer para si e sua família na sede do seu senhorio, no quarto decénio do século XVI.

Duarte de Lemos serviu na Índia, foi capitão-mor da costa da Arábia, governador de Cambaia, aspirou a vice-rei, fez face a Albuquerque, batalhou, raziou e retirou para o reino bem lastrado de aventuras e especiarias.

Corpulento como outro não havia em Portugal, arrogante da sua força e da sua linhagem, define-lhe o carácter e o móbil das acções, uma única palavra: orgulho.

Documento desse orgulho foi o mausoleo trofense, construido com a intenção evidente de ultrapassar os túmulos que seus parentes haviam levantado em Oliveira do Conde e em Góes.

A Trofa havia de suplantar Góis. O ramo segundo tinha de dominar o mais velho. E suplantou, pois o conjunto da capela de Duarte de Lemos é mais interessante que a ousia da matriz de Góis, embora a sepultura de D. Luís da Silveira seja, isoladamente, mais imponente que as da Trofa.

«Por serviço de Deus e por honra de sua linhagem mandou fazer esta capella para seu pai e avoos pera si e pera sua mulher... na era de 1534 anos...» reza a inscrição tumular do moimento do *Fidalgo*. Fora portanto logo a seguir à obra de Góis, contratada em 1529 e terminada em 1531, que o senhor da Trofa quizera erguer o panteon de sua família. E, tal como fizera na vilória do Ceira o seu parente, levantou também um Paço anexo, edifícios civis que desapareceram, um e outro irmanados afinal na mesma destruição inglória.

Em quatro arcosolios parietais reuniu Duarte de Lemos, dentro de tumbas e arquetas, os corpos: do avô Gomes Martins de Lemos o Moço, morto em 1490, e o de sua mulher D. Maria de Azevedo, finada em 1453; de seus pais, João Gomes de Lemos e D. Violante de Sequeira (as datas do falecimento de ambos ficaram em claro nos letreiros feraes); e o de D. Joana de Melo, sua mulher, falecida em 1529. Para si reservou a arcada mais próxima do altar, no lado da epístola, ennobrecendo a arca tumbal com a sua estátua orante em tamanho natural.

Datando a construção de 1534 e concluindo a inscrição tumular do fundador pela notícia de que êle falecera em 27 de Junho de 1537 (?), há que admitir-se que a parte final desse letreiro foi acrescentada após a sua morte, ou que o fidalgo já tinha morrido quando se terminou a obra. Faz-nos falta uma confirmação documental do passamento de Duarte de Lemos.

O estilo da construção ajusta-se admiràvelmente às datas indicadas.

É tudo puro renascimento da fresca fase Joanina, dominando o mesmo gôsto artístico e a mesma orientação e realização plásticas de Góis, pôsto que o desenho das arcadas divirja nos dois monumentos

Os *orantes* são virtualmente idênticos. D. Luís da Silveira ajoelha, de mãos postas, ante uma estante baixa. O senhor da Trofa recolhe-se da mesma guisa ante um setual deliciosamente lavrado, e... mais alto. Apraz-me transcrever aqui o trecho em que Aarão de Lacerda, com rara felicidade literária, descreve a última estátua.

«Duarte de Lemos com o seu herculeo arcabouço revestido de pesado arnez, como que entrou na igreja e se dirigiu ao altar-mór, parando ao lado da Epístola: tirou os guantes, suspendendo-os na parede junto à arcada do fundo; depoz no chão o elmo de viseira aberta, como até ali o tinha trazido, e ajoelhou sobre uma almofada diante do bufete sobre o qual estava o livro de orações; abriu os fechos que cerravam a sua capa encourada e folheou até encontrar as páginas da missa; de mãos postas fixou o retábulo e entreabiu os lábios para murmurar a prece...»

As obras de Góis e Trofa englobam-se, cronológica e artisticamente, naquele formoso ciclo plástico de irradiação conimbricense, de que fazem parte as estátuas do portal e os jacentes dos reis, de Santa Cruz de Coimbra, a *Ceia* e a *Deposição no Túmulo*, do mesmo Mosteiro (hoje no Museu Machado de Castro), as figuras da Capela dos Coimbras, em Braga, etc.

E aqui se chega ao ponto mais melindroso do contexto.

A quem atribuir o delineamento e a execução da obra da Trofa?

Aarão de Lacerda com método seguro e crítica esclarecida procura alcançar uma parcela da verdade joeirando os materiais que teve ao seu alcance. E encontrou, fundamentalmente, o seguinte: No panteão da Trofa não trabalhou sòmente um artista, mas, pelo menos, dous escultores. Um deles seria Nicolau Chanterene ou um seu discípulo muito próximo, a quem atribue a estatua de Duarte de Lemos. O outro? É inutil citar nomes, num campo em que tudo é vago e meandroso. A imagem do Salvador parece obra do autor da *Deposição do Túmulo* de Santa Cruz. Quanto aos decoradores oriundos das oficinas de Coimbra (e que não lhe parece terem trabalhado em Góis), ocorre-lhe João de Ruão e a sua oficina.

A Nicolau Chanterene se encarrega o próprio autor de pôr fora da questão, quando diz que as obras do artista em Évora, de 1534 a 1537, nada têm que vêr com as edículas da Trofa. Admite porém que a estatua do *Fidalgo* possa ter sido feita na sua oficina.

Esta opinião é uma resultante do ambiente chanterenesco em que até agora temos vivido e que o professor Teixeira de Carvalho, o nosso querido Quim Martins, ajudou poderosamente a desenvolver. Deu-se com a escultura francesa quinhentista em Portugal, o mesmo que com a pintura portuguesa da época. Tudo se atribuíu a um ou dois nomes, gravitando o renascimento coimbrão à volta de João de Ruão e do Chanterene, até que Mestre Gonçalves definiu e delimitou, com o seu senso admirável, este campo

Sou daqueles que têm procurado obstinadamente fugir à ditadura dêsses únicos nomes. E, sem modestia o proclamo, tal estado de espírito venceu já no problema de Hodart, que além de estatuário coroplasta se firmou como imaginário em pedra, e cuja obra conhecida foi, por meu exclusivo esfôrço, enriquecida com as belas estátuas exteriores da Capela da Conceição, de Braga.

Pois a Hodart quero agora também entregar a estátua do *Fidalgo* da Trofa.

As razões que me levam a esta afirmação expõem-se rápido, e não acusam a transcendência misteriosa de que soem lantejoular-se os críticos olissiponenses que se arvoraram em mentores da arte portuguesa. A imagem do *Salvador* que se encontra no nicho da frontaria, e que pertenceu ao retábulo desaparecido da Capela dos Lemos, é da mesma mão que esculpiu o orante de Duarte de Lemos.

Essas estátuas irmanam-se na delicadeza do louvor, no espírito a que se subordinaram, no processo de realização, no tipo ideal, nobre e sereno, que quizeram reproduzir. Contemplei-as longamente, com aquela emoção anciosa e desinteressada que é meio condutor admirável para chegar à verdade, e creio que não me enganei.

Ora o *Salvador* da Trofa é irmão do Salvador de Coimbra, do Cristo da *Ceia* de Hodart. O escultor barrista foi, portanto, o autor de ambas as imagens.

Assim, a figura de outro grande litoplasta da renascença coimbrã se desprende da nebulosa e toma seu lugar na pleiade. E não será o último da constelação. . .

*
* *

E agora permita-se, na crítica, um parentesis que me interessa pessoalmente, embora respeitando, é claro, à obra.

No prefácio do meu estudo — *A sepultura de D. Luís da Silveira, em Gois*, — o Dr. Teixeira de Carvalho comentando os documentos que

eu publicava adeante, atribue o túmulo de Góis a Mestre Nicolau, porque o túmulo do regedor João da Silva é obra desse mestre e igualmente lhe pertencerem os *jacentes* de Afonso Henriques e Sancho I, sendo flagrante a semelhança de tôdas essas obras.

Dessarte o ilustre crítico punha fora de causa o mestre que contratara o trabalho de Góis, Diogo de Torralva, procurando ainda tirar-lhe qualquer interferência na obra, debuxo ou execução.

Em parte alguma do meu estudo se dizia que fôra Torralva o escultor da sepultura. Mas afirmava-se que a planta, ao menos, lhe pertencia.

Teixeira de Carvalho procurou inutilizar tal afirmação transcrevendo dois trechos do *Contrato* da obra. Um dêsses trechos refere que as sepulturas goienses deveriam ser feitas «pelo theor de hũa amostra que se pera ysso fez que esta asynada pello dito diogo de torralva e pello dito sñor luis da sylv^ra^». O outro acrescenta que os Paços seriam traçados «pela man^ra^ e do theor e ordenãça de hũs debuxos que dello saõ feytos pello dito diogo de torralva e asynado por ambos». Aproveitando a lição liberal, o comentarista conclue que Torralva fez o debuxo para o Paço, mas não riscou a planta das sepulturas.

Tôda a subtileza da sua argumentação se embota porém contra as seguintes circunstâncias:

Torralva foi um grande arquitecto, e um grande arquitecto do renascimento, não sendo lógico que, encarregado do desenho dos Paços o não fôsse igualmente da obra renascença dos túmulos. Não falo de Torralva escultor porque até agora, a-pezar-de conhecidos vários factos da sua vida, nada existe publicado de preciso quanto a este aspecto da sua actividade.

Diogo de Castilho, homem de autoridade e de categoria em Coimbra e sua área, passa procuração a Torralva, talvez recemchegado ao país (ao contrário do que diz Teixeira de Carvalho, êle não trabalhou com os Castilhos em Belém), mas artista de valor reconhecido, para contratar *em Lisboa*, com D. Luís da Silveira, as obras de Góis. Nessa procuração Torralva figura como *estante em Coimbra*, mas não como morador em Lisboa, Évora, ou qualquer outro ponto, parecendo pois que ainda então não tinha residência fixa em qualquer deles. Junto com a procuração de Castilho, o *muito honrado* pedreiro leva as amostras ou debuxos das diferentes partes da obra. Porque as assinaria Torralva, e não Castilho, se este fosse o seu autor? De resto Diogo de Castilho nunca debuxou, na sua longa vida de arquitecto, que alcança o período clássico, nada que se assemelhe ao que existe em Góis.

De Castilho, empreiteiro e arquitecto do *manuelino,* é puramente a capela mór no arcabouço: só essa.

E devo salientar aqui, que a atribuição que fiz da abóbada da capela-mór de S. Marcos ao arquitecto biscainho, derivou da comparação entre essa obra e a de Góis. Parti, documentado, de Góis para S. Marcos, e não inversamente, como parece depreender-se do comentário do ilustre professor.

Ao contrário do que pensava Teixeira de Carvalho, Torralva não se limitou a passar por Coimbra, para fazer um favor ao amigo. O arquitecto estava na cidade em 1528, segundo documento inédito que possúo, e demorava-se nela ainda em 1529, como o revela a procuração de Castilho. Alguma cousa fez, portanto, durante esse tempo. Evidentemente trabalhou, e posso adeantar, trabalhou para Santa Cruz, onde Castilho era mestre. No meu próximo livro — *Santa Cruz de Coimbra, Artistas e Obras de Arte,* documentarei êste ponto.

Finalmente, para reforçar o valor das razões que apresentei limito-me a acrescentar que em 1534 Diogo de Torralva solicita uma pública forma do contrato que fizera em 1529 com o Conde da Sortelha. Para quê? Certamente para seu interêsse. Nesse requerimento aparece já como *mestre das obras delrei* em Évora.

Andara depressa; e merecia-o bem.

*
* *

Isoladas as duas estátuas da Trofa, o restante, magnífico conjunto, arquitectónico e escultórico, deixa aberto ao monografista largo campo de indagações, impondo-se de acôrdo com a sua orientação, a comparação exaustiva de motivos com as obras da oficina ruanense. Pela infinidade de reproduções fotográficas que a acompanham, a obra é o mais valioso repositório de elementos destinados a integrarem-se numa cartilha ornamental do renascimento Joanino. Infelizmente faltam, em obras similares, os termos de referência.

Razão tem o autor de *O Panteom dos Lemos* em acreditar que os plastifices de Góis não trabalharam na Trofa. Mas deviam ser numerosos os artistas que no terceiro decénio do século XVI lavravam em Coimbra, para que, ao mesmo tempo, se executassem tantas e tão perfeitas obras! Certamente que eram muitos, começando já o contributo português a avolumar ao lado dos Mestres estrangeiros. Coimbra revivia então a sua idade de ouro trecentista...

Porque põe em evidência uma figura de certo relêvo nos feitos da Índia, porque foca um aspecto da influência da plástica coimbrã, porque ilumina um sector do movimento artístico quinhentista português, tudo isso com uma honestidade de intenções e processos que honram o ideal e a profissão do autor, o livro de Aarão de Lacerda bem merece de quantos se interessam pela história e pela arte portuguesa.

Maio de 1928.

VERGÍLIO CORREIA.

VÁRIA

Juízos críticos sôbre a reedição do *Diálogo de Doctrina Cristiana de* Juan de Valdés (1).

Le deuxième dialogue de cette époque, nous ne le possédons qu'en langue italienne. Il a été traduit par Marco Antonio Flaminio, le remarquable poète religieux qui depuis 1539 résidait à Naples, et a été imprimé à Venise en 1546. B. Wiffen, qui l'a découvert, l'a traduit en anglais et son ami Don Luis de Uzoz y Rio en espagnol; c'est avec ces deux traductions modernes que le texte italien de 1546 a paru dans le XV^{e} volume de la belle collection des *Reformistas Antiguos españoles.* C'est une œuvre magistrale de Juan de Valdès, qui fut composée pour Julia Gonzaga et porte le titre: «*Alphabeto cristiano*». Il doit servir de guide à son illustre disciple, mais elle ne doit lui accorder crédit qu'aussi longtemps qu'elle le trouve fondé sur les Saintes Écritures et capable de la conduire à la perfection chrétienne. Aussitôt qu'elle aura atteint ce degré, elle peut le déposer, comme les enfants font de la grammaire. M. Ed. Bœhmer signale ce livre comme un admirable exemple de la merveilleuse cure d'âmes, pleine de science, de finesse et de délicatesse, dont Valdès faisait profiter son entourage; et ici surtout la comparaison avec le *Dialogo de doctrina cristiana* est précieuse et offre un vif intérêt, parce que, comme dit fort bien M. B., Valdès n'a pas oublié son premier catéchisme quand il composait l'*Alphabet*, qu'il destinait à une personne bien supérieure.

La mise en scène de ce dialogue est également fort poétique; ce n'est pas un cadre imaginaire, mais historique. C'était pendant le Carême de 1536. Chaque jour le célèbre prédicateur capucin Ochino occupait la chaire de son église et comme on disait de lui qu'il savait faire pleurer les pierres, il réussit à jeter dans l'âme de Julia Gonzaga le brandon d'inquiétude don naît une vie nouvelle. Un soir que Valdès et elle sortaient

---

(1) Cont. do n.º 3, pág. 396.

du temple, elle lui ouvrit son cœur, et c'est alors que ce docteur de la vie intérieure conduisit cette âme altérée de vérité et de justice dans les sentiers de la connaissance du péché et de la grâce divine. Nous ne relevons que quelques points. Remarquable est l'introduction. D'où vient le trouble de son âme? C'est de la perte de l'image de Dieu; tout son cœur aspire au rétablissement de la ressemblance avec Dieu; c'est là la vraie perfection. Ceux qui embrassent les ordres et ceux qui vivent dans le monde n'arrivent à ce but élevé qu'en ayant foi en Dieu et en vivant dans son amour. Mais la foi ne consiste pas à admettre les vérités chrétiennes, elle ne peut pas être acquise par les efforts de l'âme naturelle, elle est un don de la grâce divine et consiste dans l'abandon à Dieu en Christ. Ce n'est plus à Erasme, à l'*Inquisitio de fide* que Valdès emprunte la trame des croyances chrétiennes, mais c'est à la lumière de l'expérience chrétienne qu'il éclaire chaque article et qu'il cherche à faire comprendre à son élève la grande différence que Saint Paul établit entre la vie selon la chair et la vie selon l'esprit. L'essentiel est d'apprendre à connaître Dieu non par la lumière naturelle, non par la loi de Moïse, mais par Jésus-Christ et d'arriver par lui par les douze stations de la voie spirituelle à vivre dans la communion de l'Église, dans laquelle l'âme régénérée embrasse le pardon des offenses, pratique la foi, l'espérance et la charité, et arrive à vaincre les appétits de la chair et les affections de l'âme. Suivent des conseils pratiques sur les fruits à retirer de la messe et de la communion, et sur la vie sainte; enfin l'œuvre est terminée par une définition scripturaire de la liberté chrétienne qu'on n'arrive à connaître que par l'expérience personnelle, comme un affranchissement de la tyrannie de la loi du monde du péché et de la mort et dans la libre soumission au service de ses frères. Malheureusement le dialogue de l'*Alphabet chrétien* n'a pas encore été traduit ni en français ni en allemand.

*
* *

Comme toute la sagesse de Dieu et tout le chemin qui conduit à la vie divine se trouvent résumés dans les Saintes Écritures. Valdès s'est appliqué à ouvrir à la connaissance de son élève Julia Gonzaga, et à tous ceux qui s'adressaient à lui et venaient se grouper autour de lui, les trésors et les vérités que Dieu a révélés dans sa Parole. Il commença par les psaumes de David qui, comme fondés sur la Loi, son intelligibles même à ceux qui ne sont pas encore régénérés en Christ. Il traduisit les psaumes et y ajouta un commentaire. L'œuvre fut sans doute ache-

vée en 1536. Encore en 1870, Bœhmer croyait ces travaux perdus. Ce n'est que dix ans plus tard que l'on trouva la traduction du psautier, et dans les années 1882-84 la *Revista Cristiana* de Madrid publia l'explication des psaumes 1 à 41. En 1885, Manuel Carrasco donne la traduction et le commentaire du premier livre des psaumes.

Dans les années qui suivirent 1537, Valdès fit parvenir à ses élèves et adhérents le commentaire de l'épitre aux Romains et celui sur la 1re épitre aux Corinthiens, qui parurent à Venise en 1556 et en 1557: *Commentario o declaracion breve y compendiosa sobre la Epistola de S. Paulo Apostol a los Romanos.* Venecia 1556; *Commentario o declaracion breve y compendiosa sobre la primera Epistola de San Paulo Apostol a los Corinthios,* Venecia 1557. Mais comme on l'a fait voir, ce n'est pas à Venise, mais à Genève que ces commentaires ont paru. Carnesecchi, dans son procès, a déclaré que Valdès avait commenté toute les épitres pauliniennes, sauf celle aux Hébreux. Par contre, Valdès, dans son commentaire sur l'Evangile selon Saint Matthieu ne se réfère à des commentaires antérieurs que pour les deux épitres mentionnées ci-dessus, celle aux Philippiens, la 1re aux Thessaloniciens et en outre la première de Saint Pierre. Rien ne dit qu'il ait commenté les autres Épitres, ni les Evangiles selon Marc, Luc et Jean. Le très important commentaire sur l'Evangile selon Saint Matthieu a été retrouvé par Bœhmer en 1880 à la Bibliothèque impériale de Vienne, et publié par ses soins à Madrid.

Dans le *Dialogo de doctrina cristiana* Valdès dit (f 96): «Si je rencontre dans mes lectures des choses qui m'agréent fort, je pense en moi-même quelle richesse mon âme aurait, si elle avait cette chose et tout aussitôt mon esprit s'élève avec un très haut et fervent désir, pour demander à Dieu de me donner ce que je trouve là, qu'il me conviendrait d'avoir». M. B. trouve dans ces mots le secret de la méthode de Valdès dans la recherche des choses divines et de fait tous les éléments s'y retrouvent: la méditation, la contemplation et l'oraison. C'est cette méthode qu'il employa aussi dans son ouvrage capital, les *Cent-Dix Considérations divines.* Ce sont des traités détaillés et nous pouvons distinguer deux catégories: l'une qui embrasse les questions de la vie intérieure, les difficultés de la foi et les embarras du chemin que l'âme doit suivre pour arriver à la connaissance de la vérité et à la pratique de la vertu. L'autre, qui s'occupe des Saintes Écritures, des questions de l'inspiration divine et de la révélation céleste. La chose essentielle c'est de comprendre que le Christianisme ne consiste pas en science, mais en expérience. Le point central, où tout converge, c'est la justification par la foi, telle que la Réformation l'a mise en lumière. Dieu a fait porter à

son fils unique, juste et saint, tous les péchés du monde et l'expiation de la croix du Calvaire a ouvert les torrents d'amour dont Dieu a embrasé le monde. La foi, fruit de l'inspiration du Saint Esprit, rétablit dans l'âme pécheresse l'image de Dieu et ainsi que le feu produit la lumière et la chaleur, la foi produit toutes les bonnes œuvres. Le péché a fait perdre à l'âme la faculté de faire le bien. Elle ne peut ni s'appliquer à la vie naturelle, ni accomplir la loi de Moïse, mais si le chrétien entend la voix de l'Evangile et se laisse incorporer à Christ, affranchi par sa mort du jugement éternel il devient un enfant de Dieu, se remet corps et âme à la direction divine et éprouve dans sa conscience la paix que lui assure le pardon des offenses et la force divine pour marcher dans les sentiers de la vie éternelle.

On sait que Calvin et Th. de Bèze, théologiens distingués de l'Eglise réformée, prirent ombrage de la 63e Considération dans laquelle Valdès compare la clarté des Saintes Écritures à une lumière que brille dans un lieu obscur, alors que le St Esprit inonde l'âme de ses clartés comme le soleil levant. Ils croyaient, mais bien à tort, que Valdès plaçait les révélations divines dans l'âme audessus des clartés célestes de la vérité biblique manifestée dans les Saintes Écritures. Il manquait à ces deux éminents théologiens la considération de l'ensemble de la doctrine valdésienne. L'âme s'applique à lire dans le livre de son cœur, mais ce qu'elle trouve là, réclame la confirmation et l'explication de la Bible. La Bible est la grande révélation de Dieu, mais elle ne suffit pas. Il faut que l'âme régénérée par l'Esprit d'en-haut la lise à la lumière d'en-haut sous la direction du St Esprit, sans ce secours elle risque de rester dans les ténèbres, vérités qui sont aussi élémentaires dans la théologie de l'Eglise réformée. Bœhmer a ajouté à son édition allemande un appendice intitulé: l'Esprit et l'Écriture, dans lequel il explique à fond et éclaircit de toute sa science théologique cette question difficile.

C'est à Pietro Paolo Vergerio que nous devons la conservation des écrits de Valdès. Quand il sacrifia son évêché de Capo d'Istria pour se rendre dans l'exil, il emporta le manuscrit des *Cent dix Considérations* traduites en italien et le remit à son compagnon d'infortune, Celio Secundo Curione, qui les fit imprimer à Bâle en 1550. Le même ouvrage parut en France, en 1563 à Lyon et en 1565 à Paris. La même année Adrien Gorinus, prédicateur hollandais à Emden, le traduisit et le publia en Hollande; cent ans plus tard, il vit le jour en Angleterre, à Oxford en 1638 et à Cambridge en 1646. Enfin en 1870 Ed. Bœhmer en publia une traduction allemande. Ce savant retrouva en outre trente-neuf des

Considérations. en espagnol et les publia dans un volume de *Trataditos* valdésiens (Bonn, 1880).

Les nuages qui s'étaient rassemblés au-dessus de la tête de Valdès en Espagne n'avaient pas cessé de s'appesantir sur lui et sur le cercle qui l'entourait à Rome, comme à Naples. Déjà le 4 février 1536, quelques semaines avant qu'eût lieu la conversation d'où naquit l'*Alphabet chrétien*, avait paru un édit impérial qui recommandait au vice-roi la sévérité contre tous ceux qui avaient des rapports avec les hérétiques. Déjà en 1533 l'ordre des Théatins, récemment fondé pour combattre l'hérésie, ayant à sa tête son fondateur Gaetano da Thiene, s'établit à Naples. Par Caraffa ils étaient en relation avec Rome et la Cour papale. C'est lui qui décida le pape Paul à introduire par la Bulle «Licet ab initio» du 21 juillet 1542 l'Inquisition à Naples. Le père du vice-roi, Juan Alvarez de Toledo, cardinal de Burgos, et Caraffa présidaient le tribunal. En attendant le cercle des amis et élèves de Valdès avait grandi. Julia avait amené Carnesecchi, qui possédait une abbaye à Evolito, près de Salerne, Benedetto Cusano son ami Pierre Martyr Vermigli, de Florence, né en 1500, abbé des Augustins au couvent de San Pietro ad Aram. Giovanni-Francesco Caserto, distingué comme littérateur, avait conduit à Valdès son parent Giov. Galeazo Caracciolo, fils du marquis de Vico, qui embrassa après la mort de Valdès la foi protestante dans son intégrité, et bien d'autres. Parmi eux circulaient les écrits de Valdès et c'est probablement dans les entretiens de Valdès avec ses disciples qui prirent naissance les *110 Considérations*. Battisto Folengo, moine du Mont-Cassin, s'écrie dans son commentaire sur les psaumes: «Quelle merveille! des femmes, des hommes du peuple, des soldats se sentent entraînés vers la connaissance des mystères chrétiens! O siècle digne de l'âge d'or, le plus grand prédicateur pourrait être sanctifié dans notre pays par les entretiens avec de simples femmes». À Naples la Réforme était en train de devenir populaire. On a estimé que près de 3.000 personnes y adhéraient.

C'est aussi de ce cercle qu'émane le *Trattato utilissimo del Beneficio di Giesu Christo crucifisso verso i christiani*, qui popularisa surtout en Italie la grande vérité de la justification par l'a foi. On l'a attribué à Juan de Valdès et de fait on y respire l'esprit de Valdès dans les expressions, les comparaisons et les images. Carnesecchi, dans son procès, nous a révélé le nom de l'auteur. C'est un moine bénédictin qui l'a composé dans un couvent de l'Etna, il s'appelait Don Benedetto da Mantova. Ami de Marc-Antoine Flaminio, il l'a prié de lui donner une forme plus gracieuse. Le poète s'en est acquitté volontiers et Vergerio put louer la simplicité, la suavité de piété de cet écrit, duquel l'Inquisition

dit qu'il parlait de la justification «con dolce modo ma hereticamente». Répandu dans le pays à 40.000 exemplaires, il subit les rigueurs implacables de l'Inquisition. Un seul volume échappa. A Viterbe, Flaminio avait avec lui les écrits de Valdès et les traduisit à la demande de Julia de Gonzaga, c'étaient sans doute les *Considérations* et les *psaumes*. Malheureusement Marc-Antoine Flaminio ne se montra pas ferme dans la persécution, mais dissimula sa foi.

*
* *

C'est en ce moment même que l'orage éclata. Les premières foudres frappèrent Ochino à cause de sa prédication et Vermigli parce qu'il refusait d'appliquer 1 Cor. 3, 13 à la doctrine du purgatoire. Les deux prirent la fuite. Ochino visita à Bologne le cardinal Contarini mourant, et voyant que sa citation à Rome masquait sa perte prit le chemin de Genève. On avait espéré que s'il restait fidèle il en entrainerait des milliers à en faire autant. On sait que confondant la lumière intérieure avec la raison naturelle il s'égara loin de la foi chrétienne et aborda aux plages désolées du rationalisme vulgaire.

Mentionnons en première ligne ceux qui restèrent fidèles et moururent pour leur foi. Le 4 juillet 1553 périt à Rome au gibet Buzio da Montalcino. Le 4 mars 1564 furent décapités sur la place du Marché à Naples, Giovanni-Francesco d'Alois, de Caserta, et Giovanni-Bernardino-Gargano d'Aversa. On dit que trois archevêques et huit évêques furent poursuivis pour avoir adhéré aux doctrines valdésiennes. Le 10 octobre 1567, sous le pontificat de Pie V, Pierre Carnesecchi fut decapité à Rome. Julia Gonzaga n'échappa que par la mort à son procès. Le pape Pie V déclara que s'il avait eu connaissance plus tôt de ses lettres il l'aurait fait citer à Rome.

Outre Vermigli et Ochino, un grand nombre chercha dans l'exil la liberté de conscience, entre autres Galeazzo Caracciolo qui, le 21 mars 1551, quitta sa ville natale et se retira à Genève, Lattenzio Ragnoni de Sienne qui devint pasteur de la communauté italienne de Genève, et le docteur Simone Fiorello di Caserta qui également se refugia à Genève. Isabelle Manrique da Bresegna, épouse de D. Garcia Manrique, gouverneur de Plaisance, se réfugia à Zurich et puis à Chiavenna. Un très grand nombre des partisans de Valdès renièrent leur foi et sauvèrent leur vie par la rétractation.

Quelle fut l'attitude de Juan de Valdès dans la grande et capitale

question du XVI[e] siècle: la Réformation de l'Eglise dans sa tête et dans ses membres. Alonso, son frère. à la fin du dialogue sur le sac de Rome, voit dans l'alliance du pape avec l'empereur le gage certain que cette réforme désirée par le monde entier se fera par un Concile général. On sait qu'il n'en fut rien et que cet espoir ne fut pas réalisé. Quant à Juan, ses vues sont tout à fait différentes. Il attend tout de Dieu, qui, à son heure, exaucera les prières de son peuple et fera toutes choses nouvelles. Dans ces questions, il faut tenir compte de son mysticisme, qui, à notre avis, se manifeste ici de deux manières. D'abord toutes les choses extérieures (et les cérémonies de l'Eglise, les messes, la manière de célébrer les cultes, les fêtes, la communion, tout cela s'y rattache) n'ont que peu de valeur à côté de l'éxpérience de la vie divine, seule nécessaire au salut de l'âme. Mais d'autre part cette vie divine est si haute, se intense, si profonde et si lumineuse qu'elle donne à toutes les choses extérieures leur prix et leur valeur inestimable. Ainsi Juan de Valdès pouvait rester dans les cadres de l'Eglise catholique, se soumettre à toutes les lois et les ordonnances, participer à toutes les cérémonies et tout de même rester dans la sphère bénie de la libérté pleine et entière des enfants de Dieu. Il mourut en 1541.

*
* *

Nous terminons cette étude par une revue des disciples de Valdès qui au XIX[e] siècle vinrent se grouper autour de sa mémoire et s'intéressèrent à son histoire.

Dès 1837 nous trouvons M. Ch. Schmidt, professeur de la Faculté de Théologie et du Séminaire à Strasbourg qui dans la *Zeitschrift für historische Theologie* d'Illgen (t. VII), fit paraître un article sur les *Cent dix Considérations* de Juan de Valdès. Il avait trouvé le volume que Celio Secundo Curione avait fait imprimer à Bâle en 1550 dans notre ancienne Bibliothèque de Strasbourg, qui était fort riche en pareils trésors, avant que dans la Saint Barthélémy strasbourgeoise, la nuit néfaste du 24 août 1870, les bombes prussiennes les aient réduits en cendres, ainsi que la belle église des Dominicains à cinq nefs et son magnifique orgue, la plus imposante des œuvres qui soit sortie des ateliers de Silbermann. (Chose curieuse! l'Eglise était, dit-on, dédiée à Saint Barthélémy). Rappelons que M. Schmidt attribuait les deux dialoguea de *Lactanzio y el Arzediano* et de *Mercure et Caron* à Alonso de Valdès.

Après lui apparaissent deux figures bien sympathiques et bien inté-

ressantes, un Espagnol et un Anglais qui se rattachent tous deux au groupe des Quakers. Ce sont les fondateurs de la précieuse collection en 20 volumes des *Reformistas antiguos españoles.* Le premier, un gentilhomme espagnol, Don Luis de Usoz y Rio, avait étudié le Droit à Bologne, avait abandonné la foi catholique et avait embrassé la religion protestante. Il s'était lié d'amitié avec B. Wiffen, qui lui communiqua les écrits des Réformateurs espagnols. Ensemble, à leurs frais, au moyen d'une presse privée appartenant au gentilhomme espagnol, ils firent paraître en 20 ans les monuments de la théologie espagnole avec l'épigraphe: «Valdesio Hispanus scriptore superbiat orbis». Remarquables sont les trois éditions espagnoles des *Considérations* que Luis de Usoz y Rio traduisit et fit paraître en 1855, 62 et 63. En 1865 parut à Londres un ouvrage de Wiffen: *Life and writings of Juan de Valdès.*

Ils furent secondés dans leurs travaux par un homme qui était un savant de primier ordre et qui consacra une partie de sa vie à faire revivre la mémoire, les écrits et les opinions des deux Valdès, Ed. Bœhmer, professeur à Halle. Il avait débuté par la théologie et avait fait paraître de savantes études sur la Genèse et les traditions primitives de l'humanité, mais comme il n'y avait alors pas de chaire vacante, il s'appliqua à d'autres études. D'abord ce fut Pindare et puis les langues romanes. C'est en 1860 qu'il publia les *110 Considérations* qu'il trouva dans la bibliothèque de l'orphelinat de Halle, après avoir soigneusement corrigé le texte. Il y ajouta les célèbres *Cenni biografici sui fratelli Giovanni e Alonso de Valdès,* qui sont restés la base historique certaine sur laquelle on a pu édifier la biographie des deux frères. Après l'incroyable confusion qui régnait sur ce chapitre de l'histoire, c'est une œuvre d'un mérite incontestable. Doué d'une remarquable sagacité, disposant d'un savoir immense et s'appliquant dans toutes les questions à une exactitude rigoureuse, il mit toutes ces qualités hors ligne au service de la cause valdèsienne. Ainsi il trouva dans un volume de *Varia* de la Bibliothèque de Francfort les cinq traités de Juan qui avaient vu le jour à Rome en 1545 sous le titre: *Comment il faut enseigner les principes de la religion chrétienne (Modo che si dei tenere nel insegnare predicare il principio de la religione christiana).* Il les publia. Vergerio les appelle un des onvrages les plus graves, les plus doux, les plus pieux et les plus utiles qui existent. Alors qu'encore en 1870 Bœhmer estimait que la traduction et les commentaires des psaumes étaient perdus, il finit par retrouver à Vienne la première et en partie la seconde (*El salterio traduzido del hebreo en romance castillano por Juan de Valdès,* Bonn 1880). De même il découvrit 7 lettres adressées vraisemblablement à Julie de Gonzague

et le commentaire de l'Evangile selon Saint Matthieu : *El Evangelio segun San Mateo declarado por I. de Valdès* avec une lettre à Julie de Gonzague. Il fit imprimer le précieux volume à Madrid en 1880, et en 1883 parut le *Lac spirituale, instruccion cristiana para los niños,* en huit langues. Ajoutons encore l'article de Bœhmer sur les Valdès dans la *Real Encyclopedie* de Hauck et sa notice sur les deux frères ajoutée à l'édition allemande des 110 Considérations, Halle 1870. Enfin il couronna son œuvre en publiant la *Bibliotheca Weffeniana: Spanish Reformers of two centuries from 1520,* Strasb. et London 1874-1883-1904, contenant toutes les notes biographiques et bibliographiques que Wiffen avaient préparées et que Bœhmer enrichit et compléta avec la science vaste et sûre qui le caractérisait. Après avoir professé avec éclat les langues romanes à l'Université allemande de Strasbourg, fondée en 1872, il mourut dans sa belle villa à Bade. Dans la courte et douloureuse maladie qui l'enleva, il m'écrivit peu de jours avant sa mort: «ὑπερνικῶμεν, plus que vainqueurs!», prouvant ainsi, qu'il n'a pas seulement été un admirateur de Valdès, mais qu'il a vécu et est mort dans sa foi.

Plus ou moins sous les auspices d'Ed. Bœhmer parut à Bâle en 1901 la plus belle biographie des deux frères, écrite par le pasteur G. Schlatter de Saint-Gall, *Die Brüder Alfonso u. Juan de Valdès. Zwei Lebensbilder*. C'est sans doute l'étude la plus complète, la mieux documentée et la plus riche sur la vie, les travaux, les tendances religieuses, scientifiques et morales des deux frères. Le dialogue de Mercure et de Charon attribué à Juan forme le sujet du 2e chapitre de la 2e partie. On y trouve relatée l'opinion de Baumgarten (*Gesch. Karls I.* 2. 643-643) sur ce sujet: il s'étonne que cette œuvre ait pu paraître à cette époque.

L'Espagne a également pris une part active à l'étude de l'histoire du XVIe siècle et du mouvement réformateur. Ce fut d'abord Ad. de Castro avec son *Historia de los protestantes españoles* (Cadiz 1851, trad. allem. de Hertz Francfort 1866), un livre qui éveilla l'intérêt d'Ed. Bœhmer pour ce sujet. Ensuite mentionnons: Caballero, *Conquenses ilustres*, T. IV. *Alonso y Juan Valdés, noticias biograficas y literarias,* Madrid 1875.

Après lui c'est le grand savant espagnol Menéndez y Pelayo qui dans son *Historia de los Heterodoxos españoles* (T. II et III) s'est occupé des Valdès et du mouvement réformateur et donna sur toutes les questions qui s'y rapportent des aperçus remarquables sous tous les rapports. C'est dans ce cercle des disciples et amis des Valdès que nous venons à notre tour réclamer une modeste et petite place. Après avoir rencontré les deux frères à l'aurore de nos études et á l'entrée de notre

carrière, nous avons été heureux de les retrouver après les longues années passées au service de notre Eglise et il nous a été précieux de leur consacrer les restes d'une ardeur qui s'éteint et les dernières lueurs d'un crépuscule qui va s'effacer pour cette terre dans la nuit éternelle.

Nous ne doutons pas que les études, découvertes et patientes recherches de M. Bataillon inviteront de nombreux travailleurs à explorer les abondantes mines nouvelles qu'il a ouvertes et à moissonner les champs nouveaux qu'il a défrichés.

Strasbourg, 29 mars 1927.

(Continua).

Eugène Stern,

Président honoraire du Consistoire de Saint Thomas.

LIVROS Á VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho ..... 12$00

Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) ..... 10$00

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 15$00

Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873–1877)..... 6$00

Idem — Suplemento 1.º (1877–1883)..... 4$50

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 4$50

Notícia sôbre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5$00

Memória histórica e crítica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 4$00

Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 3$00

Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 3$00

Memórias de Castilho, por Júlio de Castilho. Vol. I..... 20$00

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação mensal do *Instituto de Coimbra,* sociedade scientífica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos acompanhados do retrato e fac-símile da assinatura dos autores e na língua por êles preferida; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

ASSINATURAS

Série de cinco números..... 25$00
Número avulso ..... 10$00

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto,* Arco do Bispo n.º 1 — Coimbra — Portugal.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

VOLUME 75.º

4.ª SÉRIE — VOLUME 4.º

NÚMERO 5

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1928

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Conde de Felgueiras — Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBRO HONORÁRIO

Prof. F. Gomes Teixeira, Reitor Honorário da Univ. do Pôrto antigo Prof. da Univ. de Coimbra.

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário.* — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário.* — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente.* — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. A. Augusto Gonçalves, da U. C., D. M. M. C. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente.* — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Fortunato de Almeida, do L. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão, A. D. B. N. L. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral.* — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, D. F. L. U. L., D. G. E. S. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L., D. G. S. — Prof. M. de Sousa da Câmara, D. I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, D. da Secção de Sciências Físico-Químicas da U. C.

SUMÁRIO

O Almanach perpetuum de Abraham Zacuto e as Tábuas náuticas portugueses, por António Barbosa 541
Um grande poema da alma de um Santo, A apoteose de S. Francisco de Assis (sua vida e sua obra) por Gomes Teixeira, por Evaristo Gomes Saraiva 553
Alguns santos advogados, por Luís da Silva Ribeiro 588
O crime e a responsabilidade. (Estudo psico-social), por Santana Rodrigues 606
Pintura portuguesa do século XVIII, notícia de alguns quadros animalistas de Bernardino da Costa Lemos, existentes no Museu Zoológico de Lisboa, por Júlio Jesus 628
Bibliografia 642
Vária 653
Livros recebidos 659

O ALMANACH PERPETUUM DE ABRAHAM ZACUTO E AS TÁBUAS NÁUTICAS PORTUGUESAS

O *Almanach perpetuum* de Abraham Zacuto, além de outras tábuas, contém desde páginas 33 a 44 (referimo-nos à paginação do *fac-simile* publicado pelo Sr. Joaquim Bensaude), quatro tábuas com as posições do sol na eclítica, referidas ao meio dia de cada um dos dias do ano, expressas em graus, minutos e segundos de cada um dos doze signos. Essas quatro tábuas foram calculadas para servirem nos anos de 1473, 1474, 1475 e 1476 e têm as designações de *Tabula prima solis, Tabula secunda solis, Tabula tertia solis* e *Tabula quarta solis.*

ANTÓNIO BARBOSA

O conhecimento da longitude solar ou do «lugar do sol», como então se dizia, era de capital importância na resolução de vários problemas de astronomia e de astrologia.

Assim se explica a grande quantidade de tábuas calculadas desde Ptolomeu, e os cuidados que a sua organização sempre mereceu aos diferentes calculadores.

No *Canon secūdus de vero loco solis habc̄do* do Alma-

nach (pág. 4), explica-se o modo de usar as quatro tábuas referidas.

Luciano Pereira da Silva, o erudito investigador da história da sciência náutica portuguesa, mostrou em sucessivos e valiosos trabalhos (1) a importância do *Almanach perpetuum* como fonte das primeiras tábuas náuticas portuguesas usadas pelos navegadores da época dos descobrimentos.

Nada temos que objectar sôbre as conclusões do erudito investigador, quanto à fonte das tábuas náuticas portuguesas.

Mas a *Tabula equationis solis* do Almanach e a correcção de 1' 46", que Zacuto e Pedro Nunes mandam juntar aos lugares do sol das quatro tábuas de um quadriénio, não têm o significado que lhes deu Luciano Pereira da Silva. O ilustre homem de sciência era meticuloso nas suas conclusões. Em tôda a sua valiosa obra se nota um acentuado cunho de probidade scientífica.

Pouco tempo antes do estúpido acontecimento que poz têrmo à sua existência, manifestamos-lhe a nossa discordância sôbre o ponto que agora versamos neste estudo e que fôra por êle tratado em três dos seus trabalhos (2).

Com a franqueza e lealdade que o caracterizavam incitou-nos a desenvolvermos as investigações que já então andavamos fazendo para encontrarmos o «documento-prova», como êle lhe chamava, que servisse de base à nossa tese.

Esta rectificação às suas conclusões sôbre as tàbuas náu-

---

(1) Luciano Pereira da Silva, *A estrêla Venus nos «Lusiadas»*, separata de *A Águia*, vol. XV.

As *Tábuas náuticas portuguesas* e o *Almanach perpetuum* de Zacuto, in. *Boletim de Segunda Classe*, vol. IX, da Academia das Sciências de Lisboa.

A *Arte de navegar dos portugueses*, in. *História da colonização portuguesa do Brasil*, vol. I, pág. 67.

(2) Obras já citadas.

ticas portuguesas e o *Almanach* de Zacuto não deminui os merecidos louvores feitos à sua valiosa obra.

Dito isto, é melhor transcrevermos aqui o que sôbre o assunto escreveu aquele investigador, para depois continuarmos o nosso estudo.

«Adoptado pelos cosmógrafos portugueses o *Almanach perpetuum* para a preparação das tábuas quadrienais da declinação do sol, era fundamental corrigir as quatro *Tabulas solis* de Zacuto, juntando-lhes 1' 46" por cada revolução de quatro anos decorridos desde o ano *Radix*, que era o de 1473. *Este valor de 1' 46" por quadriénio correspondia a um valor médio anual de 26",5, para a constante de precessão e exigia* um período de 49:000 anos para o ponto de Aries fazer a volta completa dos 360 graus do zodíaco. Assim o movimento de precessão dos equinócios adoptado por Zacuto e depois por Pedro Nunes, era demasiado lento, pois o período de tal movimento é de cêrca de 25:800 anos, com um valor médio anual aproximadamente de 50",2. *O número 26",5 de Zacuto estava afastado de um êrro de quási metade do valor verdadeiro*»,

«*As tábuas calculadas para os nossos navegadores não eram tam perfeitas como podiam ter sido, se se tivessem adoptado os números de Albaténio ou Ibn Junis*» (1).

Dêste passo depreende-se que os astrónomos portugueses não foram felizes escolhendo o *Almanach perpetuum* para dêle extraírem as tábuas náuticas portuguesas, porque Zacuto errara em quási metade do seu valor verdadeiro, ou sejam 23",7, a correcção do lugar do sol por cada quadriénio, desde 1473, que era o ano *Radix*, dando em resultado que as tábuas de declinação solar usadas pelos navegadores portugueses «não eram tam perfeitas como podiam ter sido».

---

(1) *Historia da colonização portuguesa do Brasil*, vol. I, pág. 67 (o itálico é nosso).

Esta conclusão do Dr. Luciano Pereira da Silva resultou de supôr que a correcção de 1′46″ por quadriénio era conseqüência da precessão dos equinócios. Ora nem Zacuto adoptou um movimento de precessão tão excessivamente lento que no fim de quatro anos causava na longitude *das estrêlas* um aumento de 1′46″, que corresponde a um aumento de 1°28′ em 200 anos e a uma rotação completa de 360° em 49:000 anos, nem a correcção de Zacuto é conseqüência do fenómeno de precessão dos equinócios.

Zacuto adoptou para movimento de precessão justamente o valor de Ibn Junis, que era de 1° em 70 anos com o valor médio anual de 51″,2 completando-se a revolução de 360° em 25:200 anos. Quanto ao valor de 1′46″ que Zacuto e Pedro Nunes empregaram na correcção das tábuas dos «lugares do sol», vamos ver que nem Zacuto nem Pedro Nunes tomaram êsse valor como conseqüência do movimento de precessão.

Finalmente, definido o significado e rigor da correcção de 1′46″ e da *Tabula equationis solis* do Almanach, concluïremos que as tábuas calculadas pelos astrónomos portugueses eram tão perfeitas que adoptando eles a correcção de 1′46″ por cada ciclo de quatro anos, levaram o rigor da correcção ao ponto de manterem os valores da declinação solar, deduzidos do *Almanach perpetuum* e usados nas tábuas náuticas da época dos descobrimentos, com um êrro inferior a 1′.

O *Almanach perpetuum* reünia os conhecimentos astronómicos mais exactos daquela época.

*
* *

O fenómeno conhecido por precessão dos equinócios foi descoberto por Hiparco (séc. II a. C.), comparando as suas observações sôbre as posições das estrêlas fixas com as que

século e meio antes havia feito Timocaris. Hiparco deu à esfera das estrêlas fixas o movimento de 1 grau em 100 anos.

Entre Hiparco e Ptolomeu decorreram 265 anos que, a 1 grau em cada 100 anos, fazem 2° 39'. Ptolomeu diz que, em geral, encontrou 2° 2/3, aproximadamente, de diferença nas longitudes das estrêlas indicadas por Hiparco e supõe-se que Ptolomeu juntou 2° 40' a todas as longitudes de Hiparco, conservando as latitudes (1). Ptolomeu adoptou o mesmo valor de Hiparco para o movimento de precessão.

O astrónomo árabe Albaténio (cêrca de 879) adoptou depois um movimento menos lento, à razão de 1° em 66 anos.

O árabe Ibn Júnis, depois de Albaténio, foi quem melhor calculou o movimento de precessão, dando-lhe o valor de 1° em 70 anos, que corresponde a 51″,2 em 1 ano, errado apenas em 1″ a mais do valor actualmente usado. Foi êste também o valor adoptado por Zacuto. No capitulo «De las estrellas fixas» do *Tratado breve de las ynfluencias del sielo* de Zacuto, que se conservava inédito na Biblioteca Colombina de Sevilha e que o ilustre professor da Universidade de Coimbra, Sr. Dr. Joaquim de Carvalho acaba de publicar, lê-se:

«Estas estrellas sobre dichas se sacarõ con grãd trabajo. y muchas por la diversidad del orizon y del medio cielo: y estaran en estos grados sobre dichos de aqui a setenta años. y despues de setenta años se mudan al grado de adelante» (2).

Vale a pena transcrever também o seguinte, de páginas 34: «De las 27. mansiones de la luna. y porque es el tiempo en que pasa la luna todos los signos y rrescibe la cõplision de las estrellas de la octava que se hallan en cada mansion.

---

(1) Delambre, *Histoire de l'astronomie ancienne*, pág. 262.

(2) Joaquim de Carvalho, *Dois inéditos de Abraham Zacuto*, Lisboa, 1927 (separata da *Revista de Estudos Hebráicos*, vol. I).

y porque en esto a caydo grande yerro entre algunos astrologos y parece tanbien por los libros que se contradizen los unos a los otros. acordo como creo que aya bien estudiado esta materia de declarar bien la verdad desto. y es que estas mansiones se ande contar desde veynte grados y medio de aries de la novena sin duda. porque estas mansiones. se hordenaron en su conplision en tienpo de ptholomeo y desde entonces aca ha andado la octava. 20 grados y medio». Êste passo confirma o primeiro. Zacuto faz neste *Tratado,* que foi escrito no ano de 1486, repetidas referências ao *Almanach.* Adoptando o valor do árabe Ibn Junis, deu à precessão o valor de 1° em 70 anos, depois de ter «bien estudiado esta materia» porque, como êle também escreve, «en esto a caydo grande yerro entre astrologos y parece tanbien por los libros que se contradizen los unos a los otros».

Não foi, pois, sem grande estudo que Zacuto preferiu o valor de Ibn Junis para o movimento da esfera das estrêlas fixas. Entre as suas obras figura um *Tractatus de stellarum motu & ordine; item de anni cardinibus, è variis auctorum hebraeorum scriptis collectus.*

Augustinus Ricius conta, na sua obra *De notu octavae sphaaerae* (1521), que no ano de 1474 Abraham Zacuto observou, em Salamanca, uma ocultação da estrêla chamada a *Espiga (spica virginis)* pela lua e encontrou a estrêla em 17°10′ de Virgo ao passo que pelas *Tabuas Afonsinas* a mesma estrêla devia estar em 13° 48′ do mesmo signo de Virgo.

Zacuto verificou assim que desde o tempo de Afonso, o Sábio, as longitudes das estrêlas aumentaram de 3° 22′, em vez de 1° 20′ 41″ que davam as *Tabuas Afonsinas,* para os 223 anos decorridos até 1474 (1), em que fez a observação.

O comentário de Pedro Nunes, no seu *Tratado da Sphera,* ao texto de Sacrabosco, que adoptou o valor de 1.° em 100

(1) Delambre, *Histoire de l'astronomie du moyen âge,* pág. 377.

anos para movimento da esfera das estrêlas fixas, dá razão a Zacuto quando escreveu que os livros se contradiziam sôbre o valor atribuido à precessão. Transcrevemos o comentário de Pedro Nunes: «Isto segundo a opinião de ptolomeu porq̃ os astrologos q̃ depoys forã acharam que este movimẽto de ocidẽte para oriẽte pella ordẽ dos signos pertence a nona esphera: & que nã he em cem años hũ grao mas em 200. hũ grao &. 27. minutos de sorte que ẽ 49. mil años falando naturalmente se cõprira sua reuolução» (pág. 8 da edição *fac-similada* do *Tratado da Sphera*).

André do Avelar, que se seguiu a Pedro Nunes na Universidade de Coimbra como professor de matemática, também deu à nona esfera o movimento de 1° 28′ em 200 anos. Êste valor da precessão deve-se aos astrónomos do rei Afonso, o Sábio. Mas já antes do século XIII o árabe Albaténio e Ibn Junis tinham adoptado valores mais exactos.

Camões, influenciado pela leitura do *Tratado da Sphera,* seguiu a doutrina dos astrónomos de Afonso, o Sábio (*Lusiadas*, X, 86).

> Debaixo deste leve anda outro lento,
> Tão lento e sujugado a duro freio
> Que emquanto Febo, de luz nunca escasso,
> Duzentos cursos faz dá ele um passo.

Camões arredondou 1° 28′ em 1° e chama-lhe «passo» (1). Gema Frísio adoptou um valor diferente dos de Zacuto e de Pedro Nunes: «se pase que desdel año. 1525. hasta el año. 1540. las estrellas fixas se han mouido por. 8. minutos. y al respecto se podran corregir para los años venideros» (2). E na sua obra *De astrolabo catholico* (1556) considera o mo-

---

(1) *Astronomia dos Lusiadas*, pág. 26.

(2) *La Cosmografia* de Pedro Apiano, corregida y añadida por Gemma Frísio, 1575, folhas 15.

vimento à razão de 1° em 67 anos. Regiomontanus adoptou o valor de 1° em 80 anos para o mesmo movimento.

O conhecimento do valor do movimento de precessão era de capital importância na resolução do problema da longitude geográfica, quando se empregasse qualquer dos processos astronómicos conhecidos no século XVI.

Qualquer dêsses processos exigia, então, o conhecimento antecipado das coordenadas de certas estrêlas usadas nas observações e gravadas na *rede* dos astrolábios planos. Como vimos, foi Zacuto quem naquela época melhor soube escolher o valor de precessão, adoptando 51″,2 por ano ou sejam 3′ 24″,8 no fim de 4 anos, em vez de 1′ 46″ que aparece como valor de correcção das longitudes solares do *Almanach perpetuum*.

Esta correcção de 1′ 46″ e a *Tabula equationis solis* hão de ter, pois, outro significado, que vamos definir.

*
* *

Além do *Almanach perpetuum* de Zacuto e do *Tratado da Sphera* de Pedro Nunes, que nada dizem sôbre o significado e origem da correcção de 1′ 46″ empregada nas quatro tábuas dos lugares do sol, pudemos consultar mais as seguintes obras em que vem tratado o mesmo assunto da correcção das longitudes solares:

Elucidatio Fabricae ususque Astrolabii de João Stoflerino. ed. de 1585, no capítulo «solis verum locum facile cognoscere» (folhas 65); a obra já citada de Gema Frísio «*De astrolabo catholico liber quo latissime patentis instrumenti multiplex usus explicatur*», ed. de 1556, a fôlhas 14, no capítulo «De loco solis in signifero»; finalmente, o manuscrito número 250/1230 da Biblioteca Pública Municipal do Pôrto intitulado *Uso do Astrolabio,*

que trata do assunto no capítulo «Do lugar do sol no zodíaco».

Aproveitamos êste ensejo para dizermos que êste manuscrito, do qual se ocupou Luciano Pereira da Silva no seu artigo *O Astrolábio universal da Sociedade de Geografia de Lisboa*, publicado no *Jornal de Sciências Matemáticas, Físicas e Naturais*, n.º 96 (n.º 20 da 3.ª série), da Academia das Sciências de Lisboa, é uma tradução para português da obra já citada de Gema Frísio, *De astrolabo catholico*.

Esta obra foi começada por Gemma Frísio, professor de matemáticas em Lovaina, e depois da sua morte (1555) continuada pelo filho Cornélio Gema. No texto da obra aparece citado o afamado construtor de astrolábios, Gualtério Arsénio, também pertencente à família dos frisoẽs: «Astrolaba quae nostro instinctu per nepotẽ nostro Gualterum Arseniun cõstructa sunt, ad secundũ annum à bissexto inscriptos habent dies».

O tradutor do livro de Gema Frísio suprimiu não só esta mas ainda tôdas as referências pessoais: só lhe escapou o nome de Cornélio Gema, com que abre a parte do *Tratado* que foi escrita depois da morte do pai Rainer Gema. O autor do manuscrito conhecia bem o assunto da obra que traduziu, porque se notam algumas alterações ao texto de Gema Frísio.

É o que acontece, por exemplo, no capítulo «De loco solis in signifero», de que estamos tratando, onde se lê:

«Si tamẽ curiose omnia velis noscere, singulis annis dimidium ferè scrupulum in super adiiciendum calculo praescripto. Ac quod dico ferè, ita accipiendũ, ut. 100. annis. 44. scrupula adiiciantur. 200. annis pars una cũ semisse ferè».

No manuscrito, a parte correspondente está assim redigida: «e se mais curiosidade se quiser usar, ajuntem-se. 30. segundos quasi cada anno ao lugar do sol, de modo que em. 100. annos se venhão a juntar. 44. m. e em. 200. annos

hum. g. e. 28. m.». O autor do manuscrito, traduzindo «pars una cũ semisse ferè» por «hum. g. e. 28. m.» (1°28′), mostrou conhecer o verdadeiro significado desta correcção.

Os «30 segundos quasi cada ano» é que têm de ser reduzidos a 26″,5. Só assim se consegue a correcção dos 44″ que êle manda fazer no fim de 100 anos e 1°28′ em 200 anos.

Mas estes números do manuscrito relativos à correcção dos lugares do sol são justamente os valores que os astrónomos do rei Afonso de Castela atribuíram à precessão, no século XIII, e que Pedro Nunes ainda no século XVI aceitou, como vimos no seu comentário ao texto de Sacroboreo. A-pesar desta identidade de valores, os números do manuscrito tem um significado diferente daquele que lhe tem sido atribuído.

Os 44′ que no manuscrito e na obra de Gema Frísio se mandam juntar no fim de 100 anos dão precisamente 1′45″,6 para um quadriénio ou sejam 1′46″ em números redondos.

Encontramos assim o valor da *Tabula equationis solis* do Almanach de Zacuto, que é o mesmo valor que Pedro Nunes propõe no *Tratado da Sphera* e encontramos ainda nas obras de Gema Frísio e de Stoflerino, com o mesmo significado.

Sôbre este valor de 1′46″ para correcção dos lugares do sol estavam os astrónomos de acôrdo. Mas já não acontecia o mesmo com o valor do movimento de precessão dos equinócios.

O vice-almirante Morais e Sousa também considerou os valores da *Tabua equationis solis* do Almanach como conseqüência do movimento de precessão dos equinócios com o valor médio anual de 26′,5. Partindo desta falsa hipótese fêz erradas considerações sôbre o modo como foram organizadas as quatro tábuas de declinação solar do *Livro de Marinharia*, que julgou terem sido calculadas para o quadriénio de 1497 a 1500, além de outras considerações, também erra-

das, que fez sôbre o valor e antiguidade das tábuas daquela época (1).

*

* *

No capítulo LI. do *Reportorïo dos Tempos* de André do Avelar (ed. 1602). que trata «Do anno solar, vulgar, & sua quantidade», lê-se o seguinte:

«Anno solar, he o tempo que passa desde que o sol parte de hũ ponto do Zodiaco, até que segundo seu proprio mouimento torna ao tal ponto & lugar donde primeiramente esteve. Chama-se anno solar, porque se faz a conta pelo mouimento proprio do sol. Mas sobre o tempo em q̃ o sol cumpre este mouimento proprio ouve diuersas opiniões por não se auer podido alcançar precisamente».

E mais adiante, no mesmo capítulo: «Albategno Arabe 750. años depois de Ptolomeo, & 936. depois de Cesar, o achou de 365. dias, 5. horas, 46. min. e 20 seg.

«El Rey dõ Afonso, q̃ emendou as tabuas antigas do anno de 1250, fez o anno de 365. dias, 5. horas, 49. minut. 16. seg. q̃ he a quantidade, que se tẽ entre os Astrologos por mais certa.» Chamamos a atenção para a última parte dêste passo do *Reportorio,* porque também nos há de servir para encontrarmos a origem da correcção de $1'46''$ usada por Zacuto, Pedro Nunes, Gema Frísio e pelo tradutor da obra de Gema, na correcção dos lugares do sol. Todo êste capítulo do *Reportório,* é curioso pelas informações que fornece sôbre as sucessivas reformas do calendário incluindo a que o papa Gregório XIII decretou em Outubro de 1582.

O ano definido por Avelar é o que hoje chamamos *ano trópico* e a sua duração é avaliada em 365 dias, 5 horas, 48

---

(1) L. de Morais e Sousa, *A sciência náutica dos pilotos portugueses nos séculos* XV *e* XVI, vol. I, 1924, pág. 52 a 64.

minutos, 17,51 segundos de tempo médio, menos 58,49 segundos que o ano de «El Rey dõ Alfonso».

O *ano civil* ou *comum* é a reünião de um certo número inteiro de dias solares médios. A duração do ano civil é, portanto, diferente da duração do ano trópico, que se define pelo intervalo de tempo que decorre entre duas passagens consecutivas do sol (médio) pelo equinócio da primavera.

Como há toda a vantagem em que o sol ocupe os mesmos pontos da eclítica nas mesmas épocas do *ano civil,* é evidente que êste deve concordar quanto possível, em duração, com o *trópico.*

Uma concordância absoluta é impossível visto o ano trópico não ter um número inteiro de dias. Se o ano trópico e o ano civil fôssem iguais, não havia necessidade de intercalar anos bissextos e uma tábua dos lugares do sol elaborada para determinado ano conviria, sem correcções, a qualquer outro ano, por mais afastado que fôsse. Era uma tábua perpétua com as longitudes solares sempre exactas.

Isto independentemente do valor da precessão dos equinócios, que só têm influência sôbre as posições das estrêlas fixas, cujas longitudes vão crescendo proporcionalmente ao valor da precessão. Remedeou-se o inconveniente da desigualdade entre o ano trópico e o ano civil, com a intercalação de anos civis que não têm os mesmo número de dias. Desta forma os êrros podem ser anulados sucessivamente sem que se possam acumular.

Os diversos processos empregados parà realizar a concordância dos anos civis com os anos trópicos constituem os *Calendários.*

Júlio César ajudado pelo astrónomo Sosigenes, no ano 45 a. C. reformou o calendário e tendo considerado o ano trópico com a duração de 365 dias e um quarto ordenou a intercalação de um dia de quatro em quatro anos, de modo

que três anos comuns de 365 dias eram sempre seguidos de um ano bissexto de 366 dias.

Desta forma, ao fim dos 4 anos, restabelecia-se teòricamente a concordância das posições do sol na eclítica com as datas do ano comum.

O *Calendario Juliano* foi usado no império romano e aceite por todos os povos cristãos, que o adoptaram até fins do século XVI, em que foi substituído pelo *Calendario Gregoriano*, decretado em Outubro de 1582.

Desde que Júlio César adoptou o ano trópico de 365 dias e $^1/_4$ já não era possível adaptar uma tábua única dos lugares do sol aos sucessivos anos do Calendário Juliano.

Júlio César fixou o equinócio da primavera em 25 de Março do ano 45 a. C., em que reformou o calendário.

No mesmo dia e hora do ano seguinte a posição do sol na eclitica não era a mesma do ano anterior.

Estava recuado um espaço correspondente às 6 horas ($^1/_4$ de dia) que o ano comum tinha a menos do que o trópico, porque quando findaram os 365 dias do ano civil e começou a contar-se o dia primeiro do ano seguinte ainda o sol não tinha andado os 360° da eclítica. Supondo o movimento do sol em longitude à razão de 59′ em cada 24 horas, as 6 horas que o ano civil tem a menos sôbre o ano trópico juliano representam um recuo do sol igual a 14′,7, ou sejam 15′ em números redondos. Era esta a correcção subtractiva a fazer aos lugares do sol do ano 45 a. C. para se obter a tábua dos lugares do sol correspondente ao ano seguinte.

Do mesmo modo se passaria desta tábua para a do ano imediato e os 15′ de correcção ainda aqui têm o mesmo significado pois resultam do sol ter ficado atraz o espaço correspondente às 6^h da diferença mantida entre a duração do ano trópico e o ano civil. A correcção a fazer no fim de 4 anos é de $4 \times 17',7 = 59'$. É o que anàlogamente podemos ver nas

quatro tábuas do *Almanach perpetuum* e no *Tratado da Sphera*.

Organizada a tábua dos lugares do sol para o primeiro ano depois do bissexto, que é a *Tabula prima solis* de Zacuto, a tábua do segundo ano depois do bissexto (*Tabula secunda solis*) resultou da primeira subtraindo às longitudes solares $14' 21''$ que o sol ficou recuado no fim do ano civil. No *Almanach perpetuum* esta correcção verificada para o dia primeiro de cada mês é de $14' 21''$. A correcção da *Tabula secunda* para a *Tabula tertia*, também verificada para o dia primeiro de cada mês, já não é constante e varia entre $14' 20''$ e $14' 28''$ mas o seu significado é ainda o mesmo.

A intercalação de um ano bissexto de quatro em quatro anos segundo o Calendário Juliano não punha os lugares do sol de acôrdo com as datas do ano civil. Isto só podia suceder se a fracção despresada em cada ano fôsse exactamente de 6 horas, de modo a obter-se o total das $4 \times 6 = 24$ horas adicionadas no ano bissexto, no fim do quadriénio. Como o ano trópico é apenas de 365 dias $5^h\ 48^m\ 17^s,51$, a intercalação de um ano bissexto em cada quadriénio introduzia um pequeno êrro que se foi acumulando desde o ano 45 a. C. até o século XVI. Na época do Concílio de Nicea, em 325 da nossa era, já o equinócio da primavera tinha passado do dia 25 de Março, em que o tinha fixado Júlio César, para o dia 21 do mesmo mês. No século XVI o êrro era já muito maior pois o equinócio tinha lugar no dia 11 de Março.

O grupo de quatro tábuas do lugar do sol organizadas para um quadriénio do bissexto não podiam assim servir para os quadriénios seguintes sem uma pequena correcção resultante de o sol não retomar exactamente os seus anteriores lugares na eclítica em relação às mesmas datas do ano civil, em virtude de o dia (24 horas) adicionado no fim do quadriénio não representar exactamente a soma das fracções despresadas $[4 \times (5^h\ 48^m\ 17^s,51)]$.

Segundo André do Avelar, «El Rey dõ Afonso, q̃ emendou as tábuas antigas do anno de 1250, fez o anno de 365· dias, 5. horas, 49. minut. 16. seg. q̃ he a quantidade, que se tẽ entre os Astrologos por mais certa».

Parece que os astrónomos do rei Afonso organizaram as suas tábuas, de outras mais antigas, mediante uma correcção conveniente à longitude solar.

Já o célebre astrónomo árabe Albaténio, que viveu pelo ano de 880, também compôs tábuas astronómicas referidas ao meridiano de Aracta, para substituir outras muito mais antigas de Ptolomeu.

Abraham Zacuto organizou as suas quatro tábuas do lugar do sol no mesmo molde em que já no século XIII os astrónomos de Afonso, o Sábio, tinham organizado as suas, também correspondentes ao quadriénio do bissexto. Mas em Zacuto aparece a *Tabula equationis solis* com os valores de correcção calculados para 34 quadriénios seguintes. Já explicamos a causa desta correcção das tábuas de um quadriénio para os imediatos e que é resultante do sol não retomar exactamente os seus anteriores lugares na eclítica em relação às mesmas datas do ano civil. O ano trópico que os astrónomos adoptaram depois do século XIII até o fim do seculo XVI era, segundo Avelar, de $365^{d}\,5^{h}\,49^{m}\,16^{s}$. Por isso as 24 horas intercaladas por quadriénio, no ano bissexto, não correspondiam aos $4\times(5^{h}\,9^{m}\,16^{s})$ de diferença, no fim dos quatro anos. Resultava uma diferença de $42^{m}56^{s}$ a mais, em que a longitude solar aumentava sôbre a do quadriénio anterior de $1'45'',54$, dando ao sol o movimento médio de $59'$ em cada 24 horas.

Zacuto arredondou $1'\,45'',54$ para $1'\,46''$ e com esta correcção fez a sua *Tabula equationis solis*.

Nem Zacuto nem Pedro Nunes explicaram a origem e o significado da correcção de $1'\,46''$. No capítulo «Solis verum locum facile cognoscere» da obra já citada de João Stofle-

rino explica-se como se obtêm as quatro tábuas do quadriénio do bissexto mediante a correcção de 15′ aplicada a uma delas.

A outra correcção, para passar das tábuas dum ciclo para os seguintes, Stoflerino considera-a insignificante: «item quatuor annis reuolutis sit major, in re tamen admodum parua: quae paucis annis ferè in sensibilis, successu multorum aunorum sensibilis reditur».

Gema Frísio é mais claro neste ponto, pois escreveu: «sic exacte satis colligitur solis locus in zodaico, si tamẽ curiose omnia velis noscere, singulis annis dimidium ferè scrupulum in super adiiciendum calculo praescripto. Ac quod dico ferè, ita accipiendũ, ut. 100. annis. 44 scrupula adiiciantur. 200. annis pars una cũ semisse ferè».

Já vimos que êste passo tem a seguinte redacção, no manuscrito da Biblioteca do Porto: «e se mais curiosidade se quiser usar, ajuntese. 3o. segundos quasi cada ano ao lugar do sol, de modo que em. 100. annos se venhão a ajuntar. 44. m. e em. 200. annos hum. g. e 28. m.». Os 28 minutos são da responsabilidade do tradutor da obra de Gema Frísio, como já fizemos notar e indicam que o autor do manuscrito sabia qual era a origem da correcção.

Ricius (*de motu octauae Sphaerae*, 1521) explicou a origem dos 49:000 anos para período do movimento de precessão segundo a doutrina dos astrónomos do rei Afonso de Castela, dando-a como conseqüência duma interpretação supersticiosa da lei mosáica.

Por seu lado Reinhold salienta a circunstância dêsse movimento da 9.ª esfera ser precisamente igual ao movimento médio do sol no espaço de tempo que os mesmos astrónomos afonsinos obtiveram da diferença entre o ano trópico juliano (365 ¼) e o valor que êles adoptaram ($365^d\,5^h\,49^m\,16^s$). Durante êsse tempo ($10^m\,44^s$) segundo as tábuas afonsinas o movimento do sol é de $26''\,26'''\,54^{IV}$, etc., que é também o mo-

vimento anual da 9.ª esfera nas mesmas tábuas (1). Reinhold fêz ainda notar a circunstância de os astrónomos do rei Afonso de Castela não terem deixado exposto em nenhum escrito os fundamentos da sua hipótese. O tradutor da obra de Gema Frísio conhecia a absoluta igualdade de valores do movimento do sol e da constante de precessão segundo a doutrina do rei Afonso de Castela e assim se explica que êle mande juntar $1^{\circ}\,28'$ ao lugar do sol no fim de 200 anos, valor absolutamente igual ao que Pedro Nunes dá à precessão dos equinócios no comentário ao texto de Sacrobosco. Desta mesma opinião foi Purbáchio (2).

¿Os números da *Tabula equationis solis* do *Almanach perpetuum* de Zacuto terão a sua origem nas doutrinas expostas no século XIII pelos astrónomos afonsinos? ¿Teria êle adoptado os $365^{d}\,5^{h}\,49^{m}\,16^{s}$ do ano trópico do rei Afonso de Castela? Basta ler o *Canon Tercio* e analisar a *Tabula introito solis in quolibet signorũ*, que está desde páginas 43 a 50 do *Almanach perpetuum*, para vermos que Zacuto adoptou êsse valor do ano trópico. Esta tábua do *Almanach* serve para saber o instante da entrada do sol em cada um dos 12 signos. Na coluna da esquerda estão os números desde 1 até 136 correspondentes ao número de anos decorridos desde o ano de 1472, que é o ano *Radix* da tábua.

Em linha horizontal estão mencionados os instantes da entrada do sol em cada um dos 12 signos, indicando-se o dia, horas e minutos para cada um dos 136 anos da tábua.

No quadro junto transcrevemos a parte da tábua que dá o momento da entrada do sol no signo de *Aries* nos primeiros 20 anos depois do ano *Radix*.

---

(1) Delambre, *Histoire de l'astronomie du moyen âge*, págs. 273 e 379.

(2) *Astronomia dos Lusíadas*, pág. 21.

Anni	Aries Martius			Anni	Aries Martius		
	di	h	m		di	h	m
1	10	16	0	11.	11	2	13
2	10	21	49	12.	10	8	2
3	11	3	39	13.	10	13	51
4	10	9	28	14.	10	19	40
5	10	15	17	15.	11	1	30
6	10	21	6	16.	10	7	19
7	11	2	55	17.	10	13	8
8	10	8	44	18.	10	18	57
9	10	14	34	19.	11	0	47
10	10	20	23	20.	10	6	36

Zacuto expõe no *Canon Tertio* o modo de usar esta tábua. Para saber a hora da entrada do sol em cada um dos 12 signos, em qualquer ano, subtrai-se a data dêsse ano, de 1472, e entra-se nas tábuas com a diferença encontrada. Assim, para sabermos a hora da entrada do sol no signo de *Aries* no ano de 1484, subtrai-se esta data, de 1472, e entra-se na tábua com a diferença, que é 12. Encontramos assim $8^h\ 2^m$ do dia 10 de Março. A tábua serve para uma revolução de 136 anos.

Podia, portanto, ter sido usada até o ano de 1608, se a *correcção gregoriana* do calendário não tivesse modificado a correspondência das datas do ano trópico com as do ano civil, depois de Outubro de 1582.

Terminada uma revolução de 136 anos aplicava-se novamente a mesma tábua, sucessivamente, nos anos da revolução seguinte, depois de se fazer a correcção de 1 dia e 20 minutos por cada revolução passada.

Estas regras são expostas no *Canon tertio* do *Almanach*.

O sol entrou em *Aries* às 16^h do dia 10 de Março, no ano de 1473, que é o primeiro ano da tábua.

Em 1474, que é o ano 2 da tábua, o sol entrou no mesmo signo às $21^h\,49^m$ do mesmo dia 10 de Março, portanto $5^h\,49^m$ mais tarde do que no ano anterior.

No ano 3 da tábua, que corresponde ao ano de 1475, encontramos $3^h\,49^m$ do dia 11 do mês de Março. O atrazo sôbre o ano anterior foi de $5^h\,50^m$.

Para vermos que esta tábua está adaptada aos $365^d\,5^h\,49^m\,16^s$ que o rei Afonso de Castela adoptou para o ano trópico, notemos que a diferença de um ano para o seguinte é de $5^h\,49^m$ separados por intervalos de 4 anos, em que se nota a diferença de $5^h\,50^m$. Êste minuto a mais de 4 em 4 anos corresponde aos $4\times 16^s = 64^s$ que não tinham entrado nos anos anteriores. E os 4^s que ainda sobram em cada quadriénio também aparecem metidos entre os anos 66 a 70 da tábua.

Nesta tábua interessa-nos sobretudo ver como se passa dos valores correspondentes aos 4 anos do quadriénio do bissexto para os valores dos correspondentes anos do quadriénio seguinte. Vê-se que as datas da entrada do sol nos 4 anos dum quadriénio se antecipam de 43^m sôbre as datas dos correspondentes 4 anos do quadriénio seguinte. Compreende-se agora a origem e significado dos valores da *Tabula equationis solis* de Zacuto e da correcção de $1'\,46''$ que êle adoptou nas suas tábuas dos «lugares do sol».

A correcção de $1'\,46''$ nas longitudes solares é consequência da correspondente *variação* de 43^m que sofre a hora da entrada do sol em cada um dos 12 signos por cada ciclo de quatro anos. E os 34 valores da *Tabula equationis solis* correspondem aos 34 quadriénios da *Tabula introito solis*. Uma e outra foram organizadas tendo-se adoptado os $365^d\,5^h\,49^m\,16^s$ do ano trópico do rei Afonso de Castela e representam a *correcção gregoriana* do calendário, adoptada só um século depois de escrito o *Almanach* de Zacuto.

*
* *

Hoje adopta-se o ano trópico de $365^d\,5^h\,48^m\,17^s,51$. Para êste valor do ano trópico a correcção dos «lugares do sol» correspondente à correcção de $1'\,46''$ de Zacuto seria de $1'\,55''$. O número de Zacuto estava assim errado apenas em $9''$ por quadriénio e vinha a causar na longitude do sol um êrro de $1',8$, no fim de 50 anos.

Entre 1473, ano em que foram feitas as tábuas do *Almanach*, e 1517, ano para que foram calculadas as do *Regimento de Évora* e do *Livro de Marinharia*, medeiam 10 quadriénios.

O êrro introduzido nos «lugares do sol» do *Regimento* foi de $10\times 9''=1',5$. Dêste êrro em longitude resultava para os valores da declinação solar das quatro tábuas do *Regimento de Évora* e do *Livro de Marinharia* o êrro *máximo* de $30''$, nas épocas dos equinócios.

Fora destas duas épocas do ano ia o êrro diminuindo até se tornar insensível nas épocas dos solstícios. Podemos assim afirmar que as tábuas de declinação que os astrónomos portugueses organizaram para uso dos navegadores da época dos descobrimentos se mantiveram sempre com a exactidão suficiente para os processos de observação e cálculo daquela época.

Nem sequer devemos classificar de *êrro* a pequena diferença apontada e resultante do valor de $1'\,46''$ de Zacuto.

Tratemos agora da data de impressão do *Regimento de Évora*, assunto que se prende com aquele que estamos tratando. Aceitou-se o ano de 1517 como a data provável da impressão do *Regimento*, porque as quatro tábuas solares que contém são relativas ao quadriénio de 1517 a 1520 (1).

---

(1) *História da Colonização Portuguesa*, págs. 59-60.

Desta opinião foi o Dr. Luciano Pereira da Silva, que, além disso, supôs «não terem surgido motivos que retardassem a impressão» (1).

Parece-nos que temos de procurar outros elementos que melhor sirvam para localizar a data de impressão do *Regimento de Évora*.

Desde o século XIII e mesmo antes, foi costume organizar tábuas solares por grupos de 4 anos. É o que vemos na tábua de Albaténio, nos *Libros del saber,* no *Almanach* de Zacuto e em tôdas as tábuas náuticas portuguesas, com excepção do *Regimento de Munich*, que tem só uma tábua. E uma circunstância que se nota *sempre* é a do grupo das 4 tábuas ser correspondente aos 4 anos do quadriénio do bissexto.

Resumindo agora as nossas considerações ao *Regimento de Évora,* concluïremos que, não querendo o seu autor elaborar as 4 tábuas para o quadriénio de 1517 a 1520, tinha de escolher os 4 anos do quadriénio de 1513 a 1516 ou os de 1521 a 1524. Dos três quadriénios escolhia naturalmente aquele que mais convinha à data em que o *Regimento* estava sendo escrito, possìvelmente aquele que estava correndo, se ainda estava no seu início, ou o quadriénio seguinte, se aquele que estava decorrendo já ia findar. Em qualquer das hipóteses só casualmente podia acontecer que o *ano primeiro* das tábuas, que é também o primeiro do quadriénio, fôsse aquele em que se desse o livro pronto para a sua impressão, a não ser que houvesse êsse propósito antecipado.

Entre 1514 e 1520, por exemplo, só havia o ano de 1517, que corresponde ao *ano primeiro* do quadriénio, e não é provável que o autor do *Regimento,* tendo-o escrito dentro dêste intervalo de seis anos, *esperasse* justamente pelo ano de 1517

---

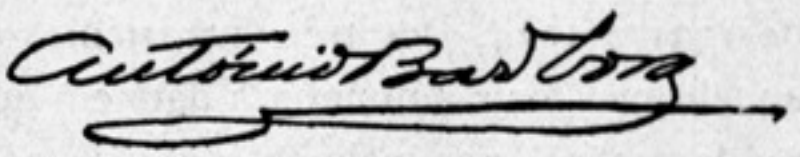
(1) Luciano Pereira da Silva, *As edições fac-similadas do Sr. J. Bensaude*. Coimbra, 1920, pág. 38.

para fazer-se a impressão. Nem tão pouco devemos supor que era costume *aguardar* o comêço do quadriénio para fazer o cálculo das tábuas respectivas, pois elas eram elaboradas independentemente de quaisquer observações astronómicas.

No *Tratado da Sphera* o ano de impressão (1537) corresponde ao primeiro ano das quatro tábuas solares. Mas já a *Arte del Marear* de Faleiro foi impressa em 1535 e as suas tábuas correspondem ao quadriénio de 1529 a 1532. É verdade que o livro já estava escrito no ano de 1532, em que foi concedido a Faleiro o alvará de licença para o imprimir.

Emfim, o *Regimento de Évora* deve ter sido escrito à volta do ano de 1517, provàvelmente antes desta data, mas nada nos autoriza a fixar o ano em que foi escrito e impresso.

Póvoa de Varzim, Dezembro de 1927.



UM GRANDE POEMA DA ALMA DE UM SANTO

A APOTEOSE DE S. FRANCISCO DE ASSIS (SUA VIDA E SUA OBRA) POR GOMES TEIXEIRA

O tradutor de «S. Francisco de Assis», de Johannes Joergensen, Teodoro de Wizena, termina a introdução do seu trabalho extraindo da própria doutrina de S. Francisco esta afirmação: «o objecto final da sciência é servir a vida»; «a verdadeira sciência transforma-se em vida». «O lema dos que têm norteado todos os escritores, sôbre S. Francisco de Assis, é, diz o mesmo tradutor, «fac secundum exemplar»; aprendei de Francisco que os ideais só existem para os realizardes. S. Francisco de Assis realizou um ideal de santidade e amor a Deus e ao próximo «secundum exemplar» Jesus Cristo. Quere-nos parecer que é edificante, sob o aspecto moral, observar na alma dos santos o que ela tem de mais belo, filiando essa beleza no combate dos eleitos do bem contra os instintos grosseiros da carne. que triunfa com a *vontade feita paixão de querer ser bom, «secundum exemplar»*.

Bem sabemos que a narração da vida dos santos é um trabalho de propaganda para tôdas as classes, para ignorantes, ilustrados ou sábios ou filósofos e para êste fim todos os meios da arte ou de demonstração da verdade têm sido empregados pelos agiólogos.

Supomos que a principal determinante que levou Gomes Teixeira a tratar de S. Francisco de Assis foi a singular impressão que no seu espírito produziu êste homem extraor-

dinário, que alguns consideravam um louco e que afinal, de uma maneira coërente, veio a ser um génio de santidade, que transcendeu prodigiosamente a *média humanidade*.

De 1926 a 1927, quando a Igreja cristã comemorou o 7.º centenário da morte do grande patriarca dos *Frades menores* foi o autor convidado para falar de S. Francisco em algumas sessões solenes; êste facto o levou a estudar a vida do Santo, fazendo acêrca dêle várias conferências.

As críticas publicadas por escritores e jornalistas ilustres têm feito as mais elogiosas apreciações do novo trabalho do autor dos *Santuários de Montanha*.

Lendo com atenção o novo trabalho de aspecto literário do ilustre matemático, a mais alta glória da Universidade portuguesa, podemos verificar que êle conseguiu despertar a emoção religiosa, sem se afastar da sinceridade matemática, como alguém disse em palavras justas e inteligentes.

Conseguiu êste resultado, circunscrevendo-se aos factos do domínio da História, que analisou à luz do seu grande espírito.

Aconselha Santo Tomás de Aquino que, na explicação dos fenómenos, devemos em primeiro lugar respeitar a nossa razão, até onde ela poder chegar e, na ineficácia do seu emprêgo, é legítimo recorrer ao maravilhoso. Respeitou êste conselho do Anjo das Escolas o nosso autor e com êste critério conseguiu escrever um estranho poema heróico da alma de um santo.

Gomes Teixeira, confinando-se no aspecto puramente humano de S. Francisco, tira das circunstâncias da sua vida as provas mais eloqüentes da sua santidade.

«A vida de S. Francisco, diz êle, sendo assim narrada, ganha em grandeza natural o que perde em beleza mística», tornando-se, acrescentaremos nós, para quem a ler, um elemento sugestivo de bondade e abnegação.

Homero, traçando em épocas tão remotas êsse admirável

quadro da *Ilíada*, que representa o duelo heróico entre a Grécia e a Ásia e ainda cantando na *Odissea* a honra do lar com a fidelidade de Penélope, tinha a sugestioná-lo o mundo objectivo, que lhe despertava a inspiração. Os poetas que o imitaram tinham nas qualidades das raças que cantavam o estímulo do seu estro.

Se Dante nos apresenta um poema mais sublime, é porque, além de aproveitar como assunto matéria patriótica e popular, soube librar-se no domínio do Invisível, despertando em nós sentimentos ternos e melancólicos e principalmente encantando-nos, comovendo-nos e arrebatando-nos, castigando vícios e inspirando um sentimento de revolta contra o despotismo. Mas para conseguir um fim tão complexo e grandioso, Dante teve de aproveitar a lenda e o maravilhoso, porque êle era um poeta.

Se considerarmos agora os trabalhos literários, de índole sentimental, êles têm como fonte de inspiração o estado subjectivo, a alma do autor.

Finalmente também não é, geralmente, uma obra do génio a dramatização da vida humana, com o seu duplo carácter subjectivo e objectivo.

Bem mais difícil será fazer um poema da alma de um santo em 269 páginas, em que a lenda apenas moderadamente nos aparece, como parte episódica da narração.

Gomes Teixeira com a sua *Apoteose de S. Francisco* não se limitou a fazer a história do *Poverello,* amplamente documentada na obra magistral de Johanes Joerguensen, entre outros publicado em 1926.

Com o seu espírito arguto analisa a vida do Santo, explica o prodigioso apostolado do Grande Iluminado, fazendo realçar a sua obra, sob o ponto de vista moral, filosófico, scientífico e social. Como conseqüência deste apostolado faz o seu triunfo; e o retrato espiritual do grande Patriarca traduz o pensamento sintético do autor.

Na parte iconográfica da *Apoteose de S. Francisco,* ela é ilustrada por formosíssimos quadros. Entre os trabalhos de Grotto, Doménico Ghiriandajo, Alonso Cano, Greco, Trivisani Murillo, Luca della Probia e outros preferiu o autor o belo quadro de Greco — «S. Francisco de Assis a receber os estigmas», cuja interpretação nos dá a pág. 86 de uma maneira emocionante. «O Santo de joelhos sôbre os rochedos do Alverne, a olhar com expressão maravilhosa de sofrimento e amor místico para um serafim que está no alto entre as nuvens e ao lado Fr. Leão, que deslumbrado por tão estranho espectáculo, cai de costas sôbre uma pedra da montanha».

É original e sugestiva a interpretação mística e poética que Gomes Teixeira nos dá a pág. 116, do quadro de Murillo. «¿Porque estás tu nessa cruz e não estou eu?» e o mártir do Gólgota desprega um dos braços e cinge com êle o pescoço do Santo, mirando-o com ternura e parecendo responder-lhe: «Mandei-te com os estigmas as minhas próprias dores».

«Quando S. Francisco pensava nos sofrimentos de Cristo, dos seus lábios saíam muitas vezes exclamações de profunda mágoa, como por exemplo a seguinte, em que a sua alma de poeta chama a natureza a chorar com êle: «Pássaros, não canteis, mas gemei; arroios, choremos juntos; árvores, não levanteis os vossos troncos para o ar, dobrai-os e enlaçai-os em forma de cruz»!

A mesma arte sugestiva denuncia Gomes Teixeira perante o quadro de Trevisani *S. Francisco a ouvir a música dos anjos.*

«Uma noite, depois de algumas horas de vigília, teve uma visão que o consolou. Adormeceu e depois sonhou que estava cercado de anjos e que um dêles tocava por cima, entre nuvens, em rabeca, uma melodia celestial maravilhosa».

Gomes Teixeira diz-nos tôdas estas cousas tão concei-

tuosas numa linguagem simples, embora elegante, cheia de nobreza, que faz lembrar os cantos de Homero.

*
* *

Johannes Joergensen começa a sua obra *S. Francisco de Assis* pelo sugestivo quadro da conversão de S. Francisco. Mancebo de pouco mais de 22 anos, convalesce de uma doença, tendo-se até então entregado com amigos e companheiros aos prazeres ruïdosos, próprios da sua idade. Sente o mais vivo anelo de se levantar do seu leito de dor, onde vem consolá-lo e animá-lo sua mãe: era no outono e no mais belo colorido bucolismo se descreve a païsagem, com os seus vinhedos e casas brancas, sob o azul puríssimo da luz do céu do mês de Outubro; o médico deixa-o finalmente levantar-se; torna a ver os compartimentos da casa paterna, desce à loja de negócio de seu pai, onde recebe as felicitações dos empregados, mas, a-pesar-de enfraquecido pela doença, sai da loja, encostado a uma bengala, que sua mãe lhe trouxera, bem como um fato novo, reanimando-o no seu desalento com palavras do mais terno amor de mãe. Deixando sua casa, chega à porta da cidade e, caminhando por algum tempo, senta-se, abrigando-se à sombra das árvores.

Francisco, absorto e como alheio ao que o cerca, a tudo o que de belo lhe apresenta a païsagem, sente-se abafado por um sentimento de terror: tinha passado a sua mocidade; tinha acabado para êle o que constituía tôda a alegria da sua alma; o que êle imaginara sempre eterno na sua vida, o brilho do sol, o azul do céu, a verdura dos campos, tudo aquilo que durante a sua convalescença êle desejava ardentemente de novo contemplar, como fonte de vida e emoção, nada disso agora a comove nem fala à sua alma; tudo para êle se reduz a cinzas, com tudo o que êle tinha amado.

Lembra-se então dos seus companheiros de prazer, a quem lamenta, chamando-lhes «insensatos pelo seu amor às cousas transitórias».

Os dons que de Deus recebera, até então encobertos pelas tendências sensuais do instinto, surgem na sua consciência clara, dando-se como que um admirável desdobramento da sua personalidade, agora no caminho da renúncia aos prazeres e da conquista da felicidade que não morre, à custa das próprias dores. Estas lindas páginas do escritor dinamarquês são graciosas de frescura idílica, mas são pobres, com o intróito de uma vida heróica no caminho da santidade; podiam ser as primeiras palavras de um romance, belas sem dúvida, mas destituídas de grandeza.

No princípio da sua obra Gomes Teixeira começa por um motivo heróico e expressivo de intuitos, qual seja o casamento de Francisco de Assis. Referindo-se ao quadro de Gioto, em que o pintor comemora êste motivo, desperta imediatamente no leitor a surpresa do casamento de Francisco de Assis, sem imaginar a que o autor o vai conduzir. No quadro de Gioto vê-se o futuro santo a estender a mão à noiva, Cristo a conjugá-los e o Pai Eterno no alto, entre nuvens e anjos a abençoá-los». Descrevendo a noiva, diz: «A noiva é formosa, mas magra e pálida; o seu olhar é doce, mas triste; está coroada de flores, mas descalça e vestida de andrajos; por cima tem o céu, mas por baixo tem abrolhos; é tímida, mas importuna e por isso ladram-lhe os cães; garotos apedrejavam-na e os ricos desviam-se dela; tem num dedo o anel nupcial, que nêle enfiavam o amor e a esperança. O seu nome é Pobreza. «Assim termina a espectativa crescente do leitor.

Nestas poucas linhas está resumida a história da transformação de uma vida, até então consumida nos prazeres e agora encaminhada para a luz.

Assim começa Gomes Teixeira, logo no princípio da

narração a interessar o leitor, segundo o preceito clássico, para mais tarde ligar o fio da sua exposição.

Resume em seguida a vida de Francisco, que tenta várias carreiras; fôra deficiente a sua educação, porque seu pai destinava-o para o comércio; nos seus divertimentos, alguns sentimentos nobres iam aflorando na sua alma, principalmente o da caridade; foi soldado, combatendo como um herói e sofreu as dôres do cativeiro; é atingido por uma grave doença e renúncia à glória, que poderia alcançar, seguindo a carreira militar; perde a sua antiga alegria e quando pelos seus antigos companheiros foi notada a sua tristeza, êles atribuíram-na a alguma paixão amorosa... Era com efeito uma paixão amorosa que o afastava para sempre da sua antiga vida; tinha escolhido a sua noiva: era a Pobreza.

O quadro de Gioto diz o resto.

Em palavras sóbrias, Gomes Teixeira frisa de uma maneira brilhante a transformação de um rapaz estouvado no início da santidade (pág. 7).

«Assim acabou a crónica de um rapaz cheio de vida e dinheiro, que procurou com afã divertimentos e aventuras e começou a legenda formosa de um santo. O trovador transformou-se em salmista, o guerreiro transformou-se em apóstolo pacífico do Bem, o capitão dos estouvados de Assis transformou-se no asceta humilde da Úmbria».

Na sua paixão ardente de se aperfeiçoar, Francisco dedica-se à mais acrisolada caridade; encontra um leproso, a quem dá todo o dinheiro que leva, dirigindo-lhe palavras de confôrto; faz-lhe carícias e acaba por beijá-lo.

«Depois afastou-se contente: Dera o primeiro beijo na Espôsa; beijara a Pobreza»!

Em tão poucas palavras está pintada a alma do Santo. Na sua compaixão para com os leprosos, que abundavam naquele tempo, Gomes Teixeira tem êste pensamento elevado (pág. 10): «A lepra fôra celebrada na antigüidade por

Job no poema comovedor da sua vida, livro maravilhoso de filosofia da miséria; Francisco com o seu beijo no leproso, juntou uma nova estância a êste poema sublime».

São formosíssimas as páginas em que Gomes Teixeira narra os actos de caridade de Francisco, os esforços, os sofrimentos e os meios de que se serve para reparar igrejas arruïnadas.

*
* *

E belo e eloqüênte na sua simplicidade o capítulo *O apóstolo,* em que Gomes Teixeira descreve ràpidamente a fase crítica por que passava a Europa naquele tempo, em que por tôda a parte ferviam ódios, em que cidades combatiam contra cidades e famílias contra famílias e em matéria religiosa uma onda de superstições precisava de ser transformada numa fé pura e sã.

Foi então que apareceu o profeta da Úmbria. Era um novo Messias.

¿Como conseguiu Francisco de Assis realizar a missão que se impôs?

«Conseguiu-o transformando-se êle próprio em Cristo.

«Como? Imitando-o».

«Por isso desceu do ermo aos povoados a prègar com a doçura de uma alma de santo e o fogo de um inspirado as sãs doutrinas que ensinara Jesus».

Surge a Ordem franciscana, com a sua conhecida *pobreza franciscana,* vivendo *como as aves do céu.* Mas os pobres franciscanos «tinham na alma um tesouro em satisfações íntimas e em esperanças de felicidade num outro Mundo. Os franciscanos dignificavam a pobreza, sendo pobres; eram nas mãos de Deus o instrumento da sua infinita bondade para remediar as leis reguladoras do Mundo material, fatais, origem de tanto sofrimento com a liberdade

da sua alma e a comiseração pelas desgraças dos outros pela sua caridade»,

Estas nobres palavras, de profunda emoção são o maior elogio feito à Religião de S. Francisco, com a sua humildade exterior e interior.

Admirável o que se refere à fundação da Ordem e especialmente delicado de sensibilidade o que diz respeito à fundação da Ordem religiosa, destinada a freiras. Que grandeza e que perfume de misticismo, quando Gomes Teixeira (pág. 38) fala de «Clara Scifi, virgem bela e nobre, filha dos Condes de Sasso-Rosso, a qual ofereceu a Deus seus lindos cabelos e aos pobres as suas valiosas jóias e trocou as galas das suas vestes, a abundância da sua mesa e o luxo do seu quarto pela pobreza do hábito, do alimento e da cela daquela Ordem, fundando com S. Francisco o primeiro convento destinado a mulheres, em Assis, junto de S. Damião, a Igreja amada do nosso Santo».

«Como a lua, que reflecte suavemente a luz fascinante que lhe manda o Sol, Clara transmitia docemente às suas filhas a chama de amor a Deus e à Pobreza, que lhe mandava da Porciúncula a alma ardente de Francisco».

«Clara é a pobrezinha de Assis, a irmã dilecta do Pobrezinho da Umbria».

*
* *

No capítulo «a Porciúncula» Gomes Teixeira em todo o decurso da sua obra, na sua narração deixa em luz mais frouxa tudo aquilo em que não transparece a nota heróica da grandeza humana e não concorra para exaltar a glória do herói do seu poema, na sua ascensão para a Bondade Infinita. Assim põe de parte o que os cronistas referem da pequena capela da Porciúncula, que teria sido concluída no século IV por alguns eremitas, vindos da Terra Santa com

uma relíquia do túmulo da Virgem, oferta de S. Cirilo. Nessa capela um quadro, representando a Assunção da Virgem, com um grande número de Anjos, ter-lhe-ia dado a denominação popular de Nossa Senhora dos Anjos.

Junto desta capela o Patriarca e seus irmãos construíram uma cabana de ramos entrelaçados, coberta de fôlhas e barrada de lama.

Como leitos serviam-se de sacos de palha e sem mesa nem cadeiras sentavam-se e comiam na terra nua. Êste foi o primeiro *luogo* franciscano, que viria a ser, segundo a vontade do Patriarca o modêlo de tôdas as instalações da comunidade. Mais tarde suavizou-se o rigor primitivo da Ordem, quando o *luogo* foi substituído pelo convento, muito distante da sua primitiva humildade.

São na verdade pormenores curiosas na evolução da Ordem franciscana, mas que interessam mais o historiador e o teólogo poeta.

No seu propósito aproveita da Porciúncula apenas o que para S. Francisco serviu para engrandecer a sua missão na Terra, missão para nós, como que sobrenatural.

Assim começa o capítulo por estas palavras: «Foi na Umbria a madrugada Ordem dos Menores de S. Francisco. Depois o seu alvôr transformou-se em luz plena que se propagou na Itália de povoado em povoado e fóra dela de país em país e de continente a continente».

Milhares de frades que aí se reüniram, ainda em vida do seu Patriarca na festa de Pentecostes e no dia de S. Miguel iam receber dêle a inspiração. A inspiração que ali iam beber, di-lo êste quadro poético impregnado de religiosidade:

«Estas reüniões na Porciúncula eram acompanhadas de cerimónias religiosas, cheias de beleza e grandeza.

«Levantava-se um altar improvizado.

«Por baixo, a servir de toalha, estava a païsagem deli-

ciosa da Umbria verde, por cima, a servir de docel, estava o lindo céu azul da Itália, limitado por uma orla esplêndida de colinas e montanhas. À roda apertavam-se milhares de frades e uma multidão de romeiros, que tinham vindo à festa. Celebrava-se missa, acolitando S. Francisco, que, como diácono, cantava o Evangelho do dia. Os frades acompanhavam as cerimónias do ritual com murmúreos de orações e cânticos a Deus e as suas vozes reünidas em massa imponente, subiam no ar, como torrentes, a caminho do céu».

«A Porciúncula era para os antigos franciscanos o Paraíso na Terra; ali encontravam o seu Patriarca, que os aproximava do Céu e ali admiravam as belezas da Umbria».

Gomes Teixeira, conhecendo muito bem a influência que em tôdas as manifestações da alma humana tem a natureza, que é obra de Deus e por ventura numa evocação saüdosa das suas viagens pela bela Itália dá-nos êste mimo de descrição:

«Na ocasião do Pentecostes, em plena primavera a païsagem atinge com efeito nos arredores de Assis o máximo da sua beleza suave. As oliveiras parecem mais prateadas; entre a verdura dos trigos brilha o vermelho das papoulas, as aves cantam mais e melhor, porque têm mais fartura e à noite, com a música dos insectos, parece cantar a natureza inteira».

«Na ocasião do S. Miguel, em pleno outono, a païsagem é mais severa, os campos de trigo estão secos, mas dá-lhes beleza o verde das videiras, cujos pampanos caem em festões entre a ramagem das árvores». E neste hino tão simples e sentido e como que para anotar que também os monges e os santos têm coração capaz de sentir as doces emoções da beleza, remata com esta singela e ao mesmo tempo profundo consideração:

«E tudo isto era um encanto para os frades que ali se reüniam».

São milhares de almas aproximando-se do Céu pela admiração da alma do Santo e das belezas da Umbria.

Em seguida, em duas páginas descreve a irradiação da obra franciscana pelo mundo daqueles tempos, levando os seus apóstolos consigo sòmente o coração e o sentimento do dever. «As suas armas eram a palavra, as suas couraças a fé, a sua bandeira a Cruz».

Termina por estas palavras, bálsamo suáve para as almas:

«Não entravam nas pelejas, não levavam armas, mas entravam no campo dos inimigos da Igreja Católica para prègar a fé cristã e depois dos combates, entravam no campo dos vencedores, para prègar a misericórdia. E a sua voz ora bradava como trovão a fazer censuras, ora soava como sôpro da briza a recomendar a caridade».

Maravilhada pela rapidez com que se espalhou a primeira Ordem, nos primeiros dez anos pela Europa inteira, atravez de mil obstáculos, enuncia estes belíssimos conceitos:

«É que, pela voz dos seus prègadores, a Santidade falava à Humanidade. É que a sua pobreza e as doutrinas que expunham não podiam deixar de agradar aos pobres que têm uma alma iluminada pela fé e adornada com a caridade. Trabalhar para os outros, reservando para si apenas o necessário para viver e reduzindo-o ao mínimo era com efeito, como já dissemos, a máxima fundamental dos frades de S. Francisco e esta doutrina altruísta leva a um comunismo voluntário, abençoado por Deus».

É um hino elevado à influência dos sentimentos nobres na civilização humana, em luta contra os planos frios da razão e do egoïsmo dos homens.

Aqui poderia Gomes Teixeira terminar o capítulo, mas como que atraído e embriagado pela alma do Santo, termina por duas exortações que o Patriarca fez aos seus filhos, notáveis pela sua beleza moral. São por assim dizer exor-

tações do próprio Jesus pela boca do glorioso Pobre de Assis.

O Missionário

Na parte histórica dêste formosíssimo capítulo ressalta o esfôrço da prègação de S. Francisco e para se compreender a heroicidade desses esforços, convém saber que na própria Roma o Santo encontrou dificuldades que só pôde vencer com a sua indomável perseverança.

Não havia da parte da Santa Sé o propósito de embaraçar a acção de S. Francisco na reforma da Igreja, mas naquele tempo havia várias confrarias que se propunham realizar a mesma empresa, seguindo porém caminho muito alheio à doutrina do Evangelho. Entre essas confrarias é bem conhecida a dos *Cátaros* (os puros, assim se julgavam) que sustentavam e propagavam doutrinas perigosas no seu dualismo maniqueu, admitindo um deus bom, com a sua espiritualidade e um deus mau, criador do corpo e do mundo material, mas Gomes Teixeira não visa aqui fazer obra de historiador; êle apenas aproveita da história como já notamos, o que com maior grandeza fala em S. Francisco, fazendo do Pobrezinho o herói do seu poema.

Do apostolado de S. Francisco, Gomes Teixeira tira um novo canto com que exalta o seu glorioso herói. São prodigiosos os efeitos da palavra de S. Francisco, primeiro nas ruas de Assis; depois, já diácono, obtida em Roma a ordem de prègar, faz sermões de Quaresma na Igreja de S. Jorge de Assis e com a sua eloqüência conquista o coração da filha dos Condes de Sasso-Rosso, a gentil Clara que um ano depois é recebida na Porciúncula, como um anjo de Deus, enviada a Francisco.

Prèga em Florença, em Rieti, na Toscana em Gubio, onde transforma um tirano, um *lobo feroz* em manso cordeiro, que o segue. Prèga na capela senhorial do castelo de

Monte-feltro e nessa ocasião recebe do Conde Orlando de Catani o Monte Alverne, de que era senhor, para ali estabelecer um eremitério. Em Avezo consegue subjugar tiranos, perseguidores de homens justos e bons. Em S. Severino conquista um poeta herético, que depois de o ouvir, lhe diz, lançando-se-lhe aos pés: «Irmão, leva-me para longe dos homens e entrega-me a Deus».

Vai à Síria, à Esclavónia, volta à Itália e no seu ardente desejo de conquistar almas para Jesus vai à Espanha e a Marrocos. O combate contra o islamismo leva-o ao Egito com Pedro de Catani, onde é renhida a luta entre cristãos e os exércitos de Melek-el-Kamel. Por tôda a parte onde é ouvido, a sua palavra ardente faz desaparecer ódios entre cidades, subjuga tiranos, que na arte são simbolizados em lobos.

Ao chegar a Damieta ficava derrotado um exército cristão, com grande mortandade de chefes e soldados. Por essa ocasião se desenrolou um episódio de extraordinária beleza moral, cuja significação no livro de Gomes Teixeira depois tentarei interpretar.

«No dia seguinte ao da terrível batalha viram os cristãos e os mussulmanos um espectáculo comevedor para uns, estranho para os outros.

Viram o humilde franciscano sair descalço e com o seu hábito remendado, dos arraiais dos cruzados, atravessar o campo neutro e penetrar no campo inimigo. É um herói que vai, impulsionado pela loucura da Cruz, chamar o sultão à paz pelo Evangelho.

Leva o seu Breviário e nêle o pão do espírito. Espera que Deus lhe dará o pão do corpo pela mão dos infiéis.

Pode não o obter e pode mesmo ser martirizado, mas isso não lhe importa: Jesus foi mártir de doutrina que criou e êle morrerá com satisfação pela doutrina de Jesus. Aos cruzados que o vêem partir parece que vai nimbado com a

auréola de santo; aos sarracenos, que o vêem chegar parece um pobre louco. Estes olham para êle com desprezo e ódio, maltratam-no e conduzem-no à presença do sultão, afim de receberem o prémio que se dava por cada cabeça de cristão.

A figura de Francisco é mesquinha e vai humildemente vestido, mas a-pesar-disto consegue que o chefe mussulmano, sugestionado pela doçura da sua palavra, pela candidez do seu olhar, pela intensidade de sua fé e pela coragem da sua alma, o ouça falar das doutrinas de Jesus e lhe dê um salvo-conducto para circular entre os seus soldados e prégar-lhes a fé cristã, com a condição de não atacar Mahomet».

É bem estranho um facto desta natureza: e conhecido o abismo de ódio que reparava cristãos e mussulmanos. De parte a parte o preconceito religioso não admitia que na alma do adversário podesse existir um sentimento nobre de humanidade e vemos aqui que ao ouvir a palavra de S. Francisco o sultão se humaniza. Só por si a palavra de um homem humilde, de figura mesquinha desperta sentimentos nobres no sultão, que ainda se manifestam por ocasião de uma epidemia terrível que o levou a interromper as hostilidades e a assinar o armistício, chegando nesse acto o sultão e João de Briena a chorar juntos, lastimando a sorte dos seus soldados.

Ao despedir-se de S. Francisco, disse-lhe o sultão: «Vai e pede a Deus que me inspire para encontrar a religião que mais lhe agrada».

Em face de um santo cristão, da alma elevada de um mussulmano brotam sentimentos generosos de humanidade e de tolerância. Neste episódio vemos nós a glorificação de S. Francisco pela magia da sua palavra, pela sua singeleza e mansidão, mas implìcitamente aqui devemos vêr também a apologia do princípio da tolerância, altamente racional e civilizador, cuja negação arrasta a pobre humanidade aos

horrores de tantas guerras, incluindo nestas as que têm sido feitas por motivos religiosos, só na aparência, pois a religião do Evangelho prèga o amor e a fraternidade; o génio de santidade despertou na alma de um maometano sentimentos elevados comuns a todos os homens.

Enfraquecido, com uma grave doença dos olhos, martirizado pelos sofrimentos assim se conservou até à morte.

Passou por isso a outras mãos o govêrno da Ordem, mas seus sucessores eram apenas simples vigários do grande e amorável Patriarca, que em tudo continuava a ser ouvido pelos seus filhos.

A noite de Natal

Abre êste capítulo por estas palavras: «A vida de Jesus é uma epopeia sublime, que começa por um idílio formoso e acaba por uma tragédia profunda. Encanta-nos no princípio Jesus-menino, no meio assombra-nos Jesus-profeta, no fim comove-nos Jesus-martirizado».

Após uma síntese grandiosa da vida de Jesus, Gomes Teixeira apresenta-nos (pág. 49) S. Francisco de Assis inteiramente absorvido pelo amor divino; esta absorção subiu de ponto por ocasião de uma noite de Natal.

«Em especial na ocasião do Natal comemorava o seu nascimento louco de alegria».

Muito se engana quem julgar que a rigidez do espírito de um matemático é incompatível com a ternura emocionante do lar e assim avalie-se o grau de sensibilidade amorosa de Gomes Teixeira na seguinte passagem: «Em verdade o nascimento de uma criança equivale a uma luz que aparece e anos depois se apaga, a uma flôr que desabrocha e mais tarde murcha e seca; mas o nascimento de Jesus foi mais do que isto; foi o despontar de um sol sem ocaso, que veiu iluminar a Humanidade inteira. Por isso a comemo-

ração do Natal é a mais tocante das festas que celebra a cristandade.

É a festa da inocência e da candura; é a festa da Igreja e do lar. Na Igreja há mais luz, no lar há mais fartura; e até da mesa da Pobreza, «na mesa do Senhor», a penúria é menor, porque nesse dia a esmola é mais avultada.

É a festa das crianças. Ao deitar pensam e durante a noite sonham nos presentes que o Menino-Jesus lhes há-de pôr no travesseiro, e o pai, a mãe, o avô e a avòzinha preparam contentes a surpresa e gozam com a alegria delas ao despertar».

«Ora S. Francisco, estando em 1224 no eremitério de Greccio, nos montes Sabinos, na noite de 24 para 25 de Dezembro festejou o nascimento de Jesus de um modo poético, que vamos narrar. Transformou em presépio uma gruta da montanha. Colocou dentro as imagens de Nossa Senhora e S. José e entre elas a do Menino-Jesus, deitado sôbre palha. Pôs ao lado destas imagens um boi e uma jumenta, pára recordar os dois animais benéficos, que, segundo a tradição, aquèceram com o calor do seu bafo o corpo nu da criancinha.

Depois fêz dêste presépio um altar, onde foi celebrada missa à meia noite, lendo êle o Evangelho e acompanhando-a com cantos frades de vários conventos e habitantes das aldeias espalhadas pelas encostas e faldas da montanha, que sustentavam archotes ou velas na mão.

«Esta missa, celebrada solenemente por santos nas alturas, em áspera gruta de eremitério sagrado, em altar iluminado por velas e archotes da terra e pelas estrêlas do céu, com os ecos do monte a cantar com o povo, tem grandeza bucólica, apropriada à linda criança, que foi depois o mais sublime dos Profetas de Israel e o primeiro mártir da religião que fundou. Parecia celebrada no espaço, entre o brilhar das estrêlas, com anjos a cantar».

E aqui aflora ao espírito de Gomes Teixeira uma rocordação saüdosa do tempo bem distante em que na sua terra natal era celebrada a tradicional missa do galo; de tudo se lembra; da grande fogueira símbolo do lar comum da povoação e cantos pastoris em honra do Menino, como boas lançadas do Céu à Terra pelos anjos.

Doença e morte de S. Francisco

Enfraquecido por tantos trabalhos e pela pobreza das suas refeições, sempre atraído pelo ermo vai para o mais alto dos Apeninos, Monte Alverne, para o eremitério por êle fundado.

Ao contrário de outros monges, S. Francisco vivia e queria que seus filhos vivessem «ligados à terra pela caridade e pelo apostolado e ao Céu pela oração». Falando agora dos homens a Deus, ali vivia feliz, contemplando aos panoramas majestosos, dirigindo-se aos irmãos passarinhos e cantando salmos ao vento. Descreve com uma elevação admirável as ocupações do Santo no ermo do Alverne numa eloqüência repassada de poético misticismo.

Foi naquele ermo que S. Francisco compôs um hino de louvores ao Senhor numa fôlha de pergaminho, a pedido de Fr. Leão. Comentando êste hino Gomes Teixeira diz apenas:

«¡Assim falava S. Francisco com Deus no alto do Alverne, na solidão da montanha»! Quere dizer, Gomes Teixeira entrega à alma do leitor a apreciação da grandeza daquele hino.

Referindo-se ao amor de S. Francisco pelas montanhas, diz Gomes Teixeira (pág. 84): «Com efeito, nas montanhas a religião toma um aspecto mais solene e mais poético do que nas planícies, parecendo que nelas paira o espírito do Criador. Por isso o Santo procurava, como as águias, as alturas. Parece que ali estava só e não estava: conversava

consigo mesmo, com a Natureza e com Deus». O encanto do espírito de Gomes Teixeira pelas montanhas já êle o deixou encarado no seu outro livro adorável. *Santuários da Montanha* brilhante inspiração em que há sciência, poesia e religiosidade.

Foi no Monte Alverne que S. Francisco teve a visão do Serafim que traria os estigmas que lhe enviava Jesus e a que já nos referimos, quando aludimos ao belo quadro de Greco.

Agrava-se a doença do santo; com o corpo cheio de chagas é transportado para a Porciúncula, onde havia mais recursos para o tratar.

É comovente a despedida de S. Francisco ao deixar a montanha, despedida repassada de saüdades e cheia de lágrimas. As saüdades eram da Terra, dos lugares em que conversava com o Céu.

«Partiu a chorar e a chorar ficaram todos os frades que assistiram a esta tocante despedida. E ao descer, montado numa jumentinha, a montanha amada, parecia que choravam os passarinhos, que tinham cantado quando subira; parecia que o vento soluçava, que os regatos gemiam»; ¡Belo e enternecido quadro da saüdade!

S. Francisco, transportado para uma choupana feita no jardim do eremitério de S. Damião, é ali tratada por Clara. ¡Como estas duas almas se compreenderiam, falando de Deus! Ali compôs S. Francisco o seu cântico do irmão Sol.

Em breve passou a Rieti para o tratarem dos olhos.

Em tôda esta narração parece que a alma de Gomes Teixeira se identifica com a de S. Francisco, tal é a emoção da sua palavra.

Ainda no paço episcopal de Assis escreveu belas cartas, cujo valor literário e moral Gomes Teixeira exalta. Quis ir morrer à Porciúncula junto da ermita de Santa Maria dos Anjos. Depois de descrever a morte de S. Francisco, Gomes

Teixeira faz-nos êste pequeno quadro do luto da natureza: «Passou-se esta scena lúgubre durante o crepúsculo da tarde de 3 de Outubro de 1226.

«Depois o véu da noite estendeu-se pouco a pouco pelo céu, como se a própria Natureza tomasse luto e as cotovias, ao recolher aos ninhos, esvoaçando sôbre a humilde cela, onde jazia o cadáver do Santo, pareciam cantar elegias em honra do amante dos passarinhos».

Quando ao passar por S. Damião o cadáver de S. Francisco, Clara e as suas virgens lhe disseram o último adeus, diz Gomes Teixeira: «Foi uma scena emocionante de tragédia êste último encontro de dois Santos, Francisco e Clara, êste encontro de dois corações ligados por um ardente amor a Deus, um dos quais deixara infelizmente de bater. Os olhos que tantas vezes tinham mirado com ternura paternal a Santa, estavam fechados, a bôca, que tantas vezes lhe tinha falado de Jesus, estava calada.

«A dor de Clara era semelhante à de Maria junto de Jesus no Gólgota, quando desceram da cruz o seu corpo ensangüentado e o recebeu nos seus braços. Depois o cortejo continuou o seu caminho, mas as lágrimas de Clara nunca mais se enxugaram durante tôda a sua vida, que foi ainda longa nem os seus lábios deixaram de rezar por Francisco».

Depois de se referir ainda à canonização de S. Francisco, termina êste capítulo, que é no verbo de Gomes Teixeira uma elegia profunda ou antes o epílogo de uma tragédia que enternece até às lágrimas.

Retrato espiritual de S. Francisco

Num romance ou num livro de história não seria êste o lugar próprio para fazer o retrato de S. Francisco, mas cremos não estar em êrro afirmando que a *Apoteose de S. Francisco de Assis* tem por fim último mostrar o poder

da santidade sôbre a transformação dos homens e dos povos. A explicação da obra admirável de S. Francisco há-de encontrar-se na sua própria alma e lògicamente é aqui o seu lugar.

Êste capítudo é homogéneo de grandeza, de verdade, de carinho, de emoção, de eloqüência, de originalidade, de documentação das excelsas virtudes do Santo, que se notam nos seus hinos, nos seus cânticos e salmos, em tudo em suma que a linguagem humana pode dizer da alma do maior santo que triunfou da humanidade.

Terminando o capítulo, diz Gomes Teixeira:

«Foi grande e foi santo; foi santo pelo heroísmo das suas virtudes, foi grande pelos serviços que fêz à civilização do Mundo. O seu espírito subiu até aos actos de génio, a sua energia de vontade subiu até actos de heroísmo, a sua bondade e a sua piedade subiram até actos de santidade».

O romeiro em Assis — Santuários franciscanos em Itália

Lêem-se com encanto tôdas as páginas dêste capítulo, de sabor histórico e artístico, em que está estampada a beleza moral de S. Francisco e de Santa Clara, de quem Gomes Teixeira diz: «A vida de Santa Clara é um romance angélico. A flor mística de Assis dá ao poema franciscano um perfume semelhante ao que espalha na epopeia de Jesus a flor mística de Nazaré»!

Em muitos eremitérios era celebrado o sacrifício da missa, quando ali estava algum sacerdote, num altar portátil que os franciscanos tinham o direito de levar comsigo. «Às vezes, de joelhos dentro das grutas viam como Elias na caverna do Horeb, passar as tormentas, com rugidos ferozes do vento, com chuva a cairem catadupas, com o clarão deslumbrante dos relâmpagos, com as linhas sinuosas dos raios, com o estalar e ribombar dos trovões e depois parecia-lhes ver

passar o Senhor a amainar os elementos revoltos, a restabelecer o equilíbrio no caos, e atrás dêle vinha o céu azul e a aragem suave da brisa e voltavam a cantar os passarinhos, que tinham fugido com mêdo. E então os eremitas, que tinham começado por clamar misericórdia, acabavam por dirigir em murmúrio suave louvores e agradecimentos a Deus».

Aqui está pintada com todo o vigor a natureza física e o seu reflexo na alma dos monges.

Numa evocação saudosa dos tempos da sua infância e já no outono da sua vida fala-nos do culto de S. Francisco na sua terra natal, descrevendo-nos uma capelinha que branqueja entre penhascos agrestes por cima de um barranco que desce até ao vale do pequeno, mas poético rio Tedo e duma procissão em que os «cantos do povo pareciam ser acompanhados pela montanha, em concêrto com a toada dos sinos, que repicavam alegremente, anunciando a romaria».

Nos capítulos XI e XII Gomes Teixeira trata dos filósofos franciscanos e dominicanos. Devemos notar que S. Francisco não foi pròpriamente um filósofo; era até pouco douto, mas tinha um espírito filosófico natural, que inspirou S. Boaventura e Duns Scoto, fundadores da escolástica franciscana, que opôs o seu misticismo ao dogmatismo de S. Tomás, chefe da escola dominicana. Gomes Teixeira com uma profunda erudição compara as duas escolas, referindo-se aos mais eminentes escolásticos franciscanos, além dos já citados, a Rogério Bacon.

Como por tôda a sua obra também nestes capítulos transparece o sentimento religioso de Gomes Teixeira, mas devemos acentuar que êsse sentimento religioso, aliás profundo, longe de denunciar a passividade de um místico, equilibra-se inalteravelmente no domínio da razão e da sinceridade scientífica.

Com a sua palavra quente Gomes Teixeira concretiza-nos em admiráveis intuïções, conceitos, cuja profundeza a razão não pode atingir na sua impotência.

Nestes dois capítulos o sentimento eleva-se à esfera da razão e a razão humaniza-se e dignifica-se pelo sentimento. Ora a razão e o sentimento são os polos de tôda a vida mental na sua mais sublime transcendência, em que necessàriamente um espírito superior tem de incluir o sentimento religioso.

Triunfo de S. Francisco

Termina Gomes Teixeira o seu trabalho com êste capítulo.

Este triunfo é o natural epílogo do poema heróico sôbre o Santo Patriarca de Assis.

Nêste imponente quadro do triunfo de S. Francisco na Terra, Gomes Teixeira fala num dos quadros de Giotto pintado na Basílica de Assis em que se representa a apoteose de S. Francisco ou o seu triunfo no Céu.

Na obra de Gomes Teixeira o triunfo de S. Francisco é como que o complemento do triunfo no Céu pintado por Giotto e em que entram todos aquele em cuja alma caiu a semente do apostolado de S. Francisco.

Muitas pessoas que tomam parte nêste cortejo caracteriza-as Gomes Teixeira com um criterioso rigor histórico algumas vezes com um significativo epíteto apenas.

No cortejo figuram mulheres, que ocuparam lugar privilegiado no coração de S. Francisco e entre elas Clara Scifi, ali vão os filhos mais amados de Francisco, que o auxiliaram na fundação da primeira Ordem, Luís IX rei de França; numerosos monges notáveis pelo seu saber e piedade, muitos pontífices dos que mais honravam a cadeira de S. Pedro; muitos a quem S. Francisco ensinou o caminho do Céu e que depois vieram a ser santificados.

Além de S. Luís rei de França, também ali vai Branca

e Fernando III de Castela, princesas das quais algumas foram canonizadas, a mundana convertida Santa Margarida de Cortona; Cristóvão Colombo, o Cardeal Cisneros inúmeros missionários que apostolaram pela Ásia, África e América, mestres de filosofia e de Sciências, Galileu, Galvani e Volta, Dante, Torquato, Tasso, Petrarca, Cervantes, Lope de Vega, Calderon de La Barca, pintores como Giotto, Leonardo de Vinci, músicos, como Rossini, Gounod, Listz. É um exército que segue S. Francisco, não só numeroso, como variado, pois ali estão representadas tôdas as classes sociais, desde os reis e grandes da Terra, homens de sciência, filósofos, literatos, pintores ilustres, músicos dos mais notáveis, poetas e gente humilde.

Para completar êste cortejo triunfal ali devemos também incluir, diremos nós, Gomes Teixeira, levantando bem alto um novo Lábaro com a legenda:

In hac efigie vincetis, a efigie de S. Francisco para nortear a humanidade, que actualmente, diz o autor, como no tempo de S. Francisco, espera a vinda de um novo Messias que não encontra «e por isso lança-se nos braços do antigo apóstolo, para fazer reviver a memória dos seus actos e virtudes e tirar daqueles actos exemplos a seguir e destas virtudes a imitar».

«Este grandioso cortejo de devotos de S. Francisco está a passar há sete séculos, entre filas de pobres, que o Patriarca e seus filhos socorreram e de almas que salvaram e há-de continuar nos séculos a vir, sem nunca terminar, porque à frente vai o Santo que melhor imitou Jesus, melhor o compreendeu e melhor aplicou as suas doutrinas sôbre piedade, misericórdia e humildade e estas virtudes são flores divinas e por isso eternas como Deus».

Os dons que Deus concedeu ao Santo Patriarca, suas excelsas qualidades e virtudes explicam, diz Gomes Teixeira a alma desta estranha personalidade.

S. Francisco de Assis só não podia ser, dizemos nós, igual a Jesus; em amor a Jesus êle morria abraçado para remir os desvários da sua mocidade e o Nazareno, o Justo morria inflamado na sua própria bondade para reünir a Humanidade.

Gomes Teixeira termina êste belo epílogo do seu poema com estas palavras. «O génio fez dêle um homem grande, o coração fez dêle um Santo. Levantou-se, diz Dante semelhante ao Sol e encheu com os seus raios o mundo inteiro».

Não há talvez em Portugal existência mais nobre que a de Gomes Teixeira; representa uma vida gloriosa, bela e também feliz. A glória conquistou-a com a sciência, graças ao génio com que Deus o dotou; a beleza moral atingiu-a pelas suas virtudes particulares e cívicas e por fim pela nobreza do género de literatura, com que parece querer terminar a sua gloriosa carreira; a felicidade encontra-a não só na sua própria consciência, mas ainda na alta consideração que lhe tributam todos os homens cultos de Portugal, pela estima dos seus colegas e afeição carinhosa dos seus discípulos.

Para coroar tamanha felicidade gosa ainda o prazer inefável de ser objecto da adoração dos filhos e das carícias dos netos.

Bem merece da Pátria o Grande Português que tão alto tem elevado a nossa raça.

Pela nossa parte aqui deixamos exaradas estas notas singelas e despretenciosas ou elas não fôssem sinceras e seladas pela mais inalterável amizade que, começando na mocidade só terminará, quando um de nós for repousar no seio de Deus.

Lindo Vale, Abril de 1928. — Pôrto.

Evaristo Gomes Saraiva.

ALGUNS SANTOS ADVOGADOS

É velho o sestro de mal-dizer dos advogados, e a êle sempre inclinados se mostraram o povo e os escritores.

Rabulas, legulejus, latrator, togulatulus, formularius, clamatores eram designações do latim popular, no fim do Império Romano, a que se atribuía sentido pejorativo. E o nosso povo o mesmo fêz às palavras dos forais, *vozeiros* e *arrazoadores,* tendo tão pouco respeito pelos *arrazoados* que os comparava às eternas disputas dos homens de Alicante, e dêste modo, transformou alicantina em sinónimo de chicana.

O que, porém, mais admira é que os escritores de todos os tempos tenham ido nas mesmas águas. Marcial e Juvenal fizeram dos advogados objecto das suas sátiras e epigramas; Rabelais, no *Pantagruell,* criou aquele tipo de advogado *Pethelin* que ficou célebre; e Racine, o trágico Racine, quando quis deixar-se guiar pela musa faceta, foi buscar aos advogados os figurantes da sua comédia *Les Plaideurs,* próxima parenta do nosso *Auto dos Procuradores,* em que o ex-oficial de justiça António Prestes satirizou os costumes de uma classe, por certo bem sua conhecida.

Sá de Miranda, esquecido de que a formatura em Direito o tornava um pouco da família, não duvidou chamar aos vozeiros *enliçadores* e *enredadores.* Até o grave Brás Garcia de Mascarenhas no *Viriato Trágico*, por memória talvez

das muitas questões e demandas em que andou envolvido e lhe amarguraram parte da existência, escreveu:

«Quais os anjos custódios e danados
A nossos bens e males se avisinham,
Tais hoje em pleitos, bons e maus letrados
Nos encaminham e desencaminham.
Mui poucos são os bem aconselhados,
Muitos os que seu mal não adivinham».

Verdade seja que a malquerença se estendia a tôda a gente da justiça. Gil Vicente não tratou melhor os juízes do seu tempo; Pero Marques pode bem pedir meças a quantos tipos de advogados ridículos a imaginação dos escritores tem criado; e o povo condenou-os, sem remissão, nem mais nem menos do que às penas eternas.

Conta a êste propósito Lucas Wading nos *Annales Minorum,* que João Parenti, doutor em Direito pela Universidade de Bolonha e juiz em Civita Castellana, indo uma tarde a passeio, encontrou um camponês que procurava meter uma vara de porcos no chiqueiro e lhes falava dêste modo: «Entrem, entrem vocês tão direitinhos como entra no inferno a alma de um juíz»; o que tanto afligiu o pobre magistrado, que logo resignou todos os seus cargos e se fêz franciscano, ordem de que foi Geral entre os anos de 1227 e 1232 (1).

É explicável, até certo ponto e em relação a certa época, o ódio popular à gente da justiça.

No alvorecer da Renascença, quando o direito romano passou a ser seguido como lei em tôda a Europa ao rápido processo medieval, substituíu-se o minucioso e lento formulário do processo romano, que demorava o andamento dos pleitos, demora que o povo simplista atribuía aos advogados e aos magistrados.

---

(1) J. Joergensen, *Saint François d'Assise*, pág. 214.

«Foram culpadas as pessoas que manejavam o direito romano e êle ficou desculpado, quando devia ser o contrário», diz Álvaro da Silva (1).

Êste modo de ver chegou até aos nossos dias.

Não admira, pois, que o povo, julgando mal de todos os homens de leis, e pior especialmente dos advogados, «peste da república, pais da discórdia e ruína das fazendas», como aos maus chamou Vilas Boas na sua gongórica *Nobiliarchia,* creia que, entre todos, até hoje apenas Santo Ivo alcançasse a bem-aventurança. ¡E ainda assim, diz a lenda, mercê de uma verdadeira chicana!

Ao chegar ao céu, o bom do advogado bretão, como S. Pedro o não deixasse entrar, pediu que lhe permitisse ao menos meter a ponta do nariz pela fisga da porta entre-aberta. Alcançada a licença, pôs-se Santo Ivo de costas e, entrando no paraíso, meteu efectivamente o nariz entre portas, mas de dentro para fora. Indignou-se o porteiro celeste e pôs o advogado na rua, o que êle se recusou a fazer sem um mandado *de evaquatione* em forma legal, por estar já na posse do lugar.

Pressuroso e agastado foi S. Pedro em busca de um escrivão que organizasse o processo e intimasse o despejo. Debalde correu, porém, as legiões dos eleitos, as teorias de santos e veneráveis. ¡Entre tantas almas não se encontrava a de um escrivão!

Assim ficou Santo Ivo no empíreo à espera de quem o ponha judicialmente na rua; e, já agora, lá ficará, porque tem hoje a seu favor a prescrição.

Não vale a pena discutir qual das duas classes, a dos escrivães ou a dos advogados, tem mais direitos à bem-aventurança ou, talvez melhor, mais fortes razões para ser

---

(1) *Memorias sobre a forma dos juizos,* nas *Memorias de Literatura* da Academia Real das Sciências.

dela excluída. *Demanda, demanda, escrivão pela minha banda,* e é rematada tolice ficar assim mal, por uma vez, com todos os escrivães.

Depois, em verdade, a diferença entre ambas deve ser pequena, na autorizada opinião do nosso Jerónimo da Cunha, que escreveu em princípios do século XVIII, mas sempre com flagrante actualidade, na sua *Arte de Bachareis ou o Perfeito Juiz:* «Todo o homem neste mundo tem três inimigos; mundo, diabo e carne. O ministro público, além dêstes, tem mais três; letrados, escrivães e procuradores. Ora não cuideis que eu falo de todos, nem que tenho paixão alguma contra estas três ordens de gente. Porém, não se me pode negar que todos êles fazem uma guerra doméstica e civil aos julgadores».

Seja como fôr, o importante é que o povo está em êrro quando imagina ser Santo Ivo o único advogado que entrou no céu. Muitos outros lá estão e alguns, bem ilustres por sinal, foram elevados às honras dos altares.

Basta lembrar S. Germano, Bispo de Paris; Santo Ambrósio, Santo André Avelino, S. Fiel de Sigmaringen, Santo Afonso Maria de Ligório, S. Basílio Magno, estes dois últimos doutores da Igreja.

Santo Ivo foi o único que advogou até ao fim da vida. Os outros abandonaram o fôro para se fazerem frades ou sacerdotes; mas todos foram advogados e os últimos quatro, pelo menos, exerceram a advocacia com brilho e com dedicação, não a deixando por a julgarem incompatível com a salvação da alma. Aspiravam a um grau mais elevado de perfeição moral e daí a sua mudança de vida.

Entre os homens de lei que desmentiram o conceito popular, figura em primeira plana S. Basílio Magno, ilustre advogado em Cesárea da Capadócia, sua terra natal, nos meados do século IV. Tendo estudado em Atenas e em Constantinopla, onde seguiu as lições do famoso Libanius,

a sua eloqüência nada tinha de asiático. Era máscula, sóbria, elevada, majestosa, cheia de fogo, sobressaindo a argumentação firme e substanciosa, por isso excepcional no seu tempo e no seu meio, onde geralmente se confundia retórica com eloqüência.

Ao comum dos oradores faltava em absoluto a inspiração, que procuravam substituir por palavras sonoras, períodos trabalhados com arte, metáforas ousadas e engenhosas antíteses. Para mostrarem maleabilidade de talento, estes artífices da palavra tratavam assuntos em que a verdadeira eloqüência não poderia desenvolver-se.

Adoravam os paradoxos e divertiam o público com ridículos esforços oratórios. Assim, um discorria sôbre a formiga, outro dissertava sôbre a truta, êste celebrava uma abundante cabeleira, aquele fazia o elogio da calvície. Era pecha das escolas de retórica, que abundavam por todo o Império e a que raros mestres faziam excepção, ensinando aos alunos a verdadeira arte de dizer e incutindo-lhes o amor à virtude e ao exercício da profissão de advogado (1).

Três leis do Código de Justiniano exigiam, aos que pretendessem seguir a advocacia, certas habilitações de ordem jurídica, que só nas escolas de Direito podiam alcançar-se (2). Entende, porém, Maurice Travers (3) que tal exigência respeitava apenas a certos tribunais de maior importância e movimento, baseando a sua opinião no reduzido número de professores e escolas de jurisprudência existentes no Império — Roma, Berita, e Constantinopola, — desde que Justineano extinguiu as de Atenas, Cesarea e Alexandria, insuficientes para leccionar todos os advogados, a maioria dos

(1) Bayle, *Saint Basile, Archevêque de Cesarée*, pág. 31.

(2) 11, § 1.º, Cód. II, 7, *Perita juris instructum;* 3 e 5, § 4.º, Cód. II, 8, *Per instituta tempora legum eruditioni inhaesisse.*

(3) *Les Corporations d'Avocats sous l'Empire Romain*, pág. 43.

quais até dificilmente as poderia freqüentar pela distância a que delas ficavam muitas cidades; e ainda na letra de certos textos, que mostram ser bastante para advogar em diversos tribunais a freqüência das escolas de retórica.

Em conseqüência dos vícios do ensino já referidos, a discussão era um acêrvo de argúcias e, às vezes, uma insuportável e maliciosa tagarelice, quando não degenerava num duelo de injúrias, numa seqüência de doestos, tão violenta e importuna, que, em 296, Euménides, no seu discurso *pro-instaurandis scholis* a apelida de *acies fori* e de *pugna,* não duvidando acrescentar que os chuços e as pedras voavam no fôro.

Canina foro latrat facundia toto, escreveu Prudêncio na *Hamartigenia.*

Querolus, a única comédia que nos resta dêsse tempo, dá perfeita idea do carácter de algumas discussões nos tribunais de então. Nela *Querolus* pede ao deus Lare que lhe ensine o modo de se fazer advogado, e o deus responde-lhe:

> Vende vocem, vende linguam,
> Iras atque odium loca.

Há manifesto exagêro nestas apreciações da vida judiciária no fim do Império, pois esta não era a regra geral; mas traduzem uma feição, ainda assim, bastante generalizada.

Autores fidedignos não regateiam louvores a muitos dos advogados do seu tempo, como, por exemplo, Cassiodoro, que, em termos entusiásticos, nos deixou o elogio de Patritus. Grande número de advogados desistiu do fôro para ir ocupar altas magistraturas. Santo Ambrósio e Prudêncio foram nomeados governadores de província, S. Paúlino cônsul, Satyrus consular da Ligúria.

A par dos pecados, que alguns autores do tempo casti-

gam com severidade, sobravam virtudes à classe dos advogados.

A liberalidade era uma das mais celebradas em muitos dêles. Domiciano, advogado em Alexandria no ano de 409, mereceu os mais altos elogios do bispo Synesius pela sua isenção e pela facilidade com que punha os seus talentos ao serviço dos pobres e desgraçados. Ausónio, falando de Alcinius Alethius, advogado em Burdigália (Bordéus), dizia: — *liberales indigis danda salute si forum res posceret.*

Amoniano Marcelino, um autor que não morre de amores pelos advogados e que tão mal diz dos de Antioquia, queixa-se das demoras dos pleitos e da pouca diligência que empregavam em os fazer andar: mas, como todos, faz justiça à sua dedicação aos interêsses dos clientes e à sua fidelidade absoluta.

Infelizmente os clientes, sobretudo se perdiam as causas, nem sempre pensavam do mesmo modo, o que muito penalizava os advogados. Se, neste ponto, alguma cousa havia de repreensível, era a facilidade com que apoiavam tôdas as pertenções das partes, ainda quando não tinham razão nem direito. Arrastava-os uma acentuada predilecção pelas vitórias difíceis, por lhes permitirem fazer alarde dos seus talentos e habilidades, e essa paixão obscurecia-lhes a visão das cousas e obliterava a distinção entre o justo e o injusto.

O próprio Prudêncio, tido com razão como modêlo de virtudes prafissionais, penitencia-se dêste defeito. Por isso os moralistas da época, S. Jerónimo, Santo Agostinho, condenam com veemência a aceitação de causas injustas, insistindo sôbre a gravidade dessa falta, no que, aliás, seguem as pisadas de Cícero e Quintiliano.

As leis secundaram as normas da moral, e o Código de Justiniano, no juramento a cuja prestação obrigou os advo-

gados, incluiu, designadamente, a promessa de não aceitarem causas injustas (1).

Tal era, de um modo geral, o estado da advocacia quando S. Basílio a exercitou.

Poeta, culto, eloqüente, apenas com 27 anos de idade, S. Basílio foi em Cesarea, desde o início da sua carreira forense, uma figura de excepcional relêvo como advogado e como professor de retórica. Todavia a acção de sua mãe Santa Emélia, e mais ainda de sua irmã Santa Macrina, levou-o a afastar-se do caminho da glória e das honras para seguir o da mortificação e penitência, e assim se fêz sacerdote.

«Foi — diz êle numa das suas epístolas — por obra dessa acção, que, despertando de um sono profundo, comecei a descobrir a luz pura do Evangelho e a reconhecer a inutilidade e o vazio da sabedoria humana».

Estava êste modo de ver em perfeito acôrdo com as ideas predominantes na época. Só havia, aos olhos dos homens dêsse tempo, uma profissão honrosa e digna de seguir-se, era o serviço de Deus e do altar. Tudo o mais não passava de glória vã e inferior, de triunfos efémeros e inúteis. A Igreja sempre entendeu que em todos os estados se podia servir a Deus com proveito, e mostrou a sua estima pela advocacia, no que não fazia mais do que seguir as tradições dos imperadores romanos, que cumularam os advogados de honras e prerrogativas. S. Cipriano, nesta orientação, não duvidou chamar a Jesus Cristo *advocatus noster;* S. Pedro Crisólogo, Arcebispo de Ravena, diz dêle num dos seus

---

(1) *Cod. Just. De judicis*, 3, 1. — «Patroni causarum .. sacrosanctis Evangeliis tactis juramentum praestent, quod omni quidem virtute sua omnique ope, quod verum et justem existimaverint clientibus suis inferre procurent, nihil studii relinquentes quod sibi possibile est». Sôbre a advocacia no Baixo Império vid. Maurice Travers, obra citada.

sermões, *rex ipse officio functos est advocati*, e Orígenes escreveu *in catholica epistola Joannes appelat advocatum ad Patrem.*

A pesar-de tais dizeres, no conceito geral a advocacia não era meio próprio para chegar à santidade, e S. Basílio, aspirando a ela, fêz-se sacerdote.

Mas nunca esqueceu a profissão que tantos triunfos e tantas alegrias lhe deu na mocidade, nem os seus colegas e companheiros no tribunal de Cesarea, aos quais se refere em termos elogiosos e amigos numa das suas epístolas.

*
* *

Ivo de Kaermartin, ou antes Santo Ivo, é o patrono celeste dos advogados.

Nasceu em Triguier, na Bretanha, em 1253, estudou Artes e Teologia em Paris e dedicou-se à jurisprudência na famosa Universidade onde estudou Direito canónico e civil.

Aos 24 anos foi para Orleans seguir as lições de Decretais do célebre Guilherme de Blaye, Bispo de Angoulême, e de Instituta de Pedro Capela, mais tarde Cardial Bispo de Tolosa.

Ordenado presbítero, foi nomeado juiz eclesiástico da diocese de Rennes e daí passou para Triguier, onde exerceu a advocacia cumulativamente com as suas funções eclesiásticas.

Respondia a numerosas consultas que de tôda a parte lhe dirigiam e pleiteava tanto nos tribunais eclesiásticos como nos civis, até perante o Parlamento de Paris, segundo refere Loisell no *Pasquier où Dialogue des Avocats du Parlement de Paris.* Era notável o empenho que punha em conciliar as partes, aplacar ódios e inimizades e defender principalmente os pobres, os órfãos e as viúvas.

A todos quantos recorriam ao seu saber atendia com pontualidade e exactidão.

Estudava pormenorizadamente as questões e bem se pode considerar um modêlo de virtudes profissionais e de caridade cristã.

Como tal foi canonizado em 1347, quarenta anos depois da sua morte.

*
* *

No século XVI nasceram dois grandes advogados, os quais, por suas virtudes, foram inscritos no calendário da Igreja: Santo André Avelino e Marcos Rei, canonizado com o nome de S. Fiel de Sigmaringen.

Ambos, porém, desgostosos, abandonaram a advocacia trocando-a pelo sacerdócio.

Santo André Avelino era napolitano e nasceu em 1521. Depois de se ter doutorado em Direito civil e canónico, dedicou-se com grande êxito à profissão de advogado. Em certa ocasião, quando defendia um padre seu íntimo amigo, deixou-se apaixonar por tal maneira pela defesa que, no interêsse dela, se serviu da mentira. Contristado com o facto, cheio de remorsos, resolveu deixar o fôro e ordenar-se, vindo depois a ingressar na ordem dos teatinos, pouco antes fundada por S. Caetano.

Marcos Rei nasceu em Sigmaringen em 1577, estudou Direito em Friburgo e, depois de ter viajado pela Europa, assentou banca de advogado em Colmar, na Alsácia.

Aí, não obstante ter ràpidamente conquistado justa fama de brilhante causídico e uma rica clientela, dedicou-se de preferência a tratar questões dos pobres. A moderação da sua linguagem, o espírito de justiça que o animava, a fôrça da sua dialéctica, valeram-lhe a confiança e o respeito dos magistrados; mas a febre de santificação devorava-o e, um

dia, julgando impossível ser bom cristão e bom advogado, retirou-se da advocacia e recolheu-se a um convento de capuchos, onde professou com o nome de Fiel.

À primeira vista não é fácil compreender os escrúpulos excessivos de Santo André Avelino, nem os receios de S. Fiel; mas, encarados em face do modo de ser da administração da justiça no seu tempo, encontram plena justificação.

No século XVI estava em voga o odioso sistema conhecido pelo nome de *jurisprudéncia das cautelas.*

Êsse sistêma não era mais do que uma emmaranhada rêde de habilidades e sofismas, argúcias e mentiras, com que se pretendia iludir a lei, embair o juíz e desvirtuar o direito, o que, por certo, repugnaria aos mais escrupulosos de consciência.

Um dos mestres das *cautelas,* Balbo, ousou escrever que o juiz, as mais das vezes é, levado a julgar por motivos que pouco ou nada adeantam e não o movem razões importantes, que lhe não entram na cabeça; e Cipola tinha o sistema em tão grande conta, que, dando uma cautela, ou talvez melhor uma receita, para o devedor de uma grande soma se poder libertar da dívida, entregando ao crèdor uma insignificante quantia, diz: *Ego tibi do unam cautelam admirabilem, quam tene mente perpetuo.*

Uma cautela admirável! Nem mais nem menos.

A tal jurisprudência se refere o nosso Sá de Miranda, na *Epistola* a D. João III, quando diz que, ainda não é feita a lei, já lhe são feitas cautelas; e tão odiosas e perigosas as julga, que prefere morrer a ferro no campo, como no antigo duelo judiciário, a morrer no tribunal de cautelas.

Em 1553 saía uma edição, talvez a primeira, do tratado de Bartolomeu Cipola, *De Cautelis*, armazém inexgotável de rabulices e estratagemas forenses, espécie de codificação de tôdas as cautelas possíveis e imagináveis, onde se encontram infalíveis receitas para protelar a decisão dos pleitos, evitar

as penas que puniam a blasfémia ou o exercício da advocacia aqueles que estavam impedidos de a exercer, tornar impunes os crimes de violação e estupro, validar testemunhos falsos, evitar a revogação de doações, manter os benefícios aos eclesiásticos que houvessem cometido o crime de assassinato, coonestar o dolo e a fraude do tutor em prejuízo do menor, etc. Êste livro, inúmeras vezes reeditado, exerceu uma larga influência em tôda a Europa e andou também nas mãos dos advogados portugueses, como se infere do facto de ter sido encontrado na livraria de André Vaz Cabaço, advogado em Coimbra, perseguido pela Inquisição em 1621, que declarou pertencer o exemplar ao licenceado Ivo Duarte (1).

Se havia cautelas inofensivas, a grande maioria delas era de autênticas burlas, e tôdas visavam a sofismar a lei inutilizando-a por êsse modo.

Alguns exemplos melhor darão a conhecer o sistêma.

Conta Balbo que um rico orgulhoso, indisposto com um pobre vizinho que lhe não queria vender umas geiras de terra, pediu-lhe que lhe guardasse um certo número de odres de azeite, no que êle consentiu, aceitando os odres, sem todavia verificar a quantidade de líquido que continham. Ora, alguns dos odres, em vez de estarem cheios, estavam meios, e o rico queixou-se em juízo de que fôra roubado pelo depositário. O advogado de defesa limitou-se a pedir que se despejassem os odres a fim de saber a quantidade de bôrras que havia nos cheios e nos meios, verificando-se que as bôrras correspondiam exactamente às quantidades de azeite que os odres continham, e assim que nenhuma subtracção houvera.

Estavam uns pedreiros a construir uma casa e passou

---

(1) Dr. Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra*, vol. II, pág. 685.

por êles um homem que, sem atender aos gritos de *guarda, guarda,* que êles soltavam, nem se desviar, foi ferido por uma pedra que se desprendeu da parede. Os pedreiros acusados de terem ofendido o queixoso recorreram ao famoso advogado Pilo, a quem disseram que não tinham testemunhas do ocorrido. Aconselhou-os o advogado a que no tribunal não respondessem a cousa alguma do que lhes preguntassem, e alegou que os seus constituintes eram mudos. Ao ouvir esta defesa, o advogado de acusação levantou-se irado a contestá-la, dizendo:

— «É falso que sejam mudos, porque ontem gritavam *guarda, guarda!*

Estava feita a prova de que os pedreiros tinham procedido conforme o uso e sem negligência, pelo que o juiz os absolveu.

Eram estas *boas cautelas,* a par das quais havia um grande número de outras, que eram abertamente imorais.

A defesa do crèdor cujo título não se achava registado, originou um nunca acabar de cautelas, destinadas a suprir a falta, que já tinham preocupado Graciano e que Cipola e Moscardo desenvolveram. Êste último chega a considerar legítimo o engano e a fraude quando necessários.

Segundo tôdas as probabilidades, um tal sistema de defesa era condenado pela maioria dos moralistas católicos, e assim se explica que, em quási tôdas as edições do tratado de Cipola e de outros livros no mesmo género, faltem as competentes licenças da censura. Eram edições clandestinas.

Sem embargo da repugnância que muitos advogados sentiam pelo sistema, neste terreno escorregadio onde imperava a astúcia era fácil, ainda ao mais honesto e precavido, enveredar por um caminho que a consciência depois argüisse de menos lícito e digno.

Levados a usar das mesmas armas de que os adversários

se serviam para não ficarem vencidos por êles e prejudicarem com os seus escrúpulos os direitos cuja defesa lhes tinha sido confiada, mas sentindo ao mesmo tempo quanto havia de imoral e reprovável no emprêgo dêsses meios, os advogados de mais sensível consciência viam-se forçados a abandonar a advocacia, e não admira que julgassem impossível reünir as qualidades de bom cristão ás de bom advogado.

O facto de Santo André Avelino ter sentido um tão vivo remorso por ter feito uso da mentira na defesa de uma causa, está de acôrdo com o que ensinam os moralistas

O emprêgo da mentira pelo advogado, como meio de sustentar os interêsses do seu constituinte, é veementemente condenado por S. Jerónimo (1), que diz não haver peor falta, e por Santo Agostinho, que obriga o advogado a restituir os honorários quando a cometa (2).

Procedimento semelhante ao de Santo André Avelino foi o do nosso Manuel Rodrigues, advogado em Estremoz na primeira metade do século XVII, que, segundo refere o *Demétrio Moderno,* repreendido por seu pai por não querer encarregar-se da defesa de causas injustas, que lhe dariam bons proventos, fugiu para Castela e aí professou na província de S. José dos Capuchos.

---

(1) *Epistola* 116, § 13.ª «Ego veris Apostolis non tam exemplum Philosopharum timeo, quando et illi in sua disputatione veri aliquid dicunt quam forensium advocatorum quando in alienarum causarum actione mentiuntur».

(2) *Epistola* 153, § 25.º «Justi, dicitur advocato: Redde quod accipiste quando contra veritatem stetisti, iniquitati adfuisti, judicem fefellisti, justam causam appressisti, de falsitate vicisti (quod vides multos honestissimos et divertissimos viros non solum impune virum etiam gloriose videri sibi comonittere)».

*
* *

Santo Afonso Maria de Ligório foi talvez o mais ilustre dos advogados que a Igreja católica canonizou.

Filho de pais aristocratas, nasceu em Nápoles em 27 de Setembro de 1696. Recebeu uma esmerada educação intelectual e moral, com um acentuado cunho religioso. Extraordinàriamente precoce, como Vico, Grócio, Nicolau Nicolino e tantos outros notáveis jurisconsultos, recebeu o grau de doutor, *in utroque jure,* na Universidade de Nápoles, quando contava apenas 16 anos de idade, e praticou a advocacia com Jovene, freqüentando muito assìduamente a convivência do velho e sábio juiz Caravita, sempre pronto a auxiliar e guiar os moços jurisconsultos com os conselhos da sua sciência e dilatada experiência.

Muito escrupuloso na escolha e estudo das questões, o jovem Afonso formulou para seu uso um memorial dos deveres do advogado, que ainda hoje bem merece ser conhecido, por constituir um excelente resumo da deontologia profissional.

Em doze breves artigos compendiou o que o advogado deve ter sempre presente ao seu espírito:

1.º Nunca deve aceitar causas injustas, porque são perniciosas à consciência e ao decôro.

2.º Não deve defender uma causa com o emprêgo de meios ilícitos ou injustos.

3.º Não deve agravar o cliente com despesas inúteis.

4.º As causas dos clientes devem tratar-se com o mesmo empenho que as próprias.

5.º É necessário estudar os processos para tirar dêles os argumentos necessários à defesa da causa.

6.º A negligência e a morosidade do advogado acarretam prejuízos às partes, que êle deve indemnizar sob pena de, não o fazendo, pecar gravemente contra a justiça.

7.º O advogado deve pedir a Deus que o ajude nas defesas, porque êle é o primeiro protector da justiça.

8.º Não é louvável aceitar muitas questões sendo em número superior às fôrças, ao talento e ao tempo de que o advogado dispõe; porque, aceitando-as, se arrisca a não preparar convenientemente as defesas.

9.º A justiça e a honestidade não devem jàmais separar-se do advogado e devem ser para êle como as meninas dos seus olhos.

10.º Um advogado que perde uma causa por culpa sua, fica obrigado a indemnizar todos os prejuízos que daí resultaram.

11.º Na defesa das causas deve ser verdadeiro, sincero, respeitoso e razoável.

12.º Finalmente, os requisitos do advogado são: sciência, diligência, veracidade, fidelidade e justiça.

Dotado de uma brilhante eloqüência, sólidos conhecimentos jurídicos e absoluta isenção, aos 20 anos tinha conquistado uma enorme clientela e a sua fama estendia-se a todo o reino de Nápoles.

Os triunfos sucediam-se e Santo Afonso amava cada vez mais a sua profissão, se bem que o desgostassem certas exigências dela.

«A nossa profissão — dizia aos seus colegas — é cheia de perigos; a honestidade do advogado faz-lhe perder muitas questões. Por outro lado os juízes podem enganar-se sôbre os factos, e a infinita variedade das circunstâncias faz com que baste uma imprevista, para tudo prejudicar. É, em suma, assaz trabalhosa e de escassos proventos».

Muito sensível à injustiça e cheio de escrúpulos, não raro

falava em vir a abandonar a advocacia, que, aliás, estimava com paixão.

Ao mesmo tempo afervoravam-se com os anos os seus sentimentos religiosos.

Seu pai tentava casá-lo, mas, invariàvelmente, os seus projectos encontravam um obstáculo à sua realização na falta de entusiásmo do moço advogado.

Um dia, em 1723, defendendo os direitos do Duque de Orsini numa questão importante com o Gran-Duque da Toscana, escapou lhe um cláusula de um extenso contrato, que era decisiva para a demanda.

No tribunal, Santo Afonso desenvolveu uma argumentação cerrada a favor do seu constituinte, mas o advogado da parte adversa, logo que êle terminou a sua alegação, sem responder pròpriamente a ela, limitou-se a ler a cláusula do contrato que ao Santo passara despercebida e que a deitava por terra.

Concebeu Santo Afonso um tão vivo pesar por êste facto, que jurou não voltar aos tribunais, e, algum tempo decorrido, fêz-se ordenar sacerdote (1).

Pela justa fama de que gozou, pela dedicação e amor com que exercia a profissão, pela sua grande cultura jurídica, Santo Afonso Maria de Ligório foi um notabilíssimo advogado, e o seu acto teve causas diversas das que determinaram o semelhante procedimento de S. Fiel e de Santo André Avelino.

Não houve em Santo Afonso o desgôsto ou repugnância pela advocacia. Houve, por um lado, a acção de uma intensa educação religiosa, de uma piedade constantemente afervorada, que o impelia para o sacerdócio; e, por outro, o desgôsto causado por um insucesso, que nunca poderia tomar

---

(1) P.e Agostino Berthe, *Sant'Alfonso Maria de Liguori,* trad. italiana, vol. I, pág. 12 a 32.

tais proporções se não fôsse a paixão do santo pela sua vida, o conceito elevado em que tinha a sua profissão, na qual totalmente se havia integrado.

Era um verdadeiro sacerdote da justiça, que a trocou pelo altar.

Angra do Heroísmo, Novembro de 1927.

Luís da Silva Ribeiro.

O CRIME E A RESPONSABILIDADE

(ESTUDO PSICO-SOCIAL)

I

Preâmbulo histórico

Como se desenvolveu o estudo scientífico do espírito — O pecado e a loucura. — As degenerescências e o crime. — O assalto de Lombroso. — O crime e a responsabilidade; dogmas antigos e tendências modernas.

A psicologia, sciência cujo método scientífico é de aquisição recente, vai já, a bem dizer em avançado grau de desenvolvimento.

Mas embora quási definitivamente metodizada, a psicologia, sciência moderna, vasta e complexíssima, é reservada no que respeita a conclusões, o que dá margem a que sôbre alguns fenómenos tais como consciência, vontade, responsabilidade, se entrechoquem os modos de ver dos observadores.

Liberta, porém, do seu evoluir indeciso, a psicologia será a sciência que directamente há-de presidir à disciplina, à harmonia, ao equilíbrio da vida individual e social.

Integrando a motivação psíquica dos grupos múltiplos e multiformes das perturbações perceptivas elementares, das ilusões perceptivas, das alucinações reflexas e sensitivas, individuais e colectivas, das alterações da inteligência e da sensibilidade moral, das inversões da vida afectiva, das alterações da consciência e da cenestesia, que constituem a escala das

alterações psíquicas que conduzem gradualmente e, numa medida insensível, às variadas formas do delírio e da alienação os indivíduos e as colectividades, a psicologia neste supremo trabalho de explicação e de educação da intrincada fenomenologia do pensamento será a terapêutica e a higiene da vida individual e social.

Mas, emquanto, a psicologia (por míngua e atrazo de diferenciação, de definitiva especialização das várias sciências de que naturalmente vive) — porque visa a vida sob uma multiplicidade de aspectos, de formas, de maneiras hígidas e mórbidas — é, por carácter, por método, uma sciência de evolução lenta e morosa; a psiquiatria, sua filha dilecta, já por necessidade de defesa social, já pela feição restricta do seu âmbito de acção, rompendo cêdo com a esterilidade especulativa, lançou-se abertamente a caminho das investigações experimentais. E experimentando nos laboratórios, observando nos manicómios, pesquisando aqui, analisando além, no hígido e no mórbido, o psiquismo humano, e demostrando, por comparação, por analogia, a percepção pela *alucinação*, a memória pela *amnesia,* a volição pela *abulia,* a ideação pela *paranoia,* a consciência pela *inconsciência,* fornece contribuïções de alto valor para o progredir rápido e seguro da higiene e profilaxia sociais.

*
* *

A psiquiatria nasceu da necessidade prática. Ao contrário das especialidades médicas, escreve Lugaro, separou-se da medicina, não porque a sua doutrina estivesse já formada, nem em virtude de razões anatómicas; mas começou a afirmar-se como sciência autónoma, quando as suas relações, com a medicina eram fortemente discutidas ou negadas, por que proveiu da necessidade social de isolar os alienados.

Assim como as epidemias determinaram a necessidade dos lazaretos quando ainda não eram conhecidas as causas das doenças contagiosas, do mesmo modo, quando se não conhecia ainda a psiquiatria scientífica, surgiram os manicómios, ou como suplemento ou como sucessão dos cárceres mais ou menos modificados.

Só muito tarde, inspirado pelas ideas da filosofia sentimental do século XVIII, Pinel quebrou as algemas aos alienados, demonstrando, depois de uma luta tenaz, a natureza morbosa da loucura contra a teoria de Heinroth e Beneke que sustentavam que era conseqüência do pecado.

A obra de Pinel, revolucionando a história da criminalidade, teve, como efeito, trazer a imunidade penal aos alienados que, segundo a concepção da época, compreendiam os dementes, os imbecis e os furiosos.

Êste período tem a glória de ter demonstrado a natureza psíquica da loucura.

Cometeu, porém, um êrro esta concepção, qual o de confundir as formas puramente psíquicas com as devidas às alterações anatómicas caracterizadas; e foi êle a sua ruína.

Os estudos anátomo-patológicos, favorecidos com os novos métodos de técnica, permitiram verificar as alterações somáticas, que são a base do segundo grupo de formas da loucura. Uma crítica sem medida aplicou a todo o campo da psico-patologia a concepção anátomo-patológica, a ponto de atribuir inversamente tôdas as formas de loucura a uma alteração anatómica.

Derruída assim a concepção psíquica, surge Morel com a sua doutrina de degenerescência, segundo o qual a raça humana dia a dia degenera e os indivíduos trazem dentro de si mesmo os estigmas da decadência física que se avoluma progressivamente.

Grande foi a sua aura; reinou soberana nas sciências e nas artes e atingiu o paroxismo, quando Lombroso, qual

Camille Desmoulins, edificando sôbre a teoria de degenerescência a sua doutrina antropológica tentou um vigoroso assalto à secular Bastilha do Direito Penal.

O criminoso era, para Lombroso, um louco e o louco um tipo anormal, degenerado, regressivo, assemelhável a um tipo psicológico inferior que persistiria nas escalas genealógicas do homem moderno. E imperturbàvelmente lógico, Lombroso não duvidava ir buscar sinais de crime a uma planta, à dionea *apanha-moscas*.

Baseada sôbre os conhecimentos da estrutura do sistema nervoso, teve, porém, como conseqüência um efeito ruïnoso, qual o de confundir a psicologia com a fisiologia do cérebro.

Após uma voga efémera, viu-se que a anatomia patológica e a fisiologia do sistema nervoso eram insuficientes para explicar as múltiplas formas de loucura.

Ao alienista sempre que abria um crâneo deparava-se-lhe uma desilusão: o cérebro era-lhe mudo, donde uma desconfiança cada vez maior no método antropológico no campo da psico-patologia.

Há anos para cá, a doutrina antropológica está abalada, tendendo-se a dar a merecida importância à concepção psíquica.

Doutro lado, os progressos da psicologia experimental sob a direcção de Kraft-Ebing, Kraepelin, Wurtzburg, Freud, Bechterew-Pawlow, Kostileff, Binet e outros evidenciando melhor as relações entre os factos físicos e psíquicos, vieram reivindicar o justo valor à teoria psicológica.

*
* *

Pouco menos de um século atrás com as sciências biológicas em embrião, todos os problemas vitais para a huma-

nidade se achavam na obscuridade e limitados a simples descrições.

Sofrendo a influência da física e da química e dos processos experimentais que em grande escala aí se usavam, ei-los avançando triunfantes para a conquista, não já da pura descrição das formas, mas da indagação das causas dos fenómenos cuja descrição fazia objecto do seu primeiro estudo.

Nesta marcha ascencional que vinha percorrendo, a biologia não podia deixar de atingir o homem como objecto de estudo. Se era interessante a solução dos problemas dos outros seres, mais devia sê-lo a relativa ao homem, porquanto a êle se achavam ligados todos os grandes problemas filosóficos que por tantos séculos têm atormentado a inteligência humana.

Assim apareceu a antropologia constituindo-se em sciência e a psicologia empírica com os primeiros meios subministrados pelas investigações experimentais, tomando um carácter autónomo; dum modo análogo, apoiando-se nos progressos da anatomia e na formação duma neuro-patologia, surgiu a psico-patologia, a qual, tendo em vista o estudo das manifestações morbosas do psiquismo humano, assumiu por um caminho paralelo ao da psicologia empírica o grau de sciência autónoma.

Até aí, os processos psíquicos eram considerados como manifestações de natureza sobrenatural e a vontade e a responsabilidade, faculdades da alma espiritual.

Ao presente seja quem fôr, espiritualista ou materialista, não pode negar que as funções psíquicas estão em relação de dependência íntima com o funcionamento cerebral, porquanto não há no homem manifestação alguma de actividade psíquica sem um correlativo psíquico, uma idea sem um movimento nêurico, um acto de volição sem uma emoção sensível, de modo que os fenómenos concretos da vontade

e da responsabilidade tornam-se positivamente capítulos de psico-fisiologia.

A paletnologia, a histologia e a anatomia, analisando e comparando, do coelenterado ao homem, a morfologia estrutural, a arquitectura crescentemente complexa, a sistematização funcional cada vez mais especializada; a fisiologia e a patologia, observando e surpreendendo as relações estreitas, somáticas e funcionais, circulatórias ou nutritivas, do tecido nervoso desde o neurone, unidade anátomo-fisiológica, até aos centros de projecção e de associação, localizações de diferenciação psíquica, — definiram iniludìvelmente a interdependência apertada em que vivem o cérebro e o espírito.

O pensamento, seja nas percepções mais débeis, verdadeiras ideas nado-mortas, seja nas concepções mais vigorosas que pela sua potencia, opulência e fecundidade, constituem o património que aviventa a humanidade — está na dependência indiscutível do sistema nervoso que é o seu solo nutritivo e o seu órgão motor.

Isto posto, a consciência, a vontade e a responsabilidade que são funções do pensamento, ingressam nos quadros da psicologia e caem sob a alçada dissecadora do biólogo e do médico.

É já tempo de a medicina reivindicar para si o justo direito e a legítima autoridade de, com os seus poderosos meios de investigação, esclarecer as questões da vontade e da responsabilidade e dar solução aos diversos mistérios da sociologia que se prendem com os palpitantes biofenómenos.

É mistér que a medicina — única mãe possível duma sociologia bem organizada — determinando o condicionamento psico-fisiológico do crime, habilite os sociólogos e os juristas para a realização duma penalogia repressiva e preventiva dentro dos moldes da experiência scientifica.

II

Crime e Responsabilidade

Suas relações segundo o critério clássico; erros e conflitos. — Conceito moderno; exposição e análise: *observações no são e no doente.* — Responsabilidade e sua constituïção psicológica. — Consciência do valor moral do acto. — Determinação e acção voluntária. — Exemplos e explanação.

Não há, por certo, nada tão difícil nos distritos da psicologia como o problema da responsabilidade.

Duma importância primacial na definição do crime; dêle depende inteiramente a defesa e preservação da sociedade. É tão íntima a correlação do crime com a responsabilidade que, sem esta, aquele deixaria de existir dentro da doutrina penal em vigor.

O problema da responsabilidade ainda hoje por bem interpretar-se, mais se obscurece desde que se pretenda acordar os princípios positivos e definidos da psicologia scientífica com o dogma livre-arbitrista dos códigos penais da actualidade. Êste ecletismo filosófico leva a conclusões absurdas e contraditórias do termo *responsabilidade.*

Assim, emquanto a psiquiatria alargando o seu quadro nosológico reclama a impunidade, senão de todos, pelo menos, da maioria dos criminosos a pretexto de doentes; os juristas e os magistrados, sublinhando com sorriso de septicismo, as modernas aquisições scientíficas, clamam contra o grave perigo social de subtrair os criminosos à acção da justiça.

Matar alguém ou atentar contra si próprio supõe um estado de alma pouco normal; é ter uma tara, uma doença de espírito, bradam os primeiros. Mas considerar os criminosos como doentes, substituir o castigo pela terapêutica,

a guilhotina pelo *douche*, é «rogner le droit de punir», replicam ajuïsadamente os segundos.

Argumenta-se com vivacidade, com acentuado calor e, por vezes, com paixão; mobilizam-se, de parte à parte, sugestivas razões; aduzem-se objecções de pêso, e espíritos subtis se gastam nesta interminável disputa... Nasce daí uma conciliação, a de pretender distinguir a responsabilidade moral da responsabilidade legal, visionando Littré e Robin definir esta como tendo ùnicamente por escopo prevenir a sociedade, por intimidação ou por sequestração, contra os criminosos, alienados ou não! Como se pudesse haver crime onde há alienação! Como se o facto social, a conseqüência criminosa pudesse ser apreciada sem atenção ao agente criminoso, à intenção criminosa.

Uma tal definição seria uma flagrante antinomia com a lei penal em que a intenção é tudo e a conseqüência só é legítima como corolário da primeira.

Se é certo que o crime e a alienação convivem muito de perto, não é menos certo que o conceito de responsabilidade, baseado sôbre a liberdade moral, de tal modo se introduziu nos nossos costumes que para o desarraigar, ainda com tôda a justiça ou para o substituir por outra forma, porventura mais adequada ao fim social a que ela se propõe, seria necessária uma enorme revolução.

*
* *

As teorias em vigor sôbre direito penal exigem para que a infracção seja punível, a existência no delinqüente, de uma vontade criminosa, livre de tôda a coacção. Essa vontade supõe a capacidade de discernir o carácter criminoso do acto e liberdade de escolha, o que, por sua vez, implica a existência de fôrças psico-físicas, aptas a garantir uma luta

triunfante contra as fôrças da mesma ordem, desencadeadas pelos motivos que o orientem para o delito.

Existe uma tal vontade, é o que vamos procurar investigar.

*
* *

Todos os actos humanos, criminosos ou não, não procedem imediatamente das ideas, mas dos estados emotivos que as acompanham. Estes estados que se dão pelos nomes de impulsão ou obsessão quando de natureza mórbida, são denominados correntemente *motivos* quando normais.

Com cambiantes e combinações várias em carácter e intensidade, estes estados emotivos caracterizam-se por um fundo comum: um estado de volição, uma tendência consciente a um acto motor que os alivie ou lhes dê satisfação e para o que desenvolvem fôrças activas necessárias e operações intelectuais justificativas.

As percepções, as sensações e as modificações orgânicas que as acompanham são insuficientes para determinar uma emoção, emquanto não se tornarem convenientemente intensas para gerar um estado de volição, tendente a dar-lhes alívio. Não é a percepção do malefício, nem é o afoguear das faces, a ferocidade do olhar ou a crispação do punho, que constituem a emoção-cólera, é a tendência consciente e violenta a infligir um sofrimento a outrem.

Em muitos casos, o processo psico-orgânico que sintetiza a emoção, não tem expressão objectiva, não se trai no *facies* ou na atitude do indivíduo, mas não é menos constituído por duas ordens de elementos: estado psíquico e processos orgânicos, não podendo existir o primeiro sem os segundos.

A emoção não é senão a projeção do equilíbrio psico-orgânico ocasional na consciência do indivíduo. Assim como

não faz sentido cólera, desacompanhada do respectivo cortejo psíquico e motriz, assim também não é possível compreender a existência do ódio — que não representa nenhuma idea nem sensação, mas ùnicamente uma tendência de repulsão e, portanto, um estado de volição à satisfação desta tendência — sem um correlativo psico-físico.

As reacções emotivas diferem umas das outras, em carácter como em tensão, fornecendo modalidades infinitas conforme a causa geradora, a impressionabilidade e a feição reaccional dos indivíduos e segundo as cambiantes de combinação e predominância das fôrças orgânicas ou das operações intelectuais. Assim emquanto na cólera sobrelevam os movimentos músculo-mímicos e verbo-motores; no ódio, os efeitos orgânicos são mínimos mas as operações intelectuais são levadas ao máximo... E dentro da evolução duma mesma emoção, surpreende-se ao vivo a mesma inconstância na intensidade e no predomínio dos elementos psíquicos e físicos. Assim, se na cólera-furor a impulsividade, a agressividade e os movimentos mímicos tomam vulto, na cólera-impaciência a mobilidade externa esmorece para se concentrar numa activa agitação intelectual. Se no ódio manso ou tímido adquire um vivo ácume o esfôrço mental, no ódio furioso, ao contrário, é a impulsividade e a agressividade que se distinguem pela exuberância; e assim em tôdas as emoções.

Sob uma forma ou outra, todos os nossos sentimentos ou tôdas as nossas necessidades conscientes tem como lastro psico-orgânico um desenvolvimento activo de fôrças psíquicas e motoras.

Tem o homem meios de dominá-las?

É mister um exemplo:

É um comerciante. Espírito sagaz e inteligente, instruído, possuindo de família sólida educação. Ambicionando riquezas, cultivou o luxo com

entusiasmo. Estudou, trabalhou, esgotou-se, e não conseguiu sair da mediania. Está desanimado, vive ao abandono. Está próxima a penúria, o desmoronar dos seus amimados sonhos, o desconfôrto iminente para êle e para a família... Eis quando inesperadamente aparece-lhe um antigo amigo a encarregá-lo de uma importante operação bancária, nem mais nem menos que a pô-lo, de momento a outro, de posse de uma avultada quantia. Súbito, um desejo criminoso principia a anuviar-lhe o espírito: o desejo de roubar e fugir, fugir para longe, para um canto ignorado. Mas no seu espírito, à semelhança do que sucede num *écran*, outras ideas perpassam incendendo novos desejos; o seu pensamento revolve e agita-se: se, dum lado, a presumida sensação do bem-estar e do confôrto da riqueza, a visão da penúria ameaçadora e a ilusão da fácil execução do roubo o acicatam e animam; doutro, a imagem pungente da punição, o pavor dos obstáculos e das surpresas da acção e a angustia da deshonra o sacodem num estremecimento de horror pelo acto que é tentado a cometer. Trava-se luta e os seus sentimentos de pundonor e de honra vencem e o perturbador tentame é repelido.

Outro exemplo de meu conhecimento:

É uma modista. Casada, tem um filhinho. O marido, porém, dá-lhe maus tratos. Vivendo honradamente, tira do seu trabalho os melhores recursos para a mantença. Mas o marido não a compreende; espicaça-a, desespera-a, glosando-lhe o *metier* e as *toilettes* com mordacidade...

Um dia, após um *duetto* violento e exasperado com o marido, a idea de fugir para longe tomou vulto no seu espírito. Dito e feito, fêz as malas e abalou pela rua fora desvairada. Longe já da sua residência, envolta no borborinho tumultuante da cidade, o seu pensamento, até aí ensombrado pela cólera, acalma-se e retrocede até ao seu lar; um sentimento de ternura e de piedade, segundo diz, pelo filho inocente domina-a a pouco e pouco, ao mesmo tempo que desperta um sentimento de terror pela vida de incertezas a que ia aventurar-se, levando-a a abandonar o seu intento.

Outro exemplo. Uma impulsiva homicida. Bastante rica e feliz; ilustrada, duma correcção moral poucas vezes igualada; é com amargura que se sente presa duma veemente impulsão. Ei-la resumidamente:

Todos os meses, desde que se casou, experimenta, sobretudo na

época das regras, uma inexprimível angústia; o desejo de matar o marido obceca-a imperiosamente quando entra no quarto dêle e o vê dormindo. Uma dor brusca, angustiosa e sufocante, e um sentimento de horror subjugam-na porém, forçando-a a recuar. As fôrças quebram-se-lhe, o espírito desanuvia-se e a vergonha e a desonra tomam corpo em seu ânimo. Bruscamente abandona o quarto tentador, fecha precipitadamente a porta e vai prevenir à sogra para destruir a possibilidade de lá reentrar.

Outra impulsão ao suicídio (1). A própria doente assim a conta:

Particularmente, de manhã ao acordar, sinto repentinamente uma dor na cabeça; a seguir, ela fixa-se-me na fronte, redobra de violência ràpidamente, sugerindo ao meu espírito alquebrado um desejo violento de suicídio, atirando-se-me da janela à rua. Levanto-me sacudidamente para efectuar o desígnio, mas um pavor intenso apossa-se de mim, tolhe-me os movimentos um grande medo, o medo dos castigos com que a minha religião ameaça os suicidas. Detenho-me, o medo cresce... Entrementes, penso nos filhos queridos, na desonra, e arrependida grito por socorro.

Tal é, em geral, a sucessão dos factos mentais que antecedem a realização regular dum acto consciente.

Há entre o impulso criminoso e a consciência individual uma disputa viva e ardente em que jogam as cristas energias psíquicas e motrizes mais ou menos poderosas, apoiando ou repudiando o estímulo inicial.

As energias psico-motrizes contra o impulso criminoso são: o sentimento de horror (sensibilidade moral); os sentimentos de ternura e de piedade pela vítima (sentimentos ternos); a visão mental das conseqüências do crime (inteligência); o medo das conseqüências (mêdo de punição); o balanço dos *prós* e dos *contras* (consciência moral); e uma vontade capaz de efectuar as determinações da consciência.

---

(1) Mairet, *La Responsabilité*, Paris, Masson, 1907.

Estes elementos não comparticipam igualmente na resolução de todos os casos; ora domina a inteligência, ora o mêdo de punição, ora os sentimentos ternos ou a sensibilidade moral.

A sensibilidade moral, a inteligência, a consciência e a vontade não são entidades artificiais, filiadas no metafisicismo do autor nem expressões de convencionalismo literário. Embora numa inter-dependência, elas são susceptíveis de verificação.

O método experimental com uma preocupação exclusivista tentou, na verdade, arrancar à sua técnica, apuramentos com o fim de reduzir a psicologia a um capítulo comesinho da fisiologia, mas a tentativa fracassou. Está assente que o método subjectivo e a introspecção são processos tanto ou mais fecundos em psicologia.

Pensou-se num tentame audaz de diferenciação psíquica assemelhar a imaginação criadora à uma revivescência de conhecimentos anteriores, a lógica à banal associação de imagens e a decisão à reprodução mecânica destas imagens! Como se fôsse possível confundir a cólera com o gesto ou o pensamento que a desperta, ou identificar a tristeza com o chôro que por vezes a emmoldura, e a alegria com o riso que lhe serve de expressão!

A lógica, a imaginação, a decisão, esta luzida legião de honra da psicologia scientífica desaparecia para dar lugar à mímica, ao gesto, à simbólica verbal e, quiçá, à mecânica circulatória e da respiração!!!

... Mas não. O mundo subjectivo «não é uma quantidade inútil nem uma qualidade estéril do trabalho neuro-psíquico», «pelo contrário, contém elementos muito essenciais dêste»(1); e os processos psíquicos «em oposição aos movimentos reflexos e automáticos, têm qualquer coisa de

---

(1) Bechterew, *La psychologie objective.* Paris, 1913, pág. 11 e 12.

original, um desenvolvimento paralelo de imagens e de sensações (1)».

Para representar uma palavra ou uma idea com um determinado número de letras ou palavras, não basta alinhá-las em série pelas suas relações múltiplas nem concatená-las diversamente, é preciso adaptá-las à expressão da idea indicada, é necessário articulá-las numa sucessão lógica. E a lógica é função da inteligência.

No sono, a consciência encontra-se abolida. A reprodução de ideas ou a articulação de palavras, arquivadas na memória, é possível e realiza-se freqüentemente no sonho, mas sem a coordenação harmónica, sem a adaptação exacta à realidade, que é a característica da consciência.

A ontogonia humana é, por seu turno, duma flagrante exemplaridade. Do reflexo motriz, exclusivamente mímico, o recemnascido ascende, com o aparecimento da atenção, aos primeiros reflexos psíquicos, que são os movimentos de imitação, as reacções circulares e os de conservação da espécie. Com o andar do tempo nascem os reflexos associados como o movimento de defesa diante de uma arma de fogo, a fuga à vista duma fera, a lembrança do guarda-chuva quando há nublação do céu, o recuo do dedo ao contacto de um alfinete, etc. Sucessivamente, consolidando e ampliando-se os conhecimentos, forma-se um núcleo de ideas gerais que estabelece o *contrôle* sôbre tôda a estimulação interna ou externa.

Êste núcleo não é mero amalgama de reflexos associados. Síntese de todos os conhecimentos anteriores, êle é o gérmen da emancipação individual. Não obstante ser orientado pelas aquisições passadas, êle é essencialmente o núcleo de criação mental; pode reformar ou inverter os conhecimentos adquiridos e fazer desabrochar reacções novas;

(1) Ziehen, *Leitfaden der Physiologischen psychologie*, Iena, 1914, pág. 17–18.

originais e imprevistas, variáveis de indivíduo para indivíduo.

Este conjunto de ideas gerais, pelo qual o espírito humano interpreta o meio que o envolve, constitui a *inteligência* e a sua exteriorização faz-se pela lógica, expressa na lingüagem falada ou escrita. Atingida a maturação, a inteligência desdobra-se em dois núcleos: o da lógica e o dos motivos afectivos. A associação dos dois nos dá a exacta consciência do valor moral dum acto; a sua dissociação as diversas loucuras intelectuais e morais.

Mas nada há, porém, como os factos para demonstrar o que se pretende — uma verdade sofismada ou um grave problema psicológico, mòrmente quando se tenta edificar uma tese positiva em assunto de controvérsias intermináveis.

*
* *

Em quatro grupos ou tipos se podem reünir os diferentes ensinamentos outorgados pela clínica psiquiátrica.

Primeiro grupo: *Indivíduos com perturbações mentais, permanentes ou periódicas, com ou sem lesões somáticas. A inteligência é nula, a consciência obliterada e a vontade abolida.*

São os fenómenos automáticos, associados ou dissociados que predominam, mas em que a ausência de lógica é flagrante. A responsabilidade como fenómeno psíquico está extinta.

É comummente tido como irresponsável o que mata sem saber porquê, o que fere sem motivo nem intento definido nem guarda posteriormente reminiscência do acto realizado.

Segundo grupo: *Inteligência normal; compreende as conseqüências do acto que pratica, mas não o sente — déficit sensitivo.* É o grupo dos *amorais.*

Observação de Laffite (1):

Em 24 de Janeiro de 1877, a senhora D. ... fêz no quartel de Rennes a seguinte declaração: — Ontem, à tarde, pelas 3 horas, abandonando o domicílio de meu marido, dirigi-me com os meus filhos mais novos, um de 3 anos e meio e outro de dois e meio, a Rennes, para vender alguns feixes de cordas a M. Tessier, curtidor em Brest.

Vendida a mercadoria, comprei dois bolos aos pequenos e, como tivessem sêde, entramos numa estalagem em Bourg-l'Evêque.

Daí saindo, dirigimo-nos para o canal do lado do campo de La Touche.

Chegando sôbre a ponte Saint-Martin, caminhamos para a margem direita do canal; aqui a idea de afogar os meus filhos se me afigurou tentadora. Querendo pô-la em execução, esperei pela escuridão da noite, conduzi-me no momento oportuno para a ponte Richard e, descendo para a margem do canal, fiz rolar para a água os dois garotos.

Mal havia recuado poucos passos para a ponte Saint-Martin ouvi gritos, e supondo que me tivessem visto, voltei para aí e vi com espanto o mais velho fora da água a dizer-me choroso: «Perdi o meu bolo na água, os meus sapatos estão molhados». Cheguei-me a êle e precipitei-o de novo no canal e como fizesse esforços para ganhar a margem, impeli-o até desaparecer. Atravessei o canal e não querendo entrar em casa sem os filhos deixei-me ficar à noite no campo à distância da casa e venho agora entregar-me à justiça a fim de sofrer a prisão e a pena que mereço.

Esta curiosa descrição é altamente eloqüente na sua trágica simplicidade para dispensar todo o comentário. Uma mãe desnaturada havia tido a impassibilidade singularíssima de fazer afogar os seus dois filhos, não se enternecendo perante as lágrimas aflitas de um deles!

No entanto, há quem trate os filhos com mais entranhado afecto, desinteressada solicitude e verdadeira dedicação do que uma mãe, essa mãe que os traz em seu seio longos meses numa vida de ancias e cuidados? Mas, cousa estranha! — esta mãe matara os seus filhos e matara-os não

(1) Dr. Laffite, *Ann. med. psych.*, tôm. XIX, pág. 83.

num momento de loucura, mas no uso pleno das suas faculdades de inteligência, premeditando meses ou talvez anos antes.

Será responsável? Sim, dizem uns: «par ce que chez elle tout est raisonné, tout est logique, c'est de la passion, c'est du désespoir, ce n'est pas de la folie». Não, dizem outros; «não é loucura, mas também não é paixão, nem desespero»: «Amava os seus filhos, amava e respeitava o seu marido e recìprocamente, razão da resistência ao crime que durante largo tempo a tentava». ¿Como explicar então o crime?

Mairet observa muito justamente: se, alargando a esfera da nossa observação, investigarmos o que se passa nos domínios da sensibilidade moral teremos aí a decifração do enigma.

Com efeito, os sentimentos ternos, a bondade, a piedade e a afeição nela não existem; é prova o seu procedimento em frente dos gritos aflitivos e enternecedores do filho mais velho, saindo da água. ¡Quem haveria que não se sensibilizasse perante aquelas palavras: «J'ai perdu mon gateau; j'ai de l'eau dans mes sabots», lançadas por um filhinho choroso e aflito à sua mãe! Contudo, o que comoveria todo o coração humano, endurecera mais o dessa mãe, que teve como resposta única: ¡afogá-lo até morrer, a êle que estava a salvar-se!

Mas não são só os sentimentos ternos que não vibram; é tôda a sensibilidade moral. Laffite narra assim a impassibilidade moral desta mulher: «Il est impossible (referindo-se às respostas dela às perguntas que lhe fêz) de rendre le ton d'indifférence, d'impassibilité, de sang-froid avec lequel toutes ces réponses ont été faites. Certainement la femme D... était moins impressionnée que les experts qui étaient encore sous le coup de l'émotion que ce crime avait produit dans la ville».

«Pendant tout le temps de ce pénible interrogatoire, l'inculpée est restée impassible et froide; pas un muscle de son visage n'a accusé par un tressaillement involontaire une émotion quelconque».

Outro caso. Mairet (1) resume-o nos termos que seguem:

«Lemaire é um rapaz de 19 anos.

Seu pai está na intenção de tornar a casar-se. Lemaire, sabendo desta resolução, decide matar seu pai, sua futura madrasta e a filha desta. Combina com astúcia uma cilada, permitindo-lhe assassiná-los a todos, sem ser apanhado. Assim que a ocasião se lhe oferece, tenta matar primeiro a madrasta, mas fá-lo tão desastradamente que acontece ser surpreendido em flagrante delito pelas pessoas que aos gritos da moribunda aí chegam. O acto cometido, vejamos o que era o autor de tão horroroso atentado.

Intelectualmente, um homem que no colégio estudou muito pouco, mais por preguiça que por falta de inteligência que parece normal.

Moralmente, um verdadeiro monstro, com anestesia moral profunda e perversões. Desde a mais tenra idade mostrou disposições viciosas, preguiçoso, insolente, dado a todos os excessos, masturbador. Não se encontra nêle nenhum sentimento moral, odeia seus pais, que aliás o trataram sempre bem. Quando sua mãe morreu, só se lhe ouviu êste comentário: «Está bem, uma bôca de menos para comer».

Após o crime, diz à filha da vítima: «Estou contente com a vingança, mas desconsolado de não ter morto os outros».

Preso, confessa o crime com orgulho e tranqüilidade, premeditado, conforme declara, ao saber dos projectos de seu pai.

Assassinando o pai, era seu intento gozar à larga da sua riqueza. No interrogatório faz alarde das suas malévolas inclinações com alegria feroz e cinismo revoltante: tinha tanto escrúpulo em matar seu pai como em matar uma môsca. Uma testemunha conta que Lemaire, após o assassínio, mostrando as mãos tintas de sangue, dizia rindo: «cá estão as luvas para o casamento de meu pai»...

Condenado à morte, saúda-a com satisfação incrível, recusando tôda a mercê. Dorme bem, come com apetite e prazer; e êste bom humor não o abandona nem durante a *toilette* nem no momento da execução».

---

(1) Mairet, *Loc. cit.*, pág. 17.

Broca mostrou o crâneo e o cérebro do interessante assassino à sociedade mèdico-psicológica. Verificações antropométricas feitas no laboratório do prof. Robin deram deformidades orgânicas, fraco volume do cérebro, prognatismo, ligeira assimetria facial, etc., mais ou menos incaracterísticas. Broca decidiu-se pela alienação mental, fundado em que o motivo do crime é absurdo e os meios de execução estúpidos. Moreau (de Tours), reconhecendo os vícios somáticos e os instintos cruéis, optou pela idiotia.

Não nos parece justo qualquer dos modos de vêr. Não é lógico nosagrafar de louco ou de idiota quem nunca mostrou, segundo a história, defeito marcado da inteligência nem sinal algum de delírio pròpriamente dito, a menos que se queira dar à loucura ou à idiotia outra interpretação mais adaptável.

Achamos mais razoável enquadrá-lo na *anestesia ou ausência do senso moral,* por atrofia das ideas morais e inversão dos sentimentos afectivos.

As duas últimas observações são dois eloqüentes exemplos de como a inteligência pode desenvolver-se, no meio da ausência da sensibilidade moral.

A lógica pode, assim, coëxistir com a carência absoluta dos estados afectivos que caracterizam a função do senso moral.

Isto nos induz a crer como provável a hipótese duma loucura moral análoga à loucura intelectual, ou melhor, que a função psíquica moral pode ser alterada isoladamente; parece-nos simplesmente contrário à observação sustentar, como o fazem os representantes da escola alemã, que uma alteração moral sempre se acompanha de fraqueza intelectual; as escolas francesa (Ballet, Arnaud) e portuguesa (J. de Matos) estão mais perto da verdade sustentando uma doutrina menos absoluta.

E, sendo a sensibilidade moral, com a inteligência, um

dos factores fisiogénicos da responsabilidade, o critério mèdico-legal não tem nem pode ter por base o exame exclusivo do estado mental do indivíduo; o que dá em resultado conclusões contraditórias e iníquas dentro de um sistema repressivo que faz depender da responsabilidade moral do delinqüente a aplicação das penas. É o que em casos análogos pensa o prof. Júlio de Matos (1): «o que importa conhecer não é tanto a inteligência e o raciocínio como o *tonus affectivo*, isto é, o sentimento confuso, inconsciente, mas constante e real dos seus [*do delinqüente*] desejos e disposições morais».

Os sentimentos morais nos loucos morais ou não existem, como nos casos que apontamos, ou se encontram fundamente viciados (delírios morais, perversões genésicas).

Terceiro grupo: *Inteligência rudimentar — noção comum e limitada do lícito e do ilícito; sensibilidade moral, nula — é anti-moral — perversões. Sensibilidade inferior e elementar.*

Obs. (Mairet) (2):

> C... é um imbecíl moral. Na idade de 30 anos foi já condenado 18 vezes por roubo e por atentados aos costumes; com arte e argúcia tem-se salvo muita vez da prisão e não poucas desistido de delinqüir. A diferença do seu procedimento num e noutro caso deve-se ao mêdo da prisão e do castigo. Executava o seu desejo — êle explica — quando julgasse não poder ser surpreendido; pelo contrário, não o cumpria em caso de dúvida, porque a lembrança da prisão, com a sua má alimentação e o seu soturno aspecto, lhe fazia calafrios na espinha.

Como se vê, não é o critério superior do lícito — expressão dum princípio moral a que deve subordinar-se — que determina nêste indivíduo a acção ou a abstenção. Êste conceito superior a que somos impelidos a obedecer, devemo-lo

---

(1) Júlio de Matos, *A loucura*, Lisboa, Teixeira, 2.ª ed., pág. 387.

(2) Mairet, *Loc. cit.*, pág. 44.

à consciência do valor moral do acto, função conjugada da inteligência e da sensibilidade moral, — e que pode ser independente do medo de punição.

O que move o doente acima, não é o esquecido sentimento de um dever moral mas simples e ùnicamente a memória de uma dor física que lhe foi infligida; assim executa o acto de que, de resto, conhece as conseqüências, desde que o seu fraco raciocínio descobre ou julga descobrir meio de escapar a essa dor. Esta expressão sensitiva é tirada da sensibilidade inferior, análoga à sensibilidade animal.

O mêdo de punição é, pois, com a inteligência e com a sensibilidade moral, um elemento capaz de combater com eficácia o motivo criminógeno. Influi nas nossas determinações e, portanto, na responsabilidade. Mas, por isso que deriva da sensibilidade inferior, é muito falaz nos resultados.

Quarto e último grupo: *Inteligência normal — consciência moral perfeita. Mas a vontade nula ou fundamente enfraquecida.* É o grupo dos abúlicos ou hipobúlicos.

Observação dum caso de persistência da consciência do valor moral dos actos, com enfraquecimento da vontade (1):

Um rapaz, de 19 anos, filho duma mãe ninfomaníaca, foi recolhido em 1868, no asilo privado de Senavrette, em Milão, com sintomas de melancolia com recusa de alimentos. Dois meses após a entrada acusou um acesso furioso durante o qual se lançava por terra, dando punhadas e pontapés nos que se aproximassem. Estes acessos duravam pouco.

Cinco meses depois, bastante melhor, assistia a um pequeno concêrto no manicómio. Súbito, destaca-se para o meio da sala numa dança macabra, que os enfermeiros se preparavam para impedir quando o médico com o desejo de o observar deixou que fôsse até ao têrmo. A excitação continuou até que aproximando se do chefe da orquestra lhe pediu o violino assegurando que o sabia tânger. A partir dêste momento, vantajosa mudança se fêz no seu estado e quatro mezes após estava pronto para abandonar o estabelecimento.

---

(1) Bonfanti, *Ann. med. psych.*, tôm. VIII, pág. 267.

Antes da saída, interrogado pelo médico sôbre a sua doença, não só se lembrava das diversas fases, mas recordava-se perfeitamente de tôdas as particularidades, tais como a recusa de alimentos, suas momices, seu mutismo, suas fúrias, confessando que nesses momentos, não obstante o pleno conhecimento do que fazia, sentia-se incapaz de conduzir-se conforme manda a correcção.

A vontade, como energia executora das determinações da consciência, estava anulada ou enfraquecida.

*
* *

Conclui-se do que temos perscrutado que na luta contra o estímulo criminoso a consciência desenvolve no estado são ou mórbido energias psico-físicas em ordem a anular as fôrças da mesma natureza, desencadeadas pela tentação delituosa. Estas fôrças são de duas espécies: sensitiva e intelectual. Da sua entrada ou não em acção, oportuna, simultânea e conjugada, depende a existência ou não da responsabilidade.

No primeiro caso, a responsabilidade existe; no segundo, a responsabilidade é nula.

(Continua). SANTANA RODRIGUES.

PINTURA PORTUGUESA DO SÉCULO XVIII

NOTÍCIA DE ALGUNS QUADROS ANIMALISTAS DE BERNARDINO DA COSTA LEMOS, EXISTENTES NO MUSEU ZOOLÓGICO DE LISBOA

O nome de Bernardino da Costa Lemos aparece-nos por entre o entroviscado das notícias, que Cyrillo Volkmar Machado nos transmite na sua *Collecção de Memórias,* e numa insignificantíssima citação nas *Regras da Arte de Pintura* de Cunha Taborda.

Raczynski, no *Dictionaire Historique et Artistique*, acidentalmente fala dêste artista, mantendo a indiferença dos autores já designados, ao passo que, Pinheiro Chagas, para o seu *Diccionario Popular* continua a copiar as fontes utilizadas por Raczynski, acrescentando-lhe o que Innocêncio Francisco da Silva, no *Diccionario Bibliographico* nos diz, a propósito dum opúsculo da autoria de Costa Lemos.

A ligeira biografia inserida na primeira obra indicada, pouco ou nada nos transmite da arte do pintor, que foi discípulo de Joaquim Manuel da Rocha.

As referências que Volkmar Machado dedica a êste artista, limitam-se apenas a sete linhas, despidas de quaisquer apreciação crítica à sua obra, indicando como produções, alguns *paineis de cousas naturaes que estão na collecção de Mayne em Jesus,* uma *Conceição para a Igreja de Santo André, os Reis, e o Nascimento para debaixo do côro de Jesus,* e esta referência é como que um fecho à biografia

do pintor Manuel da Rocha, citando-lhe alguns discípulos.

Bernardino da Costa Lemos, não mereceu de Volkmar Machado uma lauda especial, em que o seu nome fôsse encabeçado a tipo gordo, como tantos outros que povoam o seu livro de memórias.

A figura imbecil de D. Joana Inácia, irmã do «bota abaixo», conhecida nos anais pinturescos pela Joana de Salitre, arrancou ao citado Volkmar algumas linhas mais, do que as dedicadas ao modesto Costa Lemos, quási tão iguorado como a sua terra natal, -- Pôrto de Mós.

Pelo seu escrito pode ver-se, que Cyrillo emparelhou figuras de merecimento muito desiguais, rasgando-se em prosa abundante, e salpicando com ela tanto a chocarrice de graça duvidosa de Francisco Xavier Lobo como o inclito Vieira Lusitano, alargando-se em retratar com a mesma sem-cerimónia a patetice de Francisco de Figueiredo ou o génio grave de Domingos António de Sequeira.

Se Bernardino da Costa Lemos foi um modesto pintor, se a sua figura apagada não devia figurar ao lado de outros que constituem por assim dizer a abóbada constelativa dos nossos artistas antepassados, para muitas e muitas figuras cujos nomes se registam nas páginas perduradouras das memórias, se usou da benevolência que um historiador seleccionador nunca deveria ter encetado nas fôlhas da sua crónica.

Ainda modernamente se faz uma apertada mescla com as competências do nosso mundo artístico, elevando-se uns, colocando-os a par dos mestres, esquecendo-se outros, trabalhadores honestos e de génio verdadeiro, que esfriam o seu entusiasmo na sombra húmida da indiferença e da modéstia.

Assim sucedeu a Bernardino da Costa Lemos.

Vindo do seu torrão natal, com fé na aptidão ainda inculta, procurou abrigo nos conselhos do mestre Joaquim

Manuel da Rocha (1), que lhe transmitiu algumas centelhas da arte que conspicuamente professava.

À medida que estudava o desenho e a pintura, procurava enriquecer o seu espírito no ramo literário e musical, ocupando-se mais tarde, — por 1805 ou 1806 — na composição dum opúsculo dedicado a seu filho.

Êste folheto em cujo frontispício se lê:

«*Reflexões de hum pai a seu filho sobre o mundo fysico, moral e civil para ser perfeito christão, e bom cidadão: com treze estampas alegoricas* (2), *inventadas, e deliniadas pelo seu author, o pintor Bernardino da Costa Lemos da villa de Porto de Mós offerecidas á devota sociedade do sagrado Lausprenme da cidade de Lisboa.*

Lisboa na impressão regia. Anno de 1806. Com licença de sua alteza Real».

É um pequeno escrito com pretensões filosóficas, bem composto, traduzindo uma sã e irredutível moral, em que o autor guia seu filho na conduta a manter perante a sociedade.

A linguagem simples mas insinuante, comove em muitas passagens o leitor, que perscruta na seqüência das frases, o fundo honrado e bom do temperamento que as concebeu. O filho, a quem dirige os conselhos, é bem um pedaço da sua alma inteligente, instruída, reflectida, querendo-o encaminhar pelo «rutos» da modéstia e do trabalho.

> «... esta he a verdadeira linguagem de hum pai a hum filho, e muito mais a hum rapaz, que principia a exercer os deveres da sociedade».

---

(1) O pintor Joaquim Manuel da Rocha nasceu em Lisboa a 18 de Janeiro do ano de 1727, e não de 1730 como a maioria dos seus biógrafos afirmam, tendo eu elementos necessários para o provar, o que farei num trabalho que dedico especialmente a êste artista.

(2) O exemplar que consultei na Biblioteca Nacional é desprovido de quaisquer gravuras.

Através as 23 páginas do opúsculo — fora a dedicatória e a introdução, — descobrimos as *nuances* desagradáveis que até ali assaltaram o seu autor.

Suscitando ao filho amor pela agricultura diz:

> «Esta grande arte he quem me abrio os olhos da razão, e me fez abater toda a vaidade, e desvanecimento.
>
> «Eu julgando que era só huma arte braçal!
>
> «Ella he mais delicada ao meu pensar: não são as theorias, que aqui trabalhão, mas sim a pratica e a experiência.
>
> «A minha bolsa foi victima de alguns absurdos da minha desvanecida imaginação, e me vi obrigado a ligar-me aos melhores génios, que achei naquela profissão.
>
> «Que admiraveis espiritos eu encontrei! despido de todo o ornato das escolas! Eu achei almas grandes, cheias de simplicidade e clareza». (Pág. 18).

Estas palavras deixam antever a necessidade que Costa Lemos teve, de recorrer ao ramo agrícola, para recompor a sua bolsa, sem dúvida depauperada; quanto aos «absurdos da sua imaginação», quais seriam eles? A pintura? Talvez.

Mais atrás, numa chamada — página 16 — falando das artes, mostra-se despeitado para com os mestres, pretendendo sem dúvida atingir Manuel da Rocha, seu professor; assim diz:

> «Desde o reinado do Senhor Rei D. José, os nossos Soberanos tem promovido as industrias para o estabelecimento das artes, sem verem o progresso da sua arreigação. Como podem ellas nesta parte florescerem se os seus professores as fazem odiosas»?

Talvez Costa Lemos atribuísse o insucesso da sua carreira artística, a seu mestre ou mestres, o certo, é que é sintomática a forma como Volkmar Machado o cita, e o quási esquecimento em que o deixa Cunha Taborda. Também Manuel da Rocha, como alguns factos da sua vida revelam, nem sempre foi muito escrupuloso na forma de proceder, a questão era supôr que lhe feriam os interêsses.

Assim Bernardino da Costa Lemos abandonou a pintura, não por falta de competência artística, mas segundo julgo, pela campanha depreciadora que os seus colegas lhe moveram.

Ao seu espírito culto, tenazmente honesto, repugnou os processos dissolventes daqueles que não souberam respeitar a rectidão do seu carácter, exilando-se na sua terra natal, onde faleceu, tendo por último desempenhado um cargo de escrivão judicial.

Desconheço a data do nascimento de Costa Lemos, como tão pouco conheço a do seu falecimento, mas será tarefa fácil de encetar; os arquivos paroquiais de Porto de Mós, cônsultados, hão-de falar.

Mas voltemos ao assunto principal da presente nota.

Após uma aprendizagem com o mestre Joaquim Manuel da Rocha, começou Costa Lemos por empreender acanhados vôos, esbarrando nas malhas do mau estar geral, tecidas pela intrigalheira política, causa esta, nunca desmentida na decadência das artes.

Com a manufactura de algumas obras se entreteve o Lemos, até que o padre frei José Mayne — que fôra confessor do rei D. Pedro e amigo do mestre Manuel da Rocha, — lhe encomendou uma série de quadros para a colecção de curiosidades de sciências naturais que era instituïdor (1).

---

(1) Estes quadros deveriam ter sido executados entre 1760 a 1792: a primeira das datas, marca o início da grande actividade intelectual de Fr. José de Jesus Maria Mayne, e a segunda, o ano da sua morte.

E pelo estudo dessas obras, que são onze, é que tentarei difinir um pouco mais a personalidade artística de Bernardino da Costa Lemos, que a-pesar-de não ser uma figura primacial na pintura portuguesa, marca contudo uma fase tanto mais curiosa, quanto é certo a quási negação que os nossos artistas têm sentido e sentem, pelo género animalista.

Como homenagem à terra que o viu nascer, usou Costa Lemos, como sigla uma mó, atributo característico de todos os seus trabalhos.

Ainda Volkmar Machado referindo-se aos quadros da colecção Mayne diz:

> «... tendo cada hum delles duas pequenas mós, que lhe servem como de firma, ou divisa».

Mas é inteiramente destituída de verdade a asserção das duas mós. Nos quadros presentes, nenhum é vinculado com mais de um destes atributos.

O material zoológico — pertença de frei Mayne — existente no convento de Jesus, foi mais tarde — 1858 — enviado para o Museu Zoológico de Lisboa, (Museu Bocage) sendo por essa altura que êste estabelecimento tomou conta dos quadros que dão origem ao presente apontamento.

*
* *

Os quadros, como ficou dito, reproduzem exemplares de fauna, sendo vulgar encontrarem-se os indivíduos representados, nos arredores de Lisboa, principalmente no Ribatejo.

As telas sem molduramento podem dividir-se em dois grupos, segundo as suas superfícies, exceptuando-se uma, a maior, a que primeiro vou referir-me para seguir a ordem das dimensões.

Primeiro, tela medindo, metros 0,74 × 0,57.

Ocupando quási todo o quadro, sôbre um fundo rochoso uma *cegonha* morta, ventre voltado para cima, membros inferiores hirtos, a cabeça seguindo sem torção o alongamento do pescoço; àsas graciosamente entreabertas.

A linha geral do exemplar, estende-se na diagonal que tem origem no vértice esquerdo da tela, ficando a cabeça em baixo, à direita, em completo perfil. O membro inferior esquerdo um pouco em abdução, projecta-se ligeiramente para o plano do fundo tocando quási o extremo da superfície; a ása direita, pela posição mais visível que a esquerda, dirige-se para cima sendo cortada pela linha de moldura.

A luz, caminhando de cima um pouco à sestra, como que vindo atravez um orifício, ilumina desigualmente a ave, incidindo à esquerda na região tóraxica, banhando um pouco a raiz da ása direita.

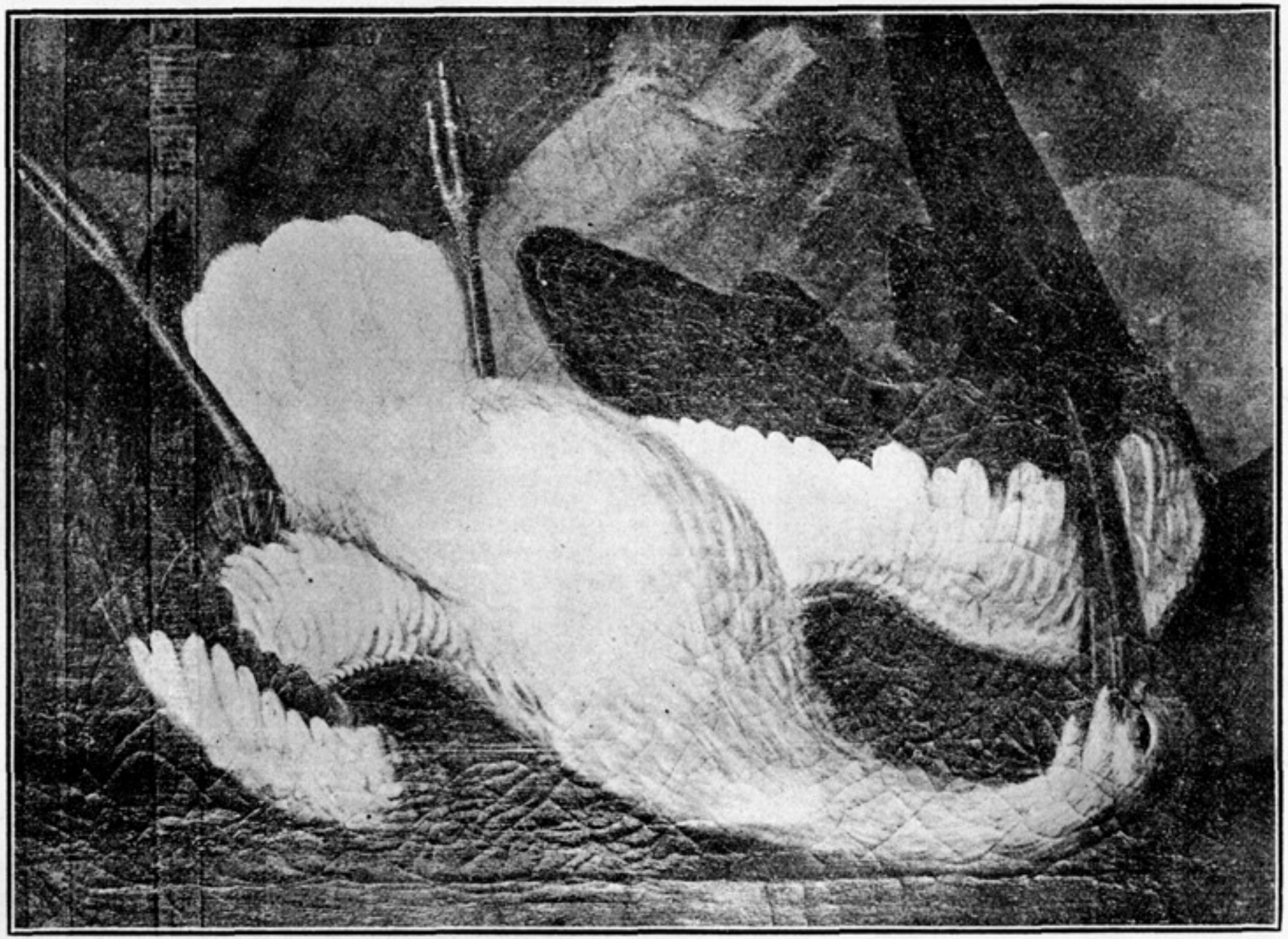
A tonalidade geral do quadro é agradável, sendo o claro-escuro bem distribuído. A plumagem é trabalhada com cuidado, sendo contudo mais para recomendar a modelação das àsas. O que dá uma nota um pouco discordante, é a posição dos tarsos-metatarsos e dos dedos, que não mantem a finura do restante, sendo mesmo executados com falta de interêsse.

Todo o conjunto indicado, sobressai por fortes contrastes, obedecendo aos artifícios adoptados então.

No plano do fundo, à direita a *mó,* timbro do artista, na qual se vê em caracteres sumidos a rúbrica do pintor, B. C. Lemos.

Como tive ocasião de dizer, êste quadro é o maior da colecção, seguindo-se mais dez, seis dos quais medindo igualmente metros, 0,685 × 0,465, e os restantes (quatro) metros 0,46 × 0,335.

Dos que têm maiores dimensões, encetamos a série, por uma tela representando um casal de *Camões* de bela pluma-



Fot. do Ex.mo Sr. E. Costa

CEGONHA

Quadro de B. C. Lemos

gem azul, finamente modelados, que em atitude airosa sulcam a margem de um regato.

Os animais são bem lançados, o desenho correcto, reproduzindo com felicidade a timidês que caracteriza êstes indivíduos; expressão viva, que fortemente contrasta com a monotonia da païsagem. Esta, compõe-se ùnicamente pelo segmento dum grande bloco de basalto, em que o artista pincelou obliquamente de espaço a espaço, traços sinuosos, mais carregados, para dar a fragosidade característica das aflorações desta natureza.

O terreno de um tom acastanhado escuro, deixa ver à direita a volta do ribeiro. A vegetação rara.

Como no quadro antecedente, à direita o emblema do autor, *a mó*, não rubricada.

Êste trabalho é bastante interessante e de difícil execução, pela plumagem dos exemplares oferecer poucos ou nenhuns contrastes, a não ser a mancha branca na parte posterior da cauda. As penas da cabeça e pescoço são indicadas com firme delicadeza, não podendo já dizer-se o mesmo dos pés, que sofrem do abandono notado no quadro atrás descrito.

Os fundos rochosos repetem-se, como teremos ocasião de ver, à medida que ante nós forem desfilando o grupo que me propuz registar, e dêste modo aparece-nos outra tela em que os personagens são *pato-adem* (fêmea) e um *câmão.*

O quadro tem por tonalidade geral uma côr escura, como a maioria dos desta colecção, vendo-se os exemplares representados, mortos, e em atitudes abandonadas. Os dois animais formam grupo, repousando o câmão, a cabeça no ventre do pato, que por sua vez a tem apoiado sôbre a àsa esquerda entre-aberta do primeiro.

A execução dêste trabalho corresponde bem à factura cuidadosa dos antecedentes, continuando os pés a ser a parte fraca da obra.

À esquerda a mó, sôbre a qual está a assinatura do artista.

Numa elevação pedregosa, duas *gralhas* (gralhas Calvas) ostentam o negrume dos seus revestimentos. Uma voltada à esquerda, empoleirada num calhau, mirando a limpidês do céu, a outra em posição inversa mas não em pedestal, debica em qualquer coisa oculta por um montículo verdejante, vendo-se à direita um troço da conhecida mó, com a rúbrica, B. C. Lemos.

Segue-se outro quadro.

Um *abtáure*, voltado á direita repousa sôbre um rochedo, margem dum largo rio.

Vegetação rara; assinatura à direita, sôbre uma mó pintada de vermelho.

Este quadro é para mim um dos mais fracos da colecção; atendendo as muitas dificuldades que a cópia dêste género apresenta, o exemplar está razoàvelmente observado, o manchado da plumagem, nas várias modalidades, é feito com cuidado, inclusivé os pés que são reproduzidos com interêsse.

O todo do quadro é que é feio, o ambiente que envolve a ave é sujo, não ajudando a sobressaïr o objectivo da cópia.

A extensa faixa de água que se observa, não tem transparência, sendo indicada com a mesma técnica das montanhas que ao fundo se recortam na atmosfera, a qual pintada com esfregaços, deixa ver à transparência o aparelho da tela. No primeiro plano à direita, por detrás da sobredita mó, qualquer vegetação aquática que compartilha da fealdade do restante.

Dos onze quadros a que me venho referindo, é êste o mais infeliz, pois a elegância do exemplar reproduzido, perde-se num conjunto triste, frio, excitando a nossa antipatia.

Obras melhores, bem melhores temos de Costa Lemos

algumas das quais feitas com um sentimento em que a alma do artista vibrou, procurando igualar a natureza na precisão, na côr e na forma.

Dos quadros que terminam o número dos exemplares medindo metros, 0,685×0,465, restam-nos descrever dois, sendo mamíferos os seus protagonistas.

Um deles, dá-nos a reprodução de magníficos especímenes, dois coelhos mortos, estendidos inversamente, ou seja um voltado para a direita outro para a esquerda.

O desenho dos animais é correcto, mantendo bem o tipo característico dêstes roedores. O colorido geral vive duma tonalidade terrosa, vendo-se em baixo no primeiro plano, pedras de côr avermelhada, irrompendo entre elas alguma vegetação. À esquerda a mó mas sem assinatura.

O outro quadro, representa duas *lebres*, sendo bastante inferior à execução do antecedente. A posição inclinada em que se vê um dos animais, numa quási diagonal, não é boa, como também o não é o desenho e colorido, tendo mesmo poucos detalhes felizes; só a cabeça de um dos animais, — que nos aparece por detrás do outro — tem muito de aproveitável. As orelhas vistas pela face posterior, são bem marcadas, sendo a modelação procurada com cuidado.

No último plano, à esquerda, junto a um grande bloco de pedra que por entre a negrura do fundo se adivinha, desenha-se a mó desta vez rubricada.

Para terminar vamos falar dos assuntos que preenchem os quadros mais pequenos, ou sejam aqueles cujas dimensões são de metros, 0,46×0,335.

Estas obrinhas formam o «clou» de tôda a colecção, pois são trabalhadas com um mimo e uma igualdade de interêsse que falha nos quadros maiores.

São quatro bons pedaços de pintura, que anos a anos — como os seus companheiros — dormiram o sono da indi-

ferença, nas arrecadações inóspitas do estabelecimento em que se encontram.

É ao actual director do Museu Zoológico, o Professor Dr. Artur Ricardo Jorge que se deve a reabilitação das referidas obras e a beneficiação que sofreram.

O primeiro quadrinho a que vou referir-me, é nem mais nem menos que um mimo, tanto pela composição como pela côr e desenho. É destas obras em que a vista se prende, fazendo-nos esquecer o que em nosso redor se passa, para admirarmos a suavidade dum ambiente fino, em que o artista pôs além de todos os recursos da sua técnica e observação, a maior delicadeza e sentimento.

Bastava esta obra, para colocar Bernardino da Costa Lemos num destaque que tão honestamente lhe pertencia se não fôra a malévola indiferença dos seus contemporâneos que, como no presente, em «coteries» se juntavam para eleger das nulidades que deveriam figurar junto áqueles a quem bajulavam.

Costa Lemos o infeliz artista de Pôrto de Mós, terá a sua reabilitação quando os críticos, ou coisa que os valha, repararem na sua obra, deixando para trás das costas os fumos de magna competência, que muitas vezes não possuem.

O quadro que vou citar, em qualquer museu de pintura teria um acolhimento de agrado digno de registar-se, constituindo uma meticulosa representação do nome do seu autor.

Bem sei, que o brilho desta obra, poderá ser um tanto ou quanto quebrantado em face da já indicada produção do artista, que sem dúvida alguma não é tão alevantada como a presente, mas não sejamos tão acérrimos para com o pintor dos *maçaricos riais.*

Artistas há, consignados a letras de oiro nos Anais das Belas Artes, que a sua glória foi devida sòmente ao aparecimento dum único dos seus trabalhos.

Casualmente a obra encontrada é a melhor do artista, e

aí temos todo o mundo interessado, agitando-se em cogitações fantasiosas, classificando o autor com os mais anchos epítetos, quando na verdade a restante produção se aparecesse, conservaria o entusiasmo numa fase menos aguda.

Sem dúvida sucederá assim com o Costa Lemos.

Se existisse sòmente o quadrinho dos maçaricos, nem a personalidade nem a obra seriam discutidas, tudo ía pelo melhor, mas a série dos seus trabalhos é de molde a suscitar áqueles que dizem mal, muitas reticências.

O quadro em questão reproduz dois *maçaricos riais,* mortos, um visto pelo lado dorsal outro pelo ventral. As aves repousam num terreno relvoso, limitado no primeiro plano por uma orla pedregosa; ao fundo um velho muro acinzentado, formado por blocos de pedra rectangulares; vindo de cima e apanhando o quadro pelo ângulo superior direito, uma corda que se perde a meia altura da tela.

À esquerda, encostada ao muro vê-se a mó rubricada.

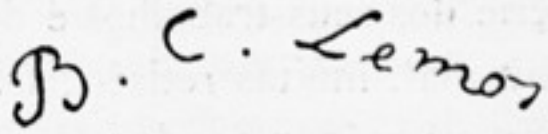
A execução desta obra é magnífica, a forma como estão trabalhadas as várias nuances da plumagem, as coberturas das ásas, a grande dificuldade técnica resolvida na factura do exemplar visto de dorso, não só pela razão de claro escuro, mas ainda pelo colorido das penas, tornam êste quadrinho, pode dizer-se, em relação aos restantes, a flor do rancho. A tonalidade geral do quadro é agradável, predominando em todo êle uma pátine verdosa.

Outro quadrinho também de grande interêsse, é um que representa duas *bequinhas.* A-pesar-da manufactura não revelar a firmeza do antecedente, o conjunto é harmonioso, podendo considerar-se um bom trabalho.

Um dos exemplares de ventre voltado para cima, mostra uma plumagem branca, fazendo-se a transição do claro-escuro com interêsse, indicando mais uma vez a proficiência do seu autor.

A outra ave estendida inversamente à primeira, mostra-se

um pouco de perfil, deixando ver o peito recamado de penas verdes que suavemente vão cambiando para a banda da cabeça, mostrando aqui um acinzentado transparente; fundo negro de rocha, repoisando os animais num terreno também escuro, orlando o primeiro plano, alguns fragmentos de pedras por onde rasteja escassa vegetação; em baixo à direita, como caída, a mó e sôbre ela a assinatura do artista.



Fac-simile da assinatura de B. C. Lemos

O terceiro quadro — que mantém a medida dos dois antecedentes, — retrata duas *poupas* em atitude viva, uma voltada à direita, vendo-se de perfil, a outra voltada inversamente, mostrando-se num pleno três-quartos. Fundo pedregoso, pisando os animais um chão liso, exceptuando o primeiro plano, que, como o quadro anterior é marginado por algumas pedras e não farta vegetação, não faltando à direita a tão já nossa conhecida mó, firmada com o B. C. Lemos.

Para terminar falta-nos registar um quadro em que um *algrivão* é o assunto. Exemplar morto, colocado à esquerda com a face ventral voltada para cima, mostrando as penas brancas da região indicada, misturando-se para o lado da cauda com uma tinta côr de café com leite, escurecendo opostamente até tomar uma tonalidade bastante negra.

O fundo em que o exemplar sobressai, é acentuadamente escuro, adivinhando-se uma folhagem, destacando-se à direita um velho tronco de árvore, do qual sai por uma fenda, um um pequeno lagarto; à esquerda sôbre um massiço de verdura repousa a mó em que o artista assinou. Mais no primeiro plano, indícios de qualquer vegetação.

A côr geral do quadro é um verde bastante espesso, vendo-se nêste ambiente, a plumagem clara da ave, tratada não com grande felicidade.

*
* *

De todos os painéis indicados, aquele que mais impressiona é sem dúvida alguma o dos *maçaricos,* os porquês já ficaram ditos, seguindo-se pela ordem da factura, as *bequinhas,* as *poupas,* os *camões*, a *cegonha,* o *pato* e o *câmão,* os *coelhos,* o *algrivão,* as *gralhas,* as *lebres,* fechando com o *abtáuro,* o mais infeliz.

Quizera alongar-me, tornar mais extensa esta despretenciosa nota, mas seria fastidioso, não encontrando mesmo vantagem em o fazer.

Há coisas em que só o exame directo pode elucidar, e êste assunto de quadros mais que qualquer outro. Por muito competente que seja o crítico, por maior expressão que empregue na forma de transmitir as suas observações, o que é certo, é que a idea nítida das coisas só se obtem depois dum contacto visual. Mesmo a emoção que cada indivíduo experimenta ao contemplar um determinado trabalho, não poderá ser suscitada pelo crítico que a-pesar-da imparcialidade e conhecimentos que possui, não pode furtar-se ao seu temperamento.

A observação conscenciosa duma obra de arte não deve depender de um único exame, a visão está sujeita às modalidades do estado individual do momento, tornando o espectador mais ou menos benévolo, conforme os pensamentos que o assaltam.

A opinião nestes casos deve necessitar sempre confirmação.

Foi utilizando êste critério que procurei esboçar, — embora toscamente — a descrição dos onze quadros, devidos à personalidade de Bernardino da Costa Lemos.

Júlio Jesus.

BIBLIOGRAFIA

Inês de Castro, pelo Doutor António de Vasconcelos.

O livro *Inês de Castro*, que o Doutor António de Vasconcelos, professor ilustre da Faculdade de Letras de Coimbra, acaba de publicar em belíssima edição de arte, da casa Marques Abreu, do Pôrto, poderia considerar-se, dentro de uma carreira literária que tôda se arroubou no amôr dos fastos conimbricenses, como que o fecho ou remate de abóbada, uma daquelas *chaves* discóides, cinzeladas, douradas e policromadas, que são a eflorescência, a quinta-essência da pedra, e sôbre as quais as armas ou divisa de um fundador asselam para os séculos um poder definido de orientação e realização.

Poderia considerar-se desta sorte porque, embora tenhamos direito a esperar mais trabalhos do autor, dificilmente qualquer dêles ultrapassará o que acaba de aparecer. Pelo interêsse do assunto, superioridade da ideação, equilíbrio orgânico e exaustão inquiritória, *Inês de Castro* marca, na obra do professor Vasconcelos, o ponto culminante.

¡E que operosidade magnífica a sua, desde a publicação da *Evolução do Culto de D. Isabel de Aragão*, há 34 anos!

Lente da extinta Faculdade de Teologia, liturgista distintíssimo, reorganizador do Museu Arqueológico, director um longo período do nosso velho *Instituto*, a que cada geração magistral empresta um pouco da sua alma, depois professor da Faculdade de Letras com que a República, num intuito de aproveitamento de valores e expansão cultural, dotou a cidade universitária — Faculdade que sob a sua energia imperturbável encontrou um comêço de estabilização material, hoje tornado esplendorosa realização —, mestre de história e suas ancilas libertadas, arqueologia, diplomática, epigrafia e esfragística, em 40 anos de labor o Doutor António de Vasconcelos soube talhar-se pelo valor e honestidade da sua acção intelectual uma posição inconfundível na história de Coimbra e da sua Universidade.

Penetrado de tradições humanistas, quis êle próprio, como um uni-

versitário coimbrão do tempo antigo, fazer da sua vida um exemplo de humanismo, e tal um prelado do renascimento que transitava da cátedra para o sólio e assinalava a sua passagem num e noutro scenário comentando os padres ou os filósofos e consagrando os templos que erigia ou engrandecia, o professor Vasconcelos completou a sua obra literária pela realização monumental, compondo epigrafes e carmes lapidares como ninguém mais fizera desde o século XVII, e edificando, fazendo colaborar nas suas construções o espírito orientador e a execução dos melhores artistas de Coimbra: Mestre Gonçalves, tracista e inspirador; João Machado, escultor da pedra; Lourenço de Almeida, modelador do ferro.

*
* *

Os amores de Inês de Castro, filha «nõ lydema» de dom Pedro de Castro, descendente de reis e mãe de infantes, com Pedro I de Portugal, encheram de turbações os meados do nosso século XIV e deixaram pelos campos da literatura e das artes plásticas, documentos e memórias imperecíveis.

Apaixonado pela aia de sua mulher, o herdeiro do reino, morta a espôsa, passa a «fazer marydança» com a formosa espanhola; aparecem cimentando a união, infantes e infantas; a influência dos irmãos de Inês, Fernando e Álvaro Pires de Castro, recresce no espírito do futuro monarca; ensombra-se a camarilha de Afonso IV, que se antevê suplantada no valimento do sucessor por estrangeiros; intrigas de côrte e de partidos assopram as ruins paixões; e a hedionda «razão de Estado» sacrifica em plena e radiosa maturidade a linda Inês, colo de garça real, cujo cadáver degolado o terreo de Santa Clara acolhe exangue em 8 de Janeiro de 1355.

E mais uma vez a paixão faz História, alçado o pendão da revolta e das lutas civis pelo filho exasperado até à loucura pela selvática determinação ou consentimento paterno...

Subido ao trono em 1357, desenrolada a vingança contra os responsáveis directos da morte de Inês, o rei faz apregoar em 1360 o seu casamento com a assassinada, realizado em Bragança sete anos antes, manda-lhe construir em Alcobaça um moimento rico e traslada-lhe o corpo de Santa Clara para o mosteiro cisterciense, em data incerta mas pouco posterior a 1361, e encomenda para si mausoléu idêntico, no qual após seu passamento no convento de S. Francisco de Estremoz, foi tumulado em 25 de Janeiro de 1367.

A narração preparatória e sumária dêstes sucessos, ligados à tragédia inesiana, constitui a primeira parte da obra do professor Vasconcelos. São cinco capítulos medidos, sóbrios, fundamentados, de boa história portuguesa.

*
* *

A segunda parte do livro é consagrada aos túmulos de Pedro e Inês. Cronistas reais e das ordens asseguram a data aproximada da feitura dêsses túmulos, entre os anos limites 1360-1367, e a sua colocação parelha na nave transeptal, voltados os tôpos da banda dos pés para o altar maior e as cabeceiras para o poente, conforme a orientação litúrgica.

Ali se conservaram alguns séculos, na veneração religiosa dos frades e na consideração da grei, que em Alcobaça admirava não só a poderosa abadia cisterciense, mas respeitava, como em Santa Cruz, um dos documentos vivos da fundação da nacionalidade e o mais representativo pelas abundantes memórias dêsse tempo nêle conservadas.

A *Crónica* de D. Pedro, de Fernão Lopes, revela-nos a situação primitiva dos túmulos, quando, referindo-se ao moimento de Inês, consigna que o mandou o rei «poer no moesteiro dalcobaça, nom aa emtrada hu jazem os Reis, mas dentro na egreija ha maão dereita, acerca da capella moor». Esta nota do velho cronista é duplamente curiosa, porque, além de localizar nitidamente os túmulos, confirma a regra da tumulação fora dos santuários nos séculos XII e XIII. Paralelamente, em Santa Cruz os reis jouveram no adro até à construção dos «enterramentos» manuelinos; em Paço de Sousa, as sepulturas de Egas Monis e dos filhos permaneceram na galilé do mosteiro até à destruïção seiscentista da «capela do corporal». As palavras «nom aa emtrada .. mas dentro da egreija», asseguram que as caixas e arquetas hoje reünidas na *Capela dos Túmulos* estiveram fora do templo, porventura sob um alpendre, ou abrigadas por nichos escavados na espessura das paredes, os quais são freqüentes nos santuários românicos e góticos.

Em 1781 estavam já os moimentos no mesmo local onde hoje se encontram, a darmos fé à notícia da visita que a raínha D. Maria I fêz nesse ano ao mosteiro, da autoria do cronista da Ordem, manuscrito curioso que tenho intenção de publicar nesta revista.

Ignoro se voltaram à igreja posteriormente a essa data.

Formidáveis pelas dimensões e pelo trabalho plástico, as duas caixas tumulares perpetuando a memória dos bons amantes documentam

também, pujantemente, a irradiação da arte gótica francesa do século de trezentos.

Gaguejou-se por artigos de jornal, em todos os compassos, que os túmulos eram arquitectura esculturada, numa ignorância completa de que precisamente o que caracteriza o século XIV é — dissociadas a arquitectura e a escultura, cuja íntima ligação produzira as maravilhas do gótico duzentista —, o predomínio das linhas da arquitectura e a moldura saliente. Como verdadeiras reduções monumentais, que são, os túmulos subordinam-se à orientação estilística dominante.

Frontais (os lados longos) e *faciais* (os tôpos) das arcas são revestidos de uma decoração complicada, constituída pela justaposição de uma série de ediculas fenestradas, com os pilares de ligação substituídos na parte inferior por encasamentos, umas e outros sobrepujados de gablêtes cogulhados, o restante das fachadas, até à arcaria que representa as cornijas, preenchido por motivos arquitectónicos repetidos, em especial *espelhos* lobulados, e por grupos escultóricos de pequenas dimensões. Sòmente no facial da sepultura de D. Pedro as ediculas são substituídas por uma *rosa* ou rosácea de figuras, que abrange todo o espaço; e no facial dos pés do moimento de Inês, um *Juizo Final* desenvolve em múltiplos scenários a ressurreição e o julgamento, com o apartamento dos bem-aventurados e precitos.

«Reconhece-se à primeira vista que ambos foram concebidos, delineados e executados pelo mesmo artista. Quem os concebeu e delineou, era simultâneamente poeta inspirado e desenhista de imaginação fecundíssima», afirma, e com razão, o professor Vasconcelos.

«A-pesar-da sua extranha magnificência, morfològicamente êsses túmulos integram-se, independentemente da nacionalidade do seu autor, escrevi a pág. 34 do meu livro *Três Túmulos*, tanto pelo número e forma dos ediculos, como pelo gôsto e disposição das arcarias cegas, dos óculos quadrilobulados e dos escudetes brasonados, na série que vem da sepultura de D. Denis, podendo nós considerá-los a mais formosa eflorescência de uma tradição formal peculiar ao sul desligada da evolução contemporânea de Coimbra».

Existe de facto em Portugal um grupo de monumentos ferais, de várias feições, cuja decoração se subordinou a esta disposição em ediculas largas, todos lavrados desde o fim do século XIII ao pleno século XIV: um frontal do Museu de Santarém, o túmulo do Museu do Carmo, réplica grosseira do real de Odivelas, o do Bispo D. Pedro IV de Évora, o de Fernão Gonçalves Cogominho, da Tôrre de Coelheiros, imitação popular do do Bispo e outros. Nenhum porém se aproxima, seja pelo nú-

mero de nichos seja pela importância do desenvolvimento plástico, aos dois túmulos reais de Alcobaça.

Sôbre as tampas dos sarcófagos, rebordadas de uma arcaria burilada entrecortada de escudetes heráldicos, de que também o túmulo de D. Denis mostra vestígios, jazem as figuras imponentes de Pedro e Inês, ambos vestidos e cingidos de manto e coroa real, acompanhado cada vulto por seis anjos: na campa de Inês dois amparando a cabeça, dois ladeando o colo e turibulando, o último par aconchegando a roupagem da cinta abaixo; na de D. Pedro todos distribuídos até meio do corpo, o derradeiro par incensando. E estas ligeiras diferenças multiplicam-se na decoração; em todos os pormenores o autor procurou variar posições e atitudes.

Mas, embora integrados numa tradição formal portuguesa que durava pelo menos há meio século, os túmulos não devem só por essa circunstância considerar-se portugueses, pois a escolha do dispositivo pode ter sido de imposição real, ou superior.

No citado livro *Três Túmulos* explanei como o século XIV deixou três tipos bem delimitados de arcas tumulares: o tipo em que a decoração envolvente se subordina a uma divisão em grandes ediculas, do qual já falei; o tipo de ediculas estreitas, cada qual reservada a sua figura, representado pelos sepulcros da Infanta Isabel, neta da Raínha Santa, e pelos de D. Isabel de Aragão, Arcebispo de Braga, D. Gonçalo Pereira, e Casal de Santarém, com prolongamento até começos do século XV (túmulo de Fernão Gomes de Góis, de Oliveira do Conde); e finalmente o tipo de decoração sôbre frontal unido com representações de caçadas, de que são belos exemplares as arcas ferais de D. Branca de Sousa e Conde D. Pedro, de S. João de Tarouca, a do Infante Fernão Sanches, filho de D. Denis, hoje no Carmo de Lisboa, com extensão até fins do século XIV, documentada pelo túmulo de Vasco Esteves de Gatus, que está em S. Francisco de Estremoz. Fóra alguns espécimes aberrantes, como o túmulo de grandes ediculos brasonados de D. Vataça, que representa um embelezamento dos frontais lisos decorados de escudos, tôda a sepulcrologia da primeira metade do século de trezentos se subordina aos modelos indicados.

¿Porque foi então escolhido o túmulo de D. Denis para ponto de partida, quando, documentando uma arte nova e em plena aceitação, haviam sido terminados poucos lustros antes os sepulcros da Raínha Santa e do Arcebispo D. Gonçalo? Devo responder, com tôda a simplicidade, que o ignoro.

*
* *

Quem conhece a arte românica portuguesa, sabe que o valor da sua estatuária é secundário, e que embora em certos monumentos o canteiro realizasse, no granito, e melhor ainda, no calcáreo, decorações e figuras de muita delicadeza, nem pela composição, nem pelo volume nos aproximamos da escultura da Alemanha, França e Espanha.

Do século XIII e começos do XIV, o grupo conimbricense — único conhecido e identificado — (incluindo o túmulo de Rodrigo Sanches, em Grijó), dos bispos da Sé, arca dos Mártires de Marrocos, do Museu e os capitéis do claustro de Celas (antigamente das Escolas Gerais de Coimbra, como o demonstrou o professor Vasconcelos), revela-nos o nível alcançado pela escultura monumental entre nós.

Pode passar-se dessas obras para o grupo trecentista das ediculas estreitas, que em Coimbra teve o seu foco de irradiação, sem admitir a presença de um estrangeiro que trouxesse a nova arte e a praticasse?

Como Mestre Gonçalves, eu penso que tal transformação só por influência exterior poderia realizar-se. Verificou-se certamente então em Portugal o que se renovou nos fins do século XV, em começos do século XVI, e ainda no meado da centúria de setecentos.

Uma arte estrangeira, trazida por estrangeiros, expande-se em determinadas regiões do país, conquista os favores dos poderosos, inicia discípulos e firma-se num ciclo de obras regionais, com avançadas de encomendas até pontos mais ou menos distantes. É o que aconteceu com a talha flamenga, renana e borgonhesa do fim do século XV, trazida por flamengos, renanos e borguinhões; é o que sucedeu com o renascimento francês da Normandia, trazido por um normando de Ruão; é o que se passou mais tarde com a escultura italiana de Giusti.

Estes exemplos, que poderia multiplicar, o que não é necessário agora; a certeza de que anteriormente nada havia na nossa arte que deixasse antever a eflorescência trecentista coimbrã, e ainda a contemporaneidade dessa feição plástica com as suas émulas estrangeiras, leva-me à crença de uma acessão estrangeira. Tratando se de uma evolução nacional haveriam de encontrar-se as manifestações transitivas, ou uma cronologia retardada para as suas peças, o que não se dá.

Tenho de alongar-me ainda sôbre êste ponto porque os que defendem a autoria portuguesa dos túmulos de Alcobaça, aduzem como argumento comprovativo da nossa capacidade de realização, ao tempo, o exemplo do sepulcro de D. Gonçalo Pereira.

¿Mas porque se afirma que esse túmulo de D. Gonçalo Pereira, do agrupamento de ediculas estreitas, é obra de artistas portugueses?

Há poucos anos o director da Biblioteca Pública de Braga, Dr. Alberto Feio, descobriu um documento datado de 11 de Junho 1334, pelo qual D. Gonçalo Pereira contratava a feitura do seu túmulo. Nêle, «Mestre Pero, morador em Coimbra e Tello Garcia, morador em Lisboa, *mestres das imagens* obrigam-se por pessoas e bens a fazer e a acabar a D. Gonçalo, arcebispo de Braga, *um moimento e sua coberta, que devem laurar, aperfazer e afigurar, assi de figuras como de signaes, por aquela guisa que o arcebispo mandar*».

Tendo dado conhecimento dêste contrato e dos nomes dos escultores a uma pessoa das suas relações, o sr. José de Figueiredo, êsse transmitiu imediatamente o facto ao sr. Reinaldo dos Santos, que o aproveitou de seguida em artigos na *Lusitania* e no *Guia de Portugal*, saído em 1925.

A descoberta do sr. Dr. Alberto Feio, escreve-se a págs. 96 do vol. I dessa obra, «nacionalizando a obra maxima, nacionaliza todo o ciclo a que ela pertence e de que é fructo amadurecido...».

Assim foi lançada a correr mundo a afirmação da autoria portuguesa do sepulcro de D. Gonçalo Pereira.

Mas logo em Junho dêsse ano, o director da Biblioteca de Braga, apresentando ao Congresso Luso-espanhol de Sciências realizado em Coimbra, uma comunicação, intitulada — *Dois sepulcros medievais e seus artistas*, que publicou em «Biblos» (n.os 8 e 9), insurge-se contra as conclusões que se pretendem tirar do seu documento.

«O sr. Reinaldo dos Santos supõe a existência duma grande tradição escultural entre nós, estribando-se, para isso, na hipótese de que são portugueses os artistas do túmulo de D. Gonçalo, e atribuindo-me tal afirmativa (V. *Guia de Portugal*). Ora a verdade é que pela primeira vez agora, faço a revelação de tais artistas, devendo a informação dada ao ilustre crítico sofrer de natural equívoco, nascido de qualquer simples conserva. O ponto de vista do sr. Reinaldo dos Santos é, sem dúvida, mais simpático, mas carece de demonstração para ter o devido aceite em sciência histórica».

Para mim, Mestre Pero e Telo Garcia são espanhóis. Mestre Pero com tôda a certeza; e Telo Garcia com tôda a probabilidade. Percorrendo o *Diccionario dos Arquitectos*, de Sousa Viterbo, não se encontram artistas portugueses designados apenas pelo nome; e o único Mestre Pero que ali figura é um mestre de pedraria do tempo de D. Duarte e Afonso V, castelhano. Os Garcia são também, em maioria, espanhóis.

O facto de aparecerem como moradores em Coimbra e Lisboa, não constitui objecção séria. Como residentes nas mesmas cidades figuram em documentos Mestre Olivier e João de Utrecht, sem que ambos deixem de ser neerlandeses.

Postas de parte as razões que justificavam a autoria portuguesa do túmulo de D. Gonçalo, desaparece o grande argumento justificativo da autoria portuguesa dos túmulos de Alcobaça, que no campo da escultura trecentista em Portugal surgem como obras primas sem precedentes. De facto, o mestre dos túmulos alcobacenses nenhuma ligação mostra com os escultores dos sepulcros de ediculas estreitas, como se encontra apartado de outras boas obras do século XIV, tais as sepulturas de Fernão Sanches ou do Bispo de Évora, D. Pedro. A aproximação de obras como os túmulos de Gonçalo e D. Pedro só pode ser feita por quem ignore as noções mais elementares da arte medieval.

São certamente de estrangeiros os túmulos alcobacenses.

Tudo estrangeiro, afinal, pensará o leitor, prevenido ou despreocupado...

Porque não? ¿Não foram estrangeiros os entalhadores de madeira do fim do século XV e começos do XVI? ¡Não se seguiu a esta camada a dos escultores em pedra do princípio de quinhentos (sem contar Sansovino) Machin, Chanterene, os Castilhos, Ruão, Hodart e tantos mais! ¡Não vieram em ondas, cada qual com a sua feição artística, a cinco, a dez, a vinte anos de diferença uns dos outros, paralelamente por vezes mas com artes diversas, revelando personalismos ou tradições de oficina!

A autoria francesa dos túmulos de Alcobaça tem sido geralmente aceite. Walter Crum Watson escrevia em 1908, a pág. 77 do seu livro admirável — *Portuguese Architecture:*

«There seems to be no record as to who worked or designed these tombs, but there can be little or no doubt that he was a Frenchman, the whole feeling, alike of the architectural detail and the figures themselves, is absolutely French; there had been no previous figure sculpture in the country in any way good enough to lead up to the skill in design and in execution here shown...».

Em 1924 o sr. Reinaldo dos Santos, a pág. 84 do 1.º fascículo da *Lusitania,* escrevia que o estilo da estatuária jacente e das figurinhas da rosácea dos túmulos de Alcobaça, reflectiam a arte francesa e mais particularmente a de Reims, acrescentando que o mestre de Alcobaça, sem afinidades com a nossa tradição medieval fôra, ou um francês que trabalhara em Espanha, ou menos provàvelmente um espanhol educado na arte francesa.

No prefácio que escreveu para o livro *Inês de Castro*, Mestre António Augusto Gonçalves deixou consignada, em breves frases, a sua opinião sôbre o assunto:

«A atribuïção da naturalidade portuguesa a esta obra inconfundível e única, é de tal maneira exorbitante e inadmissível, que chega a ser absurda...».

Em comentário a esta nota prefacial, o sr. José de Figueiredo proclamou na Academia de Lisboa a autoria portuguesa dos túmulos, apoiando-se numa carta que obtivera de Emílio Mâle, e nas opiniões (verbais?) dos srs. Réau e Gillet. Ora a carta de Mâle, publicada no volume 2.º do *Guia de Portugal* a propósito de Alcobaça, não repele formalmente a autoria francesa; e neste assunto os pareceres dos srs. Réau e Gillet têm um valor secundário, como de mínima importância é a opinião pessoal do sr. José de Figueiredo sôbre o caso.

O que tem uma importância capital no assunto é a demonstração do isolamento em que os túmulos de Alcobaça permaneceram na obra plástica contemporânea em Portugal.

O sr. Reinaldo dos Santos afirma que o túmulo de D. Fernando, do Museu do Carmo de Lisboa, traduz a influência, se não da mão, pelo menos da oficina do mestre admirável de Alcobaça; e considera um baixo-relêvo da *Natividade*, da Atouguia da Baleia, como pertencendo ao mesmo ciclo de influências.

Por mim nada encontro no túmulo fernandino — a não ser a excessiva moldura ção, típica do século XIV — de comum com, ou derivado, dos sepulcros de Alcobaça; e o baixo-relêvo, pela deficiente fotografia que dêle aparece no *Guia*, parece-me estar nas mesmas condições. Na imaginária avulsa nada também revela a influência alcobacense. De resto, para reconhecer o que os artistas portugueses eram capazes de fazer, imitando o aparato dos túmulos reais de Pedro e Inês, basta-nos olhar os fragmentos do frontal da sepultura de um bispo conimbricense, recolhidos e expostos no Museu Machado de Castro, e a que se referiu na *Estatuária Lapidar* o professor António Augusto Gonçalves.

*
* *

Um dos capítulos mais importantes da obra do Doutor António de Vasconcelos é, indubitàvelmente, o da identificação das composições que decoram os dois túmulos.

No sarcófago de Inês os doze nichos dos frontais e todo o facial

da cabeceira são ocupados por scenas do Novo-Testamento, com a história de Jesus-Cristo; as ediculas pilastrais abrigam estatuetas de hagiógrafos do Antigo-Testamento; as catorze ediculas do friso do frontal da esquerda contêm jovens músicos, e as doze da direita cada qual seu apóstolo; e no facial dos pés desenrolam-se as figurações sobrepostas de um *Juizo Final.*

No sepulcro de D. Pedro ocupam os grandes nichos dos frontais episódios da lenda de S. Bartolomeu Apóstolo; e sob as arcarias frisais, nos compartimentos da rosácea da cabeceira e nas ediculas do facial dos pés, encontramos passagens da tragédia do Paço de Santa Clara e alusões à vida do monarca.

Facto raro, mas não único na escultura tumular medieva; houve a intenção de representar nos moimentos scenas vivídas dos amores e da paixão de Inês!

Que eu saiba, o primeiro autor que deixou consignada a opinião, pessoal ou corrente em seu tempo, de que a plástica dos sepulcros se relacionava com os amores reais, foi Raczynski, que a pág. 455 de *Les Arts en Portugal* (Paris, 1846), no capítulo *Itineraire,* escreveu:

«Les tombes son richement ornées de sculptures représentant des évenements de la vie de dom Pedro et d'Inez...».

Em 1910 Vieira Natividade, o moderno e devotado cronista da terra e das cousas alcobacenses, lançou a público, sob o título *Ignez de Castro e Pedro o Crú perante a iconografia dos seus túmulos,* uma apreciação do conjunto iconográfico interpretando as scenas da rosácea e aludindo às do friso, em que, sem especificar, supôs figurarem personagens da família real.

Em *Inês de Castro* o professor Vasconcelos confirma, rectifica ou alarga consideràvelmente as conclusões dessa tentativa; e pelo estudo cuidadosíssimo, exaustivo, das figurações e das fontes, chega à certeza de que, além de documentos da melhor arte do tempo, os túmulos são também documentos históricos inestimáveis, e que aos seus dados iconográficos se cingiu o cronista Fernão Lopes quando escreveu a *Crónica de D. Pedro.*

Não acompanharemos o autor na identificação das composições espalhadas pelos recessos da rosácea e dos frisos, pela fenestragem peribolar e pelas testeiras lavradas, na rebusca das scenas de amôr, de paixão, de violência, de morte e de além-campa com que os plastífices traduziram a versão oficial da tragédia inesiana. Mas há que dizer que essa interpretação é a mais completa e fundamentada que até agora apareceu.

Conclui o admirável trabalho do professor António de Vasconcelos

com o estudo das lendas antigas e modernas que floriram sôbre a terra empapada do sangue de Inês. O descobrimento da verdadeira *Fonte dos Amores* e sua localização, bastariam para dar um particular merecimento a esta última parte do livro, tão cheio aliás de constatações e pontos de vista originais.

VERGÍLIO CORREIA.

VÁRIA

Juízos críticos sôbre a reedição do *Diálogo de Doctrina Cristiana de* Juan de Valdés (1).

V

L'érasmisme en Espagne

À la Bibliothèque Nationale de Lisbonne, M. Marcel Bataillon a mis la main sur un exemplaire, probablement unique, d'un ouvrage d'importance capitale pour l'étude, à la fois, de l'érasmisme espagnol et de la pensée valdésienne : le *Diálogo de Doctrina Cristiana*. Il nous en donne un fac-similé excellent, précédé d'une introduction substantielle. Et il profite de l'occasion pour poursuivre une œuvre qu'il a déjà commencée dans une étude critique insérée dans l'*Homenaje a Menendez Pidal* (Madrid, 1924) : la séparation nette de ces deux jumeaux de la Réforme espagnole, Alonso et Juan de Valdès. Si l'on veut voir à quel point ce travail s'imposait, qu'on lise par exemple dans la première partie de la *Réforme en Italie* de Rodocanachi (Paris, 1920, p. 223 et sqq). La biographie de Valdès, agrémentée de toutes les erreurs et de toutes les incertitudes traditionelles. Déjà, M. Bataillon, en 1924, a montré sur quelle confusion reposait l'attribution à Juan du *Diálogo de Mercurio y Caron* qui est d'Alonso. Aujourd'hui, en étudiant le *Diálogo de Doctrina Cristiana*, qui est de Juan, il restitue avec bonheur la physionomie religieuse et intellectuelle de l'auteur de l'*Alfabeto* et des *Considerazioni* dont on sait le rôle et l'action en Italie sur tant d'esprits d'élite.

L'Introduction est pleine de choses. Sur les illuminés de Nouvelle-Castille et «leur petite église qui n'a pas rompu avec la grande»; sur la tactique de l'Inquisition établissant adroitement la double égalité : erreurs des érasmisants — erreurs des illuminés; mais erreurs des illuminés — erreurs des luthériens; sur l'Université d'Alcala, foyer actif de l'éras-

---

(1) Cont. do n.º 4, pág. 540.

misme espagnol, centre de ralliement de ces théologiens érasmisants parmi lesquels fut conçu, écrit, remanié et finalement publié en 1529 le *Diálogo;* sur l'influence de Luther et des écrits luthériens en Espagne, on y trouvera des renseignements précis, souvent originaux, toujours soigneusement contrôlés. Mais surtout, je goûte énormément l'esprit qui, d'un bout à l'autre, anime ces pages très denses et très nourries. Il est tout de finesse, à la fois, et de parfaite justesse. Sur Érasme, sur le caractère de son œuvre, sur la nature et les limites de son influence, M. Bataillon exprime avec un bonheur d'expression constant, des idées très nuancées et très précises qui attestent un bon et vrai connaisseur de la pensée religieuse de ce grand Père de l'Église du XVI^e^ siècle: d'une Église érasmienne et toute humanisée, s'entend. Sans doute, j'aimerais discuter avec M. Bataillon certains des termes qu'il emploie, p. 101: qu'il faille observer Érasme «sur ses limites», d'accord: sur la triple frontière où il combat contre las moines mendiants; contre les luthériens; contre les humanistes formels: oui, voilà qui est très bien vu. Mais que les luthériens soient scandalisés «par son semi-pelagranisme et sa critique sans révolte», la formule me paraît un peu maigre. Il y a autre chose encore, et de plus fondamental, de plus intime, dans le *Du bist nicht fromm* de Luther; et, puisque, quelques lignes plus haut, M. Bataillon rappelait l'opposition de saint Jérôme et de saint Augustin remise en vigueur par les hommes de ce temps, j'aurais aimé qu'il nous rappelle ici, précisément, la solidarité qu'établit Luther, dans sa haine perspicace, entre Érasme et Jérôme, les ennemis mortels de Luther et d'Augustin. Quant aux purs humanistes? Des gens épris de perfection formelle et creuse: oui; mais pour certains d'entre eux, n'y avait-il pas autre chose au fond de leurs attaques contre Érasme? et M. Bataillon tient-il pour négligeable complètement la thèse d'H. Busson sur l'inquiétant contenu dogmatique du cicéronianisme d'un Dolet et de bien d'autres? Mais ceci dit, M. Bataillon se meut avec une singulière aisance au milieu de la pensée religieuse des hommes de ce temps. On a plaisir à le suivre. On apprécie, on aime dans son Introduction des qualités toujours rares, et plus rares aujourd'hui semble-t-il, que jamais: liberté de jugement, goût des réalités intérieures, découverts et pénétrés sous les apparences formelles; sympathie intelligente et profonde pour les hommes et les idées. Il faut tout cela pour poser tant

---

(1) Juan de Valdès, *Diálogo de Doctrina Cristiana*, repr. en fac-similè avec une Introduction et des notes par Marcel Bataillon. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925, CVIII-323 p., in-8.°

de délicats problèmes de psychologie religieuse que M. Bataillon aborde dans le meilleur esprit. Et comme il a raison de réagir contre un dogmatisme grossier, de proclamer qu'il faut à tout prix éviter «de se représenter Valdès comme ayant passé par une phase érasmienne, suivie d'une phase luthérienne» (1). Toutes les raisons qu'il donne pour écarter de si épaisses façons de se représenter les libres movements d'âmes délicates et sensibles, sont excellentes; excellent tout ce qu'il dit du véritable rôle que remplit dans la vie religieuse de Valdès, la pensée et l'exemple fécondant d'Érasme. Quel beau sujet d'études, au demeurant, cet érasmisme espagnol si puissant à la fois et si précaire? Nous attendons, avec une impatience confiante, les études que nous donnera M. Bataillon sur ce grand chapitre d'une histoire intellectuelle et religieuse singulièrement vivante et tragique.

LUCIEN FEBVRE.

(Extrait de la *Revue de Sinthèse Historique,* Tome XL).

VI

Juan de Valdès et la Réformation en Espagne

L'Histoire de la Réformation en Espagne est très mal connue du grand public religieux : pour qui donc aurait-elle un intérêt direct, actuel, polémique? Ce fut un beau mouvement, mais sans lendemain, sans héritier; la littérature religieuse qui l'exprima a disparu presque entièrement : elle n'est d'ailleurs à l'origine d'aucune école théologique; jamais une Eglise ne revendiquera, pour les honorer et s'en glorifier, les martyrs de la Réforme espagnole.

---

(1) Bonnes indications, p. 124, sur l'influence luthérienne en Espagne. Mais ne pas oublier que les livres de Luther, combien d'Espagnols qui voyageaient comme on voyageait au XVI^e^ siècle, avec une extrême fréquence, ont pu les voir hors d'Espagne. Si Ferdinand Colomb rapport de Lyon tant de curieuses plaquettes dévotes — quelques-unes contenant des œuvres de polémique entre les luthériens, — il est permis de penser qu'en hantant les libraires de la rue Mercière, il a pu lire quelques-unes des œuvres latines du D^r^ Martin, reproduites abondamment par les presses de Bâle. Celui-là et combien d'autres comme lui? Mais sur le fond nous sommes parfaitement d'accord avec M. Bataillon.

Cette indifférence — car c'est bien cela dont il s'agit — est regrettable : le seizième siècle espagnol est une époque d'intense vie religieuse : alors vécurent Juan d'Avila, plus tard Jean de la Croix (mort en 1591), Ignace de Loyola ; l'influence d'Erasme y fut grande, de même celle de Luther, et l'histoire du mouvement protestant espagnol est étroitement mêlée à celle de la grande renaissance mystique et intellectuelle. En outre, l'influence des émigrants espagnols quittant leur pays devant l'Inqusition fut peut-être plus grande qu'on ne le croit : ont sait le rôle que jouèrent dans la formation de la pensée protestante les réfugiés italiens (soit Occhino, soit P. Martyr Vermigli ou Zanchi). Servet était Espagnol — sans rapport connu, il est vrai, avec le mouvement protestant; la communauté espagnole de Londres fut accusée d'antitrinitarisme. Dans un autre sens, on sait l'influence de Juan de Valdès à Naples : il fut l'inspirateur de la plupart des hommes de la Réforme italienne (Paleario, Flaminio, P. Martyr, Occhino). Ainsi la Réforme espagnole n'est pas dénuée de toute importance.

On trouvera une bonne iutroduction à cette histoire dans l'*Encyclopédie des Sciences religieuses* à l'article *Espagne,* dû à M. Eug. Stern, ou dans la *Real Encyclopedie für protest. Theol. und Kirche,* art. *Spanien,* par Schäfer (1906).

À vrai dire, il est inexact de parler de Protestantisme espagnol : les mystiques espagnols, les *Illuminati, Alumbrados,* condamnés en 1525, et les Erasmiens représentent deux courants de pensée religieuse : les premiers sont à la recherche d'une communion directe avec Dieu, s'abimant dans la vie intérieure ; les seconds veulent développer la culture humaine et aspirent à remplacer le formalisme catholique par une religion libre, pure, la religion de l'esprit ; les Erasmiens se recrutent dans les milieux universitaires, Salamanque, Alcala-de-Henarès, et parmi les élèves du célèbre humaniste P. Martyr d'Anghiera ; l'*Enchiridion* et quelques *Colloques* d'Erasme sont traduits en castillan. C'est dans ces milieux, parmi les Illuminés et les Erasmiens que les traités de Luther rencontrèrent un accueil enthousiaste et souvent une adhésion entière. Beaucoup d'hommes distingués, dépassant le mysticisme ou la religion un peu facile d'Erasme, professerent les croyances nettement protestantes : tels Juan de Valdès à Alcala, Constantino Ponce de la Fuente à Séville, Francisco Enzinas à Burgos, etc. Il n'y eut jamais d'Eglise réformée espagnole, sinon quelques groupes isolés dans certaines villes : l'Inquisition, plus puissante en Espagne que partout ailleurs, combattit cruellement les progrès de la nouvelle doctrine : plusieurs partisans des idées luthériennes prirent la fuite (Juan de Valdès, Juan Perez, Francisco Enzinas),

d'autres moururent martyres : Juan Gil, Julien Hernandez, le petit correcteur d'imprimerie devenu colporteur et brûlé à Séville en 1560, et bien d'autres ; quelques-uns se rétractèrent.

Parmi les premiers et les plus enthousiastes disciples d'Erasme, on peut compter les deux frères Alonso et Juan de Valdès. Le premier, secrétaire à la chancellerie impériale, resta jusqu'à sa mort fidèle à son maître ; il ne fut pas inquiété pour ses opinions ; son frère dut quitter l'Espagne vers 1530 et se réfugia à Naples : il y fut le centre d'un cercle sympathique aux idées nouvelles, où se rencontraient les chefs du mouvement réformateur en Italie et plusieurs grandes dames que préoccupait la question religieuse : Olympia Morata, Vittoria Colonna, Giulia Gonzaga, etc. On connaissait de lui, outre un ouvrage de linguistique, deux traités théologiques : l'*Alfabeto Cristiano* et les *110 divine considerazioni*, et des commentaires bibliques, toutes œuvres posthumes. On le savait auteur d'un *Dialogo de Doctrina Cristiana*, édité à Alcala en 1529 et mentionné sur des index, mais on n'avait retrouvé aucun exemplaire de ce traité.

M. le professeur M. Bataillon (1), après de longues et persévérantes recherches, a découvert à la Bibliothèque Nationale de Lisbonne un exemplaire de l'ouvrage disparu ; il en a donné une reproduction intégrale en fac-similé, précédée d'une longue introduction en français (200 p.), et de notes. Cette introduction est d'un grand intérêt : Juan de Valdès est replacé dans son milieu ; l'illuminisme et l'érasmisme sont brièvement étudiés ; on nous conte l'histoire du *Dialogo* devant l'Inquisition. Enfin l'analyse de l'œuvre permet — si l'on n'a pas le courage d'affronter le texte espagnol lui-même — de se rendre compte des idées de l'auteur. Juan de Valdès, nous l'avons dit, a dépassé la Religion spirituelle d'Erasme ; son expérience est toute proche de celle de Luther : sentiment profond du péché, exigences absolues de la loi, justification ramenée exclusivement à la foi, humble soumission à la volonté de Dieu. Le problème de la prédestination qui sépara Luther et Erasme n'intéresse pas Valdès : il n'aborde que des problèmes pratiques, évitant les abîmes de la spéculation.

Valdès subit-il l'influence de Luther ? La question ne paraît pas claire, et M. Bataillon n'y donne pas de réponse nette : sans doute les

---

(1) M. M. Bataillon a, entre autres, traduit une collection de 5 essais de M. Unanumo : *L'Essence de l'Espagne* (collect. d'aut. étrangers, Plon. 1923). On y trouvera une étude sur le Mysticisme et l'humanisme.

Alumbrados que Valdès avaient fréquentés opposaient-ils eux aussi la foi aux œuvres, mais ce qu'ils appelaient foi parait bien plutôt un abandon en Dieu que la confiance active et sûre d'elle-même du Réformateur saxon; les écrits de Luther, du moins certains d'entre eux, et des plus importants, étaient connus en Espagne, et toute l'ambiance intellectuelle devait être imprégnée, si j'ose dire, d'idées luthériennes.

Jean Valdès ne rompit jamais avec Rome : à Naples, on n'osa guère l'inquiéter pour ses opinions et il n'eut jamais l'occasion d'afficher des thèses ou de brûler une bulle; il ne la chercha pas : son influence, très réelle, était cachée, secrète presque; plusieurs de ses disciples quittèrent l'Eglise catholique sans qu'il en vît la nécessité pour lui même. De là peut-être ce qu'il y a d'un peu vague et imprécis dans sa doctrine : il a parlé pour des gens très distingués, plus passionnés d'idées que d'action.

On pourrait discuter à perte de vue pour savoir si Valdès mérite le nom de protestant; si l'on a le droit de l'appeler encore catholique; si l'on peut être catholique avec des idées protestantes ou protestant sans rompre avec Rome. Ce sont là des jeux de mots : dans la première moitié du XVI^e^ siècle, les partis ne s'opposent pas comme ils le feront plus tard. Beaucoup de bons esprits ne surent pas s'ils étaient de Rome ou de Wittemberg : ce fut l'Inquisition, puis le Concile de Trente qui contraignirent les hésitants à prendre parti; et ce fut aussi la fixation de la doctrine protestante (vers 1525 en Allemagne, 1550 dans les pays latins) qui donna un sens précis aux mots de luthérien et de réformé.

Nous voici loin de Juan de Valdès : revenons-y pour remercier M. Bataillon de son livre si intéressant et pour en recommander la lecture à ceux qui désirent élargir leur horizon.

R. CENTLIVRES.

(Extrait de la Revue *Foi et Vie*, N.° 12, Juin, 1927).

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem os seguintes livros oferecidos ao Instituto de Coimbra:

Pensieri — Un libro per tutti, por Francesco Orestano, Roma 5.ª ed. 1924.

Leonardo da Vinci, pelo mesmo, Roma, 1919.

La Conflagrazione spirituale e altri studi e discorsi sulla guerra, pelo mesmo, Roma, 1919.

Prolegomeni alla scienza del bene e del male, pelo mesmo, Roma, 1915.

Nuovi Princìpi, pelo mesmo, 1925.

La Matematica moderna e la filosofia, pelo mesmo, Roma, 1924.

Tercera parte de Guzman de Alfarache, de Féliz Machado da Silva, Marquês de Montebelo — Herausgegeben von Gerhard Moldenhauer, Nova York, Paris 1927.

Menschen und Zeiten:

— *Inês de Castro,* Roman von Otfrid von Hanstein, Leipzig, s. d.
— *Rulawer der Fräumer,* id., id.
— *Sintflut,* id., id.
— *Semiramis,* id., id.
— *Ayischa,* id., id.
— *Raisuli Sultan der Berge,* pelo mesmo, Leipzig, 1924.
— *Der blutrote Strom,* pelo mesmo, Leipzig, 1925.
— *Die Feuer von Tenochtillan,* pelo mesmo, Leipzig, 1925.
— *Die Sonnen jungfrau,* pelo mesmo Stuttgart e Berlim, 1922.
— *Deutschlands Freunde im sonnigen Süden,* pelo mesmo, Dresden, s. d.
— *Vier Wochen Orient,* pelo mesmo, Bremen, s. d.
— *Die Welt des Inka,* pelo mesmo, Dresden, 1925.

Viriato, por Adolf Schulten. Vertido do alemão por Alfredo Ataíde. Renascença Portuguesa, Pôrto, s. d.

El Ultimo Evangelio, por R. Perez Alfonseca, Havana, 1927.

A Morgadinha do Valongo, Novela por Manuel da Câmara. Pôrto, s. d.

Amar! Sofrer! Versos por José Forbes Costa, Pôrto, 1920.

Questões de Higiene Social (*Na Escola e na Oficina*), por José Coelho d'Andrade, Pôrto, 1927.

Varanda de Pilatos, Romance por Vitorino Nemésio, Lisboa, s. d.

Esfinge, Versos por António Carvalhal, Pôrto, 1927.

Acta Bibliothecae R. Universatis Upsaliensis, vol. II. *Symbola Litteraria*, Upsal, 1927.

A Philosophia do Petroleo no México, por Artur Guimarães, Rio de Janeiro, 1928.

Origem das Relações entre os Portugueses e os Japoneses, Sociedade Luso-Japonesa, Tokio, MCMXXVII.

Velhos de Barbosa do Paço Solar de Marrancos, por Ernesto Velho, Pôrto, 1927.

Bibliografia Sarmentina. Subsidios para o estudo e divulgação da obra de F. Martins Sarmento, (1833-1809), por Mário Cardoso, Guimarães, MCMXXVII.

A Flor de Liz na Heráldica Portuguesa, por Armando de Matos, Pôrto, 1928.

En el Templo de la Noche, por Gaston Figueira, 2.ª ed. B. Aires, Paris. MCMXXVI.

A linguagem de Camilo. por Cláudio Basto. Ed. de Maranus, Pôrto, 1927.

LIVROS Á VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho ..... 12$00

Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) ..... 10$00

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 15$00

Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877)..... 6$00

Idem — Suplemento 1.º (1877-1883)..... 4$50

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 4$50

Noticia sôbre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5$00

Memória histórica e crítica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 ..... 4$00

Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 3$00

Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 3$oc

Memórias de Castilho, por Júlio de Castilho. Vol. I..... 20$00

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação mensal do *Instituto de Coimbra,* sociedade scientífica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos acompanhados do retrato e fac-símile da assinatura dos autores e na língua por êles preferida; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

ASSINATURAS

Série de cinco números.....	25$00
Número avulso	10$00

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto,* Arco do Bispo n.º 1 — Coimbra — Portugal.